PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: VISÕES E PERSPECTIVAS

VOL. 1

PEMBROKE COLLINS
CONSELHO EDITORIAL

PRESIDÊNCIA Felipe Dutra Asensi

CONSELHEIROS Adolfo Mamoru Nishiyama (UNIP, São Paulo)
Adriano Moura da Fonseca Pinto (UNESA, Rio de Janeiro)
Adriano Rosa (USU, Rio de Janeiro)
Alessandra T. Bentes Vivas (DPRJ, Rio de Janeiro)
Arthur Bezerra de Souza Junior (UNINOVE, São Paulo)
Aura Helena Peñas Felizzola (Universidad de Santo Tomás, Colômbia)
Carlos Mourão (PGM, São Paulo)
Claudio Joel B. Lossio (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)
Coriolano de Almeida Camargo (UPM, São Paulo)
Daniel Giotti de Paula (INTEJUR, Juiz de Fora)
Danielle Medeiro da Silva de Araújo (UFSB, Porto Seguro)
Denise Mercedes N. N. Lopes Salles (UNILASSALE, Niterói)
Diogo de Castro Ferreira (IDT, Juiz de Fora)
Douglas Castro (Foundation for Law and International Affairs, Estados Unidos)
Elaine Teixeira Rabello (UERJ, Rio de Janeiro)
Glaucia Ribeiro (UEA, Manaus)
Isabelle Dias Carneiro Santos (UFMS, Campo Grande)
Jonathan Regis (UNIVALI, Itajaí)
Julian Mora Aliseda (Universidad de Extremadura. Espanha)
Leila Aparecida Chevchuk de Oliveira (TRT 2ª Região, São Paulo)
Luciano Nascimento (UEPB, João Pessoa)
Luiz Renato Telles Otaviano (UFMS, Três Lagoas)
Marcelo Pereira de Almeida (UFF, Niterói)
Marcia Cavalcanti (USU, Rio de Janeiro)
Marcio de Oliveira Caldas (FBT, Porto Alegre)
Matheus Marapodi dos Passos (Universidade de Coimbra, Portugal)
Omar Toledo Toríbio (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru)
Ricardo Medeiros Pimenta (IBICT, Rio de Janeiro)
Rogério Borba (UVA, Rio de Janeiro)
Rosangela Tremel (UNISUL, Florianópolis)
Roseni Pinheiro (UERJ, Rio de Janeiro)
Sergio de Souza Salles (UCP, Petrópolis)
Telson Pires (Faculdade Lusófona, Brasil)
Thiago Rodrigues Pereira (Novo Liceu, Portugal)
Vanessa Velasco Brito Reis (UCP, Petrópolis)
Vania Siciliano Aieta (UERJ, Rio de Janeiro)

ORGANIZADOR:
FELIPE ASENSI

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: VISÕES E PERSPECTIVAS

VOL. 1

PEMBROKE COLLINS
Rio de Janeiro, 2021

Copyright © 2021 Felipe Asensi (org.)

DIREÇÃO EDITORIAL Felipe Asensi
EDIÇÃO E EDITORAÇÃO Felipe Asensi
REVISÃO Coordenação Editorial Pembroke Collins
PROJETO GRÁFICO E CAPA Diniz Gomes
DIAGRAMAÇÃO Diniz Gomes

DIREITOS RESERVADOS A

PEMBROKE COLLINS
Rua Pedro Primeiro, 07/606
20060-050 / Rio de Janeiro, RJ
info@pembrokecollins.com
www.pembrokecollins.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito da Editora.

FINANCIAMENTO
Este livro foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus), pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca) e pela Pembroke Collins.

Todas as obras são submetidas ao processo de peer view em formato double blind pela Editora e, no caso de Coletânea, também pelos Organizadores.

P964

Produção de conhecimento: visões e perspectivas / Felipe Asensi (organizador). – Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

v. 1; 586 p.

ISBN 978-65-87489-86-5

1. Conhecimento. 2. Multidisciplinaridade. 3. Pesquisa acadêmica. I. Asensi, Felipe (org.).

CDD 370.7

Bibliotecária: Aneli Beloni CRB7 075/19.

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO RN 13
Vanderlúcia Maria de Souza
Dalliane Vanessa Pires Andrade

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN 35
Thalita Samara de Lima Ramos Silva
Dalliane Vanessa Pires Andrade

A (DES)INVISIBILIZAÇÃO DO PEDIDO POR RUPTURA DE PADRÕES DESTRUTIVOS CONSTITUÍDOS NA DIMENSÃO TRANSGERACIONAL EM SISTEMAS SOCIOFAMILIARES NO "ALCOOLISMO" 53
Luiz Felipe Castelo Branco da Silva

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS DIFERENÇAS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UMA "VIAGEM NO TEMPO" 74
Larissa Fonseca de Souza

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DIADEMA: UM OLHAR SOBRE ESSA HISTÓRIA 88
Claudia Lima Monteiro

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NO MESTRADO: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES 103
Valena Rodrigues Miranda

GOVERNANÇA JUDICIAL: ESTRATÉGIA PARA A EFETIVIDADE DA GESTÃO NO JUDICIÁRIO.....120
Eliene Pereira da Silva Dias

GOVERNANÇA PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....143
Marcelo Rodrigues da Silva

CENTRO DE MÍDIAS: COMO A TECNOLOGIA CONTRIBUI PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.....157
Larissa Fonseca de Souza

TUTORIA ESCOLAR: UM ELO DADIVOSO ENTRE PROFESSOR E ALUNO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....175
Aparecida Dias Terras Gomes

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DE NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO ESCOLAR BÁSICO COMO INSTRUMENTO TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....187
Aline Monteiro Rodrigues Alves dos Santos

ASPECTOS PSICOEMOCIONAIS EM ADOLESCENTES EM MEIO A PANDEMIA 2020.....204
Shirley Santos Nascimento

POR QUE É DIFÍCIL ENSINAR UMA DISCIPLINA DA ÁREA DE EXATAS: UMA VISÃO BASEADA NA PROVA BRASIL.....222
Nieldy Miguel da Silva

ANÁLISIS CRÍTICO DE LA INFLUENCIA DE LOS DISCURSOS POLÍTICOS MACHISTAS COMO INSTRUMENTO LEGITIMADOR DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO: EL DISCURSO ACTUAL EN LA POLÍTICA BRASILEÑA.....236
Julia Abrantes Valle

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PERFIL DA VÍTIMA.....253
Julia Abrantes Valle

ENVELHECER: A PERCEPÇÃO DO IDOSO.....269
Fernanda Borges André

A ACUPUNTURA CONSTITUCIONAL DOS 5 ELEMENTOS E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DOS PAIS SOB OS FILHOS.....279
Fernanda Borges André

A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....291
Darlan Alves Moulin

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA EQUITATIVA PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL.....305
Darlan Alves Moulin

AS CRÍTICAS DE DOSTOIEVSKI AO NIILISMO RUSSO.....319
Jaime Batista Cosmo Filho

POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO: OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A TERRITORIALIZAÇÃO DE DIREITOS.....332
Aldemir Berwig

REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA URBANA.....345
Andriele da Silva Panosso
Mizá Cilayne Fernandes Dias

ESTRATÉGIAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LITERATURA INFANTIL E MATERIAIS CONCRETOS PARA INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....360
Luciana Paula Lourenço

ANALFABETISMO NO BRASIL: UM PROBLEMA QUE FICOU NO PASSADO?.379
Eliete Conceição Ribeiro de Carvalho

O BRASIL NA ROTA: MATRIZES E MATIZES MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS.....397
Magaly Delfina Alves de Morais

POLÍTICA HABITACIONAL E INSERÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE.....417
Mizá Cilayne Fernandes Dias
Andriele da Silva Panosso

AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ETNOPSICOLOGIA PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL MAIS INCLUSIVAS PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL..... 439
Luiz Felipe Castelo Branco da Silva

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA NOVA ÓTICA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÉTICA..... 459
Jaciône de Oliveira Góes de Souza
Revan Araújo de Souza

A INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL: UMA MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE GUARUJÁ-SP..... 470
Patrícia Loureiro Mattoso
Natália do Nascimento Alberghini
Sibely Diani Mesquita Santos Gambaro
Rosa Maria Ferreira Pinto

VESTIR A CULPA: O PODER DO PATRIARCADO COLONIAL NA TRANSFORMAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER EM SUA PRÓPRIA VILÃ..... 488
Isabella Cardoso Soares

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: OS PODERES E DEVERES NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 503
Aldemir Berwig

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE CAUSANDO REFLEXÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19..... 517
Alexandrina Juscélia Feitosa de Souza

MATERIAIS EDUCATIVOS PARA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO & AVALIAÇÃO..... 536
Fabiana Nunes Merhy-Silva

FRACASSO ESCOLAR: AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO..... 569
Laelma Alves Barros

CONSELHO DO CAEduca E CAED-Jus

- Adriano Rosa (Universidade Santa Úrsula, Brasil)
- Alexandre Bahia (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)
- Alfredo Freitas (Ambra College, Estados Unidos)
- Antonio Gasparetto (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Brasil)
- Antonio Santoro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
- Bruno Zanotti (Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, Brasil)
- Claudia Nunes (Universidade Veiga de Almeida, Brasil)
- Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo (Universidade do Estado do Amazonas, Brasil)
- Daniel Giotti de Paula (Procuradoria da Fazenda Nacional, Brasil)
- Denise Salles (Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)
- Edgar Contreras (Universidad Jorge Tadeo Lozano, Colômbia)
- Eduardo Val (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
- Fabiana Eckhardt (Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)
- Felipe Asensi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
- Fernando Bentes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)
- Glaucia Ribeiro (Universidade do Estado do Amazonas, Brasil)
- Gunter Frankenberg (Johann Wolfgang Goethe-Universität - Frankfurt am Main, Alemanha)
- Jardelino Menegat (Universidade Lassale, Brasil)

- João Mendes (Universidade de Coimbra, Portugal)
- Jose Buzanello (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
- Jose Miranda (Centro Universitário Montes Belos, Brasil)
- Klever Filpo (Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)
- Luciana Souza (Faculdade Milton Campos, Brasil)
- Marcello Mello (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
- Marcelo Mocarzel (Universidade Lassale, Brasil)
- Marcia Cavalcanti (Universidade Santa Úrsula, Brasil)
- Nikolas Rose (King's College London, Reino Unido)
- Oton Vasconcelos (Universidade de Pernambuco, Brasil)
- Paula Arévalo Mutiz (Fundación Universitária Los Libertadores, Colômbia)
- Pedro Ivo Sousa (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)
- Rafael Bastos de Oliveira (Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)
- Robert Segal (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
- Rosangela Tremel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil)
- Santiago Polop (Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina)
- Saul Tourinho Leal (Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasil)
- Sergio Salles ((Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)
- Siddharta Legale (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
- Susanna Pozzolo (Università degli Studi di Brescia, Itália)
- Thiago Mazucato (Fundação Educacional de Penápolis, Brasil)
- Thiago Pereira (Novo Liceu, Portugal)
- Tiago Gagliano (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil)

SOBRE O CMPA

O **Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca) e o Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus)** são iniciativas consolidadas e reconhecidas de uma rede de acadêmicos e universidades para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões multidisciplinares de alta qualidade.

Todas as iniciativas do CAEduca e do CAED-Jus desenvolvem-se via internet, sendo a tecnologia parte importante para o sucesso das discussões e para a interação entre os participantes através de diversos recursos multimídia.

Os nossos eventos internacionais destacam-se por serem congressos acadêmicos de alta importância no mundo e contam com os seguintes diferenciais:

- Abertura a uma visão multidisciplinar e multiprofissional sobre o conhecimento, sendo bem-vindos os trabalhos de acadêmicos de diversas formações
- Democratização da divulgação e produção científica;
- Publicação dos artigos em livro impresso no Brasil (com ISBN), com envio da versão ebook aos participantes;
- Interação efetiva entre os participantes através de ferramentas via internet;
- Exposição permanente do trabalho e do vídeo do autor no site para os participantes.

Os Conselhos Científicos do **CAEduca** e do **CAED-Jus** são compostos por acadêmicos de alta qualidade no campo do direito em nível nacional e internacional, tendo membros do Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Argentina, Portugal, Reino Unido, Itália e Alemanha.

Em 2020, o **CAEduca** e do **CAED-Jus** organizaram o **Congresso Multidisciplinar de Produção Acadêmica (CMPA 2020)**, que ocorreu entre os dias 28 a 30 de setembro 2020 em conjunto com o **Congresso Interdisciplinar de Políticas Públicas (CONIPub 2020)**. Ambos os eventos contaram com mais de 53 Grupos de Trabalho e mais de 500 artigos e resumos expandidos de 59 universidades e 31 programas de pós-graduação stricto sensu.

A seleção dos trabalhos (artigos e resumos) apresentados ocorreu através do processo de *peer review*. Os trabalhos do **CMPA** aprovados e apresentados no evento foram publicados no volumes 01 e 02 do livro "Produção de conhecimento: visões e perspectivas".

Esta publicação é financiada por recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), do Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca), do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus) e da Editora Pembroke Collins e cumpre os diversos critérios de avaliação de livros com excelência acadêmica nacionais e internacionais.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO RN

Vanderlúcia Maria de Souza[1]
Dalliane Vanessa Pires Andrade[2]

1 INTRODUÇÃO

A EaD surgiu, no contexto atual da sociedade, como uma ferramenta de promoção a inclusão social, ampliando o acesso ao ensino superior, possibilitando a adequação à realidade do indivíduo, em relação a maneira como pretende desenvolver a sua rotina de estudos.

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil vem demonstrando o interesse e a necessidade de utilização da EaD para atender uma demanda reprimida de vagas. Nessa perspectiva esta modalidade é apresentada como uma alternativa para democratização da educação. Segundo Cruz e Lima (2019), em um intervalo de 40 anos, houve mudanças expressivas, implementando-se uma série de políticas públicas para estimular essa modalidade no País.

1 Especialista em Gestão Pública (IFRN), Pedagoga (UFRN), atualmente Pedagoga na Escola Municipal Professor José do Patrocínio Barra

2 Mestra em Engenharia de Produção (UFRN), graduada em Ciências Contábeis e Administração Pública (UFRN), atualmente é professora formadora no IFRN

Alguns autores Oliveira (2014) e Salvador et al. (2010) encaram a EaD não apenas como resultado de um processo de democratização do acesso ao ensino, mas como uma recente modalidade para formar e atualizar educadores.

Ainda nessa direção, é necessário buscar subsídios com propósito e estratégias de compreensão para o entendimento e a importância sobre este modelo de desenvolvimento da educação. Face ao exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a contribuição da EaD na formação e capacitação do professor?

Desta forma, o presente artigo teve como objetivo avaliar a contribuição do Curso de Aperfeiçoamento para Professores dos Municípios do Rio Grande do Norte (CAPROM) na capacitação do docente, de modo a atingir esse propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) apresentar as políticas públicas para EaD, b) identificar o perfil dos educadores que estão se capacitando e c) apresentar a contribuição do aperfeiçoamento em suas vidas profissionais.

Espera-se que esta pesquisa possa oferecer contribuições para aprofundar a compreensão sobre o tema abordado, bem como, entender como a EaD proporciona qualificação profissional do professor e suas contribuições e capacidade de adequar-se ao meio onde o indivíduo está inserido, além disso, evidenciar que a educação apresenta diferentes possibilidades, inclusive de acesso ao saber, com ferramentas que levam conhecimentos ao educando.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

A discussão seguinte refere-se à caracterização da EaD como política pública para a formação de professores, de modo que foi feita uma exposição de conceitos construídos a partir de argumentação de autores que pesquisaram sobre este tema, tomando como base Leis, normas e regulamentos vigentes no Brasil.

2.1 A Educação à Distância

Ao abordar a questão da EaD no Brasil, faz-se necessário construir uma retrospectiva sobre este tema. Sabe-se que o debate sobre esta mo-

dalidade educacional teve início com o decreto nº 2. 494/98 que apresentava propostas de estudo denominadas de "autoaprendizagem". No entanto, esta proposta apresentava falhas, pois, não havia menção ao papel do professor (ARRUDA & ARRUDA, 2015).

Com a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, houve inovações, referentes a proposta de desenvolvimento da referida modalidade, pois: "A interpretação de que a EaD permite uma ampliação de vagas e ofertas em menor tempo pode ser observada no PNE 2001- 2010, uma vez que o termo Educação à Distância aparece nada menos que 29 vezes" (ARRUDA & ARRUDA, 2015, p. 4).

Outros eventos modelaram o formato da EaD, no Brasil, através de decretos, bem como normas e propostas de atuação, como:

> Entre 2005 – ano da publicação do Decreto nº 5.622 – e 2013, o Brasil passou de 100 mil alunos matriculados em cursos superiores para mais de 1 milhão e 100 mil matrículas, um aumento de mais de 1000%. Desse total, cerca de 15% estavam matriculados nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2014), ou seja, observou-se um crescimento de caráter privado na modalidade EaD em pouco tempo no Brasil. Observa-se que ocorre na educação presencial: uma presença intensa do setor privado na Educação Superior, que se materializa no total de vagas ofertadas e preenchidas (ARRUDA & ARRUDA, 2015, p. 6).

Assim, foi formulado um modelo de educação que relaciona a tecnologia ao acesso à aprendizagem, de modo que o indivíduo tem a oportunidade de adaptar sua realidade ao formato que é proposto.

Para Moran (2013, p.1), "Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente". Assim sendo, dar para se notar que no mundo em que estamos vivendo não mais será necessário estarmos presentes fisicamente para se ter um bom aprendizado, mas a interação via veículos de informações entre o professor tutor e o aluno para que este tenha desempenho satisfatório e atinja seus objetivos.

Moran (2013, p. 2), descreve que: "[...] a expressão "ensino a distância" a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra "educação" que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada.

A definição desta modalidade de educação é bem mais abrangente do que a expressão "ensino a distância", acreditando na sua importância para o mundo de hoje frente ao ensino aprendizagem, quando o autor se refere a abrangência do termo, mesmo deixando claro que nenhuma expressão é exata.

Em virtude dos momentos da EaD, como se dá as falácias históricas de tempos de formação por cursos a distância, como foi no passado e a comparar com os cursos de hoje, se poderá a cada período da história ter um conceito de sua formação, mas que sempre será a mesma nomenclatura de EaD, seja ele pelo rádio, TV, internet, ou outros meios.

A ascensão desta modalidade de ensino, torna se possível com a evolução tecnológica, associado às técnicas de aprendizagens, para isso é fundamental à relação aluno-professor, e assim ocorra uma parceria que venha facilitar com essas ferramentas *online*, dependendo do portal a ser disponibilizado o curso (OLIVEIRA; MOURA & SOUSA, 2015).

Assim, sempre que se fala sobre cursos na modalidade EaD, muitas vezes há um certo receio por meio de quem está a discutir o assunto, embora não seja dos que irão frequentar o curso, mas a cultura de um povo que não se comporta como sociedade educativa, vê o curso à distância com uma certa desconfiança. Sabe-se que num passado não muito distante se conhecia o ensino a distância, como curso por correspondência, mais precisamente de 2º grau, o mesmo Ensino Médio de hoje. Esta modalidade é vista, atualmente, com mais credibilidade e de forma diferenciada quando se tem a duas modalidades, latu sensu ou stricto sensu. A pós-graduação a nível de especialização é o mais conhecido como cursos ministrados a distância. Moran (2013), completa este conceito quando afirma que:

> A educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequado para a edu-

> cação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino de pós-graduação e também no de graduação (MORAN, 2013, p. 2).

É importante observar que essa abrangência a qual é tratada na educação a distância, quando relata ainda e pontua o adulto como o mais indicado para essa modalidade de ensino, porque tende a se adequar a sua realidade de vida sem interrupção dos estudos. Existe uma aceitação considerável, por parte dos discentes da educação presencial, em relação a EaD.

Souza, Franco e Costa (2016) afirmam que a evolução, pela qual passa a sociedade, acaba por formar diferentes tipos de indivíduos, com comportamentos e necessidades variadas. Desta forma, o sistema de ensino, também, acaba por se adaptar a esta realidade, de modo que atenda às necessidades e exigências de cada um.

> As mudanças promovidas pelas tecnologias ao longo da história da humanidade, e especialmente dos impactos que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) causaram na reconfiguração do processo de ensino e de aprendizagem da EaD, os papéis dos atores envolvidos nesse contexto foram revistos e, em certos casos, transformados, como, por exemplo, o papel discente (SOUZA; FRANCO & COSTA, 2016, p. 3).

Concordando com esta descrição, Witter (2010) afirma que a EaD corresponde às variações de situações e a flexibilidade que atende aos interesses individuais e coletivos. Este fator torna esta modalidade de ensino atrativa para o público.

2.2 A Regulamentação do Ensino na Educação a Distância no Brasil

No Brasil, quando se trata do desenvolvimento do sistema educacional, sabe-se que tudo tem que estar adequado as leis, normas e regu-

lamentos. Mesmo assim, em muitas ocasiões tais orientações/determinações deixam de ser cumpridas, principalmente aquelas que venham em benefício da educação, onde mesmo a lei existindo aparece o fator regulamentar (IPAE, 2007).

A EaD não é uma proposta nova, pois, já se tinha conhecimento através da história que a educação a distância já era realidade no Brasil desde a década de 30, mesmo tendo chegado em 1904, como relata a história. Mas foi na década de 60 que surgiram as primeiras normas que chamamos de regulamentação da Educação a Distância (IPAE, 2007).

Os reflexos da nova regulamentação da educação a distância, publicado pelo Instituto de Pesquisa Avançada em Educação (IPAE) em 2007, em que trata de um estudo sobre o Decreto 5.622/2005, inicia falando das primeiras regulamentações (IPAE, 2007).

O Código Brasileiro de Comunicações (Decreto-Lei nº 236/67) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71). Essa última abria a possibilidade para que o ensino supletivo fosse ministrado mediante a utilização do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação. Inúmeros outros atos legislativos foram editados, tanto pelo Governo Federal, como pelo Distrito Federal e Estado (IPAE, 2007).

Isto abre espaços para todos aqueles indivíduos que não tiveram oportunidade de acesso ao ensino presencial, ainda contribui com o acesso à escola na idade certa (CRUZ & LIMA, 2019).

Consta na LDB, Lei nº 9.394/96, no seu artigo 80 que abre de vez a oportunidade para os cursos de EAD, quando estabelece na sua redação que seria estendido a todos os níveis de ensino, deixando claro a segurança de se poder aderir a esta modalidade de ensino no Brasil. Diante desse novo quadro surgiram os cursos em todos os níveis, sendo um dos mais bem requisitados os de educação continuada. Desta forma, o professor, mesmo sendo experiente, teria a oportunidade, através da EaD, de aperfeiçoar seus saberes (CRUZ & LIMA, 2019).

O art. 80 diz: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (BRASIL, 1996, p. 50). Fazendo assim como se estendesse por todo o país a sua

divulgação. A educação a distância passou a ter mais créditos, com organização, instituições mais creditadas começaram a oferecer cursos a distância, porque já havia uma regulamentação que credenciava as instituições e os cursos passaram a ter validade (BRASIL, 1996).

Este artigo foi regulamentado por Decretos, sendo que o primeiro o de nº 2.494, e em seguida o de nº 2.561, que vieram para credenciar os cursos superiores. Os dois foram revogados pelo Decreto nº 5.622/2005 e posteriormente o de nº 6.303 de 2007 (BRASIL, 1996).

Com o decreto de 2005, segundo o IPAE (2007) houve a possibilidade de programas de pós-graduação stricto sensu. Apesar de estar ainda por vir uma norma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) regulamentando os credenciamentos nesse setor, já num texto legal, contemplada a modalidade nos mestrados e doutorados. Aqui já existiria uma boa vontade do governo para com a Educação a Distância.

Fantacini e Almeida (2018) afirmam que o ensino superior tornou-se mais moderno a partir da implementação dos cursos de EaD. Isto, porque as características dos cursos atendem as necessidades do indivíduo, promovendo a inclusão e o fortalecimento das políticas de acessibilidade.

Sá Filho e Carvalho (2019, p.3) fazem considerações importantes sobre esta modalidade, quando afirmam que:

> Na realidade brasileira, encontra-se a exposição de temáticas relacionadas a qualidade na Educação, inicialmente na Constituição Federal em seu Art. 206, parágrafo VII e repetido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB – Lei nº 9.342 em seu Art. 3 parágrafos IX: que trazem o seguinte texto a "garantia de padrão de qualidade", como princípio e fim da educação nacional, apesar da obrigatoriedade de garantir um padrão de qualidade, ao buscar quais seriam o indicadores que estabeleceriam esse padrão de qualidade obrigatório.

Este é um fato importante, pois, além das leis, normas e regulamentos que asseguram o desenvolvimento da proposta de EaD, observa-se que os meios de comunicação podem ser utilizados como ferra-

mentas de desenvolvimento, como por exemplo, para a qualificação profissional.

2.3 Formação de Professores

Sabe-se que é importante adquirir conhecimentos para se credenciar ao mercado de trabalho, pois, até bem pouco tempo atrás a mão de obra não tinha tanta especificidade como têm hoje, principalmente na educação, onde qualquer um poderia ser professor. Malanche e Duarte (2018, p. 2) apresentam um discurso sobre a questão da desvalorização da escola pública, decorrente da necessidade formação para os professores, quando afirmam que:

> [...] muitos professores insistem em manter uma postura tradicional e de comando em sala de aula, são resistentes ao uso pedagógico das novas tecnologias e clássicos na seleção de conteúdos, já que esses de acordo com as pedagogias do aprender a aprender estão mortos e desconectados da vida cotidiana dos alunos e, portanto, sem utilidade para a resolução de dilemas da modernidade.

Segundo Salvador et al. (2010) existem programas oriundos Governo Federal que se destinam a formação continuada de professores e que foi, ao longo das últimas décadas, enfatizada por organismos do poder público, como: federal, estadual e municipal, tendo sido desenvolvido programas como: Pró-Letramento e o Gestar II. A importância destes programas é justificada, considerando que:

> [...] sem os conhecimentos e habilidades necessárias para efetuar estes novos objetivos e estratégias, o professorado não será capaz de operar eficazmente nos cursos. Sua formação e capacitação devem ter a mesma base pedagógica que os estudantes, para uma compreensão ampla da ciência como empresa social e humana, e esta deve manter-se ao longo da carreira profissional (SABBATINI, 2004 apud SALVADOR et al., 2010, p. 2).

A necessidade de um aprendizado melhor para garantir uma prática mais eficaz fez com que a política do governo voltasse a essa ampliação criando à modalidade de ensino a distância e dando condições para o dinamismo.

Atualmente, não há mais cursos feitos, apenas, por correspondência física (carta, livros, enviados via correios, por exemplo). Não se faz mais um curso educacional, através do envio de cartas ou livretos, como os antigos cursos de Padre Réus, Instituto Universal Brasileiro--IUB. Primeiro as fitas cassetes, depois os vídeos, rádios e TVs e por último a internet, sendo que as anteriores formas veículos importantes como meios de informações e comunicações nos cursos à distância Ribeiro, Mendonça e Mendonça (2007).

A *internet* foi inserida, neste processo, como meio para aprimorar e facilitar o acesso dos cursistas e aproximar ainda mais o aluno da instituição com o professor tutor e a instituição. Como afirma Ribeiro, Mendonça e Mendonça (2007, p. 5):

> A interação entre o computador e o aluno; A possibilidade de se dar atenção individual ao aluno; A possibilidade do aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo; A apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem; A possibilidade de ser usada para avaliar o aluno (RIBEIRO; MENDONÇA & MENDONÇA, 2007, p. 5).

Nesse sentido, é notário que a internet é uma ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem para a modalidade EAD, oferecendo meios para uma melhor compreensão não só de conteúdos, mas na interação e socialização entre aluno e professor. A comunicação mediada por computador atualmente a mais utilizada nos cursos de EAD, ela também torna se tão eficaz quanto à comunicação face a face como:

> Apresentar uma coloração sócio emocional muito forte, em muitos aspectos não inferiores à comunicação face a face, sendo bastante favorável à criação de comunidades de aprendizagens com relações sociais fortes e desempenhos de tarefa compará-

> veis à comunicação presencial (QUINTAS-MENDES et al., 2010, p. 258).

A comunicação mediada por computadores proporciona resultados eficientes mediante a formação na modalidade EAD, com isso dar suporte para uma boa aprendizagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que busca respostas e resoluções (RICHARDSON, 2007) para os problemas, assim como, é motivada pela necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados (BARROS & LEHFELD, 2000), contribuindo com a melhoria da EaD.

Quanto aos objetivos, a esta configura-se como exploratória, pois, buscou-se avaliar a contribuição da capacitação dos professores dos municípios do RN. Além disso, podemos ainda considerar está pesquisa como descritiva pois visa apresentar as políticas públicas para EaD, identificar o perfil e opinião de uma população, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevista com público alvo do problema pesquisado.

A abordagem do problema foi quantitativa, sendo que, para Terence e Escrivão Filho (2006), através de um estudo qualitativo é pode-se revelar uma riqueza maior de dados, bem como facilitar uma exploração maior de eventuais contradições e paradoxos.

A população da pesquisa é composta pelos professores de língua portuguesa e Matemática que participam do Curso de aperfeiçoamento para professores dos municípios do Rio Grande do Norte (CAPROM): língua portuguesa, matemática e cidadania, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Atualmente, o curso é ofertado nos polos de apoio presenciais de Caraúbas, Caicó, Cuité de Mamanguape/PB, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

Como técnica de coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico cadastrado no sítio googledocs <http://googledocs.com/> no período de 17 de dezembro de 20019 a 17 de janeiro de 2020.

O questionário foi composto por 14 (quatorze) perguntas, sendo 09 (nove) fechadas e 06 (seis) abertas. Ambas, correspondiam a caracterização do perfil do participante, como também, indagava-os a afirmar como qual a sua experiência de estudos para formação, através da EaD.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se a taxa de não resposta do questionário. Outra limitação é referente à amostra não probabilística, por se tratar de uma amostra intencional escolhida e não selecionada aleatoriamente, apresenta limitação na possibilidade de se generalizar a respeito do assunto e possibilita o surgimento de visões tendenciosas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação da contribuição do curso de aperfeiçoamento para professores dos Municípios do Rio Grande do Norte (CAPROM), na capacitação do docente, foi feita a partir da descrição e análise do padrão de respostas.

Conforme descrito no Capítulo 3, que trata da metodologia, a população foi composta pelos educadores de língua portuguesa e Matemática que participam do Curso de aperfeiçoamento para professores dos municípios do Rio Grande do Norte (CAPROM). A população corresponde a 120 professores, desses apenas 45 aceitaram responderam da pesquisa, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Participação na Pesquisa

	Frequência	Frequência (%)
Sim	42	35%
Não	78	65%
Total	120	100%

Fonte Elaborado pelas autoras

Observa-se que apenas 35% concordaram em participar da pesquisa e 65% deixou de responder o questionário. Ambos, os sujeitos que não participaram, não expuseram os motivos pelos quais não desejaram contribuir com a coleta de dados proposta.

4.1 Descrição e Perfil da População

As informações acerca da descrição e perfil dos professores têm como objetivo a compreensão do grupo pesquisado. As questões foram estruturadas a partir de questões que tratavam: sexo, estado civil e faixa etária.

Com relação ao gênero dos participantes da pesquisa a Tabela 2 apresenta os valores e percentuais.

Tabela 2 – Sexo

	Frequência	Frequência (%)
Homem	14	33%
Mulher	28	67%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Verificou-se que a maioria dos participantes da pesquisa é do sexo feminino, correspondendo a 67% do total.

Na questão dois, os participantes informaram seu estado civil, conforme consta Tabela 3.

Tabela 3 – Estado Civil

	Frequência	Frequência (%)
Casado (a)	19	45%
Solteiro (a)	17	40%
União Estável	4	10%
Outros	2	5%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maioria dos participantes, 45% afirmaram que são casados, enquanto que 40% disseram que são solteiros, sendo estes os indicadores que representam a maioria (mais de 85% do total) das respostas.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos entrevistados, segundo a faixa etária de idade dos participantes da pesquisa.

Tabela 4 – Faixa Etária de idade

	Frequência	Frequência (%)
18 a 20 anos	0	0%
21 a 35 anos	20	48%
36 a 45 anos	13	31%
46 anos ou mais	9	21%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observou-se que, dentre os respondentes, a maioria possui faixa etária entre 21 a 35 anos de idade, o que correspondeu a 48% do total.

4.2 Formação e trabalho

Neste subtópico serão apresentados os resultados referentes a formação dos professores e atuação no mercado de trabalho. As questões tratavam: da formação do professor e a quanto tempo conclui sua graduação, se o mesmo possuía outra pós-graduação, se atua em escola pública e qual sua jornada de trabalho semanal.

Quando questionados sobre a sua formação, no ensino superior, observou-se o seguinte resultado, conforme consta na Tabela 5.

Tabela 5 – Formação

	Frequência	Frequência (%)
Letras/Pedagogia	28	67%
Matemática	14	33%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observou-se que a maioria dos participantes 67%, informaram que tinham formação em letras (Língua Portuguesa) e/ou Pedagogia e 33% em Licenciatura em Matemática.

Quando questionados a quanto tempo haviam concluído a graduação os participantes responderam conforme Tabela abaixo:

Tabela 6 – Tempo de conclusão da graduação

	Frequência	Frequência (%)
de 1 a 4 anos	25	60%
5 a 10 anos	13	30%
11 anos ou mais	4	10%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A grande maioria dos participantes, 60% concluíram o seu curso de graduação entre 1 a 4 anos atrás, ou seja, recentemente estavam desenvolvendo uma etapa de formação no ensino superior, ou seja, profissionais com pouca experiência em sala de aula

A próxima pergunta questionava os participantes se possuíam outro curso de pós-graduação. No total, foram 42 respostas registradas, conforme consta na Tabela 7.

Tabela 7 – Outro curso de Pós-Graduação

	Frequência	Frequência (%)
Sim	5	12%
Não	37	88%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maioria dos participantes não possui curso de pós-graduação o que correspondeu a 88% do total, apenas 12% afirmaram possuir outro curso de pós-graduação. Na Tabela 8, os professores responderam se atuam em escolas da rede pública.

Tabela 8 – Atuação em escola pública

	Frequência	Frequência (%)
Sim	22	52%
Não	20	48%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maior parte dos professores trabalha rede pública municipal de ensino, correspondendo a 52%. Porém, o percentual de participantes que não atuam neste tipo de escola foi bastante considerável, chegando a quase 48%. Vale destacar que o público alvo do curso são os professores atuantes na rede municipal de ensino do município pesquisado.

Na nona pergunta, foi questionado qual a jornada de trabalho semanal, em horas, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Jornada de Trabalho

	Frequência	Frequência (%)
20 horas	4	10%
25 horas	0	0%
30 horas	18	42%
40 horas	14	34%
Outro	6	14%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Verificou-se que a maioria dos participantes tem uma jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanas, variável esta que correspondeu a 42% das respostas registradas.

4.3 Curso e sua importância

Nesta seção foram apresentados os resultados referentes ao curso de aperfeiçoamento e sua importância na formação dos professores. As questões tratavam: se tiveram alguma experiência em EaD anterior ao curso de formação, quanto tempo e dias que se dedicavam ao curso, a forma como acompanhavam as informações na plataforma virtual, quais técnicas de estudos utilizavam e de que forma a formação continuada contribui para a sua formação.

Na décima pergunta os participantes responderam se possuíam experiências anteriores em EAD.

Tabela 10 – Experiência anterior em EaD

	Frequência	Frequência (%)
Sim	18	42%
Não	24	58%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Verificou-se que maioria dos participantes, 58% não possuíam experiência anterior com EAD e 42% já tiveram contato com a Educação a Distância antes do curso, solicitamos que relatassem qual foi essa experiência onde registrou-se 20 (vinte) respostas, 50% deles tiveram experiência EaD no seu curso de graduação, 30% em cursos diversos, 10% têm experiência em tutoria e 10% como aluno de pós-graduação.

Na Tabela 11, os participantes foram questionados acerca do tempo semanal que dedicavam aos estudos, durante o curso EaD.

Tabela 11 – Horas de estudo

	Frequência	Frequência (%)
Até 1 hora	4	10%
2 a 4 horas	23	55%
5 a 8 horas	12	29%
9 horas ou mais	3	6%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maioria 55% respondeu que dedicava entre 2 a 4 horas de estudos semanais, 29% se dedicava entre 5 a 8 horas, 10% até 1 hora e 6% se dedicava mais de 9 horas de estudo por semana.

Quando questionado sobre qual dia da semana era dedicado aos estudos do curso os participantes da pesquisa responderam conforme Tabela abaixo.

Tabela 12 – Dias de estudo

	Frequência	Frequência (%)
Segunda a sexta	15	35%
Sábados e domingos	16	37%
De domingo a domingo	12	28%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observou-se certo equilíbrio entre as respostas, sendo que os sábados e domingos foram os dias preferidos para o desenvolvimento das atividades do curso, correspondendo a 37%. Os dias de segunda-feira a sexta-feira representou 35% (vale ressaltar que a grande maioria trabalha de 30 horas a 40 horas, fato este que diminui o seu percentual de horas de dedicação ao curso EaD) e, ainda houve aqueles que afirmaram estudar de domingo a domingo 28%.

Na décima terceira pergunta, os participantes relataram sobre a forma como acompanhavam e desenvolviam as atividades do curso EaD. Todos afirmaram que faziam o acesso à plataforma virtual através de smartphones e/ou pelo computador. Utilizavam os materiais disponíveis na plataforma, para guiar-se na resolução das atividades, havendo alternância de horários para acesso, porém, a maioria 95% do total, afirmou que acessa pelo computador, fazendo tal procedimento à noite. Relataram, ainda, que participam de encontros presenciais, momento em que tiravam dúvidas, explorando os materiais e trocando informações com os colegas e com o tutor presencial. Conforme a tabela abaixo.

Tabela 13 – Forma de acesso as atividades

	Nº de Participantes	Frequência (%)
Computador	41	95%
Smartphone	02	05%
Total	43	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

No questionamento seguinte, os participantes expuseram suas respostas sobre quais técnicas utilizavam em seus estudos. Dentre as alternativas citadas, afirmou-se que assistiam vídeo aulas do curso, faziam leitura do material impresso, bem como, resumos, fichamentos, anotações e busca de outras fontes na internet para um melhor entendimento do assunto, seguindo o cronograma de estudos, com as datas colocadas pela instituição de ensino. Outros, ainda, afirmaram que se reúnem (em grupos de estudo) para aprender o material. Conforme consta na tabela abaixo.

Tabela 14 – Técnicas para estudo

	Nº de Participantes	Frequência (%)
Material Impresso	34	87%
Resumos e anotações	03	14%
Materiais da Internet Vídeo Aulas	02	09%
Total	39	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na décima quinta pergunta, os participantes relataram de que forma o curso de pós-graduação está contribuindo na sua formação de professor. Ao todo, 42 (quarenta e duas) pessoas responderam a esta pergunta. A tabela abaixo apresenta os dados percentuais das respostas dadas pelos participantes.

Tabela 15 – Contribuição do curso de Pós-Graduação

	Nº de Participantes	Frequência (%)
Aquisição de novos conhecimentos	32	70%
Interdisciplinaridade na sala de aula	2	6%
Aperfeiçoamento da rotina escolar	6	18%
Mediação de saberes	1	3%
Superação de dificuldades	1	3%
Total	42	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Foi mencionado que este proporcionou aquisição de novos conhecimentos, que ajuda no desempenho em sala de aula, que oportuniza conhecer diferentes dinâmica de ensino, enriquecendo a proposta metodológica do professor. Um dos participantes relatou que "pude adquirir novos conhecimentos acerca de como trabalhar a interdisciplinaridade na sala de aula", outro entrevistado informou que "tenho aprimorado o meu fazer na prática cotidiana, a mediar o saber de uma forma que atenda as dificuldades dos alunos especificamente".

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs a avaliar a contribuição do curso de aperfeiçoamento CAPROM na capacitação do docente, ofertado pelo IFRN. Para isso, foi apresentada as políticas públicas para EaD, identificar o perfil dos professores que se capacitaram e apresentar a contribuição do aperfeiçoamento em suas vidas profissionais.

Foi possível entender que excelência no desempenho do professor é alcançada, quando esta busca se capacitar, revendo suas teorias e práticas, formulando nos conceitos e saberes, ou seja, é necessário que o educador sempre esteja disposto a buscar materiais e métodos que qualifique a sua prática.

Desta forma, a EaD corresponde a um meio viável e eficaz para que o professor adquira novas habilidades, munindo sua metodologia com novas ferramentas que venham a enriquecer o seu plano de aula, que faça-o atualizar-se sobre a dinâmica que se processa no meio onde está inserido, de tal forma que este aproxime-se, ainda, mais da realidade do seu aluno.

A proposta de qualificação para o professor, que foram colocadas pelos autores referenciados, refletem a realidade a qual os participantes da pesquisa empírica revelaram, pois, a EaD faz parte do seu cotidiano, sendo que a busca por qualificação profissional se tornou uma necessidade em meio a estes sujeitos. E isto tem proporcionado uma melhor interação com a escola e com os alunos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. & ARRUDA, D. E. P. Educação à Distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**|*Belo Horizonte*|*v.31*|*n.03*|*p. 321-338* |*Julho-Setembro 2015.*

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia**: Um Guia para a Iniciação Científica. 2ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Lei n. 9.394/96*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 12. Fev.2020.

CRUZ, J. R. & LIMA, D. da C. P. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 13. Abril de 2019.

FANTACINI, R. A. F. & ALMEIDA, M. A. Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD – 2005 a 2018. **Revista Educação Especial** | *v. 32 | 2019 – Santa Maria Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial.*

IPAE - Instituto de Pesquisa Avançada em Educação. Assessoria para a implantação de educação a distância nas instituições de ensino superior colaborará com entidades em todo o Brasil. (200740. Disponível em: http://www.ipae.com.br/site/index.html. Acesso em: 03.Fev.2020.

MALANCHE, J. & DUARTE, R. de C. Políticas públicas para formação de professores no Brasil: formação ou conformação ao ideário do capital? **Momento: diálogos em educação***, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 15-34, mai./ago, 2018.*

MORAN, J. *Integrar as tecnologias de forma inovadora*. 2013. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias. Acesso em: 20.Nov.2019.

OLIVEIRA, C. de; MOURA, S. P. & SOUSA, E. R. de. **TIC'S na Educação***:* a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. 2015. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11019/8864. Aceso em: 12.Fev.2020.

OLIVEIRA, F. S. EaD e formação docente: possibilidade de crescimento pessoal, intelectual e individual. In F. J. F. Coelho & A. Velloso (Orgs.). **Educação a Distância: história, personagens e contextos** (pp. 99-106). Curitiba: CRV, 2014.

QUINTAS-MENDES, A. *et al*. **Comunicação mediatizada por computador e educação on-line:** da distância à proximidade. In: SILVA, Marco et al (orgs.). Educação on-line: cenário, formação e questões didático-metodológicos. Rio de Janeiro: Walk, 2010.

RIBEIRO; MENDONÇA, G. & MENDONÇA, A. A importância dos ambientes virtuais de aprendizagem na busca de novos domínios da EAD. In: *Congresso Internacional de Educação a Distância, 13., 2007, Curitiba.* **Anais**. *Curitiba: ABED, 2007. 10p*. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/4162007104526AM.pdf>uploads/2013/12/dist.pdf.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SÁ FILHO, P. de & CARVALHO, M. A. de. Evasão escolar em cursos de educação profissional a distância: um levantamento de suas principais causas. **Braz. J. of Develop***., Curitiba, v. 5, n. 7, p. 7735-7746 jul. 2019***.**

SALVADOR, D. F., CRAPEZ, M. A. C., ROLANDO, F. R. R., ROLANDO, L. G. R. & MAGARRÃO, J. F. L. (2010). Um panorama da formação continuada de professores de Biologia e ciências através da EaD no Estado do Rio de Janeiro. **Revista EaD em Foco**, 1(1), 59-158. doi: http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v1i1.19

SOUZA, S. de; FRANCO, V. S. & COSTA, M. L. F. Educação a distância na ótica discente. **Educ. Pesqui.** *vol.42 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016.*

TERENCE, A. C. F. & ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa ação nos estudos organizacionais. **In: Anais**, XXVI ENEGEP – Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006.

WITTER, G. P. Educação à Distância. **Rev. Psicopedagogia,** *27(84): 428-9,* 2010.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN

Thalita Samara de Lima Ramos Silva[3]
Dalliane Vanessa Pires Andrade[4]

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios dos gestores públicos é criar condições para que a atividade empreendedora prospere. O fomento dessa prática contribui significativamente para a economia local, na geração de empregos, no crescimento econômico, na diminuição das desigualdades sociais e inovação, resultando assim em uma melhor qualidade de vida para a população.

Segundo a definição da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico- OCDE, o empreendedor é aquele que gera valor através da criação ou expansão da atividade econômica identificando novos produtos, processos ou mercados.

3 Pós-graduada em Gestão Pública (IFRN), atualmente é agente de desenvolvimento local da Prefeitura de Canguaretama

4 Mestra em Engenharia de Produção (UFRN), graduada em Ciências Contábeis e Administração Pública (UFRN), atualmente é professora formadora no IFRN

E nesse cenário empreendedor, o perfil feminino ganhou espaço, conforme a Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2018), as mulheres são responsáveis por 51% dos empreendimentos iniciais no Brasil. A GEM trata isso como um dado positivo, pois as mulheres tendem a investir mais em capacitação e têm mais acesso à informação, o que pode auxiliar na construção de empresas mais sólidas e lucrativas.

O tema do empreendedorismo feminino está presente no dia a dia, seja na mídia, nas propostas de governo para o desenvolvimento econômico, nos espaços educacionais, no trabalho, em casa ou nos sonhos de muitas mulheres. Contudo, segundo a Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2018), existem barreiras dificultando a atuação das mulheres no meio empreendedor, como por exemplo, a menor credibilidade pelo fato do mundo dos negócios ser associado aos homens ou ainda uma maior dificuldade de financiamento e de conciliação entre família e empresa.

Essa realidade está presente no mundo todo, e não é diferente nos municípios brasileiros, para que o empreendedorismo feminino obtenha êxito, se faz necessário, sobretudo uma atmosfera favorável que possibilite o seu surgimento e desenvolvimento.

Segundo Santos (2014), há de se criar um ambiente propício para o fomento do empreendedorismo por meio, especialmente, de políticas públicas que desenvolvam o setor. O presente estudo tem como hipótese, que existem uma ausência de políticas públicas voltadas para as mulheres desmotivando o empreendedorismo feminino. Face ao exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: quais os impactos das políticas públicas no fomento do empreendedorismo feminino no município de Canguaretama/RN?

Para avançar nessa questão, o presente estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação das empreendedoras na cidade de Canguaretama/RN. De modo a atingir esse propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) realizar um resgate das políticas públicas voltadas para o empreendedorismo feminino; b) investigar o perfil da mulher empreendedora no município de Canguaretama/RN e c) apresentar impacto das políticas públicas ou a falta delas no empreendedorismo feminino do município de Canguaretama/RN.

Para tanto, este estudo foi conduzido através de paradigmas qualitativos, os dados foram coletados de empreendedoras da cidade de Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte – RN, escolhidas por conveniência, os dados foram organizados e compilados através do Excel.

Seguindo esta seção introdutória, será apresentado o referencial teórico, em seguida os procedimentos metodológicos, na quarta seção é apresentado os resultados e discussão e por fim, as considerações finais e referências.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O empreendedorismo feminino no Brasil

Segundo Gimenez, Ferreira e Ramos (2017), estudos acerca do empreendedorismo no Brasil têm sido cada vez mais frequentes. Embora seja possível encontrar estudos realizados no século passado, é a partir dos anos 2000 que o tema parece ter atraído mais fortemente a atenção dos pesquisadores brasileiros.

Sobre do tema, Natividade, (2009), afirma que:

> "Existem entraves e desafios na elaboração e execução das políticas públicas, sob a perspectiva de gênero como: salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando a mesma posição profissional; os cuidados com espaço privado e alterações que vêm ocorrendo na estrutura familiar; o desemprego, participação elevada no mercado informal e em ocupações precárias e/ou sem remuneração, revelando a má qualidade das condições do trabalho feminino e alterações no padrão da divisão sexual do trabalho; mudanças sociodemográficas; a diversidade étnico-racial, entre outras". Natividade, (2009, p. 234).

Ao analisar o estudo Decomposição e projeção da taxa de participação do Brasil utilizando o modelo idade-período-coorte, 1992 a 2030, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com base nas projeções do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

a projeção da taxa dos homens economicamente ativo – entre 17 e 70 anos – mostra tendência ao declínio em 2030, ela deve alcançar 82,7%, ou seja, 6,9 pontos percentuais abaixo do observado em 1992.

Entretanto, no caso das mulheres, a expectativa é de elevação, a presença feminina no mercado de trabalho deve chegar a 64,3% em 2030, ou seja, 8,2 pontos percentuais acima da taxa em 1992 (IPEA 2019).

A pesquisa do Ipea (2019) corrobora com Natividade (2009), indicando que a participação feminina ainda é menor devido a fatores como a discriminação no mercado de trabalho e normas culturais, que estabelecem um papel para a mulher como a como a principal responsável pelos filhos e pelos trabalhos domésticos.

Acerca dessa multiplicidade papéis da mulher Eva et al. (2007, p. 77), aborda que não são demandas incompatíveis, mas que é preciso reconhecer que esse eles "são construídos socialmente e que os processos de socialização demarcam espaços, expectativas, e atividades a serem desempenhadas pelos membros da sociedade". E é nesse processo que surge o discurso social de que ou a mulher é dona de casa ou é empresária e emerge a culpa feminina, internalizada pelas mulheres.

Dentro desse aspecto a Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em sua última pesquisa de 2018 acerca da motivação empreendedora feminino, cerca de 45% das mulheres empreendem por necessidade e aproximadamente 55% por oportunidade.

Para Natividade (2009, p. 235),

> "os números do empreendedorismo por necessidade, porque não dizer sobrevivência, reforça o entendimento do cenário de desigualdades vivido pelo gênero. Muitas delas, diante da precariedade de espaços profissionais onde possam empenhar sua força de trabalho e da crescente desigualdade, empenham seu conhecimento em atividades autônomas".

Segundo Ramos e Valdisser (2019), nessa perspectiva do empreender por necessidade, a mulher busca um negócio que lhe possibilite uma rotina flexível. Sendo assim possível desempenhar com compatibilidade suas multitarefas.

A participação da força feminina no ambiente de trabalho gerou um novo contexto a ser levado em consideração entre o espaço produtivo e o familiar, presente em todo contexto econômico. Segundo os dados da GEM (2018), a diferença entre homens e mulheres no empreendedorismo brasileiro tem sido reincidente ao longo dos anos, apesar disso, cabe destacar que mesmo com taxas de empreendedorismo menores que as dos homens, as empreendedoras representam, em números absolutos, cerca de 23,8 milhões de brasileiras.

Tabela 1 – Taxa do número de empreendedores por Gênero segundo o estágio do empreendedorismo

Gênero	Taxa (%)		Estimativas (milhões de indivíduos empreendedores)	
	Empreendedores Iniciais	Empreendedores Estabelecidos	Empreendedores Iniciais	Empreendedores Estabelecidos
Feminino	17,3	17,2	11,9	11,9
Masculino	18,5	23,3	12,5	15,8

Fonte: GEM (2018)

Tais dados apresentam em que patamar está o processo de desenvolvimento do País, contribuindo para a importância de implementação de políticas públicas como foco no público feminino. Em meio aos dados, "na ponta desse crescimento econômico, tem-se como positivo a iniciativa de mulheres em ações empreendedoras, tentando romper e, muitas vezes, conciliar as atividades profissionais com as exercidas no espaço privado". (NATIVIDADE 2009, p. 236).

Políticas Públicas e Programas de Apoio

Diante das transformações no mercado de trabalho, com o crescimento do número de desempregados, a entrada das mulheres, a precarização do trabalho e a necessidade de busca de estratégias de sobrevivência, Carvalho (2019), afirma que as políticas públicas se constituem

em ações que o Estado adota para assegurar mudanças na qualidade de vida e nas atitudes comportamentais dos indivíduos.

Nesse sentido, a análise e a avaliação de políticas públicas, independentemente de sua natureza, possibilitam tanto a produção de conhecimentos como a aplicação prática de seus resultados para o aperfeiçoamento do sistema de políticas públicas. (CARVALHO, 2019).

Malavota et al. (2019), afirma que no Brasil, as mulheres vêm tomando cada vez mais comandos, cargos e lugares na sociedade até então ocupados excepcionalmente pelos homens. Na última década, seguindo o padrão de outros países em desenvolvimento, a mulher brasileira vem se qualificando e ampliando cada vez mais a sua liderança.

Ainda segundo Malavota et al. (2019), sob uma perspectiva de empoderamento feminino, é possível destacar o crescimento do empreendedorismo como um movimento de emancipação feminina em muitos âmbitos, como social, político e econômico.

Para Natividade (2009), o ano de 2003 traz como marco para as mulheres brasileiras a inserção de um novo contexto político, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, por meio da Medida Provisória nº 103, com status de ministério, diante dessa nova estrutura, iniciam-se mecanismos de participação feminina para a criação de um plano político nacional que atenda às necessidades de gênero a que se destina a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM.

Ainda segundo Natividade (2009), a implantação de uma secretaria capaz de preencher os déficits que atendesse e elevasse a importância da mulher no contexto sociopolítico-econômico, contribuiu para uma reflexão na elaboração do Plano Plurianual (PPA), previsto para os anos 2004-2007, representando a proposta de governo da qual a SPM seria a articuladora do "recorte transversal de gênero presente na formulação e implementação de políticas públicas do país" (MELO, 2005, p 25).

Ela teria a perspectiva de ser assumida por todas as instâncias de governabilidade do Estado brasileiro, tendo como meta "promover a redução das desigualdades de gênero" (Melo, 2005, p. 42). Aliada a ela outras duas participações de igual valor seriam colaboradoras nessa ação, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualda-

de Racial (Seppir) e o Programa Fome Zero, responsável pela política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Com o estabelecimento da SPM, foi realizada a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em julho de 2004. Desta conferência participaram 1.787 delegadas e mais de 120 mil mulheres, tendo início o diálogo que resultaria no Plano Nacional de Política para a Mulher (PNPM).

No mesmo sentido, instituiu-se o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, originário do Programa Rio: trabalho e empreendedorismo da mulher (PRTEM). Quanto a este, foi criado em 2007, no intuito de ser um programa piloto, referência para os demais estados brasileiros no sentido de promover ações sobre autonomia e igualdade no mercado de trabalho, além de cidadania, atendendo, essencialmente, o público feminino que se encontra nas faixas de renda de pobreza e miséria. (NATIVIDADE, 2009).

Uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criou o Prêmio Mulher de Negócios, em parceria com a SPM, com a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW). O prêmio conta com o apoio técnico da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e tem como objetivo principal reconhecer o empreendedorismo feminino no Brasil.

Segundo Malvota et al. (2019), um dos requisitos principais para as empreendedoras é tornar seu negócio viável, através de linhas de credito para que tenham um equilíbrio no fluxo de caixa da sua empresa para consagrar uma oportunidade de negócios. Hoje já existem linhas de créditos fáceis para este público, mas alguns anos atrás tinham uma certa dificuldade já que o perfil empreendedor era mais visto pelo sexo masculino.

O programa "Itaú Mulher empreendedora" e o BNDES trazem linhas de créditos para as mulheres, com o plano de inspirar, sustentar e capacitar empreendedoras de diversas maneiras diferentes e para isso não mediu esforços para diversificar suas linhas, cartão de credito empresarial limite de credito rotativo para micros e pequenas empresas.

Assim, de acordo com Carvalho (2019), é de suma importância a implementação de políticas voltadas para as mulheres no mercado

de trabalho, como forma de diminuição das desigualdades existentes entre estas e os homens. Por este viés, o empreendedorismo passa a ser também uma alternativa viável para impulsionar a inserção das mulheres no trabalho e fazê-las protagonistas também na promoção do desenvolvimento econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, já que busca respostas e resoluções (RICHARDSON, 2007) para os problemas, assim como, é motivada pela necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados (BARROS E LEHFELD, 2000), contribuindo com a melhoria da gestão pública.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, uma vez que investiga o impacto das políticas públicas para o empreendedorismo feminino. Além disso, podemos ainda considerar está pesquisa como exploratória pois visa realizar um resgate das políticas públicas voltadas para o empreendedorismo feminino, levantamento de opiniões de uma população, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevista com público alvo do problema pesquisado.

A abordagem do problema foi qualitativa. Para Terence e Escrivão Filho (2006), um estudo qualitativo e capaz de revelar uma riqueza maior de dados, bem como facilitar uma exploração maior de eventuais contradições e paradoxos. Já o estudo quantitativo tem como primeira razão descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características.

O universo da pesquisa é composto pelas empreendedoras da cidade de Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte através do comércio de Canguaretama com o apoio da sala do empreendedor localizada no Município. O questionário foi enviado para uma amostra de 50 participantes escolhidas por conveniência, desses, apenas 27 aceitaram participar da pesquisa. Os dados foram organizados e compilados através do Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação do impacto das políticas públicas ou a falta delas direcionados para o empreendedorismo feminino na cidade de Canguaretama- RN, foi feita a partir da descrição e análise do padrão de respostas.

Conforme descrito no Capítulo 3, que trata da metodologia, a amostra é composta pelas empreendedoras da cidade de Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte, o questionário foi enviado para 50 participantes, desses, apenas 27 aceitaram participar da pesquisa, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Participação na Pesquisa

	Frequência	Frequência (%)
Sim	27	54%
Não	23	46%
Total	50	100%

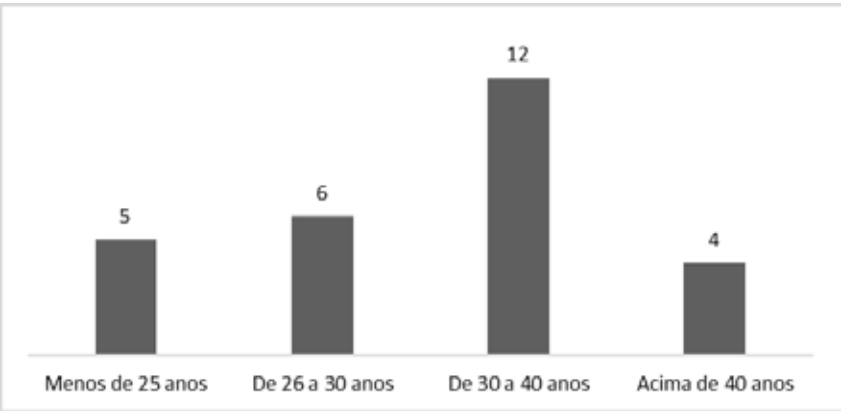
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Observa-se que apenas 54% concordaram em participar da pesquisa e 46% deixou de responder o questionário.

1.1 Perfil da mulher empreendedora

As informações acerca do perfil das empreendedoras têm como objetivo a compreensão do grupo pesquisado. Quando questionadas sobre a faixa etária, observou-se o resultado, conforme consta no Gráfico abaixo, a maioria das empreendedoras, 44% tem de 30 a 40 anos, 22% das tem entre 26 a 30 anos, 19% menos de 25 anos e apenas 15 acima dos 40.

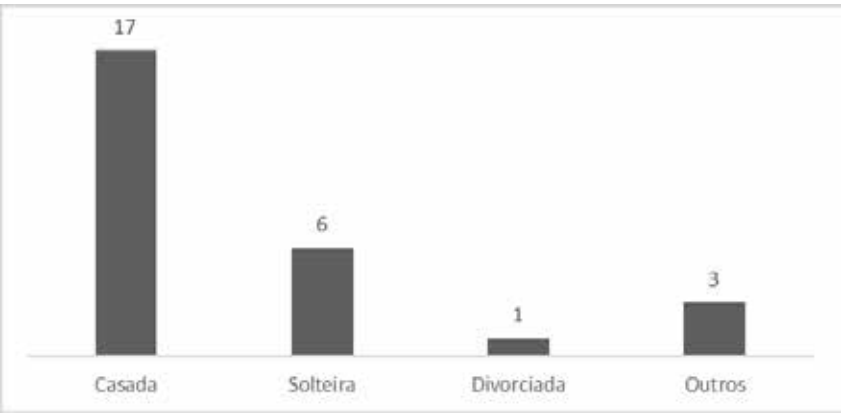
Gráfico 1 – Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

No Gráfico 2, abordou-se o estado civil das entrevistadas, observou- se que 63% das empreendedoras são casadas, 22% são solteiras, 4% são divorciadas e 11% responderam outros.

Gráfico 2 – Estado Civil



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Na Tabela 03, questionou-se de a empresa possuía Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Tabela 3 – Possui CNPJ

	Frequência	Frequência (%)
Sim	17	63%
Não	10	37%
Total	27	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Observou-se que a maioria das empreendedoras, 63% das entrevistadas trabalham na formalidade e possuem CNPJ, no entanto, ainda é grande o número que trabalham na informalidade.

1.2 O diagnóstico da situação das empreendedoras do município de Canguaretama/RN

As informações acerca das políticas públicas têm como objetivo a entender o impacto delas no fato de empreender da mulher do município de Canguaretama/RN. Quando questionadas sobre o conhecimento de alguma política pública voltada para o empreendedorismo feminino, responderam conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Conhecimento de Política Pública

	Frequência	Frequência (%)
Sim	14	52%
Não	13	48%
Total	27	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

As respostas foram equilibradas, 14 entrevistadas responderam que tinha sim conhecimento de alguma política pública voltada para o empreendedorismo feminino e 13 delas afirmaram não conhecer nenhuma política pública voltada para o público, algumas desconhecem até mesmo de que forma isso poderia influenciar ou impactar no seu empreendimento, porém quando perguntado se as capacitações voltadas

para o público seriam importantes para o desenvolvimento econômico da sua empresa responderam que sim.

A pergunta seguinte questionava se as participantes já tiveram acesso a algum financiamento de crédito bancário para investir em sua empresa. A maioria 56% afirmaram não ter tido acesso a financiamento bancário para investir em sua empresa, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 5 – Acesso a financiamentos

	Frequência	Frequência (%)
Sim	12	44%
Não	15	56%
Total	27	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

É importante evidenciar que o fato de 37% das entrevistadas não possuírem CNPJ, dificulta o acesso a financiamentos e créditos bancários, tendo em vista o sistema burocrático que vivenciamos.

Quando questionadas se precisaram de alguma política pública para abrir ou dar continuidade ao seu negócio, a maioria afirmou que não, conforme tabela 6.

Tabela 6 – Necessitou de políticas públicas

	Frequência	Frequência (%)
Sim	12	44%
Não	15	56%
Total	27	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Questionadas se sentem apoiada pelo governo para dar continuidade ao seu negócio, 78% das entrevistadas responderam que não se sentem apoiadas e 22% afirmaram positivamente.

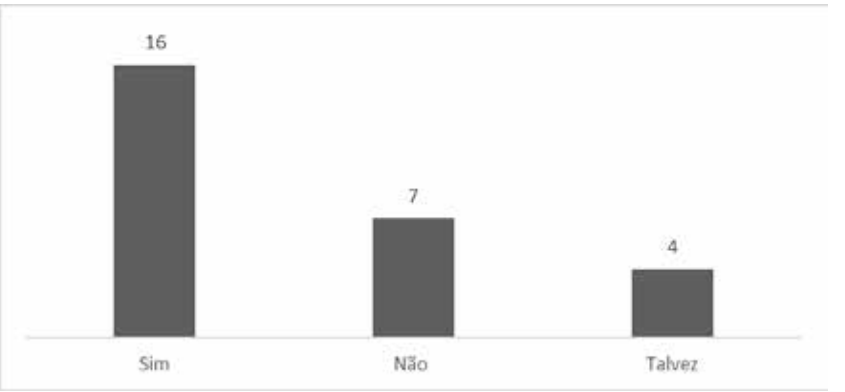
Tabela 7 – Sentem-se apoiadas

	Frequência	Frequência (%)
Sim	6	22%
Não	21	78%
Total	27	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

No gráfico abaixo, verificou-se que 59% das empreendedoras conhecem algum órgão que auxilie com capacitação empresarial que dão apoio ao seu empreendimento, o que significa que mesmo que pouco, no município de Canguaretama existe ações voltados para políticas públicas que agregam valor as empreendedoras desse município.

Gráfico 3 – Órgão que auxilie o empreendedorismo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Na pergunta seguinte perguntou-se qual seria o maior desafio das entrevistadas como empreendedora, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Maior desafio como empreendedora

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A maioria das entrevistadas 52% afirmaram que seu maior desafio como empreendedora é a dupla jornada, é importante ratificar que 63% das entrevistadas são casadas. Falta de linhas de crédito foi a resposta de 26% e ausência de políticas públicas 22%.

Questionou-se na próxima pergunta quais as dificuldades apresentadas ao administrar seu empreendimento e que tipo de políticas públicas podem ser aplicadas para colaborar com o empreendedorismo feminino na cidade.

Tabela 8 – Maiores dificuldades e políticas públicas necessárias

Dificuldades	Políticas Públicas
Preconceito	Educação
Burocracia	Desburocratização
Alta Carga tributária	Redução de tributos
Falta de crédito	Linha de crédito voltado ao empreendedorismo feminino
Falta capacitação	Capacitação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

As dificuldades mais citadas foi o preconceito, burocracia, a alta carga tributária, falta de crédito e falta de capacitação. Verificou-se que algumas relataram a falta de linha e credito e a burocracia para ter acesso a mesma, outras citaram a desigualdade de gênero, onde ainda enfrentam dúvidas quanto a sua capacidade de gestora por ser mulher, causando desconfortos e empecilhos para seu negócio. Afirmando o

que Malavota et al. (2019), disse sobre as mulheres terem uma necessidade de terem linhas de crédito para que possam tornar seu negócio viável, porém mesmo com algumas linhas de créditos oferecidas especialmente para o público, em Canguaretama ainda há essa problemática que muitas sentem, onde relacionam que a burocracia se torna maior por ser do sexo feminino.

Sobre as políticas públicas que poderiam ser aplicadas, colaborando assim com o empreendimento feminino, os mais citados foram: educação de gênero, desburocratização para abrir e gerir as empresas, redução da carga tributária, considerada muito alta pelas entrevistadas, abertura de linhas de crédito voltadas para o empreendedorismo feminino e capacitação.

CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a diagnosticar a situação das empreendedoras na cidade de Canguaretama/RN, evidenciando a importância das políticas públicas como ferramenta no empreendedorismo feminino, diminuindo as disparidades de gêneros e criando mais oportunidades.

Na identificação do perfil das empreendedoras observou-se que a maioria das participantes da pesquisa tem faixa etária entre 30 a 40 anos, são casadas e possui CNPJ. Ao analisar o impacto das políticas públicas no empreendedorismo feminino do município, observou-se que a maioria tem conhecimento sobre alguma política pública voltado para o empreendedorismo feminino, mas 56% não tiveram acesso a financiamentos e créditos bancários para investir em sua empresa, e que a maioria não precisou de políticas públicas para abrir ou dar continuidade ao seu empreendimento.

A maioria das empreendedoras afirmaram que não se sentem apoiadas pelo governo para dar continuidade aos seus negócios, mas que conhecem órgãos que auxiliam e capacitam empreendedores.

Nas dificuldades para gerir seu empreendimento os itens mais citados foram o preconceito, burocracia, a alta carga tributária, falta de crédito e falta de capacitação. Verificou-se que algumas relataram a fal-

ta de linha e crédito e a burocracia para ter acesso a mesma, outras citaram a desigualdade de gênero, onde ainda enfrentam dúvidas quanto a sua capacidade de gestora por ser mulher, causando desconfortos e empecilhos para seu negócio.

Logo, é possível inferir dentro do universo pesquisado, que apesar do conhecimento restrito das entrevistadas acerca das políticas públicas, elas existem mesmo que de forma tímida para ajudar o empreendedor. Entretanto, elas não impactam de forma significativa no ato de empreender de tais mulheres.

As mulheres têm cada vez mais se destacado na área empreendedora mesmo tendo relatos de desigualdade de gêneros e situações que as fazem terem menor representatividade. Observando a forte participação feminina na motivação empreendedora e sua preocupação em pensar cada vez mais em capacitações para que elas possam alinhar estratégias que as façam inovar para obterem resultados expressivos, mesmo com algumas dificuldades elencadas, isso reflete positivamente em seus negócios, tornando-as agentes de transformações na área do empreendedorismo, fortalecendo a economia do país.

É importante ressaltar que embora algumas ainda não tenham conhecimento do que seja política públicas, elas elencam as suas problemáticas direcionado a isso, tais como a ausência do poder público para capacitarem, desburocratização de linhas de créditos para que elas possam investir com facilidade nos seus negócios e oportunidades iguais para gênero.

Criação de parcerias, atendimento ampliado e criando cenários com ambientes favoráveis para estimular o corpo feminino a dar continuidade com seus projetos e propósitos, fazendo com que as desigualdades sociais e profissionais ainda inseridos no mundo do trabalho esteja cada vez mais no passado.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas nessa área, ampliando o número de entrevistadas e incluindo novas abordagens para se aprofundar neste movimento de empreendedorismo feminino.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA***:* Um Guia para a Iniciação Científica. 2ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

CARVALHO**,** EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PERCEPÇÕES DAS BENEFICIÁRIAS SOBRE O PROGRAMA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DA MULHER EM PERNAMBUCO**: Revista sociais & humanas** - VOL. 32, Nº 1, 2019.

GEM - **Entrepreneurial Framework Conditions**, 2018. Disponível em: https://www.gemconsortium.org/economy-profiles/brazil. Acessado em: 25 de Fev. de 2020.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; Ferreira, Jane Mendes; Ramos, Simone Cristina. EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL: GÊNESE E FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. v.6, n.1, p. 40-74, Jan/Abr. 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190515_bmt_66_NT_decomposicao_e_projecao.pdf>. Acessado em: 17 de dez. 2019.

JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa MR da. Empreendedorismo feminino: tecendo um trama de demandas conflitantes. **Psicol. Soc. Porto Alegre**, v. 19, n. 1, p. 77-84, abril de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 de agosto de 2020. https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100011 .

MALAVOTA, Gustavo Pedroso; CINEGAGLIA, Maria Natalina; REIS PEREIRA MELLO, Silvia Conceição. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO EMPREENDEDORISMO FE-

MININO: PERSPECTIVAS DE EMPODERAMENTO. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 23, n. 45, p. 161-173, jul. 2019.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e pobreza no Brasil**. En: A pobreza e as políticas de gênero no Brasil-**LC/L. 2322-P-2005-p. 9-42, 2005. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/5943>. Acessado em: 24 de agosto de 2020.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. (2009). Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, *43*(1), 231-256. https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000100011

RAMOS, Karla de Sousa; VALDISSER, Cassio Raimundo. DAS DIFICULDADES AO SUCESSO: OS CAMINHOS TORTUOSOS E CHEIOS DE OBSTÁCULOS ENFRENTADOS POR EMPREENDEDORAS. **GETEC,** v.8, n.20, p.23-40, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SANTOS, Daniel de Cerqueira Lima e Penalva; LEITE, Emanuel Ferreira; FONSECA, Stêvenis Moacir Moura da. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Editora Unijuí**, ano 12, n. 28, out/dez. 2014.

TERENCE, A. C. F. & ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa ação nos estudos organizacionais. **In: Anais**, XXVI ENEGEP – Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006.

A (DES)INVISIBILIZAÇÃO DO PEDIDO POR RUPTURA DE PADRÕES DESTRUTIVOS CONSTITUÍDOS NA DIMENSÃO TRANSGERACIONAL EM SISTEMAS SOCIOFAMILIARES NO "ALCOOLISMO"

Luiz Felipe Castelo Branco da Silva[5]

1. Introdução

No âmbito das intervenções relacionadas ao manejo dos "Transtornos relacionados a Substâncias e Transtornos Aditivos" (DSM 5, 2014) a literatura aponta existir duas grandes concepções em significativa tensão paradigmática (TEIXEIRA; RAMÔA; ENGSTROM; RIBEIRO, 2017). Um dos paradigmas, referendado pelo projeto estadunidense de "guerras às drogas", defende que o único resultado terapêutico aceitável direcionasse exclusivamente pela conquista definitiva da abstinência (ARAÚJO; MOREIRA, 2006).

5 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Especialista em Dependência Química (UNIFESP) e Especialista em Terapia Familiar e de Casais na abordagem sistêmica (PUC-GO). Psicólogo Clínico e professor adjunto do Centro Universitário UniProjeção (DF).

No foco exclusivo da abstinência como a meta terapêutica, as estratégias de cuidado permanecem direcionadas apenas ao sujeito. Outros elementos tais como aqueles pertencentes ao sistema sociofamiliar, permanecem desconsiderados, inclusive pelas equipes de atenção psicossocial (SILVA, 2011; SILVA, 2015).

O outro, denominado Redução de Danos (RD), não se coloca desfavorável à meta da abstinência, apesar de afirmações discordantes desse posicionamento (SAMPAIO; CAMPOS, 2003). Apoia-se na constatação real de que nem todos os consumidores de substâncias psicoativas conseguem ou desejam alcançar a abstinência e que, apesar disso, não devem ser desassistidos. Defende a minoração dos riscos que o comportamento adicto impinge na vida dos consumidores e da sociedade como um todo.

Deste modo, qualquer passo no sentido de lograr menor risco é considerado como sucesso. Advoga também acerca da (co)responsabilidade do sujeito, enquanto responsável pelas escolhas pessoais. Isso não implica afastar-se das tentativas de despertar o compromisso nesses sujeitos, de modo a assumirem níveis cada vez mais sofisticados de autocuidado (MARLATT, 2002; TEIXEIRA; RAMÔA; ENGSTROM; RIBEIRO, 2017).

Neste mesmo sentido, o modelo psicossocial busca incluir e priorizar poderes e práticas horizontalizadas. Nele, os sujeitos são vistos em suas singularidades, não reduzidos à doença e ao sintoma e não descolado do contexto social que pertencem (COSTA-ROSA, 2012; PARANHOS – PASSO; AYRES, 2013). Este modelo associado à *práxis* visou substituir – ou pelo menos criar uma alternativa – o modelo alopático organizado dentro da racionalidade médica, centrado na figura do médico e no enfrentamento dos sintomas - invisibilizando os sujeitos em suas ecologias – (BARBOSA; MARTINHAGO; HOEPFNER; DARÉ; CAPONI, 2016).

Nestes termos, os modelos e paradigmas supracitados sustentam agenciamentos e filiação de adeptos. Engendram modos de compreensão e de atuação profissional diante das pessoas com Transtornos relacionados ao álcool (TRA). Isto pode gerar disputas e tensões entre os membros das equipes multidisciplinares, que passam a militar pela

defesa de suas convicções em torno do melhor tratamento, que, por vezes, pode vir marcado por visões reducionistas do fenômeno.

Sabe-se que o século XIX, especialmente nos EUA, a luta contra os TRA foi motivada em torno de elementos moralistas, religiosos e biomédicos (SOURNIA, 1986; SILVA, 2011), com prevalência dos dois primeiros. No século XX, a partir dos trabalhos de Elvin Morton Jellinek, o que se nomeava por alcoolismo foi decretado como doença *sui generis*, possuindo etiologia exclusivamente fisiológica (SOUZA; MENANDRO; MENANDO, 2015). Destarte, explicações unicamente biológicas e de eliminação do sintoma, coadunado com a racionalidade médica passaram a ocupar destaque nas discussões. Além disso, por se tratar de doença grave, progressiva e deletéria a única prescrição de tratamento desejada era a abstinência definitiva.

Desse modo, padrões moralistas associadas à exclusividade do saber médico – ancorados em intervenções medicamentosas, hospitalocêntricas e com foco único na retirada do sintoma – estão presentes nas concepções de usuários dos serviços especializados (ALZUGUIR, 2014). Não raramente, tais paradigmas fazem parte do repertório compreensivo também de profissionais das equipes dos Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas (CAPS – ad) (SILVA, 2011; SILVA; 2015).

Nos dias atuais, o retrocesso a concepções moralistas e com foco exclusivo na abstinência tende a intensificar-se. Se anteriormente observara-se a crescente inserção das comunidades terapêuticas (CTs) no tratamento dos problemas de álcool e outras drogas, atualmente, essas passam a receber de modo superlativo aporte financeiro e técnico estatal. Além disso, os recursos públicos passam a contemplar investimentos públicos inclusive para as estruturas físicas da CTs, conforme disposições na reformulação da Política Nacional sobre Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2019).

Sabe-se que as CTs assumem "modelos terapêuticos" com base na conversão religiosa e na abstinência como modos únicos de obtenção de resultados positivos nos TRA. Isto porque, para esse segmento, a etiologia dos TRA ser explicado como sinais de pecado, fraqueza, falta de Deus ou possessão demoníaca (RIBEIRO; MINAYO, 2015).

Além de poder ser considerado um retrocesso nas Políticas Públicas e nos tratamentos com bases científicas, aponta para o imperativo de discussões sérias e não oportunistas sobre o tema. Urge que práticas com eficácia cientificamente comprovadas estejam no escopo das ações de tratamento, primando não apenas com a técnica, mas também com a ética perante os usuários das políticas públicas.

Nestes termos, os reducionismos biomédicos ou de sectarismos religiosos podem ser devidamente superados quando se abre para a compreensão mais ampliada da questão dos TRA (DSM – 5, 2014). Dentro da perspectiva sistêmica, essa problemática é compreendida em amplitude. Ela busca considerar o sujeito em torno da ecologia que lhe é própria (família, comunidade, grupos de pertencimento, instituições etc). O sistema sociofamiliar passa a ser contemplado e compreendido no sentido de todos os membros influenciam e são influenciados pelos demais de modo concomitante (ELKAÏM, 1998; SILVA, 2011; ZAMBILLO; CENCI, 2014).

Em estudo realizado por Trindade (2006), cujo objetivo foi buscar compreender os efeitos do abuso e dependência de bebidas alcoólicas nas famílias, constatou alguns padrões: 1) o sintoma dos pacientes alcoolistas reaparecia ao voltar para casa, após algum tipo de tratamento; 2) havia complexidade dos vínculos do sujeito alcoolista com a sua família de origem, marcado por diversos e diversificados agenciamentos disfuncionais e 3) a interação do indivíduo na sua relação de casal também apresentavam questões relacionais presentes.

Os aspectos supracitados foram compreendidos a partir da adoção da abordagem sistêmica do fenômeno estudado pela autora. Neste sentido, adota-se a premissa da compreensão sistêmica que todos os membros do sistema familiar possuem responsabilidades no modo de funcionamento de seus membros. Isto implica o como se relacionam entre si e com atores externos; como lidam com os conflitos e o modo como o sintoma irrompe (SILVA, 2011; TRINDADE; BUCHER-MALUSCHKE, 2008; SUDBRACK; DALBOSCO; PEREIRA, 2015).

Na especificidade do TRA, para a abordagem sistêmica, tem-se que este fenômeno possui diversas influências em condições familia-

res. Pode ocorrer quando a ansiedade familiar é elevada, tendo neste sintoma elementos paradoxais. Se por um lado visa diluir a ansiedade, ao mesmo tempo resulta no aumento da mesma, tendo em vista o desconforto produzido nos familiares do alcoolista.

Diversos estudos têm investigado a questão da transmissão transgeracional (ALMEIDA; NETTO JUNIOR, 2015; BOWERS; YEHUDA, 2016; HOPKINS; OLSON; PAIN; VINCETT, 2011; LEVE; KHURANA; QUINTELIER, 2015; REICH; 2015). No TRA também existem relações com padrões intergeracionais de perdas traumáticas não elaboradas, resultando no aparecimento de TRA em um ou mais membros familiares em gerações seguintes (COLEMAN, 2004; RODRIGUES; KRINDGES, 2017; TRINDADE; BUCHER-MALUSCHKE, 2008).

Desse modo, a utilização de intervenções familiares, de maneira a considerar outras problemáticas "adjacentes" ao problema do TRA se revelam primordiais para aumento da eficácia dos tratamentos destas condições clínicas. O tratamento de outros problemas da família pode interromper ou diminuir o comportamento de beber em algumas famílias (BOWEN, 1992; ZAMBILLO; CENCI, 2014; HERZOG; WENDLING, 2013).

Destarte, este artigo visa apresentar uma das dimensões que surgiram no processo de produção construção da informação – explicado na sequência – que apontam para a relação entre TRA e as dinâmicas das famílias. Quando o foco de atenção se localiza apenas no sintoma e no sujeito que é portador do mesmo, deixa-se de considerar a diversidade de elementos que agenciam a manutenção da questão a partir do funcionamento disfuncional do sistema sociofamiliar. Isso produz cegueiras compreensivas e da *práxis* das equipes desses serviços.

2. Método

Este artigo é produto de pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), por meio do processo número 337/2008. Objetivou estudar como são organizados os fatores agen-

ciadores da formalização de um pedido de ajuda especializada e o que dificulta que esse seja explicitado em adultos com TRA e atendidos em um CAPS-ad local.

A pesquisa utilizou-se da Epistemologia Qualitativa (EQ) de González Rey e das bases teóricas da Teoria Sistêmica. Na dimensão metodológica para o processo de interação com o campo e a processualidade de construção da informação na perspectiva qualitativa de González Rey. Para os diálogos oportunizados com os colaboradores da pesquisa foram utilizados entrevistas semiestruturadas como disparadores de conversas.

Nestes termos, a EQ (GONZÁLEZ REY, 2005; GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017) é constituída enquanto o ato de compreender a pesquisa, em especial a Psicologia, como um processo dialógico. A produção do sujeito, o complexo tecido informacional que este produz por diferentes caminhos, revela-se que a singularidade é legitimada enquanto espaço privilegiado de construção de conhecimento.

A proposta da EQ foi introduzida com o objetivo de acompanhar as necessidades da pesquisa qualitativa em Psicologia (GONZÁLEZ REY, 2005). Desde então, essa passou a enfatizar alguns princípios gerais da produção do conhecimento e que são sustentadores dessa proposta metodológica.

O primeiro princípio se orienta para a defesa do *caráter construtivo – interpretativo do conhecimento*, o que de fato constitui-se na compreensão do conhecimento enquanto produção e não como apropriação linear de uma realidade que nos apresenta. Desse modo, admite-se que a realidade não é algo pronto e estático que está para ser descoberta, mas se fundamenta como algo oriundo da produção humana.

O segundo princípio destaca a *legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico*. Isso implica no reconhecimento epistemológico da pesquisa como produção teórica. Entende-se por teórico a construção permanente de modelos de inteligibilidade capazes de dar consistência a um campo ou a um problema na construção do conhecimento. Dito de outra forma, o teórico não se reduz a teorias que constituem fontes de saber preexistentes em relação ao processo de pesquisa, mas constituem-se como o processo de produção intelectual

no processo da pesquisa. Isso não significa que toda pesquisa orientada qualitativamente deva obrigatoriamente ter um fim teórico. Entretanto, pode ter objetivos práticos que não a eximem da produção de ideias e da possibilidade do desenvolvimento de modelos de inteligibilidade em relação à questão pesquisada (GONZÁLEZ REY, 2005).

Outro desdobramento nevrálgico do segundo princípio é de que o valor do singular implica na legitimação da informação proveniente do caso singular tomam legitimidade pelo que aparecem por meio do modelo teórico que o pesquisador desenvolve no curso da pesquisa. A informação ou as ideias que surgem a partir do caso singular toma legitimidade por aquilo que representam para o modelo em construção, o que será responsável pelo conhecimento construído no curso da pesquisa.

Por fim, o terceiro princípio sustenta que *o ato de compreender a pesquisa como um processo de comunicação, um processo dialógico*. A dimensão dialógica é via privilegiada para "conhecer as configurações[6] e os processos de sentido subjetivo[7] que caracterizam os sujeitos e que permitem conhecer o modo como as diversas condições objetivas da vida social afetam o homem" (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 13). Desse modo, a comunicação constitui-se espaço privilegiado em que o sujeito expressa seu universo simbólico em diversas e distintas formas. Os participantes da pesquisa tornam-se sujeitos, implicando-se no problema pesquisado a partir de seus interesses, desejos e contradições e não apenas como mero objeto, como ocorre em perspectivas positivistas.

6 São um momento de auto-organização que emerge no fluxo caótico de sentidos subjetivos e que define o curso de uma experiência de vida, especificando estados subjetivos dominantes da questão em estudo. Não representam a soma dos sentidos subjetivos, todavia, caracterizam uma formação subjetiva geradora de sentidos que têm certa convergência entre si que codificam um dos elementos essenciais dos estados afetivos predominantes do sujeito no curso de uma da experiência de vida (González Rey; Martínez, 2017).

7 São qualidades emergentes das configurações subjetivas e não representam propriedades universais dos indivíduos. Compreendidas como sistemas internos que integram processos emocionais e simbólicos, que podem possuir diversos registros e atravessamentos (culturais, econômicos, de gênero, de religião, edipianos, existenciais etc.) e que podem emergir diante de experiências de vida (González Rey, 2017).

Como aporte teórico utilizou-se a teoria sistêmica que compreende as questões dos TRA como problemática complexa, plurideterminada e multifatorial. Os TRA são entendidos como sintoma de crise nas relações interpessoais, que denuncia algo de disfuncional no sistema sociofamiliar, não se circunscrevendo como fenômeno individualizado. Possui função concomitante de *encobrir* uma dificuldade do sistema e de *denunciar* a necessidade de mudança nas relações interpessoais (ZAMBILLO; CENCI, 2014).

Participaram do estudo 09 (nove) homens, entre 30 e 51 anos de idade, todos com TRA e acessados no primeiro contato com o CAPS-ad. Os critérios de adesão ao estudo foram: 1) usuários que chegaram ao serviço pela primeira vez; 2) ser demanda espontânea; 3) histórico de TRA nos últimos 2 anos; 4) não ter associado ao TRA consumo de drogas ilícitas nos últimos 10 anos e 5) ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como disparadores conversacionais (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017) foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. As conversas foram gravadas e degravadas, mediante autorização por escrito dos participantes. A produção da informação baseou-se no método de análise construtivo-interpretativo de González Rey (2005), que propões o levantamento de indicadores de sentido e posterior construção de Zonas de Sentido.

Os indicadores representam um momento hipotético e provisório na processualidade da produção da informação. Adquirem valor quando associados aos outros indicadores e não de modo isolado/estático. São produzidos com o fito explicativo e não descritivo. A partir deles, constroem-se as Zonas de Sentido, compreendidas como o processo de construção teórica mais abrangente e elaborado, produto do contato com o sujeito pesquisado e com o material por ele produzido no contexto do empírico.

As pessoas que chegavam ao CAPS – ad na recepção e que correspondiam ao perfil após a triagem preliminar eram encaminhadas para realizar acolhimento com o pesquisador. Nessa ocasião a pesquisa era apresentada e caso aceitassem participar os procedimentos complementares eram realizados (TCLE, gravação das conversas etc). Em todos os casos, foram agendadas conversas adicionais para complementações de informações geradas no curso da pesquisa.

3. Resultados e discussão

Nesse estudo observou-se existir padrões no funcionamento familiar dos sujeitos de pesquisa que remetiam tanto à dimensão horizontal quanto na vertical e que se articulavam com o TRA. Compreende-se por dimensão horizontal a constituição familiar que se refere à família nuclear (conviventes) e extensa (demais parentes que não coabitam). Enquanto na vertical, aponta-se para os contextos dos ascendentes e dos descendentes das gerações familiares (PENSO; COSTA, 2008).

Sabe-se que a coesão familiar é mantida, em certa medida, pelo conjunto de valores e expectativas transmitidas transgeracionalmente, de distintos níveis de visibilidade e que moldam formas de se comportar, de interpretar o mundo e de lidar com os desafios da vida. Recebe-se como herança, tudo o que as gerações precedentes adquiriram enquanto repertório de padrões e significados. Isto promove espécie de elo em uma longa cadeia de transmissões que datam do primórdio da Humanidade (PRIEUR, 1999).

Podem ser transmitidos também padrões disfuncionais e que nem sempre estão claramente perceptíveis. Agenciam exigências sutis e que condicionam padrões comportamentais conscientes e inconscientes, potencialmente geradores de sofrimento. Para onde quer que as pessoas se dirijam na trajetória da vida, carregam a reatividade emocional parental não resolvida, sob a forma de vulnerabilidade para repetir os mesmos antigos padrões em todo relacionamento novo e intenso em que entramos (SILVA, 2011). Isso pode resultar em capilarizações que podem transbordar do contexto familiar e produzir efeitos em ecologias mais amplas como a comunidade e a sociedade em geral (MOREIRA *et al*, 2015).

Nestes termos, a Zona de Sentido construída[8] permitiu lograr nova dimensão de inteligibilidade que apontou para a busca de *ruptura de padrões destrutivos constituídos e transmitidos transgeracionalmente*. Este pedido refere-se ao complexo movimento dialético de pertencimento e separação articulado com o processo de transmissão multigeracional que estabelece a existência de padrões herdados de gerações anteriores para as seguintes.

8 Os eixos de análise serão apresentados posteriormente.

A assimilação das delegações desta herança e lealdade na continuidade das mesmas oferece elementos para a constituição e manutenção da identidade individual e coletiva dos membros familiares. Também geram aprisionamentos em torno de padrões que solapam a possibilidade de renovação do funcionamento familiar. Deste modo, a demanda desses sujeitos com os TRA visava, em dimensões mais profundas, romper com aqueles padrões insalubres constituídos antes dos TRA. De maneira equivalente, o potencial de saúde dos mesmos apontava pela busca de promoção da possibilidade de logro de novos níveis de autonomia e de diferenciação (SILVA, 2011).

3.1 "O que me machuca mais é a lembrança": ruptura do ciclo de violência intrafamiliar

A partir dos diálogos observou-se a existência de consumo de bebidas alcoólicas no subsistema parental, associado com padrões de violência. Quando alcoolizados, os pais atuavam de forma violenta contra as esposas e contra os filhos pequenos, produzindo organização intrafamiliar forjadas do entrelaçamento entre bebidas alcoólicas e violência intrafamiliar.

> *"Miudinho, eu era miudinho. Nóis morava nessa vila Cauí, aqui onde hoje é o Guarazão, eu morava aí. Me lembro que… minha mãe dizia… eu me lembro de ter morado aí. Mas, minha mãe falou que é mesmo, que a gente morava na Ceilândia e ele pegou e vendeu. Ele não quis dar nada pra gente… ele só servia pra dar pau na pobre da véia… mas, tudo por causa da bebida, né mano? Viiixi! Bebia bastante.. ele era pedreiro, eu me lembro."*
>
> *"(…) meu problema mesmo assim familiar, né (…) Não, problema assim, só mesmo que meu pai me batia em mim e na minha mãe. É só isso aí."*

A família representa o contexto natural para crescer e para receber auxílio, além de ser *locus* de apoio para a individuação sem perda do sentimento de pertencimento. Neste ambiente, os filhos têm o direito

de serem cuidados, protegidos e socializados, internalizando regras e valores, assim como estilos de enfrentamento de conflitos e de negociação dos mesmos (MINUCHIN; FISHMAN, 2004; SUDBRACK; DALBOSCO; PEREIRA, 2015).

Todavia, tais funções podem ser prejudicadas diante de necessidades culturais ou diante da capacidade psíquica e maturidade de seus membros. O nascimento de um filho, por exemplo, pode despertar antigos conflitos conjugais ou mais antigos do que o advento do matrimônio e ainda não resolvidos. Diante da inabilidade de cuidar dos filhos, os TRA podem surgir como forma de lidar com a erupção dessas questões conflituosas (KRESTAN; BEPKO, 1995; RODRIGUES; KRINDGES, 2017).

Existem evidências empíricas que apontam que o TRA provoca no contexto familiar conflitos interpessoais; desentendimentos familiares e afetivos; separação de casais; abuso físico e sexual; homicídio; suicídio e envolvimento em manifestações de violência no âmbito intrafamiliar (PELUSO; BLAY, 2008; REINALDO; PILLON, 2008; RODRIGUES; KRINDGES, 2017). Problemas como comportamentos agressivos, negligência e abandono dos cuidados com os próprios filhos (GOMES; DESLADES; VEIGA, 2002) e risco para maus tratos contra crianças também são apontados como potencializados quando associados ao TRA parental (RAMOS; OLIVEIRA, 2008).

Como desdobramentos as lembranças negativas das vivências de violência resultam na necessidade de gerenciamento do sofrimento psíquico. Eis que por meio de mimetizações, o ato de beber comparece enquanto solução paliativa, mas também elemento reavivador de cenas produzidas pelos pais bebedores e violentos. Os filhos se tornam pais e, de forma similar, passam a atuar como reprodutores de violência, tendo no beber o gatilho para a repetição do ciclo de violência vivenciado durante anos.

Para a teoria sistêmica familiar, a Subjetividade humana é interligada aos respectivos sistemas familiares dos sujeitos, constituindo-se enquanto totalidades organizadas por regras definidas, valores, que nem sempre são verbalizados (MINUCHIN; NICHOLS; LEE, 2009). Padrões pertencentes a gerações anteriores são transmitidos para as gerações seguintes, influenciando-as em diversos sentidos

(PRIEUR, 1999). As questões que aparecem em uma dada geração podem passar para uma geração seguinte de outra forma, mas se mantendo o padrão das famílias repetirem a si mesmas (CARTER; MCGOLDRICK, 2007).

> *"É que… você bebe, você não dá certo pra bebida, no caso é só discussão. Provocando os filhos, provocando a mulher… né? Aquela onda de violência doida. Então, quer dizer, com tudo aquilo você cresce com aquelas coisas do juízo, né Na lembrança. É, eu sou perturbadinho com isso. A bebida nunca me ajudou em nada…!"*

A manutenção desses padrões ocorre por meio de um fenômeno conhecido como "lealdades invisíveis" (BOSZORMENYI-NAGY; SPARK, 2013). O conceito se refere à existência do conjunto de expectativas familiares em torno da adesão a certas regras e padrões e orquestradas em torno de distribuição de compromissos entre todos os membros.

A distribuição de compromissos supracitada é conhecida como "delegação" e implica na execução de tarefas, missões encomendadas de forma inconsciente, que estão vinculadas aos anseios do grupo familiar. Seu cumprimento fiel constitui-se como prova de solidariedade e compromisso às expectativas familiares, além de conferir *status* de pertencimento àquele que age com lealdade. Por sua vez, seu contrário defere transgressão ao que foi delegado, podendo ocasionar o isolamento ou até a expulsão do membro traidor. Deste modo, o ciclo de violência citado pode ser pensando enquanto produto de redes de delegações, lealdades invisíveis, projeções familiares que exigem manutenção da tradição familiar, mesmo que possuam aspectos disfuncionais (SILVA, 2011).

Não obstante, percebeu-se a existência de demanda voltada a romper com o padrão transgeracional disfuncional, manejando as delegações de forma a permitir novas possibilidades para as gerações futuras.

> "(...) aquela onda de violência dentro de casa. Eu acho que isso ajuda muito na destruição da gente e dos filhos da gente, sabia? Que é meu medo lá dentro de casa. É por isso que eu procurei

> aí (...) É. Porque eu fui criado com um padrasto ... (silêncio) ... que não dava nada, só violência dentro de casa (...) Pôxa, eu, eu num lugar que não sou padrasto, sou pai... e ficar dando lugar pra futuramente meus filho ficar com o juízo perturbado também?!"

3.2 Não ser como meu pai sem deixar de ser seu filho

Neste estudo percebeu-se a existência de discursos em torno da *presença ausente*[9] ou *completa ausência*[10] paterna na vida dos participantes da pesquisa. Embora não falassem muito dos próprios pais, a maioria dos colaboradores mimetizavam padrões comportamentais que remetiam à linhagem paterna, que não se restringiam à reprodução da violência intrafamiliar como foi destacado anteriormente ou nas questões em torno dos TRA.

Na infância desses sujeitos, em decorrência da ausência paterna, muitos procuraram informações ou narrativas sobre os pais biológicos, como forma de apaziguarem o sofrimento psíquico decorrente do vazio, do hiato produzido pela falta do pai. O resgate de história da linhagem paterna pareceu indicar a reivindicação do direito ao conhecimento sobre sua origem, além de conferir vinculação e pertencimento a esta linhagem. Todavia, este movimento encontrava barramentos constituídos na negativa das mães em relembrar as histórias destes homens que, embora pais dos filhos, foram companheiros ruins e produtores de experiências dolorosas.

Disso percebeu-se que os sujeitos passaram a evitar perguntar sobre os pais para suas mães, de modo a evitar produzir sofrimento nas mesmas, apesar de persistir o desejo de saberem sobre seus pais. Destarte, instalou-se nestas dinâmicas familiares aquilo que se chama de conflito de lealdade, conhecido na literatura por "lealdades clivadas".

---

9 Alguns conviveram com os pais ou padrastos, mas estes eram distantes e alheios ao papel de cuidadores dos filhos.

10 Em um dos participantes, sabe-se que ele não conheceu o pai e sua mãe não teve outro companheiro fixo. Em outro, o sujeito ficou órfão de um pai que morrera de "alcoolismo", segundo ele. Sua mãe também não teve novo relacionamento conjugal.

O conceito é definido como fenômeno no qual o filho que se encontra cativo do conflito conjugal, apenas podendo deferir lealdade a uma das figuras parentais. A lealdade implica na concomitância deslealdade com a outra figura (BOSZORMENYI-NAGY; SPARK, 2013). A manifestação do ato de lealdade a essas mães, expresso no não resgate do passado da parentalidade com o genitor e dos possíveis segredos e não ditos familiares relacionados com essa dimensão, não excluiu o cumprimento de outros níveis de lealdade.

Sem notar, alguns sujeitos se tornaram como os pais. Cumpriram as expectativas em preservar o elo entre os ancestrais e os descendentes. Mais adiante, a constatação disso foi reconhecida pelas próprias mães desses filhos, que reencontram os ex-companheiros, nas atitudes dos respectivos filhos. A confirmação da semelhança com o pai feito por estas mães parecia demarcar a sinalização do pertencimento destes filhos, o que resultava em contentamento expresso no relato deles seguidos de feições sorridentes.

No entanto, percebiam em si características negativas como os TRA, dentre outros aspectos indesejáveis também atribuídos ao pai. Isto gerava conflitos em torno de "ser como o pai" e manter lealdade no reconhecimento e perpetuação da linhagem paterna e o movimento de apartar-se de alguns aspectos herdados e, dessa maneira, trair estes ancestrais, compreendido como negação da herança. A rejeição de certos aspectos era como se negasse parte de si mesmo e, com isso, perdesse o pertencimento que tanto buscou. Em um dos colaboradores da pesquisa, a reprodução da fala da mãe, ao falar do ex-marido dela e pai do filho pela primeira vez revelou-se exemplar e gerou a geração das ideias em torno da transgeracionalidade:

> "Minha mãe disse: Rapaz, você puxou pro seu pai mermo. O bicho era cachaceiro, mentiroso. (riso) Aí eu falei: 'Então eu puxei pra ele mermo' (...) Só que eu não gosto de mentir, não véi! Porque mentira, mentira tá me prejudicando muito, a gente... mentira não vale a pena, não, porque, eu acho, porque ... pô, se mentira fosse levar em alguma coisa, eu já taria numa boa, né?

O desafio de *não ser como o pai sem deixar de ser filho dele* produz desafios existenciais que exigem complexos recursos internos para gerenciar as angústias produzidas. A dificuldade em que a sociedade ocidental tem de lidar com realidades paradoxais, parece amplificar as dificuldades. Ambas as disposições, por gerarem tensões emocionais cuja amplitude não se permite gerenciamento a partir dos recursos que se tem, resulta na adoção de paliativos. O ato de beber parece permitir que distintos aspectos sejam acolhidos mesmo que de modo disfuncional.

Além de mimetizar comportamentos parentais pode significar acolhida da dimensão paterna, promovendo a visibilidade da mesma, em alguma medida e demarcando o pertencimento na linhagem paterna. Ao mesmo tempo, o ato de beber produz lealdades com a mãe, no sentido de não buscar saber mais detalhes sobre a história do pai e, portanto, gerar sofrimento nelas. Além disso, cria uma problemática substitutiva, que coloca em suspenso o desafio de responder à questão em torno do *não ser como o pai sem deixar de ser filho dele* e lidar efetivamente com a ativação de afetos em torno desse desafio paradoxal existencial.

4. Considerações finais

Considerando-se o exposto, percebe-se relevância da adoção da abordagem sistêmica nos TRA. A partir dela, o foco no sintoma e apenas no sujeito – dito "problemático" – fica ampliado para diversos outros agenciamentos. A visão mais ampliada da situação permite a adoção de manejos técnicos mais substantivos e robustos, podendo gerar resultados mais expressivos.

Apesar da existência de evidências favoráveis da terapia familiar no tratamento de TRA, ainda são poucos os serviços públicos que adotam esta possibilidade interventiva. Muitos ainda estão epistemologicamente e ontologicamente ancorados no paradigma biomédico e desconhecem as possibilidades da abordagem sistêmica.

Estudos desta natureza, no qual o olhar sistêmico é destacado, permitem a possibilidade de perceber que o fenômeno do TRA não se restringe a disposições farmacoquímicas ou genéticas. Existem influências da ordem da complexidade que precisam ser mais bem co-

nhecidas e pelos profissionais em diversos eixos de atuação, para que isso resulte em ações mais efetivas.

Nestes termos, não apenas aqueles que atuam na assistência propriamente dita poderão gerar melhores resultados. Também quem atua na formulação e gestão de Políticas Públicas ou no gerenciamento de equipes psicossociais poderão promover entregas mais condizentes com as necessidades da população em geral.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. T. C.; NETTO JUNIOR, J. L. S. Measures of intergenerational transmission of obesity in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.5, p. 1400-1413, 2015.

ALZUGUIR, F. V. A carreira moral da vergonha na visão de homens e mulheres "alcoólatras". **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 11 – 29, 2014.

ARAÚJO, M. R.; MOREIRA, F. G. História das drogas. *In*: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G., (org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Atheneu, 2006. 493 p. ISBN 978-85-7379-785-5.

BARBOSA, V. F.; MARTINHAGO, F.; HOEPFNER, A. M. S.; DARÉ, P. K. O cuidado em saúde mental no Brasil: uma leitura a partir dos dispositivos de biopoder e biopolítica. **Saúde Debate**, v. 40, n. 108, p. 178 – 189, 2016.

BOSZORMENYI - NAGY, I; SPARK, G. M. **Lealtades invisibles:** reciprocidad en terapia familiar intergeracional. Buenos Aires: Amorrortu, 2013. 448 p. ISBN – 13: 978-9505182398.

BOWEN, M. **Family therapy in clinical practice**. New York: Jason Aronson, 1992. 584 p. ISBN 978-0876687611.

BOWERS, M. E.; YEHUDA, R. Intergenerational transmission of stress in humans. **Neuropsychopharmacology**, v. 41, n.1, p. 232- 244, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.761, de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas e revoga o Decreto nº. 4.345, de 26 de agosto de 2002. **Política Nacional de Drogas**. Brasília, DF, abril 2019.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M *et al*. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. 512 p. ISBN 978-85-7307-833-6.

COLEMAN, S. B. Padrões intergeracionais de perda traumática: morte e desespero em famílias de drogadictos. *In*: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. (org.). **Morte na família:** sobrevivendo às perdas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. 316 p. ISBN 9788573074024.

COSTA – ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. *In*: AMARANTE, P. (org.). **Ensaios:** subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 314 p. ISBN 85-85676-86-8

DSM – 5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p. ISBN 978-85-8271-089-0.

ELKAÏM, M. As terapias familiares intergeracionais. *In*: ELKAÏM, M, (org.). **Panorama das terapias familiares**. Tradução: Eleny Corina Heller. São Paulo: Summus, 1998. v. 1, 336 p. ISBN 85-323-0614-4.

GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; VEIGA, M. M. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus tratos infantis na literatura. **Caderno de Saúde Pública**, 2002, v. 18, n. 3, p. 707 – 714.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia:** caminhos e desafios. Silva, AF, tradutor. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 208 p. ISBN 85 – 221 – 0477 – 8.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Subjetividade e saúde:** superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2017. 128 p. ISBN – 10: 8524918497.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MARTÍNEZ, A. M. **Subjetividade:** teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea, 2017. 194 p. ISBN 978 – 85 – 7516 – 810 – 3.

HERZOG, A.; WENDLING, M. I. Percepções de psicólogos sobre os familiares durante o tratamento de dependentes químicos, **Aletheia**, 2013, v. 42, p. 23 – 3, 2013.

HOPKINS, P.; OLSON, E.; PAIN, R.; VINCETT, G. Mapping intergenerationalities: The formation of youthful religiosities. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.36, n. 2, p. 314-327, 2011.

KRESTAN, J.; BEPKO, C. Problemas de alcoolismo e o ciclo de vida familiar. *In*: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *et al*. (org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. 512 p. ISBN 978-85-7307-833-6.

LEVE, L. D.; KHURANA, A.; REICH, E. B. Intergenerational transmission of maltreatment: a multilevel examination. **Development and Psychopathology**, v. 27, n. 4, p. 1429 - 1442, 2015.

MARLATT, G. A. **Harm reduction:** pragmatic strategies for managing high – risck behaviors. Porto Alegre: Artes Médicas; 2002. 390 p. ISBN- 10: 1572308251.

MINUCHIN, S; FISHMAN, H. **Técnicas de terapia familiar**. Buenos Aires/Barcelona: Paidos; 2004.

MINUCHIN, S.; NICHOLS, M. P.; LEE, W.Y. **Famílias e casais:** do sintoma ao sistema, Tradução: Jorge Dellamora Mello. Porto Alegre: Artmed, 2009. 240 p. ISBN 978 – 85 – 363 – 1925 – 4.

MOREIRA; F. G.; QUINTANA; M. I.; RIBEIRO, W.; MELLO, M. F.; MARI, J. J.; ANDREOLI, S. B. Revictimization of violence suffered by those diagnosed with alcohol dependence in the general population. **Biomed research International** v. 2015, 2015. doi:10.1155/2015/805424

PARANHOS-PASSOS, F.; AYRES, S. Reinserção social de portadores de sofrimento psíquico: o olhar de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva, v. 23, n. 1, p. 13 – 31, 2013.

PELUSO, E. T. P.; BLAY, S. L. Public perception of alcohol dependence. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 30, n.1, p. 19 – 24, 2008.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008. 304 p. ISBN 978 – 85 – 323 – 0494 – 0.

PRIEUR. B. **As heranças familiares**. Tradução: Teresa Laginha, Lisboa: Climepsi, 1999. 144 p. ISBN972 – 8449 – 54 – 2.

QUINTELIER, E. Intergenerational transmission of political participation intention. **Acta Politica**, v. 50, n.3, p. 279-296, 2015.

RAMOS, M.E.C.; OLIVEIRA, K.D. Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos. *In*: PENSO, M. A.; COSTA, L. F., (orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008. 304 p. ISBN 978 – 85 – 323 – 0494 – 0.

REINALDO, M. A. S; PILLON, S. C. Repercussões do alcoolismo nas relações familiares: estudo de caso. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v.16, n.(especial), 2008. Acesso em 21 fev. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_05.pdf

RIBEIRO, F. M. L.; MINAYO, M. C. S. Religious therapeutic communities in recovering drug users: the case of Manguinhos, state

of Rio de Janeiro, Brazil. **Comunicação Saúde Educação.** v. 19, n. 54, p. 515 – 526, 2015.

RODRIGUES, G.; KRINDGES, C. A. Consequências psicossociais atreladas ao consumo precoce de bebida alcoólica. **Revista de Psicologia da IMED.** v. 9, n. 2, p. 61 – 76, 2017.

SAMPAIO, C. M. A; CAMPOS, M. A. **Drogas, dignidade & inclusão social:** a lei e a prática de redução de danos. Rio de Janeiro: Aborda, 2003.

SILVA, L. F. C.B. S. **Alcoolismo:** do cálice que cala à escuta que liberta – o pedido silencioso de dependentes e abusadores de bebidas alcoólicas no acolhimento de um CAPS-AD. Curitiba: Juruá; 2011. 256 p. ISBN 978 – 85 – 362 – 3375 – 8.

SILVA, L. F.C.B. S. Papéis da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial. *In*: POLEJACK, L.; VAZ, A. M. A.; GOMES, P. M. G.; WICHROWSKI, V. C., (orgs.). **Psicologia e Políticas Públicas na Saúde:** experiências, reflexões, interfaces e desafios. Porto Alegre: RedeUnida, 2015. 440 p. ISBN: 978-85-66659-44-3.

SOURNIA, J. C. **Histoire de l´alcoolisme**. Paris: Flammarion, 1986.

SOUZA, L. G. S.; MENANDRO, M. C. S.; MENANDRO, P. R. M. O alcoolismo, suas causas e tratamento nas representações sociais de profissionais de Saúde da Família. **Physis** Revista de Saúde Coletiva. v. 25, n. 4, p. 1335 1360, 2015.

SUDBRACK, M. F. O.; DALBOSCO, C.; PEREIRA, S. E. F. N. **Adolescentes e drogas, lei e justiça:** construções teórico-metodológicas para uma clínica da complexidade na socioeducação. Brasília: Link, Comunicação e Design, 2015. 391 p. ISBN 978 – 85 – 63520 – 04 – 3.

TEIXEIRA; M. B.; RAMÔA, M. L.; ENGSTROM, E.; RIBEIRO, J. M. Tension betwen approach paradigms in public policies on

drugs: an analysis of Brazilian legislation in 2000 – 2016. **Ciênc. Saúde. Colet**. v. 22, n. 5, p. 1455 – 1466, 2017.

TRINDADE, E. M. V. Filhos de Baco: considerações acerca dos efeitos do alcoolismo na família. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 17, n. 4,

p. 275 – 282, 2006.

TRINDADE, E. M. V.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Considerações acerca da abordagem transgeracional de famílias alcoólicas. *In*: PENSO, M.A.; COSTA, L. F. (org.). **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008. 304 p. ISBN 978 – 85 – 323 – 0494 – 0.

ZAMBILLO, M.; CENCI, C. M. B. Equilibristas embriagados: a dinâmica familiar alcoolista pelos vieses da Psicoterapia Familiar Sistêmica. **Aletheia**, V. 43, n. 44, 91 – 104, 2014.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS DIFERENÇAS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UMA "VIAGEM NO TEMPO"

Larissa Fonseca de Souza[11]

INTRODUÇÃO

A viagem no tempo não é somente um tema de ficção, mas é muito abordada por físicos conceituadas, que em suas pesquisas buscam comprovar se seria ou não possível ter acesso ao passado ou ao futuro. E tudo começa por meio de teorias como a Teoria da Relatividade, elaborada pelo físico Albert Einstein, que afirma que o tempo é relativo.

Segundo essa teoria, "[...] o tempo passa mais lentamente para um relógio em movimento do que para um relógio em repouso." (DEZIDÉRIO, 2005, p.45). Lógico que a velocidade que a humanidade consegue alcançar, com os veículos aos quais têm acesso, não são tão altas e faz com que essa variação seja insignificante. Porém, se fosse possível que uma pessoa alcançasse a velocidade da Luz, o tempo "congelaria", logo, a teoria levanta a hipótese de que se a velocidade alcançada fosse maior do que a da Luz, seria possível fazer o tempo voltar para trás.

Ao se pensar sobre futuro, normalmente segue a ideia de progresso, como se o tempo na História seguisse uma trajetória linear, sempre progredindo em direção a avanços e conquistas. Desse modo, o futuro

11 Licenciada em História pela UNIVAP

apresentaria sempre uma melhoria em relação ao passado. Um período de expressivos avanços tecnológicos, onde a presença de robôs e "carros voadores" seriam comuns no dia a dia.

A verdade é que é bem provável estarmos bem próximos ou mesmo já vivendo esse "futuro". A sociedade em muito já avançou, a inteligência artificial acaba de lançar o GPT-3 (Transformador Generativo Pré-treinado 3) da Open AI, que "é capaz de entender qualquer frase e informação, autocompletar, responder e criar padrões como se fosse um ser humano"[12]. Na medicina os avanços resultaram no surgimento de inovações, de acordo com o iClinic Blog, já existem os robôs cirúrgicos, a Próton Terapia (tratamento com prótons no combate ao câncer) ou a telemedicina (atendimento remoto, que complementa o atendimento presencial). No entanto, mesmo que tais tecnologias existam, ainda são uma realidade muito distante para muitas pessoas.

O artigo portanto, apresenta uma "viagem no tempo" diferente. Uma que não necessita de uma máquina específica ou de um veículo especial, que consegue ultrapassar a velocidade da Luz, basta se locomover nos diferentes espaços do Brasil e se deparar com as diferentes realidades, uma que lembrará mais o passado, onde pessoas morrem de verminoses ou outras doenças causadas pela falta saneamento básico e de um sistema de saúde eficaz e outra que lembrará o futuro, onde as pessoas são atendidas por um médico particular, que muitas vezes se locomove até a sua casa, no horário desejado e podem realizar um tratamento mais sofisticado, em hospitais premium.

No primeiro capítulo é apresentado o Programa Bolsa família como uma política pública brasileira muito eficiente nas questões relacionadas às diferenças sociais. Ainda dentro do primeiro capítulo, nos tópicos um e dois, são apresentadas um histórico da desigualdade social as possíveis razões para a desigualdade brasileira e trajetória do Programa Bolsa Família , percebendo quais mudanças ocorreram e em que elas acarretam.

No segundo capítulo é desconstruído o conceito de que o futuro é sinal de avanço, apresentando como a concepção de "progresso" é di-

12 Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2020/08/nova-inteligencia-artificial-e-espantosa.shtml>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

ferente para cada realidade, pois enquanto uns avanços outros parecem retroceder. Por fim, nas considerações finais é retomada a ideia inicial da "viagem no tempo" como uma ilustração das diferentes realidades no Brasil e no mundo, apresentado o quanto ainda temos muito o que avançar como sociedade e o quanto as políticas podem ajudar nesse quesito.

1. DESIGUALDADE BRASILEIRA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A "MÁQUINA DO TEMPO"

Uma política pública que contribui para a diminuição das diferenças sociais é o Programa Bolsa Família. A reportagem de Bárbara Forte, postada no site da Uol no dia 20 de fevereiro de 2020, aponta a história de Erika Aline Oliveira, que mora em Palmeiras (BA), com uma filha de três anos e o companheiro, Tamilo Novais Silva. Ela e o companheiro trabalham como diaristas e o dinheiro do benefício que recebem, serve suplir gastos essenciais, como relata Erika: "Com o dinheiro que recebo há um ano e oito meses do governo, eu consigo cobrir os gastos com leite e merenda da minha filha"[13].

A região do Sertão brasileiro é dependente de políticas públicas para a garantia de uma qualidade de vida básica para seus habitantes, a reportagem de Luciano Máximo publicada site Valor, em 12 de junho de 2013, apontou que o Bolsa Família somada a outras políticas governamentais, garantiram que a migração do sertão diminuísse. Na reportagem, Nohemy Rezende Ibanez, que na época era coordenadora de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem da Secretaria Estadual de Educação do Ceará, explica: "Começamos no ano passado, pela primeira vez, a destinar recursos da educação para o enfrentamento da seca diretamente nas escolas."[14]

13 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

14 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/06/12/com-bolsa-familia-e-cisternas-menos- familias-fogem-do-sertao.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2020

Até mesmo no Estado de São Paulo, considerado o mais rico da Federação e que alcançou um alto índice de IDHM, com a marca de 0,783 em 2013, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, foi o segundo Estado em número de beneficiários do Bolsa Família em 2015. Na reportagem cedida a Rádio Brasil Atual, em 24 de abril de 2015, Helmut Scharzer, o secretário nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) da época, ainda pontuou a necessidade de outras políticas como auxílio na erradicação da miséria.

Acontece que o IDHM acaba mascarando as desigualdades sociais. Por mais que o Estado possa proporcionar educação e saúde de qualidade, não significa que todos seus habitantes terão acesso a uma boa qualidade de vida. Dentro da própria cidade de São Paulo, capital do Estado, as diferenças são alarmantes, de acordo com o Mapa da Desigualdade 2019, da Rede Nossa São Paulo, enquanto um morador de Moema, bairro de classe média alta, localizado na zona sul, vive em média 80 anos; na Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade, a expectativa de vida é de 57 anos. Ou seja, a expectativa de vida pode variar cerca de 23 anos na mesma cidade.

A desigualdade supracitada ressalta a ideia de uma "viagem no tempo", pois, ao se locomover de um bairro ao outro, cuja distância é próxima de 27 km, a cada quilômetro andado, perde-se (ou ganha, depende do sentido para onde está indo) cerca de um ano de vida. E foi em um contexto de desigualdade social como esse que o Bolsa Família foi criado, sendo estabelecido, em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), unificando programas pré-existentes do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), como Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação.

A reportagem de Matheus Saioron, publicada no site Politize, aponta que com o Programa Bolsa Família cerca de 22 milhões de pessoas saíram da situação de miséria desde 2011, segundo o MDS (Ministério da Cidadania) e a desigualdade diminuiu cerca de 10%, no período entre 2001 e 2015, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O programa também é responsável por contribuir para a diminuição da evasão escolar, mantendo cerca

de 13 milhões de crianças e jovens nas escolas, já que um dos requisitos para o recebimento da bolsa é que o aluno em idade escolar esteja devidamente matriculado em uma escola e frequente no mínimo 75% das aulas.

O programa poderia então ser representado como uma "máquina do tempo", que possibilita que algumas pessoas "do passado", consigam avançar um pouco no tempo e ter acesso a uma vida mais digna. Porém, apesar dos resultados positivos que tal política pública proporcionou, a situação geral do Brasil ainda é muito grave, sendo classificado como o sétimo país mais desigual do mundo, de acordo com a divulgação do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). De acordo com os dados coletados pela pesquisa, "a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra 41,9% da renda total do país, e a parcela do 1% mais rico concentra 28,3% da renda."[15]

1.1. Breve histórico da desigualdade social e os fatores de sua ocorrência no Brasil

A desigualdade social, seja no Brasil ou no mundo não é recente. Antes mesmo de um sistema Capitalista existir, no período da Alta Idade Média, o Sistema Feudal já representava um mundo dividido entre os poucos que detinham o poder (clero e nobreza, além do rei), enquanto o restante da população, apesar de serem a maioria, eram submetidos a uma vida miserável, em que, muitas vezes, ter o que comer era uma raridade. Como aponta o historiador Hilário Franco Jr. (1986, p.8) "no senso comum, o Feudalismo é sinônimo de anarquia política, de exploração pura e simples de camponeses por clérigos e guerreiros, de barbarismo e ignorância generalizadas."

O Feudalismo entrou em crise, pois não se adequava mais a sociedade da época. Na verdade era um sistema que se autodestruia, como aponta Hilario (1986, p.78): "A origem disso [crise do feudalismo] estava na sua dinâmica, que levara o Feudalismo a atingir então os li-

15 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

mites possíveis de funcionamento de sua estrutura." O fim do Sistema Feudal deu origem ao Capitalismo, que pode ser definido, a grosso modo, como um sistema econômico que tem objetivo de obter lucro e que busca garantir também a liberdade do comércio e da indústria e a propriedade privada.

Após o declínio do Sistema Feudal, caracterizado pela descentralização do poder, deu-se início a uma monarquia absoluta, que logo foi derrubada pelo advento da Revolução Francesa (1789). No contexto anterior à Revolução, a desigualdade era presente, o poder concentrava-se nas mãos do clero (primeiro estado) e da nobreza (segundo estado), enquanto o restante da população (terceiro estado) estavam submetidos a condições desumanas. Também crescia uma classe comercial intitulada como burguesia, que não se adequava ao modelo de poder existente.

A Revolução Francesa, apesar de ter contribuído para o fim da Monarquia Absoluta, tanto na França quanto em outros países, é criticada por não ter ocasionado uma mudança eficiente no quesito das diferenças sociais, por isso, no Manifesto Comunista, Karl Marx (2008, p.33) afirma que ela apenas "suprimiu a propriedade feudal em prol da propriedade burguesa", pois a burguesia "que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas." (MARX, 2008, p.11).

Após a Revolução Francesa, consequentemente ocorreu um acontecimento que ficou conhecido como ascensão da classe média, como bem aponta Eric J. Hobsbawm (1996, p.30): "A Revolução Francesa [...] trouxe como clímax a longa ascensão da classe média". A classe média está entre a burguesia e o proletariado de Marx e luta para alcançar a classe dominante ao mesmo tempo que teme torne-se a classe baixa, por isso a tendência é de se associarem a classe alta, afastando-se dos mais pobres.

Há diferentes razões para o quadro de desigualdade atual, tanto no Brasil como no mundo, e ela esteve em presente em quase toda história da humanidade. A reportagem de Bárbara Forte, publicada no site da Uol, em 20 de fevereiro de 2020, apresenta três fatores que podem ser-

vir explicar tal desigualdade no Brasil: o racismo, a questão de gênero e a tributação de impostos.

Faz pouco mais de 130 anos que a escravidão foi abolida no Brasil, sendo o último país das Américas a aderir a liberdade dos escravos (e ainda devido a pressão da Inglaterra). Dentro da perspectiva da História ainda estamos muito próximos desse passado escravocrata, que muito influencia a sociedade atual, outra reportagem de 19 de novembro de 2019, publicada no site da Uol, pela Bárbara forte, revelou que o Brasil, que possui 54% da população composta por negros é gerido por 94% de parlamentares brancos. De fato vivemos um racismo estrutural, ou seja, uma sociedade estruturada "com base na discriminação que privilegia algumas raças em detrimento das outras."[16]

O direito ao voto feminino foi concedido no Brasil somente na década de 1930, na Era Vargas e somente a partir de 1943 que houve uma regulamentação do trabalho feminino, sendo que as mulheres ainda precisavam da autorização dos maridos para trabalhar. Ainda hoje a questão do gênero influencia em muito no quesito das diferenças sociais, segundo a reportagem de Bárbara forte a Uol (2020), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam que 16,6% dos desempregados são mulheres negras, enquanto a taxa entre os homens brancos é de 8,3%.

O terceiro fator é o imposto que é cobrado de igual valor tanto para quem possui mais quanto para quem possui menos, já que a base da tributação está em cima do consumo e não em cima do patrimônio e renda, como acontece em outros países. Esse cenário acaba prejudicando mais o menos favorecido financeiramente, como explica José Antônio Maroni, dirigente do Inesc: "Para uma pessoa que recebe R$ 100 do Bolsa Família e paga R$ 45 só de imposto, a carga tributária é alta. Quem compra um helicóptero para uso e lazer e tem isenção, por exemplo, a carga é baixa."[17]

16 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/listas/o-que-e-racismo-estrutural.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

17 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

É possível perceber como sempre foi possível "viajar no tempo", ao se deparar com as diferentes realidades do Brasil e do mundo, ao longo da História. E no caso brasileiro fica inviável que algumas pessoas consigam ter o mínimo necessário para viver sem o auxílio de políticas públicas como o Programa Bolsa Família.

1.2. A trajetória do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003, pela junção de outras políticas públicas, que são: Bolsa Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação. Há uma certa disputa sobre quem o criou, pois ao mesmo tempo que foi criado pelo governo de Lula (PT), foi uma junção de programas sociais do governo antecessor, de Fernando Henrique (PSDB). No governo de Dilma Rousseff (PT), o programa foi vinculado ao Brasil sem Miséria, passando a oferecer qualificações profissionais e assistência a produção rural aos beneficiários.

Está previsto em lei, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Os três eixos principais que regem o programa são: complemento da renda, garantia dos direitos humanos básicos às famílias beneficiadas e articulação com outras ações de políticas públicas que contribuam para a superação de situação de vulnerabilidade e pobreza. Tanto a União, quanto os Estados e Municípios podem executá-los, sua ação portanto é descentralizada.

As condições para ser beneficiário do programa é que a família possua uma renda mensal de até R$ 89,00, ou com renda entre R$ 89,00 a R$ 178,00, desde que tenham crianças e adolescentes de até 17 anos, sendo que os que têm entre 0 a 6 anos deverão ter o calendário de vacinação em dia, além do acompanhamento do peso e altura e os que têm de 6 a 17 anos devem estar matriculados em uma escola, tendo uma frequência mínima de 75%. Quando uma família não cumpre os combinados são aplicados efeitos que podem acarretar no cancelamento do benefício, porém os efeitos são gradativos e variam conforme o descumprimento das famílias.

Houve receio quando Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência em 2016 de que o programa sofresse cortes, de fato não houve corte

do benefício, mas o governo realizou o que foi chamado de "pente fino", que acarretou em 469 mil cancelamentos e 667 mil suspensões de bolsas até novembro de 2016. A justificativa de tal ação é que as informações do Cadastro Único, onde ficam os dados dos beneficiados, estavam desatualizadas e não eram utilizadas integralmente.

Nas eleições de 2018, o então candidato Jair Messias Bolsonaro (sem partido) prometeu a ampliação do Programa Bolsa Bolsa Família, por meio da aplicação do 13º salário aos beneficiários, fato que gerou surpresa, pois quando exercia o cargo de deputado federal, defendia o fim do programa, alegando que se tratava de uma forma do Partido dos Trabalhadores "comprar" eleitores. Em 2019, de fato cumpriu a promessa ao assinar a ampliação do programa no dia 15 de novembro.

Atualmente, com o advento da pandemia, o Governo Federal lançou o auxílio emergencial para suprir os desempregados durante a quarentena. O programa social foi uma das principais medidas responsáveis pelo aumento da popularidade do governo, após uma crise de queda da mesma. O presidente declarou, segundo reportagem do site G1, de 21 de agosto de 2020, que além de prorrogar o auxílio emergencial até dezembro, pretende transformá-lo em um programa chamado Renda Brasil, que seria uma reformulação do Programa Bolsa Família.

O programa social é utilizado como um meio para ganhar eleitores, por isso a disputa entre Lula (PT) e Fernando Henrique (PSDB) sobre a origem do programa e por isso também, apesar de parecerem contrários ao benefício, Michel Temer (PMDB) e Jair Bolsonaro (sem partido) mudaram seus discursos. Porém, defender o fim do programa por meio de tal justificativa não é viável, pois independente das intenções políticas por detrás, muitas pessoas dependem do valor que recebem para terem o mínimo para viver. José Antonio Moroni, dirigente do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em reportagem publicada no site da Uol, do dia 2 de fevereiro de 2020, apresenta que "o Bolsa Família dá um patamar mínimo para as famílias em vulnerabilidade social poderem acessar direitos como educação e saúde. Seu fim, portanto, seria perigoso."[18]

18 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

2. CONCEITO DE PROGRESSO: IR PARA O FUTURO SIGNIFICA AVANÇAR?

O dicionário apresenta algumas definições para a palavra "progresso", mas todas condizem para a mesma ideia, que é a apresentada pelo site Dicionário Online de Português, de que progresso é um "movimento para frente"[19]. Sendo assim, quando há uma associação da palavra progresso com a palavra futuro, automaticamente se presume que o futuro será sempre melhor que o passado, ou seja, estamos avançando como humanidade a medida que o tempo passa.

Ao se deparar com o significado da palavra "futuro" no mesmo Dicionário Online de Português, não há qualquer menção das palavras "progresso" ou "avanço", mas apenas é apresentado o futuro como o "tempo que está por vir"[20], tempo do qual não se pode fazer premonições e também, como apresentado pelo mesmo dicionário, são "sucessão de situações e acontecimentos que não se pode evitar"[8]. É possível, portanto, definir o futuro como um tempo incerto, do qual não dá para saber se será um tempo de progresso ou regresso.

O problema da desigualdade social é antigo, sendo assim, a ideia de futuro associada a progresso, como se a História seguisse uma trajetória linear como "uma 'escada imaginária' de avanços e conquistas indiscutíveis" (ROJAS, 2002, p.27) não é cabível, na verdade, o que se percebe é que a História "desenha-se mais como uma espécie de complexa 'árvore de mil galhos' que às vezes abandona totalmente uma linha evolutiva que havia seguido [...] para recomeçar de novo de outro ponto de partida." (Idem, idem, idem). Nem sempre os períodos históricos demonstraram contínuo progresso, mas há também constantes períodos de regresso.

A Teoria da Relatividade, de Einstein, afirma que o tempo passa diferente para diferentes observadores, como bem aponta Shirle N. Desidério (2015, p.45): "o tempo é relativo. Isso significa dizer que

19 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/progresso/>. Acesso em 22 de agosto de 2020

20 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/futuro/>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

dos observadores, em movimento relativo, podem obter valores diferentes para a duração de um mesmo tempo." Fazendo um paralelo com a análise social do presente artigo, podemos afirmar também afirmar que a noção de progresso é relativa para diferentes grupos sociais, "o que parece ser um período de decadência para um grupo pode parecer o nascimento de um novo avanço para outro. O progresso não significa, nem pode significar progresso igual e simultâneo para todos." (CARR, 1892, p.125).

Portanto, a resposta para a pergunta do título do capítulo, deve levar em consideração a relatividade da noção de progresso, já que "ninguém de sã consciência jamais acreditou num tipo de progresso que avançasse numa linha reta contínua" (Idem, idem, idem). Sendo assim, nem sempre futuro significa avanço e existem pessoas que estão "presas" em um "passado" eterno, sem as condições mínimas necessárias para a sobrevivência. Somente uma "máquina do tempo", como o Programa Bolsa Família, permitem que elas progridem, ainda que bem pouco, a uma realidade mais humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou como o Brasil (e também o mundo) é constituído por realidades muito distantes, em que, ao mesmo tempo que algumas realizam procedimentos médicos em hospitais premium, por meio de robôs cirúrgicos, outras acabam morrendo pela falta de uma assistência médica básica. É como uma "viagem no tempo", onde alguns parecem estar no "passado" e outros no "futuro".

Ao se deparar com a trajetória da desigualdade social pôde-se perceber o quanto ela esteve tão presente em toda história da humanidade e o quanto as políticas sociais são fundamentais para proporcionar uma renda mínima a muitas famílias, garantindo que possuam as mínimas condições necessárias para se viver.

O conceito de progresso associado ao futuro também foi desconstruído, demonstrando que ao mesmo tempo que se avança em um quesito se há regresso em outros, tudo uma questão de perspectiva e depende totalmente da condição social. Afinal, a informação de que

existe um aparelho tecnológico moderno, não é a garantia de que todos poderão ter acesso a tal aparelho.

Diante do apresentado é preciso perceber que políticas sociais como o Bolsa Família são fundamentais em nossa sociedade. Muitas são as histórias de pessoas que conseguem garantir suas refeições pelo benefício que recebem. É devidamente importante sempre renovar e acompanhar o andamento do programa, porém afirmar que ele não é eficiente é inviável e os dados só comprovam o contrário, como os que foram apresentados no artigo.

Defender o funcionamento das políticas públicas, em quaisquer circunstâncias, é ser humano. É proporcionar a "máquina do tempo" para que os que estão no "passado" avance. Ainda que as medidas não sejam a garantia de um avanço tão grande, muitas pessoas saíram da condição de miséria extrema devido ao funcionamento do programa social Bolsa Família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLSONARO diz que auxílio emergencial 'vai ser até dezembro, só não sei o valor'. **G1,** Rio Grande do Norte, 21 de agosto de 2020. INTER TV. Disponível em: < https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/08/21/bolsonaro-diz-que-auxilio-emergencial-vai-ser-ate-dezembro-so-nao-sei-o-valor.ghtml>. Acesso em 22 de agosto de 2020;

BORGES, Beatriz; PINHONI, Mariana. Mapa da desigualdade: morador de Cidade Tiradentes vive em média 23 anos a menos que o de Moema em SP. **G1**, São Paulo-SP, 5 de novembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-morador-de-cidade-tiradentes-vive-em-media-23-anos-a-menos-que-o-de-moema-em-sp.ghtml>. Acesso em 13 de agosto de 2020;

CARR, Edward Hallet, 1892. **Que é história?**. 3 ed. Tradução: Lúcia Maurício de Alverga; revisão técnica: Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

DEZIDÉRIO, Shirlei N. **Dinâmica II e Física Moderna**; revisão: Flávia P. Cruz, Flávia R. Santos, José S. Lara, Leda G. de Almeida e Maria Cecília R. D. B. Ribeiro. Ribeirão Preto-SP: Sistema COC de Ensino, 2015;

ESTADO de São Paulo é o segundo em número de beneficiários do Bolsa Família. **Rede Brasil Atual (RBA)**, São Paulo-SP, 24 de abril de 2015. Cidadania. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/sp-e-o-segundo-em-beneficiarios-e-nega-que-programa-leve-a-dependencia-6809/>. Acesso em 13 de agosto de 2020;

FORTE, Bárbara. O que é racismo estrutural? Ainda hoje existe? Somos todos racistas?. **Uol**, São Paulo-SP, 20 de fevereiro de 2020. Ecoa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/listas/o-que-e-racismo-estrutural.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2020;

FORTE, Bárbara. Por que o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. **Uol**, São Paulo-SP, 20 de fevereiro de 2020. Ecoa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual--do-mundo.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020;

FUTURO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/futuro/>. Acesso em 22 de agosto de 2020;

GOIS, Deisi. Descubra quais são os 7 avanços da medicina mais recente. *In*: **iClinic Blog**. Disponível em: <https://blog.iclinic.com.br/avancos-da-medicina/>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

HOBSBAWN, Eric J, 1917. **Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa**; tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

JÚNIOR, Hilário Franco. **O Feudalismo**. 4 ed. São Paulo-SP: Editora Brasiliense S.A., 1986;

LEMOS, Ronaldo. Nova inteligência artificial é espantosa. *In*: **Folha de São Paulo**. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2020/08/nova-inteligencia-artificial-e-espantosa.shtml>. Acesso em 11 de agosto de 2020;

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto Comunista** / Kar Marx, Friedrich Engels. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

MÁXIMO, Luciano. Com Bolsa Família e cisternas, menos famílias fogem do Sertão. *In*: **Valor**. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/06/12/com-bolsa-familia-e-cisternas-menos-familias-fogem-do-sertao.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2020;

MINISTÉRIO Cidadania. O Bolsa Família. *In*: **Governo Federal**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/>. Acesso em 20 de agosto de 2020;

PORTAL do Governo. São Paulo é o Estado com o melhor IDH. **Governo de São Paulo**, 29 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sao-paulo-e-o-estado-com-melhor-idh/>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

PROGRESSO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/progresso/>. Acesso em 22 de agosto de 2020;

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre, 2002. **Antimanual do mau historiador: Ou como se fazer uma boa história crítica?**; tradução: Jurandir Malerba. Londrina: eduel, 2007;

SAIORON, Matheus. Programa Bolsa Família: você sabe como funciona? *In*: **Politize!**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/bolsa-familia-como-funciona-e-o-que-pode-mudar-com-temer/>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DIADEMA: UM OLHAR SOBRE ESSA HISTÓRIA

Claudia Lima Monteiro[21]

Uma história não é feita para ser arquivada ou
guardada numa gaveta como coisa,
mas existe para transformar
a cidade onde ela floresceu

Ecléa Bosi

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva relatar a história da cidade de Diadema, por meio das políticas públicas implantadas pela Prefeitura municipal. Uma cidade pode ser analisada sobre vários ângulos, e esta é uma das possibilidades.

Diadema está situada na região do Grande ABC paulista, era um distrito de São Bernardo do Campo até 1958, quando se emancipou por meio de um plebiscito que contou com a presença de 300 pessoas. Nascia, desse modo, a cidade de Diadema, conhecida por ter sido palco de intensas participações e mobilizações populares nos anos de 1980 e 1990 e também pelos altos índices de violência e de carências sociais.

21 Doutoranda em Serviço Social – PUC-SP

Trata-se de uma cidade com particularidades e desafios próprios e foi campo de atuação profissional desta autora por 27 anos, como funcionária pública municipal, além de ter sido objeto de estudo na dissertação de mestrado[22], com transposição parcial do texto a este artigo. Grande parte da caracterização da cidade foi obtida por meio do acesso ao site institucional e documentos oficiais da PMD, que apresentam o histórico de ocupação de Diadema.

Explicar a história de Diadema, a partir da implantação das políticas públicas municipais, é uma forma de entendê-la, enquanto território político e histórico. Afinal, "O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência" (SANTOS, 1999, p.7).

Dentre as políticas públicas desenvolvidas pela PMD, este artigo focou o histórico da política municipal da assistência social, apesar de se compreender que as políticas públicas são intersetoriais e interdependentes.

A HISTÓRIA DE DIADEMA

Diadema ocupa uma área de 30,7 km^2 e encontra-se situada a uma distância de 17 km do centro de São Paulo e a 50 km do porto de Santos. Está inserida na região do Grande ABC paulista, constituída por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Diadema faz divisas com as cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo.

22 Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP em 2013, com o título "Redução da jornada de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais: Análise da experiência da experiência na Prefeitura do Município de Diadema/São Paulo.

Mapa 1 -Região do Grande ABC no Estado de São Paulo

Fonte: Consórcio do ABC. Disponível em http://consorcioabc.sp.gov.br/o-grande-abc

A cidade foi fundada em 25 de dezembro de 1958 e a primeira eleição municipal ocorreu em 4 de outubro de 1959, sendo eleitos nove vereadores e o prefeito Evandro Caiaffa Esquível, com 683 votos. Após a sua emancipação, Diadema passa então a ser conhecida como o "D" do ABC paulista e foi constituída, inicialmente, por quatro povoados: Taboão, Piraporinha, Conceição e Eldorado[23].

A cidade foi formada, em sua maioria, por uma população de migrantes, de baixa renda, oriunda da região nordeste do país e do estado de Minas Gerais. Sua economia era constituída por pequenas e médias empresas que forneciam peças e serviços às grandes indústrias automobilísticas da cidade de São Bernardo do Campo.

O estudo "Topografia Social de Diadema" apontou três marcos territoriais importantes ocorridos na cidade: as construções das rodovias Anchieta e Imigrantes (1970) e o corredor do Trólebus (1980),

23 Eldorado caracterizou-se como balneário paulistano, sediando casas de veraneio e chácaras, na década de 1960, por estar localizado às margens da Represa Billings.

que facilitaram o transporte entre as cidades do ABC e a cidade de São Paulo (Sposati, 2009, p.24).

A ocupação da cidade foi caracterizada por assentamentos informais, em sua maioria em terrenos públicos. Em 1967, houve um considerável aumento populacional devido à desativação da favela do Vergueiro, situada na cidade de São Paulo. A infraestrutura habitacional não conseguiu acompanhar tal crescimento, ocorrendo a construção de favelas. Coelho (2008) informa que, enquanto no ano de 1968, havia dois núcleos de favelas, em 1998, esse número saltou para 207.

Ao analisar os dados do Censo 1980, Costa concluiu que o perfil da população era "majoritariamente jovem e pobre, enfrentando sérias dificuldades", tais como, falta de pavimentação, saneamento básico e alto índice de mortalidade infantil. A autora argumenta que a alteração dessa situação ocorreria a partir dos anos de 1980, com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), que geriu consecutivamente administrações municipais, denominadas "democrático-populares" (Costa, 2011, p. 67-68).

É importante ressaltar que nas décadas de 1970 e 1980, a região do ABC ficou conhecida nacionalmente pelas manifestações sindicais e populares, que resultaram na fundação do partido PT. A cidade de Diadema, inserida nesse importante movimento político, elegeu em 1983, Gilson Luiz Correia de Menezes, o primeiro prefeito do PT na cidade.

Essa primeira gestão do referido partido consolidou um modo de governar democrático, com incentivo à participação popular e a priorização de obras de infraestrutura como pavimentação, implantação de serviços de água e esgoto e energia elétrica (Costa, 2012, p. 69). Além disso, esse histórico de continuidade político-administrativa do PT na cidade propiciou a efetividade de projetos e programas sociais e a implementação de diversos serviços, como a urbanização de favelas, a regularização fundiária e a ênfase à atenção primária à saúde. Houve real empenho da administração pública municipal para a participação da população em espaços públicos, como conselhos, conferências e orçamentos participativos da cidade**.** O quadro 1 ilustra a continuidade de gestões municipais em Diadema.

Quadro 1 – Nome do prefeito, sigla partidária e gestões eleitas a partir de 1983

Nome do prefeito	Sigla partidária	**Gestões**
Gilson Luiz Correia de Menezes	PT	1983-1988
José Augusto da Silva Ramos	PT	1989-1992
José de Filippi Junior	PT	1993-1996
Gilson Luiz Correia de Menezes	PSB	1997-2000
José Filippi Junior	PT	2001-2008 (duas gestões consecutivas)
Mário Wilson Pedreira Reali	PT	2009-2012
Lauro Michel	PV	2013-2016

Fonte, a autora, 2020.

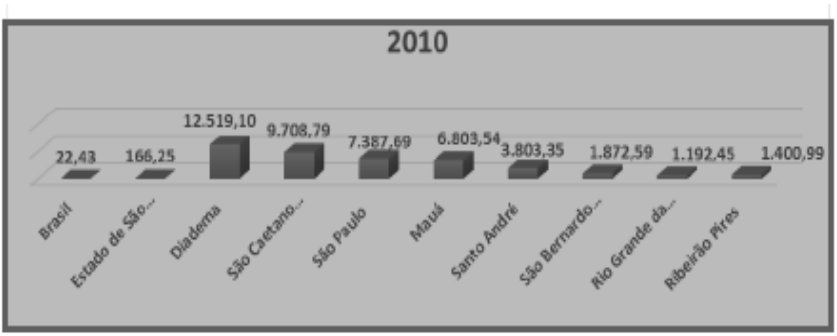
Nota-se que, dentre oito gestões do poder executivo municipal, seis foram administradas pelo PT. Gilson Menezes, primeiro prefeito petista da cidade, retornou à administração municipal, em 1997, mas desta vez pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Por essa sigla também ocupou o cargo de vice-prefeito na gestão de 2009 a 2012, como resultado do acordo entre PT e PSB.

A cidade teve um crescimento expressivo na economia e no número de habitantes. Segundo Reali e Alli (2010), Diadema possuía 12 mil habitantes em 1960; em 1970, subiu para 79 mil; em 1980, para 228 mil e, em 1990, para 300 mil. Segundo dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de 2012, a população de Diadema era constituída de 389.963 habitantes, ocupando a 14ª posição de cidade mais populosa do estado e a 55ª do Brasil.

A cidade é 100% urbanizada e possui alta densidade demográfica, o equivalente a 12.696 habitantes por km2 no ano de 2012, ocupando o segundo lugar[24], dentre os 5.570 municípios do país e o 1º lugar na região do ABC e no Estado de São Paulo, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

24 A cidade com maior densidade demográfica é São João de Meriti, situada no estado do Rio de Janeiro, com uma densidade de 13.064, conforme relatório da Vigilância à Saúde (DIADEMA, 2013).

Gráfico 1- Densidade demográfica (habitantes por km2 em 2010)



Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010.

O índice de desenvolvimento humano (IDH)[25] da cidade era de 0,812, muito próximo ao do estado de São Paulo, então com 0,814. Ainda de acordo com o Seade (2012), no ano de 2010, sua renda *per capita* era de R$ 778,44, inferior à do estado de São Paulo, com R$ 853,75.

Em relação à economia da cidade, há pequenas e médias empresas, com grande participação do setor industrial, do polo de cosméticos e dos setores de serviços e comércio. De acordo com informações da PMD, entre 2008 e 2011, o número de indústrias implantadas no município cresceu 17,9%, o comércio 30,9% e o setor de serviços em 15%.

É preciso considerar que o crescimento da economia da cidade, a opção política de participação popular e a priorização de serviços públicos municipais nas áreas de infraestrutura, principalmente nas áreas da habitação e da saúde, geraram melhoria das condições de vida dos seus moradores. Um dado exemplar foi a redução paulatina do índice de mortalidade infantil. De acordo com dados do Seade (2012), a taxa de mortalidade infantil de Diadema era de 12,34 por mil nascidos vivos e a do estado de São Paulo de 11,86 por mil. Confirmando tal situação, o relatório da Vigilância à Saúde (Diadema, 2013) aponta queda acentuada desse índice entre os anos de 1970 e 1980.

25 Segundo definição do Programa das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é uma medida de progresso, a longo prazo, que considera três variáveis: renda, educação e saúde. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx. Acesso em: 30/10/2013.

Além do caráter de participação popular da população, a cidade era também conhecida pelos altos índices de violência e de homicídios. Sua imagem piorou quando, em 1997, ocorreu o escândalo da Favela Naval, na qual policiais foram filmados torturando moradores. Siqueira relata a situação de criminalidade existente no Município:

> A chamada "cidade sem lei" atingiria em 1999 a maior alta de homicídios por habitantes, com absurdas 374 mortes por 100 mil/habitantes. Nesse período, além das organizações policiais estarem desacreditadas e marcadas pela corrupção (principalmente a Polícia Militar) encontravam-se desarticuladas e com um efetivo inferior ao número necessário, considerando a taxa populacional da cidade (SIQUEIRA, 2010, p.70).

A cidade é constituída por áreas de inclusão e exclusão social, assim como as demais cidades brasileiras. O estudo "Topografia Social de Diadema" indicou áreas, em Diadema, com os maiores índices de exclusão social (Inamar e Eldorado, ambos situados na Zona Sul da cidade) e de inclusão (Centro e Conceição), conforme Sposati (2009).

Mapa 2 - Exclusão e inclusão social de Diadema

Fonte: Topografia Social de Diadema, 2009.

A autora detalha as possíveis causas da exclusão social.

> A perda do emprego formal, assalariado, pode ser visto como o início de uma cadeia de perdas sociais que pode ser entendida como um processo gradativo de exclusão social. Essas perdas de direitos básicos adquiridos são discutidas como processos de "desfiliação" que rompem os vínculos familiares e sociais e institucionais dos indivíduos instaurando formas de "desqualificação social". Estas redundam na apartação e isolamentos sociais, fazendo avançar análises equivocadas que levam a fragilizar o horizonte da igualdade e a aceitação da iniquidade como uma ocorrência natural. Trata-se da naturalização do estigma, do preconceito, gerando barreiras e apartações impedindo o movimento de cidadãos e sua não inclusão ou exclusão social (Sposati, 2009, p. 31).

É importante salientar que a realidade municipal apresenta uma complexidade e impõe a necessidade de compreensão das potencialidades e fragilidades dos micros e macros territórios da cidade porque são parâmetros para a efetivação de políticas públicas. Por certo, a resposta do poder público municipal às demandas sociais interfere na sua estrutura organizativa e vice-versa.

A POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA

Em 1972 foi criado o Departamento de Promoção Humana, no sentido de unificar as ações sociais do Município. O trabalho social era centralizado nesse departamento e desenvolvido por dois assistentes sociais e catorze estagiários e, dentre as atividades realizadas estavam: distribuição de cestas básicas e medicamentos e a organização de cursos profissionalizantes. Sposati (2009) aponta o caráter assistencialista, no início deste Departamento:

> Portanto, o início da área da assistência social é vinculado e subalterno à saúde e à justiça, pela ação no Fórum, configuran-

> do uma ação secundária de distribuição de favores e atenções, não raras vezes, mediadas pela primeira dama (Sposati, 2009, p. 70).

Entre 1977 e 1982, o Departamento de Promoção Social de Diadema foi ampliado e Sposati descreveu as atividades do plantão como: "trabalho com mulheres, provisão de documentos e de passes para desempregados, transporte para deficientes e desenvolvimento de uma creche" (Sposati, 2009, p. 70). A autora demonstrou a politização do trabalho, advinda de discussões feministas nas atividades dos clubes de mães e na realização de trabalhos na comunidade desenvolvidos nas creches e em cursos profissionalizantes. O art. 24 da Lei 936/88, de 03/03/1988, que designa a competência do Departamento de Promoção Social aponta essa proposta:

> Ao Departamento de Promoção Social compete desenvolver o trabalho social de organização da população na perspectiva de transformação de sua realidade através de programas próprios que a capacitem para a obtenção de melhores condições de vida e bem-estar social, bem como a realização de convênios com entidades públicas ou particulares e, ainda, assessorar entidades de cunho social (Diadema, Lei nº 936/88, de 03/03/1988).

Se, por um lado, essa lei avança na medida em que resgata o caráter de organização e politização da população, de outro, retrocede porque legitima a terceirização de trabalhos sociais, ao invés de investir substancialmente em ações sociais de forma direta pelo poder público municipal. Sposati avalia as práticas de convênio com entidades sociais da cidade pela "dificuldade de romper os estigmas para construir a assistência social como dever de Estado e direito de cidadania" (Sposati, 2009, p.72).

Em 1991, o Departamento de Promoção Social foi extinto e os profissionais foram remanejados para os departamentos existentes na PMD, em sua grande maioria, para as áreas da saúde e habitação. Os usuários com demandas deste extinto departamento eram encaminhados a assistentes sociais de outras Secretarias, mas sem

resolução efetiva, visto que os recursos financeiros não foram transferidos.

Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), um grupo de assistentes sociais da PMD solicitou garantia do atendimento das demandas da política da Assistência Social, sendo criado, no ano seguinte, o Departamento de Ação Social e Cidadania (DASC), estruturado em três áreas: criança/adolescente, mulher e assistência.

A 1ª Conferência Municipal de Assistência Social com o tema "Assistência Social – Direito do Cidadão, Dever do Estado", realizada em 1995, avaliou a necessidade de ampliação do orçamento para a política de Assistência Social em Diadema e da participação popular no processo de construção política da área. Nessa perspectiva, foram criados o Conselho e o Fundo Municipal de Assistência Social em 1996.

Em 2002, o DASC é alçado à situação de Secretaria, denominado Secretaria de Ação Social e Cidadania (SASC), propiciando maior autonomia às ações sociais.

O crescimento da cidade, o aumento do número de equipamentos públicos e a criação de serviços na área de Assistência Social, após o surgimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[26], levou a necessidade de contratação de mais profissionais de Serviço Social pela PMD.

Ainda no ano de 2002, a SASC, juntamente com as Secretarias de Segurança Pública, Saúde e Assistência Social participaram de ações conjuntas redundantes da Política Municipal de Prevenção à Violência, para tentar resolver o grave problema da violência, que marcava a cidade. A Lei Seca regulamentou o fechamento de bares na cidade após às 22 horas. Esta iniciativa obteve boa repercussão na mídia nacional e diminuiu consideravelmente o número de registros de homicídios no município, com registro de queda das ocorrências de 2009 em relação

26 A partir do SUAS, foram criados equipamentos sociais, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência em Assistência Social para a População em Situação de Rua (CREAS POP RUA) e, por consequência, a contratação de profissionais de Serviço Social e de Psicologia e de educadores sociais.

a 2008 em 30,49%. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 14,47, em 2009, número consideravelmente menor ao de 1999, cuja taxa era de 111,62 para cada 100 mil habitantes. Nota-se, portanto, a efetividade das ações públicas municipais de combate à violência. Siqueira (2010) aponta as políticas públicas implementadas.

> O mapeamento e diagnóstico da criminalidade, a criação do Projeto Adolescente Aprendiz, a integração das Polícias Civil e Militar com a Guarda Civil Municipal, a implementação e fiscalização da Lei de Fechamento de Bares, a criação do Conselho Municipal de Segurança, a urbanização de favelas, a ampliação da iluminação pública, a realização de campanhas de entrega voluntária de armas e desarmamento infantil, entre outras, são os destaques desta política. O conjunto dessas ações, sem dúvida, permitiu reduzir consideravelmente o índice de homicídios na cidade. (SIQUEIRA, 2010, p. 73).

A SASC ampliou sua estrutura, para atender ao rol de ações previstos pelo SUAS, de promoção de proteção básica, média e alta complexidade em assistência social. Para Duarte (2012) as regulamentações nacionais, como a LOAS, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e o SUAS legitimam e fortalecem a concretização e ampliação dos serviços sócio assistenciais nos territórios.

De acordo com o site da PMD, os equipamentos desta Secretaria são: 05 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 02 Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), 02 Centros de Convivência Municipal do Idoso (CCMI), Casa Beth Lobo (Referência para casos de atendimento a mulheres vítimas de violência) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP).

As ações desenvolvidas na Proteção Social Básica são de proteção e atendimento integral à famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade.

A proteção social de média complexidade refere-se às seguintes ações: proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos, serviço especializado em abordagem social, serviço de proteção social

a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade e proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e serviço especializado para pessoas em situação de rua.

A proteção social especial de alta complexidade abrange os serviços de acolhimento institucional, nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva, serviço de acolhimento em república; serviço de acolhimento em família acolhedora e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Identifica-se, dessa forma, o quanto a estrutura administrativa da área da assistência social da PMD ganhou vulto ao longo dos anos na cidade de Diadema, em decorrência da necessidade de atendimento a demandas sociais existentes e legitimadas pelo SUAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de ocupação da cidade e a conformação política e administrativa da Prefeitura ajuda a compreender a configuração da política da assistência social na cidade de Diadema. Conhecida pela participação política de seus habitantes e por ter sido a primeira cidade a ser administrada pelo PT no país, também apresenta grandes carências sociais. Estudo de Sposati (2009) comprova a existência de micros e macros territórios na cidade, com potencialidades e fragilidades, que devem ser parâmetros para a efetivação de políticas públicas. Por certo, a resposta do poder público municipal às demandas sociais interfere na sua estrutura organizativa e vice-versa.

Enquanto política pública municipal, a área da assistência social inicia-se em 1972, de forma tímida, por meio de um departamento constituído por apenas dois profissionais e vários estagiários. Em 1991, este departamento é extinto e reorganizado dois anos depois, em decorrência da promulgação da LOAS e de reivindicação de assistentes sociais da PMD. Em 2002, o departamento é alçado à categoria de Secretaria, repercutindo em maior autonomia administrativa e financeira. Apesar do recorte deste artigo em relação a política da assistência social municipal de Diadema, entende-se que ela não se encerra ou

completa em si mesma, mas está interligada a outras políticas públicas, tanto municipais, quanto estaduais e federais, bem como pela conjuntura política, econômica e social do país.

REFERENCIAS

COELHO, Marta Cícera Sari. **Espaço de Direitos é mais que Direito a Espaço:** O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema (1983–2008). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

CONSÓRCIO DO ABC. **O ABC**. Disponível em: http://consorcioabc.sp.gov.br/o-grande-abc Acesso em 20 jul 2020

COSTA, TANIA. **A Participação do Conselho Popular de Saúde na dinâmica deliberativa do Conselho Municipal de Saúde de Diadema/SP:** um processo em questão. 2008-2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

DIADEMA. **História. Conheça Diadema**. Disponível em: Acesso em 20 jul 2020

DIADEMA. **Perfil Epidemiológico do Município de Diadema**. Secretaria da Saúde de Diadema. Vigilância à Saúde, 2013. (Relatório)

DIADEMA. **Lei nº 936/88,** de 3/03/1988. Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Prefeitura do Município de Diadema e sobre o Plano de Classificação de Cargos e Empregos, Quadro de Pessoal, Evolução Funcional e dá outras providencias. Disponível em: http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=93688 Acesso em 20 jul 2020.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Dilemas e desafios da Proteção Social Especial no âmbito do SUAS:** uma contri-

buição ao debate. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Diadema.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/diadema.html Acesso em 10 ago 2020.

MONTEIRO, Claudia Lima. **Redução da jornada de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais: Análise da experiência da experiência na Prefeitura do Município de Diadema/São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Ranking IDHM Municípios**,2010. Disponível em https://www.br.undp.org/content/ brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html Acesso em 20 jul 2020.

REALI, MÁRIO ET ALLI, SÉRGIO. **A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade**. 2010. Disponível em: http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/03.pdf Acesso em: 22/02/2013.

SANTOS, MILTON. **O Dinheiro e o Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. Conferência inaugural do Mestrado em Geografia proferida no dia 15 de março. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560 Acesso em 20 jul 2020.

SÃO PAULO. SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.** Disponível em:http://www.seade.gov.br/. Acesso em: 20/12/2012.

SIQUEIRA, Andreia Conceição. **SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA SEXUAL:** reflexões a partir do trabalho da Rede de Atenção à Violência Sexual de Diadema. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço

Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

SPOSATI, ALDAÍZA (COORD.); Ramos, Frederico; Gambardella, Alice. **Topografia Social de Diadema.** PMD/CEDEST/PUC-SP, 2009.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NO MESTRADO: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

Valena Rodrigues Miranda[27]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar relatório das atividades da disciplina "Seminário de Pesquisa", solicitada pelas professoras ministrantes da mesma.

A disciplina oferta-se em caráter obrigatório no programa curricular do Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED da Universidade do Estado do Pará- UEPA. A relatoria refere-se ao segundo semestre de 2019.

O relatório refere-se como atividade avaliativa da disciplina. E soma- se à participação em sala dos momentos de discussão coletiva sobre os processos de pesquisa e apresentação em seminário do percurso metodológico adotado por cada mestrando.

Para relatar as atividades da disciplina acadêmica proposta, julga-se

27 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED da Universidade do Estado do Pará- UEPA. Membro no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Amazônia- GEPEEAm, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Aprendizagens e Práticas Pedagógicas Inclusivas- GEPAPPI. Especialização em Psicopedagogia (cursando) na Faculdade Brasil Amazônia - FIBRA. Pedagoga com habilitação em Educação Especial. Técnica Especialista na Secretaria de Educação do estado do Pará.

necessário primeiramente destacar o objetivo. Dessa forma, a disciplina Seminário de Pesquisa buscou, dentre outros objetivos, dialogar sobre os processos metodológicos que orientam as pesquisas dos mestrandos.

As metodologias desenvolvidas foram: as exposições dialogadas, a participação de professores externos com alocuções sobre pesquisa em educação e seminário sobre o percurso metodológico de cada mestrando.

Para analisar as vivências ocorridas na disciplina, além do objetivo e explanação das metodologias, julga- se necessário identificar o perfil acadêmico das professoras. Entende-se o planejamento e a prática docente atravessados pela trajetória curricular dos sujeitos. Para tanto, considera-se no presente trabalho como elementos indicativos o currículo Lattes e os posicionamentos em sala de aula.

Inicia-se, de modo aleatório, com breve perfil acadêmico da professora titular. Após apreciação do currículo Lattes e registro em caderno de suas falas em sala de aula, evidencia- se uma trajetória acadêmica relevante. Inspirada em Paulo Freire, a professora valoriza a criticidade, o rigor metodológico e a ação dialógica em sala de aula, como condições no processo de construção de uma pesquisa.

A professora auxiliar, por sua vez, com base também em seu currículo Lattes e registro de suas falas, apresenta um perfil que valoriza o processo educacional como espaço de cultura e território cotidiano de construção e reconstrução. Defende uma prática docente crítica e reflexiva que consubstancie elementos para escrita de uma dissertação com identidade pelos mestrandos.

Após a elucidação do objetivo da disciplina, das metodologias desenvolvidas e do perfil docente das professoras ministrantes, organiza-se o presente trabalho em três eixos temáticos: 1. Síntese Crítica do texto "Metodologias de Pesquisa em Educação: possibilidades e adequações" (TEIXEIRA, 2015); 2. Análise Crítica do Percurso Metodológico Pós Seminário; e, 3. Apreciação da Disciplina.

O primeiro eixo diz respeito à resenha crítica do texto discutido em sala sobre tipos de pesquisas realizadas na educação, seus fundamentos e princípios. O segundo, apresenta o percurso metodológico de pesquisa da mestranda, autora deste trabalho, a partir de um divisor temporal "antes e depois" do seminário. E por fim, terceiro finaliza

o relatório com a avaliação da disciplina, de acordo com organização, funcionamento e metodologias empregadas.

Os eixos estão interligados entre si por fazerem parte de uma análise geral da disciplina. Apresenta-se, desta forma, toda a trajetória vivenciada em sala de aula pelos mestrandos da Turma 15/ PPGED-UEPA, na disciplina Seminário de Pesquisa, ao longo do segundo semestre de 2019. E de que forma esta contribuiu no processo de amadurecimento científico acadêmico para construção das dissertações.

Instiga-se à leitura do relatório com a citação das falas das próprias professoras em sala de aula, com posicionamentos científicos que lhe são peculiares: "Ser mestrando é ter a vida em suspensão (...) Tem que ter garra!"; e, "O referencial teórico são meus interlocutores (...), mas não podem ser a minha bengala. Precisa ter autonomia. Esse é o pulo do gato!".

Acredita-se ter sido de extrema relevância a elaboração deste trabalho ao término da disciplina Seminário de Pesquisa por possibilitar uma compreensão ampla sobre a importância do caminho metodológico na produção científica.

1. REFLEXÃO CRÍTICA DO ARTIGO "METODOLOGIAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E ADEQUAÇÕES" (TEIXEIRA, 2015)

Faz-se necessário iniciar com uma breve apresentação descritiva do artigo de Teixeira (2015) para posterior análise crítica. O artigo possui por tema as metodologias de pesquisa em educação. E objetiva traçar um panorama sobre métodos, técnicas e análises de pesquisa na área, tanto na abordagem quantitativa, quanto na abordagem qualitativa. Utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica para sua realização. E teve como autores base Alves- Mazzotti (2006), André (2007), Bogdan e Biklen (1994), Ludke e André (1986), Martins e Ramos (2013), Gatti (2004) e Vianna (2003). Apresentou como resultados que as pesquisas educacionais no Brasil possuem tendência para abordagem qualitativa, desprezando de certo modo a quantitativa.

Para análise do artigo, estabeleceu-se três categorias de análise baseadas na leitura minuciosa do mesmo, assim sendo: (1) Qualidade da

Revisão da Literatura; (2) Consonância teórica- metodológica; e, (3) Concepção da autora sobre pesquisa em educação.

Sobre a qualidade da revisão da literatura, a autora afirma que os estudos em educação estão em crescimento e assim reitera que "[...] os temas, enfoques e contextos estão se diversificando cada vez mais" (TEIXEIRA, 2015, p.7). Instiga à discussão de uma ampla variedade de pesquisas na área, o que será analisado a seguir.

A autora inicia a discussão sobre o que seria os fundamentos e princípios da pesquisa em educação. O debate gira em torno do conceito de paradigma, que em suas palavras refere- se à visão de mundo que cada autor possui ao realizar sua pesquisa. E para tanto destaca o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico- dialético.

Esse pensamento de uma visão de mundo encontra-se na obra Introdução à pesquisa em ciências sociais, de Triviños (1987). O autor dar ênfase à necessidade de disciplina intelectual. Defende, assim, a vinculação do ser pesquisador a uma concepção de vida, de homem e de mundo, base imprescindível de todo enfoque teórico.

A indisciplina intelectual para o autor refere-se ao distanciamento entre o referencial teórico do autor e a prática social que desenvolve (TRIVIÑOS, 1987).

Luna (2014) vai além ao afirmar que não tem sentido discutir metodologia fora de um quadro referencial teórico que a embase. E este quadro teórico está fundamentado em um quadro epistemológico.

Teixeira (2015) explica de forma didática que os estudiosos tendem agrupar os paradigmas em duas abordagens, a quantitativa e a qualitativa. Posteriormente discorre sobre as diferenças entre as duas, as características e modos de produzir conhecimento.

Para elucidar a abordagem quantitativa baseia- se no pensamento de Martins e Ramos (2013), que a explica como tipo de pesquisa que utiliza- se de dados para anunciar indicadores e tendências.

E para compreender a abordagem qualitativa, a autora baseia- se no conceito de Minayo (2018), que afirma ser a busca em compreender e analisar realidades pormenores, impossíveis de serem mensuradas e quantificadas. A qualitativa focaliza questões do significado, da crença, de valores, das atitudes e outras do campo humano.

Teixeira (2015), entretanto, assume um posicionamento científico ao reconhecer que uma abordagem pode completar a outra, sem perder suas particularidades. Outros autores são mais radicais neste posicionamento e defendem uma visão de pesquisa transdisciplinar, percebem o conhecimento como um todo complexo e não de forma separada, estanque e disciplinar.

Para este tipo de visão mais transdisciplinar, cita- se a obra que defende que toda pesquisa tem um viés quantitativo e qualitativo ao mesmo tempo, chama-se "Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som", de Martin W. Bauer e George Gaskell, datado em 2015. Os autores apresentam uma discussão epistemológica sobre a relação entre as duas abordagens.

> Em nossos esforços, tanto em pesquisar como em ensinar pesquisa social, estamos tentando um modo de superar tal polêmica estéril, entre duas tradições de pesquisa social aparentemente competitivas. Estamos procurando este objetivo apoiado em vários pressupostos [...] (BAUER; GASKELL, 2015, p.23).

Os autores afirmam não haver quantificação sem qualificação. E não haver análise estatística sem interpretação. Desta forma, defendem não haver na pesquisa qualitativa um monopólio sobre a interpretação e ao mesmo tempo, na quantitativa não haver conclusões automáticas.

A obra de Bauer e Gaskell data de 2015, mesmo ano do artigo de Teixeira. O que cogita- se a possibilidade de levantamento bibliográfico do artigo não ter identificado a referida obra ou semelhante. O pensamento de não haver essa separação cartesiana da pesquisa torna--se movimento recente.

Em relação aos tipos de métodos, Teixeira (2015) posiciona-se com visão ampla ao afirmar ter surgido novas abordagens. Cita no texto novas formas, tais como pesquisa participante, pesquisa- ação, pesquisa etnográfica, estudo de caso e história de vida.

Para tanto, baseia- se no pensamento de dois grandes estudiosos no campo, André e Ludke (1986). Os autores afirmam que as novas formas devem- se ao fato da necessidade de obter-se respostas outras aos problemas atuais em educação. As formas tradicionais das ciên-

cias físicas e naturais não conseguiam mais abraçar a complexidade da realidade.

A autora não faz um aprofundamento sobre cada método, seus princípios e concepções científicas. Porém, esclarece o que parece ser essencial na escolha do mesmo: devem ser coerentes aos objetivos que pretende- se alcançar. E posterior, reduz ao exemplo do estudo de caso como forma de elucidação dos novos métodos. E não expõe os motivos da escolha citada.

Após discorrer sobre fundamentos, abordagens e tipos de métodos em pesquisa educacional, autora adentra no que seria didaticamente a próxima fase de delimitação no percurso metodológico, a fase da coleta de dados. Utiliza-se da mesma estratégia ao comentar sobre os métodos, ou seja, cita e explicita apenas uma forma de coleta como exemplo, no caso, a observação.

Falar somente a observação como técnica de coleta de dados julga ser interessante para esclarecer os leigos no assunto, porém insuficiente àqueles que desejam maiores aprofundamentos. Faz, porém, alguns apontamentos interessantes, como: haver diferença entre uma observação científica e a casula; para ser válida necessita de um longo período no local pesquisado; e, por fim, a observação precisa ter planejamento e fundamentação teórica para alcançar o caráter científico de pesquisa.

A autora não se atém em dizer os tipos de observação (estruturada e não- estruturada), mas cuidados necessários para ocorrer uma boa observação. Cita três aspectos essenciais: ocultar o instrumento utilizado; despertar o mínimo de atração; e, permanecer o tempo necessário para que se torne rotina.

Desta forma, evita-se o que Vianna (2003) chamou de "reatividade" comum nas pesquisas sociais. Aquela reação indesejada do sujeito alterar seu comportamento ao perceber estar sob observação de outrem. Neste recorte do tema, Teixeira (2015) foi bastante feliz em suas análises.

Vale ressaltar a preocupação da autora em não se perder o foco da pesquisa ao adentrar em campo. A realidade apresenta múltiplas dimensões, cabe ao pesquisador, baseado em seus objetivos e referenciais teórico- metodológico focalizar o que realmente é importante para o trabalho.

Teixeira (20150 apresenta consonância teórica-metodológica ao utilizar-se de pesquisa bibliográfica para realização do estudo sobre a temática pesquisa em educação e suas metodologias. Pois a partir deste percurso alcança o objetivo em traçar um cenário geral em como são feitas as pesquisas e os cuidados necessários para condução do processo de conhecimento.

O ato de agrupar pensamentos de estudiosos na área de pesquisas educacionais em um artigo científico, a partir do estudo de suas obras, possibilita o conhecimento do cenário da pesquisa educacional. Como se desenvolve os trabalhos, seja em pesquisas tradicionais ou em pesquisas mais contemporâneas.

Seus estudos nas obras de autores selecionados, fez com que percebesse em comum o quão importante configura-se a fundamentação teórica e a fundamentação em critérios com relevância científica e social. E assim o faz em seu próprio artigo.

A concepção da autora sobre pesquisa educacional afirma- se em Ludke e André (1986) como algo indissociável entre o sujeito da pesquisa e o pesquisado. E afirma que "seu papel é justamente o de mediador inteligente e ativo [...]" (TEIXEIRA, 2015, p.9). A mediação da pesquisa ocorre entre os conhecimentos aglomerados e os conhecimentos novos.

Para além de ser um mediador inteligente entre o novo e o velho, pode-se compreender o papel do pesquisador como uma "conturbada trajetória" em tempos modernos (COSTA, 2002). Considera- se a afirmação dentro de um contexto atual de processo do reinventar epistemológico a partir de outras visões de mundo. Foi o que Bujes (apud COSTA, 2002) denominou de descaminhos.

Descaminhos configurados em novas possibilidades. Desta forma, realizar pesquisa em educação e não mais nas caixinhas tradicionais do que é mais comum de se pensar e fazer em seus diversos sub- temas. Isto remete ao desenho metodológico estabelecido (teoria, métodos e técnicas), assim como na forma de analisar os dados.

> Ao mesmo tempo em que se observa um crescimento muito grande no número de pesquisas da área de educação nos últimos 20 anos, decorrente principalmente da expansão da pós-

> -graduação, observa-se também muitas mudanças nos temas e problemas, nos referenciais teóricos, nas abordagens metodológicas e nos contextos de produção dos trabalhos científicos (GATTI, 2007, p. 121)

Sobre a análise de dados, percebe-se que Teixeira (2015) somente citou- a no resumo do artigo. No desenvolvimento textual não retoma a discussão, citou apenas um tipo de pesquisa (estudo de caso) e um tipo de técnica (a observação). O contexto histórico atual de reconstrução da pesquisa em educação em busca de outros paradigmas, cita- se como exemplo de método para análise de dados a análise de conteúdo, a análise de discurso, análise semiótica de imagens paradas, análise retórica, dentre outros. (TRIVIÑOS, 1987, MINAYO, 2001; ANDRÉ; LUDKE, 1986).

> Os resultados para que tenham valor científico, devem reunir certas condições. A coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação (não a objetividade), por um lado, construindo os aspectos do critério interno da verdade e, por outro, a intersubjetividade, o critério externo [...] devem estar presentes no trabalho do pesquisador que pretende apresentar contribuições científicas às ciências humanas (TRIVIÑOS, 1987, p. 70).

Para finalizar seu artigo, Teixeira (2015) considera que uma pesquisa além de ser um ato responsável e consciente por parte do pesquisador, precisa cumprir seu papel: concretizar-se em resultados com relevância social e científica. E reafirma seu olhar interdisciplinar sobre as abordagens qualitativa e quantitativa ao afirmar que ambas necessitam de três elementos essenciais para sua realização: sensibilidade, raciocínio e determinação.

> Ao mesmo tempo em que se observa um crescimento muito grande no número de pesquisas da área de educação nos últimos 20 anos, decorrente principalmente da expansão da pós-graduação, observa-se também muitas mudanças nos temas e problemas, nos referenciais teóricos, nas abordagens metodo-

> lógicas e nos contextos de produção dos trabalhos científicos (GATTI, 2007, p. 121)

O artigo de Teixeira (2015) evidenciou a importância do estudo sobre as metodologias empregadas em pesquisas em educação para o pesquisador. Considerou no debate os fundamentos, os enfoques, os tipos de estudo, os métodos e tipos de coleta de dados. Um panorama significativo para os iniciantes em pesquisa e para os veteranos que pretendem rever alguns conceitos.

O estudo sobre o artigo "Metodologias de Pesquisa em Educação: possibilidade e adequações", possibilitou maior abrangência na compreensão do ato de fazer pesquisa e do ato de ser pesquisador. As três técnicas de estudos propostas na disciplina para exploração minuciosa do artigo, através de leitura individual, debate em sala de aula e presente análise crítica do texto, proporcionou subsídios para a reflexão sobre o que vem a ser e como realizar uma pesquisa na área de educação.

O artigo de Teixeira (2015) constitui-se em uma escrita de caráter simples e de fácil leitura. Assim para um ato inicial de proximidade com a temática "pesquisa em educação", atende às expectativas. O artigo abre o debate e instiga às leituras posteriores de aprofundamento sobre o significado e desdobramentos em enfoques, tipologia, métodos, técnicas e princípios da pesquisa na seara educacional.

2. Reflexão Crítica do Percurso Metodológico Pós Seminário

O percurso metodológico de uma pesquisa de mestrado constrói-se ao longo do mestrado. Por certo é de consenso que essa construção se dá entre orientador e orientando, porém a disciplina Seminário de Pesquisa proporcionou também contribuições significativas a partir das práticas vivenciadas em sala de aula.

Para discutir as mudanças ocorridas no desenho metodológico, faz-se necessário primeiramente descrever brevemente o objeto de estudo da autora deste relato. A pesquisa constitui-se, como foi dito na introdução em uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. E o objeto de estudo refere-se à interface entre currículo e educação especial.

O objetivo da pesquisa busca analisar as práticas curriculares desenvolvidas no ensino médio a partir das vivências dos jovens com deficiência, considerando o contexto nacional de políticas de inclusão escolar. Desta forma, o lócus de pesquisa se dará em uma escola pública de ensino médio da rede estadual de ensino. E os alunos com deficiência como sujeitos.

E para alcançar este objetivo, os métodos para coleta de dados estavam organizados inicialmente em duas etapas: observação e entrevista semiestruturada. A observação das práticas curriculares desenvolvidas em sala de aula e nos espaços escolares de forma geral. A entrevista constituiria- se em um roteiro de perguntas semi- abertas dirigidas aos alunos com deficiência.

A partir dos questionamentos das professoras da disciplina Seminário de Pesquisa em sala de aula sobre o objeto de estudo e seus métodos, buscamos melhor amadurecimento de alguns pontos e melhor defesa de outros, para maior esclarecimentos.

Foi questionado sobre os sujeitos da pesquisa serem os próprios alunos com deficiência para falar das práticas curriculares: não seria um campo exclusivo de fala dos professores?

Então percebeu-se a importância de discorrer no texto da dissertação sobre o lugar de fala dos alunos com deficiência, enquanto sujeitos históricos, constituídos de experiências e reflexões sobre sua trajetória de vida a partir da mediação com os colegas e professores no espaço escolar.

As autoras base da pesquisa, como Pletsch (2014) e Lunardi- Mendes (2019) defendem uma concepção histórico-cultural da pessoa com deficiência, a partir de Vigotski (2003). Nesta visão quebra- se a ideia tradicional de um corpo e mente determinado apenas por um diagnóstico clínico, o que denomina- se modelo médico da deficiência. E que estaria determinado apenas pelas características físicas e mentais da deficiência em si.

Pelo contrário, na visão histórico-cultural o aluno com deficiência desenvolve-se e aprende a partir das mediações da linguagem, da vivência com professores e colegas na cultura da escola. E desta forma, um ser pensante que reflete e sente as experiências socias que sofre no cotidiano e molda- se por meio destas.

Sentiu-se a necessidade de fundamental melhor também o conceito de prática curricular adotado como referência. E este advém das pesquisas de Pletsch (2014) que baseia- se em grande teórico de currículo Sacristán (2000) que concebe o currículo em seu ato no cotidiano escolar, entre alunos e professores.

Para tanto, prática curricular pode ocorrer, segundo Pletsch (2014), por meio de suas várias dimensões pedagógicas, como o planejamento, metodologias, estratégias de ensino, avaliação, tempo e espaço de aprendizagem. E de possível escuta do jovem com deficiência no ensino médio enquanto sujeito histórico e cultural que vivencia a vida escolar.

As professoras explicaram por diversas vezes a importância do referencial teórico enquanto reflexo da visão epistemológica e antropológica que o pesquisador tem sobre o objeto e que irá definir a metodologia. Uma visão dogmática irá transpor em percursos metodológico fechado em "caixinhas", sem ousadia ou singularidade. Para tanto, abraçou- se o desafio da escuta dos alunos com deficiência.

Entretanto, somente observar e entrevista-los não seria suficiente para coletar todos os dados necessários para analisar suas experiências nos diversos campos da prática curricular, tais como estratégias de ensino de conteúdo, estratégias de avaliação e modo de participação. Pensou- se desta forma, em mais uma técnica e esta seria o grupo focal.

A professora doutora Lúcia Melo, da Universidade Federal do Pará, convidada para participar da aula ocorrida em 22 de agosto de 2019, realizou uma explanação sobre grupo focal. Em sua fala eloquente, pesquisadora apaixonada pelo que faz, esclareceu que a técnica citada busca interação de ideias entre os participantes, constituindo- se em uma discussão livre. Um ato de dialogar empaticamente.

Também expôs que o momento atual faz- se de trabalhar com vários métodos referenciais. Com métodos lógicos compatíveis, que dialogam entre si e com referencial teórico- metodológico. Esclareceu que um método apenas não dá conta de preencher uma questão.

Lúcia Melo afirmo ser necessário a busca de um enfoque metodológico como síntese "multireferencial" de vários métodos. E citou como exemplo a junção de técnicas da pesquisa de campo, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Profa. Cardoso ressaltou a fala da professora visitante e explanou a ideia de ineditismo que perpassa pelos caminhos que o pesquisador determina para sua pesquisa. O modo como dialoga com o objeto e analisa os resultados alcançados. Explicou que todo objeto de uma multiplicidade de caminhos, o pesquisador precisa escolher um e o defender com base em uma justificativa.

Com base nesses esclarecimentos, percebeu- se um obstáculo e ao mesmo tempo, um outro caminho no percurso metodológico da pesquisa sobre as práticas curriculares. O obstáculo da comunicação entre os alunos com deficiência por possuírem diferentes formas de comunicação (desenhos, falas, tátil, gestos e língua de sinais), dependendo da natureza da deficiência, podendo ser visual, auditiva, física e intelectual. O que poderia gerar um desconforto e não estabelecimento da comunicação livre tão necessária no grupo focal.

Desta forma, baseado nas aulas de Seminário de Pesquisa e diálogos com a orientadora, acrescentou- se na pesquisa além da observação e entrevista semiestruturada, a análise documental das atividades e registros escolares dos alunos com deficiência.

A técnica de análise documental será a forma de evidenciar a materialidade do real sobre as práticas curriculares vivenciadas no ensino médio, em tempos de políticas de inclusão. Para isto, será analisado também seus cadernos, atividades impressas (provas e de revisão de conteúdo) e boletins.

E assim, terá uma riqueza de dados sob diversos caminhos para evidenciar o objeto de estudo: entre percepções dos sujeitos, observação direta das vivências no espaço escolar pelo pesquisador e a materialidade dessas práticas. E assim, a possibilidade de contrastar com o arcabouço de leis e decretos sobre as políticas de inclusão escolar brasileira e do estado do Pará.

Profa. Dra. Lúcia Melo popôs o conhecimento científico como poder transformador. A pesquisa como potencial crítico, um a linha de transformação social, fora da lógica racional. Um novo padrão de racionalidade. Assim, o sujeito seria o próprio polo de conhecimento.

Por todo exposto, das vivências experienciadas durante as aulas de Seminário de Pesquisa (somado aos diálogos com a orientadora Ana

Paula Cunha dos Santos Fernandes), estabeleceu-se um novo percurso metodológico estruturado da seguinte forma na coleta de dados: observação (diário de campo); entrevista semiestruturada (adaptada); e, análise documental.

Sobre a entrevista semiestruturada ocorrerá adaptações na aplicação da técnica. Haverá utilização de materiais dos participantes fornecidos pelos pais, como provas, cadernos, boletins e fotos em eventos escolares, como motivação da fala. Além de, fichas impressas com as palavras principais de cada pergunta. O motivo desse ajuste está relacionado ao respeito sobre as peculiaridades na forma de compreensão e expressão de cada participante.

Percebeu- se que o percurso metodológico estruturado após a disciplina Seminário de Pesquisa possibilitou um refinamento na adequação dos métodos aos objetivos e objeto de estudo da pesquisa da autora deste relatório.

3. PONDERAÇÕES SOBRE A DISCIPLINA

Após as reflexões sobre pesquisa em educação e as contribuições da disciplina para estabelecimento do percurso metodológico da pesquisa, avança-se a análise para apreciação da disciplina. Para este último objetivo estabeleceu- se três aspectos de análise: organização, funcionamento e metodologia.

Quanto à organização, percebeu- se que além da explanação do plano de disciplina no início do semestre em sala de aula, o que demonstrou planejamento antecipado por parte das docentes, ressalta- se a estratégia de elaboração de uma relatoria por um aluno após cada aula ministrada. O que gerou coletividade na administração do registro das atividades e os encaminhamentos.

As relatorias proporcionaram uma organização processual da disciplina e acompanhamento contínuo das atividades. A estratégia proporcionou a reflexão sobre a importância de estabelecer- se um planejamento para alcançar êxito na dissertação de mestrado. As etapas a serem realizadas em cada semana, mês e semestre para realização da pesquisa e não perder o foco ao longo do caminho.

Além da relatoria, a organização das aulas contava com um cronometrista que indicava o tempo a cada 50 minutos de aula, para cumprimento das etapas do dia, organizadas no quadro branco pela professora Marta Genú. A escrita das etapas no início da aula causava um clima de responsabilidade coletiva e entusiasmo para cumprimento do plano.

O funcionamento da disciplina de forma coletiva e planejada demonstrou uma prática pedagógica influenciada pelo perfil acadêmico das docentes ministrantes. O rigor metodológico e o processo dialógico estavam evidenciados no planejamento e nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Outro ponto do funcionamento da disciplina a ser destacado em sua importância, foi o convite de uma professora doutora de outro programa de pós-graduação de outra universidade para compor nos debates e reflexões sobre as pesquisas em educação.

A Profa. Dra. Lúcia Melo não foi convidada com o propósito de ministrar uma aula sobre algum conteúdo estabelecido no plano de ensino, mas com a intenção de instigar entre os mestrandos os mais recentes debates sobre o tema na academia nos momentos atuais. Defendeu as quebras de paradigmas, buscando outros extra- lógicos necessários para alcançar a complexidade atual.

Referente às metodologias, de acordo com o plano de disciplina, as mesmas foram permeadas de trocas de conhecimento e reflexões, focada nas relações partilhadas entre professoras e alunos.

Nas exposições orais e aulas compartilhadas de conhecimentos, cada mestrando compartilhou no início do semestre a estrutura de sua pesquisa, a partir dos tópicos abordados em sala. Como resultado, a autora deste relatório registrou em seu caderno o quadro esquemático abaixo e que iria auxiliar a elaboração posterior do banner para o seminário final.

E posteriormente, ao final do semestre, ocorreu o seminário de apresentação dos processos metodológicos adotados pelos mestrandos em suas pesquisas por meio de um banner. A atividade foi baseada nas leituras e debates em sala de aula, somado ao diálogo com os respectivos orientadores.

O banner com a estrutura da pesquisa e exposição em aula dialogada gerou a auto- reflexão de cada mestrando sobre seu objeto de

estudo. O ato de educar em si com autonomia e com a participação do outro no processo de comunicação que Paulo Freire defende em seus estudos (1993).

Compreendeu- se que a melhor forma de relatar a importância da disciplina no processo de amadurecimento acadêmico para desenvolvimento da dissertação e seu percurso metodológico, evidencia-se na exposição do banner apresentado ao final do semestre. Práticas de caráter visual, dessa forma, revelam-se fundamentais no processo.

Infere-se após a realização deste relatório geral sobre a prática pedagógica desenvolvida na disciplina, que as professoras conseguiram exercitar no processo educativo aquilo que Paulo Freire (1999) denomina de "transitividade crítica".

> A transitividade crítica, por outro lado, a que chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os "achados" e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa a posições quietistas. Por segurança na argumentação. Pela prática do diálogo e não da polêmica. Pela receptividade ao novo, não apenas porque novo e pela não-recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos, enquanto válidos. Por se inclinar sempre a arguições (FREIRE, 1999, p.60)

Uma disiciplina sobre metodologia da pesquisa em um curso de mastrado demanda ao nosso ver, dessa forma, de aulas dialogadas e baseada em processos metodológicos que ativem a autonomia do aluno no ato reflexivo do pensar e agir sobre sua pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coerência epistemológica e científica entre as ideias e caminhos a serem trilhados, demarcados por traços da aprendizagem e afetivida-

de nas relações educativas entre mestranda e as docentes da disciplina. Genú (2018) afirma que "Os conceitos, diálogo e consciência são impressos na ação entre os sujeitos do processo de formação humana".

A realização de pesquisas em educação fundamentadas em paradigmas científicos sem preconceitos na análise dos problemas, com segurança argumentativa, baseado na prática do diálogo e a receptividade ao novo ou velho enquanto objetos válidos. A arte de dissertar o que se pesquisou com a crítica necessária.

Para finalizar o relato, sugestiona-se na composição do banner sobre a estrutura da pesquisa o acréscimo dos objetivos junto aos procedimentos, para melhor compreensão por parte das docentes e demais mestrandos durante a apresentação. E assim evitar-se compreensões inadequadas sobre a pesquisa. para relatarem as dificuldades encontradas no percurso da pesquisa e possibilidades criativas para superação.

O ato de pesquisar revele-se no ato crítico de busca de novos conhecimentos, materializados em saberes e práticas que permeiam a vida humana e que venham contribuir para a sociedade. A sistematização pedagógica da disciplina propôs e alcançou sua intenção de instigar pensamentos e atitudes favorecedoras de novas aprendizagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES- MAZZOTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa.** v.36, n. 129, set./dez. 2006.

ANDRÉ, Marli. Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação. **Revista Eletrônica de Educação.** São Carlos, SP: UFSCar, v.1, p.119-131, set. 2007. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 13º.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Knopp Sari. **Investigação qualitativa em Educação.** Portugal: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GATTI, Bernadete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr.2004.

GENÚ, Marta Soares. **Ressignificação do movimento em práticas escolares:** o diálogo, a consciência, a intencionalidade. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2004.

GENÚ, Marta Soares. A abordagem da Ação Crítica e a Epistemologia da Práxis Pedagógica. **Educação e Formação.** Fortaleza, v.3, n.9, p.55-70, set./dez.2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **O falso conflito entre as tendências metodológicas.** Disponível em http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1207/1213. Acessado em 02.12.2019

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth. (Org.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

MARTINS, Ronei Ximenes; RAMOS, Rosana. **Metodologia de pesquisa:** guia de estudos. Lavras: UFLA, 2013, p. 8-21

TEIXEIRA, Nádia. **Metodologias de pesquisa em educação**: possibilidades e adequações, Caderno Pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação:** a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

GOVERNANÇA JUDICIAL: ESTRATÉGIA PARA A EFETIVIDADE DA GESTÃO NO JUDICIÁRIO

Eliene Pereira da Silva Dias[28]

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir as diferentes perspectivas e conceitos desenvolvidos no campo da administração pública sobre governança, na tentativa de incluir o debate do tema no contexto do Poder Judiciário, a partir da revisão de literatura, para construir o argumento que coloca a governança como estratégia para aprimoramento e desenvolvimento de capacidades políticas.

Embora a temática já tenha conquistado seu lugar na esfera acadêmica, visto que não são poucos os trabalhos, teses e pesquisas já desenvolvidas sobre a governança na Administração Pública, pouco se tem escrito e pesquisado sobre a governança no poder Judiciário. Na verdade, o muito que os tribunais tem feito é seguir no "caminho da roça", atrás do progresso do Poder Executivo que, em matéria de gestão e governança, tem desenvolvido políticas e procedimentos orientadores para auxiliar os órgãos da Administração Pública.

28 Mestranda em Governança e Desenvolvimento pela Enap/DF. Especialista em Gestão de Pessoas no Serviço Público e em Secretariado Executivo. Servidora Pública do TRF1. Administradora e Secretaria executiva.

O Tribunal de Contas da União-TCU, no seu papel de auxiliar o Poder Legislativo na tomada de prestação de contas, por meio de diversos Acórdãos, tem sido um propulsor implementação de políticas e ações relacionadas às boas práticas de governança nos órgãos da Administração Pública, apresentando recomendações específicas para o judiciário, visando não apenas a promoção da efetividade da gestão, mas também a avaliação, a direção e o monitoramento da prestação dos serviços públicos.

O objetivo deste artigo é discorrer, a partir da revisão sistemática da literatura proeminente, por meio do método dedutivo, sobre a governança nos órgãos do Poder Judiciário com vistas a compreender como a governança judicial pode ser considerada uma estratégia para a efetividade da prestação dos serviços jurisdicionais.

Justifica-se pelo desejo de provocar a reflexão sobre os esforços necessários para que o judiciário mergulhe no debate da gestão administrativa e no aperfeiçoamento e apropriação do conceito sobre governança judicial.

Este artigo está estruturado em 5 tópicos, incluindo esta introdução. O segundo tópico desenvolve a discussão sobre o protagonismo do judiciário e no terceiro apresenta uma visão argumentativa acerca da necessidade de compreender o conceito de governança judicial. No quarto tópico, a metodologia trata dos pressupostos teóricos apresentados para avaliar a governança como fundamento para a efetividade no judiciário. As considerações finais são apresentadas no tópico 5.

2. CONTEXTO E PROTAGONISMO DO JUDICIÁRIO

É sabido que cada um dos poderes do Estado exerce suas funções típicas insertos no protagonismo próprio e singular de suas atribuições. Segundo Moraes (2003) a separação das funções estatais, atribuídas a órgãos autônomos entre si, foi esboçada por Aristóteles, sendo detalhada, posteriormente, por John Locke e finalmente consagrada por Montesquieu. Diante dessa concepção, a Constituição Federal do Brasil/1988 traz a separação de poderes como princípio constitucional.

Couceiro (2011) explica que a doutrina tripartite torna evidente a existência de separação das funções do Estado a órgãos independentes que devem exercer suas atribuições com legitimidade, autonomia e igualdade, "respeitando reciprocamente suas esferas de competência, contrabalanceando e limitando o exercício do poder Estatal" (*op. cit.* p. 3).

Aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário cabem o exercício exclusivo de suas funções estatais, sendo-lhes também atribuídas constitucionalmente, de forma atípica, o exercício de funções próprias de outro poder. Essas, por sua vez, evidenciam a interdependência e a necessidade de harmonização de suas atividades, com vista a promover efetividade na prestação do serviço público.

Tal alinhavo se propõe a construir o cenário de atuação de cada um desses Poderes, focando no protagonismo do Judiciário, que é o *lócus* deste artigo.

2.1. O Esquema Organização do Poder Judiciária

É fundamental enxergar o Poder Judiciário como um dos três poderes da federação brasileira, para compreensão do seu papel no exercício da função típica de julgar as demandas judiciais, fruto do litígios e controvérsias, uma vez que tal função típica é responsável não só pela solução definitiva dos conflitos, mas também pela integridade do ordenamento jurídico. (PAULO E ALEXANDRINO, 2008).

A organização do Poder Judiciário está esquematizada no capítulo III da CF/88. No artigo 92 são apresentados os órgãos que o integram. Nesse capítulo constitucional são apresentados a organização desses órgãos, suas competências e especialização jurisdicional.

Segundo Akutsu (2014) a organização da justiça no Brasil é complexa, pois as competências são delimitadas tanto por critérios geográficos, quanto pela especialização do objeto da lide, como pelo processo decisório, que pode alcançar até quatro instâncias de julgamento.

A jurisdição foi dividida em justiça comum e especializada. Geograficamente a justiça comum se faz presente no âmbito federal, com cinco Tribunais Regionais Federais - TRFs, e no âmbito estadual e no Distrito Federal, com os Tribunais Estaduais e do Distrito Federal.

Além da justiça comum, a jurisdição especializada é composta pela justiça do trabalho, eleitoral e militar. (AKUTSU, 2014; BACELLAR, 2013)

O Supremo Tribunal Federal-STF, é o órgão máximo do Poder Judiciário, quem tem a prerrogativa de zelar pelo cumprimento da Constituição Federal. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ foi inaugurado em 2005, tendo sido inserido na estrutura do judiciário com a missão de controlar a atuação da administração e das finanças do judiciário brasileiro, além de supervisionar o desenvolvimento das funções dos magistrados. (BRASIL-STF; 2018)

A estrutura do Poder Judiciário segue definida e consolidada no texto constitucional, entretanto, diante da complexidade organizacional, são muitas as variáveis observáveis que carecem de reflexões e estudos para ajustar o mecanismo estabelecido para promover a eficiência na gestão do judiciário brasileiro.

2.2. A (má) Gestão do Sistema Judiciário e os Wicked Problems

A visão da complexidade em que está estruturada o Poder Judiciário nos possibilita compreender as disfunções e as ineficiências constatadas ao longo dos anos pela morosidade da prestação dos serviços jurisdicionais: a falta de agilidade na conclusão processual, o excesso de burocracia e os formalismos.

Donato (2006) explica que para acompanhar a dinâmica social e contemporânea, a sociedade reclama um judiciário mais ágil e eficiente, sendo necessário um processo de modernização, não apenas da estrutura, mas dos processos e, principalmente, da mentalidade dos altos dirigentes. Isso implica em uma transformação estrutural e cultural. Talvez, essa seja a reforma mais difícil a ser implementada, mas não impossível.

De acordo com Nogueira (2010), tem sido percebida uma tendência mundial na administração pública no sentido de adotar instrumentos de gestão para incrementar o desenvolvimento, e a racionalidade dos processos e procedimentos. Desde as reformas em curso na organização e no funcionamento do Estado, observadas nas últimas

décadas, é percebida uma tendência mundial na administração pública que tem se pautado pela adoção de instrumentos de gestão visando o incremento do desempenho de agências e órgãos públicos, bem como da racionalização de seus procedimentos.

Nesse sentido, nos idos de 1980, em todo o mundo, as primeiras reformas aconteceram no âmbito do Poder Executivo, porém, recentemente os movimentos de reforma tem se instalado nos Poderes Legislativos e Judiciários com vistas a implementar uma visão direcionada a resultados, transparência e eficiência. (RENAULT, 2008; NOGUEIRA, 2010; AKUTSU, 2014).

No Brasil, temos acompanhado as propostas de mudanças no âmbito do Poder Judiciário, na tentativa de oferecer respostas às pressões por melhoria na prestação do serviço jurisdional, bem como pela eficiente de sua gestão (NOGUEIRA, 2010).

Renault (2008) argumenta que a incapacidade do Judiciário para atender as demandas da sociedade por um sistema de justiça eficiente, célere e acessível tem se tornando uma preocupação de maior importância na agenda de discussões sobre as reformas que a modernidade impõe ao país. Esse autor destaca que a criação da secretaria de reforma do Judiciário, no Ministério da Justiça, tinha como o objetivo evidenciar para a sociedade, como um todo, e também para a magistratura, em especial, que o assunto mereceria destaque político, no então governo Lula.

Akutsu (2014) discorre, nesse mesmo raciocínio, que o aprimoramento do sistema judicial brasileiro e os principais problemas relacionados à administração da justiça culminaram com a assinatura do "Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano", em 2004. Cinco anos depois, um novo documento foi assinado destacando a necessidade de um sistema judicial mais acessível. Assim com o "II Pacto Republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo", as preocupações relativas à morosidade e a baixa efetividade do judiciário, além da necessidade de tornar a justiça acessível, especialmente aos necessitados, são temáticas que ainda permeiam na agenda pública.

Considerando que essa visão argumentativa evidencia não apenas um sistema judicial complexo, mas também as dificuldades de

implementação de políticas e estratégias para tratar implementar soluções, nos deparamos como o conceito de *wicked problem*[29], que pode ser traduzido como problema de difícil solução. (RITTEL E WEBBER, 1973)

Tal entendimento, se faz necessário, para enxergar, no âmbito do judiciário que a (má) gestão, decorre dos muitos desafios políticos e administrativos no enfrentamento de problemas complexos que para solução exige não apenas a mudança de comportamento institucional, má também o envolvimento dos atores internos e externos, implementação de políticas e programas abrangentes e inovadoras para gerenciamento e redução desses problemas.

Em sua análise, Gazoto (1998) pontua que são muitas as mazelas do processo civil brasileiro, provocadas por um intrincado complexo de fatores, cujo estudo e classificação talvez se constitua em tarefa irrealizável. Segundo esse autor, "a análise sistêmica toma patente que os piores males são a morosidade judicial e a formalização burocratizada do processo" (*op. cit*. p. 50).

Akutsu (2014) explica que a acessibilidade da população de baixa renda a justiça, a morosidade e a baixa eficiência das decisões judiciais são dificuldades crônicas, mas que podem ser minimizadas com medidas relacionadas tanto à área de direito, como também à administração do judiciário. Sendo observado, que as principais causas de morosidade e baixa efetividade das ações judiciais estão associadas à (má) gestão. Donato (2006) assevera que as disfunções decorrentes de má administração atingem a credibilidade dos seus órgãos.

A análise dos problemas históricos - *wicked problems* - do Poder Judiciário aponta para a melhoria da gestão dos recursos, para o aperfeiçoamento dos gestores e para o aprimoramento do gerenciamento dos processos de trabalho a fim de minimizar as dificuldades e, assim, reduzir a complexidade desses problemas que maculam o protagonismo do Poder Judiciário e comprometem sua eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais.

29 Tradução: Problemas perversos. Todas as citações em idioma estrangeiro foram realizadas pela própria autora de maneira livre.

O Poder Judiciário ocupa sua relevância na organização pública, em razão da natureza de suas atribuições e seus efeitos políticos e sociais. Entretanto, o aumento dos litígios, as dificuldades estruturais e os diversos problemas graves têm prejudicado a qualidade e a efetividade dos objetivos finalísticos.

> O Poder Judiciário brasileiro, apesar de ser composto por magistrados íntegros e cultos, é ineficaz; e que esta inaptidão é proporcionada por uma série de fatores, desde a histórica falta de recursos humanos e materiais até o anacronismo das leis, entretanto, o culto ao formalismo e a falta de adoção da boa técnica de direção do processo por parte dos juízes tem colaborado para com a chamada crise judiciária. (DONATO, 2006, p. 67)

Nesse diapasão, é preciso analisar a crise do judiciário, considerando a complexidade dos problemas enfrentados no sistema de justiça brasileiro, à luz da governança judicial, a fim de definição de um rumo direcionado pela visão estratégica da gestão.

2.3. Clamor pela Mudança: Novos rumos

Os desajustes de um sistema ineficiente e extremamente formal e conservador, foram as causas principais para o levante de diversas vozes em clamor pela reforma do Judiciário. Perceber esses desajustes é um exercício de auto crítica importante para construir um caminho para mudança.

A reforma tem sido a resposta ao eco da sociedade para transformação do sistema arcaico, formalista e ineficiente. Ouvindo essas vozes e numa proposta de começar a implementar um caminho de mudança, foi criado na estrutura do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, que surge com a missão constitucional de exercer o controle administrativo e financeiro, ante a expectativa de colocar ordem na casa e dar senso de orientação para os órgãos do judiciário.

Impende destacar que o Poder Judiciário tem suas atividades fim e meio. As funções típicas, no caso do judiciário, são realizadas pela área-fim e dizem respeito a função jurisdicional; enquanto que as funções

atípicas compete a área-meio, a quem cabe o desenvolvimento da gestão administrativa (Donato, 2006). Como já foi pontuado por Akutsu (2014) as causas de morosidade e ineficiência podem ser minimizadas pela adoção de medidas tanto da área de direito, como pela área de administração do Judiciário.

Tal compreensão é salutar para o debate de governança judicial e de efetividade na prestação dos serviços jurisdicionais. Por isso, o CNJ foi criado para efetivar o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário. A lógica implícita é que a efetividade do judiciário não se faz apenas com o olhar jurisdicional. É preciso direcionar a gestão administrativa para imprimir a cultura de governança judicial e assim fazer fluir a administração da justiça no Brasil (CALDAS E SILVA, 2016).

Guimaraes et al (2018) explicam que "um sistema de justiça bem administrado é uma influência civilizadora e contribui para a coesão social e para o desenvolvimento social e econômico do país"[30] (*op. cit.*, p. 477). Eles conceituam administração da justiça como um conjunto de conceitos teóricos, métodos e técnicas de investigação concebidos para investigar os processos de gestão, os quais estão associados à utilização e articulação de recursos, conhecimentos e instituições, nos diferentes níveis do sistema de justiça.

A criação do CNJ para administrar a justiça é uma das repostas do poder público para traçar novos rumos para o Judiciário. Mas, vale relembrar a grande resistência alçada por alguns setores da magistratura, nos primeiros anos de sua existência, além do tempo gasto para justificar seu papel no âmbito do judiciário. Isso revela que, de fato, o Poder Judiciário enfrenta dificuldades da mesma forma como os outros poderes do Estado; mas, uma das mais difíceis mudanças para o judiciário brasileiro é enfrentar a necessária reforma de mentalidade. (DONATO, 2006).

Gazoto (1998) aduz que no meio jurídico ainda predomina o apego à forma e o temor às inovações e destaca que ainda há em muitos juízes um relativo temor à modernização administrativa. Já Ferreira e

30 Tradução da autora de forma livre. *"A well-administered justice system is a civilizing influence and contributes to social cohesion and to the country's social and economic development"*. (GUIMARÃES *et al*, 2018, p. 477)

Gonçalves (2015) dizem ser bastante compreensível essa postura, pois segundo eles foram forjados dentro do formalismo legal e processual para executar as atividades jurisdicionais. Esses autores reconhecem que o magistrado é peça importante para promover a efetividade da justiça, e por isso deve buscar um novo perfil, considerando o desenvolvimento de capacidades de gestão e liderança para conduzir a qualidade jurisdicional.

Com o nascimento do CNJ, alguns acharam que todos os problemas do judiciário estariam resolvidos. Contudo, sua instituição como órgão central de planejamento do judiciário, o colocou como um importante ator na uniformização de procedimentos e metas, na orientação dos órgãos jurisdicionados quanto à organização, coordenação e planejamento.

> É bem verdade que o CNJ ainda se encontra em momento de afirmação e definição clara de seus objetivos permanentes e mais nobres – podemos dizer que a sua criação, de certa forma, deve ter frustrado os seus opositores e os seus defensores –, mas o erro é considerar o processo como terminado e entender que a reforma, como alguns fizeram, resumia-se à criação do Conselho. Na medida em que se compreende a reforma como um processo, composto de várias ações, etapas, atores e objetivos, conclui-se que algo já foi feito mas há ainda muito a se fazer. (RENAULT, 2008, p. 130)

Como se observa, Renault (2008) chama atenção para o processo que se iniciou com a criação do CNJ, que já demonstrou seu papel fundamental para o planejamento das atividades do Judiciário e já tem sido reconhecido, nas ações e medidas que vem apresentando, no seu desafio de pensar o sistema de justiça como uma estrutura integrada.

3. COMPREENDENDO O CONCEITO DA GOVERNANÇA JUDICIAL

Após apresentação do cenário em que está posicionado o Poder Judiciário, é preciso compreender o conceito da governança, amplian-

do suas concepções ao Poder Judiciário, no intuito de fortalecer os aspectos conceituais relativos à governança judicial.

É notório que o tema governança tem sido um conceito relevante nos órgãos da administração pública, embora não seja um conceito novo. Akutsu e Guimarães (2012) citando Kauffmann e Kraay (2008), destaca que o termo surge no ano 400 a.C, "quando Kautilya, suposto ministro-chefe do rei da Índia, teria apresentado o Arthashastra, um tratado sobre a arte da governança, enfatizando a justiça, a ética e as tendências antiautocráticas" (*op. cit*. p. 184).

Teixeira e Gomes (2019), com o intuito de desenvolver uma revisão teórica sobre o conceito de governança pública, destacou que o tema é relativamente novo no âmbito da gestão pública, mas que apresenta uma grande diversidade conceitual. De acordo com esses autores, em uma breve síntese conceitual, a governança está relacionada a delegação de autoridade e poder para administração de propriedades, bens e investimentos, e assim, ante a necessidade de suprir as expectativas dos proprietários, os gestores estabeleceram ações para dirigir, monitorar ou controlar os seus resultados.

O Banco Mundial-BM, a Internacional Federation of Accountants (IFAC), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG), assim como outros organismos multilaterais e instituições privadas, nas últimas décadas, ofereceram importante contribuições conceituais para fomentar a aplicação da governança corporativa no setor público, nos níveis mundial e nacional. (MATIAS-PEREIRA, 2010)

O Tribunal de Contas da União – TCU reuniu e organizou em um guia boas práticas de governança pública, considerando que "se bem observadas, podem incrementar o desempenho de órgãos e entidades públicas"(p. 6). Nesse sentido, o Referencial de governança do TCU formulou o seguinte conceito para governança pública:

> Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (BRASIL, TCU; 2014, pp.5-6)

Para o TCU (2014), a governança na administração pública envolve as funções básicas de avaliar o ambiente, direcionar a estratégia e monitorar os resultados. Assim, alinhados com o Banco Mundial, governança diz respeito a estruturas, funções, processos e tradições organizacionais para alcance dos objetivos planejados. Isso significa maior efetividade e maior economicidade. Já a eficácia e a eficiência estão relacionadas ao funcionamento operacional da organização, ou seja, refere-se a gestão.

Dessa forma, de acordo com o Referencial Básico de Governança do TCU (Brasil-TCU; 2014), enquanto a gestão se apropria da operacionalização integradas dos processos, a governança se ocupa da qualidade decisória e da efetividade dos seus resultados, assim como demonstra a figura a seguir.

Figura 1: Relação entre governança e gestão

Fonte: Referencial Básico de Governança, (Brasil-TCU; 2014, p. 32)

Como se observa na figura 1, a relação entre governança e gestão proposta pelo TCU, evidencia que a governança oferece a estratégia para a efetividade da gestão. Ou seja, a boa governança permite, entre outras coisas, avaliar o desempenho e a conformidade da organização. (BRASIL-TCU, 2014)

Teixeira e Gomes (2019) citando Bovaird (2005) afirma que a governança pública deve ser orientada para o desenvolvimento de avaliação dos resultados e da aderência a critérios ou normas acordados.

Com base em todo esse esforço conceitual, as regras do jogo são colocadas em evidência, destacando que a governança visa a prestação de serviços públicos eficientes. A análise dos conceitos relacionados à governança pública é importante para compreender sua diversidade interpretativa, para observar que compete ao poder público não apenas reconhecer as demandas da sociedade, mas também prestar um serviço público eficiente e de qualidade.

Isso, não é exclusividade do Poder Executivo não. Cada vez mais, é necessário que o Poder Judiciário se aproprie dos mecanismos de governança para imprimir efetividade e desempenho em suas ações com vista a alcançar os objetivos finalísticos.

Nesse direcionamento, o autor Ng (2011) [31] apresenta a governança judicial como um conjunto de atividades relacionadas a gestão da justiça, que vai além da competência jurisdicional, pois envolve a habilidade para o gerenciamento estratégico de suas atividades em prol da eficiência e alcance de suas metas estratégicas.

Como visto no tópico anterior, os tribunais judiciais são organizações complexas. Tais características, se espelham nos processos de gestão e na governança dessas organizações. Razão pela qual a governança judicial precisa ser entendida, em sentido amplo, como a maneira como são aplicadas as práticas de gestão destinadas ao atendimento equilibrado de diferentes interesses das partes que compõem o ambiente dos tribunais.

Embora de alta relevância para a administração judicial, a governança em tribunais ainda é tema pouco estudada (Ng, 2011). De acordo com Akutsu e Guimarães (2012) faz-se necessário estudar o tema "governança judicial" em razão de o sistema judicial brasileiro ter sido colocado em destaque na agenda política do país nos últimos anos, sendo chamado para implementar ações para promover o aprimoramento da gestão.

Para Ng (2011) a governança judicial deve ser ancorada numa abordagem interdisciplinar contemplando também as questões relacionadas a transparência, modernização dos tribunais e *accountability*

31 Todas as citações em idioma estrangeiro foram realizadas pela própria autora de maneira livre.

que são fatores fundamentais para a eficiência do judiciário. Afinal, o objetivo de a governança judicial dever ser orientar a visão sistêmica dos mecanismos de controle para avaliar, dirigir e monitorar a prestação do serviço, a partir do diagnóstico de como os objetivos e metas estão sendo alcançados.

Entretanto, para seguir na trilha de governança judicial, apontada por Ng (2011), faz-se necessário compreender as regras do jogo no âmbito do Judiciário. Akutsu (2014) citando Ibanhes e colaboradores (2007:577) enfatiza que esses autores conceituam governança como "ferramenta analítica para compreensão dos fatores que organizam a interação dos atores, a dinâmica dos processos e as regras do jogo" (*op. cit.* pp. 50-51).

3.1. As regras do jogo

Segundo Akutsu (2014) o conceito de governança "é multifacetado e plural, envolve distintas dimensões e está alinhado com práticas de gestão e de controle de organizações, tanto públicas quanto privadas"(*op. cit.* p. 51).

De acordo com Gazoto (1998), a Administração Pública é o aparato para realização da atividade estatal, a fim de executar os serviços de utilidade ou interesse público. Por isso, ela tem sido convocada, nos últimos anos, a repensar sua gestão para reavaliar seus processos e resultados. Nesse sentido, a gestão pública deve se pautar na busca por resultados e no desenvolvimento de melhores desempenhos, a fim de utilização eficiente dos seus recursos.

O Poder Judiciário, mesmo sendo composto por organizações complexas (tribunais, varas, turmas, comarcas, etc.), faz parte do aparato estatal para prestação dos serviços jurisdicionais, e não está isento da avaliação de desempenho de suas organizações e da gestão dos seus recursos. Por isso, que a apropriação do tema governança judicial, bem como seus pressupostos são tão urgentes no seio do judiciário, ante ao clamor pela eficiência e pela qualidade da prestação desses serviços..

Donato (2006) explica que antes da Constituição de 1988, as críticas feitas ao Poder Judiciário eram superficiais e pontuais, inferindo

ser por temor à toga, por falta de prática em apontar-lhe as falhas ou por ausência de conhecimentos sobre os reais obstáculos que o circundavam. Entretanto, é urgente olhar para dentro, considerar as críticas formuladas, rever a rota a fim de enfrentar o diagnóstico necessário para implementar a governança judicial e começar a caminhada na implantação de práticas e ações para tornar o trabalho do judiciário relevante e eficiente, enquanto organização pública.

O raciocínio que está sendo construído é que não basta ao Poder Judiciário se agarrar ao seu protagonismo. É preciso encarar os problemas que maculam a imagem de seus órgãos e comprometem a prestação do serviço jurisdicional.

Lunardi (2019) afirma que é preciso dar a devida centralidade às técnicas e ferramentas de gestão, que são capazes de impactar o sistema judicial como um todo, e que parecem estar sendo responsáveis por minimizar os problemas de congestionamento processual e aumento de acervo no Judiciário.

Enfim, sobretudo diante de tempos de restrições orçamentárias, é preciso fazer mais com menos. O CNJ tem mostrado que ausência de planejamento e de gestão é responsável por grande parte da ineficiência do judiciário nacional, assim como a adoção de políticas e medidas para orientar a gestão cartorária, a gestão de pessoas e a gestão processual é fundamental para buscar a eficiência.

Para o judiciário brasileiro oferecer a sociedade uma prestação jurisdicional mais rápida e efetiva, deve buscar a melhoria dos seus métodos gerenciais de processos e formatar a visão ampliada da governança judicial como um conjunto de ações e procedimentos que orientam os procedimentos, as técnicas e as estratégias de gestão, aplicados nas unidades judiciais.

> (...) é imprescindível conhecer as especificidades do sistema de justiça brasileiro e a realidade das Varas Judiciais, a fim de que se possa propor medidas de gestão e criar ferramentas capazes de efetivamente melhorar a qualidade do gerenciamento dos processos judiciais. (LUNARDI, 2019, n/p)

Ferreira e Gonçalves (2015) destaca que o judiciário contemporâneo, requer que as atividades-meio sejam desenvolvidas com coerência e que incorporem os métodos e técnicas tanto da administração privada, como as teorias da Administração gerencial, para que "as regras do jogo" definidas pelo ambiente institucional (AKUTSU, 2014) promova o desenvolvimento de uma organização.

Cabe destacar, porém que a Administração da Justiça é uma atividade que precisa de direcionamento técnico e especializado de gestão, competência, pouco identificada nos magistrados, uma vez que esses são altamente preparados e forjados para desenvolver a capacidade de julgamento com foco nos procedimentos processuais e judiciais. (FERREIRA E GONÇALVES, 2015)

Mais uma vez, essa abordagem argumentativa nos direciona para a visão orgânica do judiciário que desenvolve duas atividades estruturais: "a jurisdicional, possibilitando o cumprimento de suas atividades institucionais de julgar (...) e a administrativa ou de governo do pessoal e gestão dos recursos materiais e financeiros." (ROCHA, 1995, *apud* DONATO, 2006, p. 54).

Ora, em razão da complexidade da estrutura organizacional do Poder Judiciário cabe destacar que além da área-finalística ou área-fim, todo o mecanismo estrutural se sustenta nos esforços concentrados da área-meio, a quem compete a organização administrativa e a gestão financeira e a implementação das boas práticas de governança.

Na área-fim, os analistas judiciários, advogados, juízes, desembargadores realizam as atividades substancias relacionadas as funções típicas do Judiciário. Mas, assim como as asas de um avião, a estrutura do Poder Judiciário não se equilibra apenas com as atribuições da área-fim. Também, é salutar repetir, propositalmente, que faz parte dessa arquitetura a chamada área-meio, que é responsável pelas atividades estruturantes e administrativas dos órgãos, não podendo ser, portanto, reduzida sua importância. (FERREIRA E GONÇALVES, 2015; PAULO E ALEXANDRINO, 2008; PERIUS E ARAÚJO, 2017)

Logo, na administração judiciária, para o atingimento de sua finalidade, os órgãos precisam estruturar e dar notoriedade à área-meio. Isso se dá a partir da compreensão da governança judicial, considerando a tese aqui construída de que a governança judicial sustenta a efetividade do Poder Judiciário, sendo portanto, a estratégia para alcance da efetividade, por meio da gestão.

De acordo com Matias-Pereira (2010), é possível perceber que a governança recomenda a adoção de procedimentos para gerar eficiência administrativa e assim alcançar os resultados esperados. Para isso, segundo este autor, "a governança deve tornar explícito o papel de cada ator, definindo seus objetivos, suas responsabilidades, seus modelos de decisão, suas rotinas, entre outras ações" (*op. cit*, p. 7).

Dito isso, conclui-se que as regras do jogo foram esclarecidas. O judiciário está na jogada em prol da eficiência da prestação dos serviços jurisdicionais. Nesse direcionamento Akutsu e Guimarães (2012) realizaram pesquisa para identificar as dimensões da governança judicial, cujas contribuições fundamentam a ampliação do debate no Poder Judiciário.

3.2. As dimensões da governança judicial

Após apropriação do termo "governança judicial", apresentado e conceituado por Ng (2011), Akutsu e Guimarães (2012) realizaram um trabalho de pesquisa com o objetivo de buscar identificar a dimensões de governança judicial que podem influenciar o desempenho do sistema judicial brasileiro. Com base em artigos empíricos sobre o tema, 23 arquivos foram selecionados conforme os seguintes critérios: tivessem sido publicados entre janeiro/2005 a janeiro/2011; tratassem do tema governança judicial e fossem qualificados como relato de pesquisa empírica.

Os artigos selecionados foram categorizados e agrupados, segundo as dimensões abordadas em sua proposta de estudo. Assim, as dimensões relacionadas a governança judicial foram identificadas, conforme quadro a seguir.

Dimensão	Percentual	Temas abordados no(s) estudo(s)	N.
Desempenho do Sistema Judicial	39%	Custo, tempestividade e qualidade das sentenças	2
		Tempo de julgamento	2
		Qualidade da governança e dos sistemas judiciais	2
		Desempenho do Judiciário – fatores determinantes	3
Independência Judicial	22%	Processo de seleção dos magistrados	1
		Eleições confirmatórias para reeleição de juízes	1
		Independência e corrupção de juízes	2
		Impacto da Independência Judicial no mercado de capitais	1
Accountability	13%	Impacto das decisões judiciais na *Accountability* dos gestores públicos e em outros Poderes	3
Recursos Estratégicos do Poder Judiciário	13%	Gestão de documentos e informações judiciais	2
		Carreira dos magistrados	1
Acessibilidade à Justiça	9%	Oferta de serviços judiciais com rituais simplificados	1
		Novas formas de resolução de conflitos	1
Estrutura do Poder Judiciário	4%	Distribuição de competências entre juízes e Tribunais	1
Total	**100%**		**23**

Quadro 1: Artigos Empíricos sobre governança judicial, publicados entre jan/2005 e jan/2011
Fonte: Akutsu e Guimarães (2012, p. 15)

Como se observa, os pesquisadores definiram as seguintes dimensões da governança judicial: Desempenho do Sistema Judicial, Independência Judicial, Accountability, Recursos Estratégicos do Poder Judiciário, Acessibilidade à Justiça e Estrutura do Poder Judiciário.

Os estudos realizados por Akutsu e Guimarães (2012), evidenciaram que o desempenho do judiciário precisa ser analisado como um todo, a partir dos aspectos relacionados ao tempo de julgamento, custos judiciais, qualidade das sentenças e produtividade.

A Independência Judicial foi uma dimensão evidenciada nos artigos selecionados e conforme Akutsu e Guimarães (2012), os autores desses artigos demonstraram a estreita relação dessa dimensão com o *Accountability*, visto ser também uma dimensão que influencia a governança judiciária, pois relaciona-se, não apenas, com responsabilização pelo exercício da função pública, mas também com a transparência dos atos de gestão daqueles que exercem funções administrativas no judiciário.

Outra dimensão identificada pelos pesquisadores diz respeito aos Recursos Estratégicos do Poder Judiciário, pois a gestão eficiente dos recursos estratégicos deve ser avaliada, considerando os esforços para assegurar o desempenho dos tribunais, empregando ações para promover as capacidades necessárias para assegurar o desenvolvimento institucional. Akutsu e Guimarães (2012) também revelam como dimensão da governança judicial a Acessibilidade, evidenciando a necessidade de aproximação da justiça a todos de forma fácil, ágil e satisfatória e por fim, consideraram a Estrutura do Poder Judiciário como uma dimensão da governança judicial que se relaciona com a Acessibilidade.

É evidente o esforço dos pesquisadores para identificar as dimensões do conceito de governança judicial, por meio dos assuntos abordados em cada um dos estudos empíricos conduzidos em diversos países, inclusive no Brasil.

Contudo, em análise rasteira, percebe-se que os temas desenvolvidos pelos autores, em sua grande parte está afeta ou a área jurisdicional ou, em nível macro, à Administração da Justiça, demonstrando a dificuldade dos pesquisadores do poder judiciário em se afastar dos atributos jurisdicionais, no afã de desenvolver estudados e pesquisas com foco na Administração da Justiça, compreendendo a especialização técnica da área-meio, que é responsável pela gestão, a fim de prover estratégias e técnicas para que a governança judicial seja consolidada.

É a gestão que evidencia a eficiência em todas as suas dimensões, seja no nível institucional ou individual, considerando que as regras do jogo estão fixadas na Constituição Federal, e as práticas de governança judicial exerceram sua influência em todo o sistema.

Por esse ângulo, Teixeira e Gomes (2019) citando Hitt, Ireland e Hoskisson (2012), pontuam que a governança é considerada uma das mais avançadas técnicas de gerenciamento, que pode ser aplicada em diversas organizações, inclusive no judiciário, visto que garante uma maior eficiência às decisões tomadas, bem como elimina o conflito de interesses.

4. METODOLOGIA

Este artigo fundamentou-se na revisão sistemática da literatura sobre governança judicial, no intuito de discutir aspectos relacionados

aos diferentes conceitos e perspectivas desenvolvidos no campo da administração pública, incluindo o Poder Judiciário no debate.

Nesse sentido, o raciocínio argumentativo considerou a essencialidade do Judiciário nas funções típicas e essenciais, as quais são atribuídas a sua área finalística, analisando a conceituação de governança na administração pública a fim de revelar o esforço construtivo para consolidar a governança judicial como estratégia para efetividade na prestação dos serviços públicos jurisdicionais.

A partir da complexidade que envolve o judiciário brasileiro, evidenciamos no esquema organizacional muitos desajustes em razão da ausência efetiva de gestão, culminando com problemas cíclicos e perversos (*wicked problems*) que tem desgastados a imagem do Poder Judiciário nos últimos anos. O diagnóstico de ineficiência promoveu a reforma judiciária, trazendo o CNJ para a estrutura organizacional, com a missão de coordenação administrativa e financeira.

No afã de estudar a administração do judiciário os pesquisadores Akutsu e Guimarães (2012) adentraram no estudo da governança judicial, a fim de construir um modelo teórico para o desenvolvimento dessa temática. Assim, a partir da identificação de estudos empíricos no Brasil e em outros países, demonstram que há uma relação estreita com a gestão do sistema judicial e adoção de práticas para gerenciamento do tempo, da eficiência, da transparência, dos recursos, do aparato judicial como um todo.

De acordo com Guimarães et al (2015), a identificação de padrões de governança de tribunais judiciais poderá oferecer contribuições interessantes para adoção ou alteração de ações específicas para aumentar a eficiência da administração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetividade do sistema de justiça brasileiro é um pressuposto para o desenvolvimento do país. Os problemas no sistema judiciário existem, são palpáveis e estruturais. O CNJ entrou no cenário no firme desafio de promover melhorias e oferecer uma visão integrada para a gestão administrativa e financeira para o Poder Judiciário. Nesse sen-

tido, são grandes os desafios de reforma em prol de um judiciário mais célere e eficiente.

O diagnóstico para compreender a necessidade urgente de implementação da governança judicial, bem como a avaliação das críticas formuladas, especificamente ao judiciário, enquanto organização pública, não pode ser desprezada. É preciso olhar para dentro e considerar as forças e suas fraquezas.

Os pesquisadores Akutsu e Guimarães (2012) oferecem contribuições interessantes para o estudo das dimensões da governança judicial, que se relaciona com a gestão, a quem cabe adoção de mecanismos para assegurar a governança judicial.

Em matéria de gestão e governança, há poucos estudos e pesquisas no judiciário brasileiro, o que se infere que um certo temor em apresentar as fragilidades do sistema e dos magistrados. Todavia, o campo se mostra promissor, ante a necessidade de desenvolvimento de pressupostos teóricos e empíricos para desenvolvimento de temáticas relacionadas a gestão administrativa no judiciário tais como: governança judicial, gestão efetividade, liderança, desenvolvimento institucional, capacidades políticas, dentre outras abordagens distintas da área jurisdicional.

Em suma, a pretensão deste artigo em tratar a governança judicial como uma estratégia para a eficiência do judiciário é apenas uma centelha para lançar luz sobre uma área tão carece de uma visão empírica e sistemática para compreensão da complexidade estrutural e organizacional do Poder Judiciário.

Além de tornar o termo governança judicial mais evidente, uma contribuição importante que este artigo oferece é o destaque para a integralidade institucional do judiciário, declarando a importância da área-finalística para o alcance dos objetivos estratégicos, ao tempo que reconhece que todo o mecanismo estrutural se sustenta nos esforços concentrados da área-meio, a quem compete a organização administrativa, a gestão financeira e a implementação das boas práticas de governança.

Espera-se que o artigo venha contribuir com o debate sobre a governança judicial nos órgãos do Poder Judiciário e provoque

reflexão sobre os esforços do Judiciário para promover o desenvolvimento da gestão administrativa e o aperfeiçoamento das capacidades institucionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKUTSU, L. **Governança Judicial: Construção e Validação de Modelo Teórico-Metodológico**. 2014. 124 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 2014. Disponível em: <repositorio.unb.br/>

AKUTSU, L.; GUIMARÃES, T. A. Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro. **EnANPAD**, n. 1, p. 1–15, set. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/>

BACELLAR, R. P. **Juiz servidor, gestor e mediador.** Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1 ª edição. Brasília. 163p. 2013. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal-STF. **Cartilha do Poder Judiciário/Supremo Tribunal Federal**. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, p. 38. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/>

_____. Tribunal de Contas da União-TCU. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.** Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, p. 80. 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/>

CALDAS, R. C. S. G; SILVA, A. D. F. Governança e as novas tecnologias: principais reflexos da informatização na gestão administrativa do Poder Judiciário. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**. Curitiba, v. 2, n. 2, jul./dez. p. 18-36. 2016. Disponível em: <http://indexlaw.org/>

COUCEIRO, J. C. S. Princípio da Separação de Poderes em corrente tripartite. **Revista Âmbito Jurídico**, v. XIV, n. 94, p. 1–7, 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>

DONATO, V. C. C. **O Poder Judiciário no Brasil: Estrutura, Críticas e Controle.** 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/>

FERREIRA, S.; GONÇALVES, L. Gestão do magistrado: ferramenta para efetivar a justiça no judiciário tocantinense**. Revista Âmbito júridico**. n. 143, p. 1–8, 2015. Disponível em: < https://ambitojuridico.com.br/cadernos/>

GAZOTO, L. W. A Reforma do Poder Judiciário. **Revista de Doutrina e Jurisprudência do TJDFT**, v. 56, Brasília, p. 41-71.1998. Disponível em: <https://bdjur.tjdft.jus.br/>

GUIMARÃES, T. A. *et al*. Governança em tribunais de justiça de Portugal: adaptação e validação de escala de medida. **Ciências e Políticas Públicas/Public Sciences & Policies**. v. 1, n. 1, p. 25-46. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net>

GUIMARAES, T. A; GOMES, A. O; GUARIDO FILHO, E. R. Administration of justice: an emerging research field. **RAUSP Management Journal**. v. 53 n. 3, pp. 476-482. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/rausp>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LUNARDI, F. C. **Processo, gestão judicial e efetividade: por um novo campo de estudo.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/artigos/2019>

MATIAS-PEREIRA, J. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. Administração Pública e Gestão Social -APGS**, Viçosa, v.2, n.1. jan./mar. pp. 109-134. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/>

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 21ª ed. São Paulo: Atlas. 2003. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/>

NG, G. Y. **A discipline of judicial governance?** Utrecht Law Review. v. 7, n. 1, pp. 102-116. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>

NOGUEIRA, J. M. M. **A Gestão do Poder Judiciário: uma análise do sistema de mensuração de desempenho do Judiciário brasileiro**. 2010. 109 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/>

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Resumo de direito constitucional descomplicado**. Editora Impetus Ltda. Rio de Janeiro, p. 420. 2008.

PERIUS, O.; ARAÚJO, R. S. P. E-proc: Rumo a governança dos tribunais. **Vertentes do Direito**. v. 4, n. 2, p. 168–190, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/>

RENAULT, S. R. T. Ainda a Reforma do Judiciário. **Revista da Escola Nacional de** Magistratura-Efam, v. 2, n. 5, abr. 2008. Disponível em: < https://core.ac.uk/>

RITTEL, H. W. J., WEBBER, M. M. Dilemmas in a General Theory of Planning**. Policy Sciences,** v. 4, n. 2, p. 155–169, jun. 1973. Elsevier Scientific Publishing Company, Amsterdam. Disponível em: <urbanpolicy.net/wp-content/>

TEIXEIRA, A. F.; GOMES; R. C. Governança pública: uma revisão conceitual**. Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519–550. Brasília, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/>

GOVERNANÇA PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Marcelo Rodrigues da Silva[32]

1. INTRODUÇÃO

A cada dia que passa a população mundial tem maior acesso à Internet e, por consequência, as mídias sociais são usadas por mais pessoas em todo o mundo, alcançando, em 2019, mais de 3,4 bilhões de pessoas (HOOTSUITE, 2019). Diante disso, no campo de estudos da administração pública, emerge a questão de como os governos ao redor do globo utilizam essas importantes ferramentas para promoção da governança pública.

A governança pública trata de os governos assegurarem a participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas, de forma a torná-las mais eficientes, na medida em que estas políticas alcançam maior sustentabilidade e legitimidade (NOVELLI, 2006).

No atual contexto, em que a relação Estado e Sociedade deve ser aprofundada; o conceito de governança pública ganha força e considerando que a governança exige uma efetiva comunicação pública (SILVA; VICENTIN, 2018), entende-se que o uso de mídias sociais pode contribuir para a promoção da governança pública.

32 Mestre em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Administrador no Instituto Federal do Paraná.

O presente estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, tem como objetivo identificar os artigos científicos publicados em bases internacionais que tratam do uso de mídias sociais para promoção da governança pública.

O artigo está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução: (i) o primeiro capítulo trata do conceito de governança pública e a possibilidade de uso de mídias sociais para a comunicação da governança pública; (ii) o segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na revisão sistemática da literatura; (iii) o terceiro capítulo traz os resultados obtidos pela aplicação do método; e (iv) o quarto capítulo consiste nas considerações finais do artigo.

2. GOVERNANÇA PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS

A governança pública se desenvolveu a partir da governança corporativa, tendo por base inicial a tentativa por parte de entidades nacionais e internacionais de adaptação dos princípios de governança corporativa à esfera pública (SLOMSKI *et al.*, 2008). Autores como Gruening (2001) e Barzelay (2000) citam a Teoria da Agência e a Teoria da Escolha Pública como teorias fundamentais para a governança na gestão pública.

Governança pública pode ser conceituada como a capacidade do Estado de implementar as políticas necessárias para o alcance dos objetivos comuns, baseado em ações que garantam a maior atuação do cidadão e responsabilização dos agentes públicos, tendo como pressuposto o aperfeiçoamento dos meios de interlocução com a sociedade (OLIVEIRA; PISA, 2015).

A governança pública também pode ser visualizada como um modelo de gestão pública e nesse sentido se difere do modelo burocrático e da *New Public Management* em uma série de características, conforme aponta o Quadro 1:

Característica / modelo	Burocrático	*New Public Management*	Governança
Orientação	Legalista (normas e regras)	Serviços	Cidadania ativa e participação
Objetivo	Gestão orientada para o cumprimento das regras e leis	Gestão orientada para a competitividade	Gestão orientada para a qualidade de vida da sociedade
Perspectiva	Muito associada ao tradicional governo	Associada à eficácia e desempenho do setor público (com incorporação dos privados)	Associada às expectativas da sociedade civil
Regulação	Com fortes hierarquias	Com ênfase no papel dos mercados	Através de redes
Lógica	Jurídica	Econômica	Sociedade (Política)
Tipificação	Administração legalista	Administração de serviços	Administração estratégica

Quadro 1 – Modelos de gestão pública e suas características
Fonte: CHAMUSCA, 2013, p. 41.

Pode-se observar a governança pública em diferentes perspectivas de implementação. O Tribunal de Contas da União (2014) identificou quatro perspectivas, interdependentes e complementares: (i) "Sociedade e Estado" – vertente política da governança pública; (ii) "Entes federativos, esferas de poder e políticas públicas" – vertente político-administrativa da governança pública; (iii) "Órgãos e Entidades" – vertente corporativa da governança pública; e (iv) "atividades intraorganizacionais" – viés interno da organização.

A garantia de sustentação da governança na sociedade ocorre quando ela está alicerçada em um conjunto de princípios. Silva e Vicentin (2018) identificaram e conceituaram nove princípios e mecanismos que definem uma boa governança: transparência, prestação de contas; integração; equidade, responsabilidade, cumprimento das leis, ética, legitimidade e eficiência.

Matias-Pereira (2010) afirma que a governança se relaciona com o pluralismo, uma vez que distintos atores têm o direito de influenciar a definição das políticas públicas e neste sentido destaca que compete ao Estado reforçar mecanismos participativos com o objetivo de atender às demandas públicas.

Dessa forma, as novas tecnologias da informação e comunicação se revestem como ferramentas valiosas para a viabilização da participação mais ativa do cidadão e interação entre governo e demais atores da governança (NOVELLI, 2006).

Dentre as diversas tecnologias, a Internet se destaca como um espaço virtual onde novas formas de interação social são possíveis (AKUTSU, 2009), em especial nas mídias sociais.

Boyd e Ellison (2007 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 297) definem mídias sociais como:

> [...] serviços baseados na web que permitem aos indivíduos três possibilidades: (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado; (2) articular-se com uma lista de outros usuários com os quais se compartilhará uma conexão; e (3) visualizar a sua lista de conexões e aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema.

As instituições públicas têm procurado fazer uso de novos canais de participação e interatividade no ambiente digital, haja vista, segundo Nascimento (2012), o considerável número de perfis em mídias sociais dos órgãos do governo federal.

Um último fator a ser destacado na comunicação da governança pública nas mídias sociais é a questão da mobilidade. Conforme dados de 2019 do *Global Digital Report*, são mais de 5,1 bilhões de pessoas no mundo que possuem celulares e 3,2 bilhões utilizam as mídias sociais por meio da mobilidade que os celulares proporcionam (HOOTSUITE, 2019) já que as mídias sociais se adaptam perfeitamente ao acesso via celulares.

Dessa forma, as mídias sociais podem ser utilizados pelos governos de todo o mundo como ferramentas para promoção da governança pública.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A técnica da revisão sistemática da literatura tem sido cada vez mais utilizada para obtenção de maior rigor e robustez. Para tanto, segue-se as etapas em um protocolo definido (GOMES, OSBORNE, GUARNIERI, 2020). Para apoio à aplicação da técnica, utilizou-se a ferramenta StArt - *State of the Art through Systematic Review* e adotou-se o protocolo proposto na própria ferramenta, conforme quadro 2:

Descrição: Esta revisão sistemática busca identificar o estado da arte da produção em sobre mídias sociais e governança pública.
Objetivo: Identificar o estado da arte da produção em sobre mídias sociais e governança pública. Identificar os métodos, técnicas e modelos existentes de análise da produção sobre mídias sociais e governança pública.
Questão principal: Quais são os métodos, as técnicas e os modelos existentes utilizados nos estudos sobre mídias sociais e governança pública?
Palavras-chave e sinônimos: Social Media e Public governance.
Critérios de definição de seleção de fontes: Disponibilidade de consulta de artigos por meio eletrônico, presença de mecanismos de busca por meio de palavras chave. Lopes e Farias (2020), em revisão sobre inovação colaborativa e governança no setor público destacam a reconhecida cobertura das bases Scopus e Web of Science.
Métodos de pesquisa nas fontes: Confecção de string e submissão às máquinas de busca. String: "social media" AND "public governance".
Lista de fontes: SCOPUS Elsevier; Web of Science;
Critérios de seleção de estudos: (a) (I) após leitura do título e resumo, serão incluídos artigos que tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública; (b) (E) serão excluídos trabalhos não revisados pelos pares (conferências, livros, capítulos de livros, proceeding papers) (c) (E) serão excluídos artigos não disponíveis integralmente em bases de dados ou que o pesquisador não conseguiu acesso. (d) (E) após leitura do título e resumo, serão excluídos artigos que não tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública;
Formulários para extração de dados: - País de origem - Objetivo do trabalho - resumo de um parágrafo - Ferramentas analisadas; - Métodos e técnicas empregadas; - Propõe modelo? (S/N) - Trabalhos futuros.

Quadro 2 – Protocolo da revisão sistemática da literatura

Fonte: Autoria própria.

A condução da revisão sistemática ocorreu em 06/07/2020 na base Scopus (Elsevier) e em 08/07/2020 na base Web of Science – WOS. Em ambas as bases se considerou período de publicação livre. Na Scopus, foram encontrados 14 documentos e na WOS 13 documentos.

A aplicação do critério de exclusão (b) – não revisado por pares e eliminação de documentos duplicados fez com que restassem 8 documentos. O critério de exclusão (c) – artigos não disponíveis integralmente não eliminou nenhum documento. Por fim, a aplicação dos critérios de inclusão (a) – artigos que tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública; e de exclusão (e) – artigos que não tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública fez com que restassem 6 documentos para inclusão desta revisão sistemática de literatura.

4. RESULTADOS

4.1. Distribuição dos artigos por ano de publicação

Os primeiros artigos encontrados datam de 2015, o que indica que se trata de uma temática nova, conforme mostra a figura 1. A linha de tendência sugere uma constância nas publicações desde então.

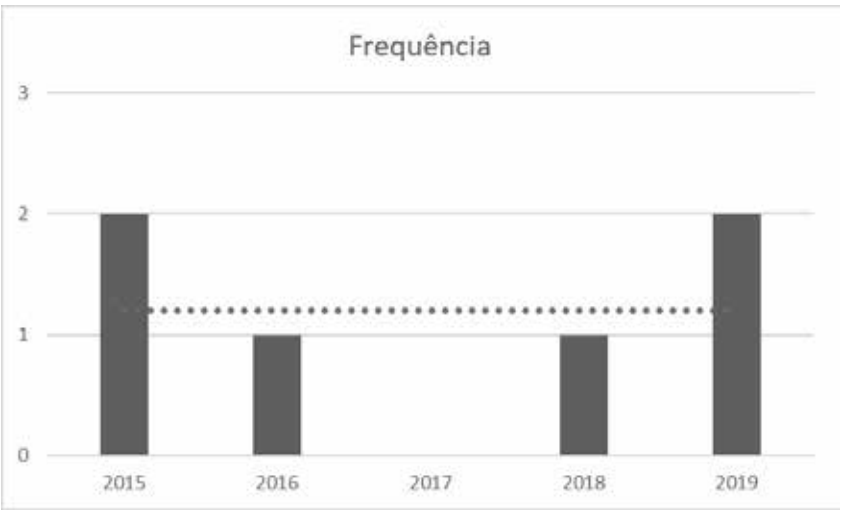


Figura 1: Distribuição das publicações por ano
Fonte: Autoria própria

4.2. Lócus dos estudos

Dos seis artigos encontrados, um foi apenas teórico os demais realizaram pesquisas tendo como lócus os seguintes países: Chile, Islândia, Lituânia, Holanda e Grécia. Assim, têm-se que 66,7% concentram-se na Europa, 16,7% na América do Sul e 16,7% não tem lócus de pesquisa.

4.3. Objetivos dos estudos e mídias sociais analisadas

Embora tenham temática semelhante, cada um dos artigos apresenta objetivos diferentes quanto ao uso de mídias sociais para promoção da governança pública. A seguir é apresentado um resumo de cada um dos seis artigos.

Artigo 1:

Pardo (2015) publicou na *Revista de Estudios Politicos y Estrategicos* artigo em que discute a possibilidade de uso da internet e das mídias sociais para influenciar, pressionar e ou controlar a governança pública. Seu lócus é o Chile e o foco de análise recai sobre os movimentos estudantis.

Em resumo, Pardo (2015) argumenta que na sociedade chilena se observou que, quando o Estado e os partidos políticos parecem não reagir de acordo com as mudanças na sociedade pós-ditadura, somado ao limitado número de mecanismos de participação cidadã na agenda política nacional, as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, em especial a Internet, se mostrou uma possibilidade viável para participação social. O autor argumenta que desde o início do século XXI, tecnologia, internet e mídia social juntos se tornaram uma ferramenta de liberdade e recurso de contra-dominação para os jovens estudantes chilenos de ensino médio e universitário. Entre 2011 e 2012, esses alunos construíram seus movimento em torno de um discurso político coordenado e um social participativo e organizado ação, como um direito de reclamar por meio de protesto e / ou participação social.

Embora o autor não tenha feito análise de nenhuma mídia social específica, citou Messenger, Facebook, Twitter e Youtube como ferra-

mentas utilizadas. Como se trata de artigo teórico não foi empregado técnica para coleta de dados.

Artigo 2:

Greve (2015) publicou na *Public Organization Review* um artigo cujo objetivo foi discutir uma agenda de pesquisa para o setor público a partir de ideias que surgiram como dominantes em 2010. O autor considera que até então o paradigma da *New Public Management* foi dominante e que as abordagens da Governança da Era Digital, da Gestão de Valor Público e da Nova Governança Pública se colocam como alternativas à teoria dominante. Junto à essas categorias, o autor identifica subcategorias de ideias em cada abordagem: (i) Governança da Era Digital traz consigo as ideias de transparência, mídias sociais e centros de serviços compartilhados; (ii) Gestão de Valor Público traz as ideias de formulação de estratégia, governança de desempenho e inovação e gestão de recursos humanos estratégica; e (ii) Nova Governança Pública traz como ideias as redes e colaboração, parcerias público-privadas e novas formas de envolver cidadãos ativos.

Desta forma, Greve (2015) vê essas ideias como competindo pelo domínio na literatura sobre organizações públicas, pois são novos motores para reformas. Juntos, eles formam os blocos de construção de como as reformas da gestão pública podem ser construídas, embora se reconheça que existem divergências entre elas e que essas tensões devem ser abordadas se o movimento de reforma for coerente.

Assim como o artigo anterior, este artigo é teórico e não analisou nenhuma mídia social específica, porém citou Facebook, Twitter e LinkedIn.

Artigo 3:

Hafstad e Gunnlaugsdottir (2016) publicaram na revista *Icelandic Review of Politics and Administration* artigo cujo objetivo foi explorar como as informações no Facebook estavam sendo usadas pelas autoridades de vigilância na Islândia.

Para atingir o objetivo, os autores lançaram mão de entrevistas semiestruturadas com especialistas que trabalharam nas autoridades de fiscaliza-

ção na Islândia. As descobertas mostraram que as informações do Facebook foram utilizadas na vigilância e que as autoridades governamentais basearam as decisões formais nessas informações, bem como, esse tipo de informação também tem sido usado regularmente de maneira informal, para se conhecer melhor algum caso específico ou ainda para identificar indivíduos, reunir informações sobre seu paradeiro ou localização.

Artigo 4:

Mačiulienė (2018) publicou artigo na revista *Systems* em que busca, tendo como lócus de estudo a Lituânia, identificar os elementos-chave da co-criação digital para espaços públicos e comunidades e propor uma tipologia de modelos de colaboração entre lugares, tecnologia e pessoas.

Em resumo, a autora argumenta que cada vez mais a comunicação digital, as mídias sociais e as redes de computação colocam os usuários finais no centro dos processos de inovação, transferindo assim a ênfase das tecnologias para as pessoas. Nesse sentido, no setor público essas mudanças foram conceituadas por intermédio dos paradigmas da Nova Governança Pública e Governo Aberto em que se entende que o valor público não é mais criado apenas pelos governos, mas em colaboração entre os entes públicos, setor privado, organizações da sociedade civil e cidadãos. O artigo enfoca no potencial crescente das comunidades urbanas em rede para resolver os problemas sociais, tomando a co-criação como campo de pesquisa.

Em relação ao método, foi criado uma tipologia própria de análise - modelos de colaboração entre lugares, tecnologia e pessoas – semelhante a um formulário de observação. Foram escolhidos como amostra 10 aplicativos digitais ligados ao design e melhoria de espaços públicos na Lituânia. Os resultados permitem discernir como diferentes fatores tecnológicos, organizacionais e outros fatores sociais influenciam e moldam os padrões de iniciativas co-criativas.

Artigo 5:

Graaf e Meijer (2018) publicaram na *Public Administration Review* um artigo em que buscaram entender sobre uso de mídia social e conflitos de

valor na Holanda. Para os autores, o uso das mídias sociais produz novos conflitos de valores na governança pública e a polícia é uma organização pública que se confronta diretamente com essas mudanças. Dessa forma, por não haver uma compreensão sistemática desses conflitos na prática policial diária ou das estratégias de enfrentamento utilizadas, o artigo apresentou uma compreensão exploratória dos conflitos de valor e estratégias de enfrentamento dentro da força policial, combinando a literatura sobre o uso de mídia social no setor público e a literatura sobre conflitos de valor e conduzindo um estudo de caso dentro da polícia holandesa.

Os autores se utilizaram de entrevistas semi-estruturadas. Não foram analisadas mídias sociais específicas, contudo, ao longo do trabalho, Facebook e Twitter foram citadas. As descobertas do artigo foram revelar uma ênfase crescente nos conflitos relacionados aos valores fortemente incorporados ao uso da mídia social - especificamente, conflitos entre eficiência e participação e entre transparência e legalidade e que a polícia holandesa costuma usar uma estratégia de enfrentamento conservadora para lidar com essas mudanças rápidas.

Artigo 6:

Sideri *et al.* (2019) publicaram um artigo tendo por lócus a Grécia na revista *Internet Search*. O objetivo do artigo foi examinar os pontos de vista das lideranças educacionais gregas sobre o uso potencial das mídias sociais para a tomada de decisão participativa.

Em resumo, os autores entendem que embora as mídias sociais sejam hoje em dia utilizadas no quadro da governança pública para garantir a maior participação dos cidadãos e, consequentemente, aprimorar o diálogo eletrônico e a democracia eletrônica, esta utilização ainda não ampliada no campo da educação. Assim, para atingir o objetivo do artigo e identificar se o modelo de participação eletrônica poderia ser implementado no campo da educação grega assim como o é outros domínios públicos, a pesquisa se utilizou de um questionário que foi respondido por lideranças das organizacionais educacionais. O tratamento dos dados foi quantitativo.

Nenhuma mídia social foi especificamente analisada, no entanto, no artigo foram citados Blogs, Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn,

Instagram e Skype. Como resultado, o artigo revelou a visão positiva dos líderes educacionais gregos sobre os efeitos potenciais do uso da mídia social nos processos de tomada de decisão participativa, bem como destacou os benefícios esperados e os problemas a serem enfrentados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a governança pública seja um conceito importante e atual para os governos em geral e em paralelo as populações cada dia mais se utilizem das mídias sociais, conforme foi demonstrado ao longo deste artigo, poucos são os artigos que tratam do uso das mídias sociais para promoção da governança pública.

Por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura e após busca em duas importantes bases de dados – Scopus e Web of Science – se chegou a apenas seis artigos que abordam esta temática. Trata-se de um assunto relativamente recente, pois os primeiros artigos encontrados datam de 2015 e a linha de tendência sugere uma constância nas publicações desde então. Dos artigos analisados, 66,7% concentram-se na Europa, 16,7% na América do Sul e 16,7% não tem lócus de pesquisa.

Em relação à abordagem, dois artigos são puramente teóricos e quatro tem uma abordagem aplicada. Destes, dois se valeram de entrevistas semi-estruturadas, um de questionário e um artigo construiu uma tipologia própria de análise. Nenhuma mídia social específica foi analisada, mas foram citados Facebook, Twitter, Youtube e LinkedIn em mais de um artigo.

Os resultados obtidos a partir da realização da Revisão Sistemática de Literatura apresentada neste trabalho forneceram evidências importantes sobre o panorama do uso das mídias sociais na promoção da governança pública e abrem espaço para novas abordagens sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, L. **Sociedade da Informação, accountability e democracia coletiva**. São Paulo: Baraúna, 2009.

BARZELAY, M. The new public management: a bibliographical essay for Latin American (and other) scholars. **International public management journal**, v. 3, n. 2, p. 229-265, 2001. Disponível em: doi.org/10.1016/S1096-7494(00)00038-6. Acesso em: 11 ago. 2020.

CHAMUSCA, P. Novos desafios e objetivos de governação territorial: discutindo a reorganização do Estado e a conceptualização da governança como modelo de gestão dos territórios. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto – Portugal, n. 4, p. 31-55, dez. 2013. Disponível em: doi.org/10.17127/got/2013.4.002. Acesso em: 11 ago. 2020.

GOMES, R. C.; OSBORNE, S. P.; GUARNIERI, P. Influências dos stakeholders e desempenho do governo local: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 3, p. 448-467, jun. 2020 . Disponível em: doi.org/10.1590/0034-761220180256. Acesso em: 25 ago. 2020.

GRAAF, G. de; MEIJER, A. Social Media and Value Conflicts: an explorative study of the dutch police. **Public Administration Review**, v. 79, n. 1, p. 82-92, jan.-fev. 2019. Disponível em: doi.org/10.1111/puar.12914. Acesso em: 27 ago. 2020.

GREVE, C. Ideas in Public Management Reform for the 2010s. Digitalization, Value Creation and Involvement. **Public Organiz Rev**, v. 15, n. 1, p. 49–65, 2015. Disponível em: doi.org/10.1007/s11115-013-0253-8. Acesso em: 27 ago. 2020.

GRUENING, G. Origin and theoretical basis of New Public Management. **International public management journal**, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2001. Disponível em: doi.org/10.1016/S1096-7494(01)00041-1. Acesso em: 11 ago. 2020.

HAFSTAD, S. G.; GUNNLAUGSDOTTIR, J. The Utilization of Personal Data on Facebook by Surveillance Authorities. **Icelandic Review of Politics and Administration**, v. 12, n. 2, p. 343-

368, 2016. Disponível em: doi.org/10.13177/irpa.a.2016.12.2.8. Acesso em: 27 ago. 2020.

HOOTSUITE. **Global Digital Report**, 2019. Disponível em: https://wearesocial.com/global-digital-report-2019. Acesso em: 26 jul. 2020.

LOPES, A. V.; FARIAS, J. S. How can governance support collaborative innovation in the public sector? A systematic review of the literature. **International Review of Administrative Sciences,** February, 2020. Disponível em: doi.org/10.1177/0020852319893444. Acesso em: 23 jul. 2020.

MAČIULIENĖ, M. Mapping Digital Co-Creation for Urban Communities and Public Places. **Systems**, v. 6, n. 2, 14, 2018. Disponível em: doi.org/10.3390/systems6020014. Acesso em: 27 ago. 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, L. L. do. Comunicação pública nas redes sociais digitais. *In:* MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 289-310.

NOVELLI, A. L. C. R. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 74-89, 1 sem. 2006. Disponível em: http://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138912. Acesso em: 30 abr. 2019.

OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J. IGovP: the public governance assessment index – a State planning instrument tool and social control by the citizen. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro , v. 49, n. 5, p. 1263-1290, out. 2015 . Disponível em: doi.org/10.1590/0034-7612136179. Acesso em: 11 ago. 2020.

PARDO, M. Á. Nuevas formas de participación ciudadana en Chile: Hacia una democracia del siglo XXI. **Revista de Estudios Políticos y Estratégicos**., v. 3, n. 1, p. 14-41, 2015. Disponível em: https://revistaepe.utem.cl/?p=29. Acesso em: 27 ago. 2020.

SIDERI, M.; KITSIOU, A.; FILIPPOPOULOU, A.; KALLONIATIS, C.; GRITZALIS, S. E-Governance in educational settings. **Internet Research**, v. 29, n. 4, p. 818-845, 2019. Disponível em: doi.org/10.1108/intr-05-2017-0178. Acesso em: 27 ago. 2020.

SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **R. Tecnol. Soc**. v. 14, n. 30, p. 176-201, jan./abr. 2018. Disponível em: doi.org/10.3895/rts.v14n30.5808. Acesso em: 13 ago. 2020.

SLOMSKI, V.; MELLO, G. R. de; TAVARES FILHO, F.; MACÊDO, F. de Q. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança pública:** referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: http://portal.tcu.gov.br/governanca/home/. Acesso em: 11 ago. 2020.

CENTRO DE MÍDIAS: COMO A TECNOLOGIA CONTRIBUI PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Larissa Fonseca de Souza[33]

INTRODUÇÃO

O programa Centro de Mídias ganhou destaque no período de pandemia devido ao novo coronavírus. No estado de São Paulo o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) passou a proporcionar aulas remotas aos estudantes das escolas estaduais. O programa pertence ao Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME), uma política pública Federal que foi inspirada no Centro de Mídias no Amazônia.

No ano de 2020 as aulas presenciais foram abolidas, sem se saber ao certo quando poderiam voltar. Com isso muitas escolas, dentre particulares e públicas, tiveram que recorrer ao ensino online. Devido a falta de experiência na área, somada a outros fatores, como a condição social, por exemplo, houveram problemas de acesso, por parte de professores e alunos, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

O Centro Nacional de Mídias da Educação passou a ser um destaque no oferecimento das aulas online. Porém, o programa que só foi conhecido por alguns recentemente, possui mais de dez anos atuação e já colaborou para que muitos estudantes, que antes não tinham como

33 Licenciada em História pela UNIVAP

ter acesso a educação, pudessem, por meio do auxílio da tecnologia, concluir o Ensino Médio.

O presente artigo pretende revelar como que a educação com o auxílio da tecnologia têm contribuído para a construção de uma educação mais justa e democrática. Ao mesmo tempo que revela, utilizando especificamente o caso do estado de São Paulo, como que, devido às medidas de isolamento e, consequentemente, a obrigação dos alunos de estudarem de suas casas, o ensino online acabou evidenciando as diferenças sociais dos estudantes.

Nos próximos capítulos serão divididos da seguinte forma: o primeiro irá definir o ensino online e sua aplicação no Brasil; o segundo capítulo apresentará o que é o Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME), como surgiu e porquê surgiu. Os tópicos do segundo capítulo irão demonstrar a atuação do programa no estado do Amazonas e no período de quarentena em São Paulo, buscando entender as diferenças da aplicação do programa nos diferentes locais e contexto e o porquê de tais assimetrias.

1. EDUCAÇÃO ONLINE NO BRASIL

A educação online está em alta com a pandemia, porém, há anos ela já é bem presente. Apesar das críticas à formação EaD ou remota, elas podem ser eficientes e funcionais quando se trata da democratização da educação. A democratização da educação é definida como "o meio para a promoção da cidadania e do desenvolvimento, sobretudo dos países mais pobres" (LOPES; PEREIRA, 2017, p.9) que, para ser acessível, é recomendado "a adoção de práticas educacionais mais flexíveis, principalmente com o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)" (Idem, idem, idem).

É importante definir os diferentes estilos de ensino online. Dois são destacados, o Ensino Remoto e a Educação a distância. No Ensino Remoto as aulas são disponibilizadas exatamente nos dias e horários pré determinados, podendo até ser aulas gravadas, mas normalmente são aulas ao vivo. Na Educação a Distância (EAD), no entanto, o curso é todo gravado e fica disponível para o estudan-

te acessar quando puder, podendo haver algumas videoconferências para tirar dúvidas.

Existe também uma diferença entre a Educação a Distância e o Ensino a Distância. O Ensino a Distância é focado somente predomínio da informação. O curso oferece as informações condizentes a determinada formação, porém não leva em consideração os processos de aprendizagem, que leva o sujeito a ser "capaz de construir e reconstruir modelos, com os quais ele consiga atribuir sentido às informações que recebe" (VILLARDI; OLIVEIRA apud. LOPES; PEREIRA, 2017, p.16). A Educação a Distância leva em consideração os processos de aprendizagem e é por isso que os autores Luís F. Lopes e Maria de Fátima R. Pereira (2017, p.16) consideram "insuficiente e reducionista uma proposta de EaD que vise apenas o ensino a distância. Ensinar é uma ação que não tem sentido se está separada da aprendizagem."

Em três quesitos a educação online se destaca como vantagem, primeiro é a possibilidade de inclusão de populações de diferentes locais, o curso passa a ter uma abrangência interestadual (e até internacional), fazendo com que um habitante do norte do país consiga acessar o mesmo conteúdo que um habitante do sul; o segundo é a economia de gastos, pois não há gastos de deslocamento, materiais impressos, alimentação, etc; o terceiro e último é, no caso da educação EaD, o controle do tempo, pois há a possibilidade do aluno construir seu próprio cronograma.

A crítica apontada a educação online, muitas vezes é mais direcionada a uma educação totalmente EAD, sem espaços para interações com os outros colegas, seja virtualmente ou não. A Educação Remota ainda consegue proporcionar uma interação, mesmo que pelo meio virtual, porém, em nenhum dos meios, ocorrem as interações presenciais, que são importantes para a formação da comunicação do ser humano.

Lev S. Vygotsky (1896 1934), pioneiro no estudo do desenvolvimento intelectual humano, segundo Marta Cristina Wachowicz (2010, p.19), apresenta "a origem da linguagem e do pensamento como fruto das relações sociais com pais, familiares e escola". Sendo assim, é importante para o estudante, principalmente em seus anos escolares

iniciais, a interação com os colegas como parte essencial de sua formação. É inclusive por meio da relação com outras pessoas, que o aluno constrói a sua própria identidade e garante sua individualidade, conforme explica Wachowicz (2010, p.19): "Vygotsky valoriza o coletivo e o meio social como fatores de interações ambientais que estruturam a base para as representações individuais."

Educação a Distância (EAD) voltada ao público infantil não é permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). No período de pandemia houve uma flexibilização nesse sentido e algumas escolas, principalmente particulares, aderiram ao ensino online Infantil, porém tal medida foi bastante questionada. Na reportagem de Renata Cafardo, publicada no site Educação, a gerente de conhecimento aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Beatriz Abuchaim, relatou: "A atividade tem de ser concebida com a criança como protagonista. Em frente à tela, ela é passiva e não protagonista. Como é possível que a própria escola aumente o tempo de tela da criança?" [34]

No Ensino Fundamental a modalidade EaD é permitida para a realização de atividades extracurriculares, interativa ou não, porém o ensino básico deve ser aplicado exclusivamente de modo presencial, conforme aponta o parágrafo 4, do artigo 32, da LDB. O mesmo vale para o Ensino Médio, ou seja, para cumprir parte das exigências curriculares e extracurriculares as escolas podem recorrer a modalidade a distância. No caso dos ensinos técnicos, mesmo são inclusos ao Ensino Médio, as atividades podem ser completamente a distância, conforme o artigo 36 da LDB. Para os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), estudantes que não terminaram a educação básica no período regular, tanto o Ensino Fundamental como o Ensino Médio, podem ser realizados a distância.

Os cursos de ensino superior e os cursos livres, assim como os de nível técnicos, também podem ser realizados de modo exclusivamente

34 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/educacao-infantil--a-distancia-durante-a-pandemia-passa-a-ser-questionada,36c3c71c385e58190cdd7490589bdcf5uudow3s6.html>. Acesso em 25 de agosto de 2020

online. Ou seja, somente a educação básica, voltada para crianças e adolescentes de até 17 anos, devem ser realizadas de modo integralmente ou com a maior parte presencial, garantindo a relação interpessoal, defendida por Vygotsky como essencial na formação da linguagem e do pensamento, principalmente nos anos iniciais de aprendizagem.

Mesmo que o ensino online seja somente para nível superior ou cursos livres que não compõem a formação básica do indivíduo, ainda há críticas sobre a falta de interatividade humana, que acarretaria em prejuízos no âmbito profissional. A formação acadêmica, naturalmente, tem um enfoque individualista, como explica Marta Wachowicz (2010, p.62): "Ao longo da formação acadêmica e muitas vezes pessoal, a ênfase sempre está no indivíduo [...] ao ingressar no mercado de trabalho se depara com uma necessidade oposta diante da proatividade, do trabalho de equipe ou em células." (WACHOWICZ, 2010, p.62).

A realidade acima não diz respeito somente a profissionais formados em cursos online, pois muitas pessoas formadas em cursos presenciais, também acabam adotando um comportamento individualista, por muitas razões. Uma formação superior presencial pode até acarretar no melhor desenvolvimento das relações interpessoais do profissional, porém, o período mais importante para que o desenvolvimento de tal relação seja efetivo é no período condizente a formação básica, com crianças e adolescentes de até 17 anos, por isso, é necessário que a educação básica seja presencial.

Existem cursos superiores que precisam de trabalhar com relações em grupo no período de formação, por serem essenciais no trabalho daquele profissional, assim como com práticas que só podem ser realizadas presencialmente. Nesses casos, dependendo da graduação, os cursos semipresenciais podem ser uma opção, pois ao mesmo tempo que possibilitam os benefícios do curso a distância, no quesito financeiro e da montagem da própria rotina, também ocorre encontros presenciais para se trabalhar as relações necessárias a profissão. Logicamente que não são todos os cursos que se encaixam nesse quesito, alguns cursos exigem uma formação exclusivamente presencial.

O ensino online possui, ao mesmo tempo, pontos positivos e negativos e vem ganhando força o Brasil. Em 2019, antes do período de pandemia, uma reportagem publicada no R7, dia 26 de novembro de

2019, apontava que a quantidade de os alunos matriculados de 2017 a 2018 tinha sofrido um aumento de 17% no Brasil e na data da matéria o número de estudantes EaD era de 9 milhões. Com a pandemia o número cresceu ainda mais, a reportagem de Nathália Larghi, publicada no Valor investe, dia 26 de julho de 2020, apresentou que de janeiro a julho de 2020, "no mesmo período do ano passado [2019], os cursos gratuitos da FGV tiveram 412 mil inscrições, o que significa que neste ao a alta foi superior a 310%."[35]

Apesar das críticas, é preciso perceber que a tecnologia, que muitas vezes serve para destacar as diferenças sociais existentes, pois nem todos possuem acesso a uma internet de qualidade ou a um aparelho eletrônico adequado para ter acesso a uma plataforma online, pode também servir para gerar uma educação mais democrática. É o que o programa Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME), uma política pública federal, que será apresentada no próximo capítulo, propõe.

2. CENTRO NACIONAL DE MÍDIAS DA EDUCAÇÃO (CNME)

O Centro Nacional de Mídias da Educação surgiu como uma política pública que possibilitou o acesso a educação da população da zona rural do Amazonas. No período de pandemia, foi adequado ao Estado de São Paulo como Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), para que os alunos das escolas estaduais tivessem acesso aos conteúdos da suas casas, por meio do canal do YouTube, de redes sociais, como Facebook, do próprio aplicativo do programa ou de um canal específico na TV.

Com o sucesso do lançamento do Centro de Mídias do Amazonas (CEMEAM), criado em 2007, o Ministério da Educação, cujo representante era Rossieli Soares, junto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com o apoio da TV Escola e da Fundação Roberto Marinho, lançou o Centro Nacional de Mídias da

35 Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/07/26/procura-por-cursos-online-explode-na-pandemia-veja-opcoes.ghtml>. Acesso em 25 de agosto de 2020

Educação (CNME) no dia 13 de novembro de 2018, com abrangência a todos os estados brasileiros.

O CNME são aulas presenciais, mediadas pela tecnologia, como explicou Rosseli Soares, em 2018, no site do Ministério da Educação (MEC): "É uma educação mediada por tecnologia, [...] conecta professores com alunos de todo o país, [...] onde milhares de estudantes poderão interagir, sempre com aulas ao vivo, presenciais, dentro da escola, com o professor na sala de aula."[36] Os alunos vão até uma escola com acesso a internet e, após se dividirem nas salas de aulas, assistem as aulas por videoconferência, podendo interagir tanto virtualmente, com o professor e alunos de outra instituição, como pessoalmente com os colegas da classe.

Um dos principais objetivos do CNME é auxiliar na implantação do Novo Ensino Médio, compreendido pela Lei nº 13415, que está em vigor desde 2017, com o prazo de cinco anos para a adaptação das escolas. O Novo Ensino médio tem como proposta a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), por meio do oferecimento de aulas integrais, conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 24: "a carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput [800 horas] deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas [...]."[37]

A nova Lei estabelece que os estudantes passarão por uma formação comum a todo país, onde os alunos terão aulas de matérias chamadas obrigatórias, definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por uma formação específica nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico. Acontece que, como apresentado pela matéria de Mariana Tokarnia, publicada no site da Agência Brasil, a nova proposta de ensino "é um problema, sobretudo para municípios pequenos que às vezes contam

36 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/71011-mec-lanca-centro-nacional-de-midias-da-educacao-para-ensino-presencial-mediado-por-tecnologia>. Acesso em 26 de agosto de 2020

37 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

apenas com uma escola."[38] O CNME surge para, por meio da tecnologia, contribuir para que a instalação do Novo Ensino Médio nessas situações ocorra perfeitamente.

A iniciativa contemplava, até novembro de 2018, 150 escolas públicas de Ensino Médio, de 18 estados brasileiros, atendendo cerca de 10 mil alunos. As 150 escolas fizeram parte do período de testes, que ocorreu entre agosto e dezembro de 2018. Com o sucesso da fase de testes, o programa deveria ser expandido, como relatou o Ministro da Educação de 2018: "Agora a porta está aberta para a adesão de outras escolas, de outros estados"[39]. A meta para 2019 era que o programa passasse a atender mais 350 escolas em todo país, totalizando 500 escolas e, aproximadamente 45 mil estudantes. Na terceira fase do programa, prevista para o ano de 2020, seria expandido para o Ensino Fundamental.

Três pontos positivos podem ser destacados dessa política pública. O primeiro é a acessibilidade da educação, pois houve a possibilidade a inclusão de comunidades isoladas à educação. Conforme citado anteriormente, o Centro de Mídias com abrangência nacional foi inspirado no projeto que se iniciou no estado do Amazonas e segundo informações retiradas do site do Governo do Estado do Amazonas, em 2019, haviam 37 mil alunos matriculados, de 2600 mil comunidades rurais amazonenses. Os turnos se revezaram no oferecimento de aulas para aluno do Ensino Fundamental e Médio e estudantes do EJA.

Outro ponto positivo é que o CNME não se adequa a principal crítica levantada contra ensino online, que é a falta de relações interpessoais, pois promove a interatividade entre com professor (mesmo que virtualmente) e com os demais alunos presentes na sala de aula. A reportagem de Mariana Tokarnia, do site Agência Brasil, apresenta a interatividade entre os estudantes: "Os estudantes tiveram alguns mi-

38 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/tecnologia-podera-ajudar-na-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

39 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/71011-mec-lanca-centro-nacional-de-midias-da-educacao-para-ensino-presencial-mediado-por-tecnologia>. Acesso em 26 de agosto de 2020

nutos para discutir em grupo e elaborar uma resposta. A escola foi a escolhida para dar a resposta. Quem pegou o microfone foi Maria Luiza Gomes, 17 anos, estudante do 2º ano."[5] O ex Ministro da Educação, fez questão de ressaltar, no lançamento do programa em 2018: "Esse projeto não é considerado como educação a distância, mas presencial mediado por tecnologia."[40]

O terceiro ponto positivo diz respeito ao acesso tecnológico. Apesar das críticas, o desenvolvimento tecnológico vêm crescendo no Brasil e no mundo. Mesmo assim, muitas pessoas não possuem acesso a tais tecnologias, como no caso dos moradores das comunidades rurais do estado do Amazonas. Com o programa os alunos pertencentes a tais comunidades, podem ter contato com o mundo tecnológico. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, o tema da redação foi sobre o controle de dados na internet e a reportagem da Agência Brasil apresentou que o tema não foi um problema para Karine Meireles, estudante da Escola Estadual Raymundo Sá, participante do CNME. A estudante afirmou que "O Enem estava cansativo, mas a gente sabia os conteúdos."[41]

A ideia é de que haja uma assistência completa às escolas contempladas, tanto no quesito pedagógico, por isso que os conteúdos das aulas devem ser definidos levando em consideração as necessidades específicas de cada estado brasileiro, tanto no quesito do oferecimento da internet e dos equipamentos necessários para a realização das aulas. O site do Ministério da Educação, em publicação de 13 de novembro de 2018, apresentou que as escolas participantes "recebem equipamentos para as salas de aula, como antenas, monitores e computadores [...]."[7]

O CNME não surgiu para substituir o ensino presencial pelo online, mas sim para, por meio da tecnologia, proporcionar aulas presenciais democráticas. Moradores de comunidades distantes, que ou não

40 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/71011-mec-lanca-centro-nacional-de-midias-da-educacao-para-ensino-presencial-mediado-por-tecnologia>. Acesso em 26 de agosto de 2020

41 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/tecnologia-podera-ajudar-na-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

tinham acesso à educação, ou o acesso era precário, compartilham do mesmo conteúdo educacional de outras regiões, ou seja, não existe a melhor ou pior escola, todas as escolas contempladas são iguais. Além disso, as relações interpessoais, fundamentais para o desenvolvimento humano, são mantidas. A matéria da Agência Brasil apresenta que Maria Luiza Gomes perdeu a timidez com as aulas: "Antes desse curso eu praticamente não tinha amizade, eu não falava com ninguém [...]. Com o curso, a gente se fala mais, se comunica."[42]

2.1. Centro de Mídias de Educação do Amazonas

O Centro de Mídias do Amazonas (CEMEAM) foi uma iniciativa motivada pela inclusão da população amazônia mais afastada a educação. Inicialmente o programa oferecia somente o Ensino Médio, ao longo dos anos, a proposta foi estendida e passou a oferecer também o Ensino Fundamental às comunidades. O texto do site da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), do estado do Amazonas explica: "Até então, o Ensino Médio (e em alguns casos também o ensino fundamental) nunca havia sido oferecido para essas comunidades, o que forçava o estudante a sair do local em que morava para continuar os estudos nas sedes dos municípios ou na capital do Estado."[43]

O projeto foi criado em 2006 e implantado em julho de 2007, pela SEDUC do Amazonas e foi pioneiro no país, ganhando destaque tanto no âmbito nacional como no internacional, inclusive por meio do recebimento de prêmios. O site oficial do CEMEAM apresenta uma aba específica para "prêmios", com seis títulos destacados. Seu destaque influenciou a reprodução do mesmo programa com abrangência nacional, em 2018, que é o Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME).

42 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/tecnologia-podera-ajudar-na-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

43 Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/centro-de-midias-de-educacao-do-amazonas/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

O programa contempla comunidades ribeirinhas e indígenas, como demonstra a matéria de Mariana Tokarnia, publicada no site da Agência Brasil dia 31 de outubro de 2015, Felipe, morador de Barcelo, cidade do interior de Amazonas, era aluno do ensino médio, a sala de aula que frequentava era composta por cinco alunos mais um professor mediador e as aulas eram ministradas da capital, Manaus, que fica a 500 quilômetros de barco. Ou seja, locais onde normalmente não há professores especializados ou infraestrutura adequada, recebem aulas regulares como em qualquer outro local. Os alunos "recebem aulas de professores especializados, fazem exercícios e tiram as dúvidas por meio de vídeos. [...]. Como em qualquer outra unidade de ensino, recebem material escolar, uniforme, livros didáticos e merenda."[44]

A sede do projeto no estado do Amazonas fica na zona centro-sul de Manaus, em um prédio anexo à SEDUC/AM e é composta por estúdios de TV, de onde as auls são ministradas para todo o estado. O site da Secretaria de Educação do Amazonas informa que o governo conta com a transmissão via satélites para alcançar todas as regiões: "o Governo do Estado contratou serviço especializado de comunicação via satélite nas comunidades rurais em que há o projeto."[45]

Com o recebimento do prêmio Learning & Performance Brasil 2019/2020, o CEMEAM, da SEDUC/AM, ganhou destaque nacional. A intenção do programa, desde o início, era se tornar um referência mundial na construção de uma educação democrática por meio da mediação tecnológica e de fato, o programa vem ganhando tal destaque. Em 2015 recebeu a visita técnica de 13 educadores do Ministério da Educação de países da África, em matéria publicada no próprio site da CEMEAM, um dos educadores explicou que a intenção da vista era de se inspirar para aplicar em seus países projetos que levem educação

44 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-10/tecnologia-leva-ensino-comunidades-isoladas-do-amazonas>. Acesso em 27 de agosto de 2020.

45 Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/centro-de-midias-de-educacao-do-amazonas/>. Acesso em 20 de agosto de 2020

de qualidade a lugares mais afastados e "o Centro de Mídias, nesse sentido, é um grande modelo."[46]

2.2. A pandemia e o Centro de Mídias de São Paulo

O CNME contemplava escolas do estado de São Paulo, antes mesmo da inauguração oficial do programa. São Paulo era um dos 18 estados brasileiros, onde estavam algumas das 150 escolas públicas de Ensino Médio, que participaram do período de testes em 2018. Com o advento da pandemia, foi possível, por meio do Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), que as aulas não fossem interrompidas, dando prosseguimento aos conteúdos.

O lançamento do programa CMSP no período da pandemia, contou com uma parceria com o CEMEAM, por meio da utilização de videoaulas e demais conteúdos pedagógicos produzido pelo estado do Amazonas. Luis Fabian, atual secretário da educação do Amazonas, disse, em publicação do site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que a parceria promoveria trocas importantes para ambos estados. O programa também contou com uma parceria com a TV Cultura, que deveria transmitir as aulas por um canal digital de televisão, como outra alternativa aos estudantes.

Os alunos podem acessar ao conteúdo tanto pela televisão como pelo celular, podendo interagir em tempo real. A SEDUC/SP informou em seu próprio site, na data de lançamento do programa (6 de abril de 2020), que iria patrocinar a internet dos professores e alunos, por meio de uma parceria firmada entre as quatro maiores operadoras de telefonia (Claro, Oi, Tim e Vivo). Porém, uma reportagem do dia 23 de abril de 2020, publicada no site do *jornaldois*, afirmou que para baixar o aplicativo era preciso internet, como informa o próprio site do CMSP: "governo informa que não é possível baixar o app sem internet. Depois de feito o download, a Secretaria de Educação fornece internet para o uso dos alunos."[47]

46 Disponível em: <https://www.centrodemidias.am.gov.br/noticias/equipe-do-ministerio-da-educacao-de-paises-da-africa-fazem-visitam-tecnica-ao-centro-de-midias-da-seduc-116>. Acesso em 26 de agosto de 2020

47 Disponível em: <http://jornaldois.com.br/nao-tava-nem-sabendo-o-ensino-a-dis-

Acontece que, durante a pandemia, o CMSP foi aplicado seguindo as recomendações de isolamento social necessárias a situação presente, deste modo cada aluno deveria acompanhar as aulas de sua própria residência sem que ocorra uma interação direta com seus colegas, já que as aulas, apesar de serem remotas, não possibilitam uma interação direta entre os estudantes, a interação ocorre diretamente com o professor, por meio de comentários ou vídeos. O programa passou de uma educação presencial mediada pela tecnologia para uma educação totalmente a distância.

Dentro de tal circunstância a iniciativa acabou esbarrando em quatro situações problemáticas. A primeira é que com a falta de internet, muitas pessoas tiveram dificuldade de baixar o aplicativo, como foram o caso de duas irmãs de Bauru, apresentadas pela reportagem Biana Garrido e Victor Oliveira, do site *jornaldois*, elas nem sabiam do oferecimento das aulas antes da reportagem: "quando foi anunciada a quarentena para combater o coronavírus no estado de São Paulo, elas não sabiam que o governo daria aulas pela televisão e celular."[14]

A segunda se assemelha a primeira e é a dificuldade de fazer a informação chegar a todos os alunos das instituições. Segundo informação do atual secretário da educação de São Paulo, Rosseli Soares, que era Ministro da Educação quando o CNME foi lançado em 2018, pouco menos da metade dos estudantes matriculados na estadual se conectaram às aulas na primeira semana. No entanto, em reportagem da BBC, do dia 11 de maio de 2020, o secretário tinha expectativas em relação ao programa: "Temos uma clareza que não será um acesso de 100%. Mas mesmo que o aluno não se conecte no aplicativo, temos dois canais abertos com os conteúdos disponíveis. Isso ajuda resolver bastante a questão da conectividade."[48]

A terceira diz respeito ao trabalho excessivo ao qual muitos professores são submetidos, pois o trabalho virtual se estende além do expediente. Pais e alunos procuram professores para sanar suas dúvidas

tancia-de-doria-para-quem-nao-tem-internet-nem-celular/>. Acesso em 20 de agosto de 2020

48 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52568678>. Acesso em 20 de agosto de 2020

sobre o conteúdo e o acesso às aulas. A reportagem de Dani Borges, do dia 11 de maio de 2020, publicada na BBC, também apresentou que, além de atender aos pais e alunos, o professor necessita cumprir o conteúdo programado sob pena de faltas ou processos administrativos. Para alguns a alta demanda e a pressão por parte dos órgão superiores acabam gerando frustração e angústia, por não conseguirem cumprir todas as pendências.

A quarta situação problemática é que a iniciativa do Centro de Mídias na pandemia, ao invés de promover a democratização da educação, que é a proposta inicial do programa, acabou contribuindo para evidenciar as diferenças sociais dos alunos. Mesmo que a SEDUC/SP ofereça a internet para que o estudante possa acessar a plataforma de sua residência, nem sempre as pessoas possuem um ambiente adequado para a realização dos estudos, é o que alega o professor de Filosofia, Lucas Maldonado, que integra o coletivo de professores Chão de Giz: "A qualidade do ensino não é possível de ser garantida por conta da falta de ambientes adequados para aprender. Isso contribui para o aumento da desigualdade, e os estudantes que não tiverem acesso vão ficar para trás."[49]

Apesar das críticas, alguns professores reconhecem que o período ao qual a educação se encontra necessita de paciência e compreensão. O programa em formato EaD ou pela educação remota não condiz a ideia original do CNME, mas é apenas uma medida provisória de adequação ao período de isolamento. As situações problemáticas são causadas pela implantação do Centro de Mídias em um formato totalmente a distância, a implantação de uma educação presencial com a mediação da tecnologia resolveria os empecilhos supracitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstrou o que é o ensino online e quais seus pontos positivos e negativos. Depois apresentou o Centro Nacional de Mídias

49 Disponível em: <http://jornaldois.com.br/nao-tava-nem-sabendo-o-ensino-a-distancia-de-doria-para-quem-nao-tem-internet-nem-celular/>. Acesso em 20 de agosto de 2020

da Educação (CNME), estabelecendo que não se trata de uma proposta de educação a distância, mas sim de uma programação presencial que utiliza o auxílio da tecnologia para estender o acesso a mais pessoas. Dentro do CNME foram apresentados o Centro de Mídias da Educação do Amazonas (CEMEAM), pioneiro no país e o Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), que ganhou destaque na quarentena.

É perceptível que o cenário do Centro de Mídias ganhou proporções distintas nos diferentes estados e períodos descritos. O CEMEAM surgiu como uma política de inclusão, proporcionando o acesso a educação a comunidades rurais do estado amazonense. Enquanto o CMSP, foi inaugurado no início do ano (2020) com o objetivo de suprir as necessidades de isolamento. Sendo assim, devido aos diferentes contextos, o programa teve de ser adaptado.

A proposta do CMSP, de um ensino a distância, onde os alunos devem acessar o conteúdo de suas próprias casas, não condiz com o objetivo do CNME e nem com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que não permite o EaD no Ensino Fundamental e Médio, apenas foi uma proposta provisória para o período vigente.

O Centro Nacional de Mídias da Educação é uma proposta inovadora e fundamental, que serve para mostrar que a mesma tecnologia que, muitas vezes, causa as diferenças sociais, pode ser usada para diminuir tais diferenças e proporcionar uma educação democrática, afinal, um morador de uma comunidade afastada, que não possui profissional especializado ou uma estrutura adequada, pode ter acesso a mesma aula que um morador de uma área mais nobre do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2020;

BRASIL. **Lei nº 13415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2020;

BORGES, Dani. Ensino a distância na quarentena esbarra na realidade de alunos e professores da rede pública. **BBC News Brasil**, São Paulo-SP, 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52568678>. Acesso em 20 de agosto de 2020;

CAFARDO, Renata. Educação infantil a distância durante a pandemia passa a ser questionada. **Terra**, 19 de abril de 202. Educação. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/educacao-infantil-a-distancia-durante-a-pandemia-passa-a-ser-questionada,36c3c71c385e58190cdd7490589bdcf5uudow3s6.html>. Acesso em 25 de agosto de 2020

CENTRO de Mídias de Educação do Amazonas. Prêmios: conheça os prêmios conquistados pelo Centro de Mídias de Educação do Amazonas. In: **Centro de Mídias da Educação do Amazonas**. Disponível em: <https://www.centrodemidias.am.gov.br/premios>. Acesso em 27 de agosto de 2020;

DESTAQUE Nacional – Centro de Mídias de Educação do Amazonas. **Instituto MicroPower**, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://institutomicropower.com/destaque-nacional-centro-de-midias-da-seduc-amazonas/>. Acesso em 26 de agosto de 2020;

EDUCAÇÃO SP firma parceria com o Amazonas para utilizar aulas para o Centro de Mídias SP. **Secretaria Estadual da Educação de São Paulo**, 6 de abril de 2020. Disponível em:

<https://www.educacao.sp.gov.br/destaque-home/educacao-sp-firma-parceria-com-o-amazonas-para-utilizar-aulas-para-o-centro-de-midias-sp/>. Acesso em 26 de agosto de 2020;

ENSINO a distância tem 9 milhões de estudantes e cresce no Brasil. **R7**, 26 de novembro de 2019. Educação. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/ensino-a-distancia-tem-9-milhoes-de-estudantes-e-cresce-no-brasil-26112019>. Acesso em 25 de agosto de 2020;

EQUIPE do Ministério da Educação de países da África fazem visita técnica ao Centro de Mídias da Seduc. **Centro de Mídias da Educação do Amazonas**, 2015. Disponível em: <https://www.centrodemidias.am.gov.br/noticias/equipe-do-ministerio-da-educacao-de-paises-da-africa-fazem-visitam-tecnica-ao-centro-de-midias-da-seduc-116>. Acesso em 26 de agosto de 2020;

GARRIDO, Bibiana; OLIVEIRA, Victor. "Não tava nem sabendo": o ensino à distância de Dória para quem não tem internet, nem celular. **Jornaldois**, Bauru-SP, 23 de abril de 2020. Disponível em: <http://jornaldois.com.br/nao-tava-nem-sabendo-o-ensino-a-distancia-de-doria-para-quem-nao-tem-internet-nem-celular/>. Acesso em 20 de agosto de 2020;

LARGHI, Nathália. Procura por cursos online explode na pandemia; veja opções. **Valor investe**, São Paulo-SP, 26 de julho de 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/07/26/procura-por-cursos-online-explode-na-pandemia-veja-opcoes.ghtml>. Acesso em 25 de agosto de 2020;

LOPES, Luis Fernando; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. O que e o quem da EaD. *In*: MORAES, Raquel de Almeida; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; TERUYA, Teresa Kazuko (Orgs.). **Educaçã a distância (EaD): reflexões críticas e práticas**. Uberlândia-MG: NAVEGANDO, 2017;

MEC lança centro de mídias da educação para ensino presencial mediado por tecnologia. **Ministério da Educação**, Campo Grande-MS, 13 de novembro de 2018. Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/71011-mec-lanca-centro-nacional-de-midias-da-educacao-para-ensino-presencial-mediado-por-tecnologia>. Acesso em 26 de agosto de 2020;

SECRETARIA de Estado de Educação (SEDUC). Centro de Mídias de Educação do Amazonas. *In*: **Governo do Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/cen-

tro-de-midias-de-educacao-do-amazonas/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.;

TOKARNIA, Mariana. Tecnologia leva ensino a comunidades isoladas do Amazonas. **Agência Brasil**, Manaus-AM, 31 de outubro de 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-10/tecnologia-leva-ensino-comunidades-isoladas-do-amazonas>. Acesso em 27 de agosto de 2020;

TOKARNIA, Mariana. Tecnologia poderá ajudar na implantação do Novo Ensino Médio. **Agência Brasil**, Manaus-AM, 13 de novembro de 2018. Educação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/tecnologia-podera-ajudar-na-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em 24 de agosto de 2020;

WACHOWICZ, Marta Cristina. **Psicologia do Trabalho**. Curitiba-PR: Instituto Federal Paraná, 2012

TUTORIA ESCOLAR: UM ELO DADIVOSO ENTRE PROFESSOR E ALUNO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aparecida Dias Terras Gomes[50]

INTRODUÇÃO

A Tutoria Escolar é uma estratégia interessante no processo de ensino e aprendizagem do aluno na Educação Básica, uma vez que ela promove no estudante a ação solidária e dadivosa sob a mediação do professor. Ademais, os impactos da Tutoria Escolar como metodologia de êxito na vida do estudante tendem a transformá-lo por meio de vários efeitos positivos que serão abordados posteriormente.

Assim sendo, este artigo buscará responder como a Tutoria Escolar pode impactar positivamente à vida do estudante e os objetivos que ajudarão a responder essa questão e que serão alcançados nos próximos capítulos são: definir o que é ser dadivoso dentro do conceito da sociologia, discutir a importância da Pedagogia da Presença, discorrer acerca da Tutoria e suas dimensões na formação integral do aluno e defender a Tutoria escolar como apoio dadivoso para a aprendizagem.

A palavra Tutoria é usada para intervenções tão diversas quanto exercer tutela, proteger, supervisionar, representar, orientar, incentivar, educar, ensinar... Tutoria é um método para realizar uma interação pedagógica em que o professor (tutor) acompanha e se comunica com os estudantes de forma sistemática, planejando seu desenvolvimento e

50 Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

avaliando a eficiência de suas orientações de modo a resolver problemas que possam ocorrer durante o processo educativo.

Para tanto, esse trabalho apresentará os seguintes capítulos fundamentais: O conceito da dádiva dentro da sociologia. A importância da Pedagogia da Presença na vida estudantil. A Tutoria e suas dimensões na formação integral do aluno. A Tutoria Escolar como apoio dadivoso para a aprendizagem, enfim, apresentar-se-ão as considerações finais, em que serão esboçados pontos que foram levantados, assim como a metodologia.

METODOLOGIA

O texto aborda os impactos positivos causados pela interação professor/aluno e pela troca de experiência mediada pela Tutoria, tendo como referência a análise teórica da dádiva do Antropólogo, Etnógrafo e também Sociólogo francês Marcel Mauss (1872 – 1950) acerca da importância da Tutoria com a ajuda dadivosa do professor.

Este trabalho é de cunho qualitativo, portanto, para a obtenção das informações foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de consulta teórica em livros, artigos, periódicos científicos e materiais disponibilizados na internet. Dessa forma, contará, sobretudo, com a ajuda de diversos estudiosos da área da educação.

1.O CONCEITO DA DÁDIVA DENTRO DA SOCIOLOGIA

A sociologia da dádiva é uma abordagem em Ciências Sociais que vem se desenvolvendo especialmente na França, a partir do "Ensaio sobre a dádiva", de Marcel Mauss (2008). Como o próprio nome indica, esta abordagem tem por principal fundamento de explicação sociológica a dádiva (também denominada em português por dom), um fenômeno identificado por Mauss como uma prática fundamental nas sociedades arcaicas. Para ele, a dádiva correspondia a uma prática com amplas implicações para o conjunto de uma sociedade.

Sendo assim, a dádiva pode ser definida como a forma de circulação de bens em que o primeiro objetivo seja criar, recriar ou fortalecer

os vínculos entre as pessoas ou grupos. Ademais, a correlação entre a dádiva e o fenômeno das organizações substantivas é evidente. Estas últimas são um local privilegiado de manifestação da prática da dádiva/troca nas sociedades modernas.

Para Paulo H. Martins (2009), Mauss foi defensor da teoria antiutilitarista, sendo uma de suas principais contribuições para a sociologia à demonstração de que o valor da relação entre as pessoas é superior ao valor das coisas e que o simbolismo é essencial para a vida social.

Dessa forma, afirma Mauss (2008), que o valor das coisas não pode ser maior do que os valores simbólicos, isso implica dizer que, há coisas que são muito mais valiosas, pois esses valores são impagáveis, são sentimentos. Assim, essas relações de troca estavam presentes em sociedades arcaicas, mas também, em sociedades modernas, em que o mercado inserido no capitalismo se fazem presentes. Além disso, esse escambo não poderia basear-se apenas em questões econômicas, só em trocas de bens materiais e imateriais, como também, em atitudes humanas, como um sorriso, uma gentileza, por exemplo.

Vale ressaltar, de acordo com Mauss (2008, p.170), que a teoria da dádiva dentro do Direito Hindu Clássico, diz que tudo que é doado sempre volta para o doador e assim sucessivamente. O autor usa uma comparação "Como o crescimento da lua se faz dia a dia, da mesma maneira, a dádiva de terra uma vez feita aumenta de ano a ano (de colheita em colheita)". O sociólogo vai muito além, quando diz que, "a dádiva que dela é feita enriquece com estes mesmos produtos o doador e donatário". Percebe-se, portanto, que essa ideia de Mauss é muito solidária e que deveria ser reproduzida para todas as sociedades do mundo.

Ainda de acordo com Mauss (2003, p. 211), o objetivo da dádiva "é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas". Não é apenas uma relação baseada em interesse comercial. Para ele, a dádiva tem um sentido mais amplo e que estabelece uma relação mais duradoura, isto é, um vínculo, uma aliança, uma rede de solidariedade.

Em suma, é muito salutar a teoria da dádiva uma vez que ela gera essa relação de solidariedade, de reciprocidade, de troca, de amizade, de aliança, enfim, de elo dadivoso entre as pessoas, como por exemplo, professor e aluno.

2.A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA DA PRESENÇA NA VIDA ESTUDANTANTIL

O professor por ser uma figura muito presente na vida do aluno e por passar mais tempo com o mesmo, às vezes, até mais tempo que a família, é essencial que ele saiba exercer seu ofício com empatia viabilizada pela gentileza proporcionada pela Pedagogia da Presença. Trata-se, portanto, de uma proposta educativa emancipadora.

Para Antônio Carlos Gomes da Costa (2001), a Pedagogia da Presença representa um avanço na direção do grande esforço, que se faz necessário, para a melhoria da qualidade da relação estabelecida entre professor e aluno, tendo como base a influência construtiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social do estudante. A Presença Educativa diz respeito a um relacionamento em que duas pessoas se revelam uma para a outra. O docente tem de permitir que sua vida seja penetrada pela vida do discente e vice-versa.

Assim, segundo Costa (2001), isso gera abertura, troca, respeito mútuo, reciprocidade, solidariedade, dádiva, ou seja, tem de haver uma confiança singela entre as pessoas. Na realidade, é uma troca de "pequenos nadas". E o que são esses "pequenos nadas?" Um bom dia, um olhar, um toque, uma palavra, um incentivo, um gesto, um conselho, um sorriso, enfim, são gestos e atitudes que não custam nada, contudo, podem modificar inteiramente o trabalho socioeducativo. Isso, entretanto, nunca é feito ou então, é feito de maneira muito aquém da necessidade. Assim, revela-se o segredo de todo o processo educativo. É necessário compartilhar momentos de alegria e/ou de tristeza que o educando está sentindo. Dessa forma, nasce um elo dadivoso entre professor e aluno.

Ademais, esses "pequenos nadas", supracitados, correspondem ao que Mauss (2008, p.106), costuma chamar de "valores simbólicos" em que ele defende que os valores das coisas não podem ser maiores do que o valor das relações de trocas e das relações interpessoais.

Ainda, de acordo com Costa (2001), mesmo que um centro educativo disponha e ofereça de melhor infraestrutura, como por exemplo, computadores, quadras, auditórios, laboratórios, oficinas, entre outros, se ali não houver Presença o ambiente se torna insuportável

para se viver. Entretanto, uma instituição de ensino sem sofisticação, modesta, porém, tendo Presença, pode se tornar um lugar em que é possível contemplar momentos agradáveis e felizes. Dessa forma, vale ressaltar, que a Pedagogia da Presença é de suma relevância para se construir uma base sólida entre os partícipes de Tutoria.

Nesse sentido, Costa (2001), afirma que a Presença é uma necessidade básica, pois o primeiro e mais decisivo passo para o educando superar suas dificuldades pessoais é a sua reconciliação consigo mesmo e com os outros. Muito mais importante que alimentação, lugar para dormir, vestimenta, matrícula na escola etc., esse educando precisa que suas necessidades de autoestima sejam satisfeitas, isto é, sua indispensável necessidade de sentir-se compreendido e aceito. Aquele que não se sente compreendido e aceito, pelo menos por uma pessoa neste mundo, se torna um perigo para si mesmo e para os outros.

Paulo Freire (2020, p.138-139), em seu livro - Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa – diz que é falsa a ideia de que quanto mais severo, melhor o professor é. Para ele a "afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade", ou seja, o professor não pode permitir que sua afetividade interfira no cumprimento ético de seu labor. Assim como, é falso também, pensar que a alegria não se aplica na seriedade. Contudo, se o educador não se sentir satisfeito com a prática de educar tudo perde o sentido.

Sendo assim, Paulo Freire (2020, p.118-119) critica uma prática educativa anti-humanista, pragmática e Neoliberal. Ao mesmo tempo em que defende uma educação baseada na humildade, na alegria, na solidariedade, na virtude, na esperança, na igualdade. Desse modo, a igualdade implícita na afirmação "ninguém é superior a ninguém" confere uma experiência para uma educação emancipadora. Enfim, ao professor cabe impulsionar o sonho do educando, pois é dessa forma, que se constrói um Projeto de Vida e o aluno transformar-se-á em protagonista.

Destarte, vale frisar, que a Pedagogia da Presença, favorece a interação professor/aluno, em que, ambos serão conduzidos por caminhos permeados de confiança, reciprocidade, respeito mútuo, gentileza, esperança, solidariedade, virtude e igualdade para uma educação liberta-

dora, autônoma e emancipadora. Outrossim, devem saber ainda, que o diálogo é seu maior tesouro.

3. A TUTORIA E SUAS DIMENSÕES NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

As escolas em tempo integral geralmente adotam a Tutoria como uma das metodologias que compõem o Modelo Pedagógico do Programa, ao qual se caracteriza pelo atendimento e acompanhamento de alunos em sua formação integral. Assim, a Tutoria é orientada levando em consideração os Quatro Pilares da Educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser), do Protagonismo Juvenil, da Educação Interdimensional e da Pedagogia da Presença.

Mas, o que esperar desse Programa? O Programa Ensino Integral tem, entre suas atribuições, compreender o aluno e trabalhar com ele a partir de suas potencialidades, a fim de se tornar um ser protagonista. Percebe, dessa forma, a importância da Tutoria. Vale lembrar também, que é o aluno quem escolhe o seu tutor, exatamente, para que a relação entre os dois seja baseada na empatia.

Diante disso, Daniel Burkhard e Jair Moggi (2003), caracteriza que um bom tutor é: alguém disposto a servir, desprendido, altruísta e que tem profundo interesse em ver seu aluno conquistar e realizar seus objetivos, pois a relação de interação entre o tutor e tutorado precisa ser baseada na confiança e no respeito mútuo.

Para Ricardo Argüís et al (2002, p.16), em seu livro – Tutoria, com a palavra, o aluno – "a Tutoria é uma atividade inerente à função do professor que realiza individual e coletivamente com os alunos em sala de aula, a fim de facilitar a integração pessoal nos processos de aprendizagem". Tudo isso, paralelamente, a ação do professor.

Assim sendo, o acompanhamento dos tutorados pelo tutor, deve prever, segundo Argüís, três dimensões de orientação: a pessoal, a acadêmica e a profissional.

A **orientação pessoal** objetiva oferecer ao aluno uma formação integral, a fim de desenvolver o autoconhecimento, o senso crítico, a autonomia e a tomada de decisões de forma reflexiva. A **orientação acadêmica** auxilia o aluno por meio de temas e conteúdos disciplina-

res. Ajuda-o nas interações em sala de aula e a superar dificuldades em relação à doação e à consolidação de hábitos de estudos. A **orientação profissional**, por sua vez, apoia o aluno nas aulas de Projeto de Vida, estimulando-o a identificar suas habilidades pessoais para que faça a escolha acadêmica e profissional de acordo com sua personalidade, suas aptidões e seus interesses.

Enfim, o professor/tutor é aquele que apoia e auxilia os seus alunos/tutorados em praticamente todo o processo acadêmico, tais como: no desenvolvimento das disciplinas tanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto da Parte Diversificada do Currículo (PDC), em sua integração à sala de aula, assim como, em seu comprometimento para com os estudos e, consequentemente, na melhoria do desempenho pessoal, acadêmico e profissional, ou seja, uma formação integral. Além disso, o tutor apoia o seu aluno na organização de uma rotina de estudos e leituras para execução de tarefas escolares de forma dadivosa e proficiente. Ademais, é primordial que o professor/tutor saiba acompanhar, apoiar e monitorar os resultados de seus alunos/tutorados.

Contudo, por mais que tenha minimizado, os conflitos escolares ainda existem. Segundo Ulisses Araujo (2007), o conflito é insumo para a constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social. Pois, é em contato com o outro que o sujeito tem a oportunidade de comparar, descobrir, compreender, ressignificar e aprender sobre si. Por conseguinte, a instituição é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de habilidades para resolução de conflitos, para a abertura de diálogo, para o respeito às diferenças e para a convivência pautada pelo respeito mútuo.

Vale ressaltar, portanto, que quando a escola desconsidera a diversidade entre as pessoas, as diferenças de valores, gostos, interesses e posturas, ela perde a oportunidade de usar os conflitos como objeto de aprendizagem por meio de diálogo e pela busca compartilhada de soluções. Assim, fica evidente, que o erro pode gerar aprendizagem.

Em suma, todas essas ações supracitadas, só transformar-se-ão em benfeitorias e impactará a vida pessoal, acadêmica e profissional do estudante, se houver comprometimento, responsabilidade, solidarieda-

de, confiança, parceria, diálogo, reflexão, respeito mútuo entre tutor e tutorado. Essa condição precisa ser aceita de comum acordo.

4. A TUTORIA ESCOLAR COMO APOIO DADIVOSO PARA A APRENDIZAGEM

A palavra Tutor foi muito popular na antiguidade. A mesma tem sua origem da língua latina que significa "tutore, guarda defensor, protetor" e de acordo com o dicionário *on-line* de Língua Portuguesa Houaiss - elaborado por Antônio Houaiss (2001, s/p) pode ser definido como:

> "A palavra tutor tem sua origem no século XIII e possui diferentes significados de acordo com a área que está sendo empregada. Em Direito, tutor significa indivíduo que exerce uma tutela aquele que ampara e protege. Na Administração, tutor é quem ou o que supervisiona, dirige, governa. Para algumas instituições de ensino, tutor é o aluno e/ou profissional a quem se delega a instrução de outros alunos."

Dessa forma, tutor é um facilitador que ajuda o estudante a compreender os seus objetivos escolares, é um observador que reflete constantemente junto ao aluno a sua possível trajetória acadêmica. Além disso, é também um conselheiro e um psicólogo, capaz de compreender as questões e as dificuldades do aprendiz e deve ajudá-lo a responder de maneira adequada, é ainda um especialista em avaliação formativa. Diante dessas diferentes funções, percebe-se que ser Tutor não é uma tarefa fácil, pois "conquistar" diversos alunos, muitas vezes, torna-se um ofício exaustivo devido às exigências da instituição.

Estas dificuldades podem estar relacionadas a uma série de fatores, tais como: ausência de motivação para com os estudos, questão relacionada à vida familiar, contexto escolar ou políticas públicas adotadas. Fatos estes, que revelam que apesar dos esforços do governo, professores e educadores em geral, os alunos continuam demonstrando um baixo rendimento escolar. A maior parte dos alunos não assume a gerência do seu agir, apresentando insuficiente aprendizagem em de-

terminados conteúdos e falta de envolvimento nas atividades escolares. Esses fatores aliados a outros aspectos geram fatalmente resultados de fracasso escolar ROSÁRIO; NUNEZ; PIENDA (2007).

No entanto, a função do Tutor é buscar juntamente com a escola mitigar esse fracasso escolar por meio da Tutoria em seu exercício de educar, historicamente caracterizada como uma prática "voltada para a formação educativa de qualidade, alimentando sempre esse caráter de formação permanente" Brutten (2008, p. 8). No contexto de uma aprendizagem ativa, cognitiva, construtiva, significativa, mediada e autorregulada, a Tutoria assume particular importância no ensino, por ser uma proposta que valoriza o desenvolvimento da autonomia, estimula a troca e a parceria no processo de aprender. O trabalho com a Tutoria facilita "o desenvolvimento integral dos estudantes, nas suas dimensões intelectual, afetiva, pessoal e social" Veiga, Flores, Fernandes, & Figueira, (2008, p. 77).

É importante salientar que, diante dessa realidade a escola passa a ter um papel social e profissional mais relevante e passa a assumir responsabilidades educativas mais desafiadoras, além da mera transmissão de conhecimentos, cumprindo esta dentre muitas necessidades de integrar a função de socializar o aluno no seu contexto e realidade em que vive.

Ademais, se à escola cabe o processo de socialização, ao professor/tutor cabe à troca conduzida pelo o elo da magia dadivosa de solidariedade, libertação e emancipação para a construção não só do conhecimento, mas também, de um sujeito integral.

Paulo Freire (2018, p.17), em seu livro - Educação e Mudança - tem como temática principal a mudança e a conscientização da sociedade, que é um gerador da prática teórica do autor, e o papel da educação neste processo. Logo no primeiro capítulo, "O Compromisso do Profissional com a Sociedade", é feita uma análise, a respeito do homem que é comprometido profissionalmente com a sociedade em que atua. Segundo o autor, somente os corajosos são comprometidos, ele também garante que o somente o homem, através da reflexão-ação, tem a capacidade de atuar, operar, refletir, transformar e comprometer-se. Não se pode haver reflexão e atuação sem que o homem

se aproxime da realidade verdadeira e concreta. Freire (2018) define compromisso verdadeiro como sendo aquele ligado à solidariedade, não devendo ser um ato passivo, e define compromisso profissional como uma dívida do homem para com a sociedade, assumida à medida que se fez profissional.

Diante disso, o efeito da Tutoria na vida do estudante é perceptível tanto para o professor quanto para o aluno. Assim, uma das consequências mais interessantes desse efeito é a noção de que ao ajudar o aluno a melhorar como estudante o professor, automaticamente, preocupa-se em rever sua prática, isto é, há uma troca positiva que reflete em ambas as partes, pois quem ensina, também aprende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos positivos na aprendizagem dos alunos participantes de Tutoria foram mostrados neste trabalho por meio da metodologia Pedagogia da Presença em que o aluno é assistido por um professor/tutor. Esse aluno tem suas dificuldades minimizadas pela ação colaborativa do professor de forma organizada, segura, responsável, solidária e respeitosa. Além disso, os demais capítulos contribuíram para ressaltar a importância de uma relação dadivosa. Como também, mostrou a importância da Tutoria e suas dimensões na formação integral do aluno, pois o tutor o auxilia por meio das orientações: pessoal, acadêmica e profissional, a fim de, transformá-lo integralmente. Ademais, ainda focou na questão de ser a Tutoria um elo dadivoso que impacta a aprendizagem do aluno.

Esse impacto fica visível, pois o aluno melhora sua autoestima, sente-se valorizado, supera suas dificuldades tanto de relacionamento quanto de desempenho acadêmico, passa a sonhar e a planejar seu Projeto de Vida. O papel do professor é de suma importância na concretude desse Projeto, pois ambos caminham juntos por um elo dadivoso de solidariedade, confiança e respeito mútuo.

Constata-se, desse modo, que este artigo buscou contribuir, não só, com a aprendizagem e formação dos alunos por meio da participação em Tutoria, como também, na reflexão do professor que tem o

compromisso com a sociedade, pois, somente os corajosos são comprometidos, também garante que somente o homem através da reflexão-ação, tem a capacidade de atuar, operar, refletir, transformar e comprometer-se.

Em vista disso, é interessante salientar, que a atuação da Tutoria Escolar, objeto de análise deste artigo, contribuiu de fato para a aprendizagem do aluno e que cabe ao professor se apropriar de metodologias que agregam valores ao estudante. Por conseguinte, essa pesquisa poderá ser ampliada por meio de outros professores pesquisadores que queiram buscar "novas" estratégias para melhorarem suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, U. F. **Educação e Valores**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

ARGÜÍS. R. et. al. **Tutoria, com a palavra, o aluno**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRUTTEN, E. ***A tutoria na educação:*** *Suas origens e concepções*. In *Atas do XVI Colóquio AFIRSE/AIPELF — "Tutoria e mediação em educação: Novos desafios à investigação educacional"*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.

BURKHARD, D.; MOGGI, J. **Assuma a direção da sua carreira**: Os ciclos que definem o seu futuro profissional. São Paulo: Negócio Editora (Elsevier), 2003.

COSTA, A. C. G. da. **Pedagogia da presença**: da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução: Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro/ São Paulo: 39ª ed. Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: 63ª ed. Paz e Terra, 2020.

HOUAISS, A. ***Dicionário eletrônico da língua portuguesa***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Acesso em: 18/08/2020.

MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução: António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008.

ROSÁRIO, P. S.; NÚNEZ, J. C.; PIENDA, J. G. ***Autorregulação em crianças SUB*** – 10 – Projeto Sarilhos do Amarelo. Porto: Porto Editora, 2007.

SIMÃO, A. M. V.; FLORES, M. A.; FERNADES, S.; FIGUEIRA, C. **Tutoria no ensino superior: concepções e práticas.** Sísifo / Revista de Ciências da Educação · nº 7, set/dez, 2008. Acesso: 24/08/2020.

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DE NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO ESCOLAR BÁSICO COMO INSTRUMENTO TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aline Monteiro Rodrigues Alves dos Santos[51]

INTRODUÇÃO

É comum ouvir e falar que o conhecimento liberta e que a educação é a chave para a transformação de uma sociedade. Mas será que a educação brasileira do momento presente tem de fato libertado as crianças e os jovens? Pense um pouco e tente recordar os seus momentos em uma sala de aula.

Agora veja o mundo ao seu redor e reflita se os conteúdos e a forma como é realizado o processo de aprendizagem estão cumprindo o seu papel social. As matérias ensinadas são efetivamente aplicadas e úteis ao cotidiano dos alunos, ou não passam de informações soltas e sem nexo com a realidade vivenciada por eles?

É neste sentido, que o presente trabalho visa traçar uma linha de raciocínio crítica quanto ao contexto da educação básica brasileira, salientando-se a importância da escolha dos assuntos que serão inseridos no currículo escolar para a transformação do paradigma apresentado.

51 Acadêmica do 10º Período do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO.

Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, incluindo obras importantes para a discussão, como *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, *Direito na Escola: uma contribuição para a formação cidadã,* obra realizada por um conjunto de professores participantes do Projeto Direito na Escola, dentre outras.

A pesquisa ainda se fundamentou na legislação brasileira, mais precisamente na Lei n. 9.394/1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), bem como, na Lei do Município de Belo Horizonte n. 11.243. E também houve o estudo de notícias quanto à inclusão da disciplina de Direito no ensino básico, assim como, a análise de obras artísticas como a música *The Wall*, de Pink Floyd e o filme *Tempos Modernos,* de Charlie Chaplin (1936), as quais contextualizaram o problema envolto à educação brasileira.

Na primeira sessão, realizou-se uma comparação entre a Segunda Revolução Industrial e a educação brasileira, ao passo que se intentou articular o passado com o presente como meio de projetar um futuro melhor. Houve destaque quanto ao aspecto da mecanização e ao aumento da velocidade de produção durante a Revolução Industrial, o que acarretou consequências no cenário escolar, com a formação da chamada "educação bancária".

Neste contexto, como meio de auxiliar na transformação da educação brasileira, visando à formação de cidadãos mais conscientes, propõe-se a inclusão de noções do Direito como disciplina obrigatória no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Esta temática foi abordada na segunda sessão, com o intuito de apresentar o conceito de Direito e a importância do seu estudo desde a infância para o fortalecimento da coesão social, bem como emancipação do indivíduo.

1. NECESSIDADE DE PROBLEMATIZAR O ATUAL CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 Um paralelo entre a Segunda Revolução Industrial e a Educação Brasileira

Para compreender a educação brasileira do século XXI, primeiramente, é essencial traçar uma análise quanto à Revolução Industrial e

suas consequências para a humanidade. A história é uma importante aliada para aqueles que visam entender a evolução humana e visualizar os possíveis caminhos a serem delineados para o futuro, tendo como parâmetro o passado e a comparação deste com o presente.

Neste sentido, é possível apontar que a Primeira Revolução Industrial foi um importante processo de implantação da mecanização industrial, que se originou na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Esta revolução acarretou significativas transformações nos aspectos socioeconômicos, culturais e educacionais, haja vista ter possibilitado a passagem do sistema de circulação de mercadorias para o de produção em massa (SILVA; GASPARIN, 2006, p. 3).

Logo, percebe-se que as relações de trabalho foram sensivelmente afetadas. No período anterior à Revolução Industrial, havia a produção de produtos manufaturados por meio dos artesãos. Neste momento, não havia a divisão de tarefas para o alcance do produto final. Logo, todos os artesãos tinham conhecimento de todas as etapas do processo de feitura de um produto (LIMA; NETO, 2017, p. 109).

Posteriormente, com a Primeira Revolução Industrial, houve o aumento da velocidade da produção, em virtude da introdução das máquinas automatizadas. Assim, os trabalhadores passaram a dominar apenas uma fase específica do processo industrial (LIMA; NETO, 2017, p. 109).

Neste contexto, infere-se que a rapidez e a especialização introduzidas no meio de trabalho, com o surgimento das fábricas, fez aparecer um novo contexto social, bem como um novo estilo de vida. Fato este que influenciou diretamente na maneira como as crianças e os jovens seriam educados.

Em um segundo momento, no século XIX, por volta de 1860, aconteceram ainda mais mudanças na produção, originando assim, a Segunda Revolução Industrial. Esta fase foi caracterizada pela descoberta da eletricidade, pelas inovações técnicas, as quais permitiram o avanço dos meios de transporte, dentre outros aperfeiçoamentos (SILVA; GASPARIN, 2006, p. 6).

Este processo de mecanização é visível no filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin. Esta sátira apresenta de forma divertida e bem-hu-

morada as consequências da industrialização. Momento marcante para esta pesquisa, foi a cena do filme em que o operário da fábrica, representado por Charlie Chaplin, começou a apertar parafusos automaticamente, podendo, inclusive, compará-lo a uma máquina. O cúmulo de tal automatização, pôde ser identificada quando o trabalhador saiu da fábrica fazendo o movimento de apertar parafusos, mesmo não estando mais no horário de serviço.

Assim, visualiza-se que a Segunda Revolução Industrial foi caracterizada pela produção em massa, a qual requer o controle do proletariado com o poder disciplinar, nos moldes das concepções do taylorismo e do fordismo.

Para Braverman, (*apud* MORAES NETO, 1991, p.15) o taylorismo, que surgiu no século XIX e início do século XX, caracteriza-se como "o controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho".

Tal cenário pode ser ilustrado pelo relato do próprio Taylor sobre uma situação vivenciada com Schimidt:

> Schimidt começou a trabalhar, e durante todo dia, e a intervalos regulares, era dito pelo homem colocado acima dele para vigiar: Agora junte a sucata e ande. Agora sente e descanse. Agora ande – agora descanse, etc. Ele trabalhava quando lhe mandavam trabalhar, e descansava quando lhe mandavam descansar, e às cinco e meia da tarde tinha carregado 47,5 toneladas de carro (BRAVERMAN *apud* MORAES NETO, 1991, p.22).

Para que haja tal controle do proletariado é preciso que sejam controlados todos os passos do trabalhador, verificando o tempo dispendido em cada atividade (MORAES NETO, 1991, p.29).

Momento posterior, no século XX, Henry Ford, precursor do fordismo, desenvolveu a proposta de Taylor, haja vista que passou a administrar a execução do trabalho de forma coletiva e não mais individualmente, como ocorria com o movimento taylorista (SILVA; GASPARIN, 2006, p. 9).

Neste ponto, importante trazer à tona a seguinte reflexão: todos já estudaram durante as aulas de história o impacto da Revolução Indus-

trial na formação da sociedade atual, mas dificilmente, para não dizer em situação alguma, um professor já discutiu em sala de aula sobre os reflexos deste grandioso fenômeno social para a educação.

Em meio a esta consideração, é sabido que as formas de controle do capital foram incluídas na própria educação, como meio de "doutrinar" os alunos a apenas receberem informações, havendo um controle a todo instante no tempo, assim como no comportamento das crianças.

Esta disciplina imposta como meio de acelerar a produção industrial foi inserida no contexto escolar. Neste diapasão, Michel Foucault, importante filósofo francês do século XX, trouxe uma visão acerca do poder de controlar o homem ao abordar o conceito dos "corpos dóceis", em sua obra *Vigiar e punir*. Segundo o autor, (1987, p. 119) "a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, 'corpos dóceis'". Dessa maneira, todos os indivíduos têm a obrigação de obedecer às regras vigentes no local em que estão contextualizados, seja nas fábricas ou nas escolas.

Faz-se *mister* a leitura do seguinte trecho da obra *Microfísica do poder* de Michel Foucault:

> A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente (FOUCAULT, 1984, p. 106).

Ante o exposto, observa-se que a educação como posta no Brasil foi influenciada pela Segunda Revolução Industrial, em virtude dos modelos de produção apresentados por Taylor e Ford, fundamentados pela produção em massa e pelo poder de controlar o proletariado.

Logo, trata-se de uma educação pautada na massificação dos alunos, cujo o principal objetivo não é o de formar cidadãos ativos na

sociedade, muito menos críticos e reflexivos. Ao contrário, a intenção é formar sujeitos passivos e meramente receptores de informações prontas, o que será mais analisado no próximo tópico.

1.2 Panorama do atual cenário da Educação Brasileira

Em continuidade à ideia de mecanização da educação, em virtude dos reflexos da Segunda Revolução Industrial, Paulo Freire, importante educador brasileiro, aborda tal temática em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, identificando a educação brasileira como sendo "bancária".

Dessa maneira, em sua concepção "as elites dominadoras, na sua atuação política, são eficientes no uso da concepção 'bancária' (em que a conquista é um dos instrumentos) porque, na medida em que esta desenvolve uma ação apassivadora, coincide com o estado de 'imersão' da consciência oprimida" (FREIRE, 1987, p. 54).

Verifica-se assim, que a mesma intenção de dominar o proletariado visualizado no contexto industrial, se repete no âmbito escolar, em que "estas elites vão transformando-a naquela 'vasilha' de que falamos, e pondo nela slogans que a fazem mais temerosa ainda da liberdade" (FREIRE, 1987, p. 54).

Neste sentido, até mesmo o espaço físico das escolas é semelhante a uma fábrica, além de haver o controle e a disciplina no cotidiano escolar. Basta observar que o ambiente escolar é isolado do exterior através da construção de muros altos que delimitam o seu local para educadores e educandos. Logo, a escola utiliza alguns "mecanismos disciplinares para docilizar os corpos dos educandos", como por exemplo: as cercas, quadriculamento, localizações funcionais e as filas (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011, p.2394-2395).

O que se percebe é que a educação brasileira permanece estagnada, conforme a qual, os alunos apenas recebem várias informações que serão utilizadas tão somente em provas. Assim, não há a preparação do aluno de fato para a vida em sociedade. Os estudantes não são treinados a questionar, assim como solucionar problemas. O problema ainda é maior ao considerar-se que matérias lecionadas não abrangem a totalidade do ser humano, não havendo a inclusão

efetiva de aulas que buscam trazer reflexões, bem como sobre a convivência em sociedade.

Para melhor compreensão da situação escolar brasileira, importante a leitura do seguinte trecho acerca da docilização dos corpos adotada nas escolas como instrumento de repassar conhecimentos aos estudantes:

> A docilização dos corpos pela disciplina visa tornar as pessoas "boazinhas", sem lhes dar um espaço de reflexão acerca de sua posição na sociedade ou no mundo. Contestar, principalmente contra o sistema, não é permitido, pois vive-se uma falsa liberdade, já que se está envolvido em um sistema que busca cada vez mais alunos, e posteriormente, trabalhadores que ajam de forma mecanicista. Seu alvo: o corpo de crianças, jovens e adultos – homens e mulheres, passíveis de serem sujeitados (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011, p. 2395).

Ainda sobre a docilização dos estudantes, importante averiguar que este processo de aprendizagem, em que os alunos apenas acumulam "conteúdos vazios e distantes de sua realidade", é um meio de perpetuar a dominação dos cidadãos (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011, p. 2396).

Isto ocorre pois não é conveniente para o Estado a existência de uma educação emancipadora e reflexiva, haja vista que "alunos dóceis não refletirão acerca de sua posição na sociedade" (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011, p. 2396).

É possível recordar da música *The Wall* (1979) da banda Pink Floyd, que ilustra a crise vivenciada na educação. Como o próprio título da canção sugere, a escola é tida como uma muralha, a qual segrega o aluno da sua própria realidade. Trata-se de uma crítica à "educação bancária", também questionada por Paulo Freire, ao passo que objetiva doutrinar os estudantes a serem dóceis e passivos.

Diante do cenário apresentado, surge a seguinte questão: será que os alunos não estão sendo educados de forma massificada, sem prestar atenção na individualidade de cada um, assim como sem considerar as matérias que estão sendo lecionadas, de modo que está havendo tão somente a reprodução de conhecimento? Será que as crianças e os jovens

não estão passando por um processo de mecanização, se encontrando, assim, na mesma situação do personagem interpretado por Charlie Chaplin, no filme *Tempos Modernos*?

É algo a ser refletido, a fim de se repensar a atual situação da educação brasileira, haja vista que a mesma precisa urgentemente acompanhar a evolução social, bem como satisfazer as reais necessidades dos indivíduos, diante da realidade vivenciada diariamente. O que acontece é a opressão do aluno, em que a pedagogia ativa e libertadora fica ofuscada pelo repasse de conhecimento morto.

2. O ENSINO DE NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO ESCOLAR BÁSICO

2.1 Conceito de Direito e a sua importância para a regulamentação da vida em sociedade

Conforme o explicitado, a educação, em sua essência, deve visar a formação de cidadãos aptos a conviver em sociedade de forma ativa e reflexiva. Para tanto, surge o crescente diálogo entre a educação e a ciência do Direito.

O Direito é uma ciência que estuda a vida em sociedade, com os objetivos de organizá-la de forma ética e benéfica a todos, bem como de solucionar os litígios decorrentes desta convivência. A vasta área da ciência jurídica permeia diversos setores da sociedade, e permite o indivíduo a se posicionar em situações cotidianas, como na seara civil, trabalhista, eleitoral, penal, dentre outras.

Logo, percebe-se que o Direito está diariamente presente nas relações humanas, o que demonstra a tamanha importância de conhecê-lo. Segundo Miguel Reale, "a ciência do Direito é uma forma de conhecimento positivo da realidade social segundo normas ou regras objetivadas, ou seja, tornadas objetivas, no decurso do processo histórico" (REALE, 2002, p. 27).

Assim, as normas de uma determinada sociedade refletem aquilo que se entende como valor, por isso a necessidade de se discutir sobre noções de Direito nas escolas. O fato das crianças e dos adolescentes terem contato com tais assuntos permite que os mesmos

tenham a oportunidade de compreender a realidade social na qual estão inseridas.

Cabe ressaltar que o Direito visa "realizar uma convivência ordenada, o que se traduz na expressão: 'bem comum'" (REALE, 2002, p. 56). Desta forma, para que se tenha uma sociedade mais interessada na manutenção do bem comum, é preciso que haja o estudo da ciência que tenha tal objetivo.

A formação de uma sociedade mais justa e ética somente é possível quando se abrange a concepção de coletividade, saindo da individualidade. O estudo do Direito permite esta visão, pois "é uma proporção real e pessoal, de homem para homem, que, conservada, conserva a sociedade; corrompida, corrompe-a" (DANTE ALIGHIERI, a*pud* REALE, 2002, p.56).

Neste sentido, Aristóteles, (*apud* REALE, 2002, p.36), afirma que "o homem é um animal político". Logo, está destinado a conviver com os demais indivíduos, haja vista que é somente em sociedade que é possível cumprir o seu propósito. Esta afirmação demonstra claramente a necessidade de o homem estar inserido em um contexto coletivo, o que reforça a importância de ter esta consciência e consequentemente saber como agir perante os demais indivíduos.

Ademais, o estudo do Direito permite visualizar que existem valores que permeiam as relações humanas, como os valores intrínsecos à dignidade da pessoa humana, à proteção da vida individual e coletiva. Neste sentido, "uma das finalidades do Direito é preservar e garantir tais valores e os que deles defluem sem os quais não caberia falar em liberdade, igualdade e fraternidade – o que demonstra que a experiência jurídica é uma experiência ética" (REALE, 2002, p. 37).

Devido à finalidade do Direito de regulamentar a vida em sociedade, esta ciência pode ser tida como um instrumento de reflexão para as crianças e adolescentes sobre o seu papel perante a coletividade. Esta experiência escolar pode ser vista sob a percepção abordada no Mito da Caverna de Platão.

Conforme a Alegoria da Caverna, existem homens prisioneiros dentro de uma caverna, onde o fogo a ilumina e, tudo o que as pessoas veem não passam de sombras. Até que certo dia, um dos prisioneiros saiu da caverna e pôde finalmente enxergar o sol. Logo em seguida,

este homem retorna àquele lugar para interagir com os demais sobre suas descobertas (MATOS, 2011, p.70-71).

Assim, o estudo das noções do Direito auxilia no processo de desenvolvimento de uma educação mais reflexiva e que visa preparar os alunos de forma integral. A aprendizagem de conteúdos mais contextualizados à realidade social desacorrenta os jovens e permite a saída da caverna, a fim de construir o seu próprio caminho de forma mais ativa.

À medida que se tem a consciência de como conviver em comunidade, percebe-se que a ideia de felicidade somente é possível quando o homem vive em sociedade. No pensamento socrático, a felicidade é vivida por todos os cidadãos. Contudo, para conseguir vivenciá-la, "temos que superar as dificuldades e os egoísmos do meio para que possamos construir uma polis mais justa e com responsabilidade!" (MATOS, 2011, p. 74).

Então, a noção de responsabilidade perante os demais deve ser vislumbrada desde a infância, apresentando-se o princípio básico da convivência salutar, qual seja "o dever político de lutar pelo bem comum de todos, de defender os interesses da sociedade em geral, de promover o direito e a justiça."(MATOS, 2011, p. 76).

Portanto, é primordial compreender o conceito de Direito, assim como o seu papel de regulamentar as relações sociais, para visualizar que o ensino de noções básicas desta ciência é essencial para a formação de cidadãos mais conscientes e éticos.

2.2 Fundamentação legal do ensino jurídico na educação básica

Relevante mencionar que a legislação brasileira prevê a inserção de matérias relacionadas ao Direito no ensino básico, o que reforça a viabilidade, bem como a necessidade de haver a execução (colocar em prática) das aulas de noções de Direito para crianças e jovens.

Conforme o artigo 3º do Decreto-Lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a não conhece. Esta disposição legal reforça a necessidade de todos os indivíduos conhecerem a legislação, uma vez que há essa exigência expressa.

A Lei n. 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e está em consonância a este entendimento da necessidade de democratização do ensino do Direito, uma vez que prevê em seu artigo 26, §9º que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio deverão contemplar conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente (BRASIL, 1996).

No mesmo teor, prescreve o artigo 32, § 5º, da Lei supracitada, o qual impõe que no ensino fundamental sejam abordados conteúdos que tratem dos direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1996).

O artigo 27, inciso I, da LDB apresenta a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática como sendo uma das diretrizes para nortear a seleção dos conteúdos curriculares da educação básica (BRASIL, 1996).

Assim, é evidente que o ensino do Direito nas escolas é um movimento crescente e necessário. Como vislumbrado, o próprio Poder Legislativo já compreendeu tamanha importância e inseriu os dispositivos legais mencionados, o que fortalece ainda mais a implementação deste estudo no currículo escolar efetivamente.

Vale destacar a notícia veiculada pela OAB do Estado de Minas Gerais, a qual trata sobre a publicação da Lei n. 11.243/2020 que institui Empreendedorismo e Noções de Direito e Cidadania como temas a serem abordados aos alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, no Município de Belo Horizonte.

As atividades serão realizadas no contraturno das escolas municipais de educação integral e, serão explorados temas que tenham impacto direto na formação da cidadania, como os direitos e garantias fundamentais e os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Ademais, serão abordados assuntos relacionados com o Direito criminal, do consumidor, de família e constitucional a serem ensinadas aos alunos em formato didático e interativo. Salienta-se que esta abordagem feita na sala de aula apresenta como ponto de partida o cotidiano dos próprios estudantes.

A Lei ainda impõe como requisito ser graduado em Direito com título de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação

(MEC) para estar apto a lecionar sobre o tema "Noções de Direito e Cidadania".

A criação desta Lei no Município de Belo Horizonte com o intuito de incluir noções de Direito na educação básica consagra a urgência da atual situação de crise da educação brasileira e, trata-se de um marco histórico para o setor educacional. Portanto, não foi por acaso que o legislador realizou esta previsão. Afinal, "é com base nas apreciações ou valorações econômicas, sociológicas, históricas, demográficas etc. que o legislador (ou, mais genericamente, o político) projeta normas, sancionando as que considera devam ser obedecidas". (REALE, 2002, p. 35).

Todo este engajamento social e legislativo é um sinal de que o ensino de noções do Direito para crianças e adolescentes é algo necessário para a formação de cidadãos completos. E é com a educação que tais conhecimentos podem alcançar a juventude, havendo a articulação e a interdisciplinaridade entre as ciências, o que permite a formação de um futuro melhor para todos.

2.3 O impacto da educação na sociedade

Por tudo explicitado até este ponto do trabalho, conclui-se que a educação de fato tem o poder de impactar a sociedade. Entretanto, primeiramente, deve-se refletir: qual a educação que de fato impacta positivamente e, consequentemente, transforma a sociedade?

Ao desenvolver esta linha de raciocínio, é possível responder que é aquela, a qual abrange o conhecimento de maneira global e ativa. Neste modelo, o aluno não é visto como um sujeito passivo, mas sim, como um ser ativo capaz de construir o seu próprio caminho e de desenvolver-se em coletividade.

De acordo com Vivian Alves da Rocha, no livro *Direito na Escola: uma contribuição para a formação cidadã* (2020, p.22), somente com a implementação do ensino de noções de Direito no currículo escolar básico é que "será possível a implementação de uma ordem social política, econômica, e jurídica condizente com a vontade popular".

Para tanto, deve-se observar os ensinamentos do educador Paulo Freire acerca da dialogicidade da educação. Trata-se do diálogo entre a

teoria ou a reflexão e a prática, ou seja, a execução do que se aprendeu no âmbito teórico.

O autor Martínez defende a implementação da práxis dialógica no ensino jurídico, o que pode ser transportado para o contexto da educação básica, como ferramenta metodológica que permite a atuação do aluno de maneira ativa e reflexiva (MARTÍNEZ, 2000, p.181).

É interessante abordar que a dialogicidade da educação inicia na escolha do conteúdo programático que será dialogado com os alunos. De acordo com Paulo Freire, esta concepção de liberdade "começa não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes" (FREIRE, 1987, p. 53).

Primordial a leitura na íntegra do pensamento de Paulo Freire no tocante à escolha do conteúdo escolar como instrumento de emancipação social:

> Enquanto na prática "bancária" da educação, anti-dialógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é "depositado", se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus "temas geradores". Por tal razão é que este conteúdo há de estar sempre renovando-se e ampliando-se. A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático, recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu (FREIRE, 1987, p.65).

Daí a sabedoria de se desenvolver uma educação básica de qualidade, que enxerga a criança e o jovem como seres humanos únicos capazes de buscar o bem comum e serem felizes na vida em sociedade. Mais uma vez a Alegoria do Mito da Caverna deve ser recordada, pois "está na alma de cada um a ideia de descobrir as suas potencialidades. Não temos que ser prisioneiros da caverna, pois o medo nos

impede de continuar a lutar por aquilo que nos interessa" (MATOS, 2011, p.75).

E esta luta para sair da caverna inicia nos primeiros anos escolares, nos momentos em que a criança se encontra no convívio com outras pessoas. Por isso, o ensino do Direito nas escolas auxilia nessa caminhada de desenvolvimento pessoal e coletivo, permitindo a formação do caráter e o autoconhecimento. Assim, com a inclusão desta disciplina no currículo escolar, vislumbra-se a possibilidade do encontro com uma sociedade mais ativa e conhecedora dos seus direitos e deveres, que respeita a individualidade e os valores alheios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o explicitado, com o movimento da Revolução Industrial, com maior intensidade da Segunda Revolução Industrial, aconteceram importantes transformações nos âmbitos social, econômico, político e até mesmo educacional. Isto se deve ao desenvolvimento da produção em massa e acelerada, pautada na divisão de tarefas e no controle do proletariado, como meio de garantir o aumento produtivo.

O controle do tempo e das tarefas realizadas pelos trabalhadores no ambiente fabril foi transportado para o meio escolar, sendo demonstrado pelo filósofo Foucault através do conceito de corpos dóceis. A disciplina exigida nas escolas, a começar pelo espaço físico, é o instrumento cotidianamente utilizada para vigiar os comportamentos infantis, ao passo que se impõe várias regras e há tão somente o repasse de informações.

Em contrapartida ao cenário vivenciado atualmente na educação brasileira, percebe-se a crescente necessidade de mudança deste contexto escolar, partindo, primeiramente, dos conteúdos selecionados a serem dialogados com os alunos. Para que assim, haja de fato a saída da "educação bancária" para a entrada na dialogicidade da educação.

Portanto, afere-se que a educação que visa formar cidadãos preparados para a vida em coletividade e que detêm noções do funcionamento do Estado, das leis e demais temas do Direito, é transformadora, pois quebra o paradigma da grade curricular engessada que está pautada tão somente na transmissão de conteúdo.

Não é possível enxergar uma sociedade mais ética e consciente se os próprios cidadãos não têm conhecimento dos seus direitos e deveres perante os demais. Neste contexto, é primordial a democratização do ensino do direito no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alunos de Belo Horizonte terão noções de Direito em escolas municipais. **OAB Minas Gerais, Belo Horizonte**, 02/07/2020. Disponível em: < https://www.oabmg.org.br/Noticias/Index/10153/Alunos_de_Belo_Horizonte_terao_nocoes_de_Direito_em_escolas_municipais>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BANDA PINK FLOYD. ***The Wall***. Harvest Records: 1979. Disponível e: < https://www.bing.com/videos/search?q=-the+wall+msica&&view=detail&mid=FA267297F5170ABDFDD3FA267297F5170ABDFDD3&&FORM=VRDGAR>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS**. Lei n. 11.243/2020**. Institui Empreendedorismo e Noções de Direito e Cidadania como temas a serem abordados no contraturno das escolas municipais de educação integral. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte. Disponível em: < http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=-DetalheArtigo&pk=1230452#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.243%2C%20DE%2030%20DE%20JUNHO%20DE,representantes%2C%20decreta%20e%20eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657, de 04/09/1942.** Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm >. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20/12/1996**. (LDBN) Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da Repúbli-

ca Federativa do Brasil**,** Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares.** In: X Congresso Nacional de Educação - Educere e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade de Educação - SIRSSE, 2011, Curitiba. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Direito na Escola: uma contribuição para a formação cidadã. Organizado por: Lucas de Oliveira Andrade; coordenado por: Graziella Rose de Pinho Martins e Marcelle Mariá Silva de Oliveira. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado, 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

LIMA, E. C. DE; OLIVEIRA NETO, C. R. DE. **Revolução Industrial: considerações sobre o pioneirismo industrial inglês.** Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 194, p. 102-113, 6 jul. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32912>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. **Práxis dialógica e cooperação: proposições de um novo paradigma para o ensino jurídico**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 34, 2000. Disponí-

vel em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1838/1534>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MATOS, Lucas Pereira. **A alegoria da caverna e seu mito hoje.** Revista Pandora Brasil, número 34, 2011. Disponível em: < http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_34/lucas.pdf >. Acesso em: 21 ago. 2020.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1991. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285839/1/MoraesNeto_BeneditoRodriguesde_D.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito / Miguel Reale**. – 27. ed. – São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/871/1/Licoes%20preliminares%20de%20direito%20-%20Miguel%20Reale.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVA, Márcia Cristina Amaral da; GASPARIN, João Luiz. **A segunda revolução industrial e suas influências sobre a educação escolar brasileira**. Paraná. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin2.pdf >. Acesso em: 20 ago. 2020.

TEMPOS MODERNOS. Direção: Charlie Chaplin. Produção: Charlie Chaplin. Estados Unidos: C**ontinental Home Vídeo, 1936. Disponível em: <** https://www.youtube.com/watch?v=f-CkFjlR7-JQ**>. Acesso em: 18 ago. 2020.**

ASPECTOS PSICOEMOCIONAIS EM ADOLESCENTES EM MEIO A PANDEMIA 2020

Shirley Santos Nascimento [52]

Introdução

A pandemia mundial que cercou o mundo em 2020 pegou a todos desprevenidos. As demandas aumentaram e a insatisfação tomou conta do dia a dia devido ao novo normal. São tantos agravantes que a OMS têm se preocupado diretamente com as aflições psicossociais da população adulta frente à pandemia e ao home Office. Mas e enquanto aqueles que a vida se têm se atribuído ao ócio, aos games, redes sociais e falta de afazeres?

Os jovens adolescentes caíram nessa pandemia de paraquedas e viram suas vidas serem interrompidas abruptamente. Sem preparo devido, acompanhamento psicológico e relações sociais ausentes, nos questionamos acerca do aspecto psicoemocional dos jovens. Será que este tem sido abalado durante a pandemia?

Haja vista que o adolescer já é em si uma crise natural, coberta por conflitos e incertezas, aspiramos analisar o discurso dos jovens ao enfrentamento da pandemia, as sequelas por ela originadas (se há) e os meios de dispersão para reduzi-las ou vencê-las. Justificado pelo interesse na vida social dos jovens que foi furtada dentro do processo pandêmico, situação de total relevância para o seu desenvolvimento psicológico e emocional.

52 Bióloga especialista em Psicologia sexual e Neuropsicopedagogia.

Observando que a fase da adolescência é a mais complexa do homem e adiciona cada dia mais os índices de doenças psicoemocionais nela, acredita-se em um crescimento ainda maior dos problemas interiorizados pelo afastamento social, a privação do direito de ir e vir, as crises familiares e traumas existenciais que podem gerar conflitos psicoemocionais negativos e até mesmo a violência autoinfligida.

Baseado nessa hipótese este estudo centra-se em um referencial teórico para embasar dados estatísticos de uma pesquisa empírica qualitativa fundamentada por questionários voluntários desenvolvidos na plataforma *Google forms*, via divulgação virtual entre estudantes de diversos meios escolares.

1. Pandemia

O final do ano de 2019 e 2020 tornou-se marcante na história da população mundial, devido ao surto de um novo vírus encontrado na China, o *coronavírus* (SARS-CoV-2), pertencente à família SARS é responsável por desenvolver a Síndrome Respiratória Aguda Grave, popularmente reconhecida como COVID-19. O fato é que o alastre do vírus pelo mundo resultou em uma situação de emergência internacional de saúde pública, que chamou a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarando estado de pandemia mundial.

Por ser um vírus novo e de rápida contaminação a OMS restringiu o direito de ir e vir e instruiu aos países o isolamento social como medida preventiva para retardar a contaminação. Todos os países têm procurado soluções pra remediar a pandemia e cautelosamente criadas suas próprias formas de contornar a disseminação viral.

Apesar de a medida ser necessária, observa-se que isolamento social tem gerado efeitos psicológicos negativos, podendo se estender para consequências físicas e mentais em diferentes faixas etárias e em especial, nas crianças e adolescentes que deixaram de frequentar a escola e praticar outras atividades sociais relevantes para o seu desenvolvimento (ANDRADE et al., 2020; JÚNIOR; PAIANO; COSTA, 2020).

Os impactos estão relacionados ao aumento nos níveis de estresse e ansiedade; aos baixos níveis de atividade física, transtornos alimentares

e o elevado tempo demandado em frente à tela de celulares e computadores. Estes também afetam os aspectos psicológicos associados aos conteúdos divulgados e acessados durante o período de isolamento, vulgarmente conhecido como quarentena. Cabe ressaltar que há um maior número de pessoas com repercussões negativas na saúde mental do que pessoas afetadas pela própria infecção (JÚNIOR; PAIANO; COSTA, 2020).

Recentemente, a OMS e outros órgãos de saúde publicaram consignações biopsicossociais e de saúde mental, incentivando recomendações governamentais: garantir que os cuidados de saúde clínicos e mentais sejam acessíveis à população; fornecer canais de serviço alternativos (aplicativos, sites, telefones); desenvolver materiais psicoeducacionais facilmente acessíveis à população (GABRIELA et al., 2020. p.4), dentre as quais muitos voltadas para a saude preventiva infanto-juvenil.

Embora muitos tenham sido os cuidados para contornar a situação ou impedir seu agravamento, ressentimos não serem suficientes para alcançar o público mais jovem, por natureza mais rebelde e destemida, muitas vezes, não se detém a situação e seus agravantes e acabam por embarcar em um a profunda vulnerabilidade e suas possíveis consequências para a prática de violências autoinflingidas. Segundo a definição da OMS, a violência autoprovocada/autoinfligida compreende um largo espectro de fenômenos, desde a ideação suicida (ato de pensar, considerar ou planejar suicídio), as autoagressões, as tentativas de suicídio e os suicídios (DESLANDES; COUTINHO, 2020. p.2481).

2. As implicações das medidas preventivas para a adolescência

A palavra adolescência deriva do latim *adollacentia* e significa processo de crescimento em direção à maturidade (GABRIELA et al., 2020. p.5) caracterizando-a como uma difícil fase de passagem da infância para a vida adulta. Etapa na qual os indivíduos sentem uma necessidade de se perceberem semelhante aos outros, mas, ao mesmo tempo, afirmarem suas diferenças, dotada de características próprias, assumindo um estatuto legal e social.

A adolescência é um processo natural de descobertas e encontro com novos valores e vivências, caracterizar essa etapa do desenvolvimento é um tanto complexo, visto que é um processo dinâmico de construção social, mas também das próprias criações e significações (REZENDE-CAMPOS; CAVALCANTI; DANTAS, 2019 p.2).

Faz-se necessário que, durante essa fase, o indivíduo amplie e possa desenvolver suas capacidades para adquirir experiências e valores fundamentais para adaptar-se à fase adulta. É nessa etapa que a adolescência pode reverter-se em uma fase de conflitos que, muitas vezes, torna os comportamentos arriscados para a vida do indivíduo (PESSOA et al., 2020 p.2).

Os conflitos emocionais que os adolescentes carregam são de sua própria natureza. As milhares de indagações, transformações e mudanças hormonais parecem afetá-los sobremaneira ao ponto de não se reconhecerem durante essa passagem. Essa ausência interna permite variações de humor e comportamentos estranhos e fóbicos a si mesmo. Identificar que um adolescente carrega pensamentos ou ideações suicidas é tarefa árdua e complexa, que muitas vezes passam despercebidas pelos responsáveis e conviventes, dado ao receio e privação da intimidade que o adolescente tem consigo mesmo.

A observação e acompanhamento são tão importantes quanto o desenvolvimento de atividades sociais, físicas e emocionais para superação dessa fase tão complexa e desconhecida. Embora muitas vezes não sejam suficientes para evitar que o conflito interno se converta em ações nocivas externas.

Determinadas como *comportamento autolesivo (CAL)* provoca danos físicos leves, moderados ou crônico, além de apresentarem padrões de repetição e variação de intensidade e lesão. Podem ser classificadas da seguinte maneira: Autolesão (ato de se machucar de forma superficial ou moderada); Automutilação (ato que provoca ferimento mais grave e violento que implica na desfiguração do indivíduo); Parassuicídio (imitação da tentativa de suicídio sem real intenção de concretizar o ato).

De acordo Vieira, Pires e Pires, (2016) o CAL pode se apresentar no comportamento de bater a cabeça, esbofetear a face, colocar o dedo nos olhos, morder as mãos, os lábios ou outras partes do corpo; arranhar

a pele com as unhas ou se queimar com pontas de cigarros, realização de cortes superficiais nos braços ou atingir formas mais graves como a autoenucleação (extração do próprio olho) e a autocastração (extração do próprio órgão genital). Assim como a introdução de corpos estranhos no organismo, como agulhas e a amputação dos lobos das orelhas (ARAÚJO et al., 2016; VIEIRA; PIRES; PIRES, 2016 p.258).

Os aspectos psicológicos ligados a conflitos interiorizados (automutilação). Autolesão ou automutilação deliberada encontra-se, tradicionalmente, ligada a transtornos limítrofes de personalidade, depressão, ansiedade, abuso de substâncias e transtornos alimentares. Em geral, o auto dano é considerado uma má adaptação ou estratégia para tentar reduzir, evitar ou regular determinadas emoções avassaladoras para o indivíduo (SILVA; BOTTI, 2017).

Os comportamentos autolesivos não estão relacionados a uma única causa, mas sim à consequência de complexas influências mútuas entre fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais (CAMPOS et al., 2019) dentre os que mais se sobressaem são a depressão, ansiedade, sentimentos de solidão, angústia, tristeza, desânimo, abandono físico e emocional, abuso sexual, desestrutura familiar, término de uma relação amorosa, entre outros. Esses sentimentos parecem estar mais presentes diante da situação de quarentena, isolados de convívio social, de ambiente amigável, do ritmo escolar e atividades físicas acometem em um mal estar psicoemocional que implica em preocupações que o CAL possa se agravar em ideações suicidas.

3. Agravantes da quarentena

Estudos comprovam que a ansiedade, tristeza e estresse podem levar a compulsão obsessiva alimentar ou a falta de apetite extrema ou privação de ingestão alimentar. Esta resposta pode incluir uma restrição calórica (sub-ingestão emocional) ou por outro lado um aumento da ingestão alimentar (sobre-ingestão emocional)(OLIVEIRA et al., 2020), fatores relevantes desencadeados durante esse processo podem se apresentar como Transtorno alimentar (TA) e o Transtorno de compulsão alimentar periódica (TCAP).

O TA é uma doença psiquiátrica caracterizada por alterações graves de comportamento alimentar e que podem originar prejuízos biológicos, psicológicos e aumento da morbidade e mortalidade. A anorexia (perda de peso intencional por obsessão por magreza corporal) e a bulimia (ingestão extrema de alimento caracterizado por medidas retroativas ou compensativas por culpa pelo ganho de peso) nervosas são os dois tipos principais (CARMO; PEREIRA; CÂNDIDO, 2014 p.174).

Já o TCAP caracteriza-se por episódios de ingestão de alimentos em quantidades maiores do que o esperado, em um espaço curto de tempo, acompanhados de uma sensação de ausência de controle e sofrimento provocados por culpa e depressão (SILVA; FERREIRA, 2020).

A relação com o alimento vai além da necessidade fisiológica do organismo, ela está associada aos aspectos psicoemocionais de um determinado momento, podendo refletir em sensação prazerosa, determinada como fome emocional. Entretanto essa relação também pode desencadear sentimentos negativos de insegurança e culpa, refletindo na dificuldade de aceitação do próprio corpo. Ambos os efeitos implicam em comorbidades graves de saúde que podem ser intensificados durante a quarentena.

O TA pode gerar complicações clínicas decorrentes da desnutrição e dos comportamentos purgativos, tais como anemia, alterações endócrinas, osteoporose e alterações hidroeletrolíticas (especialmente hipocalemia (baixo nível de potássio), que pode levar a arritmia cardíaca e morte súbita) (GONTIJO; PAULA; WEFFORT, 2011).

O TCAP é um fator pré-disposto ao sobrepeso e a obesidade (excesso de gordura corporal em relação à massa magra), comorbidade crônica que acarreta prejuízos em alterações metabólicas, dificuldades respiratórias e do aparelho locomotor. Além de se constituir enquanto fator de risco para enfermidades como dislipidemias, doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo II e alguns tipos de câncer (WANDERLEY; FERREIRA, 2010).

O comportamento sedentário decorrido pela quarentena além de auxiliar ganho de gordura corporal também afeta direta e negativamente aspectos psicoemocionais, uma vez que a inatividade física tem um papel mediador na associação entre sintomas depressivos e ansiedade. A prática

regular de atividades físicas é reconhecida como estratégia não farmacológica para o tratamento e prevenção de diversas doenças, sejam elas de caráter metabólico, físico e/ou psicológico (RAIOL, 2020).

O impacto à saúde mental é pelo menos igualmente devastador, compreendendo diminuição da autoestima, da autoimagem, do bem-estar e da sociabilidade, aumento de ansiedade, de estresse e de depressão, como também dos riscos para os males de Alzheimer e de Parkinson, de acordo com estudos mais recentes, e até prejuízo à cognição (OLIVEIRA et al., 2015. p. 128).

Os hormônios liberados durante a prática de atividades físicas minimizam esse efeito por possuírem o poder de melhora do humor, fator psicológico de alívio ao estado de depressão e ansiedade. Endorfina é responsável por diversas alterações psicofisiológicas, que vão desde o controle da dor até a sensação de bem estar proporcionada pela prática da atividade física (CRUZ; FILHO; HAKAMADA, 2013).

O estresse e a ansiedade acumulados no confinamento podem também conduzir a um aumento do consumo de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras drogas na procura pela sensação momentânea de prazer, efeito agradável ou conforto liberado pela dopamina durante o consumo, no entanto, em longo prazo, o uso ou abuso pode contribuir para deterioração da saúde física e mental.

As drogas têm uma funcionalidade –ou intencionalidade– em seu consumo que nos permite entender para que seja utilizada em situações contextualmente estressantes e / ou de isolamento social. O consumo de drogas então, atuando como instrumento hedonístico, facilitará a reconexão com o gozo ao estabelecer uma barreira química contra a dor ou estados desagradáveis. Portanto, o uso de drogas nestes cenários de angústia, ansiedade, medo e incerteza irrompem como solução-útil, mas parcial e frágil– para contextos estressantes como uma automedicação do sujeito que lhe permite enfrentar os estados emocionais negativos (ROJAS-JARA, 2020. p.26).

Desta forma, situações de estresse contextual acometida pelo isolamento social, confinamento, medo de contágio e aspectos psicoemocionais enfrentados podem gerar sequelas que parecem poder ser tratadas ou amenizadas pela utilização constante de substancias químicas

alucinógena, alcançando uma funcionalidade adaptativa em face de um contexto angustiante forçado principalmente aos jovens.

Em solução preventiva a OMS recomenda manter-se afastado de álcool, drogas e medicações (esta apenas por uso médico recomendado) para evitar o agravamento de risco à saúde diante da pandemia.

4. As compilações do tempo ócio e mídias sociais

Dentre as recomendações feitas também se encontram a manutenção do contato social on-line com amigos e familiares, práticas exercícios domiciliares atenuados a alimentação saudável, técnicas de relaxamento e inteligência emocional.

Nesse período a internet foi ponto crucial para continuar o desenvolvimento global e econômico. Milhares de pessoas mudaram suas técnicas de trabalho para o *home Office* e utilizam a internet para aprimorar suas funções, e intensificar seu aprendizado. Através dos espaços propiciados nas mídias digitais e sua inserção no âmbito do cuidado em saúde, intensifica-se o diálogo, aperfeiçoa-se o tempo, promove-se o deslocamento subjetivo e realiza-se a circulação de saberes, poderes e afetos (ANDRADE et al., 2020).

O mesmo uso da internet seria propicio aos mais jovens para que possam avançar em seu cotidiano, mas compreendemos que ao terem seus espaços sociais furtados os adolescentes buscam estar em rede, na maioria das vezes, com o intuito de constituir amizades e realizarem trocas com outros jovens. Percebe-se um maior engajamento nas mídias sociais do que em avanços escolares.

Essa sinalização pode não ser entendida como algo bom, infelizmente as mídias sociais têm demonstrado ser um espaço "adoecedor". A concentração na imagem perfeita na internet provoca mais aspectos psicoemocionais negativos que positivos, sobretudo em adolescentes. A busca e demonstração de uma vida perfeita sem problemas acometem sintomas de ansiedade e depressão em outros que se sentem prejudicados pela "falta de privilégios".

Os conflitos com as mídias sociais já vem em crescimento nos últimos anos e inúmeros são os debates para contorno da situação. Entretanto durante o confinamento aumentou o tempo ócio dos adoles-

centes que perderam suas rotinas sociais e escolares, dedicando-se mais tempo em frente às telas, aumentando significativamente a chance de insatisfação pessoal. O período de ócio tem influência direta na autoimagem e no autoconceito, visto que este período é entendido como um momento de maior liberdade para satisfazer desejos e necessidades pessoais que foram frustradas no cotidiano (ANDRADE et al., 2020).

A OMS têm se atentado a esta questão e recomendado aos governos a atenção e cuidado em relação às mídias sociais. Em resposta, as próprias já adotaram medidas na tentativa de diminuir as aflições provocadas por seu conteúdo. Na realidade as mídias sociais não são um problema, é vista como fonte de entretenimento, porém seu uso abusivo pode desencadear aspectos psicoemocionais negativos e danosos, agravando todos os demais problemas expostos nesse estudo.

Metodologia

Este estudo se apropriou em uma metodologia qualitativa associada a uma fundamentação teórica para explanar as questões por ele levantadas. Entende-se a metodologia qualitativa quando há uso direto de participantes humano, no nosso caso como população amostral de um grupo abrangente de estudantes brasileiros, independentes de nivelamento acadêmico.

Este estudo foi fundamentado em um levantamento de dados empíricos por meio de questionários disponibilizados na plataforma *Google forms* e divulgados virtualmente por mídias sociais.

Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem utilizá-lo para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro. A plataforma disponibiliza os dados por meio de gráficos estatísticos e descritivos.

O questionário compunha um total de 25 perguntas, 3 de cunho pessoal (nome, endereço e instituição de ensino), 22 alternativas (sim e não - figura 1). As perguntas de cunho pessoal terão respostas restritas a este artigo pela manutenção do anonimato dos participantes. As perguntas alternativas serão apresentadas em uma tabela com os dados percentuais e gráficos.

Resultados e discussões

Os questionários foram respondidos voluntariamente por 158 estudantes de diversas regiões do País em diferentes estágios acadêmicos (Fundamental II, ensino médio).

Tabela de dados percentuais (%) obtidos no *Google forms*.

		SIM	NÃO
1	Você considera sua vida modificada na pandemia?	88,00	12,00
2	Você considera as medidas de prevenção tomadas importantes?	97,50	2,30
3	Você acha que a escola serve apenas para estudar?	12,70	87,30
4	Você acha que a aprendizagem só pode ocorrer na escola?	19,00	81,00
5	Enquanto atividades escolares você tem acompanhado?	84,20	15,80
6	Você acha que é possível aprender pelo ensino remoto?	57,00	43,00
7	Você considera a escola importante para suas relações interpessoais?	88,00	12,00
8	Você sentiu falta de ser ouvido nesse período?	51,90	48,10
9	Durante esse período você se sentiu solitário?	52,50	47,50
10	Você acredita que as relações pessoais foram prejudicadas pelo isolamento social?	79,10	20,90
11	Durante esse período você sentiu dificuldade para dormir?	47,50	52,50
12	Durante esse período você sentiu sono a mais que o normal?	49,40	50,60
13	Você está tendo dificuldades para estabelecer uma rotina?	58,90	41,10
14	Em algum momento você sentiu compulsão por comer muito e fora de horários?	49,40	50,60
15	Em algum momento você sentiu a necessidade de anular sentimentos por meio de álcool?	7,60	92,40
16	Em algum momento você sentiu a necessidade de anular sentimentos por meio de drogas?	3,80	96,20
17	Em algum momento você sentiu a necessidade de anular sentimentos por meio sexuais?	5,70	94,30
18	Em algum momento você sentiu a necessidade de anular sentimentos por meio de automutilação (machucar-se)?	14,60	85,40

Figura 1: percentuais de dados obtidos nos questionários via plataforma Google forms.

A partir dos dados obtidos na tabela pudemos verificar que a maioria da população amostral entende o processo pandêmico e as medidas atribuídas a ela como preventivas a vida e a saúde (pergunta 1-2), no entanto o compreende também como uma interrupção de suas relações sociais, atribuídas em maior escala na escola (pergunta 3-7-10).

Por ser onde desenvolve a maioria de suas atividades diárias, grande parte da vida social está atribuída à escola; sem suas atividades em funcionamento essa relação social é quebrada, havendo um impacto além do isolamento. Os laços afetivos e os próprios conflitos ofertados favorecem para um amadurecimento psicoemocional entendido como fundamental para formação do sujeito enquanto cidadão, ou seja, o isolamento social interrompe o próprio fluxo de desenvolvimento natural que consiste a adolescência.

A análise nos leva a observar que em sua grande maioria, 81% dos adolescentes tem consciência de que a aprendizagem pode ocorrer fora dos muros escolares e de diversas formas, inclusive a apresentada no contexto mundial, on-line. Ele compreende a internet como uso de ferramenta para aquisição do conhecimento, e faz uso dela para acompanhar as atividades desenvolvidas por suas instituições escolares, embora 43% destes, não acreditam estar aprendendo pelos métodos desenvolvidos em suas instituições (pergunta 4-5-6). Esse fator é facilmente explicado quando se atribui ao jovem a dificuldade em procurar seus próprios meios de aprendizagem, é necessário o despertar da curiosidade e a orientação para que ele se sinta motivado a formar conhecimento.

Trancados em casa e sem o contato com colegas, professores e outras atividades determinadas como lúdicas, o adolescente não se interessa em aprender coisas novas e pode tratar as atividades escolares desenvolvidas apenas como processo mecânico ou meio de distração. Isso nos leva a crer no aumento da ociosidade por esse público, sem engajamento tem suas mentes privadas de novos conhecimentos e rodeadas por informações superficiais disponibilizadas principalmente em mídias sócias.

A maior disponibilidade de tempo aumentou os acessos a essas mídias sociais, assim como os problemas ocasionados por elas. Parece controverso ao afirmarmos que as mídias sociais usadas para aproximar pessoas, causa afastamento entre as mesmas. Quanto mais tempo de-

dicado a elas, mais solitário o adolescente se sente, retraído, ansioso e desmerecido dos prazeres e privilégios atenuados por outros.

Mais da metade da população amostral encontra-se nesse estado (pergunta 9) em meados da pandemia. Os dados indicam a probabilidade de seu crescimento. Esse fator é altamente relevante, pois tememos as consequências psicológicas cruciais que podem ser desenvolvidas pelos adolescentes até o fim da pandemia.

Já discutidos nesse artigo sentimentos como a solidão podem desencadear aspectos psicoemocionais negativos como ansiedade, estresse e depressão ou até mesmo indicativos de sua aproximação ou conflitos internos. Comportamentos como sono demasiado, insônia, compulsão alimentar, falta de rotina servem como alerta para esses conflitos. Aproximadamente 50% da nossa amostra apresentam esses indicativos. Acreditamos ser o momento certo para agir e evitar maiores complicações.

Os impactos estão relacionados ao aumento nos níveis de estresse e ansiedade que provocam transtornos alimentares e podem instigar comportamento associativo ao alívio momentâneo desse conflito emocional. A procura por drogas, medicamentos, álcool, sexo ou violência autoinfligida são medidas "paliativas" procuradas por adolescentes que podem desencadear comorbidades e repercussões negativas na saúde mental.

Ainda que os números pareçam pequenos, não são irrelevantes (pergunta 15-16-17-18). O ideal é que se quer aparecessem, mas notamos um incidente aumento, sobretudo na necessidade de automutilação. Esses comportamentos colocam os jovens a uma suscetível vulnerabilidade, por desencadear um processo de superação, muitos encaram como desafio crescente a cada ação ou sentem a necessidade de ampliar esta ação por não ser mais satisfatória.

Os estudos mostram que nesse estágio há necessidade de acompanhamento profissional, pois apenas a dedicação dos pais já não é suficiente para lidar com os problemas psicoemocionais desenvolvidos por esses. O comportamento autolesivo pode ser interpretado como desespero interno e pedido de socorro. O indivíduo já não é mais responsável por suas ações, que se tornaram parte de si. É importante o tratamento para evitar o maior grau: as ideações suicidas ou o próprio consumo do ato.

Os conflitos emocionais que os adolescentes carregam não podem passar despercebidos nesse período. As transformações hormonais, indagações e insatisfações estão mais constantes nesse período. É preciso observar as variações de humor e comportamentos estranhos apresentados por eles e tentar conversar e se aproximar de sua intimidade. Muitos jovens não se sentem ouvidos ou percebidos pelos seus familiares durante esse período (pergunta 8) e necessitam de alguma forma para expressar seus sentimentos e conflitos internos. A observação e acompanhamento são tão importantes quanto o desenvolvimento de atividades sociais, físicas e emocionais para superação dessa fase e evitar que o conflito interno se converta em ações nocivas externas.

O isolamento social agravou consideravelmente os conflitos internos vividos por adolescentes. Muitos estudantes queixaram-se nesse estudo de sofrerem por angustia, tristeza, baixa estima, solidão, abandono ou sentimentos inexplicáveis (figura 2). Esses sintomas nos são relevantes por serem indicativos de crises de ansiedade ou depressão. Cerca de 59% dos estudantes afirmam a pandemia como fator principal para motivação desse sintoma (figura 3).

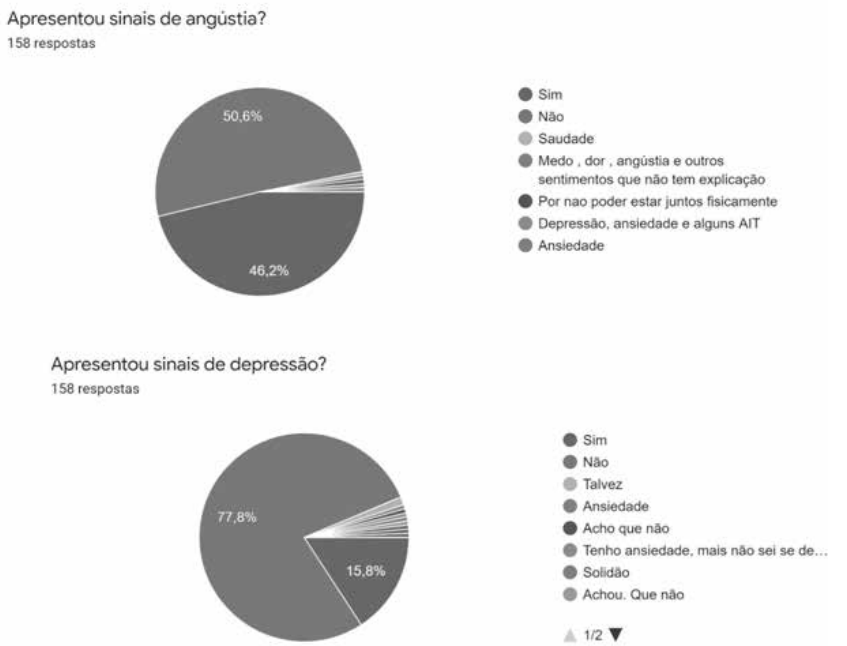


Figura 2: percentual gráfico de sinais de angústia e depressão.

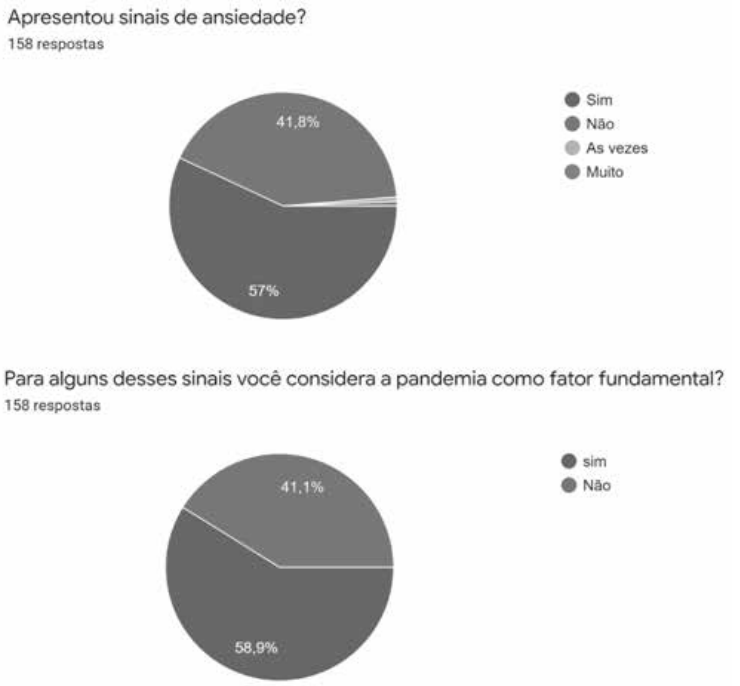


Figura 3: gráfico percentual de sinais de ansiedade e fator motivacional.

A ansiedade aparentou está mais presente durante esse processo. Cerca de 57% dos estudantes afirmam está sofrendo com esse mal. A ansiedade apesar de ser um sentimento natural do ser humano ela pode ser facilmente agravada em determinadas situações, provocando pânico e medo constante. As crises de ansiedade, assim conhecidas, são correspondentes para sintomas identificados para uma possível depressão.

A depressão é conhecida como a doença do século, e infelizmente já alcançou os mais jovens. Provoca humor deprimido, tristeza e perda de interesse em atividades básicas e até mesmo a vida. Acarreta uma série de complicações psicoemocionais e uma saúde mental defasada. A depressão precisa ser tratada com especialistas, tempo e medicações. Um total de 22,2 % dos participantes da pesquisa sentem sinais depressivos durante o isolamento social. Destes 15, 8% afirmam ter certeza da depressão. O número é bastante relevante quando se analisa o público: em média 26 estudantes de um total de 158.

A nós é perturbador a ideia de que jovens adolescentes ao invés de estarem cumprindo seu desenvolvimento natural, sejam submetidos a perca de afetividade pela vida, quando esta está apenas se iniciando. Parece-nos ainda mais perturbador imaginar que tal situação pode ser fruto da negligência de governos e órgãos de atenção à saúde por não propiciarem a atenção necessária para o enfrentamento da pandemia para os jovens. Conscientes da suscetibilidade acarretada por eles de natureza própria e pelos meios digitais oferecidos, que demanda toda e qualquer tipo de informação que cooperam para aspectos psicoemocionais negativos ao seu público.

Conclusão

Os Fatores psicoemocionais parecem estar em uma linha crescente durante o cenário pandêmico. Afetando diretamente adolescentes que tiveram suas vidas interrompidas e relações sociais furtadas pelas medidas preventivas implantadas pelo governo.

Os sintomas apresentados pelos estudantes são preocupantes na analise de saúde publica, podem acarretar graves comorbidades e doenças mentais. Os fatores mais preocupantes se associam aos transtornos alimentares, comportamentos de autolesão, ideação suicida e depressão. Doenças que acometem o século e possuem difícil tratamento.

Ao analisar a vulnerabilidade do jovem é exigido um cuidado maior, pois entendemos que a fase em que se encontra, possuidora de mudanças hormonais, psicológicas, biológicas e emocionais não permitem a este um cuidado próprio necessário no cenário pandêmico.

Infelizmente sabemos que as condições sociais históricas do nosso país coadunam para que esses jovens tenham uma menor infraestrutura familiar e por consequência uma maior fragilidade e suscetibilidade a esses fatores. Entendemos que a OMS e alguns governos tem se preocupado com a questão, mas incitamos a insuficiência diante dos dados apresentados e a probabilidade de seu crescimento ao delongar da quarentena.

Esperamos que as autoridades responsáveis pelo bem-estar das crianças e adolescentes estejam mais operantes, que planos de emer-

gência que abrangem serviços de cuidados alternativos sejam desenvolvidos pelas autoridades competentes. E que a própria sociedade esclareça e se dedique ao comprometimento com a saúde destes, prestando serviços e desenvolvendo planos de ação ao combate pela informação desenfreada nas mídias sociais, o uso abusivo da internet e o ócio domiciliar.

Que sejam levadas em considerações as atividades físicas necessárias aos jovens que devem acontecer, ainda que de forma preventiva e domiciliar, pois sabemos de sua eficácia na saúde juvenil e combate a todos esses fatores. Assim como eventos sociais (mesmo on-line) voltados para esse público, que atinjam seus interesses e os faça relembrar os prazeres de sua vida e enfatize que a pandemia é só uma fase, logo vai passar.

Por fim delegamos aos pais e familiares que se atentem aos seus, abram dialogo, escutem, prestem atenção e acompanhem. Você é a peça fundamental para evitar o agravamento destes fatores.

Referências

ANDRADE, L. B. DA S. et al. A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infantojuvenil, diante da pandemia por Covid-19. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 1, n. 2, p. 44–61, 9 maio 2020.

ARAÚJO, J. F. et al. O corpo na dor: automutilação, masoquismo e pulsão. **Estilos da Clinica**, v. 21, n. 2, p. 497–515, 2016.

CAMPOS, P. R. et al. **Diversidades e vivências juvenis: experiências e narrativas sobre gêneros e diversidade sexual no contexto escolar**. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/handle/prefix/1345>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CARMO, C. C. DO; PEREIRA, P. M. DE L.; CÂNDIDO, A. P. C. Transtornos Alimentares: uma revisão dos aspectos etiológicos e das principais complicações clínicas. **HU Revista, Juiz de Fora**, v. 40, n. 3 e 4, p. 9, 2014.

CRUZ, J.; FILHO, P.; HAKAMADA, E. Benefícios da endorfina através da atividade física no combate a depressão e ansiedade. **Revista Digital de Buenos Aires**, n. 179, 2013.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. The intensive use of the internet by children and adolescents in the context of COVID-19 and the risks for self-inflicted violence. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, p. 2479–2486, 2020.

GONTIJO, L. M.; PAULA, G. F. DE; WEFFORT, V. R. S. Distúrbios alimentares na infância e adolescência. v. 21, p. 103–106, 2011.

JÚNIOR, P. G. F.; PAIANO, R.; COSTA, A. DOS S. **Isolamento social: consequências físicas e mentais da inatividade física em crianças e adolescentes | Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14263>. Acesso em: 23 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. et al. COVID-19: Comportamentos alimentares e outros estilos de vida saudáveis em tempo de isolamento social. **Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19)**, v. 2019, n. April, p. 1–18, 2020.

OLIVEIRA, N. et al. Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental Editorial Bolina. n. February, 2015.

PESSOA, D. M. DE S. et al. NURSING ASSISTANCE IN PRIMARY HEALTH CARE FOR ADOLESCENTS WITH SUICIDAL IDEATIONS. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, 2020.

RAIOL, R. A. Praticar exercícios físicos é fundamental para a saúde física e mental durante a Pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 2804–2813, 2020.

REZENDE-CAMPOS, P.; CAVALCANTI, V. R. S.; DANTAS, M. C. **DSpace UCSAL: Diversidades e vivências juvenis: experiências e narrativas sobre gêneros e diversidade se-**

xual no contexto escolar. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1345>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ROJAS-JARA, C. Cuarentena, aislamiento forzado y uso de drogas. **Cuadernos de Neuropsicología**, v. 14, n. 1, p. 24–28, 2020.

SILVA, A. C.; BOTTI, N. C. L. Comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital: Revisão integrativa da literatura. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 18, 2017.

SILVA, E. G. DA; FERREIRA, S. T. DE O. **Entendendo a Compulsão Alimentar Entendendo a Compulsão Alimentar**. [s.l: s.n.].

VIEIRA, M. G.; PIRES, M. H. R.; PIRES, O. C. Automutilação: intensidade dolorosa, fatores desencadeantes e gratificantes. **Revista Dor**, v. 17, p. 257–260, 2016.

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. **Obesity: A plural perspectiveCiencia e Saude Coletiva**, 2010.

POR QUE É DIFÍCIL ENSINAR UMA DISCIPLINA DA ÁREA DE EXATAS: UMA VISÃO BASEADA NA PROVA BRASIL

Nieldy Miguel da Silva[53]

Introdução

Quando falamos em Física, Química e Matemática o que vem à cabeça dos alunos? Provavelmente que é difícil, tem muitas fórmulas e o ensino é transmitido de forma puramente tradicional. Em parte, não deixa de ser verdade, mas há outros fatores que precisam ser levados em consideração, e um deles é a base que o aluno tem, formada no ensino fundamental.

É no ensino fundamental que os alunos são apresentados ao novo mundo, o mundo das Ciências. Especialmente no 9° ano, são iniciados os estudos de física e química, que, juntamente com a matemática formam as ciências exatas. O estudo destas ciências permite compreender fenômenos da natureza, explicar avanços tecnológicos e explorar informações científicas presentes no dia a dia. O despertar do aluno para o estudas das ciências exatas favorecerá a construção e ampliação à novos conhecimentos. Estudar Ciências permite ao aluno desenvolver sua autonomia e exercer sua cidadania ao compreender e conversar sobre os fenômenos que ocorrem à sua volta. Nesta perspectiva, a Ciência busca alfabetizar cientificamente o aluno.

53 Licenciada em Física pela UFPE; Mestre em Ciências pela UFRRJ; Docente do IFPE.

A resistência que muitos alunos apresentam ao estudas ciências exatas pode ser percebida em seus discursos de dificuldades com estas disciplinas. É comum alunos dizerem que são disciplinas difíceis e que não gostam das mesmas. Bonadiman e Nonenmacher (2007) e Rodrigues et al (2008) defendem que o ensino de Ciências deve passar pelo gosto em estudá-la. Os autores afirmam que é necessário gostar de estudar algo para dar significado ao que está se estudando e em consequência atingir melhores notas.

Fazer com os alunos participem das aulas é um desafio enfrentado por diversos professores. Autores apontam a motivação e engajamento como pressupostos para um ensino atrativo para o aluno. Gouveia (2009), Julio, Vaz e Fagundes (2011) e Sasseron e Duschl (2016) afirmam que engajar os alunos ainda é a maneira mais eficaz de fazê-los participar das discussões em sala de aula. Alunos desmotivados não participam das atividades propostas, não interagem, não se apropriam dos conteúdos e consequentemente não obtêm bons resultados.

O objetivo deste trabalho é analisar alguns dados da Prova Brasil que justificam a postura dos alunos de ensino médio ao afirmarem que as ciências exatas são difíceis. Para isso será apresentado o papel das Ciência no ensino fundamental, e que dizem alguns documentos norteadores sobre seu ensino. Serão apresentadas questões sobre atratividade no ensino de Ciências e como isto se reflete na motivação e engajamento estudantil.

A última parte do trabalho, apresentará as considerações finais, ou seja, algumas das causas da rejeição às exatas, que puderam ser concluídas a partir do estudo realizado. Também serão apontas algumas alternativas que podem ser realizadas, para que se tenha um propósito de mudança no atual contexto desfavorável à aprendizagem das exatas.

1. O ensino de Ciências no Ensino Fundamental

É no ensino fundamental que os alunos tem os primeiros contatos com as ciências exatas. A física e química são introduzidas no 9° ano, última série do ensino fundamental e precisam ser apresentadas de forma a contribuir na formação de uma base sólida para o que virá depois: o ensino médio.

Os professores de Ciências tem a oportunidade de serem os primeiros a apresentar um "mundo novo" aos alunos, onde, o surgimento de uma ideia amplia a visão deles e os ajuda a enxergar mais longe. O ensino de Ciências pode encorajar o aluno a construir seus primeiros significados sobre o mundo, ampliar seus conhecimentos e visão sobre a cultura, sociedade e tecnologia.

Segundo Viecheneski e Carletto (2011), o que se espera do ensino de Ciências é a contribuição para que o aluno adquira conhecimentos científicos que o tornem capazes de interpretar, refletir e tomar decisões essenciais para o exercícios da cidadania. Conduzir os alunos a este mundo novo é um grande desafio mas também uma oportunidade que traz junto uma grande responsabilidade.

Documentos norteadores das práticas educacionais auxiliam o professor e trazem um direcionamento sobre o que deve se esperar daquilo que se ensina no ensino fundamental, tais documentos sinalizam qual o papel do Ensino de Ciências.

De acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Ciências devem ser apresentadas como suporte para compreensão do mundo e isto se objetiva no ensino fundamental. O que o aluno aprende o ajuda a interpretar fenômenos da natureza, intervindo na sociedade em que vive de forma a compreender as coisas que acontecem a sua volta. "O estudante não é só cidadão do futuro, mas já é cidadão hoje, e, nesse sentido, conhecer Ciência é ampliar a sua possibilidade presente de participação social e desenvolvimento mental, para assim viabilizar sua capacidade plena de exercício da cidadania" (BRASIL, 1998, p.23).

Os questionamentos sobre o que deve ser ensinado em Ciências permeia a ideia de alfabetização científica, que é entendida como o estreitamento da relação ciência-tecnologia-sociedade, com intenção de formar cidadãos alfabetizados cientificamente. Para Chassot (2003), ocorrerá alfabetização científica quando o que é ensinado pela Ciência

> contribuir para a compreensão de conhecimentos, procedimentos e valores que permitam aos estudantes tomar decisões e perceber tanto as muitas utilidades da ciência e suas aplicações na melhora da qualidade de vida, quanto as limitações e consequências negativas de seu desenvolvimento (p. 99).

As muitas aplicações das Ciências e suas contribuições são um excelente ponto de partida para o ensino. O que se busca no Ensino de Ciências no ensino fundamental é apresentar o mundo científico de maneira leve, de forma que o aluno entre no novo mundo, por exemplo, através de situações do cotidiano. Essa iniciação, com o tempo, desenvolverá no aluno uma conduta reflexiva e investigativa, capaz de questionar as explicações dadas por amostras científicas.

Em situações do dia a dia, é comum os meios de comunicação propagarem informações científicas. Entender minimamente a linguagem utilizada com o intuito de interpretar e avaliar as informações é bastante útil para participar e se posicionar diante das divulgações científicas.

Compreender os benefícios e malefícios trazidos pelos avanços tecnológicos permitirá ao aluno-cidadão tomar decisões, promovendo articulação e dando significado ao que está à volta dele. É uma questão que vai além do saber científico. É contribuir, efetivamente, para que o indivíduo compreenda o mundo.

2. Atratividade no ensino e engajamento estudantil

Há duas maneiras nas quais se vê necessidade de aprender algo: ou esse aprendizado é útil para quem o aprende ou consiste em um processo de aprendizagem prazeroso. No caso do Ensino de Ciências, especialmente as ciências exatas, a utilidade está associada ao entendimento do mundo à nossa volta, falta tornar seu ensino agradável.

O estudo por prazer contribui efetivamente para aprender determinado conteúdo. O professor é peça fundamental apara que isso ocorra. Muito do que poderia ser feito para contribuir no processo de gostar e aprender ciências perpassa pela forma como as aulas são guiadas. A maneira como o conteúdo é apresentado tem influência neste gostar. Deseja-se que os alunos gostem mais das ciências exatas e desta forma, aumentem seu aprendizado.

A relação do gostar e aprender está associada com a percepção que o aluno tem da importância daquele estudo para sua vida e sua formação. Desta forma consegue-se dar resposta à pergunta frequentemente feita: onde vou usar isso, professor? Se o ensino das ciências não

responder perguntas com esta, o aluno não se sentirá motivado e irá encarar seu estudo como uma obrigação.

Para Bonadiman e Nonenmacher (2007), o aluno realizará minimamente as atividades para ser aprovado, mas não aproveitará o que as Ciências podem oferecer. A importância das ciências exatas "estudada na escola estaria se restringindo a atender apenas a uns poucos e isolados momentos da sua vida, algumas horas de concurso. Na maioria das vezes, nem a isso atende" (p. 199).

É comum ver alunos que estudam o suficiente para passar nas provas e que tempos depois, esquecem completamente o que estudou. A ausência de significado daquilo para sua vida e a maneira desinteressante como a Ciência se apresenta, fazem de seu ensino apenas um obstáculo a ser superado.

A oferta de aulas mais proativas contribuem para a aprendizagem e motivação dos alunos. Para Souza (2007) "a utilização de vários materiais que auxiliem a desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, facilita a relação professor – aluno – conhecimento (p.110). Não está se falando sobre utilizar em toda aula, materiais diversos mas, que a possibilidade de trazer ao menos um item novo, seja matéria de jornal, experimento, situação do cotidiano, esteja presente na prática do professor de ciências exatas.

O cuidado em trazer materiais diversos no ensino das ciências, colabora "no intuito de tornar os conteúdos apresentados pelo professor mais contextualizados, propiciando aos alunos a ampliação de conhecimentos já existentes ou a construção de novos conhecimentos" (NICOLA e PANIZ, 2016, p.5).

A contextualização é fundamental para dar o significado àquilo que está sendo ensinado, ela mostra ao aluno o motivo de estudar determinado conteúdo, dando relevância ao seu ensino. O aprendizado construído neste processo amplia os conhecimentos existentes e constrói novos conhecimentos, formando assim a base da alfabetização científica. É isso que se busca ao ensinar ciências exatas.

Embora se saiba a maneira e o que deve ser ensinado nas ciências exatas para que o aluno construa a base de sua alfabetização científica, isso não é visto com frequência. Desta forma, o ensino

das exatas ainda é desinteressante. O estudante ao não se sentir motivado para estudar determinado conteúdo, não se engajará. O professor das ciências exatas deve viabilizar situações que promovam o engajamento se seus alunos.

O engajamento escolar pode ser definido como a relação que se estabelece entre o aluno e uma atividade escolar (JULIO, VAZ, e FAGUNDES, 2011) e a proporção da motivação dos alunos a aprender e a ter uma performance adequada na escola (GOUVEIA, 2009).

Segundo os argumentos de Sasseron e Duschl (2016) os meios nos quais os alunos podem se engajar nas situações de ensino, podem ocorrer de maneiras diversas. Os autores afirmam que o engajamento pode ser percebido nos discursos de atuação e resolução de problemas. A criação de atividades que promovam o compromisso do aluno de forma a motivá-los e engajá-los, pode e deve ser utilizada.

Por meio de projetos o professor das ciências exatas pode usar tecnologias, metodologias diferenciadas e qualquer outra ferramenta que promova o engajamento de seus alunos. Especialmente o engajamento disciplinar consiste na capacidade do aluno percorrer o caminho do discurso escolar para o discurso científico, ao cumprir certa atividade. Busca-se, ao ensinar Ciências, essa transição.

O professor de Ciências deve se utilizar de situações que promovam aprendizado significativo para que seus alunos possam transpor os ensinamentos vistos na escola para situações de entendimento de explicações científicas dos fenômenos.

A promoção da motivação e engajamento perpassa pela atenção com o que será ensinado, bem como a forma como serão ensinadas as ciências exatas. É bem provável que surja um cenário de estudantes motivados e assim, de situações exitosas – quando os alunos demonstram interesse em determinado conteúdo ou situação de aprendizagem. Tais situações tornarão os alunos mais confiantes e capazes de enfrentar novas situações que se transformarão em base para conhecimentos mais complexos, dando assim o verdadeiro significado que o ensino de ciências no ensino fundamental se propõe: desenvolver a alfabetização científica ao apresentar um mundo novo aos alunos, preparando-o para o ensino médio.

3. Prova Brasil

Na tentativa de entender porque a maioria dos alunos, ao serem perguntados sobre o ensino de física, química e matemática, respondem de maneira aversiva, serão vistos dados da Prova Brasil. Ela aponta o tipo de aprendizagem que alunos das etapas finais do ensino fundamental apresentam e português e matemática, bases para o entendimento das ciências exatas.

A Prova Brasil consiste em avaliações diagnósticas, aplicadas nas escolas públicas com objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Desde 2005, quando foi criada, a Prova Brasil define o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) por escola, por município, por estado e nacional (BRASIL, 2008). A Prova Brasil é desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que realiza levantamentos educacionais e estatísticos em etapas da educação básica.

A partir de 2019 a Prova Brasil juntamente com todas as avaliações externas foram renomeadas. Todas as avaliações foram identificadas como Saeb (Sistema de avaliação da educação básica). A cada dois anos são aplicados testes padronizados em matemática e língua portuguesa e questionários socioeconômicos. Com as informações coletadas nos questionários são definidas ações voltadas à melhoria da qualidade da educação no Brasil e redução das desigualdades existentes (BRASIL, 2008).

Para dar dimensão aos problemas da educação básica, formulando, implementando e avaliando as políticas públicas educacionais, a Prova Brasil se torna um importante instrumento que direciona à formação de escolas de qualidade. No tocante ao trabalho do professor, este pode se utilizar dos dados divulgados dos resultados da aplicação da prova para repensar sua práxis e o processo pelo qual seus alunos adquirem conhecimentos.

Participam da Prova Brasil escolas urbanas e rurais que tenham pelo menos 20 alunos matriculados nas séries avaliadas. Respondem a prova alunos dos ciclos finais do ensino fundamental, 5° e 9° ano. Os resultados da aplicação das avaliações são divulgados no ano seguinte à aplicação. A última edição da Prova Brasil ocorreu em 2019, já então, Saeb. A divulgação do resultado deveria ocorrer em meados de 2020,

mas, devido ao momento pandêmico vivido, isto não aconteceu. A data para a divulgação da última avaliação está prevista para o segundo semestre de 2020. Este trabalho apresenta os dados da ainda então Prova Brasil 2017.

3.1 Os resultados da Prova Brasil

A Prova Brasil avalia o aprendizado efetivado ao longo da trajetória escolar do aluno. Desta forma, são avaliadas habilidades aos anos anteriores à serie em que está matriculado. O conjuntos destas habilidades são traduzidos em competências. No caso da língua portuguesa, tem-se a competência de leitura e interpretação de textos e no casos de matemática, a competência de resolução de problemas. As provas são resolvidas individualmente mas o resultado se dá por escola, assim, não é possível saber a nota individual dos alunos.

Para ter competência, em português, o aluno precisa ser capaz de compreender e participar de uma conversa e de produzir texto escritos nos diversos gêneros (BRASIL, 2008). As habilidades avaliadas pela Prova Brasil, em língua portuguesa, permeiam as ideias de localizar, inferir, identificar, distinguir, interpretar e reconhecer.

Os resultados divulgados são calculados como sendo a médias dos resultados dos alunos que responderam a prova naquela escola/cidade ou estado, de acordo com a escala Saeb. A escala mostra a partir de que pontuação o aluno demonstra dominar a competência avaliada. A nota obtidas varia numa escala de 0 a 500, separados em quatro níveis de proficiência.

De acordo com os níveis de proficiência avançado, proficiente, básico e insuficiente, o aluno terá domínio da competência avaliada se alcançar os níveis proficiente ou avançado. O nível insuficiente é aquele que em não ocorreu quase nenhum aprendizado; nível básico ocorreu pouco aprendizado; proficiente significa que o aprendizado foi suficiente, atingiu o esperado; nível avançado é aquele onde os alunos estão além das expectativas.

A seguir apresenta-se uma tabela com os pontos na escala Saeb e os níveis que demonstram competência adquirida ou não.

Níveis	Língua Portuguesa 5° ano	Língua Portuguesa 9° ano	Matemática 5°ano	Matemática 9°ano
Insuficiente	0 a 149 pontos	0 a 199 pontos	0 a 174 pontos	0 a 224 pontos
Básico	150 a 199 pontos	200 a 274 pontos	175 a 224 pontos	225 a 299 pontos
Proficiente	200 a 249 pontos	275 a 324 pontos	225 a 274 pontos	300 a 349 pontos
Avançado	Igual ou maior que 250 pontos	Igual ou maior que 325 pontos	Igual ou maior que 275 pontos	Igual ou maior que 350 pontos

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2012). Tabela 1: Pontos na escala Saeb e respectivos níveis de proficiência em língua portuguesa e matemática.

É possível observar na tabela 1 que no caso de língua portuguesa para turmas de 5° e 9° ano, os valores para aprendizado adequado são, no mínimo, 200 e 275 pontos, respectivamente. Para matemática estes valores são ligeiramente maiores, 225 e 300 pontos para as mesmas séries.

A seguir, tem-se a tabela relativa aos percentuais dos níveis de proficiências para o componente curricular língua portuguesa para o 5° e 9° ano, no ano de 2017.

Prova Brasil – Língua portuguesa (leitura e interpretação)				
Aprendizado	5° ano		9° ano	
Adequado	Avançado	21%	Avançado	6%
	Proficiente	35%	Proficiente	28%
Não adequado	Básico	31%	Básico	50%
	Insuficiente	13%	Insuficiente	16%

Fonte: Prova Brasil 2017, Inep/MEC. Tabela 2: Percentuais dos níveis de proficiência do 5° e 9° ano do ensino fundamental no componente curricular língua portuguesa.

Sabendo que aprendizado adequado é aquele que compreende os níveis avançado e proficiente, é possível observar na tabela 2 que nas turmas de 5° ano, mais da metade dos alunos alcançaram este aprendizado, 56%. Quando comparamos com turmas do 9° ano este percentual cai para 34%. O nível básico tem um aumento expressivo de 31% no 5° ano para 50% no 9° ano.

No que diz respeito à prova de matemática da Prova Brasil, ela busca dar significado ao conhecimento matemático, propondo ao aluno desafios que ele deve resolver através de estratégias. É dito que o aluno adquiriu certa habilidade quando ele resolve um problema utilizando um conceito já construído em sua estrutura cognitiva. Assim, "o teste busca apresentar, prioritariamente, situações em que a resolução de problemas seja significativa para o aluno e mobilize seus recursos cognitivos" (BRASIL, 2008, p. 106).

As habilidades avaliadas pela Prova Brasil, em matemática, permeiam as ideias de identificar, reconhecer, resolver, interpretar, utilizar, efetuar e calcular.

A seguir é apresentada a tabela relativa aos percentuais dos níveis de proficiências para o componente curricular matemática para o 5° e 9° ano, no ano de 2017.

Prova Brasil – Matemática (Resolução de problemas)				
Aprendizado	5° ano		9° ano	
Adequado	Avançado	12%	Avançado	2%
	Proficiente	32%	Proficiente	13%
Não adequado	Básico	36%	Básico	54%
	Insuficiente	20%	Insuficiente	31%

Fonte: Prova Brasil 2017, Inep/MEC. Tabela 3: Percentuais dos níveis de proficiência do 5° e 9° ano do ensino fundamental no componente curricular matemática.

Analisando os dados da tabela 3 é possível observar que no 5° ano, 44% dos alunos apresentam aprendizado adequado, valor abaixo dos 50%, diferente do percentual de língua portuguesa para a mesma série. Ao observarmos alunos do 9° ano, no mesmo ano, o percentual de aprendizado adequado cai expressivamente para 15%, sendo que deste valor, apenas 2% dos alunos está em nível avançado. Um número tão pequeno de alunos que alcançaram a etapa de aprendizagem adequada, compromete significativamente todo componente curricular que depender de matemática, no caso da ciências exatas, física e química.

É possível que os alunos do 5° ano sejam apresentados às disciplinas de língua portuguesa e matemática de maneira lúdica ou utilizando diversas abordagens que facilite a transmissão dos conteúdos. A medida que as séries avançam, e o aluno chega no 9° ano, a maneira de trans-

missão dos conteúdos deixa de ser interessante, não há diversidade na forma como são transmitidos os assuntos e o aluno faz as atividades de forma suficiente para passar de ano. A consequência deste ensino são alunos desmotivados, sem engajamento e com baixas notas.

É esse aluno que avança para o ensino médio: apresentando 15% de aprendizado adequado em matemática e 34% em língua portuguesa. Os componentes física e química são diretamente afetados ao depender diretamente da matemática na resolução de problemas e língua portuguesa, para interpretá-los.

Quando o aluno é perguntado sobre física, química e matemática e sua resposta é que elas são difíceis, tem-se uma justificativa para tal afirmação. A não compreensão de conceitos base compromete seu entendimento, tornando assim sendo seu estudo mais difícil. Muitos professores pressupõem que os alunos entenderam tudo o que foi ensinado em anos anteriores e, como uma reação em cadeia, se o aluno não entendeu antes, provavelmente não irá entender agora.

O não entendimento de fundamentos necessários para compreender uma nova teoria, compromete todo aprendizado que dela depender. Falta à muitos alunos a base para entender o que o professor está ensinando. Falta base.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi analisar alguns dados da Prova Brasil que poderiam justificar a postura dos alunos de ensino médio ao afirmarem que as ciências exatas são difíceis. Para isso foi apontado o papel do ensino das ciências, em especial as ciências exatas, no ensino fundamental, sobre a possibilidade de apresentação do mundo científico e da alfabetização científica como fundamentais para compreensão do mundo e dos fenômenos do cotidiano. Foi estabelecida a relação entre motivação, engajamento e o gostar de estudar ciências exatas, possibilitando melhores projeções.

Argumentou-se o que ocorre em muitas aulas de ciências exatas, a pouca aceitação da física, química e matemática, como sendo resultado de lacunas no processo de ensino-aprendizagem. A percepção do discur-

so do aluno sobre tais componentes serem difíceis, sinaliza que ele não tem, muitas vezes, base nos conhecimentos para apreender novas teorias.

Os dados trazidos pela Prova Brasil 2017 corroboraram para a ideia da ausência de um conhecimento inicial, necessário para enfrentar desafios posteriores, neste caso, a etapa do ensino médio. As informações da Prova Brasil trouxeram um cenário onde alunos que concluem o 9° ano do ensino fundamental apresentam percentuais muito baixos de aprendizagem adequada nos componentes de matemática e língua portuguesa, 15% e 34%, respectivamente.

Entende-se este percentual como um indicativo bastante forte para explicar o discurso dos alunos no tocante às ciências exatas. Não é fácil entender um conteúdo quando não se tem a base necessária para compreendê-lo. Não entender, na maioria das vezes significa não gostar, e não gostar não estimula seu estudo.

O estudo das ciências exatas vai além do decorar fórmulas, é necessário raciocínio. Esta necessidade diz respeito a ler e interpretar uma sentença, questão, problema ou situação cotidiana. Não há como se desvencilhar disto, mas há possibilidades de tornar seu estudo mais agradável e significativo.

Entende-se que para tornar e ensino algo efetivo e com significado, precisa-se dar ao aluno condições para que ele avance. Nessa perspectiva é possível adotar algumas alternativas que farão diferença neste processo educativo. Utilizar avaliações diagnósticas para identificar o que os alunos já sabem sobre determinado conteúdos seria um ponto de partida.

Identificar o que o aluno não sabe pode fazer a diferença no processo. A Identificação de lacunas no aprendizado direciona o professor na sua prática. Saber o que o aluno não sabe, permite que o professor utilize estratégias para preencher as lacunas e assim promover uma aprendizagem significativa. O aluno que entende o assunto passa a gostar mais da matéria e consequentemente alcança melhores resultados.

O discurso das ciências exatas serem difíceis associado ao resultado da Prova Brasil, aponta a ausência de base de conhecimentos e a dificuldade em aprender tudo que virá depois. O trabalho foi até aqui. Outros estudos podem avançar neste sentido.

Fica o convite aos professores das ciências exatas, mas não só estes, identificar as lacunas de aprendizagem e preenchê-las, transformando assim o ensino das ciências exatas, em algo próximo, fundamental para a tomada de decisões e porque não, prazeroso.

Referências

BONADIMAN, Hélio. NONENMACHER, Sandra. O gostar e o aprender no ensino de física: uma proposta metodológica. In: **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v.24, n.2, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1087. Acesso em 20/08/20.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - Ciências Naturais: ensino de quinta a oitava séries, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil.** Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.23, n.22, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a09.pdf. Acesso em: 20/08/20.

FUNDAÇÃO LEMANN e MERITT (2012): **portal QEdu.org.br**. Disponível em: https://qedu.org.br/brasil/proficiencia. Acesso em: 20/08/20.

GOUVEIA, Rildésia Silva Veloso. **Engajamento escolar e depressão: um estudo correlacional com crianças e adolescentes**. Tese. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9916. Acesso em: 21/08/20.

JULIO, Josimeire. VAZ, Arnaldo. FAGUNDES, Alexandre. Atenção: alunos engajados – análise de um grupo de aprendizagem

em atividade de investigação. **Ciência & Educação**. v.17, n.1, 2011. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/410674. Acesso em: 21/08/20.

NICOLA, Jéssica Anese, PANIZ, Catiane Mazocco. A importância da utilização de diferentes recursos didáticos no ensino de ciências e biologia. In: **Revista Infor Inovação e Formação**, Unesp, v.2, n.1, 2016. Disponível em: https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/view/InFor2120167**.** Acesso em: 20/08/20.

RODRIGUES, Maria José *et al*. **Actividades experimentais no Jardim-de-Infância: projecto aprender e gostar de aprender ciências**. In: 1º Congresso Internacional em Estudos da Criança: Literacias, Aprendizagens e Desenvolvimento: Infâncias Possíveis, Mundos Reais. Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/10198/4998. Acesso em: 21/08/20.

SASSERON, L. H., DUSCHL, R. A. O Ensino de Ciências e as práticas epistêmicas: o papel do professor e o engajamento dos estudantes. **Investigações em Ensino de Ciências**. v.21, n.2, 2016. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/19. Acesso em: 21/08/20.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: **I Encontro de Pesquisa em educação.** 2007. Disponível em: http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf. Acesso em: 20/08/20.

VIECHENESKI, J.P., CARLETTO, M.R. Ensino de Ciências e Alfabetização Científica nos anos iniciais do Ensino Fundamental: um olhar sobre as escolas públicas de Carambeí. **Encontro Nacional de Pesquisa**. 2011. Disponível em: http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R0409-1.PDF. Acesso em: 21/08/20.

ANÁLISIS CRÍTICO DE LA INFLUENCIA DE LOS DISCURSOS POLÍTICOS MACHISTAS COMO INSTRUMENTO LEGITIMADOR DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO: EL DISCURSO ACTUAL EN LA POLÍTICA BRASILEÑA

Julia Abrantes Valle[54]

INTRODUCCIÓN

La violencia y discriminación de género es algo presente desde los primordios de la sociedad, y la lucha contra el machismo viene, cada vez más, tomando formas y comprendiendo los diversos males que esta condición ocasiona en el mundo y, principalmente, en la vida de las mujeres.

Este trabajo tiene por objetivo adentrar esta discusión, profundizándose en el análisis del discurso político de cuño machista y como este discurso representa un poderoso "retroceso" en la lucha feminista, pues acaba por legitimar las actitudes machistas y deslegitimar el discurso feminista, tomando como objeto específico el análisis del discurso político presente actualmente en la sociedad brasileña.

54 Mestranda em Criminologia, Política Criminal e Sociologia Jurídico Penal pela Universitat de Barcelona; Pós-Graduada em Direito Penal e Criminologia pela PUC-RS; Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

1 BREVES CONSIDERACIONES SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO Y SU PERMANENCIA EN LAS ACTUALES DEMOCRACIAS COMO EL BRASIL

De acuerdo con lo que enseña Miguel (2014), la desigualdad social entre hombres y mujeres es una característica que se puede encontrar en prácticamente todas las sociedades del mundo. Tal desigualdad siempre fue presente en la mayor parte de la historia conocida, y fue asumida, por siglos, como algo normal, una consecuencia natural derivada de la diferencia biológica de los dos sexos y como fundamental para la sobrevivencia y el progreso de la especie humana.

Sin embargo, hace algunos siglos que, visando recusar este tipo de pensamiento discriminatorio y denunciar la situación de violencia de las mujeres que deriva de estos patrones opresivos, ha surgido el feminismo. El movimiento feminista ha establecido críticas profundas al mundo social que viene, desde siempre, perpetuando asimetrías e impidiendo la autonomía del sexo femenino.

El movimiento del feminismo radical fue de fundamental importancia para el tratamiento y teorización de la violencia y discriminación de género, principalmente porque consideró la explotación de la mujer como un fenómeno de universalidad, tanto en el paso del tiempo, como en la presencia en casi todas las culturas. Además, el mismo movimiento fue el que desveló la figura de la familia como la institución con mayor papel en la opresión de la mujer, y como principal sostenedora y ocultadora de esta violencia. Lerner define el patriarcalismo como una manifestación de institucionalización del dominio del hombre sobre la figura femenina y los niños, principalmente en la familia, y la ampliación de este dominio a la mujer en la sociedad en general (LERNER, 1990).

Sin embargo, a pesar de esta clara noción política en las democracias del fenómeno de la violencia y discriminación de género, aún hoy se puede evidenciar que los avanzos fueron significativos, pero aún están lejos de propiciar la igualdad de género. Y el principal factor de mantenimiento de tal desigualdad es la permanencia del discurso machista bajo todas las principales instituciones de la sociedad.

En Brasil, la primera ley que visa combatir la violencia doméstica solo fue promulgada en 2006. Tratase de la Ley Maria da Penha, así llamada en homenaje a una mujer que sufrió dos tentativas de homicidio por su esposo, llegando a quedar parapléjica, y mismo con todas las pruebas de que el autor de los intentos de homicidio era, de facto, su esposo, la justicia brasileña tardó 15 años para condenar el sujeto, y su pena fue ínfima, lo que llevó a Maria da Penha a procesar el Brasil frente al órgano internacional de protección a las víctimas de violencia doméstica (DIAS, 2013).

Maria da Penha protocoló una petición junto a la Comisión de Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de los Estados Americanos – OEA, bajo la cual el Estado brasileño se había obligado a obedecer las recomendaciones por haber asignado la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (DIAS, 2013).

El Estado brasileño, por tanto, fue condenado por "violar las garantías y la protección judicial contra Maria da Penha, habiendo tal violación ocurrido como parte de un padrón discriminatorio contra las mujeres en el país", y recibió recomendaciones para crear una legislación que fuese capaz de cohibir la violencia domestica (DIAS, 2013, p. 16).

O sea, el Estado brasileño no solo tardó para implementar una ley que ofreciese protección a las mujeres víctimas de violencia doméstica, como solo lo ha hecho porque se vio obligado. La segunda ley en este sentido, que tipificase el feminicidio, solo llegó a ser creada, también, muy tardíamente con relación al resto del mundo, en 2015, demostrando el descaso del país con la violencia de género (GALVÃO, 2017).

Se trata de un país sabidamente portador de una historia marcada por el machismo y la discriminación, que enfrento grande lucha para finalmente poder crear leyes y, mismo así, retrocede eligiendo políticos que permanecen legitimando tal situación de discriminación y violencia, como se verá.

2 EL DISCURSO MACHISTA COMO LEGITIMADOR DE LA VIOLENCIA Y DISCRIMINACIÓN DE GÉNERO

Las desigualdades que afectan a la sociedad y producen la violencia y discriminación de género son diversas, y tienen sus orígenes directamente ligadas a las estructuras de poder, como ya mencionado.

Y esta desigualdad que afecta tan directamente las mujeres aún existen con fuerza en el mundo porque existen, hasta los días actuales, diversos elementos estructurales de la sociedad que mantienen, toleran y hacen perpetuar estas concepciones desiguales, siendo que uno de los elementos principales que ejercen tal función es el lenguaje y la tradición que se pasa por ello (BARROS, 2017).

Las concepciones rígidas y desiguales con relación a los papeles de género de la cultura machista, aún imperante en todo el mundo, son reconocidamente la motivación y la legitimación de la violencia y la discriminación de género. Tales construcciones que determinan los comportamientos femeninos y masculinos que son entendidos como "adecuados" dentro de la sociedad es, sin dudas, el punto más tóxico que influencia y mantiene la desigualdad de género ocurriendo (GALVÃO, 2017).

Galvão (2017, p. 56) enseña, en este sentido:

> Más allá de generar un desequilibrio estructural de poder entre el masculino y el femenino, la naturalización de las expectativas sociales abre margine para que la violencia ocurra cuando una mujer no cumpla con lo esperado. En el caso del feminicidio, por ejemplo, cuando el crimen es cometido por parejas o ex-parejas, muchas veces ellos matan a la mujer en su casa, en el barrio o en su trabajo, delante de otras personas. Son comunes los casos en que el autor no hace ni siquiera cuestión de ocultar a su crimen de testigos, lo que significa que exhibir aquello acto refuerza su masculinidad, él se siente se siente autorizado por la sociedad a tener el control de vida y muerte sobre la mujer […] (traducción propria del portugués al castellano).

O sea, la fuerza de la expresión y de la banalización de un discurso machista viene con profunda gravedad en este sentido, poniendo en riesgo la vida de la mujer, pero también va mucho más allá de la violencia física, y atinge la mujer en todas las situaciones de su vida pública y privada.

Y mientras se entender por "común" o "natural" el pensamiento proveniente de estas concepciones de género enraizadas en la sociedad,

donde los hombres son, por ejemplo, frecuentemente valorizados por su condición de fuerza y agresividad, estos continuaran creyendo que tienen el derecho de imposición a las mujeres de sus voluntades, y las mujeres, por esta misma construcción social, van a continuar aceptando estos hombres y creyendo que sus papeles no son otra cosa que la representación de la "vulnerabilidad" de su sexo. Y principalmente, cuando estos papeles de hombre o de mujer no se encajaren en alguna relación, habrá la discriminación de género y, en casos aún más graves, la agresión y el asesinato (GALVÃO, 2017).

En este sentido, Ribeiro (2005) enseña, que la construcción de los sujetos "masculino" y "femenino" cargan efectos específicos de las relaciones de poder de la sociedad. Así, el autor defiende que las imágenes y los discursos que se produce en el mundo, por la cultura, la religión, los medios de comunicación y mismo el discurso de las instituciones políticas, son reflejos de la idea socialmente enraizada relativa a la feminidad derivada de la sociedad patriarcal y hasta hoy influencian tanto la autoconcepción de las mujeres, bien como lo que la sociedad entiende por lo que es ser mujer.

Principalmente en las sociedades actuales, donde los discursos llegan con tanta facilidad a los individuos debido a la globalización y de la tecnología, un tratamiento reiterado de estas construcciones sociales de las imágenes de los sexos llega siempre muy rápidamente y ejerce grade influencia en la manera de pensar.

Como enseña Bourdieu (2002 apud RIBEIRO, 2005), es a través del lenguaje que se aprende e incorpora, por medio de esquemas inconscientes de percepción y apreciación las estructuras históricas de la orden masculina.

Los discursos ampliamente difundidos contribuyen para la sedimentación y legitimación de prácticas sociales concretas por poseyeren la capacidad de demostrar un mundo, una realidad social de la cual ellas proprias emergen y que, en sí, funcionan de acuerdo con los proprios mecanismos (RIBEIRO, 2005).

Los discursos demuestran, por tanto, como se debe comportar, como se debe tratar la apariencia, como se debe esperar ser visto y tratados por los otros. Así, los discursos ampliamente difundidos ejercen

un papel de organizar el imaginario ligado a la figura de la mujer, constituyendo campo esencial cuando se cuestionan relaciones de poder y se pretende combatir el machismo y los mecanismos de dominación masculina.

En este sentido, lógicamente, los atributos entendidos como "correctos" e impuestos para cada género en los discursos puede o no legitimar la permanencia de la existencia de la discriminación y violencia de género. Y esta situación es tan grave y subjetiva que, muchas veces, el carácter machista de los discursos ni mismo es detectado. Cuando esto ocurre, se percibe la existencia de formas de "violencia simbólica", pues son formas de discriminación que, muchas veces, no pueden ser detectadas ni mismo por sus víctimas (BARROS, BUSANELLO, 2019).

Un interesante estudio sobe la influencia del discurso machista subjetivo en las concepciones de género que se puede citar es reportado en el artículo "*Girls Perceptions of Boys with Violent Attitudes and Behaviours, and of Sexual Attraction*", de Puigvert, Gelsthorpe, Soller-Galart y Flecha (2019).

En este caso, la investigación de los mencionados autores demostró que las niñas entrevistadas siempre tendían a interesarse y entender como "sexy" los comportamientos de los chicos que poseen características relacionadas a lo que se entiende con el papel social de "hombre", impuesto por el machismo. O sea, por el estudio, observó que los chicos que demostraban rasgos de mayor "agresividad", "desinterese" y "fuerza" se trataban de los chicos que más agradaban a las mujeres, demostrando que las proprias mujeres incorporan los papeles de género de la sociedad machista sin percibir (PUIGVERT, et. al., 2019).

Además, cuando cuestionando las chicas participantes sobre si ellas, sus amigas o las chicas en general tendrían relaciones de pareja con estos chicos de rasgos violentos, el estudio demostró que las respuestas positivas para las amigas y las chicas en general eran mucho expresivas, pero para ellas mismas, las chicas no costumbraban decir que se relacionarían con estos sujetos. Esto demuestra que, en realidad, muchas de estas chicas del estudio sí que se relacionarían con los chicos de rasgos violentos, y sí que los miran con interés, pero sufren un problema de "espejismo de movilidad ascendente", que significa que

proyectan sus voluntades en las voluntades de las amigas y de las chicas en general para responder el estudio (PUIGVERT, et. al., 2019).

Se trata de un estudio extremamente reciente y, así, se puede percibir la influencia que aún en los días actuales las chicas poseen del discurso machista. Al final, los medios de comunicación, los ídolos, las músicas, las películas, se percibe la influencia del discurso machista en todos los medios, mismo en la actualidad – que es el momento de la historia donde el feminismo ya ganó tanto.

Así, se puede afirmar que la banalización de los discursos machistas y que refuerzan los papeles de género son el problema clave que mantiene la discriminación y la violencia. El tratamiento banal de la desigualdad de género, desde el tratamiento de cuestiones civiles, como el facto de las mujeres reconocidamente ganaren salarios más bajos que los hombres para el ejercicio del mismo cargo, hacia el tratamiento de los datos alarmante de crímenes de violencia doméstica y feminicidio, son factores que importan, y mucho (GALVÃO, 2017).

La banalización de estos temas por las instituciones políticas, de seguridad, de justicia, por los mecanismos de información y tantos otros órganos y instituciones que ejercen posición de poder en la sociedad es que permiten el mantenimiento de la desigualdad de género, legitimando la discriminación y la violencia contra la mujer.

3 EL DISCURSO POLÍTICO MACHISTA Y SUS IMPACTOS EN LA VIOLENCIA Y DISCRIMINACIÓN DE GÉNERO: OBSERVACIÓN DE LA POLÍTICA BRASILEÑA ACTUAL

Como se ha podido ver por lo expuesto en los apartados anteriores, el discurso de cuño machista aún permanece arraigado en la sociedad actual, en prácticamente todo el mundo, y es a través del cambio de este discurso que se podrá combatir de forma más eficaz la violencia de género.

En este sentido, la permanencia de un discurso machista en el ámbito político es aún más grave, porque la figura política tiene popularidad, muchas veces, representa confianza y las ideas que defiende y propaga en público tiene amplo alance de personas (NAVARRO, 2013).

Así, partiéndose de la idea base de la psicología socioconstructivista, donde toda influencia externa afecta, de alguna forma, el sujeto, promoviendo una troca de informaciones que puede llevar el individuo a cambiar su pensamiento, o mismo, a sentirse aún más cierto de lo que piensa, este discurso se torna un peligro real. Esto porque el socioconstructivismo basase en la tese de que el conocimiento es una construcción social, derivada de la interacción entre sujetos (NAVARRO, 2013).

Bajo la influencia del discurso político, la población impactada por tal discurso puede tanto cambiar su modo de ver la figura de la mujer en la sociedad, cuanto solamente sentirse legitimada porque una figura importante expresa un pensamiento que es el mismo que esta persona tiene. Y en ambos los casos, el machismo tornase más aparente en la sociedad y atinge directamente las mujeres, su lucha y sus derechos más básicos, como el de vivir con respeto y sin violencia.

En el caso de Brasil, la situación de la lucha feminista es aún más complexa, principalmente porque en el año de 2019 subió al cargo de la presidencia del país Jair Bolsonaro, un sujeto portador de rasgos declaradamente favorables al machismo y otras discriminaciones.

En se tratando del machismo, específicamente, el discurso del presidente es muy explícito en el sentido de disminuir la lucha femenina por igualdad de género. Como se sabe, Bolsonaro tiene una dirección religiosa radical que influencia en muchos aspectos de su gobierno, y esta opción radicalista también ayuda a propagar diversos prejuicios. Bolsonaro, aún que esté en su tercera boda, defiende lo que los conservadores brasileños llaman de "familia tradicional", pautada en la idea religiosa de que el matrimonio es sagrado y solo puede ocurrir entre un hombre y una mujer (ESTADÃO, 2019).

Sobre eso, para exponer su opinión, ha dicho públicamente en cierta ocasión que "presenten una emenda a la Constitución y modifiquen el artículo 226, donde está escrito que familia es un hombre y una mujer", pero que "mismo modificando esto, como no se puede emendar la biblia, voy a continuar creyendo en la familia tradicional" (ESTADÃO, 2019, online – traducción propia del portugués al castellano).

La idea de "familia tradicional" propagada por Bolsonaro no solo ataca la libertad de relación de los homosexuales, pero ataca, directamente, la libertad de las mujeres, una vez que el termo "familia tradicional" viene cargado de muchísimos significados conservadores que refuerzan los papeles de género de una sociedad predominantemente machista y patriarcal, como es el caso del Brasil.

En un país como Brasil, donde las mujeres conquistaran sus derechos de manera muy tardía y que tales derechos conquistados aún son muy frágiles debido a la mentalidad predominantemente machista, los discursos políticos de Bolsonaro que reafirman papeles de género, claramente, influencian negativamente la lucha femenina.

El facto del presidente del país defender un ideal de "familia tradicional", afecta, principalmente, la lucha contra la violencia doméstica. Esto porque, por una reflexión sobre la historia del Brasil, la "familia tradicional" consiste, básicamente, en un hombre que es "la cabeza" de la casa, que tiene autoridad sobre la mujer y los hijos, mientras la mujer es la figura sumisa, que tiene que cuidar de la casa, respectar su esposo y aguantar todo por su familia – mismo que esto signifique soportar la traición reiterada de este hombre, la humillación, la violencia y el terror (ALVEZ, 2009). Y por esto la gravedad es tan seria.

En Brasil, el derecho de la mujer a trabajar fuera de su casa sin necesidad de autorización de sus padres o maridos solo surgió en 1943, con una modificación de la ley laboral del país – y mismo así, las mujeres que lo hacían eran "mal vistas". Además, el derecho de divorcio legal, sin necesidad de justificación, y con derecho a la mujer quedar con sus hijos después de divorciarse, ocurrió solo en 1977, con la Ley del Divórcio – pero el estigma cargado por la mujer divorciada aún era grave, y recayó sobre ellas, por más muchos años, la "culpa" por el divorcio. De la misma forma, la discriminación en el delito de adulterio, siempre más grave para la mujer, solo fue alejado – juntamente con el proprio crimen de adulterio del código – en la década de 1990. Estos y tantos otros "derechos" conquistados, que tornan la mujer brasileña más libre y más iguales al hombre, son derechos muy nuevos y mucho cuestionados hasta los días actuales, principalmente por hombres de mentalidad machista que no se sienten agradados con la ascensión de la figura femenina (DIAS, 2013).

Y tanto es la verdad que estos hombres situados en el gobierno no están satisfechos con la ascensión femenina que Sérgio Moro, el Ministro que ocupó, por cierto tiempo, en el cargo de más "popular" del gobierno Bolsonaro, ha dicho la siguiente frase en ocasión de la conmemoración del 13º cumpleaños de existencia de la Lei Maria da Penha, la ley de violencia doméstica brasileña, ya mencionada anteriormente:

> Tal vez nosotros, hombres, sientiémos intimidados, tal vez nosotros hombres sepamos que el mundo está cambiando y, por cuenta de tal intimidación, infelizmente, por veces, nosotros recurrimos a la violencia para afirmar una pretensa superioridad que no existe más (CARTA CAPITAL, 2019 – traducción propia).

Frases y discursos como este clarifican la justificación puramente machista de los discursos de este gobierno, y son prejudiciales a la lucha feminista porque, como visto, son discursos que provienen de figuras importantes, que poseen cierta aprobación por grande parte de la población del país y, además, se tratan de discursos de larga propagación, principalmente por los medios de comunicación, con alcance a muchas personas.

Una otra afirmación problemática de Bolsonaro en este sentido se dio por ocasión de una entrevista, donde se discutía los derechos laborales y la condición de inferioridad del salario de la mujer. Bolsonaro defendió que la mujer recibe menos que el hombre porque ella queda embarazada: "cuando (la mujer) vuelve (del periodo de licencia por la maternidad), tendrá uno mes a más de vacaciones. O sea, en el año, ella va a trabajar solo cinco meses. Por esto es por lo que el patrón paga menos para la mujer", Ha dicho en otra oportunidad que "no contractaría hombres y mujeres para ganar el mismo salario. Todavía hay muchas mujeres competentes" (CARTA CAPITAL, 2018 – traducción propia).

Tal afirmación es muy infeliz, pues en Brasil, ya ha reconocidamente desigualdad salarial entre hombres y mujeres que ejercen el mismo cargo (ESTADÃO, 2019). Y con este discurso Bolsonaro no solo legitima tal desigualdad, afirmando la superioridad intelectual del hombre sobre la mujer, como también justifica tal desigualdad con el

facto biológico de que la mujer, por quedar "embarazada", trabajará menos y por eso recibirá menos.

Bolsonaro legitima, con esto, una dupla punición a la figura de la mujer, que ya ejerce dupla jordana de trabajo, pues durante el día trabaja fuera para ganar un salario, y durante el tiempo vago aún se ve obligada a cuidar de la casa y de sus hijos, una vez que muchas brasileñas son madres solteras o, aún que casadas, el normal es que el esposo no la ayude en nada – algo que también es fruto de los papeles de género de la sociedad machista (UOL, 2015). Así, mismo con dupla jornada de trabajo, dentro y fuera de casa, el presidente defiende que la mujer también será punida por esto financieramente.

Otro reciente y chocante episodio se trata de la frase dicha por un deputado del partido de Bolsonaro. El deputado Delegado Waldir, del PSL, ha manifestado su opinión sobre su propio partido con una frase comparativa muy infeliz: "nosotros somos como mujeres traicionadas. Sufre violencias, pero siempre vuelve al conforto de su casa" (MARTINELLI, FERNANDES, 2019 – traducción propia del portugués al castellano).

Bolsonaro parece se expresar como un sujeto de rasgos misóginos, que propaga el odio a las mujeres. Una declaración que demuestra sus intenciones en este tema a ser citada es la afirmación dada por el presidente en ocasión de una discusión el en Congreso brasileño con una deputada petista, Maria do Rosário, donde este afirmó a la deputada: "yo jamás violaría a ti porque tú no lo merece". Esto ocurrió en 2003, pero en el año de 2014 Bolsonaro reiteró su afirmación cuando, cuestionado en una entrevista, se justificó que había dicho aquella frase porque "ella (la deputada) no merece ser estuprada porque es muy fea, no hace mi tipo, jamás la violaría" (CARTA CAPITAL, 2018 – traducción propia).

Otra ocasión donde Bolsonaro ofendió profundamente la lucha feminista por igualdad y, específicamente, por el derecho a la libertad sexual es cuando, en una entrevista, fue cuestionado sobre la imagen que el Brasil tiene en el ámbito internacional. Normalmente, el estigma del Brasil es que se trata de un país con "mucho futebol, mucho carnaval, mujeres bonitas y semidesnudas", pero, recientemente, el país también

viene crecientemente siendo reconocido como un local de destaque en la presencia de homosexuales. Ante esto fue que Bolsonaro, pautándose en sus prejudicios, se pronunció de la siguiente forma: "el Brasil no puede ser un país de turismo gay, pero quienes quieran venir aquí hacer sexo con una mujer, estén invitados" (UOL, 2019 – traducción propia del portugués al castellano).

En ambas las ocasiones, Bolsonaro deja claro su desprecio a la figura de la mujer, tratando el femenino como un objeto a su disposición, a la disposición de los hombres, para hacer con ella lo que quiera – incluso, manifestando con frecuencia el cuño sexual de sus pensamientos machistas.

Sobre esto, Maria Lourdes Bandeira, citada por Martinelli y Fernandes (2019, online) enseña:

> Estas declaraciones son super sexistas porque están vinculadas a una sociedad profundamente patriarcal y racista y ellas interfieren no solo en el censo común, como crean una resistencia a las políticas destinadas a las mujeres. Crea una resistencia al combate a la violencia contra las mujeres. Crea una resistencia a la credibilidad de las mujeres, a las denuncias cuando ellas van a un posto de policía (traducción propria).

El uso de esto discurso por personas de la política, como es el caso de Bolsonaro y tantos de su gobierno, es mal intencionado y hace mal a la lucha feminista por medio de la deslegitimación del papel conquista por la mujer, bien como por medio del desinterés en hacer políticas públicas para enfrentar la violencia contra la mujer, bien como los pontos arriba mencionados por Bandeira.

Declaraciones como estas, dichas por el presidente de un país que, como ya exhaustivamente mencionado, es de origen patriarcal y machista, y donde los derechos de las mujeres son tan recientes y frágiles, tienen mucho peso.

Y, aún que esta no sea la causa de la violencia contra la mujer, estos discursos representan un síntoma de una sociedad que propaga el machismo y que debe ser combatido. En las palabras de Beatriz Accioly, también citada por Martinelli y Fernandes (2019, online – traducción

propia): "es importante percibir esto como un síntoma y no necesariamente como una causa de la violencia. Estas personas representan una mentalidad muy común y poderosa", y es esta mentalidad machista que hoy predomina en Brasil que tiene que ser combatida.

Accioly (apud FERNANDES, 2019) aún apunta que, en su visión, el principal problema está en la falta de separación por medio de los sujetos políticos entre el uso y las ideas personales y aquello que representa institucionalmente, como presidente, deputado, etc.

En esto mismo sentido, Heloísa Buarque de Almeida (MARTINELLI, FERNANDES, 2019, online) trae que "Bolsonaro se eligió a pesar de ya tener un discurso que podría ser clasificado como misógino, o sea, de odio a las mujeres, hace mucho tiempo. Así, importa acordar que ello representa una misoginia, o un machismo, que es socialmente aceptado" (traducción propia).

Almeida apunta que, claro, no se puede afirmar que estas frases impactan directamente en la violencia de género, porque la violencia tiene siempre muchas causas, pero también se tiene en cuenta que "[…] legitimar frases misóginas refuerza la brutal desigualdad de género", que es uno de los motivos de la violencia y que, como ya dicho, cuando viene de alguien importante en la sociedad como es la figura de un presidente, el estrago es más grave.

Una de las probas más significativas en la práctica del impacto del discurso machista del gobierno actual brasileño se puede observar en el desmonte de las políticas públicas y preventivas a las mujeres en situación de violencia. La antigua Secretaria Especial para Mujeres, que comandaba las acciones públicas de represión a la violencia de género, perdió su papel y se tornó parte de una supuesta política de "Derechos Humanos" que, en realidad, no defiende derecho humano algún, una vez que el "derecho humano" también es algo "mal visto" por Bolsonaro y sus compañeros. La cuestión de la mujer, incluso, pasa a vigorar en el gobierno Bolsonaro en conjunto con la "secretaria de la familia" (BBC, 2019).

Ante esto, los órganos de prevención, combate y apoyo a las mujeres en situación de violencia perdieron verba necesaria para su correcto funcionamiento, demostrando que tal discurso político no solo afecta

influenciando la forma de pensar de la población, pero que, también, afecta la forma actuación del Estado frente a la cuestión (EL PAÍS, 2019).

Así, si para combatir el machismo, como ya visto, es necesario modificar los discursos dominantes, bien como es necesario intenso investimento de las instituciones más influentes para cambiar el discurso tradicionalmente enraizado en la cultura, ¿como el Brasil va a librarse del machismo cuando sus políticos de la más alta cúpula piensan, están de acuerdo y propagan el machismo? El cuestionamiento permanece, y las mujeres continúan a sufrir en Brasil.

CONSIDERACIONES FINALES

Por todo el expuesto en la presente investigación, se percibe que la presencia de discursos de cuño machista y misógino en el ámbito político tiene, sí, influencia en el combate a la violencia y desigualdad de género.

Aún que este impacto no sea siempre directo, como es el caso de la pérdida del interés estatal en promover e incentivar políticas públicas en este sentido, existe un impacto indirecto muy importante a llevarse en consideración, que es el poder que ejerce en discurso de personas importantes como los políticos frente a la opinión de la población en general.

Como se vio, por la psicología socioconstructivista, la trocar de informaciones y opiniones entre sujetos es lo que promueve el conocimiento. O sea, el conocimiento es una construcción social derivado de las influencias externas del sujeto, y no hay dudas de que afirmaciones con el peso de las demostradas en este trabajo influencien, de alguna manera negativa, la población en general.

Principalmente por tratarse de un país con sus orígenes atrapadas al machismo y al patriarcalismo, con los derechos de las mujeres siendo conquistas tan recientes y frágiles, se percibe que el gobierno actual brasileño es un reflejo de una sociedad brasileña predominantemente de acuerdo con sus opiniones, por peores que sean.

El problema reside en este gobierno se mantener discursando con tales ideas, no siendo capaz de actuar de manera imparcial para

gobernar a todos. El gobierno mistura las preferencias personales de sus agentes con la actuación del Estado, y con esto da preferencia a algunos grupos y ofende a otros, como es el caso de las mujeres.

Así, como se vio que es imprescindible la modificación del ideario general y el investimento en políticas públicas que cumplan este papel para el combate al machismo, en Brasil, la situación se muestra compleja pues aquellos que tienen el poder de cambiar las cosas prefieren mantenerse propagando el machismo y la misoginia, dejando por al menos más cuatro años, la lucha feminista en retroceso.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ana Paula Oliveira. **A Construção da Imagem da Mulher por Meio do Discurso Masculino: Uma Análise a Partir das Relações de Gênero e Poder**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis: 2017. Disponible en: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498219873_ARQUIVO_textocompletofazendogenerodoc.pdf. Acceso en: 20 fev. 2020.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo Discursivo: Modos de Interdição da Voz das Mulheres no Parlamento Brasileiro. *In:* **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, número 27(2), 2019. Disponible en: http://www.scielo.br/pdf/ref/v27n2/1806-9584-ref-27-02-e53771.pdf. Acceso en: 20 fev. 2020.

BBC. **Governo Bolsonaro: Quais são as primeiras e principais medidas já tomadas pelo novo governo**. Publicado en 02 de enero de 2019. Disponible en: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46735873. Acceso en: 20 fev. 2020.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmica. Publicado en 29 de octubre de 2018**. Disponible en: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acceso en: 20 fev. 2020.

CARTA CAPITAL. **O machismo por trás do discurso "protetor" de Sérgio Moro**. Publicado en 15 de agosto de 2019. Disponible en: https://www.cartacapital.com.br/justica/o-machismo-por-tras-do-discurso-protetor-de-sergio-moro/. Acceso en: 20 fev. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça – A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2013.

EL PAÍS. **Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a Casa da Mulher Brasileira.** Publicado en 17 de agosto de 2019. Disponible en: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/18/politica/1566083709_326295.html. Acceso en: 20 fev. 2020.

ESTADÃO. **Bolsonaro defende família tradicional e chama "ideologia de gênero" de "coisa do capeta"**. Publicado en 10 de agosto de 2019. Disponible en: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-defende-familia-tradicional-e-chama-ideologia-de-genero-de-coisa-do-capeta,70002962393. Acceso en: 20 fev. 2020.

ESTADÃO. **Desigualdade salarial cresce no Brasil e mulheres são as primeiras a sentir os impactos da crise.** Publicado en 03 de abril de 2019. Disponible en: https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/mulheres-sao-as-primeiras-a-sentir-impacto-da-crise-enquanto-desigualdade-salarial-cresce-no-brasil. Acceso en: 20 fev. 2020.

GALVÃO, Patrícia. **Feminicídio – Invisibilidade Mata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponible en: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acceso en: 20 fev. 2020.

LERNER, Guerda. **La Creación del Patriarcado.** Barcelona: Crítica, 1990.

MARTINELLI, Andréa; FERNANDES, Marcella. **Qual o impacto dos discursos machistas de políticos no combate à vio-**

lência doméstica. Publicado en Huffpost, em 09 de deciembre de 2019. Disponible en: https://www.huffpostbrasil.com/entry/executivo-impacto-violencia-mulheres_br_5deab9bce4b0913e6f8fe218. Acceso en: 20 fev. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

NAVARRO, Frederick. The Development of Constructivist Psychology. *In:* **Journal of Widen University**, 2013. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/235996125_The_Development_of_Constructivist_Psychology. Acceso en: 20 fev. 2020.

PUIGVERT, Lidia; GELSTHORPE, Loraine; SOLER-GALLART, Marta; FLECHA, Ramon. Girls Perceptions of Boys with Violent Attitudes and Behaviours, ando f Sexual Attraction. *In:* **Palgrave Communications** (5), 2019. Disponible en: https://www.nature.com/articles/s41599-019-0262-5. Acceso en: 20 fev. 2020.

RIBEIRO, Silvana Mota. Retratos de mulher: um estudo das imagens visuais e sociais do feminino. *In:* Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, Volume III. **Estudos Culturais e de gênero**, Covilhã, 2005. Disponible en: http://www.livros-labcom.ubi.pt/pdfs/20110829actas_vol_3.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

UOL. **Brasil de mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa**. Publicado en 10 de mayo de 2015. Disponible en: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/10/brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras-aponta-pesquisa.htm. Acceso en: 20 fev. 2020.

UOL. Congresso em Foco. **Treze frases de Bolsonaro de natureza sexual e machista**. Publicado em 14 de agosto de 2019. Disponible en: https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/. Acceso en: 20 fev. 2020.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PERFIL DA VÍTIMA

Julia Abrantes Valle[55]

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é tema de grande complexidade e, também, de importância social e jurídica. Não é segredo que o preconceito e a desigualdade de gênero sempre existiram, fruto da sociedade patriarcal brasileira, contudo, a constante produção científica na área se faz necessária para a evolução da legislação e o combate a tais preconceitos.

Assim, utilizando-se do método de revisão bibliográfica, com a busca de informações em livros, artigos científicos e demais documentos relevantes ao desenvolvimento da temática, bem como levando-se em consideração o marco histórico e jurídico que é a Lei Maria da Penha, se tratará de explanar sobre a realidade da violência doméstica no Brasil, sobre a vitimização de gênero e, abordando uma breve, porém, aprofundada análise sobre o perfil da vítima desse tipo tão prejudicial de violência.

Se discorrerá, portanto, sobre os dados obtidos com as pesquisas acerca do perfil da vítima de violência doméstica, analisando se tais

55 Mestranda em Criminologia, Política Criminal e Sociologia Jurídico-Penal pela Universitat de Barcelona; Pós-Graduada em Direito Penal e Criminologia pela PUC-RS; Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

dados correspondem à realidade e se apontará quais as características comuns de comportamento transparecidas pela vítima de violência doméstica, se observando as dificuldades de quebra do ciclo de violência, analisando a principal razão pela qual, infelizmente, a violência doméstica continua sendo uma realidade constante no país.

1 A REALIDADE SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E A PROTEÇÃO LEGISLATIVA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra a mulher no Brasil é uma realidade e, também, é uma constante. No ano em que a Lei Maria da Penha comemora 14 anos desde a sua criação, percebe-se que a realidade do combate e enfrentamento à violência doméstica no país têm apresentado graves obstáculos.

O Brasil ainda ocupa o quinto lugar no *ranking* mundial de nações com mais registros de feminicídios (KERBER; 2020) e, principalmente agora, durante a pandemia, as denúncias de violência doméstica cresceram e chegaram a evidenciar números assustadores: durante a incidência do Coronavírus, as denúncias de violência doméstica subiram um 70%, batendo recorde (RIBEIRO, 2020). Ou seja, pode observar-se que, de fato, a violência contra a mulher persiste, ainda que existam legislações especiais para o combate à tal questão, e isso se deve à cultura patriarcal e machista que sempre imperou no país e que, claro, não desaparecerá tão facilmente.

Para se ter uma ideia do contexto em que a violência de gênero ocorre no Brasil, até o advento da Constituição Federal de 1988, a igualdade de direitos entre os sexos e, principalmente, o direito da mulher de viver sem violência não eram, de fato, assegurados pelo Estado por previsão no ordenamento jurídico. Assim, sem proteção específica, as mulheres continuavam à mercê da cultura patriarcal e machista.

A Constituição Federal do 1988, no entanto, representou um dos mais significativos passos na evolução da conquista de direitos das mulheres, ao instituir a igualdade de direitos entre homens e mulheres e, a partir dela, se permitiu a criação de normas específicas que tratam da violência contra a mulher no ordenamento jurídico brasileiro (BARSTED, 1999).

Contudo, foi apenas com a edição da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à luta da mulher que enfrentou o Estado brasileiro internacionalmente e o obrigou a tomar uma providência no enfrentamento da violência doméstica, que o país ganhou, de fato, uma legislação especial para combater a violência de gênero (ILB, 20017).

Pela Lei Maria da Penha, a ideia de violência contra a mulher ganhou, pela primeira vez no Brasil, uma conceituação. Essa definição veio no art. 5º desse diploma legal:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
>
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
>
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
>
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
>
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.
>
> Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL. 2006).

Assim, com o advento dessa Lei, a violência doméstica ganhou seus contornos na legislação brasileira em uma Lei especial, o que significou muito ao enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

2 O PAPEL DA VÍTIMA NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Faz-se importante, neste momento, discorrer acerca da figura da vítima dentro do contexto de violência doméstica. Tal estudo pode ser realizado por meio das ferramentas da criminologia.

De acordo com Burke (2019), a vítima é compreendida pelo Direito e pela Criminologia como sendo aquela pessoa que sofre dano, seja ele físico, mental ou econômico, ou que perde direitos fundamentais, podendo ser em razão de alguma violação de direitos humanos ou, mesmo, por atos de criminosos comuns.

Para entender melhor sobre o papel da vítima, no entanto, a criminologia sugere o estudo dos graus de vitimização. É isso que se fará aqui, com o objetivo principal de compreender a realidade em que se insere a mulher brasileira alvo dessa violência discriminatória.

Assim, há que considerar-se que existem três graus de vitimização: (i) vitimização primária, (ii) vitimização secundária, (iii) vitimização terciária. A primaria diz respeito àquela provocada pela ocorrência do crime, ou seja, pela conduta ilícita do agente, que viola, de alguma forma, direitos da vítima (BURKE, 2019).

Nesse contexto, a mulher vítima de violência doméstica sofre, em primeiro plano, uma série de prejuízos como traumas psicológicos derivados, justamente, da conduta lesiva do autor do tipo penal. O importante é ter-se em mente que o sofrimento da vítima vem atrelado à ação a omissão desse autor (BURKE, 2019).

Bem, considerando-se que a violência doméstica acontece. Justamente, dentro de casa, a mulher que a recebe acaba, infelizmente, experienciando uma série de prejuízos psicológicos, materiais e sociais. Esta sofre, mais além da simples agressão momentânea, com uma série de problemas que se desenvolvem em sua vida por conta daquela situação de violência, já que aquele sofrimento foi causado por alguém próximo à própria vítima (DIAS, 2013).

Nessas ocasiões, portanto, é comum a vítima procurar pelo auxílio do Estado para assegurar seus direitos sendo que, neste caso, a proteção do direito da vítima pode significar, até mesmo, a proteção de sua própria vida.

Quando, no entanto, ao buscar o Estado, a vítima acaba sofrendo outra violência, tem-se a chamada vitimização secundária. Esta ocorre, portanto, quando uma vítima de violência doméstica sofre revitimização por parte do Estado.

E esse cenário de descaso por parte do poder público não é raro. Nesse sentido, o desempenho ineficaz dos órgãos que protegem as mulheres, vítimas de violência doméstica, apresentam alto percentual de culpa. De acordo com os dados trazidos pela pesquisa do Observatório da Mulher contra a Violência, em parceria com o DataSenado, divulgada pelo Senado Federal (BRASIL, 2018, p. 12), analisa-se que 27% das mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência, não agiu após a última agressão sofrida. Ainda assim, a mesma pesquisa mostrou que apenas uma em cada três mulheres procurou ajuda do Estado para enfrentar a violência sofrida.

Além disso, foi verificado que 20% das mulheres entrevistadas na pesquisa DataSenado (BRASIL, 2018) disseram acreditar que a Lei Maria da Penha não protege as mulheres, enquanto 53% delas disseram que a lei as protege apenas parcialmente. Isso, considerando apenas as mulheres que, na seleta pesquisa realizada, alegaram ter sofrido violência - muitas nem mesmo confessam a agressão sofrida, e muitas nem mesmo entendem a situação vivido como um episódio de agressão (BRASIL, 2018).

Acredita-se, segundo informações da própria pesquisa, que o percentual de mulheres que não procuram ajuda após sofrer as agressões está diretamente relacionado às atuais falhas na prestação dos serviços estaduais. Acredita-se que a descrença das mulheres vítimas na efetiva assistência e proteção contra a violência doméstica esteja relacionada tanto ao arcabouço legislativo quanto ao desenho ou implementação de políticas públicas de enfrentamento (BRASIL, 2018).

Não são raros os obstáculos enfrentados por essas vítimas perante o Estado. O despreparo dos juízes para lidar com a situação e a negligência na aplicação da Lei Maria da Penha é um desses obstáculos. Essa condição, infelizmente, é bastante recorrente quando se trata da aplicação prática da Lei Maria da Penha e de suas medidas protetivas. Juízes que não dão o devido peso às denúncias das vítimas, funcionários

públicos totalmente despreparados para a aplicação da lei (LACERDA et. Al., 2018).

Vários são os relatos de mulheres que, ao chegarem às delegacias para fazer o Boletim de Ocorrência, são tratadas com desrespeito por agentes públicos, que cometem profundo abandono e levam as vítimas a acreditar que estão sozinhas e sem apoio do Estado (GLOBO, 2019).

Por fim, a vitimização terciária se trata daquela que ocorre no âmbito dos controles sociais, derivando do contato da vítima com o meio social em que vive, como por exemplo, o estigma que sofre no trabalho, na igreja ou em qualquer outro grupo social em que esteja inserida (BURKE, 2019). É a falta de amparo entre aqueles com quem convive que representa a vitimização terciária na violência doméstica.

Bem, não há dúvidas de que, no Brasil, a mulher vítima dessa violência sofre a vitimização nos três graus. É para combater essa realidade, portanto, que deve atuar o Direito. A Lei Maria da Penha foi um passo histórico na luta contra a violência doméstica no Brasil, mas muito ainda deve ser feito para que, por fim, a mulher possa alcançar a plenitude de um de seus direitos mais básicos: o de viver sem violência.

3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO PERFIL DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Traçar um perfil específico sobre a mulher vítima de violência doméstica é tarefa árdua, e nunca é garantia de que se chegará a resultados relevantes, pois esse tipo de violência não obedece à etnia, classe social, escolaridade ou qualquer outro fator social. A violência doméstica só respeita a um fator específico: a discriminação de gênero.

Contudo, faz-se necessário atentar que o crime, seja ele qual for, sempre terá aspectos bifrontes ou diversos, e nesses aspectos, já há tempos compreendeu-se na criminologia que a vítima e sua personalidade são, sim, importantes para a análise do fato. Isto porque a vítima interage com os ofensores e com as circunstâncias do crime (LIMA, 2013).

Apesar de não ser possível afirmar que exista um perfil concreto da vítima, pesquisas recentes apontaram algumas características em comum que grande parte das vítimas de violência doméstica apresentam.

Por claro, o gênero das vítimas é, quase em sua totalidade, feminino. A vítima desse tipo de violência que possui como fator predominantemente caracterizador o gênero deve, portanto, ser mulher (ou ao menos compreender-se como uma). Na grande maioria, as vítimas são mulheres jovens, que têm entre 25 e 30 anos (ROVINSKI, 2004).

Com relação a grau de escolaridade, 47% das mulheres vítimas de violência doméstica possuem o Ensino Fundamental incompleto, 12%, são analfabetas, e 81% das vítimas apresentam rendimento pessoal de, no máximo, 2 salários mínimos (ROVINSKI, 2004).

Os dados também preveem que as vítimas de violência doméstica representam, em 30% dos casos, donas de casa, e que na grande maioria dos casos, a violência é cometida por um homem, marido, companheiro, ex-marido ou ex-companheiro (ROVINSKI, 2004).

Tais dados acabam por apresentar uma mulher jovem, dona de casa, pobre e com baixa escolaridade como sendo o perfil da vítima de violência doméstica, parecendo corroborar com a visão popular de que apenas as mulheres pobres e desorientadas são quem apanham – e justamente por isso, entende-se que tais dados não podem ser considerados.

Como bem ensina Rovinski (2004), tais dados devem ser interpretados através de uma visão crítica sobre a forma como foram coletados, pois podem ter sido relativizados uma vez que tantas outras pesquisas entram em consenso quando defendem que o baixo nível de escolaridade, socioeconômico e outros fatores sociais não são imperativos quando se trata de violência doméstica.

Deve-se atentar, inclusive, que os dados que se possui para análise sobre esse tipo de violência são escassos, e não correspondem à realidade, pois há uma parcela considerável de mulheres que convivem diariamente com a violência doméstica e nunca deixaram transparecer tal realidade para ninguém, e as razões são diversas.

Desta forma, como já dito, tais dados, apesar de expressivos, não devem amoldar um perfil exato, pois não corresponde à realidade. Tanto a mulher pobre quanto a mulher rica sofrem a violência doméstica; tanto a analfabeta quanto a graduada, mestre e doutora. Tanto a mulher branca, como a mulher negra: essa violência não respeita grupos, só respeita a dinâmica de poder do masculino sobre o feminino. Justamente nesse sentido, tem-se:

> Nota-se que as destinatárias da Lei não são consideradas um grupo homogêneo, mas sim mulheres singulares, em suas especificidades identitárias. Assim, mulheres negras, indígenas, brancas ou de qualquer outra cor ou etnia, heterossexual, lésbica, bissexual, transexual, pobre, rica, com deficiência, assalariada, pensionista, desempregada, ciganas, ribeirinhas, camponesas, lavradoras, costureiras, quebradeiras de coco, do lar, gerentes, executivas, professoras, servidoras públicas, prostitutas, quilombola, da área rural ou urbana, de qualquer outra região do País; estudante, analfabeta, nível fundamental, médio, superior, pós-graduada; criança, adulta, jovem ou idosa; evangélica ou agnóstica, de religião de matriz africana ou católica, entre outras, têm direito a viver sem violência (ILB, 2017, p. 68).

Mas cumpre apontar características que apresentam essas vítimas, na grande maioria dos casos, e que fazem transparecer a vida de sofrimento e violência que experienciam dentro de casa: aparentam-se envergonhadas, reprimidas, tímidas, com dificuldades em reagir; são mulheres caladas, deprimidas e altamente afetadas do ponto de vista emocional, podendo, mesmo, apresentarem-se emocionalmente dependentes (ROVINSKI, 2004).

Importa, no entanto, também atentar que nem sempre precisam apresentar tal perfil. Isto porque a prática dessa violência, seja ela manifesta na modalidade que for, pode, muitas vezes, desencadear reação violenta por parte do próprio oprimido (LIMA, 2013).

Assim, nessas situações, a mulher vítima de violência doméstica apresenta-se à sociedade com a mesma agressividade com que é tratada dentro de seu lar. Pode aparentar ser uma mulher forte, independente, verdadeira "senhora de si", mas que, por alguma razão, mascara seu real comportamento de submissão e sofrimento que é regra dentro do lar.

Não se pode, em hipótese alguma, insinuar de qualquer forma que a violência doméstica ocorre por culpa, omissão ou colaboração da vítima. Já foi dito que a própria criminologia entende o papel da vítima na dinâmica do delito, porém, em especial nesse tipo de violência, o

papel da vítima deve ser compreendido do ponto de vista social e cultural: essa vítima assim se comporta porque assim foi ensinada.

Deve-se entender o papel da vítima através do ponto de vista cultural, pois o mesmo ideário social que confere poder ao homem, obriga a mulher a se submeter; a ensina a se portar de forma a "harmonizar" (de forma desumana, desigual e injusta, deve-se ressaltar) a dinâmica de poder que a cultura patriarcal e machista defende.

As razões pelas quais muitas mulheres não denunciam a situação de violência que sofrem são diversas. Dentre elas encontram-se:

- Intensidade e ambiguidade afetiva;
- Ciclo de violência com intensidades diversas;
- Dificuldade de reflexão e de identificação da violência;
- Dificuldade de rompimento do ciclo;
- Silêncio e segredo;
- Medo;
- Adesão rígida à papéis de gênero;
- Culpa/disciplina como elementos justificadores da violência;
- Negação da experiência violenta;
- Necessidade de preservação da família (ILB, 2017, p. 48).

Não bastando já todos os obstáculos íntimos, psicológicos acima dispostos, uma grande parte das mulheres não busca o poder judiciário para realizar denúncias pois tem medo de sofrer revitimizações e, ainda, não têm confiança de que tal denúncia realmente surtirá algum efeito prático na resolução do problema – tamanha é a desconfiança da funcionalidade da justiça (BRASIL, 2018).

Ainda, mesmo aquelas de denunciam, muitas vezes também acabam permanecendo no ciclo vicioso da violência. Esse ciclo crítico corresponde ao caminho percorrido pelas mulheres, partindo-se de um conjunto de decisões e ações que estas tomam para lidar com a situação de violência à qual estão submetidas.

A rota não é linear e altera-se de acordo com as situações, mas obedece a algumas fases que se encontram sempre presentes:

> a. A primeira é o período de tensão, no qual os conflitos se exacerbam e ofensas verbais são proferidas;

> b. A segunda fase corresponde àquela em que a tensão se torna aguda, chegando a agressões físicas, sexuais, abusos, acusações, etc;
>
> c. A terceira é a fase de lua de mel, do arrependimento e das promessas de mudanças e de não repetição das práticas violentas (ILB, 2017, p. 54).

Contudo, após a terceira fase, a primeira se repete, em um ciclo contínuo onde a vítima permanece emocionalmente abalada e, cada vez mais, piora seu quadro de dependência, e afunda-se, ainda mais, na situação insustentável em que se encontra – cuja gravidade evolui gradativamente (ILB, 2017).

Essa rota crítica da violência doméstica, aliada a mitos, inverdades popularmente espalhadas sobre a violência doméstica – como por exemplo, "a família é o local mais seguro eu existe" e "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher" – e, ainda, aliada ao atendimento fragmentado de diversos serviços e à ineficácia do poder judiciário, resultam de forma negativa no enfrentamento à violência doméstica, permitindo que, mesmo as vítimas que tomaram a coragem de denunciar, voltem a sofrer as consequências dessa situação, envolvendo-se novamente no ciclo de violência com o agressor (ILB, 2017).

Além disso, também sabe-se que os padrões de comportamento que se exteriorizam com frequência, nos casos de violência doméstica, são: (i) que a violência se manifesta de forma reiterada, ou seja, trata-se de um padrão de conduta continuado; (ii) as agressões não são conhecidas durante muito tempo em que já vêm sendo praticadas, pois a vítima tende a escondê-la; (iii) a violência não se restringe à violência física, e a violência moral, psicológica, patrimonial e sexual também ocorrem com muita frequência; (iv) as vítimas possuem baixa auto-estima e apresentam diversos problemas de saúde; (v) as vítimas vivem com constante sentimento de pânico e temor e (vi) geralmente necessitam de uma ajuda externa para que possam criar coragem para assumir o problema e encontrar soluções (ROVINSKI, 2004).

Diante de todo o exposto, não restam dúvidas, portanto, de que a maior característica que envolve o perfil da vítima, as características do

agressor e a conceituação do próprio crime de violência doméstica diz respeito à discriminação de gênero.

O desequilíbrio perpetrado culturalmente e que reside até hoje na sociedade brasileira é responsável pela realidade de violência contra a mulher que se mantém em prática no país. Os requintes de crueldade em regiões do corpo associadas ao feminino evidenciados em diversos casos de feminicídio revelam esse contexto discriminatório da violência contra a mulher (GALVÃO, 2017).

As concepções rígidas e desiguais quanto aos papéis de gênero da cultura machista que ainda impera no Brasil são as responsáveis pela permanência da violência doméstica. Construções que determinam o comportamento como feminino ou masculino, entendidos como "socialmente adequados" dentro da sociedade brasileira é o viés mais tóxico de todas as influências que mantém a violência de gênero acontecendo (GALVÃO, 2017).

Bem ensina Galvão (2017, p. 56) que:

> Além de gerar um desequilíbrio estrutural de poder entre masculino e femininos, a naturalização dessas expectativas sociais abre margem para que a violência aconteça quando uma mulher não cumpre o esperado. No caso do feminicídio cometido por parceiros ou ex, muitas vezes eles matam a mulher em casa, no bairro ou no trabalho, na frente de outras pessoas. São comuns os casos em que o autor não faz questão de ocultar o crime de testemunhas, o que significa que exibir aquilo reforça sua masculinidade, ele se sente autorizado pela sociedade a ter o controle de vida e morte sobre a mulher [...].

Portanto, enquanto for comum o pensamento proveniente da cultura enraizada na sociedade brasileira de que os homens são valorizados por sua força e agressividade, por exemplo, estes continuarão achando que possuem o direito de se impor às mulheres como seres que, pela mesma construção social, são vistos como vulneráveis e, quando forem contrariados, permanecerão recorrendo às agressões (GALVÃO, 2017).

É por isso que, mesmo casos que podem ser facilmente identificados como feminicídios, tal como o estupro associado à morte ou o

feminicídio no âmbito doméstico, seguem se repetindo diariamente no país. Eles acontecem, pois são, ainda hoje, banalizados. A sociedade, apesar de todo o já tratado no presente trabalho, ainda não aprendeu a dar a devida atenção a esse crime tão hediondo.

Essa banalização tem como principal questão a permanência do tratamento desses crimes, por parte da população, por parte da mídia e, até por parte das instituições de segurança e justiça como "crimes passionais" em que mais vale como justificativa o ciúmes ou o inconformismo do agressor do que o sentimento de posse e violação da autonomia da mulher vítima (GALVÃO, 2017).

A naturalização de concepções como esta encontra-se nas raízes históricas da tolerância social às diferentes formas de violência expressos nas mais simples questões da vida cotidiana, tais como a diferente tolerância com relação à traição quando o traidor é o homem ou é a mulher, ou quando se reitera um discurso que diferencia os papeis de gênero.

A violência doméstica se destaca por ser uma forma de violência que surge através dessa cultura social de discriminação, onde há a dominação do homem sobre a mulher, que é submissa e, portanto, vítima (LIMA, 2013).

E deve-se entender aqui que, apesar do que apontam os dados, quando se fala em homem, não se fala tão somente sobre o esposo ou amante. O irmão, o pai, o tio, o padrasto ou qualquer outro homem que possua relação familiar de poder sobre a mulher se confunde com a figura representada pelo amante, adversário ou inimigo (LIMA, 2013).

O delito é um exercício de poder, e esse poder, geralmente, na sociedade atual, ainda pela cultura atual, é exercido pelo homem. E não há como negar que, em uma sociedade onde ainda se veja o homem como a figura detentora do poder, sempre haverá a violência doméstica – a melhor forma de expressão do poder do homem sobre a mulher.

E ainda, como já dito, é notável, na prática, para além de todas as questões técnicas do cotidiano das pessoas envolvidas em violência doméstica que a questão predominante, e provavelmente, a mais dificilmente mutável, que permite que o ciclo da violência permaneça ocorrendo diz respeito à dificuldade imensa que se possui em rever as relações de gênero permeadas pelas hierarquias e assimetrias de poder,

geralmente imbricadas nos papéis tradicionalmente impostos aos homens e mulheres (ILB, 2017).

As mulheres acostumaram-se, pois assim aprenderam desde que nasceram, diretamente da boca de suas mães e avós, que elas ocupam o lugar de vítima, o papel de fragilidade, e diante de tal aprendizado, assim agem inconscientemente, pois acreditam ser o correto, o "natural". Contudo, no mundo contemporâneo, globalizado, conhecedor dos direitos humanos e com a ciência tão avançada, tal ideário não pode mais prosperar, justamente por não possuir qualquer fundamento e, principalmente, por ser fonte inesgotável de legitimação de injustiças e abusos.

É indiscutivelmente necessário que haja orientação à população de que a violência contra a mulher não é tolerável, e que o simples fato de as mulheres quererem igualdade e tomarem suas próprias decisões, jamais poderá justificar qualquer tipo de violência.

Como viu-se, o perfil da mulher vítima de violência, apesar de ser abrangente, sofreu modificações significativas ao longo da história justamente por terem os "papéis ideais" femininos se modificado. A mulher, ao conquistar tantos direitos, deixou de ser sujeito passivo que se contentava com sua "inferioridade" e sua "incapacidade", e aceitava seu destino.

Essa mulher modificou-se, e lutou ao longo dos séculos para que sua voz fosse ouvida, e para que ela, finalmente, fosse encarada como um sujeito humano, como o é, igual a todos os outros. E como viu-se, a conquista dos direitos como hoje se conhece é algo muito recente, e o caminho até aqui foi árduo, mas trouxe melhoras antes inimagináveis.

Após toda a exposição histórica da violência doméstica, uma coisa se pode afirmar: o novo perfil social feminino trouxe à tona uma nova vítima. Uma mulher até então não vista tão claramente como agora se pode ver. Uma mulher que reage, que busca caminhos profissionais, educacionais e, até mesmo, usa sua força no contexto social (LIMA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, a pesquisa concluiu que a violência doméstica não respeita classe social, etnia, escolaridade, ou qualquer outro tipo de agrupamento social. Essa violência respeita, tão somente, uma característica que a define como tal: o gênero da vítima.

Concluiu-se, pelo visto, que a vítima de violência doméstica, apesar de apresentar certas características em comum nas pesquisas, não obedecem a padrões, sendo o perfil da vítima, portanto, o mais variado possível, bastando que seja mulher para que possa figurar como tal.

Contudo, viu-se também que as vítimas dessa forma tão prejudicial de violência apresentam alguns comportamentos em comum quando já se encontram presas no ciclo de violência, tais como: sentimento de culpa, medo, intensidade e ambiguidade afetiva, silêncio e segredo, adesão rígida aos papéis definidores de gênero.

Essas vítimas podem apresentar tanto um comportamento retraído, tímido, submisso, quanto um comportamento agressivo, reflexo da violência que sofrem em casa, mas basicamente todas apresentam-se, frente ao agressor, com submissão frente à adesão dos papéis de gênero.

Além disso, viu-se com a pesquisa, também, que o principal fator que permanece alimentando a "aceitação" velada da violência doméstica no Brasil diz respeito à cultura patriarcal e que engessa papéis de gênero para que o homem sempre se sobreponha à mulher.

Mas frente aos avanços que hoje já são conhecidos, viu-se que a figura da mulher, de forma geral e, claro, a figura da vítima de violência doméstica sofreu diversas modificações, e apesar de essa violência ainda ser uma séria realidade no país, e muitas mulheres ainda se encontrarem em situações como essa, é possível observar o surgimento de uma nova vítima: uma vítima mais independente, que reage à violência que sofre e busca novos caminhos.

E essa "nova" figura de mulher e, consequentemente, de vítima de violência doméstica, para que continue se modificando e se fortalecendo, é necessário que haja a constante quebra de paradigma e modificação cultural para que se derrube o patriarcalismo e o machismo e se proteja, efetivamente, o princípio básico da Constituição Federal: a igualdade entre todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Pesquisa OMV/DataSenado. Publicada em março de 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de--partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia. Acesso em: 20 ago. 2020.

BURKE, Anderson**. Vitimologia: Manual da Vítima Penal**. Salvador, BA: Juspodvim, 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça – A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2013.

GALVÃO, Patrícia. **Feminicídio – Invisibilidade Mata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

GLOBO. Mulheres vítimas de violência têm dificuldades para registrar crime. **Jornal Nacional**. Publicado em: 16 de janeiro de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/16/mulheres-vitimas-de-violencia-tem-dificuldades-para-registrar-crime.ghtml. Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO (ILB). Senado Federal. **Dialogando sobre a Lei Maria da Penha**. Cadernos EAD.

ILB: Brasília, 2017. Disponível em: http://saberes.senado.leg.br/. Acessado em: 25 ago. 2020.

KERBER, Kleber. **Lei Maria da Penha completa 14 anos com violência doméstica em alta.** Publica em Estadão, em 07 de agosto de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/08/07/lei-maria-da-penha-completa-14-anos-com-violencia-domestica-em-alta.htm. Acesso em: 31 ago. 2020.

LACERDA, Wanderson Ramalho*et. al*. **A ineficácia da aplicação das medidas protetivas frente à Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340/2006). In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XXI, n. 169, fev 2018. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20162&revista_caderno=22. Acesso em: 15 ago. 2020.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a Mulher**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

RIBEIRO, Renata. **Atendimento a vítimas de violência doméstica cresce 70% em maio e bate recorde, diz centro de referência de SP**. Publicado em G1 SP, em 23 de junho de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/23/atendimento-a-vitimas-de-violencia-domestica-cresce-70percent-em-maio-e-bate-recorde-diz-centro-de-referencia-de-sp.ghtml. Acesso em: 31 ago. 2020.

ENVELHECER: A PERCEPÇÃO DO IDOSO

Fernanda Borges André[56]

Introdução

Se tratando do percurso natural da vida, a única certeza que temos, é que iremos envelhecer. É um processo natural e a população vem alcançando maiores idades por causa dos melhores recursos conquistados pela população mundial. E o que é envelhecer, o que é estar envelhecendo sob o olhar dos próprios idosos?

De acordo com os dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até o ano de 2025, o Brasil deverá possuir a sexta maior população idosa do mundo, com aproximadamente 32 milhões de pessoas em idade superior a 60 anos, o que significa, 13% da população brasileira. Esse crescimento do número de idosos em nosso país é resultante de transições demográficas e epidemiológicas relacionado ao aumento da urbanização, decréscimo da fecundidade e mortalidade e às alterações no padrão de saúde-doença, aumentando essa expectativa de vida (RIBEIRO, 2009).

Sobre o processo do envelhecimento, há modificações morfológicas, funcionais bioquímicas e psicológicas que acontece com o indivíduo, com que irá precisar de adaptações com o meio externo, o tornando-o mais susceptível a vulnerabilidade e patologias (MACENA, 2018). Alterações anatômicas, fisiológicas, biológicas, musculares,

56 Fisioterapeuta pela UFU e Pós Graduação em Acupuntura pelo IPGU

neurais, endócrinas e imunológicas são manifestações que veem com a progressão da idade (NETTO, 2004).

Com essa progressão, temos as nomenclaturas de acordo com as idades, como idade média, pessoas idosas, velhice e grande velhice. A idade média é compreendia de 45 anos a 59 anos, com idade de 60 anos a 74 anos são compreendidas as pessoas idosas, a velhice se encontra na idade de 75 anos a 89 anos e a grande velhice se compreende as pessoas que se encontram acima de 90 anos (NETTO, 2004).

Além das manifestações do envelhecimento de acordo com cada idade alcançada, fica bastante evidente o processo negativo e homogeneizador sobre o que é envelhecer (JARDIM, 2006), o que é estar velho e a forma como é tratada essa questão. Portanto, o objetivo do trabalho é ilustrar não só a percepção negativa de se envelhecer, mas mostrar o lado positivo sobre o envelhecimento e a percepção que os idosos tem sobre isso. Nesse sentido, foi realizado uma revisão bibliográfica acerca do tema para manifestar a percepção dos idosos perante a velhice.

O processo do envelhecimento não é definido por simples cronologia, e sim pelas condições físicas, funcionais, mentais e de saúde do indivíduo, sugerindo que esse processo seja pessoal e diferenciado por cada indivíduo (NETTO, 2004). Nessa perspectiva, sugere que cada um tenha a sua opinião, percepção e vivência distinta a essa fase da vida, apresentando diferentes percepções sobre o envelhecimento.

No estudo de Guerra (2010), foi apresentado duas categorias distintas sobre a velhice, as dificuldades que o idosos tem nessa fase da vida e as recompensas os proporciona. Juntamente com outros autores e relatos de idosos, podemos ilustrar bem as duas condições, o lado positivo e o negativo de se envelhecer.

Dificuldades do Envelhecimento

Sobre as dificuldades que os idosos enfrentam na velhice, vale ressaltar alguns aspectos: as doenças e incapacidades, a exclusão social, a rejeição familiar e maus tratos, o enfeamento da aparência do corpo e a proximidade da morte (GUERRA, 2010).

As projeções apontam que a população idosa funcionalmente incapacitada tende a aumentar significativamente e em um período muito curto. Essa população está prevista para crescer 179% e a população que precisa de alguma ajuda para realizar cerca de 5 a 6 atividades de vida diária (AVD'S) está prevista para crescer em 208%. Para muitos idosos o problema se inicia quando as funções começam a deteriorar, sendo a capacidade funcional um paradigma para a saúde (FREITAS, 2010) (ALVES, 2008).

Essa condição de incapacidade é bem exemplificada por relatos de pessoas idosas nos estudos de Jardim (2006), Ribeiro (2009) e Freitas (2010)*:*

> "A velhice é a pior fase porque aparece muito problema. É doença em cima de doença, um dia dói o dedo do pé, um dia dói a cabeça, outro dia dói a perna [...]. É uma insônia danada, cochilo acordo [...]. A doença entra, mas para sair é nó cego. A pior doença é a velhice." (J.A.B, masculino, 69 anos, aposentado) (JARDIM, 2006, p.30).
>
> "Quando é novo cê fica, cê sai a noite, dança. Hoje eu vou no forró e com duas horas, tô morto, minha perna cansada... to custano andá. Uai, mas é por quê? (H)" (RIBEIRO,2009, p.223).
>
> "A minha perna também dói por qualquer coisinha (M) (RIBEIRO, 2009, p.223).
>
> "Engraçado é que eu achava que tava diminuindo e o povo lá de casa dizia que eu tava era doida...[risos] (M)" (RIBEIRO,2009, p.223).
>
> É eu não escuto mais, estou levando a vida, não trabalho mais na roça, por causa da coluna. Quando era jovem, além de trabalhar muito na roça, gostava muito de dançar, era um pé de valsa! (Sr. Z)" (FREITAS, 2010, p.410).

Sobre o contexto social, na maioria das vezes, a velhice é taxada como um problema. No imaginário social a velhice é pensada como uma carga econômica e um peso, tanto para a família, quanto para a so-

ciedade, e como uma ameaça à mudança (JARDIM, 2006). É quando a partir daí, começa a ter rejeição, preconceito e maus tratos. Alguns depoimentos ilustram bem essa questão:

> "[...] Existe muita discriminação, se você vir, às vezes no ônibus o próprio motorista tem abuso de velho. Uma vez eu fui ao médico um tempo desse e ele me discriminou, eu fui fazer exame de pele para tomar banho na piscina do clube, em Aldeia e ele pegou minha camisa como que estivesse com nojo [...]. Outro dia fui no ônibus o motorista olhou para mim e disse vá lá para trás e eu disse vou descer logo lá na frente, tá com raiva de mim só porque sou velho [...]. Algumas pessoas discriminam, mas não são todas." (C.H.T, masculino, 80 anos, aposentado)" (JARDIM, 2006, p.32).
>
> [...] tristeza, solidão (entrevista 21)" (SILVA,2018, p. 3393).
>
> [...] aí os filhos vão saindo, vão trabalhando, todo mundo ocupado, e a gente fica só (Depoente 03)" (MENESES, 2013, p.17).
>
> [...] Discutimos por causa da televisão, porque ela queria um canal e eu queria outro, mas eu não bati, eu encostei uma garrafa na cabeça dela e forcei. O que acontece é que, por conta disso, ela e essa minha irmã que tá morando com ela prestou essa queixa. E é difícil porque uma vez que ela é mãe, ela é genitora, aí fica difícil [...] (Cardo, 47 anos, filho)" (SILVA,2016, p.643).
>
> [...] Sou uma filha rebelde, mas nunca bati, porque quem bate em mãe e pai são os filhos amaldiçoados e eu nunca fiz isso. [...] Eu cheguei de madrugada e estava sem a chave, ela (a mãe) acordou para abrir a porta e brigou comigo, e aí nós discutimos, aí ela tentou dar em mim, eu a empurrei e ela caiu no sofá (Hortência, 35 anos, filha)" (SILVA, 2016, p.643).
>
> [...] No processo está escrito que eu humilhei, ameacei e agredi fisicamente meu pai e me apropriei do documento da casa. Mas eu não fiz isso. É a mulher que cuida dele (da casa dele) que bota as coisas na cabeça dele (Lavanda, 54 anos, filha)" (SILVA,2016, p.643).

Há também as questões da velhice relacionadas a estética corporal, os idosos apontam alterações que muitas das vezes não lhe agradam e torna-se mais um problema quando se trata da velhice:

> O cabelo cai. O cabelo do homem vai caindo por causa do hormônio masculino, né? (M)" (RIBEIRO, 2009, p.222).
>
> Nossa! O meu também cai demais (M)" (RIBEIRO, 2009, p.222).
>
> [...] Achei engraçado, a pele da gente é lisa, depois a pele da gente fica enrugada (M)" (RIBEIRO, 2009, p.222).
>
> As rugas vão aparecendo (H)" (RIBEIRO, 2009, p.222).
>
> [...] É horroroso (M) [idosa fala ao olhar para as suas mãos]" (RIBEIRO, 2009, p.222)
>
> [...] A minha ficou toda pintadinha, oh! Já fui até no médico por causa disso! (M)" (RIBEIRO, 2009, p.222).
>
> "[...] eu me olho no espelho e me sinto diferente do que eu era quando era moça, me sinto mais feia, acabada, diferente da mocidade." (J.S.F, feminino, 76 anos, aposentada)" (JARDIM, 2006, p.30).

Outro aspecto que os idosos relacionam a velhice é a proximidade com a morte. Na terceira idade, por ter maior aceleração no declínio em relação a saúde e o acometimento de doenças, a preocupação com a morte torna-se ainda mais evidente, em ILPI's, hospitais ou o idoso em sua própria casa (BARBOSA, 2011).

Esse processo se vê por causa de alguns fatores: o abandono da profissão, a aposentadoria, o papel do filho deixa de existir com a morte do seu último genitor, a viuvez traz a perda do papel do cônjuge, o adoecimento podendo inverter os papéis entre genitores e filhos, além das perdas de outros papéis socialmente desempenhados (BARBOSA, 2011).

Diferentemente da visão negativa que alguns idosos tem em relação a velhice, outros já consegue aproveitar todas as fases da vida à sua

maneira, tirando o melhor de cada situação, já que é o ciclo natural da vida, envelhecer.

Recompensas do Envelhecimento

Em relação as recompensas que o envelhecimento traz para o idoso, vale ressaltar alguns aspectos: a experiência, presença de apoio e suporte familiar e participação em grupos de apoio (GUERRA, 2010).

A velhice é um momento de compartilhamento das experiências de vida e de conhecimentos acumulados ao longo dos anos. No estudo de Meneses (2013) e Silva (2018) temos alguns relatos sobre as experiências dos idosos e o quanto isso tem importância para eles:

> [...] o bom é que é experiência de vida, nós somos um bauzinho de surpresa, nós somos como uma águia e renovamos a cada momento. (Depoente 04)" (MENESES, 2013, p.17).
>
> [...] é bom ser idoso, porque idoso já tem experiência, é bom. (Depoente 09)" (MENESES, 2013, p.17).
>
> [...] é muito bom a experiência que temos na velhice [...] (entrevista 14)" (SILVA, 2018, p.3394).

Em relação a presença de apoio e suporte familiar, muitos entrevistados relatam pontos positivos relacionados a família. Relatam a importância da interação familiar para a velhice bem-sucedida, nos estudos de Meneses (2013) demonstram muito bem essa situação:

> [...] meus filhos todos já estão casados, têm as suas famílias, mas não me abandonaram, graças a Deus. (Depoente 01)" (MENESES,2013, p.17).
>
> [...] eu vou para onde eu quero, estou com minhas filhas, tenho as minhas amizades. (Depoente 02)" (MENESES, 2013, p.17).
>
> [...] eu vivo com a minha família. Graças a Deus, me sinto muito acolhida por ela. (Depoente 05)" (MENESES, 2013, p.17).

Na participação de grupos de apoio e socialização, o idoso valorizam as atividades, o exercício físico e os benefícios que tudo isso para eles, como vemos nos estudos de Wichmann (2013) e Andrade (2014):

> [...] to satisfeita porque faz bem pra mim, eu tinha problema de pressão e tudo isso ta passando, isso ajuda muito a gente (mulher, 60 anos, casada, idosa brasileira)" (WICHMANN, 2013, p.826).
>
> [...] ali me ajudam a recuperar a memória, e assim não perco mais do que tenho (homem, 82 anos, casado, idoso espanhol)" (WICHMANN, 2013, p.826).
>
> Muito importante, porque pra mim ajudou muito as atividades, eu já era quase aleijada, e agora está bem melhor (mulher, casada, 68 anos)" (WICHMANN, 2013, p.827).
>
> Valorizo porque tenho colegas ali, que me distraio com eles e falamos, e fazemos exercícios e fazemos coisas e tudo isso me serve para estar entretido e não metido em casa e assim tenho um porquê nesta vida (homem, casado, 82 anos)" (WICHMANN, 2013, p.827).
>
> Eu vivia muito só, em casa sem fazer nada, quando soube dos encontros vim e gostei e não vou deixar de vir mais. Quando fiquei viúva, fiquei me sentindo muito sozinha, não tinha nenhuma atividade, fui convidada, vim e não perdi mais um encontro (S1, S17, S28)" (ANDRADE, 2014, p.43).
>
> Eu vim para o grupo atrás de diversão, lazer e distração, porque vivia só, sem atividade, sem ter o que fazer, aí aqui a gente se distraí e faz amizades. Fui convidada por vizinhas para vir, disseram que era tudo alegria e diversão aqui, e vim e gostei e não falto mais nenhum (S11, S39, S46)" (ANDRADE, 2014, p.43).
>
> Aqui a gente se sente melhor, convive com pessoas da nossa idade, cria um círculo de amizades. Me sinto bem feliz, quando venho aqui encontro os amigos, passeia e não cai na velhice (S7, S33, S55)" (ANDRADE, 2014, p.43).

> Me sinto outra pessoa quando estou aqui, desabafa, conversa e acaba a solidão. É um divertimento os encontros, fico alegre e de bem com a vida com boa saúde. É uma distração, aqui a gente se sente a vontade e tem mais liberdade de expressão (S5, S40, S53)" (ANDRADE, 2014, p.43).

Por meio dos relatos dos idosos em diferentes estudos, podemos evidencias que a experiência de envelhecer é única e individual, cada um tem uma percepção diferente em ser e estar velho. Tudo se dá por suas condições físicas, emocionais, sociais, fisiológicas e psicológicas que vão assumir diferentes "faces" (SILVA, 2018).

Considerações Finais

Os idosos interpretam a velhice e o ser velho em diferentes aspectos, cada um com sua particularidade, dando prioridade para aquilo que é mais relevante para si. Nos estudos a maioria dos idosos entrevistados foram positivos para sua condição, enfatizando a importância de cada fase da vida e aproveitando da melhor forma nas condições que o seu corpo permite.

Com esses estudos, possibilita uma melhor visão perante a velhice. O que se pode pensar e fazer nessa idade que pelo ciclo natural da vida vamos nos encontrar em algum momento.

Referências

ALVES, Luciana Correia. Conceituando e mensurando a incapacidade funcional da população idosa: uma revisão de literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 1199-1207, 2008.

ANDRADE, Ankilma do Nascimento. Percepção de idosos sobre grupo de convivência: estudo na cidade de Cajazeiras-PB. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 39-48, 2014.

BARBOSA, Caroline Garpelli. O significado da morte para adolescentes, adultos e idosos. **Paidéia**, Sorocaba, v. 21, n. 49, p. 175-185, ago. 2011.

FREITAS, Maria Célia de. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 2, n. 44, p. 407-412, 2010.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti. Dificuldades e recompensas no processo do envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, p. 2931-2940, out. 2010.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva. Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção dos idosos sobre a velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 25-34, 2006.

MACENA, Wagner Gonçalves. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. **Mosaicum**, Ilhéus, p. 224-236, abr. 2018.

MENESES, Dayse Layanne Pereira. A dupla face da velhice: o olhar de idosos sobre o processo de envelhecimento. **Enfermagem em Foco**, Teresina, v. 1, n. 4, p. 15-18, jan. 2013.

NETTO, Francisco Luiz de Marchi. Aspectos biológicos e fisiológicos do envelhecimento humano e suas implicações na saúde do idoso. **Pensar A Prática**, Catalão, v. 7, n. 0, p. 75-84, mar. 2004.

RIBEIRO, Liliane da Consolação Campos. Percepção dos idosos sobre as alterações fisiológicas do envelhecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 220-227, jun. 2009.

SILVA, Cirlene Francisca Sales. Violência Contra Idosos na Família: Motivações, Sentimentos e Necessidades do Agressor. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Pernambuco, v. 3, n. 36, p. 637-652, set. 2016.

SILVA, Emília Pio da. Envelhecer no olhar da pessoa idosa: uma análise a partir do software IRAMUTEQ1. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 3386-3400, ago. 2018

WICHMANN, Francisca Maria Assmann. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 821-832, dez. 2013

A ACUPUNTURA CONSTITUCIONAL DOS 5 ELEMENTOS E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DOS PAIS SOB OS FILHOS

Fernanda Borges André[57]

1- INTRODUÇÃO

Os fundamentos da Acupuntura Constitucional dos Cinco Elementos foram estabelecidos há mais de 2.000 anos e baseia-se nos estudos de processos da natureza e de como esses processos se manifestam nos seres humanos. Os tipos constitucionais dos Cinco Elementos se veem principalmente na forma física e nos aspectos do caráter de uma pessoa. (HICKS; HICKS; MOLE, 2014)

Observar a altura, cor da pele, forma e tamanho do corpo, forma da mão, dedos, tronco, braços, formato da face, comportamento psíquico, caráter, toques, tonalidade da voz, emoções mais acentuadas e odor são algumas características corporais em que se baseia a avaliação de um indivíduo perante a sua constituição, seja ela pré e/ou pós-natal. Sendo então o Constitucional, a somatória de aspectos físicos e psíquicos (SOUSA, 2015).

Com essa ferramenta de avaliação em mãos, conseguimos descobrir e entender as características específicas de cada pessoa, como é sua personalidade, quais são suas fraquezas, o que as deixam mais forte,

57 Fisioterapeuta pela UFU e Pós Graduação em Acupuntura pelo IPGU

suas deficiências, se tem ótima cicatrização, se é propenso a ter tensão cervical, problemas tendinosos, enxaquecas, dores lombares, se sempre vai ser aquela pessoa com sobrepeso ou obesa mesmo fazendo dieta a vida toda, se muda de personalidade de uma hora pra outra. Tudo isso, todas essas características, podemos saber através de uma avaliação constitucional e entender mais o próximo, ter mais empatia e tratar melhor as pessoas de acordo com seu Constitucional (CROSARA, 2017).

Cada pessoa nasce com determinada Constituição e consequentemente com um determinado tipo corpóreo. Mesmo se duas pessoas tiverem a mesma constituição, suas características vão ser diferentes, ninguém é somente um tipo de elemento, podemos ter 2, 3, 4 e/ou 5 elementos manifestados em uma mesma pessoa (MACIOCIA, 2017).

Segundo a concepção taoísta, os elementos são a base da concepção do Universo e de todos seus componentes, logo, todas as estruturas, sistemas fisiológicos, órgãos, vísceras ou estruturas psíquicas estão relacionadas a um dos elementos. Temos então 5 elementos Constitucionais: Constitucional Elemento Água, Constitucional Elemento Madeira, Constitucional Elemento Fogo, Constitucional Elemento Terra e Constitucional Elemento Metal. Cada Constitucional de um elemento tem suas características marcantes, em que se difere um do outro (SOUSA, 2015) e (SILVA, 2007).

Sobre o Constitucional Elemento Água, as pessoas têm tendência a apresentar tez escura, enegrecida, apresentam rugas e cabeça grande, face e corpo arredondados (forma circular), bochechas largas, abdome grande, ombros estreitos e relativamente pequenos. O rosto é redondo, com muitas marcas de expressão, musculatura fraca, possuem coluna longa e ereta. (SOUSA, 2015) (CROSARA, 2007)

No Constitucional Água, as pessoas podem odiar mentiras e injustiças (eliminam de seu relacionamento pessoal e social todos aqueles que acham incorretos), primam pela correção em tudo e com todos, possui pensamentos rápidos e sono leve, são pessoas de difícil mudança em usa opinião, gostam de crianças e idosos, se tranquilizam com o sabor doce, gostam do movimento e não gostam de ficar paradas. Normalmente são pessoas solitárias, extremamente in-

teligentes, muito leais aos amigos e colegas de profissão, atentos e sensíveis, autoconfiantes e tudo que almejam, conseguem. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007)

Por terem essa Constituição, pessoas do Elemento Água podem ser que desenvolvam problemas lombares, dores no joelho, impotência sexual, cabelos brancos, dentes frágeis, problemas renais e infecção urinaria. Geralmente gostam da cor preta, preferem a estação inverno, mas não gostam de frio e sua matriz emocional é o medo. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007)

Sobre o Constitucional Madeira, as pessoas tendem a apresenta a cabeça um pouco pequena e face alongada, ombros largos, dorso ereto, pés com aspecto elegante e as mãos pequenas com estrias profundas e calosidades nas articulações interfalangeanas , as unhas podem ser ruídas pelos mais nervosos, tem a musculatura rígida e definida, o rosto tem formato quadrado com olhos e cílios grandes, braços e pernas longos e musculosos e os pés são mais sensíveis. Geralmente as pessoas deste Constitucional falam em tons mais altos (parecendo até gritar) e podem ter o quadril mais largos. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007).

Pessoas desse elemento gostam muito de serem ativos e praticam bastante esporte, possuem pés sensíveis, gostam de comprar sapatos (as vezes pode virar compulsão), ficam felizes em gastar, são pessoas ótimas na cozinha, tudo que plantam prosperam, tem facilidade com números, pensam em muitas coisas ao mesmo tempo e podem ter ansiedade. São dinâmicos, mas muito duvidosos, gostam de limpeza, de reciclar e jogar as coisas fora. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007).

Por ser desse elemento, pessoas do Constitucional Madeira são muito propensos a irritabilidade, são aquelas pessoas mais explosivas, agressivas, sua raiva pode gerar até problemas estomacais, impacientes, podem oscilar seu ponto de vista e serem desatentas. Podem ter enxaquecas, tendências à rinite alérgica, sinusites, baixa resistência da pele, inflamação de tendões e problemas na vesícula. Preferem cores mais vivas, verde ou tons de marrom, gostam da primavera e não lidam muito bem com vento, sua Matriz emocional é a raiva. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007).

Sobre o Constitucional do Elemento Fogo, em suas características físicas, as pessoas apresentam face avermelhada e corada, cabeça pequena, queixo pontiagudo, dentes largos, cabelos escassos, pés e mãos pequenos, músculos do dorso, quadril e ombros bastante definidos, a forma do rosto geralmente é um losango, a cor da pele é mais clara, os cabelos as vezes podem ser preto e crespos. São normolíneos, com estrutura proporcional a sua musculatura, sua coxa e abdome bem desenvolvidos, quadril fino e a cintura larga, caminham firme e balançam o corpo enquanto andam. Possuem mãos pequenas e são proporcionais em todas as direções, dedos mais longos que a palma e polpa dos dedos avermelhado. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007).

Se tratando de pessoas do elemento Fogo, são cheios de altos e baixos, oscilam muito o humor ao mau humor em um espaço de tempo muito curto (alegria e tristeza, disposição física à apatia e falta de vontade, sempre polos opostos) tem personalidade rápida, são energéticos e ativos, caminham firme e balançam o corpo enquanto andam, possuem uma ótima memória, podem ser um pouco ansiosos, são pessoas sonhadoras e buscam sempre o amor, são melhores na primavera e no verão, adoecem mais no outono e inverno. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007).

Em relação as suas deficiências, pessoas desse elemento, Fogo, podem apresentar problemas cardíacos, dores no tórax, hiperidrose, síndrome do pânico, depressão, transtornos bipolares. Podem ter a necessidade de se expressar e falar, sempre buscando a atenção de quem está ao seu redor. Sua cor é o vermelho, a estação é verão e sua Matriz Emocional é o calor. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007)

Sobre o Constitucional do Elemento Terra, as características físicas das pessoas são: tez amarelada, cabeça relativamente grande, mandíbulas largas, ombro e dorso bem desenvolvidos e bonitos, abdome largo, músculos da coxa e panturrilha fortes. As pessoas Terra tendem a ter excesso de peso, seu sistema digestivo é preguiçoso e com isso torna seu metabolismo "lento". Possuem uma fraqueza média do abdome fazendo com que a musculatura de distende com facilidade deixando-a grande. Acontece também de o abdome desabar e a pessoa ficar com uma "forma de maça". (SOUSA, 2015), (CROSARA, 2007) e (HICKS; HICKS e MOLE, 2014).

As pessoas do Constitucional Terra, são pessoas mais calmas, generosas, gostam de ajudar, não são ambiciosas, de fácil convivência, sempre tem pessoas ao seu redor, não conseguem falar não para ninguém. São determinados, possuem pensamento rápido, tendem a corrigir tudo o que está de errado em sua volta, tem uma boa memória, vontade de resolver logo os problemas. Uma curiosidade, costumam misturar todos os alimentos do prato na hora da refeição e após as refeições gostam de deitar-se para "fazer o quilo. (SOUSA, 2015) e (CROSARA, 2007)

Sobre suas deficiências, as pessoas Terra, são pessoas que tendem a ter problemas de gastrite, gengivite, náuseas, úlcera estomacal e vômitos. Podem ter um pouco de baixa estima e depressão. Preocupação, pensamentos excessivos e solicitude excessiva são definitivamente parte de sua patologia. (SOUSA, 2015), (CROSARA, 2007) e (HICKS; HICKS e MOLE, 2014).

Sobre o Constitucional do Elemento Metal, são as pessoas que tem a afeição empalidecida, face quadrada, cabeça pequena, ombros e parte superior do corpo pequenos, abdome magro e achatado, mãos e pés pequenos, apresentam acne e magreza constitucional (são aquelas pessoas que comem bastante e não engordam). Geralmente a cor da pele é clara, são longilíneos, com rosto fino, cabeça pequena e nariz forte, fino e grande, a mão é longa com palma estreita, oval e alongada e dedos compridos não muito flexíveis, pele seca e rugosa vulnerável ao frio. (SOUSA, 2015) (CROSARA, 2007)

As pessoas do Constitucional Metal possuem o olfato bastante aperfeiçoado (são as primeiras pessoas a sentir cheiro de algo) e possuem grande capacidade de cicatrização. São calmos, bastante quietos mas com ação decisiva quando necessário, possuem aptidão para liderança e administração, gostam de guardar coisas, não lidam muito bem com "o jogar fora" de seus pertences, possuem bastante vazio interior, não são de admitir sua opinião preferindo ser mais reservado, podendo ser caracterizados até por "rabugentos".(SOUSA, 2015)(CROSARA, 2007)

As deficiências do elemento Metal consistem em ficar mais frágeis e vindo adoecer no verão e primavera. Possuem perfil patológico para problemas respiratórios, renite, sinusites, faringites, problemas intesti-

nais, alergias cutâneas, pele ressecada ou oleosa, cáries dentárias e podem apresentar o bruxismo. (SOUSA, 2015)(CROSARA, 2007)

Portanto, tudo que se tem no interior, se manifesta no exterior, não conseguindo esconder de você mesmo ou dos outros o seu verdadeiro eu, sua verdadeira identidade, suas características, seu comportamento, que tudo é observado pela avaliação do Constitucional na MTC. Cada pessoa é única e cada um expressa seu Fator Constitucional de maneira única, de modo que as conexões nem sempre são coerentes. Basta nós observarmos, fazer uma boa avaliação para conhecer melhor as pessoas, sua fortaleza e suas deficiências. (SOUSA, 2015)(HICKS; HICKS e MOLE, 2014).

Tendo em vista esse método avaliativo e observador, podendo conhecer melhor as pessoas, suas personalidades e seu caráter, suas fraquezas e sua motivação, podemos entrar em uma questão bastante discutida nos últimos tempos, a educação dos filhos. Seria uma ferramenta auxiliadora para melhorar a relação e educação dos pais com os filhos.

Em relação a isso, pressupondo que a personalidade é formada nos primeiros anos de vida, através do convívio com outras pessoas, pessoas principalmente próximas, tanto a presença quanto a ausência dos pais influenciam no caráter e a personalidade dos filhos. Questões relativas como confiança, amor, segurança, diálogo, críticas construtivas, desprezo, violência e ausência, tudo tem um peso para construção desse caráter. Sendo relacionamentos entre pais e filhos ou relacionamento dos pais, serão de grande valia para amadurecimento e formação psicológica desse indivíduo. (OLIVEIRA; SILVA, 20-?)

Segundo Eunice Alencar, em seu livro "A criança na família e na Sociedade", nos diz que a qualidade da interação entre os pais e os filhos são mais importantes do que somente a presença deles. Essa relação entre ambos é de extrema importância para o desenvolvimento psicológico do indivíduo e se caracteriza como educação informal.

Compreende-se então que a família é considerada o primeiro agente de educação do indivíduo, tendo como papel aperfeiçoar vínculos afetivos, emocionais e de confiança. Sendo a família participativa de modo efetivo, o desenvolvimento saudável da criança nos aspectos

cognitivos, afetivo, emocionais, comportamentais e sociais estarão presentes no âmbito educacional. (DIAS, et.al., 2015)

2- METODOLOGIA

Visando o melhor entendimento e correlação dos temas em questão, se tornou necessário a elaboração de uma revisão bibliográfica acerca dos temas, em livros, periódicos, revistas e demais trabalhos científicos. Com a compreensão do assunto, se torna melhor o entendimento sobre personalidade do ser, com base na metodologia de avaliação dos 5 elementos, e consequentemente melhor inter-relação entre pais e filhos gerando melhor criação/educação deles, foco principal do trabalho.

3- DISCUSSÃO

De acordo com a Medicina Chinesa e Acupuntura, a constituição é composta de Essência, Qi e mente. Se a Essência herdada dos pais for forte, constituirá uma base de vida saudável, a pessoa apresentará uma forte resistência á patologias. De acordo com os cinco tipos de constituição, podem ser identificados e de grande importância, a determinação do caráter e prognóstico de qualquer patologia. (LUPINACCI; CUTOLO, 2011)

Através do Constitucional, podem associar-se susceptibilidades ou tendências a desarmonia. Uma pessoa do elemento Metal por exemplo, tem dificuldade de romper vínculos levando a uma sensação de tristeza e pesar. Esses sentimentos, se reprimidos, podem causar dispneia e problemas respiratórias, de acordo com o Qi (energia) do pulmão. (LUPINACCI; CUTOLO, 2011).

Se os pais soubessem que seu filho é do Constitucional Madeira, sabendo que podem ser compulsivos por compras, não educariam melhor seu filho em relação a finanças? Estimulariam o dom da culinária e do plantio podendo até incentivar em uma carreira profissional futuramente? Colocariam seu filho cedo em algum esporte para estimular sua aptidão física natural? Cuidariam dos distúrbios alimentares, oculares ou enxaquecas na fase inicial do problema?

Se soubessem que seu filho é do Constitucional Água, estimulariam melhor sua inteligência desde cedo? Cuidariam com antecedência de dores lombares ou de joelho? Incontinência urinária ou impotência sexual? Estimulariam a trabalhar em equipe sabendo que são bastantes leais aos amigos e colegas de trabalho? Colocariam sempre atividades para executarem sabendo que não gostam de ficar parados?

Se soubessem que seu filho é do Constitucional Fogo, lidariam melhor com sua oscilação de humor? Tratariam -o de um modo melhor em que não estimulariam seu lado agitado, explosivo e impaciente? Colocariam para conviver mais com os amigos sabendo que são pessoas extrovertidas, francas, com bastante alegria e sempre querendo ser o centro das atenções? Não estimulariam mais vezes por ser um grande sonhador?

Se soubessem que seu filho é do Constitucional Terra saberiam lidar melhor com sua impaciência e certa inconstância de temperamento e disposição? Saberiam lidar melhor com sua alimentação por terem tendência a sobrepeso ou obesidade? Estimulariam mais o esporte? Não deixariam abusar da sua hospitalidade por gostar de ajudar todos em tudo?

Se soubessem que seu filho é do Constitucional Metal não reclamariam ou brigariam por ver ele sempre mais quietinho, de poucas palavras? Não zombariam por ele comer muito e nunca engordar? Brigaria com ele por sempre ter renite ou sinusite e falar que é frescura, ou que a imunidade esta baixa? São observariam mais de perto se está sentindo um vazio mesmo com sua dedicação excessiva em tudo que fazem?

O impacto positivo que as interações saudáveis têm na primeira infância, é de extrema importância na formação de cidadãos. As experiências e oportunidades de bons relacionamentos auxiliam na criação de um forte alicerce gerando valores, habilidades cognitivas e sociabilidade. É nessa fase que começa o desenvolvimento humano, tendo boas oportunidades na infância, tendem a apresentar melhor desenvolvimento acadêmico. (ABUCHAIM; et. al., 2016)

Alguns autores entendem que toda atuação familiar é um modo de educação. Os pais são responsáveis por legitimar ou rechaçar conheci-

mentos e valores adquiridos pelas crianças no processo de socialização e interação com o mundo. Independente se os pais tenham uma atitude que queriam ou não naquela determinada hora, ou falou alguma coisa que deveria ou não, sempre vão participar da educação dessa criança. (FERRARI, 2019).

De acordo com Zamberlan (2003, p.13-14), é preciso considerar que:

> A sociedade tem sofrido intensas e profundas transformações nos vários níveis que a compõem: econômico, cultural, de valores etc. O grupo familiar, por conseguinte, acompanha essas transformações. Nas três últimas décadas, vem acontecendo uma transformação da configuração da família, com mudanças nos padrões de funcionamento entre seus membros, principalmente no que diz respeito às famílias reconstituídas. A coexistência na sociedade de diferentes arranjos familiares modificou o conceito de família e provocou um processo de assimilação e formulação de novos valores e práticas nessa instituição. A passagem de um modelo a outro tem exigido dos membros da família uma adaptação às mudanças de relacionamento, nos papéis da organização e estrutura familiar, assim como das respostas que esta passou a dar às demandas do ambiente.

A principal influência norteadora do desenvolvimento da personalidade é a família. Por sua vez, as relações porventura que sejam inadequadas entre os pais e suas crianças constituir-se-ão em um campo fértil de estressores para seus membros. (MONDIM, 2008)

Segundo Marinho (2001, p.13):

> A criança precisa sentir que é amada na vitória e na derrota com a mesma intensidade. Acreditando que amar os filhos não é um instinto (como em instinto materno), mas um conjunto de comportamentos, fruto de contingências, devemos identificar quais são as variáveis envolvidas em sua ocorrência ou não. Ajudar pais a amarem seus filhos inclui ajudá-los a aceitar suas crianças como pessoas inteiras que buscam aprender a melhor

> forma de agir neste mundo e ser feliz. Ajudá-los a valorizar a vida ali presente.

A procura por atendimentos psicológicos para auxílio de problemas de comportamento apresentados por crianças, tem aumentado muito nas últimas décadas. E isso vem acontecendo pela dificuldade que inúmeras famílias têm encontrado para educar seus filhos. (MONDIM, 2008)

Os pais precisam ter acesso aos conhecimentos de outras práticas educativas que garantam a criação e a manutenção de um repertório comportamental adequado. Para que isso aconteça, precisam ter alguma estratégia, para a redução e manutenção de comportamento inadequados assim como aumento e incentivo de comportamentos adequados. (MONDIM, 2008)

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em toda discussão feita no decorrer do artigo, se torna necessário a melhor compreensão dos padrões comportamentais pelos pais diante do equilíbrio e desequilíbrio de cada Fator Constitucional facilitando os mesmos no entendimento da personalidade dos filhos e consequentemente norteando os pais no que se refere a educação e criação.

5- REFERÊNCIAS

AUDEN, Wystan Hugh; KRONENBERGER, Louis. **The faber book of aphorisms.** London: Faber & Faber, 1962.

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira et al. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância.** São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2016. 16 p.

ALENCAR, Eunice m.L. Soriano de. **A Criança na Família e na Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CROSARA, Costhantino. **No corpo de Deus**.Uberlândia: Roma, 2007.

DIAS, Stefania Germano et al. **A importância da participação dos pais na educação dos filhos no contexto escolar**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande. **Anais… .** Campina Grande: Realizeventos Cientificos & Editora, 2015.

FERRARI, Juliana Spinelli. **Papel dos pais na educação:** a dimensão emocional da formação; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/psicologia/papel-dos-pais-na-educacao.htm. Acesso em 16 de setembro de 2019.

HICKS, Angela; HICKS, John; MOLE, Peter. **Acupuntura Constitucional dos Cinco Elementos.** 2. ed. São Paulo: Guanabara, 2014. 496 p.

LUPINACCI, Natália; CUTOLO, Luiz Roberto Agea. Estilos de pensamento em Acupuntura: uma análise epistemológica. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.47-58, 2011.

MACIOCIA, Giovanni. **Os fundamentos da medicina chinesa**. Rio de Janeiro: Roca, 2017.

MARINHO, Maria. Luiza. Subsídios ao terapeuta para análise e tratamento de comportamento em crianças: quebrando mitos. In M. L. Marinho, V. E. Caballo (Org.). **Psicologia clínica e da saúde**. Londrina: UEL; Granada: Apicsa, 2001.

MONDIN, Elza Maria Canhetti**. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. Psicologia Argumento**, Paraná, v. 26, n. 54, p.233-244, set. 2008.

OLIVEIRA, Eveli de; SILVA, Paulo Sergio da. **A influência da educação dos pais na formação da personalidade e do caráter dos filhos.** Disponível em: <http://www.unifieo.br/files/0413pegeo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

OLIVEIRA, Margarida. **Traços de personalidade à luz da medicina tradicional chinesa (MTC):** Do Emotivo Tai Yang ao

Sentimental Shao Yin. 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0374.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, Delvo Ferraz da. Psicologia e Acupuntura: Aspectos Históricos, Políticos e Teóricos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, p.418-429, 2007.

SILVA, Jonileide Mangueira da; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Acupuntura e Psicologia:** um estudo dos cinco elementos. Disponível em: <https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/13/49_-_Acupuntura_e_Psicologia_um_estudo_dos_cinco_elementos.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

SILVA, Silvia. **Papel parental em perturbações do comportamento infantil.** 2008. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0100.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SOUZA, Jean Luís. **Ensinando Acupuntura Constitucional Chinesa com Arte:** uma interpretação através dos Cinco Elementos / Jean Luís de Souza. – 1 impressão. – Minas Gerais: Uberlândia, 2015.

ZAMBERLAN, M. A. T. **Psicologia e prevenção:** Modelos de intervenção na infância e na adolescência. Londrina: EDUEL, 2003.

A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Darlan Alves Moulin[58]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o papel da tributação na redução das desigualdades sociais. Questiona-se, como problemática, se o tributo no Brasil é utilizado para cumprir os objetivos constitucionais ou se ele é apenas um meio para obter receitas para manter a máquina estatal em funcionamento.

Cogita-se que, no Brasil, a tributação visa apenas obter recursos para os cofres públicos, deixando de cumprir o seu papel constitucional, hipótese confirmada a luz de diversos estudos realizados que revelaram ser o tributo um meio apenas de manter a máquina administrativa em funcionamento, enquanto grande parte da população vive as margens da sociedade, devido ao aumento crescente da pobreza e das desigualdades sociais.

Busca-se, então, reconhecer a tributação como um valioso instrumento a disposição do Estado para cumprir os objetivos constitucionais, especialmente, a redução das desigualdades, já que por meio dela é possível concretizar os direitos sociais por meio da realização

58 Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos. Professor de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário na Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Pesquisador bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA/RJ

de políticas públicas eficazes, visando garantir a igualdade material e, consequentemente, a efetivação da justiça social.

Num primeiro momento, este trabalho fará uma análise sobre o aumento das desigualdades sociais sobre a renda no final do século XX. Após, será analisado o papel da tributação no combate às desigualdades, tendo em vista o seu papel para a efetivação dos objetivos constitucionais. Para tanto, foram utilizados os métodos crítico, de revisão bibliográfica e analise documental.

1. O AUMENTO DAS DESIGUALDADES SOBRE A RENDA NO FINAL DO SÉCULO XX

Inicialmente, é preciso esclarecer que desigualdade social é um termo amplo, cujo conceito engloba diversos tipos de desigualdades, sendo que, neste trabalho, será analisada a problemática da desigualdade econômica que é causada pela má distribuição de renda, o que acaba por comprometer a concretização dos objetivos constitucionais e a plena efetivação do desenvolvimento humano. Nesse sentido, verifica-se que:

> O conceito de desigualdade social compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de renda, oportunidade, gênero, escolaridade e muitas outras. No presente trabalho, trata-se da desigualdade social na perspectiva da desigualdade econômica, causada pela distribuição desigual de renda (aproximando- se do sentido proposto pela Constituição Federal, art. 3º, inciso III). (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, 219).

É possível notar que a desigualdade econômica acaba por agravar, ainda mais, as demais desigualdades, tendo em vista que a falta de renda ou acesso insuficiente a ela impede que muitas pessoas possam usufruir de serviços indispensáveis a obtenção de uma vida digna, uma vez que:

> A desigualdade econômica desencadeada pela má distribuição de renda (onde a maioria dos recursos está concentrada nas

> mãos de uma minoria da sociedade) é a fonte geradora de inúmeras desigualdades (alimentação, moradia, segurança, postos de trabalho, educação, saúde etc.), já que a indisposição de recursos leva, via de regra, ao menor acesso ou acesso de pior qualidade a estes serviços. (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, 219).

François Dubet (2015, p. 14) sustenta que o crescimento das desigualdades é acarretado pelo declínio da solidariedade, sendo certo que esse crescimento é fruto de diversos mecanismos econômicos adotados pelos Estados. Neste sentido, verifica-se que "[...] o declínio da solidariedade é a consequência do crescimento das desigualdades, e que essas crescentes desigualdades são o produto de mecanismos econômicos aos quais não podemos nos opor senão a nossa indignação".[59]

Como visto, a desigualdade de renda é uma das causas do aumento da pobreza, a qual é compreendida como uma das privações das capacidades humanas básicas que possibilitam o pleno desenvolvimento humano. Essa questão foi sensivelmente tratada por François Dubet (2015, p. 12) ao afirmar que:

> Os muito ricos são ainda mais ricos e as desigualdades de riqueza aumentam ainda mais do que os salários. A tendência está bem consolidada, porque agora os aluguéis superam o trabalho. Desemprego e precariedade estão instalados, enquanto os trabalhadores pobres se multiplicam; nas cidades, grandes ou pequenas, os 'guetos' são formados onde os mais pobres, os migrantes e seus filhos estão concentrados. Nós nos acostumamos com a presença de mendigos e desabrigados. [60]

59 "[...] la declinación de la solidaridad es la consecuencia del crecimiento de las desigualdades, y que estas desigualdades incrementadas son el producto de mecanismos económicos a los que no podemos oponer otra cosa que nuestra indignación". (Tradução nossa).

60 Los muy ricos son aún más ricos, y las desigualdades de patrimonio se incrementan aún más que las salariales. La tendencia está bien consolidada, porque ahora las rentas rinden más que el trabajo. Se instalan el desempleo y la precariedad, en tanto que se multiplican los trabajadores pobres; en las ciudades, grandes o pequeñas, se forman

No entanto, essas problemáticas sociais precisam ser combatidas por meio de políticas públicas, inclusive as de redistribuição de renda para que os objetivos constitucionais sejam alcançados, especialmente a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, previstos no artigo 3º, III, da Constituição Federal de 1988.

Importante afirmar que a desigualdade entre ricos e pobres sempre aumentará quando a taxa de rendimento de capital (r) for maior que a taxa de crescimento da renda e das produções nacionais (g). Desta forma, verifica-se que as desigualdades tenderão a aumentar quando r > g, pois os patrimônios adquiridos no passado acabaram por se recapitalizar com mais rapidez do que a progressão dos salários e das produções (RIBEIRO, 2015, p. 03).

Nesse sentido, Thomas Piketty (2014, p. 555) declara que:

> Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro.

Corroborando esse entendimento, Ricardo Lodi Ribeiro (2015, p. 04) leciona que:

> Essa dinâmica tende a ser exacerbada no século XXI quando se espera, como demonstra o autor, que as taxas de crescimento econômico gravitem em torno de 1 a 1,5% ao ano, enquanto a remuneração do capital em média deverá ficar situada na faixa anual de 4 a 5%. De acordo com o estudo, o crescimento futuro dos países já desenvolvidos não deve superar esse patamar, ao contrário do que ocorreu na fase áurea do século XX, dos anos

'guetos' donde se concentran los más pobres, los migrantes y sus hijos. Hemos terminado por acostumbrarnos a la presencia de mendigos y de personas sin techo. (Tradução nossa).

> de 1950 a 1970, em função dos investimentos na reconstrução e na recuperação da economia após as duas Guerras Mundiais. Presentemente, crescimento mais elevado só será encontrado nos países emergentes, que ainda guardam um déficit a ser superado em relação aos países mais desenvolvidos. Superado esse déficit, o crescimento tende a diminuir.

Percebe-se a partir daí que as taxas de retorno referentes ao capital têm grandes possibilidades de aumento, podendo, inclusive, dobrar o seu tamanho inicial, tendo em vista que os rendimentos dos grandes investidores costumam ser melhores, quando comparados aos obtidos pelos pequenos poupadores (PIKETTY, 2014, p. 420).

Assim, a soma desses dois fatores acaba por acarretar um agravamento na mazela da desigualdade que sempre predominou no sistema capitalista, considerando-se o acúmulo de capital por aqueles que o detinham. Nesse sentido, Thomas Piketty (2014, p. 432) leciona que:

> O problema é que a desigualdade r > g, reforçada pela desigualdade dos rendimentos em função do tamanho do capital, conduz frequentemente a uma concentração excessiva e perene da riqueza: por mais justificáveis que elas sejam no início, as fortunas se multiplicam e se perpetuam sem limites e além de qualquer justificação racional possível em termos de utilidade social.

Ricardo Lodi Ribeiro (2015, p. 04-05) afirma que os defensores do capitalismo sustentavam que a concentração de renda oriunda do sistema capitalista acabou por ser atenuada no decorrer do século XX, devido às duas guerras mundiais, bem como à crise econômica de 1929, as quais reduziram o retorno do capital, acabando por criar a falsa percepção de que o capitalismo seria a solução para todos os problemas da sociedade, inclusive para a redução das desigualdades, levando-se em conta seu desenvolvimento e os avanços tecnológicos. Estes iriam possibilitar que a desigualdade entre a base e o topo da pirâmide social fossem reduzidas. No entanto, Thomas Piketty (2014, p. 556) sustenta que essas reduções não estariam relacionadas com o sucesso do capi-

talismo, pois tais reduções são frutos dos acidentes históricos, que não podem ser previstos ou planejados.

Quanto às desigualdades de renda e de patrimônio, ocorridas durante esses períodos históricos, Ricardo Lodi Ribeiro (2015, p. 05) ensina que:

> [...] as distinções na desigualdade de renda e de patrimônio verificadas entre os variados períodos históricos e países pesquisados, embora sutis, não são desprezíveis, e se devem à política tributária adotada pelos Estados nacionais, como é o caso da introdução da tributação progressiva sobre a renda e heranças no período posterior à primeira guerra mundial e, especialmente, à segunda guerra mundial, como medidas destinadas à reconstrução nacional adotada, especialmente, nos EUA e no Reino Unido.

O referido autor argumenta, também, que a política tributária adotada por determinado Estado pode agravar ainda mais as desigualdades na renda e patrimônio, citando, como exemplo, a política de redução da progressividade adotada nos EUA e no Reino Unido, que acabou por possibilitar um grande salto nas remunerações muito elevadas, em consequência do aumento da proporção ocorrida entre o rendimento do capital e o crescimento econômico nacional. O autor acrescenta, ainda, que os efeitos da redução da progressividade foram mais graves nos EUA quando as alíquotas de todas as faixas tributárias foram reduzidas (RIBEIRO, 2015, p. 05).

Elucidando esse entendimento, Anthony B. Atkinson (2015, p. 221) sustenta que:

> A redução na alíquota do topo no Reino Unido foi particularmente acentuada no governo Thatcher, que, ao tomar posse em 1979, reduziu de 83% para 60% a alíquota sobre a renda auferida da parcela do topo. Então, em 1988, quando Nigel Lawson era ministro das Finanças, a alíquota do imposto de renda do topo foi ainda mais reduzida, para 40%. [...] Em meio a essa drástica mudança na política tributária, o Reino Unido

> não estava sozinho. Nos Estados Unidos, a alíquota do topo foi, de modo semelhante, reduzida pela metade: de 70% em 1980 para 35%, elevando a taxa de retenção marginal de 30% para 65% [...]

Verifica-se que o declínio da progressividade tributária agravou ainda mais as desigualdades, uma vez que permitiu aos detentores das grandes riquezas a possibilidade de escolherem o montante da carga tributária que iriam suportar, já que acabaram por se aproveitar de um ambiente fiscal em que a circulação de capitais é livre, fazendo com que o topo da pirâmide tributária seja composto por uma arrecadação regressiva (RIBEIRO, 2015, p. 05).

Thomas Piketty (2014, p. 427) afirma que, atualmente, os níveis de desigualdades são altíssimos, visto que a parcela do milésimo superior da população detém 20 % do patrimônio total; o centésimo superior está perto de 50% do referido patrimônio e o décimo superior está entre 80% e 90 %. Ele esclarece, ainda, que a metade inferior da população mundial detém, sem dúvida, menos de 5% do patrimônio total.

Reforçando esse entendimento, François Dubet (2015, p. 21) sustenta que:

> Hoje em dia, 50% dos franceses mais pobres compartilham 4% do capital, enquanto os 10% mais ricos compartilham 62% e, muito desigualmente, quando você vê o que o 1 e 0 obtêm, 1% mais afluente. Em comparação, as desigualdades salariais, da ordem de 1 a 4, descontadas as taxas entre o decil superior e o decil inferior, parecem muito moderadas, apesar do aumento dos supersalários.[61]

61 En nuestros días, el 50% de los franceses más pobres comparte un 4% del capital, en tanto que el 10% más rico comparte el 62% y de manera muy inequitativa, cuando se ve lo que aquel captan el 1 y el 0,1% más acaudalados. En comparación, las desigualdades salariales, del orden de 1 a 4 descontados los impuestos entre el decil superior y el decil inferior, parecen muy moderadas a pesar del ascenso de los supersalarios. (Tradução nossa).

É importante lembrar que a desigualdade é um problema de extrema gravidade, uma vez que os seus efeitos são produzidos pela além dos aspectos econômicos, uma vez que o agravamento dela não prejudica apenas aos pobres, mas acaba refletindo sobre toda a sociedade, já que produz um sentimento de injustiça social, em consequência do aumento das divisões entre as classes. Verifica-se, ainda, que estudos revelam que o grau de desigualdade social de um Estado é o fator que está diretamente relacionado com o bem-estar, ou não, de uma sociedade. Pode ser compreendido como a saúde física e mental, o desempenho educacional, a expectativa de vida, dentre outros fatores (WILKINSON; PICKETT, 2010, p. 283-285).

Desta forma, percebe-se que não existe um processo natural que seja capaz de combater o crescimento da desigualdade, especialmente nos Estados que adotam o sistema capitalista. Assim, é imprescindível que os Estados passem a adotar medidas que possibilitem a redução dessas desigualdades, dentre elas uma alteração no sistema tributário, a fim de reduzir a tributação sobre o consumo e rendimentos do trabalho, possibilitando que todas as pessoas possam ter uma vida digna.

2. A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Inicialmente, é preciso esclarecer que a distribuição de riquezas em uma sociedade está relacionada com a sua própria ordem jurídica, conforme advertido por Ronald Dworkin (2005), visto que essa distribuição não está associada apenas às leis que regulam a propriedade e as formas para a sua aquisição e transferência, mas também quanto às normas previdenciárias, fiscais e políticas. Desta forma, atesta-se que "o combate à desigualdade pode ser compatível com a liberdade individual e a livre iniciativa desde que estas sejam harmonizadas com a justiça social por meio de uma tributação capaz de promover a redistribuição de riquezas". (RIBEIRO, 2015, p. 07).

Thomas Piketty sempre acreditou que a tributação é o instrumento mais eficaz para se redistribuir riquezas a fim de se combater as desigualdades sociais. O autor (2015, p. 85) sustenta que:

> O instrumento privilegiado da redistribuição pura é a redistribuição fiscal, que, por meio das tributações e transferências, permite corrigir a desigualdade das rendas produzida pelas desigualdades das dotações iniciais e pelas forças do mercado, a o mesmo tempo que preserva o máximo a função alocativa do sistema de preços.

Segundo esse entendimento, Liam Murphy e Thomas Nagel (2005, p. 155-156) afirmaram que "em princípio, os níveis relativos de riqueza podem ser ajustados por meio de outros aspectos do sistema jurídico, mas o meio mais eficiente é sem dúvida o código tributário". Percebe-se, então, que a tributação é um valioso instrumento a ser utilizado pelo Estado para reduzir as desigualdades sociais que tanto afligem as sociedades pós-modernas.

Darlan Alves Moulin e Daisy Rafaela da Silva (2017, p. 229) argumentam ainda que "a tributação justa é essencial para que o Estado possa reduzir as desigualdades sociais, uma vez que é por meio do tributo que o Estado poderá realizar as políticas públicas no sentido de concretizar os direitos sociais constitucionalmente previstos".

Logo, a tributação não poderá mais ser utilizada apenas em seu caráter arrecadatório. Ela deve cumprir a sua função social, possibilitando a efetivação dos objetivos constitucionais. Observa-se que:

> [...] a tributação, à luz da atual Constituição Federal, não pode ser mais encarada somente com função arrecadatória e de abastecimento dos cofres públicos. Deve ser utilizada também para o cumprimento dos objetivos fundamentais da República (erradicação da pobreza e marginalização e diminuição das desigualdades sociais e regionais), já que ela pode exercer a função também redistributiva, na forma de um necessário intervencionismo estatal [...] (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, 228).

A partir desse entendimento, Elvio Gusmão Santos (2018, p. 01) leciona que:

> O modelo de tributação de uma nação exerce um importantíssimo papel no combate às desigualdades sociais e econômicas. Em um sistema tributário justo e equilibrado há uma tendência para que a renda e a riqueza sejam menos concentradas. O papel do tributo em uma sociedade contemporânea não é somente financiar o Estado, mas, primordialmente, servir de instrumento de transformação social para resgatar direitos não realizados. Tal função não é apenas dos tributos, pois todo o sistema jurídico no qual ele está inserido e dá suporte tem esse dever de atuar como um agente transformador.

A tributação poderá ser utilizada tanto para a redistribuição de renda, quanto para a distribuição de renda, objetivando à efetivação da justiça social e a concretização dos objetivos constitucionais. Nesse sentido, Ricardo Lodi Ribeiro (2015, p. 07-08) leciona que:

> O combate às desigualdades sociais pela via da tributação se dá não só pela redistribuição de renda, através da introdução de prestações positivas aos mais pobres, a partir de recursos orçamentários obtidos por meio da tributação dos mais ricos, mas ainda pela distribuição de rendas, que não tem propriamente o conteúdo distributivo, mas baseia-se apenas nas receitas e na ideia de divisão justa do ônus fiscal pela capacidade contributiva, por meio da progressividade e da tributação sobre as grandes riquezas, a fim de evitar a concentração de renda. Deste modo, independentemente das prestações estatais positivas a serem financiadas pelas receitas públicas, a tributação das altas rendas e patrimônios constitui uma forma de fazer dos ricos um pouco menos ricos, o que acaba por assegurar uma maior igualdade social já que esses recursos são destinados a outros segmentos sociais.

Quanto à redistribuição de renda, percebe-se que a instituição da progressividade da tributação sobre as rendas e heranças é imprescindível para possibilitar a realização das prestações positivas que o Estado Social impõe. Além disso, para que haja a regulação do capitalismo,

torna-se indispensável a distribuição de rendas por meio da tributação dos grandes capitais (RIBEIRO, 2015, p. 08).

Percebe-se que a tributação sobre os grandes capitais é de fundamental importância para a redução das desigualdades, ainda que as receitas públicas obtidas com tal tributação não sejam tão importantes para o orçamento público, pois a tributação dos grandes capitais é um valioso mecanismo para "evitar a espiral desigualadora sem fim e uma divergência ilimitada das desigualdades patrimoniais, além de possibilitar um controle eficaz das crises financeiras e bancárias". (PIKETTY, 2014, p. 504).

Observa-se que a redução das desigualdades só será possível quando os Estados passarem a adotar um sistema tributário progressivo. Dessa forma, Ricardo Lodi Ribeiro (2015, p. 08-09) afirma que a redução dessas desigualdades somente ocorrerá por meio da implementação de uma reforma tributária igualitária para a qual devem ser observadas as seguintes medidas:

> a) a adoção de uma base tributária que confira mais peso à tributação da renda, das heranças e do patrimônio, em relação aos salários e o consumo; b) a tributação progressiva da renda e das heranças; c) a adoção da tributação mundial sobre os capitais (grandes fortunas); d) o combate à concorrência tributária internacional pela adoção da transparência fiscal.

Faz-se necessário, portanto, esclarecer que uma das alternativas para se reduzir os índices de desigualdades sociais é com a alteração substancial da estrutura do sistema tributário brasileiro para torná-lo mais progressivo, reduzindo a tributação sobre o consumo e sobre os rendimentos do trabalho, de modo a possibilitar que as pessoas possam usufruir de melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo, foi possível demonstrar que o aumento das desigualdades está intimamente relacionado com a estrutura tributária de uma sociedade, uma vez que os Estados que pautaram

seus sistemas na tributação na regressividade, ou seja, tributaram com mais ênfase o consumo de bens e serviços e os rendimentos do trabalho em detrimento das altas rendas, heranças e patrimônio possuem índices de desigualdades maiores do que aqueles Estados que se utilizaram da progressividade fiscal para reduzir o abismo existente entre aqueles que estão no topo da pirâmide social daqueles que se encontram espremidos na base dessa pirâmide.

Desta forma, é extremamente necessário e urgente que os Estados passem a adotar uma política fiscal progressiva, de modo a diminuir a carga tributária que recai sobre os mais pobres, possibilitando que estes possam utilizar os recursos que lhes restam para terem uma vida com um pouco mais de dignidade para si e suas famílias.

Portanto, a tributação não pode mais ser utilizada apenas para arrecadar recursos para os cofres públicos. Pelo contrário, ela deve servir de instrumento à disposição do Estado para concretizar os direitos fundamentais, possibilitando o cumprimento dos objetivos constitucionais, principalmente a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ANSELMINI, Priscila; BUFFON, Marciano. Tributação como instrumento de redução das desigualdades no Brasil. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 226-258, abr. 2018. DOI: 10.5433/1980-511X2018v13n1p226. ISSN: 1980-511X. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/29111>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade:** o que pode ser feito? Tradução de Elisa Câmara. São Paulo: Leya, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2020.

DUBET, François. ¿Por qué preferimos la desigualdad? (aunque digamos lo contrario). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana** – A teoria e a prática da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MOULIN, Darlan Alves; SILVA, Daisy Rafaela da. A tributação sobre o consumo e as desigualdades sociais no estado de crise socioeconômica . **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 1, p. 211-232, jan./jul. 2017. Disponível em: < http://seer.ufms.br/index.php/revdir/article/view/2978>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. **O mito da propriedade:** os impostos e a justiça. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

_____. **O capital do século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Piketty e a reforma tributária igualitária no Brasil. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2015. Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/15587/11798>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ROSSIGNOLI, Marisa; SANESHIMA, Cristiano Floriano. Desenvolvimento, distribuição de renda e sistema tributário brasileiro: algumas inter-relações. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 2, p. 217-240, jul./dez. 2017. Disponível em: < http://seer.ufms.br/index.php/revdir/article/view/4079>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTOS, Elvio Gusmão. **Desigualdade social e justiça tributária.** Disponível em: < www. agu.gov.br/page/download/index/id/905012 >. Acesso em: 11 ago. 2020.

WILKINSON, Richard e PICKETT, Kate. **O Espírito da Igualdade** – porque razão as sociedade mais igualitárias funcionam quase sempre melhor. Trad. Alberto Gomes. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA EQUITATIVA PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

Darlan Alves Moulin[62]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a importância de se implementar uma reforma tributária equitativa para reduzir as desigualdades que assolam o Brasil. Questiona-se, como problemática, se a atual estrutura do sistema tributário brasileiro é capaz de combater às desigualdades ou se essa estrutura acaba por agravar essa mazela social.

Cogita-se que a atual estrutura do sistema tributário coopera para o agravamento das desigualdades sociais, hipótese confirmada a luz de diversos estudos realizados que demonstraram que a regressividade do sistema colabora para o agravamento das desigualdades, na medida em que tributa com mais intensidade o consumo de bens e serviços e os rendimentos do trabalho em detrimento das altas rendas, heranças e patrimônio, o que corrobora para a ampliação das injustiças sociais, já que esse modelo de tributação acaba onerando mais aqueles que se encontram na base da pirâmide social, beneficiando aqueles que se encontram no topo dessa pirâmide.

62 Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos. Professor de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário na Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Pesquisador bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA/RJ.

Busca-se, então, a possibilidade de se reconhecer a necessidade de se alterar a estrutura regressiva do sistema tributário brasileiro para que a carga tributária possa recair, com maior ênfase, sobre aqueles que possuem altas rendas, de modo a aliviar a tributação sobre o consumo de bens e serviços e sobre os rendimentos do trabalho, possibilitando às classes menos favorecidas maior poder aquisitivo para obterem uma vida com mais qualidade.

Num primeiro momento, o trabalho abordará o papel das políticas tributárias para a redução das desigualdades sociais. Posteriormente, será analisada a importância da reforma tributária equitativa para a concretização dos objetivos constitucionais. Para tanto, utilizou-se os métodos crítico, de revisão bibliográfica e análise documental.

1. O PAPEL DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Inicialmente, é preciso esclarecer que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, conforme previsto no artigo 3º, III, da Constituição Federal de 1988. Quanto a esse objetivo fundamental, Marisa Rossignoli e Cristiano Floriano Saneshima (2017, p. 223) ensinam que "[...] a palavra 'objetivo', utilizada pelo legislador constituinte, deve ter o sentido de uma meta a ser alcançada pelo Estado, enquanto o adjetivo 'fundamental' deve significar que tais objetivos estão entre os principais, ou seja, são a base, o alicerce".

Reforçando esse entendimento, José Afonso da Silva (2009, p. 46) argumenta que "'objetivo' é um signo que aponta para frente, indicando um ponto adiante a ser alcançado pela prática de alguma ação - aqui: ação governamental. 'Fundamental', aqui, é o adjetivo que se refere ao que se tem como mais relevante no momento, ao que é prioritário e básico".

O referido autor (2009, p. 46) sustenta, ainda, que os objetivos fundamentais previstos no Texto Constitucional não são privativos dos governantes que estão no poder em determinado período, mas sim do próprio Estado brasileiro, motivo pelo qual devem ser concretizados independentemente dos ideais políticos daqueles que governam o país.

Quanto ao objetivo fundamental previsto no artigo 3º, inciso III da Constituição Federal de 1988, é necessário a compreensão do significado das expressões pobreza, marginalização e desigualdades sociais. Para reverter o atual cenário da realidade brasileira é indispensável à adoção de políticas públicas que visem efetivar tal objetivo e, consequentemente, protejam a própria dignidade humana. Nesse sentido, observa-se que:

> Por outro lado, como bem coloca o autor, há a intenção de mudança neste quadro, erradicando (eliminando totalmente) a pobreza e marginalização (situação social daquele que fica à margem da sociedade) e diminuindo a diferença existente na condição social dos cidadãos dentro desta sociedade, bem como entre as diversas regiões do país (desigualdade regional). Ou seja, o Estado deve trabalhar sempre visando diminuir as desigualdades sociais e regionais (as quais não necessariamente precisam ser eliminadas, ao contrário da pobreza e marginalização). Assim, chega-se ao entendimento de que, de acordo com os princípios constitucionais, a existência de alguma desigualdade é tolerada, mas desde que não seja extremada nem faça haver pobreza e marginalização de pessoas (estado de não acesso aos recursos mínimos existenciais). (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, p. 223).

No entanto, percebe-se que as desigualdades sociais encontram-se em rápido crescimento, não apenas por suas tendências naturais, mais também pela falta de investimentos governamentais e comunitários, fundamento pelo qual, nos últimos tempos, tem ocorrido um aumento na diferença entre pobres e ricos devido a concentração de renda e patrimônio em percentuais cada vez mais elevado para uma pequena parcela dos membros da sociedade. Atualmente, verifica-se que "1% da população mundial detém 50% de toda a riqueza do planeta, enquanto a metade inferior da pirâmide possui menos de 5% da riqueza". (RIBEIRO, 2015, p. 34). Nesse sentido, François Dubet (2015, p. 20) esclarece que:

> O crescimento das desigualdades sociais durante um longo período e em um grande número de países foi objeto de análise para muitos economistas. Essas obras são mais confiáveis porque seus autores não são conhecidos como 'esquerdistas' (muito menos marginais). Todos eles mostram a concentração de fortuna no grupo de 1% e, mais ainda, dos 0,1% mais ricos. Em 2010, dois anos após a crise, 1% dos americanos capturou 93% dos suplementos de renda; Deduzidos os impostos, os 20% mais ricos recebem tanto quanto os 80% restantes![63]

Tal concentração de renda acaba por excluir a maior parte da população mundial do livre acesso aos direitos básicos para obterem uma vida digna. Nesse sentido, Thomas Piketty argumenta que:

> Do ponto de vista da verdadeira regra de ouro, que se refere à acumulação total do capital nacional, o fato é que os países europeus jamais estiveram tão prósperos. Por outro lado, o que é certo, é muito vergonhoso, é que o capital nacional é extremamente mal repartido: a riqueza privada se apoia sobre a pobreza pública e, sobretudo, por consequência, há uma despesa muito maior em juros da dívida do que investimos, por exemplo, no nosso ensino superior. (2014, p. 551).

Assim, percebe-se que, se não forem realizadas políticas públicas eficazes, a concentração de riqueza irá aumentar sobremaneira, gerando sérios prejuízos à democracia e à satisfação das necessidades básicas das classes menos favorecidas. Desta forma, os Estados devem se valer da tributação igualitária com o objetivo de redistribuição de rendas, uma vez que essa política fiscal visa concretizar a justiça social ao mes-

63 El crecimiento de las desigualdades sociales a lo largo de un extenso período y en una gran cantidad de países fue materia de análisis para muchos economistas. Esos trabajos son más creíbles ya que sus autores no tienen fama de "izquierdistas" (ni menos aún de marginales). Todos ellos ponen de manifesto la concentración de la fortuna en el grupo del 1% y, más aún, del 0,1% más rico. En 2010, dos años después de las crisis, el 1% de los estadounidenses captó el 93% de los suplementos de ingreso; ¡deducidos los impuestos, el 20% más ricos recibe tanto como el 80% restante! (Tradução nossa).

mo tempo em que preserva a livre concorrência e a livre iniciativa (RIBEIRO, 2015, p. 35).

Marisa Rossignoli e Cristiano Floriano Saneshima (2017, p. 228) reiteram que o modelo tributário de um Estado acaba exercendo grande influência sobre a sociedade em que está inserido, visto que ele pode ser utilizado para satisfazer os interesses próprios da administração governamental (arrecadação de tributos), bem como para modificar a realidade daquela sociedade, com o aumento ou diminuição da renda de seus habitantes.

Os referidos autores (2017, p. 229) sustentam, ainda, que as políticas tributárias e fiscais devem ser realizadas de modo a cumprir os objetivos constitucionais. No entanto, na busca pela efetivação de tais objetivos, há reivindicações realizadas por aqueles que pagam seus tributos, bem como por aqueles que são destinatários da aplicação de tais recursos. Desta forma, o governo deve equilibrar as demandas sociais e as reivindicações dos que suportam o ônus tributário.

2. A IMPORTÂNCIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA EQUITATIVA PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS

Por tais razões, a concretização dos objetivos constitucionais é o fim a ser alcançado pelas políticas fiscais e tributárias, já que o sistema tributário somente poderá ser considerado justo quando contribuir, efetivamente, para a redução das desigualdades sociais:

> [...] a verificação do equilíbrio não se pode dar somente equacionando as contas (quantia arrecadada *versus* quantia gasta). À luz da Constituição Federal e seus princípios sociais, só há equilíbrio se houver isonomia de fato na tributação, observando-se a capacidade de contribuição de cada um, ou seja, tributar mais aquele que tem mais recursos e vice-versa, bem como se os valores forem aplicados em prol de quem necessita mais e não o contrário. Somente desta forma pode haver um sistema tributário justo e que contribua para a diminuição das desigualdades sociais [...] (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, p. 229).

Validando esse entendimento, Pedro Eduardo Pinheiro Silva (2010, p. 131) sustenta que:

> A ordem constitucional brasileira eleva o Estado a instrumento de transformação social, à medida que impõe a execução de políticas públicas comprometidas com a consecução de uma ordem social mais justa e igualitária, ou seja, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. É, portanto, dever do Estado Democrático de Direito compensar os contrastes sociais, visando a uma ordem social mais justa mediante a utilização da política tributária. Em razão disso, no Estado Democrático de Direito, característico de uma constituição dirigista, a função dos tributos não pode restringir-se, unicamente, ao financiamento do setor público. Deve, por outro lado, buscar os objetivos de redistribuição aos quais concorrem não só os tributos progressivos, mas também com os gastos públicos especialmente direcionados a criar maiores utilidades à parcela da população com mais necessidades por satisfazer.

No Brasil, não há uma tributação justa, pois o sistema tributário brasileiro é regressivo e acaba por afastar diversos investimentos, devido a sua alta carga tributária. É necessário que esse sistema promova uma tributação maior sobre os rendimentos, patrimônio e herança dos mais ricos, com o objetivo de aliviar a carga tributária que incide sobre os trabalhadores e consumidores (RIBEIRO, 2015, p. 35).

Para ilustrar esse entendimento, é imprescindível demonstrar que:

> No sistema tributário brasileiro, a tributação é mais excessiva sob os bens de consumo, o que resulta num prejuízo para os contribuintes de menor poder aquisitivo, e como consequência disso é a carga tributária regressiva. O Brasil é um dos países que concentra mais da metade de sua tributação sobre os bens de consumo, sendo financiado pelas classes mais pobres via impostos. A consequência disso é o aumento da desigualdade de renda e social. Portanto, é de suma importância que se tribute

> de forma a garantir uma vida minimamente digna, observando a capacidade econômica do contribuinte. Para isso, é essencial a progressividade da carga tributária sobre os bens conforme a situação econômica do cidadão, devendo repensar a incidência da carga tributária sobre os bens, como os de consumo, que atinge grande parte da população com menor poder aquisitivo. (ANSELMINI; BUFFON, 2018, p. 228-229).

Nesse sentido, Darlan Alves Moulin e Daisy Rafaela da Silva (2017, p. 228) sustentam que:

> [...] a Lei Maior estabeleceu que a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais constitui-se objetivo fundamental da República, devendo o sistema tributário se reformular de modo a cumprir a referida determinação constitucional, pois o atual sistema tributário acaba por favorecer as desigualdades tributárias, uma vez que acaba favorecendo os mais ricos em desfavor dos menos favorecidos, com uma tributação indireta injusta como é o caso brasileiro.

Com o objetivo de realizar, Brasil uma verdadeira reforma tributária igualitária, Ricardo Lodi Ribeiro propõe algumas medidas que devem ser discutidas por toda a sociedade, visando alcançar a efetivação da justiça fiscal e social. Nesse sentido, o autor (2015, p. 35-36) afirma que devem ser discutidas as seguintes propostas:

> a) tributação progressiva de todos os rendimentos da pessoa física, ficando a tributação dos lucros das empresas como mera antecipação da primeira; b) ampliação do número de alíquotas da tabela do imposto de renda das pessoas físicas, de modo a tributar efetivamente os mais ricos, e elevação dos limites das faixas mais baixas, a fim de preservar a renda dos assalariados; c) aumento das alíquotas e estabelecimento da progressividade da tributação sobre heranças e doações; d) instituição do imposto sobre grandes fortunas, considerando o patrimônio todo do contribuinte, inclusive as dívidas, e desonerando a tributação

> sobre o patrimônio imobiliário urbano e rural, que passaria a ter função meramente extrafiscal, sendo as perdas municipais compensadas pelo incremento do fundo de participação dos municípios em relação ao imposto de renda dos mais ricos; e) alívio na carga fiscal sobre o consumo, especialmente na tributação federal pelo IPI, PIS e COFINS, até o limite do aumento das receitas advindas da tributação da renda e do patrimônio dos mais ricos; f) incremento das políticas de transparência fiscal, de combate à evasão e à elisão, da flexibilização do sigilo bancário e da imunização dos efeitos dos paraísos fiscais.

No entanto, compreende-se que há grandes dificuldades práticas para a implementação de tais medidas, tendo em vista que o sistema político brasileiro é dominado por aqueles que detêm o poder econômico, e são esses que acabam por financiar as campanhas eleitorais, razão pela qual as decisões que são tomadas pelos governantes favorecem apenas aqueles que estão no topo da pirâmide (PIKETTY, 2014, p. 500).

Entretanto, percebe-se que devido à concentração de renda e exclusão social as mazelas sociais estão crescendo num ritmo acelerado, não restando alternativa democrática a não ser enfrentar tais problemas que demandam uma atuação positiva do Estado, para a qual há necessidade de obtenção de recursos públicos, os quais serão obtidos por meio de uma reforma tributária igualitária (RIBEIRO, 2015, p. 36).

Desta forma, Ricardo Lodi Ribeiro argumenta sobre a necessidade de se realizar uma reforma tributária para a obtenção de redistribuição de renda, visando garantir a todas as pessoas, especialmente àquelas que não detém poder econômico, o pleno acesso aos serviços públicos básicos, promovendo uma inclusão social, a fim de que o pleno desenvolvimento humano seja uma realidade no Estado brasileiro.

Nesse sentido, o citado autor (2015, p. 36-37) sustenta que:

> É preciso que os setores empresariais adotem uma postura menos reativa a essas ideias, pois não será mais possível às classes dominantes brasileiras continuarem vivendo em oásis sem serem incomodadas pela desagregação do tecido social. A lógica

> de proteção das elites por meio do direito penal do inimigo já começa a dar sinais de cansaço, uma vez que não mais haverá polícia, ministério público ou magistratura que sejam suficientes para coibir os efeitos danosos de tamanha desagregação social, uma vez que no Brasil, há uma parcela significativa da população para quem a democracia, que a Constituição de 1988 trouxe aos setores médios, ainda não chegou. Por outro lado, se nos Governos Lula e no primeiro Governo Dilma o quadro de ebulição do caldeirão social foi mantido sob fogo baixo diante do êxito na promoção da redução da pobreza com base em políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e da valorização real do salário mínimo, a perversidade do nosso sistema tributário não foi atacada, o que contribuiu para, a despeito da obtenção de mobilidade na parte mais baixa da pirâmide social, não tenha havido redução da desigualdade na parte de cima da tabela. No entanto, o modelo de conferir benefícios aos mais pobres sem impor o ônus aos mais ricos parece ser dado sinais de esgotamento já no início do segundo Governo Dilma, revelando a impossibilidade de manutenção das conquistas sociais sem impor maiores sacrifícios aos mais ricos em um cenário de baixo crescimento econômico da queda do preço das commodities nacionais no mercado exterior.

Importante salientar que essa reforma tributária igualitária é indispensável para que haja uma tributação justa, tendo em vista que um sistema tributário pautado no consumo não pode promover uma justiça fiscal, pois acaba por acarretar um aumento nas desigualdades sociais, uma vez que a renda e o patrimônio dos ricos não são alcançados, de forma eficaz, pela tributação, e o sistema tributário é regressivo, incidindo com mais força sobre os rendimentos dos trabalhadores assalariados e sobre os bens e serviços consumidos (RIBEIRO, 2015, p. 37-38).

Nesse sentido, Priscila Anselmini e Marciano Buffon (2018, p. 226) afirmam que:

> A tributação baseada sobre os bens de consumo e serviços aumentam as desigualdades de renda, uma vez que a carga tribu-

> tária atinge significativamente a parcela da população de classe baixa e média. Os seus efeitos regressivos acarretam problemas na distribuição de renda, bem como no acesso aos direitos básicos do cidadão brasileiro.

Sobre essa temática, constata-se que:

> No caso brasileiro, uma das causas da concentração de renda e elevada desigualdade social é, sem dúvidas, o caráter regressivo da carga tributária, já que a ênfase da arrecadação é na tributação indireta, a qual recai principalmente sobre o consumo, onerando as famílias mais pobres e, de certa forma, privilegiando os mais abastados. (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, p. 232).

Ricardo Lodi Ribeiro afirma que o Brasil deve discutir sobre a implementação dessa reforma tributária igualitária, pois por meio dela será possível promover políticas públicas eficazes para a concretização dos objetivos previstos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, o autor (2015, p. 38) enfatiza que:

> [...] em nosso país, aproveitando os primeiros sinais de reação politicamente organizada à submissão da política da influência do poder econômico global, é preciso ousar para fazer com que a Constituição Cidadã chegue à vida e à mesa de todos os brasileiros, o que não só é o desafio dessas primeiras décadas do século XXI, mas pressuposto para o próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois não há investimentos sem paz social, e não há paz social sem o atendimento das necessidades básicas da população mais pobre, o que, por sua vez, não se viabiliza sem um sistema tributário mais justo.

A concretização de tais objetivos e, consequentemente, dos direitos fundamentais depende da arrecadação de tributos e sua eficiente utilização por parte do Poder Público, que, por meio de uma reforma tributária igualitária, poderá promover a redistribuição de rendas

e reduzir, fortemente, as desigualdades sociais que assolam o Estado brasileiro. Nesse sentido, observa-se que:

> Desta forma, as normas constitucionais, inclusive as programáticas, tais como a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades devem ser encaradas como uma obrigação de qualquer governo que se proponha a administrar o Estado brasileiro. É claro que o quadro de desigualdade não irá ser revertido instantaneamente, ou de uma hora para a outra. Contudo, a obrigatoriedade seria na busca constante deste objetivo, uma evolução. Para tanto, a utilização de todo o sistema torna-se necessário, notadamente o sistema de arrecadação de tributos, já que este sendo bem utilizado tem força para promover a redistribuição de renda, à medida que onere mais àquele com maior capacidade de contribuição (e não o contrário) e que os recursos sejam destinados aos mais necessitados. (ROSSIGNOLI; SANESHIMA, 2017, p. 226).

Para tanto, deve-se utilizar a tributação como instrumento de redistribuição de renda para a concretização dos objetivos constitucionais, uma vez que:

> [...] a desigualdade de renda, bem como a má distribuição de recursos e riqueza presentes no Estado brasileiro, pode ser reduzida via tributação, pois, além de políticas públicas, o Brasil poderia diminuir significativamente essa desigualdade se reestruturassem a sua base tributária. A tributação é um meio para redução dessas iniquidades sociais, através de uma tributação mais significativa sobre o patrimônio, seguida da renda e por último sobre bens de consumo e serviço. Como visto, o Brasil é um país que adota uma tributação regressiva, baseada em impostos indiretos, tendo sua base tributária focada justamente nos bens de consumo e serviços, o qual atinge a maior parte da população brasileira. Os impostos indiretos possuem efeitos regressivos, já que essa tributação tem uma relação inversa com o nível de renda do contribuinte, prejudicando as pessoas

> de menor poder aquisitivo. O problema está no fato de que a maior parte da população do Brasil é formada por classes de média e baixa renda, que acabam arcando com a excessiva tributação sobre os bens de consumo e serviços. (ANSELMINI; BUFFON, 2018, p. 252).

Por tais razões, essa reforma tributária igualitária deve ser efetivada no Estado brasileiro; por meio dela será possível reduzir os problemas sociais que afetam a maior parte da população brasileira. Com a implementação dessa reforma será possível obter um sistema tributário igualitário, por meio do qual poderão se efetivar os objetivos constitucionais, possibilitando que toda população tenha um amplo acesso aos direitos básicos, que são indispensáveis para usufruir de uma vida digna e conquistar o pleno desenvolvimento humano. Nesse sentido, verifica-se que:

> [...] a progressividade dos impostos é essencial para se ter uma maior justiça fiscal, em que a carga tributária é fixada conforme a capacidade contributiva do cidadão. Para isso, se faz necessário uma maior tributação sobre a renda e o patrimônio, para que os tributos sobre os bens de consumo e serviços, que atingem a maior parte da população formada pela classe média e baixa, deixem de produzir seus efeitos regressivos. **Assim, com um sistema tributário mais igualitário, as desigualdades de renda e riqueza terão uma redução no âmbito nacional, proporcionando um acesso maior à população aos seus direitos básicos.** (ANSELMINI; BUFFON, 2018, p. 253, grifo nosso).

Portanto, constata-se que a concretização dos objetivos constitucionais somente será possível com a efetivação de uma reforma tributária no Brasil, visto que o sistema tributário acaba por agravar, ainda mais, as problemáticas sociais já existentes, dentre elas a pobreza e as desigualdades sociais, já que o sistema tributário vigente é regressivo, tributando com muito mais força os rendimentos obtidos por trabalhadores assalariados e os bens e serviços consumidos pela sociedade, do

que a renda e patrimônio daqueles que detêm o capital, o que acarreta uma sensação de injustiça.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo foi possível demonstrar que a carga tributária no Brasil é injusta, uma vez que além de ser uma das maiores do planeta, não é capaz de reduzir às desigualdades de renda que assolam nossa sociedade. Registre-se que nosso atual sistema tributário optou por tributar com mais intensidade o consumo de bens e serviços e os rendimentos do trabalho, atingindo diretamente aqueles que possuem menos recursos financeiros, já que diminui suas condições para obterem melhores condições de vida.

Portanto, é imprescindível que haja uma alteração na estrutura do sistema tributário para torná-lo mais progressivo, de modo a taxar com mais intensidade os detentores de grandes fortunas, às heranças recebidas e o patrimônio acumulado, diminuindo a carga tributária sobre o consumo de bens e serviços e sobre os rendimentos do trabalho.

Desta forma, será possível diminuir as desigualdades de renda entre as classes, possibilitando que a distância social entre ricos e pobres seja encurtada, capacitando aqueles que estão na base da pirâmide social à buscarem melhores condições de vida e, assim, cumprir dos objetivos previstos no artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANSELMINI, Priscila; BUFFON, Marciano. Tributação como instrumento de redução das desigualdades no Brasil. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 226-258, abr. 2018. DOI: 10.5433/1980-511X2018v13n1p226. ISSN: 1980-511X. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/29111>. Acesso em: 12 ago. 2020.

DUBET, François. ¿Por qué preferimos la desigualdad? (aunque digamos lo contrario). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

MOULIN, Darlan Alves; SILVA, Daisy Rafaela da. A tributação sobre o consumo e as desigualdades sociais no estado de crise socioeconômica . **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 1, p. 211-232, jan./jul. 2017. Disponível em: < http://seer.ufms.br/index.php/revdir/article/view/2978>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Piketty e a reforma tributária igualitária no Brasil. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2015. Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/15587/11798>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ROSSIGNOLI, Marisa; SANESHIMA, Cristiano Floriano. Desenvolvimento, distribuição de renda e sistema tributário brasileiro: algumas inter-relações. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 2, p. 217-240, jul./dez. 2017. Disponível em: < http://seer.ufms.br/index.php/revdir/article/view/4079>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição.** 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Pedro Eduardo Pinheiro. **O sistema tributário:** constituição econômica e justiça fiscal. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-26092011-143032/pt-br.php>. Acesso em 11 ago. 2020.

AS CRÍTICAS DE DOSTOIEVSKI AO NIILISMO RUSSO

Jaime Batista Cosmo Filho[64]

INTRODUÇÃO

Dostoiévski e suas obras fazem parte da lista de autores e romances de maior renomes no mundo todo. Dificilmente poderá se conhecer alguém que tenha alguma relação com a área da literatura e não conheça seu nome e alguns de seus romances.

Por outro lado, apesar de muitos conhecerem o autor e suas obras, poucos ainda conhecem seus significados intrínsecos e, ainda mais, são poucos aqueles que conhecem as intenções e críticas que Dostoievski punha em suas obras.

Desta forma, o objetivo deste artigo é comentar as criticas que Dostoiévski fez, ao em seus romances, em relação ao niilismo russo e a seus principais autores.

Para que este objetivo seja possível, o artigo será divido em partes que tornarão melhor a compreensão dessa questão.

Estes tópicos seguirão o seguinte caminho: Primeiramente serão descritas as definições do niilismo russo de acordo com dos dois principais autores desta ideologia, Tchernichévski e Píssarev, e, desta forma, serão abordados os principais fundamentos de suas filosofias e como estas relacionam-se no desenvolvimento da teoria niilista. Logo depois, serão apresentadas as opiniões de Dostoievski em relação ao

64 Graduando de Psicologia

niilismo; em seguida as críticas de Dostoiévski em relação às filosofias pré-niilistas e niilistas destes autores citados acima. Por fim, será descrita a alternativa que Dostoievski acreditava ser a melhor e que, em sua obra, sempre aparece como o caminho correto a se seguir.

1. O NIILISMO RUSSO

Mesmo antes de que toda a discussão sobre o niilismo russo se desenvolvesse ao longo do Século XIX, por causa das ideias materialistas que se desenvolviam na Rússia e do advento da obra *Pais e filhos* de Turguêniev, havia muito a intelectualidade russa se encontrava debatendo os fundamentos filosóficos daquilo que seria chamado depois de niilismo.

Autores como Tchernichévski, Píssarev Turguêniev e Dostoiévski há muito estavam discutindo em suas revistas. Assim, neste tópico, serão descritos os fundamentos das teorias pré-niilistas e niilistas destes anos na Rússia para que, assim, se possa entender melhor a luta, as obras e os argumentos que Dostoievski desenvolve ao longo destes anos.

1.1. O PRÉ-NIILISMO RUSSO: TCHERNICHÉVSKI

Tchernichévski, autor pré-niilista, desenvolve suas obras ao longo de seus estudos na universidade de Moscou. Este autor, tanto em seus estudos teóricos, como *"O princípio antropológico na filosofia"(*CHERNYSHEVSKY, 1953*), ou em seu romance, "que fazer?"(*TCHERNICHEVSKI, 2015*), desenvolve* os conceitos de sua filosofia tocando em questões ligadas ao materialismo, à ética e, também, no que se refere às conceituações do pensamento do socialismo utópico.

Sobre Tchernichévski e sua influência no meio intelectual russo do Sec. XIX, Frank diz que: "*O princípio antropológico na filosofia*, de Tchernichévski, obra destinada a ser a bíblia filosófica da geração radical da década de 1860, e sua aparição fizeram explodir uma grande tempestade jornalística.". (FRANK, et al; 1993, p.56, tradução nossa). Mostrando o alcance da influência que este autor teve ao publicar suas obras.

Desta forma, aqui serão comentados, de forma sucinta, dois argumentos fundamentais de suas obras, que tiveram grande influência no

desenvolvimento da teoria niilista russa alguns anos mais tarde; sendo estes argumentos, o materialismo determinista e o egoísmo racional.

Sobre os argumentos de Tchernichévski e sobre os fundamentos de sua filosofia, pode-se perceber uma clara posição contra as visões metafísicas, isto é, Tchernichévski, tendo como princípio o materialismo, por exemplo, argumenta que a arte não significa nada em si mesma, não tem um valor próprio, mas sim um valor de utilidade, observe-se:

> Se um homem for obrigado a viver nas tundras da Sibéria […], então pode sonhar com alguns jardins mágicos de árvores sobrenaturais, com ramos de coral, folhas de esmeralda e frutas de rubi, mas ao se mudar para, digamos, a província de Kursk, e poder passear a seu gosto por um pomar modesto, mas tolerável, com macieiras, cerejeiras e pereiras, […] o sonhador esquecerá não somente as *Mil e uma noites*, mas também os laranjais da Espanha. (TCHERNICHÉVSKI, *Essays*, pp.317-8 apud FRANK, et al, 1993, p115, tradução nossa)

Isto é, para Tchernichévski, a arte está sempre sujeita a sua utilidade material, pois, caso algo falte na vida de um indivíduo, a arte surge como uma panaceia temporária, até que este indivíduo consiga aquilo que ele realmente almeja.

Desta forma, pode-se observar que, para Tchernichévski, nada mais existe além da necessidade material, dos instintos e das necessidades físicas.

Um segundo argumento que se pode observar nas obras de Tchernichévski é, sem dúvida alguma, o pilar principal de sua obra, denominado Egoísmo Racional, que, acordo com Tchernichévski, ao pensar apenas em si mesmo, em suas necessidades, o indivíduo pode, fazer o bem ao próximo. Isto é, nas palavras de Frank:

> Em relação à ética e à moral, Tchernichévski adotou a forma de utilitarismo de Bentham que abre mão de todo recurso aos valores morais tradicionais (cristãos). O bem e o mal são definidos a partir de sua "utilidade", e o homem busca princi-

> palmente o que lhe dá prazer e satisfaz seu próprio interesse egoísta; mas, sendo ele uma criatura racional, o homem acaba aprendendo, através de iluminação, que a "utilidade" mais duradoura está ligada à identificação de seus interesses com os da maioria de seus iguais. Quando alcança essa percepção, o indivíduo já esclarecido atinge o nível do "egoísmo racional" interesseiramente desinteressado que, de acordo com Tchernichévski, é a forma mais elevada de desenvolvimento humano. (FRANK, et al, 1993, p.57, tradução nossa)

Observa-se neste trecho a explicação de egoísmo racional e como, segundo Tchernichévski, este egoísmo, se conclui na percepção de que o maior interesse próprio do homem é descobrir que fazer o bem ao outro não é abdicar de si mesmo, mas ter, como relevantes, somente suas próprias necessidades.

Desta forma, ao se compreender estes dois fundamentos básicos da filosofia de Tchernichévski, pode-se compreender suas influências como sementes de todo o debate que está por vir, pois é a partir destes fundamentos que se desenvolvem as discussões em torno do tema niilismo.

1.2 SEGUNDA FASE - PÍSSAREV E O NIILISMO DE BAZÁROV

Píssarev, considerado o porta-voz da posição niilista (FRANK, et al, 1993), é outro autor de grande importância para a compreensão do niilismo russo.

Não se pode compreender os autores e teorias que se complementavam e se combatiam sem dar devida atenção a autores como este, pois, com este autor, a evolução das teorias de Tchernichévski é tão grande que, segundo Frank:

> [...] sinalizou uma mudança do socialismo utópico e do 'egoísmo racional' de Tchernichévski [...] para uma doutrina mais severa que estimulava uma elite de indivíduos superiores a pisar em de todas as normas morais existentes para fazer, desta ma-

> neira, avançar todos os interesses da humanidade. (FRANK, 1997, p.104, tradução nossa)

Desta forma, como foi feito com a filosofia de Tchernischévski, serão apresentados alguns pontos fundamentais das obras de Píssarev, para que assim, quando forem comentados os argumentos de Dostoievski contra estas filosofias, tudo esteja mais claro para a sua compreensão.

Para se compreender o radicalismo de Píssarev, primeiramente, deve-se observar qual a sua reação em relação a obra "*Pais e Filhos*" (TURGUÊNIEV, 2019).

Turguêniev, ao escrever essa obra, criou uma das principais personagens da literatura russa do Século XIX: Bazárov. Esta personagem é descrita como o símbolo personificado das ideias niilistas. Para Bazárov, não existem valores ou princípios metafísicos, tudo isto, para ele, são apenas gostos pessoais, que se tornam manipuláveis nas mãos dos indivíduos.

Estas convicções de Bazárov descritas acima, são exatamente aquilo que Turguêniev definirá como niilismo, isto é, a filosofia dos sujeitos que acreditam nestes preceitos.

Com a publicação desse livro, a situação entre os intelectuais russos se tornou mais tensa, pois enquanto alguns aceitavam esta apresentação dos niilistas por Turguêniev, outros a deploravam. E entre aqueles que a deploravam, estava Tchernichévski, pois, para ele, não passava de uma caricatura de todos os preceitos e pressupostos de sua filosofia.

Por outro lado, entre aqueles que aceitaram a descrição de Turguêniev, estava Píssarev que, não apenas viu em Bazárov o tipo ideal de homem, mas também, um herói que carrega dentro de si todas as ideias que o próprio Píssariev acreditava. **"**Em todo o seu artigo, Píssarev deixa claro a grandeza de Bazárov como *indivíduo*, que se destaca não só acima de qualquer outro membro da classe intelectual, mas ainda mais acima do povo" (FRANK, et al, 1993, p.227, tradução nossa)

Frank, quanto a esta opnião de Píssarev sobre Bazárov enfatiza que: "[...]Píssarev saudou-o como a legítimo exemplar da realização desses ideais. Desse modo, Píssarev relacionou o radicalismo ao niilismo e, por conseguinte, ao desejo de criar uma tábula rasa mediante a destruição total." (FRANK, 1997, p.106).

Consequentemente quanto a isso, pode-se observar que ambos os pensadores tiveram reações extremamente diferentes em relação à personagem Bazárov. Observa-se que em Tchernichévski há um radicalismo contra as bases filosóficas metafísicas, reduzindo estas preceitos apenas ao âmbito material, mas que em algumas questões, como em relação à arte, ele vê alguma utilidade, e poderiam apresentar um certo valor.

Píssarev por outro lado, toma uma posição muito mais radical e, para ele, como na frase de Bazárov: "Um químico honesto é vinte vezes mais útil do que qualquer poeta" (TURGUENIEV, 2019, p. 219). Isto é, Píssarev tomou para si a própria filosofa de Bazárov de negação total dos princípios metafísicos, do individualismo, do humanismo exacerbado. "Píssarev rejeita tudo em nome de uma autoridade geral, em nome da vida, e vida ele entende obviamente como a sedutora variedade dos prazeres vivos e ilimitados." (N. N. STRAKHOV, 1861-1865, 1890, p.34 apud FRANK, 1997, p.105, tradução nossa).

Desta forma, com a evolução destas filosofias materialistas, deterministas e utilitaristas, não poderia ter-se outro resultado senão a tentativa filosófica da destruição da arte, da religião e da metafisica. Berdiaeff, segundo De Oliveira, sobre este assunto comenta que:

> Píssarev dedicou-se a destruir toda a estética e toda a arte, dizendo serem elas um luxo inútil e inadmissível, pois não serviam para saciar as reais necessidades humanas. Píssarev defendia um tipo de realidade sem ilusões, sem mentiras, livre de todo luxo intelectual e artístico. O niilismo do jovem mostrava a hostilidade pela religião, mística e metafísica, e defendia que o utilitarismo social substituiria toda a moral absoluta. As ciências naturais e a economia política iriam predominar (BERDIAEFF, NICOLAS, 1941 apud DE OLIVEIRA, 2012, p.56)

Observa-se, então, que esta segunda geração de intelectuais é extremamente radical, pois se identifica com Bazárov e o aceita como herói na busca da destruição total das antigas bases filosóficas defendidas pela geração passada.

As duas filosofias, então, podem ser entendidas como contínuas, isto é, a evolução lógica uma da outra, de uma teoria materialista de-

terminista para outra extremamente radical da negação e destruição absoluta.

Pelas das obras Tchernichévsk o materialismo determinista segundo o qual tudo está relacionado ao ambiente e que, desta forma, não há livre-arbítrio, mas que, por outro lado, existem valores utilitaristas. Nas obras deste autor, também, pode-se observar um conceito novo chamado Egoísmo Radical, sendo que, segundo Tchernichévski, o egoísmo pode levar ao bem comum entre os homens.

Em continuidade a esta filosofia de Tchernichésvki, pode-se observar uma nova e mais radical filosofia, a de Píssarev, que, com um radicalismo ainda maior e com uma identificação clara com a personagem Bazárov, chega-se à negação absoluta e a busca da destruição total, resumindo tudo ao individualismo radical.

Por fim, compreendendo esses dois autores, os quais são extremamente influentes no desenvolvimento do niilismo russo, podem-se então compreender as obras e argumentos que Dostoievski desenvolverá no combate contra estas ideias.

2. DOSTOIEVSKI SOBRE O NIILISMO

Com as filosofias de Tchernichévski e Pissarev, circulando na intelectualidade russa, segundo Frank:

> Para o Dostoiévski que acabara de escrever *Recordações da casa dos mortos* e *Notas de inverno*, o romance de Tchernichévski, com a sua comoventemente fé ingênua na razão utilitarista, fora visto como um desafio direto. (FRANK, et al, 1993, p.363, tradução nossa)

Diante disto, Dostoievski, então, desenvolve suas obras, os quais serão parte deste debate que envolve a maior parte da intelectualidade russa do Sec. XIX.

Dostoievski acreditava que a nova geração estava corrompida pela influencias da cultura ocidental. Assim, em cada romance, Dostoievski não só apresentava suas críticas às obras e a seus autores, mas também apresentava argumentos para a defesa do caminho que ele acreditava ser o correto.

Sobre este radicalismo com que Dostoievski se deparou nas obras de autores como Tchernchévski e Píssarev, Frank comenta que:

> Dostoiévski voltou a encontrar todos os antigos sonhos utópicos dos intelectuais de 1840, com que estava tão familiarizado, relacionados, agora, à nova fé da razão utilitarista que era contrária de forma tão direta ao sentido da vida humana que adquirira com tanto esforço. (FRANK, et al, 1993, p.365, tradução nossa)

Sobre o materialismo determinista de Tchernchévski, a principal obra a se considerar em relação as críticas de Dostoievski é *Memorias do Subterrâneo*, pois, nesta obra, encontra-se uma paródia clara dos argumentos de Tchernchévski na personagem do Homem do Subterrâneo.

Dostoiévski, desde o princípio, considera irracional essas crenças da geração de 1860 que arrancava do homem o seu livre-arbítrio, e, através do Homem do subterrâneo e de sua inércia inevitável diante das leis da natureza, que o impedia de agir em sua vida, mostra as consequências de se acreditar nestas filosofias. Para Dostoievski:

> Os radicais russos, ao defenderem o ideal puramente racional, acabaram por tirar do homem toda a espontaneidade, toda sua capacidade de decidir livremente, já que todos os atos humanos seriam calculados de acordo com as leis da natureza, sendo matematicamente previsíveis. (DE OLIVEIRA, 2012, p.55)

Assim, Dostoievski definiu o niilismo como a destruição absoluta, pois, ao se basear no materialismo determinista, no egoísmo racional e, acima de tudo, nas bases filosóficas de Bazárov através da negação absoluta, sua conclusão lógica seria o individualismo exacerbado. Isto é:

> [...]para o romancista o niilismo destruiria o sentido moral da vida humana, pois em sua base está o 'egoísmo racional', uma doutrina que prega o direito de o indivíduo passar por cima de qualquer princípio ou lei, além de defender que todas as neces-

> sidades humanas seriam satisfeitas por meio da razão(FRANK, JOSEPH, 2007 apud DE OLIVEIRA, 2012, p.56)

Desta forma, para Dostoievski, o niilismo era como uma árvore que, ao dar seus frutos, só conseguiria produzir egoísmo, maldade e, acima de tudo, a morte através da destruição.

3. OS ARGUMENTOS DE DOSTOIEVSKI

Em suas obras, Dostoievski apresenta de forma clara o que queria realmente demonstrar. Suas obras apresentam personagens trágicas as quais, através de suas ideias, cometiam crimes e atrocidades de todo o tipo e, por fim, se desintegravam ao longo da história, enlouquecendo cada vez mais a cada nova página.

Frank, ao descrever a verdadeira intenção que Dostoievski visava com suas obras, argumenta que:

> Como romancista, Dostoievski havia explorado – em obras como Memórias do Subsolo, Crime e Castigo e Os Demônios – aquilo que temia e viriam a ser os resultados, socialmente desastrosos e autodestrutivos para a humanidade, das tentativas de se pôr em prática esta 'nova moral'. Durante os quatros anos de vida que passou no exterior, de 1865 a 1871, convenceu-se de que o niilismo russo era uma transplantação artificial de todas os males ideológicos que estavam intrínsecos a civilização ocidental. (FRANK, 2010, p. 97, tradução nossa).

Dostoievski, ao criar suas personagens com as ideias niilistas em suas personagens, queria coloca-los à prova de suas próprias ideias, e, assim, demonstrar a quais consequências estas ideias poderiam levar. Nesta questão, André Dias, sobre a obra Memorias do Subterrâneo, argumenta que:

> Através de Memórias do Subsolo, o escritor pode demonstrar como a racionalidade e o espírito positivista elevados à máxima potência, lançam, inevitavelmente, os seres humanos nos abis-

> mos dos egoísmos, tornando-os capazes de cometerem as ações mais torpes e inumanas. (DIAS, 2010, p. 293).

E, assim como em Memórias do Subterrâneo, em todas as outras Dostoiévski demonstra a decadência e decomposição de suas personagens de forma a clara, um enlouquecimento através de uma corrosão de dentro pra fora, isto é, "mostra seus personagens em constante decomposição, indivíduos que vão paulatinamente perdendo a capacidade da síntese sobrenatural e morrem em vida, à medida que buscam a objetivação conceitual de si mesmos". (PONDÉ, 2003, p. 105).

Desta forma, entende-se que a mensagem que Dostoievski pretendia mostrar em suas obras é a de que, desde o momento em que se aceite estas filosofias como base para sua própria vida, o indivíduo, de forma trágica, se desintegrará e morrerá mesmo em vida.

4. A ALTERNATIVA RELIGIOSA

Dostoievski, como visto anteriormente, fez muitas críticas as teorias niilistas de seu tempo. Mas, por outro lado, Dostoiévski não apenas as criticava ao mostrar as consequências de destas ideias. Tentava apresentar, também, o que ele mesmo considerava o caminho correto a se seguir, isto é, alternativas que pudessem ser aplicadas aquelas situações e respostas aquelas perguntas feitas pelos niilistas, que, ao invés de levar à ruina, levariam a salvação.

Esta outra alternativa, segundo Frank, era o cristianismo, pois através da religião, o mal não seria suprimido, a dor ou o sofrimento não desapareceriam, mas sim, começariam a ter um sentido que os fundamentasse, nas palavras de De Oliveira:

> Afirmar a existência de Deus não é suprimir o mal do mundo, pelo contrário é tornar mais sensível sua presença. Cristo crucificado é a representação máxima do sofrimento de um inocente, mas ao mesmo tempo representa redenção. Com seu sofrimento toma sobre si o mal do mundo, conservando o caráter escandaloso do sofrimento humano. Dessa forma o mal não

> é banalizado e Deus permanece como o centro do horizonte. (DE OLIVEIRA, 2012, p.67)

Assim, para Dostoiévski, o único caminho a se seguir é se afastar das filosofias fundamentalmente materialistas, que excluem a existência de Deus, e afirmar a Sua existência. Pois, para Dostoievski, aquele que se distancia de Deus, toma seu lugar e, assim, se torna escravo de si mesmo. Berdieaff comenta que:

> Se Deus não existe, se o próprio homem é Deus, tudo lhe é permitido. O homem provará então suas forças, seu poder, sua vocação para se tornar Deus. [...] Aquele que, na sua arbitrariedade, desconhece os limites de sua liberdade, vê esta liberdade sumir e cai no poder de ideias que o escravizam. (Berdiaeff, 1921, p. 114).

Enfim, Dostoievski propõe, assim, que o homem siga a alternativa a qual, que para ele, é a única opção verdadeira, isto é, a crença em Deus. Para Dostoievski não bastava as críticas às teorias que ele considerava erros lógicos e morais, não bastava mostrar que, segundo ele, eram impossibilidades e que tinham consequências desastrosas, ele queria mostrar, por fim, o caminho que ele considerava verdadeiro, isto é, o de Cristo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se relacionar as obras de Dostoievski com as obras de outros autores da intelectualidade russa, assim como com suas opiniões pessoais que não aparecem em suas obras, se torna claro quais eram seus objetivos ao escrever seus romances.

Dostoievski desenvolvia seus romances, não apenas como forma de educar o imaginário de seus leitores, mas também como forma de criticar as ideias de seus contemporâneos e, acima de tudo, mostrar as consequências de suas ideias quando aplicadas à vida real e prática.

Dostoievski, também, ao escrever seus romances, apresentava qual era, em sua opinião, a alternativa correta para se seguir, deixando claro seu envolvimento com a religião.

O propósito deste artigo, como dito anteriormente, era apresentar e descrever as criticas de Dostoievski ao niilismo russo. Apresentar quais argumentos o autor desenvolvia, ao longo de seus romances, contra autores como Tchernichévski e Píssarev, que defendiam o materialismo, o egoísmo racional, o individualismo radical e a destruição total.

Para que este propósito fosse possível, foram descritas algumas bases filosóficas do pré-niilista Tchernichevski, e o materialismo determinista e o egoísmo racional; as bases filosóficas do niilista Píssarev, com seu individualismo radical, destruição total e sua identificação com Bazárov; foi descrita também o pensamento de Dostoievski em relação ao niilismo e suas críticas e a alternativa que considerava correta, sendo esta, o cristianismo.

Por fim, acredita-se, assim, claro que os objetivos deste artigo tenham sido alcançados, mas que, pela complexidade do assunto e por sua extensão, muitos outros detalhes de suma importância não puderam ser abordados. Desta forma, espera-se que este artigo abra novos caminhos para que outros estudos e artigos possam ser desenvolvidos para uma maior compreensão das obras destes autores e de seus debates ao longo do Sec. XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERDIAEFF, Nicolas. **O espírito de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Editora Panamericana, 1921.

CHERNYSHEVSKY, N. G. The anthropological principle in philosophy. **Selected Philosophical Essays**, 1953.

DE OLIVEIRA, Cássia Cristina Costa. Dostoiévski e o niilismo russo. **INTERAÇÕES**, v. 7, n. 12, p. 49-68, 2012.

DIAS, André. Dostoiévski, um dissonante. **Cadernos de Letras da UFF**, p. 291-308.

FRANK, Joseph. **Dostoievski: Los años milagrosos 1865-1871**, trad. cast. de Mónica Utrilla. FCE, México, 1997.

Frank, Joseph **Dostoievski. El manto del profeta**, 1871-1881/Joseph Frank; trad. de Juan José Utrilla. - México: FCE, 2010.

FRANK, Joseph et al. **Dostoievski: la escuela de la liberación, 1860-1865**. 1993.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Crítica e Profecia: a filosofia da religião em Dostoiévski**. Leya, 2013.

TCHERNICHEVSKI, Nikolai. **O que fazer**. Tradução do russo de Angelo Segrillo. Curitiba: Prismas, 2015.

TURGUÊNIEV, Ivan. **Pais e filhos**. Companhia das Letras, 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO: OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A TERRITORIALIZAÇÃO DE DIREITOS

Aldemir Berwig[65]

Introdução

A modernidade apresenta a inclusão do homem na sociedade a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, decorrência da ruptura com o absolutismo. A Revolução Francesa demarca o nascimento de uma nova relação entre o homem e o Estado, pois com a ideia de submissão de todos à lei, se possibilita uma nova perspectiva de respeito e integridade de todos.

Dois séculos se passaram, entretanto, e embora tenham ocorrido muitos avanços no que se refere ao respeito dos direitos, ainda se está longe da concretização dos atualmente previstos, no caso brasileiro, na Constituição da República. Esta percepção se evidencia em razão da observância de aspectos e acontecimentos diariamente apresentados pelos meios de comunicação brasileiros.

Em decorrência disso, busca-se compreender como ocorre, no contexto da vida, a concretização dos direitos abstratamente previs-

65 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Doutor e Mestre em Educação nas Ciências, Graduado em Direito e Administração

tos, já que se tem a suspeita de que a vontade humana de alguns não é suficiente para garantir grandes transformações no mundo humano, e que os governos, mesmo que democraticamente eleitos, também não são suficientemente audazes para concretizar mandamentos que já estão previamente estabelecidos na Constituição da República. Para além disso, se arrisca a dizer que a vontade dos governos não tem sido suficientemente comprometida com os fundamentos constitucionais da República, de modo que não se pode esperar novos movimentos de integração social. Há, sim, perigo de retrocesso. Contra tais possibilidades é necessário lutar.

Todavia, embora não se espere muito de governos com viés autoritários, como o atual governo federal, deve-se compreender que ainda há esperança, principalmente quando se olha para movimentos supranacionais e para organismos não-estatais e da sociedade civil organizada que, solidariamente, ainda defendem a bandeira da inclusão social. É nesse contexto que se pode compreender que os Objetivos do Desenvolvimento Social (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha papel relevante para a sustentabilidade e a prosperidade das pessoas e do planeta como um todo. São medidas que os governos locais, por diversas razões, não têm concretizado, embora as Constituições nacionais já as tenham estabelecido como direitos de várias gerações. A concretização de todos esses aspectos levantados como ODS são aspectos das anteriores declarações de direitos que, agora, são elevados a nível de parceria planetária, uma agenda universal. Assim, os direitos anteriormente previstos passam agora a uma Agenda de concretização, com objetivos e metas, na qual todos são solidariamente responsáveis, governos e cidadãos. Trata-se da necessidade de previsão de políticas públicas concretas para possibilitar as três dimensões do desenvolvimento sustentável citados na Agenda 2030: a econômica, a social e a ambiental, visando atender a todos.

Nesse contexto, considera-se que a modernidade trouxe uma perspectiva de concretização de direitos até então não previstas em qualquer pretensão governamental. Com a modernidade se declaram direitos que passam a integrar uma agenda de garantias humanas, inicialmente aos homens, que passam a ser considerados cidadãos em de-

corrência que se afirmam direitos considerados inatos. Com o passar do tempo tais direitos são estendidos a todas as pessoas independentemente de sexo, idade ou qualquer outro aspecto. Questão que acompanha a humanidade, nesse recorte histórico, demonstra a dificuldade que os Estados têm de adotar medidas que contemplem a concretização dos direitos previstos constitucionalmente. Há, todavia, a possibilidade de verificar que estes direitos devem ser concretizados, em regra, no âmbito local. Desta forma, pergunta-se: (a) é possível compreender que existe uma relação entre os direitos humanos, a Constituição da República e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)? (b) qual o papel da administração local na concretização desses direitos citados?

Assim, busca-se observar nesta abordagem as garantias constitucionais, o contexto da estrutura do Estado federado e pensar a respeito da concretização dos direitos previstos constitucionalmente e sua relação com as competências administrativas; em segundo lugar, fazer o paralelo entre o os direitos sociais, as políticas públicas e a necessária concretização que deverá ocorrer no âmbito local; e, em terceiro lugar, relacionar os direitos sociais aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e pensar em qual contexto, num Estado federado, ocorre sua realização.

A partir deste contexto, o artigo está dividido em três seções. Na primeira discorre sobre o contexto em que se encontram os direitos fundamentais e as políticas públicas. Na segunda seção, discorre sobre as políticas públicas no município a partir do âmbito constitucional. E na terceira, procura relacionar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito local, sempre pensando no esforço conjunto da sustentabilidade.

1 Os direitos fundamentais e as políticas públicas

Ao se analisar o Estado a partir da sua função administrativa e após colocar como marco referencial da sua atuação dois princípios basilares, a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público pela administração, verifica-se

que o fim é que o justifica. Esse fim estatal é o interesse público (BERWIG, 2019) e, para evitar que se diga que é um conceito jurídico indeterminado, passa a ser relacionado com os princípios fundamentais da República estabelecidos no Título I da Constituição Federal de 1988.

Assim, ao se falar em princípios fundamentais da República como um dever de agir do Estado e, portanto, da administração pública, basta analisar as competências constitucionais para se verificar que trata-se da execução de políticas públicas. Nessa concepção se pode compreender que seja até desnecessário debater sobre a natureza desse Estado, mas compreendê-lo a partir de suas práticas, como fazem Bruno Jobert e Pierre Muller (apud GRISA, 2020). Considera-se, nessa concepção, que "[...] as políticas públicas passaram a ser compreendidas como dispositivos por meio dos quais o Estado e as sociedades pensam, dizem e agem sobre elas mesmas na perspectiva de resolver problemas emergentes" (GRISA, 2020, p. 78).

Quando se fala que o Estado se justifica apenas a partir da ideia de um fim que é de interesse público pode-se considerar que esse interesse público é o de toda a coletividade e, dessa forma, depende de políticas públicas para ser concretizado. É nesse sentido que se pode considerar correta a afirmativa de que "As políticas públicas são mais que ferramentas ou instrumentos do Estado, elas são a essência mesma do Estado" (MULLER apud GRISA, 2020, p. 78). São as políticas públicas que demonstram "[...] a que e a quem serve o Estado (ou a que e a quem ele não deve servir)" (MULLER apud GRISA, 2020, p. 78), tornando clara a natureza das políticas públicas; no caso brasileiro, têm relação direta com a concretização da cidadania e da dignidade humana, aspectos pontuados dentre os princípios fundamentais da República.

É assim que se pode, portanto, relacionar as políticas públicas, os preceitos fundamentais já mencionados e a atuação do Estado/administração.

Em outras palavras, as competências administrativas constitucionais dos entes estatais, para concretizar os fundamentos da República, dependem de políticas públicas. É nesse sentido que

> A agenda do desenvolvimento se abre para o entendimento de como se formulam e executam políticas públicas, por meio de diferentes arranjos, seja para o atendimento de direitos, diretamente, seja para organização das formas econômicas e sociais que se relacionam com esse resultado, a partir de iniciativas dirigidas e coordenadas pelo Poder Público. A melhoria e modernização dos serviços públicos e da infraestrutura, os incentivos à produção e à inovação bem como as políticas de inclusão social e todas as iniciativas de longo prazo, dependem não apenas da compreensão dos papéis do Estado e do governo, mas também do domínio técnico dos seus mecanismos de funcionamento, tanto no nível das relações políticas tradicionais como nas implicações dessas com a execução das decisões e dos dispêndios governamentais. (BUCCI, 2013, p. 35).

Há que se ressaltar, entretanto, que o Estado não tem promovido políticas públicas eficientes para a concretização plena dos direitos previstos na Constituição da República, razão pela qual a ONU tem defendido o pacto global denominado Agenda 2030, no qual se propõe a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Deve-se considerar que esse pacto revela

> [...] a decisão de construir um futuro melhor para todas as pessoas, incluindo as milhões às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna e gratificante e de alcançar seu pleno potencial humano. Nós podemos ser a primeira geração a obter êxito em acabar com a pobreza; assim como também podemos ser a última com chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos. (ONU, 2016, p. 12).

O momento é, portanto, de incerteza. Há um embate de posicionamentos políticos que decorrem da própria consciência individual do que seja desenvolvimento, progresso e sustentabilidade. Os condutores das políticas governamentais podem estar bem equivocados a respeito de sua noção e entendimento acerca dos comandos que devem

ser dados no que se refere ao futuro do planeta. Por um lado, as gerações atuais podem ter a grandeza de preservar e recuperar os malefícios provocados ao planeta e à vida; por outro, podem ser as responsáveis pelo agravamento da situação. A questão é simples: ou se faz um pacto humanitário que revele a necessidade de um comprometimento planetário e que não foi possível de ser concretizado no âmbito interno das nações, principalmente em razão de que há conflito de interesses. Todavia se chegou à compreensão de que agora trata-se de uma questão estratégica, caso contrário, todos sucumbirão.

Nessa perspectiva defende-se que

> O futuro da humanidade e do nosso planeta está em nossas mãos. Também está nas mãos da geração mais jovem de hoje, que vai passar a tocha para as gerações futuras. Mapeamos o caminho para o desenvolvimento sustentável; dependerá de todos nós assegurar que a jornada seja de êxito, e seus ganhos, irreversíveis. (ONU, 2016, p. 12).

Verifica-se, portanto, que a solução efetiva deste drama que assola a humanidade, não é questão singular de determinado país ou de determinado grupo de pessoas. A ONU e os países que a constituem têm afirmado que é necessária a ação supranacional para que se avance rumo à diminuição da desigualdade, bem como ao desenvolvimento sustentável, como via de integração social de todos. Essa compreensão parece ser quase unânime, mas deve ser concretizada no âmbito interno de cada um dos países existentes no planeta, a partir do maior esforço contributivo dos países desenvolvidos e ricos. Mas no âmbito interno de países como o Brasil, para que resultados positivos sejam visíveis, é necessário que o Estado desenvolva políticas públicas.

É aceitável que a pluralidade de ideias faça com que existam diferentes compreensões acerca dos direitos fundamentais do cidadão, das competências dos Estados, de suas atividades administrativas e das próprias políticas públicas. Nesse contexto da concretização dos direitos fundamentais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser compreendidos como uma iniciativa para o fortalecimento das políticas públicas internas, já que cada governo pode incorporar as metas globais

ao planejamento interno a partir da definição de metas nacionais, regionais e locais. É o que se denomina a localização ou territorialização dos ODS, aspecto que será abordado mais especificamente na última seção. Na próxima seção se aproximam os princípios fundamentais da República do âmbito municipal.

2 As políticas públicas no município a partir do âmbito constitucional

Quando se fala nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) não se pode analisá-los de forma distanciada dos princípios fundamentais da República, nem dissociá-los do âmbito local. Isso porque, em última instância, é no âmbito municipal que ocorre a territorialização desses objetivos e de suas metas.

É necessário considerar, portanto, que esses objetivos provocam e estimulam a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, de forma orgânica em torno dos 5Ps: as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e a parceria (ONU, 2016). Esse é o contexto que procura viabilizar uma atenção especial para essas cinco dimensões nos próximos 15 anos. Todavia, essa atenção, embora prevendo a participação de toda a sociedade, demanda uma especial atenção através de políticas públicas.

Observando os aspectos dos ODS a partir dos direitos estabelecidos na Constituição da República, por exemplo, se verifica que eles contemplam os direitos fundamentais das pessoas. Nessa dimensão, pode-se citar a necessidade de acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões, garantir que todos os seres humanos tenham dignidade e igualdade, que vivam em um ambiente saudável, que se proteja o planeta da degradação, que o consumo e a produção se deem de forma sustentável, que se organize a gestão sustentável dos recursos naturais, mediante a adoção de medidas urgentes para combater a mudança do clima, visando preservar o planeta para as gerações presentes e futuras. Além disso, ao assegurar que os seres humanos desfrutem de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. Outro aspecto é a promoção de sociedades pacíficas, justas

e inclusivas, livres do medo e da violência. Não há desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável. Verifica-se, portanto, a convergência dos direitos fundamentais com os ODS. E nessa mobilização supranacional de meios para a implementação dos ODS é necessária a solidariedade mundial com enfoque nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas (ONU, 2016, p. 2).

É esse o contexto em que se torna possível concretizar os direitos humanos e, como dito, depende da manifestação e vontade de todos, não sendo somente um dever do Estado, mas contando com a participação efetiva da própria sociedade. É claro que neste contexto os entes estatais têm um papel essencial, mas uma análise mais ampla dos entes estatais demonstra que estes são entes abstratos que ganham vida pela ação humana. É nesse contexto que as instituições não têm vontade e agem pela vontade humana a partir de acordos criados através de narrativas que exemplificam e tornam possível a vida.

Trata-se, portanto, de um mundo criado e ordenado a partir de um viés jurídico que molda a sociedade que se quer e torna possível um projeto arquitetado e concretizado pela criação humana. Considera-se, nesse viés, que a desigualdade social é fruto da colonização brasileira, quando se povoou o território com a escravidão, posteriormente liberta, mas carente de condições de trabalho, subsistência e ensino. É em decorrência disso que se entende que o Estado tem papel preponderante para que prevaleça a concretização de direitos, neste caso, principalmente os sociais, e que se combata a desigualdade abissal existente na atualidade. É por esta razão que se pode relacionar os ODS com ações concretas a serem desempenhadas no nível local. Transparece a importância do local na concretização de políticas públicas em razão de que, analisada a repartição dos territórios e das competências constitucionais, verifica-se que a localização dos indivíduos ocorre no município. É por esta razão que a estrutura nacional deve ser considerada a partir de metas localizadas, segundo a ONU, mediante estratégias de desenvolvimento sustentável com financiamentos nacionais, pois

> [...] cada país tem a responsabilidade primária pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social e [...] o papel das políticas nacionais e estratégias de desenvolvimento não pode ser subestimado. Respeitaremos o espaço das políticas e a liderança de cada país para implementar políticas de erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável, mantendo-se em conformidade com as regras e os compromissos internacionais relevantes. Ao mesmo tempo, os esforços nacionais de desenvolvimento precisam ser apoiados por um ambiente econômico internacional favorável, incluindo um comércio mundial e sistemas monetários e financeiros coerentes que se apoiem mutuamente, bem como governança econômica global reforçada e melhorada. Processos para desenvolver e facilitar a disponibilidade de conhecimentos e tecnologias apropriadas em nível global, bem como o desenvolvimento de capacidades, também são fundamentais. Comprometemo-nos a buscar coerência política e um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis e por todos os atores, e revigorar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. (ONU, 2016, p. 34).

No contexto defendido pela ONU, portanto, transparece a necessidade de um esforço nacional para que se planejem metas locais. No contexto brasileiro, União e Estados devem possibilitar que os municípios planejem e desenvolvam políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura necessária para a inclusão social. Neste sentido, em razão da competência constitucional concorrente prevista no artigo 23 da Constituição da República, as políticas públicas devem ser concretizadas a partir de um esforço conjunto para que, finalmente, se possa considerar a concretização da justiça social.

É nesse contexto que se entende que a concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição da República se identifica atualmente com os ODS, sendo objeto de políticas públicas. Essas políticas públicas estão localizadas, via de regra, no município, mas dependem para cooperação dos outros entes federados. A relação existente entre os ODS e as políticas locais são abordadas na próxima seção.

3 Os ODS no âmbito local: o desenvolvimento de um esforço conjunto para a sustentabilidade

Já se mencionou que o ser humano vive no município e é no município que ele deverá viver a concretização constitucional. Também se falou que a concretização dos direitos constitucionais depende, em regra, de condições de vida digna para toda a sua população, já que o Brasil foi fundado sob o alicerce da desigualdade social. O povo brasileiro, em sua maioria excluído da propriedade da terra e da posse de bens, finalmente, com a Constituição Federal de 1988, passou a ter direitos no papel. A lei máxima brasileira, por vontade política da nação, ainda não logrou concretização. É em decorrência disso que se pode trazer os ODS para o local e lutar por sua concretização.

O tempo da pandemia do COVID-19, ao provocar o isolamento social e promover os cuidados com a preservação da saúde provoca uma clara demonstração da desigualdade social existente: ao se determinar o isolamento, se verifica que as casas são precárias e muitas vezes as pessoas não têm moradia digna, vivem em uma moradia que se constitui apenas em uma peça comum; ao determinar que se higienizem as mãos, se verifica que as pessoas não tem condições de adquirirem álcool gel e também não têm água tratada; além disso, falta saneamento básico, sistema de coleta de esgotos, as propriedades são precárias, entre várias outras desigualdades descobertas.

Essa situação de precariedade demonstra que há necessidade de um grande esforço de solidariedade que deve envolver todos, órgãos públicos, empresas privadas e sociedade civil organizada, principalmente porque os ODS são integrados:

> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo

> também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental. (ONU, 2016, p. 13).

É uma questão de alta complexidade em razão de que os municípios são urbanizados precariamente e as demandas são muitas. Assim como há negação de direitos específicos básicos das pessoas, essas, via de regra, como resultado da falta de educação proporcionada pelo próprio Estado, desconhecem que eles também são responsáveis diretos pela agressão ao planeta.

É possível dizer, portanto, que há uma relação de causa e efeito na qual todos estão direta ou indiretamente implicados, já que a indústria produz a vasilha de plástico descartável que, por desconhecimento do usuário e por deficiência do serviço público eficiente de instrução e de coleta de lixo descartável, por exemplo, vai poluir as águas. São muitos os desafios, portanto, aspecto que não é desconhecido, já que a ONU declarou:

> Reconhecemos que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentável são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo. Vamos trabalhar com as autoridades locais e as comunidades para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, de modo a fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego. Reduziremos os impactos negativos das atividades urbanas e dos produtos químicos que são prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, inclusive por meio da gestão ambientalmente racional e a utilização segura das substâncias químicas, da redução e reciclagem de resíduos e do uso mais eficiente da água e da energia. E vamos trabalhar para minimizar o impacto das cidades sobre o sistema climático global. Levaremos também em conta as tendências e projeções populacionais nas nossas estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas, rurais e nacionais." (ONU, 2016, p. 9).

Falar em direitos e em desenvolvimento sustentável, portanto, depende da instrução pública das pessoas, de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, com igualdade material e que tenham por fundamento o respeito aos direitos humanos (considerados dentro do sistema constitucional). Todavia, esse desejo depende de uma boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis. É necessário concentrar esforços para resolver e implantar medidas e ações efetivas para que, algum dia, se afirme que o local é o espaço de concretização constitucional. É por esta razão que se fala em 5Ps, considerando que um deles é a parceria. Uma parceria para "[...] um engajamento intensivo global em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, aproximando Governos, setor privado, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis." (ONU, 2016, p. 10). Se esta parceria for possível e se concretizar com certeza a humanidade terá conseguido demonstrar o que é solidariedade social.

Considerações finais:

A partir do contexto abordado pode-se verificar a profunda relação entre os direitos humanos, os princípios fundamentais da Constituição da República e os ODS. Ao se analisar os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição da República, verifica-se que eles são resultado da construção humana na busca por melhores condições de vida, na construção de uma sociedade mais igualitária e onde existe uma menor desigualdade. Evidencia-se, portanto, que os Estados-nação não têm conseguido concretizar esses parâmetros fundamentais na vida dos cidadãos, de forma que é necessário um esforço supranacional que sirva de reforço a essa iniciativa.

A partir dessa constatação, pode-se dizer que os ODS devem estar na agenda de cada um dos países que se comprometeram com a concretização da Agenda 2030. É o caso do Brasil, país de grandes dimensões territoriais, de urbanização acelerada, e de grande desigualdade social. País no qual grande parte da população urbana á alijada da fruição dos direitos mínimos e têm, agora, nos ODS, uma possibilidade de amparo maior, na esfera das políticas públicas.

Esse amparo, todavia, pode ocorrer no âmbito das políticas públicas locais. É a localização ou territorialização dos ODS, os quais ganham importância a medida em que são competências constitucionais estabelecidas, como se demonstrou no texto. E são competências municipais na esfera de entrega de políticas públicas, mas que dependem da participação de todos os entes políticos, eis que seu financiamento é dependente da União e dos Estados, dos quais devem receber aportes, mesmo que concretizados pelos municípios.

É nesse contexto que se diz que a administração local tem papel preponderante na concretização dos direitos e objetivos citados. A população excluída não tem força para concretizar tais objetivos. Por esta razão é que as políticas públicas são tão importantes, seja para fornecer a infraestrutura necessária, seja para educar e dar saúde para que esta população se sinta integrante de uma nação e possa contribuir para a preservação do planeta.

Referências

BERWIG, Aldemir. **Direito Administrativo.** Ijuí : Ed. Unijuí, 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo : Saraiva, 2013.

GRISA, Catia. As políticas públicas como dispositivos de autoreferencialidade e autoreflexividade das sociedades modernas: contribuições da abordagem de Pierre Muller. *In:* LEITE, Luciana Lima; SCHABBACH, Letícia Maria. **Políticas públicas**: questões teórico-metodológicas emergentes. Porto Alegre : Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. p. 77-107.

ONU. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA URBANA

Andriele da Silva Panosso[66]
Mizá Cilayne Fernandes Dias[67]

INTRODUÇÃO

As doenças infecciosas têm impacto significativo sobre os entendimentos acerca da cidade e do urbanismo. Elas modelam e remodelam as cidades através das soluções propostas por planejadores para controlar a sua disseminação. Exemplo disso é o caso do surto de cólera em Londres, no século XIX, a Gripe Espanhola, em Nova Iorque e Cidade do México, em 1918, SARS em 2003 e Ebola em 2014, na África Ocidental.

No entanto, encontramo-nos diante de uma pandemia com impacto na vida urbana sem precedentes. Não havíamos, ainda, nos deparados com tantas restrições e recomendações sobre como agir na cidade para proteger nossas vidas até o presente momento.

No início do ano de 2020 a OMS – Organização Mundial de Saúde – informou às populações mundiais que as contaminações pelo novo Coronavírus tinham alcançado o status de "Emergência de

66 Docente, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFSM, 2010), Mestra em Engenharia Civil (UFSM, 2015)

67 Servidora pública municipal, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFRN, 2002), Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade (ESUDA, 2019)

Saúde Pública de Âmbito Internacional". Desde dezembro de 2019, quando foi identificado o primeiro paciente na cidade de Wuhan, na China, até àquele momento, cinco regiões globais já apresentavam casos de contaminação. O vírus, que ainda era pouco conhecido, tinha origem animal e, sofrendo uma mutação, passou a contaminar também seres humanos. O fato deu origem ao que vivenciamos hoje, nove meses depois: uma pandemia com consequências catastróficas na vida cotidiana.

Este ensaio traz algumas reflexões sobre a pandemia e a vida nas cidades, discutindo as recomendações de saúde da OMS e a influência que elas têm nas condições de trabalho e moradia das diferentes populações urbanas. Por um lado, tem-se a ideia de um "novo normal" para as populações de classe média e alta, enquanto para as populações de classe baixa, ocorre um agravamento profundo da pobreza e das desigualdades sociais. Apresenta-se ainda uma reflexão sobre uma fala muito comum, observada no início da pandemia, tanto nos veículos de comunicação tradicionais, quanto em páginas da internet e redes sociais, a de que o vírus seria um ente democrático, pois atingiria toda a população sem discriminação. "Estamos todos no mesmo barco", diria um despretensioso cidadão desinformado sobre os determinantes sociais em saúde. Esse é o senso comum, que nos diz, diariamente, que todos estão suscetíveis à contaminação pelo novo Coronavírus na mesma proporção. Reflete-se também sobre como enfrentar a crise. A partir dessas reflexões, o ensaio é finalizado com uma possível atuação do arquiteto e urbanista frente às alterações da realidade construída em decorrência do novo Coronavírus e suas responsabilidades frente à sociedade.

1. RECOMENDAÇÕES DA OMS

Num primeiro momento, a OMS publicou recomendações para os seus Estados-membros, sobre como detectar a infecção, isolar pacientes contaminados e tratá-los, além de como fazer o rastreamento de contatos e aplicar medidas de distanciamento, tudo isso no intuito de conter a propagação do vírus e limitar a disseminação da Covid-19

(WHO, 2020). O nome vem do inglês *Coronavirus Disease*, que significa "doença do coronavírus", combinado com o seu ano de surgimento, 2019. No entanto, a doença se espalhou rapidamente por todos os continentes, configurando o que se chama de pandemia. Em agosto de 2020, apenas dez países no mundo não apresentavam casos de Covid-19 (AMOS, 2020).

A partir da disseminação da COVID-19 por todo o planeta, a principal medida da campanha global de saúde pública, em resposta à pandemia, foi o chamado distanciamento social, que consiste basicamente em evitar o contato pessoal e estimular o distanciamento físico entre pessoas, influenciando diretamente na rotina diária de toda a população. A OMS introduziu essa e outras medidas, como usar máscaras de proteção facial e lavar as mãos em água corrente por 20 segundos com água e sabão ou higienizá-las com álcool em gel (70°), como estratégias para conter a propagação exponencial do novo Coronavírus. Essas recomendações tinham natureza genérica, cabendo a cada Estado interpretá-las e implementá-las de acordo com sua realidade local. Os países responderam a essas recomendações de acordo com os níveis de risco de contágio apresentados nos contextos locais e viram-se interpretações bastante flexíveis, como o distanciamento social leve, até estratégias mais restritivas, como o *lockdown* e toques de recolher (SALAMA, 2020).

No Brasil, o Governo Federal inicialmente adotou uma postura negacionista em relação à gravidade da pandemia, subestimando o alcance das medidas de distanciamento recomendadas pela OMS enquanto se tornavam públicos os desentendimentos entre os membros da equipe de governo e o Presidente da República, que além de negar a seriedade com que o assunto precisava ser tratado, ainda obstaculizava as decisões e ações do Ministério da Saúde, justificando que o isolamento social não poderia acontecer de forma massiva, pois a "economia não pode parar" (BRCIDADES; FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2020; CAPONI, 2020; REDAÇÃO; REUTERS, 2020).

Na contramão do negacionismo divulgado pelo Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais passaram a agir de forma paralela para

reduzir os impactos da pandemia em seus contextos locais. A essa altura já estava mais que claro que a forma de realizar o "achatamento" da curva de contágio, recomendada por profissionais técnicos, era através da adoção de medidas de isolamento mais drásticas (ALMEIDA FILHO; DIAS; MARTINS, 2020). No entanto, a falta de articulação entre os entes federativos resultou na falta de diretrizes comuns de enfrentamento e na produção de informações cruzadas e contraditórias, que serviram basicamente para restringir as possibilidades de controle da pandemia e o agravamento da situação de saúde do país (CAPONI, 2020).

As medidas de distanciamento social implementadas pelos governos estaduais e municipais tratavam, basicamente, de diminuir o contato entre as pessoas, a fim de controlar a propagação da doença, através de ações como proibição de eventos públicos e aglomeração de pessoas, fechamento de escolas, faculdades, universidades e empresas que faziam atendimento ao público e a principal recomendação era de que todos permanecessem em casa (NATIVIDADE et al., 2020).

A partir da adoção dessas medidas, escolas, cursos e universidades foram fechadas, o comércio e indústrias em geral foram proibidas de funcionar. Basicamente apenas os serviços considerados essenciais poderiam continuar operando, a exemplo, postos de gasolina, supermercados, farmácias, hospitais, entre outros.

2. O NOVO NORMAL

Nesse contexto, alunos foram afastados de suas escolas e trabalhadores afastados de seus locais de trabalho. Viu-se uma mudança drástica no modo de realização de atividades comuns, como, por exemplo estudar, trabalhar e morar. Os alunos, desde os mais novos aos mais velhos, foram obrigados a estabelecer uma nova rotina de estudos, em casa, através da internet. Os trabalhadores, experimentaram um novo modelo de trabalho: o teletrabalho, a partir da sua casa e através do computador. A casa tornou-se um novo ambiente, aquele em que se permanece a maior parte do tempo e onde se realizam todas as atividades diárias.

Seis meses depois do início das medidas de distanciamento já existem autores discutindo os impactos no contexto urbanístico e da mora-

dia. Para Lichfield (2020, p.1) "o distanciamento social veio para ficar por muito mais do que algumas semanas, isso mudará nosso modo de vida, de certa forma para sempre". Publicações de mídia social, jornais online, portais, fóruns de discussão e plataformas acadêmicas introduzem e discutem o que é frequentemente retratado como um novo paradigma sobre novas realidades de atividades online intensivas, desde o comércio de compras online até atividades bancárias e de ensino, entre outros (SALAMA, 2020).

Os atributos espaciais dos ambientes domésticos e de trabalho pós-pandemia sofrerão mudanças baseadas na atitude de seus ocupantes em relação à moradia ou ao ambiente de trabalho e estudo. Esses atributos serão resultado das medidas de distanciamento social e de operação em um mundo virtual para as atividades cotidianas (SALAMA, 2020).

Mas quem são as pessoas que fazem o isolamento social e se dedicam ao trabalho e aos estudos na sua moradia? Será que todos os habitantes da cidade conhecem essa realidade? Podemos dizer que todos os habitantes da cidade têm condições de lavar as mãos por 20 segundos ou higienizá-las com álcool em gel? Usar máscaras? Ou ainda, será que todas as crianças têm condições de acompanhar as atividades escolares através da internet? Todos os trabalhadores têm condições de realizar suas tarefas através do teletrabalho? Como fica essa parte da população? São muitos os questionamentos.

A repercussão da disseminação da COVID-19 e o impacto das medidas de distanciamento veiculadas na mídia mostram-se baseados em termos universais, como se todas as pessoas tivessem as mesmas condições de cooperar com as medidas de isolamento. No entanto, uma parcela muito grande da população mundial, que vive em assentamentos informais e favelas, não está representada nas discussões e isso já faz parte de um contexto anterior à pandemia, ou seja, não há nada de novo para essas populações (SALAMA, 2020).

Frequentemente os moradores de assentamentos informais são caracterizados de forma depreciativa como "vetores" de doenças, enquanto a realidade é que seus residentes são partes fundamentais no funcionamento do sistema urbano, subsidiando e contribuindo com as atividades em outras partes da cidade. A maioria dos moradores de as-

sentamentos informais não tem condições de realizar o distanciamento social, tendo a real necessidade de se manter trabalhando e circulando, o que colabora para a propagação da doença por diversas partes da cidade. Isso torna os esforços de controle e contenção da movimentação de pessoas na cidade extremamente difícil, particularmente junto à população que tem o modo de vida muito precário. Quarentenas baseadas em isolamento de populações de favelas inteiras não funcionam, como já foi observado com o Ebola em alguns países da África Ocidental (WILKINSON, 2020). Assim como a pandemia COVID-19, a epidemia de Ebola foi considerada uma "Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional", entre 2013 e 2015, causando a morte de mais de 11 000 pessoas e perturbações socioeconômicas de grande amplitude nos países atingidos.

Então, que "novo normal" é esse? Talvez as populações de classe média e alta estejam enfrentando alterações substanciais nas suas rotinas, mas as populações de classes mais baixas estão sofrendo com um agravamento muito maior nas condições de vida já precárias. É preciso olhar também sob o ponto de vista das populações mais vulneráveis.

3. A CRISE PERMANENTE

Segundo Santos (2020), acredita-se que a pandemia é uma crise momentânea, uma contraposição a uma situação de normalidade pré-existente. No entanto, desde 1980, quando o neoliberalismo passou a ser a versão dominante do sistema capitalista, a sujeição à lógica do setor financeiro acarretou um estado permanente de crise. O fato configura uma grande contradição, visto que, etimologicamente, a palavra "crise" denota caráter excepcional e passageiro e, ainda, a possibilidade do retorno à normalidade anterior.

A "crise permanente" então se transforma na causa que explica todo o resto. No contexto neoliberal, o principal objetivo dessa crise que não acaba é a legitimação da concentração de riquezas e a sabotagem a medidas que impeçam a iminente catástrofe ecológica, enquanto o discurso é de que o próprio mercado garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social (SANTOS, 2020).

Parece-nos impossível escapar ao modo de vida imposto pelo neoliberalismo. A crise nunca é superada. O modo como é retratado na mídia e na política nos diz que não existe saída. No entanto, a pandemia de COVID-19 nos mostrou que essa ideia não é verdadeira. É possível consumir menos, poluir menos. O que é verdade é que o sistema democrático deixou de discutir alternativas para resolver essa crise permanente, que agora agravada pela pandemia entra na nossa vida pela porta de trás, sem nenhum preparo para seu enfrentamento (MARICATO, 2020; SANTOS, 2020).

A concentração de renda e a catástrofe ecológica são materializadas nas cidades, que refletem as sociedades que as constroem, através de suas interações sociais, políticas e econômicas. Nos estudos urbanos observam-se as desigualdades e suas manifestações em cidades segregadas, que atendem uma pequena parte privilegiada da população enquanto uma parcela muito grande de seus habitantes fica excluída dos benefícios da cidadania (DE LA BARRA, 2000).

Com a pandemia de COVID-19 e sua discussão em torno do impacto para as classes média e alta, percebe-se claramente que a parte mais pobre da população não está representada em seus interesses. As recomendações da OMS sobre distanciamento social parecem ter sido elaboradas para uma parcela da população privilegiada, que pode tranquilamente realizar o isolamento no conforto de suas residências (SANTOS, 2020). Entretanto, a chance de que o impacto da pandemia em áreas pobres e segregadas da cidade seja muito maior é real (QUINZANI, 2020; WILKINSON, 2020).

Inicialmente, acreditava-se que a pandemia tinha um caráter "democrático". A ideia de que todos estavam suscetíveis à contaminação era um fato. A difusão inicial do vírus deu-se através do topo da pirâmide socioeconômica, contaminando pessoas de classe média e alta que estiveram em viagem ao exterior e retornaram ao Brasil, onde habitam espaços privilegiados (ALVES, 2020).

A difusão a nível nacional e estadual se deu de modo irregular, tanto espacialmente quanto temporalmente, ocorrendo primeiramente nos espaços privilegiados, "luminosos", e mais tarde nos espaços "opacos", ou seja, em áreas mais vulneráveis, através da

contiguidade física ou da interação funcional dos habitantes (ALVES, 2020).

Para os habitantes dos espaços luminosos, grupos sociais privilegiados, o impacto socioeconômico do isolamento social é pequeno ou insignificante, tornando a medida de distanciamento temporário aceitável. Esses grupos se adaptam à nova realidade e passam a realizar suas tarefas de trabalho e estudo em casa, sem grandes problemas. Na contramão, uma estimativa de 5 milhões de famílias vive em condições precárias em assentamentos informais no Brasil (IBGE, 2020), com pouca água para cozinhar e beber e aglomeradas em locais compartilhados por muitas pessoas ao mesmo tempo (HARTMANN, 2020). No entanto, a discussão sobre o impacto da pandemia nas condições de moradia e trabalho dos mais pobres parece ser inexistente (WILKINSON, 2020).

Esses grupos invisíveis já estavam em situação vulnerável antes mesmo da quarentena e a pandemia agravou essa situação. A impossibilidade de realizar o isolamento social e o menor acesso ao sistema de saúde torna as populações mais pobres mais suscetíveis ao novo Coronavírus. Evidenciam-se resultados diferentes nos graus de incidência de infectados e mortos dentro dos diversos grupos populacionais e configurações socioespaciais na cidade, evidenciando o caráter pouco "democrático" do vírus (ALVES, 2020; CLEMENTINO; ALMEIDA; SILVA, 2020; SANTOS, 2020). O risco de morrer de COVID-19 para a população negra em São Paulo, por exemplo, é 62% maior que para a população de brancos (UOL NOTÍCIAS, 2020).

No Brasil, a difusão da COVID-19 nos centros urbanos tem diferentes nuances, especialmente relacionadas à saúde, que é socialmente determinada, indicando que as populações mais vulneráveis estão mais suscetíveis à doença (ALVES, 2020; BUSS; FILHO, 2007).

Ainda não se pode ter um perfil demográfico exato dos contaminados pela COVID-19. No entanto, as estatísticas iniciais apontam que as mulheres são mais atingidas pela doença (ALVES, 2020). Em geral, elas não permanecem em isolamento para garantir que outros permaneçam. Além disso, apresentam níveis de estresse elevado em relação à situação normal de vida, em função da sobrecarga de cuidados

com familiares, filhos e companheiros, que, neste momento, encontram-se afastados de suas atividades. Elas também sofrem mais com a violência doméstica, que aumentou em meio à pandemia (SANTOS, 2020). Segundo dados de um levantamento sobre violência doméstica entre os meses de março e abril de 2020, iniciais da pandemia, os casos de feminicídio no Brasil aumentaram em 5% em relação ao mesmo período no ano anterior. Um estudo intitulado "um vírus, duas guerras" mostra que o Rio Grande do Sul apresentou uma alta de 70% no número de feminicídios do primeiro quadrimestre, em relação aos dados de 2019. Em São Paulo, o número chegou a aumentar em 29%. A questão mais relevante está justamente no fato de que essas mulheres estão confinadas com seus agressores, impedidas de fazer denúncias ou procurar ajuda, agravando ainda mais o seu sofrimento (AMAZÔNIA REAL et al., 2020).

Os trabalhadores de serviços precários, informais autônomos ou de rua configuram outro grupo afetado severamente. Nos últimos anos perderam muitos direitos em decorrências das políticas neoliberais e com a situação da pandemia encontram-se frente à escolha de sobreviver à fome, trabalhando, ou sobreviver ao vírus, fazendo o isolamento social (ALVES, 2020; SANTOS, 2020).

Pode-se ainda mencionar outros grupos que estão em sofrimento em decorrência da exploração capitalista sem limites, da discriminação racial e sexual e que também se encontram em situação vulnerável, agora agravada pela pandemia, como a população em situação de rua, moradores de áreas periféricas ou favelas, refugiados, imigrantes não documentados, populações em deslocamentos internos, pessoas com deficiência e idosos.

Esses e outros tantos trabalhadores, em geral, são moradores de áreas pobres das cidades, que já convivem com outros problemas estruturais anteriores à pandemia, como aqueles envolvendo o saneamento básico, as condições de moradia, a atenção básica em saúde, a segurança alimentar e violências variadas, entre outros. Esses problemas estão, agora, potencializados pela COVID-19, demonstrando taxas de mortalidade ainda mais altas em razão das comorbidades apresentadas por essa população (ALVES, 2020).

4. ENFRENTANDO A CRISE

Outra grande questão é sobre as políticas de enfrentamento da pandemia junto às comunidades vulneráveis. Em geral, os assentamos humanos de áreas pobres apresentam status ilegal ou informal, o que deixa a coleta de dados e implementação de políticas de saúde prejudicadas, levantando uma questão muito relevante neste momento: como planejar modelos de prevenção e planos para enfrentamento de crises sanitárias se existem poucos dados sobre as populações ocupantes desses espaços? Como trabalhar com modelos epidemiológicos em populações desconhecidas (WILKINSON, 2020)?

Uma pesquisa entrevistou residentes de assentamentos informais em Freetown, em Serra Leoa, atingidos pela epidemia de Ebola, sobre sua condição de bem-estar e experiências com o sistema público de saúde. Os resultados da pesquisa demonstraram que a maioria das vezes em que precisam de um profissional de saúde, os habitantes confiam em "profissionais informais", particularmente quando os sintomas envolvem tosse e febre. Esse é um fato muito relevante sobre como a população se comporta e deve ser considerado na implementação de planos de enfrentamento de surtos de doenças e pandemias. Esses "profissionais" podem ajudar na atuação e atendimento dos moradores, visto que são pessoas em quem eles confiam e estão articulados dentro das comunidades (WILKINSON, 2020).

A articulação entre o poder público e os membros das comunidades é um elemento chave na promoção de saúde e nesse caso, no controle de epidemias, visto que moradores engajados podem atuar no repasse de informações às partes da população que não são atingidas pelas ações governamentais ou até mesmo limitar, ou ajudar a controlar a movimentação dos moradores. Nesses contextos, o líder comunitário, independente de seu papel naquela comunidade, deve ser mapeado e estudado, pois poderá ajudar a lidar com as populações e com diferentes instituições existentes e sobrepostas (BRCIDADES; FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2020; WILKINSON, 2020).

Já se sabe que o estado de saúde de uma população ou grupo se relaciona diretamente com suas condições de vida e trabalho. Os fatores

sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais influenciam a saúde coletiva e individual. No contexto atual, em que as relações de trabalho se encontram incertas e enfraquecidas, além das condições de moradia, é lógico compreender que a pandemia de COVID-19 vai atingir os grupos sociais de maneiras diferentes, caracterizando as iniquidades em saúde entre grupos populacionais. Essas iniquidades são injustas e desnecessárias. Além disso, podem ser prevenidas a partir de estudos sobre essas populações vulneráveis (BR-CIDADES; FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2020; BUSS; FILHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se verifica que o impacto do novo Coronavírus nas cidades tem nuances socioespaciais e refletem na organização da cidade e de seus habitantes e modos de vida. As consequências da crise pandêmica sobre a pobreza e a desigualdade social serão sentidas e vistas durante muitos dos próximos anos, demonstrando o caráter pouco "democrático" do novo Coronavírus.

Na linha de frente em resposta à pandemia, as cidades sofrerão transformações duradouras e alterações permanentes. A natureza global da COVID-19 vai trazer mudanças significativas nas políticas e comportamentos institucionais e individuais associados. Embora já tenha começado a alterar como as pessoas vivem e trabalham, ainda vai alterar como as cidades são planejadas e administradas. O "novo normal" já está em curso, resta saber quais serão suas consequências na vida cotidiana das cidades.

A arquitetura e o urbanismo enquanto disciplinas acadêmicas e profissões que modelam indivíduos, comunidades e sociedades devem desenvolver novas percepções acerca do impacto das pandemias nas cidades e ambientes urbanos, além de novos entendimentos sobre as características dos espaços urbanos que resultam dessas percepções tanto agora, quanto no futuro. Outra questão relevante é a compreensão das implicações socioespaciais das medidas e diretrizes de enfrentamento da COVID-19 introduzidas por governos e autoridades para combater

a doença no contexto da sua disseminação, podendo ampliar as medidas para planos de prevenção de crises futuras. Ainda é altamente relevante identificar novas concepções relacionadas aos estilos de vida emergentes que surgiram dos ambientes de trabalho e moradia integrados, que estão sendo utilizados atualmente por uma parte da população.

Além disso, é crucial que arquitetos e planejadores urbanos passem a incorporar em seus projetos e planos de uso do solo e gestão urbana, estudos em direção à diminuição das iniquidades existentes nas cidades. Dessa forma se tornando atores na promoção da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da expansão da democracia, fatores indispensáveis para a melhoria das condições de vida e saúde urbanas.

Baseados no trabalho ou no status e na atitude, os atributos espaciais dos ambientes domésticos e urbanos vão sofrer alterações em função das medidas de distanciamento e alterações nas relações de trabalho e moradia. Essas alterações vão influenciar o parque habitacional e os locais de trabalho existentes, o que exigirá apropriação e adaptação, demandando novos padrões e especificações, tanto para arcar com as consequências dessa pandemia ou preparar para o enfrentamento de outras ainda desconhecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar; DIAS, Bruno C.; MARTINS, Pedro. Naomar de Almeida Filho fala ao Estadão sobre a pandemia da Covid-19: "saúde é política". **Abrasco**, *[S. l.]*, v. 2020, p. 1–7, 2020. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/vice-presidente-da-abrasco-e-entrevistado-para-materia-do-estadao/45903/

ALVES, Lidiane Aparecida. Desesperanças em tempos de pandemia: problematizações sobre a COVID-19 a partir da geografia crítica. **HYGEIA Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, *[S. l.]*, v. Edição esp, n. Junho, p. 25–35, 2020.

AMAZÔNIA REAL *et al.* **Um vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19**. *[S. l.: s. n.]*. Disponível em: https://ponte.org/

mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/

AMOS, Owen. **Pandemia de coronavírus: os únicos 10 países que não tiveram nenhum caso de covid-19 até hoje**. *[s. l.]*, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-53867527. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRCIDADES; FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. **O Combate à Pandemia nas Periferias Urbanas, Favelas e junto aos Grupos Sociais Vulneráveis: propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social**. *[S. l.: s. n.]*. Disponível em: http://arquitetosdf.org.br/wp2017/wp-content/uploads/2020/04/Documento-político-unificado-ATUALIZADO.pdf

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de saúde coletiva**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 34, n. 99, p. 209–224, 2020.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento Almeida; SILVA, Brunno Costa do Nascimento. **Em tempos de Pandemia: contribuições do Observatório das Metrópoles - Núcleo Natal**. 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. *E-book*. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Em-Tempos-de-Pandemia_16.pdf

DE LA BARRA, Ximena. Fear of Epidemics: The Engine of Urban Planning. **Planning Practice & Research**, *[S. l.]*, v. 15, n. 1–2, p. 7–16, 2000.

HARTMANN, Marcel. O coronavírus e a desigualdade: como e por que a covid-19 se torna mais letal nas áreas de periferia. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre-RS, 24 jul. 2020 Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/07/o-coronavirus-e-a-desigualdade-como-e-por-que-a-covid-19-se-torna-mais-letal-nas-areas-de-periferia-ckd0ixqgg0011-0147grjxxmge.html

IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Rio de Janeiro-RJ: *[s. n.]*, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717

LICHFIELD, Gideon. We're not going back to normal. **MIT Technology Review**, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: https://www.technologyreview.com/2020/03/17/905264/coronavirus-pandemic-social-distancing-18-months/

LICHFIELD, Gideon. We're not going back to normal. **MIT Technology Review**, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: https://www.technologyreview.com/2020/03/17/905264/coronavirus-pandemic-social-distancing-18-months/

MARICATO, Ermínia. O coronavírus e um plano de emergência para as cidades. *In*: MARQUES, Leila e BORGES, Andrea (org.). **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia**. *[S. l.]*: Outras Letras, 2020. p. 186. *E-book*.

NATIVIDADE, Márcio dos Santos *et al.* Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/distanciamento-social-e-condicoes-de-vida-na-pandemia-covid19-em-salvadorbahia/17649?id=17649

QUINZANI, Márcia Angela Dahmer. O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da COVID-19 e o estado de bem-estar social. **Boletim de Conjuntura - BOCA**, *[S. l.]*, v. 2, n. 6, p. 43–47, 2020. Disponível em: http://www.udop.com.br/download/estatistica/biomassa/2009a2013_balanco_bagaco_cana_uso_energetico.pdf%5Cnhttp://www.udop.com.br/download/estatistica/biomassa/2014_balanco_bagaco_cana_uso_energetico.pdf

REDAÇÃO; REUTERS. Economia não pode parar por coronavírus , diz Bolsonaro a empresários. **Forbes**, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: https://forbes.com.br/last/2020/03/economia-nao-pode-parar-por-coronavirus-diz-bolsonaro-a-empresarios/

SALAMA, Ashraf M. Coronavirus questions that will not go away: interrogating urban and socio-spatial implications of COVID-19 measures. **Emerald Open Research**, *[S. l.]*, v. 2, p. 14, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. *[S. l.]*: Edições Almedina, 2020. *E-book*.

UOL NOTÍCIAS. No Brasil , negros são fortemente atingidos pelo coronavírus. **CORONAVÍRUS**, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/afp/2020/05/07/no-brasil-negros-sao-fortemente-atingidos-pelo-coronavirus.htm

WHO, World Health Organization. **Public Health Emergency of International Concern declared**. *[s. l.]*, 2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen. Acesso em: 26 ago. 2020.

WILKINSON, Annie. What is the impact of COVID-19 in informal settlements? **The London School of Economics and Political Science**, Londres, p. 1–4, 2020. Disponível em: https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2020/03/13/what-is-the-impact-of-covid-19-coronavirus-informal-settlements-africa/

ESTRATÉGIAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LITERATURA INFANTIL E MATERIAIS CONCRETOS PARA INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luciana Paula Lourenço[68]

Introdução

Os livros de literatura infantil quando lidos ou manuseados pelas crianças faz muito sucesso na escola, seja na educação infantil, seja nos anos iniciais do ensino fundamental.

No entanto não podemos dizer que o livro sozinho causa todo esse encantamento entre as crianças. O professor que ocupa o papel de mediador entre o livro e a criança é parte fundamental nesse processo seja em momentos de lazer e, ou de ensino-aprendizagem.

Curiosamente, os conteúdos de matemática, quando transmitidos pelo mesmo professor mediador, causam angústias e medos, efeitos esses contrários àqueles provocados pelos livros de literatura infantil.

Levando-se em consideração que, os livros de literatura infantil têm a capacidade de incentivar a curiosidade, promover o encantamento, levantar questionamentos, indagações e instigar a

68 Economista Doméstica e Pedagoga

busca do conhecimento pelas crianças em relação ao mundo físico, social e cultural.

Partindo do pressuposto de que o uso dos livros de literatura infantil pode ser utilizado como ferramentas mediadoras importantes no processo de transmissão de valores culturais além de privilegiarem o ensino e a aprendizagem das letras, da escrita, das práticas de leitura e da inserção da criança em um contexto de letramento.

Questiona-se, é possível transitar entre a realidade e o imaginário infantil, ocasionado pelos livros de literatura infantil, para a introdução da educação matemática na educação básica?

É preciso refletir com urgência dois quesitos. As crianças devem ter acesso aos usos sociais que fazemos dos números e na condição de professor alfabetizador não se pode deixar a matemática de lado.

Acredita-se que é possível ensinar os alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental uma educação matemática, de forma lúdica, afetiva e mais prazerosa.

O objeto de estudo desse artigo é a introdução da educação matemática por meio da leitura de livros de literatura infantil e do manuseio de material concreto (manipuláveis) como ferramentas metodológicas interdisciplinares e complementares nos processos educacionais aplicados em sala de aula na educação básica.

O primeiro capítulo esse artigo trará conceitos sobre literatura infantil utilizando-se as autoras: Abramovich (1997), Argüello (2005) e Cagneti (1996). O segundo capítulo irá abordar políticas públicas voltadas para o livro, leitura e biblioteca. O terceiro capítulo abordará as legislações vigentes sobre educação matemática na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O quarto capítulo trará temas sobre alfabetização e letramento matemático fundamentado por meio da leitura de livros de literatura infantil e do manuseio de materiais concretos com base nas pesquisadoras como Danyluk (1997), Soares (2006) e Smole (2000 e 2007). Os capítulos posteriores apresentarão a trajetória metodológica; a análise dos dados coletados e as considerações finais.

Espera-se que esse artigo possa contribuir para discussões que motivem o ensino e a pesquisa com base na educação matemática a partir

do uso em conjunto da literatura infantil e do manuseio de materiais concretos.

1 Os livros de Literatura Infantil como aliados na educação escolar

Os livros são produtos recheados de atribuições culturais possuindo grande variedade de imagens e símbolos que se materializam no campo da educação como uma ferramenta que poderá vir a promover o desenvolvimento de aprendizagens diversas no universo infantil.

As imagens e os textos presentes nos livros infantis corroboram junto à mediação do professor propiciando o desenvolvimento intelectual e emocional das crianças.

> "O escutar pode ser o início da aprendizagem para se tornar leitor. Ouvir muitas e muitas histórias é importante para se integrar num mundo de descobertas e de compreensão do mundo. Ouvindo histórias pode-se também sentir emoções importantes, como a raiva, a tristeza, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade. Enfim, ouvir narrativas é uma provocação para mergulhar profundamente em sentimentos, memórias e imaginações". (ABRAMOVICH, 1997, p.23).

Abramovich (1997, p.23) enfatiza que as emoções, o entretenimento e a fantasia propiciada pelas histórias infantis e seus personagens conseguem interferir nos comportamentos, nas formas de se comunicar, pensar, agir, cooperar, alterando hábitos e transformando até mesmo as formas como se efetivam as aprendizagens e as relações sociais e culturais nas crianças.

Para Cagneti (1996, p.7), a literatura infantil é "arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização".

Argüello (2005, p.68) destaca que a literatura infantil "é capaz de ensinar, pedagogizar e educar. Promovendo o conhecimento das

crianças sobre si e sobre o mundo que a cerca". Para a autora os livros de literatura tem a "capacidade de incentivar a curiosidade, promover o encantamento, levantar questionamentos e indagações e instigar a busca do conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social".

Argüello (2005, p.68) enfatiza ainda que "o valor que a linguagem tem no mundo social transcende as fronteiras de sua função de comunicação e expressão. Ela permite que o sujeito possa reconhecer-se como tal apropriando-se do mundo e dos seus significados".

É importante destacar que, somente quando a nossa sociedade passa a ver a criança como um indivíduo diferente do adulto é que o conceito de literatura infantil surge enquanto gênero textual, passando então a contribuir para formação de crianças leitoras auxiliando assim no âmbito escolar.

Além de oferecem contribuições múltiplas para a formação do leitor, os livros de literatura infantil, sob a mediação do professor, propiciam nos alunos o desenvolvimento de leitura e escrita dentro de um processo de alfabetização e letramento além de inúmeras habilidades relativas ao seu desenvolvimento intelectual, ético e estético.

É por meio do acesso à literatura Infantil como uma atividade social recorrente nas escolas que o professor é capaz de desenvolver nos seus alunos novos conhecimentos e como consequência tais alunos irão começar a formar seus próprios conceitos sobre diferentes temas.

Tal estratégia interdisciplinar promove um ensino significativo e facilitador na aprendizagem tanto na educação infantil por meio dos campos de experiência quanto para o ensino fundamental com as áreas de conhecimento de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

2 Políticas públicas voltadas para o livro, à leitura e as bibliotecas

A ideia da inclusão da literatura infantil de forma integrada as salas de aulas nas escolas públicas brasileiras data do ano de 1934 quando foi criada no Rio de Janeiro, por Cecília Meireles, a primeira biblioteca pública infantil do país.

No ano de 1937, o Decreto Lei nº 93, cria o Instituto Nacional do Livro [INL], com sede na Biblioteca Nacional e que tinha como competência, organizar e publicar a enciclopédia brasileira e o dicionário da língua nacional além de editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros.

No entanto foi na década de 70 que efetivamente a literatura infantil ganha importância e começa a ter visibilidade nacional. Em 1973, o INL é reestruturado pelo Decreto nº 72.614, onde o Instituto passa a atuar como editor e promotor de publicações não apenas de interesse à cultura nacional, mas também de interesse educacional, científico e cultural.

Deste modo, a década de 1980 foi marcada pelo início de políticas públicas que tinham como finalidade o incentivo a leitura em escolas públicas. Nesse contexto, a Lei nº 7.624 de 1987, faz com que o INL e a Biblioteca Nacional passassem a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura. Surgem também políticas para a área cultural, com as chamadas leis de incentivo tais como a Lei nº 7.505 de 1986, a Lei Sarney que foi a pioneira no incentivo à cultura.

Outras políticas públicas surgiram expressas na forma de leis mais específicas, como é o caso da Lei nº 8.313 de 1991, a Lei Rouanet cuja finalidade é captar e canalizar recursos para a cultura e da Lei do Direito Autoral, Lei 9.610 de 1998.

As políticas também se manifestaram por meio de programas governamentais, como Pró–leitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura [Proler], Fome do Livro, Viva Leitura, assim como programas mais específicos como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático [PNLD] e o Programa Nacional de Biblioteca Escolar [PNBE] instituído em abril de 1997 pela Portaria MEC nº 584.

Dados do documento elaborado pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais [CEALE/UFMG] realizado em parceria com o Ministério da Educação [MEC] (2014, p.7) apontam que o objetivo do MEC ao implementar o PNBE foi proporcionar aos alunos da rede pública o "acesso a bens culturais

que circulassem socialmente, de forma a contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos leitores, favorecendo, assim, a inserção desses alunos na cultura letrada".

O PNBE foi extinto no ano de 2015, mas, os livros adquiridos por esse programa ainda podem ser encontrados em muitas bibliotecas escolares até hoje. Esse acervo para muitas escolas é o único meio de possibilitar o acesso a livros de literatura infantil aos alunos e professores da educação básica em diversas localidades brasileiras.

A Política Nacional do Livro [PNL], Lei 10.753 é instaurada em 2003 e passa a assegurar ao cidadão o acesso e uso do livro propiciando o incentivo à leitura.

No ano de 2017 o Decreto nº 9.099, unifica as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo PNLD e pelo PNBE. Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático [PNLD] também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

A Política Nacional de Leitura e Escrita [PNLE] é uma Lei sancionada em 2018, a chamada Lei Castilho, tem como estratégia a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil. Entre as diretrizes da nova legislação, está o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania.

Deste modo, a PNLE veio para institucionalizar como responsabilidade do Estado a construção e revisão permanentes de planos voltados para o setor do livro, da leitura e das bibliotecas.

As políticas públicas voltadas para o livro, leitura e biblioteca fizeram com que o ambiente escolar torne-se um espaço privilegiado, no que diz respeito ao contato e ao manuseio das crianças com livros.

A escola torna-se então um espaço bastante amplo para o apoio e incentivo à leitura. E a biblioteca escolar passa a ser referência no apoio

às atividades educativas por conter fontes de informações – livros – que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem.

3 A educação matemática nas legislações da educação básica

A matemática está presente no dia-a-dia das crianças muito antes delas chegarem à escola. No convívio familiar as crianças são constantemente envolvidas em atividades matemáticas as quais as expõem a aspectos quantitativos da realidade.

Ao se pensar a educação matemática na educação básica (educação Infantil e nas series iniciais do ensino fundamental) é importante compreender que a matemática, assim como qualquer outra área do conhecimento, é parte do universo da criança.

Daí a importância do planejamento das ações educativas curriculares embasadas nas legislações educacionais que serão responsáveis por possibilitar a construção do conhecimento por meio de condições específicas e objetivas e, principalmente, de atividades que sejam significativas para os alunos.

3.1 Legislação para a Educação Infantil (crianças de 0 a 5 anos)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil [RCNEI] é um documento de orientação dos conteúdos e objetivos de aprendizagem, elaborado pelo MEC e implementado em 1998.

O RCNEI foi idealizado de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente na educação infantil, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.

O RCNEI foi organizado em eixos, que devem ser considerados de forma integrada: movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática. O RCNEI (1998, p.213) aponta que "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como ser que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio".

Ao discorrer sobre o conhecimento matemático o RCNEI (1998, p.207) destaca que:

> "Fazer Matemática é expor idéias próprias, escutar a dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, confrontar, argumentar e procurar validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas. Dessa forma as crianças poderão tomar decisões, agindo como produtoras de conhecimento e não apenas executoras de instruções". (BRASIL, 1998, p.207).

O documento sugere que caberá ao professor partir de situações práticas para propor situações-problema em que a criança possa ampliar, aprofundar e construir novos sentidos para seus conhecimentos.

A Resolução 5 de 2009 do MEC implanta as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil [DCNEI]. Essa Resolução amplia o olhar sobre a criança, considerando as interações sociais como condições essenciais para o seu aprendizado.

As DCNEI regem os princípios e fundamentos e os procedimentos que orientam as políticas públicas e a elaboração de propostas pedagógicas na educação infantil nas quais a criança torna-se o centro do processo de aprendizagem, como sujeito das diferentes práticas cotidianas.

A criança passa a ser tratada com toda complexidade e potência e a Educação Infantil é o lugar onde ocorrerá desenvolvimento de princípios éticos, estéticos e políticos. O objetivo das DCNEI é reforçar a importância de que o aluno tenha acesso ao conhecimento cultural, científico e o contato com a natureza, porém, preservando o modo de a criança aprender.

As DCNEI foram organizadas por eixos estruturantes, a interação e a brincadeira, mas propõe a articulação das diferentes linguagens para a organização curricular e didática.

Artigo 9° das DCNEI, afirma que a proposta curricular da Educação Infantil deve ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o conhecimento de

si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.

A Base Nacional Comum Curricular [BNCC] de 2017 surge para reforçar a DCNEI, instituir e orientar o planejamento curricular da educação básica, reforçando a visão da criança como protagonista.

Tem-se como objetivo na BNCC a construção de um currículo, baseado em direitos de desenvolvimento e aprendizagem bem definidos. Com relação à educação matemática, o objetivo da BNCC, para a educação infantil não é desenvolver os conteúdos matemáticos e, sim, desenvolver o pensamento matemático [que transita nas unidades temáticas], ao nível das primeiras noções desse pensamento.

Assim, as contagens, a manipulação de materiais, as construções com blocos, a exploração dos espaços internos e externos à escola, associadas à linguagem matemática favorecem as primeiras aprendizagens matemáticas das crianças, na escola.

A BNCC na educação infantil está organizada por áreas de conhecimento e as diferentes linguagens são integradas por meio dos campos de experiência, partindo do pressuposto de que a criança aprende por meio das experiências vividas no contexto escolar.

Percebe-se que pensar a matemática, no contexto da Educação Infantil é possibilitar que a criança construa noções e conceitos matemáticos de maneira livre, através o brincar, do expressar-se.

3.2 Legislação para o Ensino Fundamental (crianças de 6 a 10 anos)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN] de 1997 constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. O objetivo dos PCN é "garantir a todas as crianças o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania".

Os PCN de Matemática (1997, p.25) apontam que:

> "[...] é importante que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades

> intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares". (BRASIL, 1997, Volume III, p.25).

Os PCN de Matemática (1997, p.26) destacam que "a Matemática deverá ser vista pelo aluno como um conhecimento que pode favorecer o desenvolvimento do seu raciocínio, de sua capacidade expressiva, de sua sensibilidade estética e de sua imaginação".

Para reforçar os PCN, em 2013 surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais [DCN], que são um "conjunto normas obrigatórias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na educação básica que orientam todo o sistema de ensino e o planejamento curricular das escolas públicas e privadas".

O artigo 14º das DCN apontam que o currículo da base nacional comum do ensino fundamental deve abranger obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

A construção do currículo do ensino fundamental de Matemática proposto pela BNCC (2017, p. 265) destaca que,

> "O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. É também o letramento matemático que assegura aos alunos reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, es-

> timula a investigação e pode ser prazeroso (fruição)". (BRASIL, 2017, p.265).

Ressaltamos que, a aprendizagem em matemática é o resultado de uma série de legislações que devem ser conhecidas e praticadas pelos professores no intuito de motivar a ação investigativa do aluno.

Nesse sentido o trabalho do professor consiste, primordialmente, em desafiar e orientar o aluno na atividade escolar, o que exige desse professor o esforço necessário para transformar as informações estudadas e compartilhadas em estratégias interdisciplinares que promovam conhecimentos introdutórios de educação matemática na educação básica.

4 Estratégias interdisciplinares entre literatura infantil e materiais concretos para introdução da educação matemática

O conhecimento matemático, como todo conhecimento historicamente acumulado, é para todos. Todavia, a forma como organizamos esse e outros conhecimentos deve levar em conta não apenas o contexto, mas, sobretudo, os fins da educação.

O papel do professor então é fazer com que a criança pense sobre os usos sociais que elas podem fazer dos números e das letras de modo que possam perceber que há uma combinação de sinais, letras e palavras que se organizam segundo certas regras para expressar ideias.

A relação entre a matemática e a língua portuguesa é dada numa perspectiva de saber ler para entender matemática e interpretar os símbolos uma vez que, a matemática tem uma simbologia específica e está articulada à linguagem para ser fundamentada.

A maioria das pessoas reconhece o termo alfabetização enquanto pratica para aquisição da leitura e da escrita dentro dos conhecimentos de língua portuguesa. Por isso falar em alfabetização matemática muitas vezes causa estranhamento.

De acordo com bases teóricas a alfabetização e o letramento são termos empregados para explicar o processo de aquisição da leitura e da escrita, embasadas especificadamente no universo das letras (con-

soantes, vogais e semivogais) e dos textos (narrativos, poesias, revistas, entre outros).

Para a introdução e, ou o desenvolvimento do que se propõem a atender a uma alfabetização na perspectiva do letramento, torna-se necessário entender como as crianças aprendem e de onde é possível começar o processo, ou seja, conhecer o mundo social, político, filosófico e cultural em que elas vivem.

Na escolarização das crianças muitos professores partem da ideia de que se precisa garantir a inserção dessas nos processos de leitura e de escrita para depois desenvolver o trabalho com as noções matemáticas.

Soares (2006) explica que "os termos alfabetização e letramento, atualmente, não estão apenas vinculados à área da língua portuguesa, também contribuem para compreensão de outras áreas do conhecimento, como exemplo a da Matemática".

> "[...] é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos". (SOARES, 2006)

A alfabetização e o letramento possuem conceitos opostos, sendo a alfabetização o processo de aquisição de uma informação por meio de uma técnica. O letramento corresponde à compreensão dessa técnica. Os dois conceitos são indispensáveis dentro de uma proposta alfabetizadora e são indissociáveis.

A alfabetização matemática acontece todos os dias, pois sempre aprendemos técnicas ou conceitos que vinculam o seu uso, porém, necessariamente não é porque se conhece a técnica que se sabe aplicá-la em meio social ou até individual.

Consideramos como letramentos as inúmeras práticas sociais e discursivas que, segundo Soares (2006, p.72), não é apenas um conjunto de habilidades individuais, mas "o conjunto de práticas sociais

ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social".

Ou seja, letramentos são práticas variadas, flexíveis, que se adaptam e, ou mudam de acordo com as mudanças e necessidades das pessoas em determinado espaço e, ou tempo.

Os letramentos são os momentos de discussão, socialização, circulação de ideias, questionamentos, dúvidas e intervenções que emergem dos eventos de letramento e nos possibilitam olhar para algumas questões como os processos de leitura e escrita em resolução de problemas.

Alfabetizar a criança para conhecerem letras, formar palavras, é algo visível. Mas, e alfabetizar matematicamente? Para Danyluk (1997, p.12) "ser alfabetizado em matemática é compreender o que se lê e escrever o que se compreende a respeito das primeiras noções de lógica, de aritmética e geometria". Para a autora "a escrita e a leitura das primeiras ideias matemáticas podem e devem fazer parte do contexto de alfabetização".

Ler livros que apresentem diferentes formas de pertencimento pode ser muito útil para expandir as diferentes possibilidades relacionadas à educação matemática, constituindo-se como um importante artifício pedagógico como ferramenta de apoio interdisciplinar nas atividades de alfabetização matemática.

Para Smole et. al. (2007, p.22) "ao utilizar livros infantis os professores podem provocar pensamentos matemáticos através de questionamentos ao longo da leitura, ao mesmo tempo em que a criança se envolve com a história".

Para a autora, "a literatura pode sim, ser utilizada como um estímulo para ouvir, ler, pensar e escrever sobre Matemática", desde que os elementos matemáticos trabalhados em sala de aula tenham objetivos bem definidos e uma sequência didática previamente planejada.

Isso significa que o professor irá trabalhar as habilidades de linguagem e as habilidades matemáticas simultaneamente numa abordagem intencional e com utilização de material concreto ou manipulável.

Momentos de leitura aliados com o manuseio e o uso de materiais concretos fazem com que as crianças visualizem os processos de aprendizagens de educação matemática apresentados pelo professor.

Não se pode falar em ensino da matemática sem o uso de materiais concretos. É fundamental que haja materiais concretos disponíveis na sala de aula e que o professor oportunize as crianças a usarem esses materiais manipulativos.

O uso de objetos reais, nomeados de materiais didáticos concretos ou manipuláveis, que leva o aluno a tocar, sentir, manipular e movimentar, acaba por tornarem-se a representação de uma ideia.

Essa representação para muitas crianças pode estar diretamente relacionada à significação obtida numa situação de aprendizagem, já que na construção do conhecimento, existem muitos fatos que, mesmo sendo simbólicos, expressam tão diretamente seu significado que não necessitam de qualquer tipo de mediação para serem compreendidos.

Smole (2000, p.173) defende que a exploração de atividades lúdicas aliadas a estratégias favorecem o estabelecimento das relações necessárias com o contexto infantil.

> "Usar materiais didáticos num contexto que solicite dela [da criança] mais do que manipulação pura e simples pode trazer um estímulo para desenvolver uma multiplicidade de significados para cada noção matemática. Além disso, o uso de materiais manipulativos pode auxiliar no desenvolvimento da linguagem matemática. Isso porque os alunos podem verbalizar e discutir ideias enquanto trabalham com o material. As crianças precisam vivenciar experiências que desenvolvam o componente visual imaginativo, o que auxilia na compreensão da linguagem matemática, a qual é fundamentada em símbolos, esquemas, imagens". (SMOLE, 2000, p.173).

O desenvolvimento lógico-matemático na criança quando incentivado é crescente e precisa ser estimulado. Ele começa do mais fácil a partir dos conhecimentos prévios das crianças e conforme as atividades propostas pelo professor vão ganhando graus de dificuldades, a criança passa então a reestruturar os elementos já assimilados e acomodados.

É o nível de dificuldade de cada processo mental que irá indicar o desenvolvimento lógico-matemático da criança. E assim a compreensão acontece pela resolução de um problema proposto pelo processo

mental apresentado à criança, que faz uso de estratégias para compor sua resposta.

Contudo os processos mentais são compostos por situações e, ou desafios elaboradas no dia-a-dia das crianças, estes processos auxiliam no desenvolvimento infantil e na própria percepção de mundo. Dominar conceitos matemáticos e estabelecer relações lógicas matemáticas auxiliam as crianças na compreensão do mundo mediado pela ciência e pela tecnologia em que vivemos.

5 Trajetória Metodológica

Do ponto de vista científico é importante que haja pesquisas em diferentes campos de conhecimentos.

Com relação à temática proposta nesse artigo que é educação matemática por meio do uso de estratégias interdisciplinares entre literatura infantil e materiais concretos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e quantitativa em bases de dados científicas por publicações que abordassem essa temática no período de 2010 a 2020.

A pesquisa aplicada nos portais científicos se deu por meio da utilização dos descritores: "Livros de literatura infantil" AND "materiais concretos" e "Livros de literatura infantil" AND "educação matemática". Os descritores são termos utilizados em pesquisas que permitem o encontro mais preciso do que se procura nas bases de dados.

Foram utilizadas cinco bases de dados: a Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica [AGUIA], Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações [BDTD], Google Acadêmico, REDALYC e Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG].

E por que foram escolhidas essas bases de dados?

A AGUIA e a UFMG foram escolhidas por serem universidades de referência na gestão da informação, da produção intelectual e das suas bibliotecas e por oferecerem cursos de graduação em Matemática e Pedagogia.

O Google Acadêmico e REDALYC foram selecionados por serem ferramentas de pesquisas científicas acadêmicas bem populares entre estudantes.

E a BDTD por integrar várias instituições de ensino e pesquisa brasileiras disponibilizando no seu acervo publicação de teses de doutorado e dissertações mestrado.

6 Análise dos Dados

Os dados coletados e representados na Tabela 1 apontam que nas grandes bases de dados científicas, na ultima década, as pesquisas e, ou artigos relativos à matemática envolvendo especificamente livros de literatura infantil e materiais concretos ou livros de literatura e educação matemática tem chamado pouca atenção dos pesquisadores.

Tabela 1 – Publicações sobre Educação Matemática - período de 2010 a 2020

DESCRITORES	BASES DE DADOS					TOTAL
	AGUIA	BDTD	GOOGLE ACADEMICO	REDALYC	UFMG	
"Livros de literatura infantil" AND "materiais concretos"	34	00	85	00	06	125
"Livros de literatura infantil" AND "educação matemática"	56	07	186	02	09	260
TOTAL	90	07	271	02	15	385

Fonte: Dados coletados pela autora (2020).

As temáticas relativas aos processos de ensino e de aprendizagem de conteúdos matemáticos na educação básica envolvendo tanto o plano de sala de aula, quanto de possíveis interferências do meio sociocultural e mediação do professor tem sido deixados de lado.

As linhas de pesquisas que envolvem os aspectos epistemológicos e didáticos da Matemática em prol de uma melhor compreensão dos fenômenos ligados ao ensino e a aprendizagem da Matemática e às relações entre saberes científicos e escolares não são tendência em estudos relativos à educação matemática.

A partir dos dados coletados espera-se que hajam debates que subsidiem estudos científicos que possam contribuir com elementos

que subsidiem o debate acerca da falta de pesquisas sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática na educação básica.

7 Considerações Finais

No Brasil há políticas públicas voltadas para o livro, à leitura e as bibliotecas. No entanto, essas políticas públicas não reduzem as desigualdades e nem incentivam os estudantes a terem acesso democrático ao livro. É preciso que haja discussões, avaliações e maior divulgação do acesso ao livro enquanto um direito garantido por lei para toda sociedade.

O presente artigo buscou mostrar em que medida a educação matemática pode ser concebida no ciclo da alfabetização em consonância com a aprendizagem da língua materna escrita, partindo do manuseio de livros de literatura infantil de forma integrada com materiais concretos.

Não basta ter acesso a livros de literatura infantil e a materiais concretos, é fundamental que, ao longo da sua formação escolar, os alunos sejam estimulados à prática da leitura e da educação matemática.

Verifica-se que o professor irá transformar a dinâmica interna da sua sala de aula quando ele assumir um papel de mediador de aprendizagens no intuito de promover práticas pedagógicas que girem em torno de intencionalidades.

Desse modo, percebe-se que a educação matemática se faz imprescindível por meio do manuseio de ferramentas concretas tais como o livro infantil e outros materiais que possibilitem a crianças vivenciar a matemática de forma concreta.

Pesquisas nesse sentido se fazem urgentes e necessárias no intuito de propiciarem uma melhor formação acadêmica e continuada, sobretudo dos professores da educação básica.

Referências

ABRAMOVICH, Fani. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ARGÜELLO, Zandra. Elisa. A. **Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil.** Porto Alegre/RS, 2005. 193p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6961/000537801.pdf>. Acesso em: 25 ago. de 2020.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais:** matemática / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 142p.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3: Conhecimento do Mundo. 119p.

_____. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasilia: MEC/CNE/CEB, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

_____.**Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **PNBE na escola: literatura fora da caixa/ Ministério da Educação/UFMG**. Brasília/DF: MEC/SEB. 2014, v.3, 98p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=15609&Itemid=> Acesso em 25 ago. 2020.

CAGNETI, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.

DANYLUK, Ocsana Sônia. **Alfabetização Matemática**: a escrita da linguagem matemática no processo de alfabetização. Tese (Dou-

torado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. – 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **A matemática na educação infantil**: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Reimpr. rev. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SMOLE, K. C. S. et. al. **Era uma vez na matemática**: uma conexão com a literatura infantil. 6. ed. São Paulo, SP: (CAEM) Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática: Instituto de Matemática e Estatística da USP, 2007.

ANALFABETISMO NO BRASIL: UM PROBLEMA QUE FICOU NO PASSADO?

Eliete Conceição Ribeiro de Carvalho[69]

INTRODUÇÃO

Dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o analfabetismo diminuiu em todo o país.

A taxa de analfabetismo mais atual no Brasil foi divulgada pelo IBGE em junho de 2019, na última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). O Brasil tem pelo menos 11 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas o que representa 6,6% de analfabetismo.

Os altos índices de analfabetismo sempre estiveram presentes em nossa história, mas na última década esses índices começaram a mudar.

No presente artigo, busca-se analisar os dados sobre o índice de analfabetismo no Brasil, algumas causas e consequências e verificar se o analfabetismo realmente é um problema que ficou no passado.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é de cunho bibliográfico do tipo exploratório, para analisar as informações mais pertinentes que estão relacionadas com a questão do analfabetismo.

---

69 Especialista em Psicopedagogia Educacional e Clínica pela Faculdade de Itápolis. Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista e Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales

O primeiro capítulo contextualiza o analfabetismo no Brasil, e apresenta medidas que foram sendo tomadas ao longo da história pelos governantes para conseguir a sua erradicação.

No segundo e no terceiro capítulos, são apresentados os conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional para que o leitor tenha uma melhor compreensão do conteúdo abordado.

O quarto capítulo traz o conceito de políticas públicas, políticas educacionais, e o Plano Nacional de educação, parte de uma política pública para atingir metas como a erradicação do analfabetismo.

O quinto capítulo traz a análise de gráficos do analfabetismo no Brasil, suas causas e desdobramentos e por fim o sexto capítulo traz as considerações finais sobre o tema tratado.

1-EDUCAÇÃO EM PAUTA.

A história da educação no Brasil tem início em 1549, com a chegada dos jesuítas ao Brasil. De acordo com Saviani (2019), tratava-se evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar, decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação de colonização. (SAVIANI,2019, p.27)

Durante todo o século XIX, permanecemos como uma sociedade escravocrata, o que prejudicou a evolução do nosso sistema educacional.

O analfabetismo surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1882, que estabeleceu a proibição do voto do analfabeto. A Constituição republicana de 1891, que acabou com o Censo econômico, manteve o "Censo literário" (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p.184)

Ao longo de nossa história, várias foram as tentativas para erradicar o analfabetismo. De acordo com o INEP (2003):

> Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional

> de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (1968-1978, Governos da Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos-Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco); e, finalmente, o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso). (INEP, 2003, p.12)

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi apresentado um documento intitulado "Uma escola do Tamanho do Brasil", elaborado em agosto de 2002, pelo GT da área de Educação, Ciência e Tecnologia do Partido dos Trabalhadores, com a finalidade de acabar com o analfabetismo. Também durante o governo de Lula, Cristovam Buarque, então ministro da educação, em seu discurso no II Fórum Mundial de Educação em 2003, traça três eixos na luta de uma escola de qualidade para todos. O primeiro deles: fazer com que o analfabetismo seja uma coisa do passado. (GENTILI; MCCOWAN,2010, p.230).

Esse grande número de tentativas na luta contra o analfabetismo, ocorridas durante nossa história, nos mostra que o analfabetismo não é um problema fácil de resolver, por isso, a implantação de políticas públicas educacionais mais efetivas é de extrema importância para mudarmos esse quadro.

A educação do século XXI, encontra-se inserida em um contexto que está impactando diretamente a forma de pensar e agir da sociedade.

Com a projeção do Toyotismo para a condição de método universal de incremento do capitalismo em nível mundial, surgem tentativas de transpor o conceito de 'qualidade total' do âmbito das empresas para as escolas. (SAVIANI,2019, p.440)

Nesse contexto, a educação assume um papel de grande importância para o mercado, pois a qualificação de mão-de-obra é fundamental para os objetivos do mercado.

Após essa breve exposição sobre a história da educação no Brasil, o artigo segue com a conceituação de analfabetismo e analfabetismo funcional, apresentando algumas de suas causas e consequências.

2-O QUE SE ENTENDE POR ANALFABETISMO.

Analfabeto é qualquer pessoa que não conheça o alfabeto ou que não saiba ler e escrever, e analfabetismo, a condição de quem não conheça o alfabeto ou não saiba ler e escrever, segundo o glossário CEALE da UFMG. A taxa de analfabetismo medida pelo IBGE é o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem. (GLOSSÁRIO CEALE, 2020).

No Brasil, em 2019, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6%. Os dados também demonstram diferenças regionais acentuadas, pois, dessas pessoas, 56,2% (6,2 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 21,7% (2,4 milhões de pessoas) na Região Sudeste. (PNAD,2019)

De acordo com a PNAD (2019), em relação a 2018, houve uma redução de 0,2 pontos percentuais (p.p.). no número de analfabetos do País, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil analfabetos em 2019.

A queda do analfabetismo é uma boa notícia, mas o número de analfabetos ainda é alarmante, o que causa muita preocupação.

De acordo com a PNAD Contínua (2019)

> Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação

> e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população. (PNAD, 2019)

Os adultos passam por processos cognitivos muito semelhante aos das crianças, por isso, sempre a tempo para aprender, investir em políticas educacionais que atendam esse público é de extrema importância.

A educação é um direito de todo o cidadão, e este direito está assegurado pela nossa Constituição, sendo um dever do Estado e da família, por isso, garantir a educação para o grupo etário mais velho e para todos é respeitar o que está escrito em nossa Constituição.

Conforme afirma Freire:

> É a partir deste saber fundamental – mudar é difícil mas é possível – que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se a ação sanitária, se de evangelização, se formação de mão de obra técnica" (FREIRE, 2020, p.77).

O analfabetismo e o baixo letramento no Brasil são consequências de vários fatores, conforme afirma Colello:

> Por lo tanto, los fenómenos de analfabetismo y baja literacidad en Brasil no son únicamente un problema de la escuela, sino también de la escuela. Sin desconsiderar tantos factores que, de modo general, explican el fracaso escolar (como la fragilidad de las políticas educativas, la desvalorización del profesor, las dificultades inherentes a la formación docente, el funcionamiento burocratizado de las escuelas y las propias condiciones de trabajo en clase), también es conveniente centrarse en los aspectos particulares de la enseñanza de la lengua escrita. Por eso, comprender las concepciones de lengua, de enseñanza y de aprendizaje que fundamentan la pedagogía de la alfabetización

> es el mejor aval para hacer frente a los vicios de una escuela que no siempre enseña a escribir. (Colello,2011, p.70)

Para se entender o analfabetismo no Brasil, levar em conta questões sociais, econômicas, estruturais se tornam de extrema relevância, juntamente com o papel que a escola exerce na vida desses alunos.

3- QUEM SÃO OS ANALFABETOS FUNCIONAIS?

Analfabeto funcional é a pessoa que sabe ler e escrever, mas é incapaz de entender ou interpretar um texto que acabou de ler. O termo analfabetismo funcional está relacionado ao uso prático da linguagem para fins específicos e tarefas cotidianas.

O número de analfabetos funcionais é alarmante, apesar de medidas tomadas para a sua diminuição. Muitos alunos que passaram pela escola não conseguem fazer o uso efetivo da língua.

O quadro de analfabetismo e de baixo letramento é um problema complexo que está ligado não somente com questões políticas e sociais como a má distribuição dos bens culturais, as desigualdades sociais, mas também muitas vezes no modo como a escola trabalha. A utilização de práticas que não levam em conta a vivência dos indivíduos, o seu protagonismo, acaba por vezes sendo ineficiente no processo de ensino-aprendizagem.

Para Colello (2011), por trás das cifras do número de alfabetizados, temos uma realidade trágica, pois quando perguntamos com leem e escrevem os brasileiros alfabetizados, ou que uso são capazes de fazer da língua escrita, um estudo realizado pelo Indicador de Alfabetismo Funcional(INAF) assinala o fato de que apenas um quarto da população brasileira é capaz de compreender, interpretar e comparar informações de diferentes textos; uma realidade que vem se mantendo na última década.

Muitos alunos que têm acesso a escola e conseguem permanecer nela, muitas vezes chegam no final da Educação Básica e não conseguem ser usuários efetivos da língua, o que mostra que a escola também está sendo ineficiente em seu papel.

O emprego de metodologias ativas que colocam o aluno como protagonista de seu aprendizado, é uma estratégia que deve ser coloca-

da em prática com o objetivo de o aluno ter um aprendizado mais efetivo. "Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se fazem sem abertura ao risco à aventura do espírito" (FREIRE, 2020, p.68).

Após essa breve exposição conceitual onde foi possível compreender o que é analfabetismo e analfabetismo funcional, o artigo apresenta o papel das políticas públicas como estratégia para erradicar o analfabetismo.

4- A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA O ANALFABETISMO.

4.1 – O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICA?

As políticas públicas são ações que o governo implanta na tentativa de resolver problemas enfrentados pela sociedade.

As políticas públicas envolvem as Políticas Sociais, Políticas Econômica, Políticas de Infraestrutura as Políticas de Gestão Pública. Neste artigo, daremos ênfase as políticas Sociais, da qual faz parte a Educação.

Azevedo definiu que "política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões". (AZEVEDO ,2003, p. 38)

De acordo com Oliveira (2010):

> Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo. (OLIVEIRA, 2010, p.93-99)

No ambiente escolar, decisões como construção de prédios, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização pro-

fissional, matriz curricular e gestão escolar, são exemplos de políticas públicas educacionais.

Podemos dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Isto é, políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, p.93-99)

As políticas públicas devem estar de acordo com a necessidade da sociedade.

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política (FREIRE, 2019, p.119).

As políticas públicas são muito importantes para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Um ponto muito importante que devem priorizar é a qualificação dos alfabetizadores. De acordo com o documento "Mapa do Analfabetismo no Brasil", o descuido com esse aspecto ajuda a entender o fracasso de boa parte dos programas de alfabetização em massa que marcam a história do País. (INEP,2003, p.11)

É importante que a sociedade se organize, trace estratégias políticas e pressionem o governo para criar políticas públicas que atendam seu interesse.

É fundamental que os eleitores tenham conhecimento do programa de seus candidatos, pois seus projetos serão as futuras políticas públicas aplicadas durante seu governo.

Após a explanação do que são políticas públicas, surge a necessidade de entender o que são políticas públicas educacionais. Um ponto de grande interesse para a erradicação do analfabetismo.

4.2 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PROPOSTAS E METAS.

As políticas públicas educacionais são ações que o governo realiza que dizem respeito a área da educação.

De acordo com Oliveira (2010):

> Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação

> escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais. (OLIVEIRA, 2010, p.93-99)

Estabelecer uma política de financiamento que considere a necessidade de superar as desigualdades regionais no atendimento à Educação básica são de extrema importância.

O investimento em educação no Brasil caiu 56% nos últimos quatro anos. Entre 2014 e 2018, diminuiu de R$ 11,3 bilhões para R$ 4,9 bilhões. A projeção da Lei Orçamentária deste ano é que o valor seja ainda menor e fique em R$ 4,2 bilhões. (PNAD Contínua, 2019).

Os investimentos em educação são importantes, mas não adianta ter apenas investimento, é necessário que esse dinheiro seja aplicado de maneira correta. Muitas escolas estão cheias de computadores que não são utilizados, outras com livros novos que nunca foram usados e serão descartados, ou seja, uma boa gestão dos recursos é imprescindível para que o recurso seja aplicado de maneira correta e não haja desperdício do dinheiro público.

4.3 – O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO.

O Plano Nacional de Educação é um documento que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação.

Projetos e ideias de "planos educacionais" existem desde a década de 1930 no Brasil, mas o primeiro plano a nível nacional foi oficializado apenas em 1962. (POLITIZE, 2020)

Para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação vigente, o Ministério da Educação adotou estratégias para que governo federal, estadual e municipal atuem em conjunto na expansão do acesso a todos os níveis educacionais.

Atualmente está em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, de acordo com o PNE Em Movimento:

> O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano" e que "caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE. (PNE EM MOVIMENTO, 2020)

Dentre as 20 metas a serem cumpridas, a que mais nos interessa nesse artigo é a meta número 09 que diz respeito ao analfabetismo, tema tratado nesse trabalho.

> Meta 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (PNE EM MOVIMENTO, 2020).

O analfabetismo é um problema complexo, pois está ligado não somente as questões políticas e sociais, mas também com a condição da escola, o ensino que ela oferece aos alunos. Muitas vezes a escola consegue que os alunos aprendam ler e escrever, mas não consegue despertar o hábito da leitura, o gosto de aprender. Isso resultará em muitos casos de evasão escolar e o número elevado de analfabetos funcionais.

O uso de metodologias adequadas é um começo para que consigamos reduzir esse número de analfabetos funcionais que causa grande preocupação em nossa sociedade.

As pesquisas mostram que o número do analfabetismo diminuiu, mas erradicá-lo até 2024 como prevê o PNE, não será uma tarefa fácil.

Nesse momento em que foi explicado sobre o importante papel das políticas públicas e do Plano Nacional de Educação, será apresentado gráficos e tabela, importante elemento para responder a principal pergunta do presente artigo.

5- CENÁRIO DO ANALFABETISMO NO BRASIL SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA DE 2019.

Conforme já abordado o analfabetismo é um problema complexo, resultante de várias causas. Tendo o Brasil, como sua marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo. Como mostra a Figura 1, as regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do país.

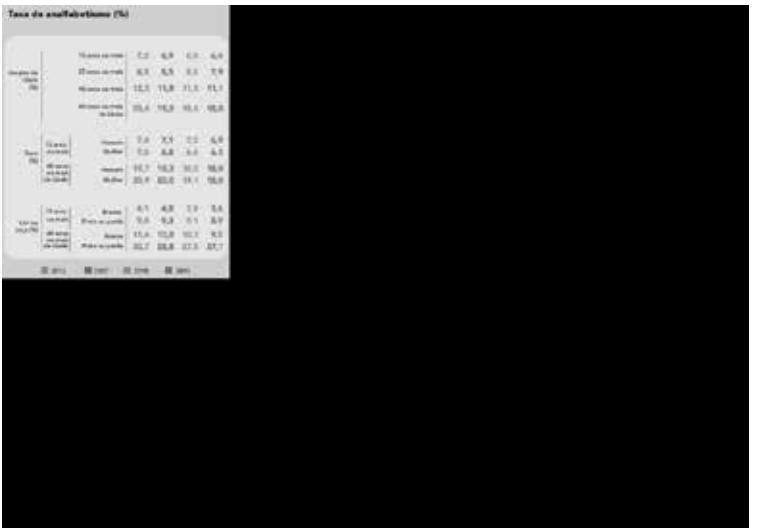


Figura 1 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. 2012-2019

De acordo com a PNAD Contínua (2019):

> Entre as Grandes Regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas 4 – 13,9% e 7,6%, respectivamente, em 2019 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade – enquanto o Centro-Sul do País, taxas bem mais baixas. Em relação a 2018, a proporção de analfabetos neste grupo de idade teve queda em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Nordeste. Comparando-se os indicadores de 2016 a 2019, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 60 anos ou mais no Brasil manteve o comportamento da faixa de idade mais nova, de 15 anos ou mais. Entretanto os indicadores da faixa mais velha eram de 2,5 a 3 vezes maiores do que os da faixa mais nova. Em 2019, a taxa do Nordeste alcançou 37,2% e a do Norte 25,5%. Por outro lado, Sudeste e Sul ficaram abaixo de 10% e o Centro-Oeste, 16,6%. Frente a 2018, destaca-se a queda de 1,7 p.p. na Região Centro-Oeste e de 1,5 p.p. na Região Norte. (PNAD CONTÌNUA, 2019)

O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias, obviamente com intensidades diferentes como mostra a Figura 2. São populações com perfis e expectativas diferentes e, por isso mesmo, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias. A diferença do número de analfabetismo levando em consideração a raça ou cor é bem relevante.

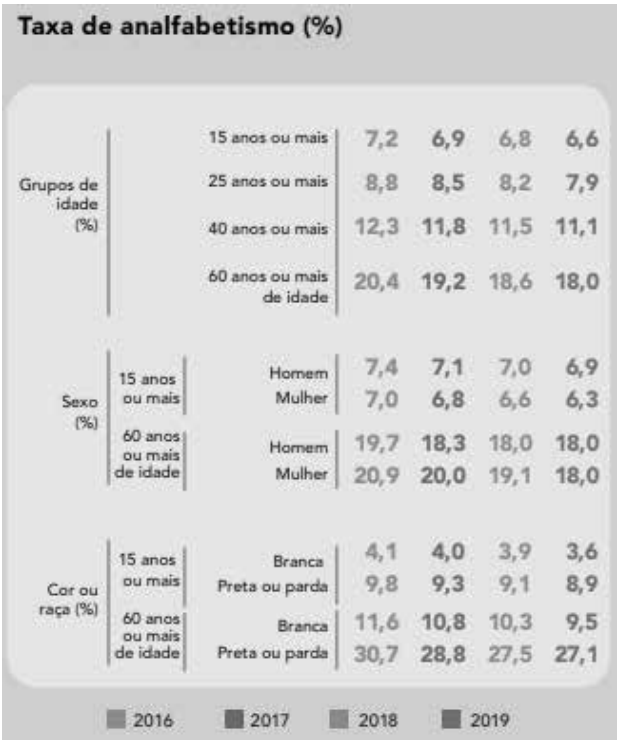


Figura 2 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. 2012-2019

Ao contrário de outros países, no Brasil o analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo que entre os homens, conforme os dados da tabela 2.

Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres se igualou à dos homens, alcançando 18,0% em 2019. Esse valor, no entanto, foi quase três vezes maior do que para o grupo de pessoas de 15 anos ou mais. (PNAD Contínua, 2019)

Na faixa etária de 10 a 19 anos, vemos o fracasso recente do sistema educacional brasileiro, ou seja, 7,4% são analfabetos. Ora, estes jovens ou ainda estão na escola, ou por ela já passaram, o que mostra que nosso sistema educacional continua ainda a produzir analfabetos. Houve, sim, avanços, mas ainda não fomos capazes de fechar a torneira do analfabetismo. (PNAD Contínua, 2019)

As figuras demonstram a situação do analfabetismo em todo território nacional.

Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no País, o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, determinou, na Meta 9, conforme já abordado neste artigo, a redução da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024.

De acordo com a (PNAD, 2019)

> Desde 2016, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste haviam cumprido a meta intermediária. Já as Regiões Norte e Nordeste se deparavam com outro panorama ainda em 2019: taxas ainda acima da meta intermediária de 2015. Para a erradicação até 2024, os desafios são diversos entre as regiões, seja devido à tendência de estabilização das taxas no Centro-Sul do País, seja pelo nível mais elevado das taxas no Norte e no Nordeste. (PNAD Contínua ,2019)

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019. (EDUCA IBGE, 2019).

É possível observar um pequeno aumento das pessoas com mais de 25 anos que conseguiram concluir a Educação Básica.

Também em 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo. (EDUCA IBGE, 2019)

Figura 3 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. 2012-2019

A superação do analfabetismo depende da sociedade como um todo, governo, educadores, escolas, todos se empenhando para promover uma Educação de qualidade. A Educação é direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O analfabetismo no Brasil, tema pesquisado neste artigo, é um problema sério e que apesar de apresentar uma diminuição, conforme os dados analisados, não é um problema que ficou no passado, pois os números ainda são muito expressivos em uma sociedade que se diz democrática.

Entender os conceitos de analfabetismo, analfabetismo funcional abordados durante este artigo, nos leva a reflexão do quanto é importante diminuirmos seu percentual.

O Brasil apesar de ter avançado na promoção do acesso à educação, ainda tem um grande desafio a vencer, muitos alunos ao terminar a educação básica não aprendem o que é esperado e não se encontram preparados para a vida e para o trabalho.

Em momento algum houve a intenção de esgotar a discussão sobre o analfabetismo no Brasil, pelo contrário, esperamos tê-la alimentado, trazendo mais elementos para o debate. O exercício aqui elaborado trata de um esforço inicial de reflexão sobre os dados apresentados principalmente pela PNAD Contínua de 2019.

Ao analisar os gráficos e a tabela já é possível perceber os grandes desafios que o sistema educacional público enfrenta, frente a tantas desigualdades e problemas de ordem social, econômica e educacional, sendo necessárias as devidas ações e intervenções para que o problema do analfabetismo seja erradicado.

As políticas públicas educacionais conforme abordado, são importantes instrumentos contra o analfabetismo e devem ser cobradas pela sociedade, pois já estamos no contexto da era da informação digital do século XXI, da chamada Educação 4.0 e não podemos mais admitir que milhares de pessoas não sejam alfabetizadas.

A sociedade deve estar atenta a real situação de nossa Educação e aos programas de governo de nossos políticos. Será com esse conhecimento, que poderemos cobrar de nossos representantes, projetos de políticas públicas educacionais, que sejam efetivas no combate a erradicação do analfabetismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar. Acesso em: 23 agost. 2020.

COLELLO, Sílvia M. G. **Superando el analfabetismo**: caminos del enseñar y aprender. Revista Internacional d´Humanitatas, n. 22,São Paulo/Barcelona: Mandruvá, 2011. Disponível

em: https://www.silviacolello.com.br/resume. Acesso em: 20 agost. 2020

EDUCA IBGE (2019). Conheça o Brasil – População. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317- educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,havia%20sido%206%2C8%25. Acesso em: 27 agost.2020

FERRARO, Alceu R.; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil**: configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação & Realidade, v. 29, n. 2, p.179-200, jul/dez 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019

GENTILI, Pablo; MCCOWAN, Tristan (Org.). **Reinventar a escola pública**: política educacional para um novo Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GLOSSÁRIO CEALE (2020). **Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/analfabetismo. Acesso em 26 agost. 2020

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**.Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 agost.2020.

OLIVEIRA, Adão F; Alex, P.; FRANÇA, George. **Fronteiras da educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC: Goiás, 2010, páginas 93-99.

PNE EM MOVIMENTO. Plano Nacional de Educação- LEI N° 13.005/2014 Disponível em: http://pne.mec.gov.br/ Acesso em: 21 agost.2020

POLITIZE (2020) **Plano Nacional de Educação**: o que é? Disponível em: https://www.politize.com.br/tag/educacao/. Acesso em: 25 agost.2020

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019

O BRASIL NA ROTA: MATRIZES E MATIZES MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

Magaly Delfina Alves de Morais[70]

INTRODUÇÃO

O fato de que o Brasil evidencia em sua formação histórica vínculos com diversas nacionalidades, além das européias, surpreenderia o leitor moderno pelo desconhecimento da gênese das redes de cooperação desenvolvidas ao longo das décadas, as quais vem oferecendo suporte aos fluxos migratórios contemporâneos.

Neste breve panorama histórico busca-se evidenciar o território brasileiro como destino importante das migrações internacionais respondendo que as modalidades migratórias contemporâneas no Brasil não são aleatórias, mas refletem seus vínculos com os processos migratórios do passado.

Através de revisão bibliográfica interdisciplinar, colhendo das áreas do saber relacionadas aos fluxos migratórios como as Relações Internacionais, História, Direito, Ciências Sociais e Políticas Públicas, dentre outras, o presente estudo percorre uma cronologia evolutiva, propondo um breve panorama dos principais processos migratórios ocorridos desde o período colonial com desdobramentos e propagação em novos fluxos migratórios que destacam-se nesta segunda década do século XXI.

70 Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC-São Paulo, Bolsista Capes pesquisando a temática das migrações e refúgio.

Este estudo vem também contribuir para a compreensão das raízes étnicas e raciais na formação do Estado brasileiro e seus desdobramentos na formação da identidade nacional considerando a participação das matrizes indígenas, africanas, asiáticas, europeias entre outras na ocupação do espaço geográfico.

As mudanças globais no cenário internacional refletem as causas predominantes dos fluxos migratórios em busca de refúgio e acolhimento para variadas regiões do planeta. Nesse sentido o Brasil como destino migratório pode ser atrativo ou repulsivo não apenas sob o ponto de vista geográfico cultural, mas também político, dada sua relação histórica com diferentes grupos de imigrantes.

1. BREVE PANORAMA DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

1.1. Período Pré-Colonial (1500-1530)

O descobrimento ou o achamento do Brasil como a historiografia defende, registra não apenas o primeiro contato entre índios e portugueses, mas também inaugura uma interconexão do velho continente europeu e o novo mundo. Este período inaugural teve como principal marco a aproximação curiosa dos nativos ante a passagem dos portugueses refletindo um choque cultural para ambos. Indaga-se o status migratório desses portugueses; estariam eles imigrando para o desconhecido e foram acolhidos pelos nativos, uma vez que sua rota principal rumava para as Índias?

O desdobramento desse contato inicial culminou no aguçamento dos interesses econômicos nos recursos abundantes da nova terra, gerando assim as rotas marítimas com novos mercados. Passou a ser interessante o fluxo das grandes navegações, concentradas no expansionismo marítimo. De fato, esses foram os registros históricos pioneiros de deslocamentos populacionais rumo ao chamado hoje Brasil, ainda que o nome do território tenha sido alterado.

Independente dos marcos históricos da chegada dos europeus, os nativos que na terra já habitavam, desenvolviam-se culturalmente com características nômades primitivas, o que na perspectiva contemporânea, é classificada na categoria de deslocamentos internos de subsistência.

1.2. O Período Colonial

O Brasil-Colônia reflete o período de fixação dos portugueses com o intuito de garantir a posse do território por meio das benfeitorias exploratórias e a partir disso habitar, possuir e desbravar a terra. Nesse momento as políticas do Estado Português se direcionam ao envio dos renegados a habitarem nessa terra de forma permanente, configurando uma imigração forcada daqueles condenados por crimes em Portugal. Estes contingentes prefiguram um tipo misto de migração forçada e voluntária – a dos renegados e perseguidos por questões políticas ou religiosas na Europa medieval e também dos aventureiros em busca de ganhos econômicos ou de outra ordem. Entendem-se como "as migrações de colonização" (SASSEN,1988).

1.3. O Regime Escravocrata

A vinda do Negro para o Brasil, marca um doloroso e sangrento período de migração forçada ou seja, o tráfico negreiro para compor a mão-de-obra nas culturas da cana-de-açúcar, do café e na mineração do ouro e pedras preciosas.

A atividade do tráfico de pessoas em si, constituía um mercado ilícito altamente lucrativo que perdurou todos os ciclos econômicos coloniais. Os Africanos aprisionados e acorrentados foram trazidos de variados pontos do continente africano nos navios portugueses. Chegando no Brasil eles foram propositadamente separados e levados para diferentes regiões. Com essa estratégia os algozes portugueses fomentaram a confusão étnica pela mistura das diferentes tribos e etnias sequestradas forjando estrangulamento linguístico e cultural. As condições dessas embarcações eram insalubres resultando na morte de vários ao atravessar o Atlântico.

A retirada dessa população negra do seu território de origem foi marcada pela violência e violações que hoje evocamos como direitos fundamentais, dentre eles direito de moradia, alimentação, tutela familiar, ou seja todos os direitos do homem que garantem sua liberdade.

Esse período de escravidão foi a mais vil forma de exploração humana em prol da expansão mercantil capitalista. Interessava aos crimi-

nosos traficantes que o número de escravos continuasse elevado, potencializando o lucro obtido por essa venda aqui no Brasil.

O período compreendido entre o final do século XVII até o início do século XIX "foi o período de mais rápido crescimento relativo da população do Brasil" (BAENINGER, 2012 P. 12) pelo contingente populacional trazido como escravos do continente Africano para fins de mãos de obra nas lavouras canavieiras para produção de açúcar.

O alto fluxo de negros escravizados que foram inseridos impactou a formação da população brasileira incipiente composta agora por três matrizes: índios, portugueses e negros africanos.

Em resumo, durante os 300 primeiros anos de predomínio da escravidão vários papéis foram atribuídos ao negro na sociedade; dentre eles a atuação na guerra do Paraguai que contava também com a presença de mercenários franceses – uma outra matriz da população brasileira. Muito mais poderia ser dito para além do objetivo deste trabalho porém nosso enfoque detém-se sobre a evidenciação das matrizes e principais fluxos migratórios.

Em 1850 houve a proibição do tráfico de escravos e, a partir da abolição gradual da escravatura em 1888, a necessidade de mão de obra para a lavoura cafeeira forjou caminho à imigração internacional (BAENINGER E SALES, 2000; MAZER,2014) coincidindo com a ascensão do café a principal produto de exportação do país (BÁLAN, 1974).

Na análise de Merrick e Graham (1981), os deslocamentos internos de escravos seja por transferência inter-regional ou mesmo o fluxo de escravos libertos, representavam já as modalidades migratórias internas que inicialmente antecederam o trabalho assalariado de imigrantes (BAENINGER, 2012).

> A lei de terras, a abolição gradual da escravidão e a imigração internacional são dimensões de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente, as do café (BAENINGER, 2012 p.17).

O fluxo migratório internacional para o Brasil permaneceu ainda ativo, porém, com imigrantes oriundos de outros países da Europa os franceses, holandeses e italianos.

De 1887 a 1914, aportaram em terras brasileiras cerca de quase dois milhões de imigrantes originários da Europa dentre os quais, o predomínio foi de imigrantes italianos (PACHECO E PATARRA, 1997) direcionados para as lavouras e para os centros urbanos em formação, sendo fundamentais no processo de urbanização das grandes cidades, com destaque para a formação da cidade de São Paulo.

O Brasil, neste período, era tipicamente um país de características rurais (NAVARRO, 2001) configurando-se segundo a concepção da elite governante que espelhava-se nos modelos de civilização europeia e assim atuava junto ao governo brasileiro para que este, incrementasse seus interesses no subsídio dessa imigração numerosa de europeus, classificada de fluxos migratórios subsidiados (BAENINGER (2012).

Parte desse contingente de imigrantes deteve-se nos trabalhos rurais das fazendas cafeeiras e outra parte contribuiu alavancando o desenvolvimento industrial das metrópoles, especialmente São Paulo, que se moldava ao progresso simultâneo das indústrias automobilísticas e ferroviárias (BAENINGER, 2012).

1.4. De Agrário para o Industrial

A cultura do café permitiu um acúmulo econômico que pudesse ser aplicado na base do desenvolvimento urbano e industrial de algumas cidades, com destaque para a cidade de São Paulo que se valeu de dois fatores fundamentais: a zona portuária de Santos e as fazendas de café.

O transporte ferroviário foi projetado para o escoamento da produção cafeeira vinda do interior, na região do oeste paulista para o porto de Santos. Importante destacar que a função desse sistema ferroviário não serviria para integrar e promover desenvolvimentos regionais; ou seja, ligava mas não integrava. A interiorização de regiões ocorreu através dos rios e graças ao transporte de tração animal, abrindo espaço para novas áreas agrícolas e de ocupação pelos imigrantes.

O Centro-Sul foi a região mais beneficiada no contexto da industrialização dada a presença de imigrantes europeus que introduziram técnicas já conhecidas na Europa para produtos manufaturados. Essas técnicas aplicadas ficaram patentes na destilação do progresso, sobretu-

do o paulista, o qual buscava distanciar-se do contexto agrário dominante no restante do país, impulsionando o desenvolvimento através da urbanização. Esse progresso, todavia, não foi algo instantâneo, mas seria possível a longo prazo, como resultado dos esforços laborais conjuntos de diferentes grupos.

Entenda-se nesse contexto que os deslocamentos populacionais internos, entre regiões, caracterizando as trocas migratórias que passam a assumir trajetórias diversas. Na variação dessas trajetórias predominam o sentido direcionado ao eixo Rio-São Paulo e, numa linha secundária, as etapas entre estados vizinhos: das metrópoles para as periferias, das periferias para as cidades do interior e, dentre essas cidades, as regiões centrais do país e áreas de fronteira nos deslocamentos entre estados. (BRITO, 2002) (BAENINGER, 2012)

As duas guerras mundiais que assolaram o continente europeu elevaram significativamente a entrada de imigrantes asiáticos, alemães e judeus no Brasil. Muitos destes mantiveram duradoura estadia com ampliação de redes e conexões internacionais.

Todo o processo desenvolvimentista e de organização interna do país no início do século XX apresenta-se vinculado ao conceito do Capitalismo como veículo de circulação de capital, mercadorias, serviços e pessoas, construindo um excedente populacional, visando atender às demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e partida (BAENINGER, 2012). Neste sentindo, a história da imigração se vincula à história da expansão do capitalismo (Braudel, 1987).

Nos estudos de SEYFERTH (1997) sobre imigração, no período entre 1937 até meados de 1945, nota-se que o viés nacionalista evidenciava uma concepção de Estado-Nação que negava legitimidade as etnicidades sob os ideais *jus sanguinis*. O Brasil era um país de analfabetos, agrário, com grande maioria de negros vivendo em condições precárias. Isso preocupava as elites da época que temiam o Brasil se tornar um segundo Haiti. Desta forma políticas imigratórias prevaleceram no sentido de reverter esse cenário social.

A ideologia nacionalista e discriminatória que gestava o Brasil do século XIX, segundo SEYFERTH (1997), privilegiou a assimilação e o caldeamento racial como base da formação nacional, e os denomi-

nados alienígenas[71] precisavam ser conquistados através da imposição do civismo, de forma conflituosa possibilitando o ressurgir do velho confronto entre *jus soli* e *jus sanguinis*. As questões culturais, sobretudo relacionadas ao idioma, foram pauta importante no entendimento dos efeitos dessa redistribuição populacional na consolidação do Estado-Nação brasileiro (PERES, 2009). O Português passou a ser exigido como língua oficial dentre os grupos imigrantes pois esses em sua diversidade poderiam aglutinar-se e amotinarem-se constituindo uma ameaça à segurança interna do país.

No entanto, estudos mais recentes (Salles et ali, 2013), questionam este período em que o Brasil foi considerado um país fechado às migrações internacionais: embora o saldo migratório internacional estivesse próximo de zero, já se observava os impactos das migrações do pós-segunda guerra, bem como já se traçavam as rotas de emigração internacional que seriam trilhadas, pela primeira vez no caso brasileiro, a partir dos anos 1980 (Sales, 1991).

Além disso, durante os anos 1960, com a ditadura no Brasil e em outros países da América Latina, cerca de 3000 brasileiros deixaram o país como exilados políticos. (SALES E BAENINGER, 2000).

1.5. Meados do Século XX

A segunda metade do século XX no Brasil evidencia os desequilíbrios regionais e sociais que marcam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e são os responsáveis por potencializar as trajetórias migratórias internas sob uma base estrutural que estaria alinhada com a perpetuação das marcas da diversidade e desigualdade. Tais marcas por conseguinte, seriam constituintes não apenas desse mercado de trabalho em formação mas também, "do espaço territorial que se integra e da nação que se constrói. " (BRITO, 2012)

Evidencia-se nestes desequilíbrios o chamado paradoxo do desenvolvimento capitalista, em que um novo padrão migratório prenun-

71 A categoria "alienígena" — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como "não-assimilados", portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade (Seyferth, 2017, p.95)

ciado, não significa uma transição completa para um novo modelo social já estruturado através de processos e estudos os quais lapidariam as contaminações e resquícios segregatícios. O novo almejado, para ser realmente novo, desejar-se-ia estar pautado em termos da formatação de uma sociedade diversificada e juridicamente amparada em direitos e garantias. Todavia entende-se haver naquele momento a coexistência das características do antigo e do novo padrão migratório, tendo as desigualdades como marca estruturante.

Ainda no contexto dos anos 1980, um novo momento das migrações no Brasil tem início: as migrações de retorno, sobretudo entre as regiões sudeste e nordeste, ganham força na redistribuição interna da população (RIGOTTI, 2012). Ao mesmo tempo, tem início um novo instante da migração internacional no Brasil, quando contingentes migrantes latino-americanos emergem de processos sociais pontuais, como acordos bilaterais para a circulação de estudantes bolivianos (SILVA, 1999) e ainda, outros fluxos migratórios, sem vínculos históricos com as migrações do início do século, lançam suas redes, sobretudo na capital paulista: é o caso dos coreanos (CHOI, 1996). As migrações de fronteira também são destaque nesse período, no âmbito da imigração paraguaia. A partir desse período, evidencia-se a imigração latino-americana e também, de populações oriundas de países mais distantes do Sul global, com mais significativa presença de africanos, coreanos e chineses (SEYFERTH, 2007).

Outra face do cenário migratório brasileiro, expressa as primeiras experiências emigratórias de brasileiros que, (na análise de BRITO, 2012) são impulsionados por uma nova fase da expansão capitalista. A crise econômica interna do Brasil[72] dos anos 1980 origina o deslocamento desses primeiros emigrantes para três principais destinos (SEY-

72 Segundo Sales (1992:60), a emigração seria o fruto mais amargo de nossa década perdida – denominação dada por economistas à década de 80, devido à queda dos indicadores econômicos – pois entramos na economia mundial pela porta dos fundos, fornecendo trabalhadores imigrantes ilegais que fugiam da crise econômica. Goza (1992) afirma que jamais se imaginara que um país que entre 1940- 1980 cresceu a taxa de 7% ao ano e o PIB real per capita aumentou em torno de 4% (Economist, 1991), experimentaria um êxodo maciço para outros lugares. (Assis, Sasaki, 2001, p.9)

FERTH, 2007): para os Estados Unidos – principal destino migratório do mundo (SALES, 1999), para o Japão, nesse caso, graças à Lei de Migração japonesa e os vínculos históricos que tornaram o Brasil a principal colônia de japoneses fora do Japão (ROSSINI, 2016) – e ao Paraguai, no contexto das migrações fronteiriças (BAENINGER ET ALI, 2018).

As emigrações brasileiras pareciam apontar que a forte tradição imigratória direcionada ao Brasil sofreria, numa primeira interpretação sobre esse período dos anos 80, o inverso processo de expulsão da população (PATARRA, 1996). Novas questões sociais gerando movimentos populacionais de e para o Brasil nesse período do final do século XX, sofrem releitura e ressignificação pela mesma autora:

> O Brasil não seria um país de imigração que passou a ser de emigração. Em outras palavras, não teria passado de receptor a expulsor de população. O contexto, o significado, os volumes, os fluxos, as redes, outras dimensões importantes, no contexto interno e internacional, passavam a ser completamente distintos de tudo o que, sob a mesma rubrica, sucedera no passado. O Brasil indicava a entrada de novos contingentes de estrangeiros, com características absolutamente distintas das dos movimentos anteriores. (Patarra, 2005, p. 25)

2. TRANSIÇÃO MILENAR: ECONOMIAS E CONFLITOS

No Brasil, o período compreendido pela transição do final do século XX e início do séc. XXI contemplou deslocamentos de fronteira e pequenas distâncias ao norte e centro-oeste do país com expectativas temporais de curta duração. As migrações nas regiões de fronteira com o Brasil caracterizam-se pela transnacionalidade. (BAENINGER, 2013) recorrente dos acordos comerciais entre países do Mercosul com "relativa" livre circulação de bens, serviços, recursos financeiros e trabalhadores. Diz-se relativa pelo fato de que os Brasiguaios - agricultores brasileiros sem–terra que emigraram para o Paraguai (ASSIS, SASAKI APUD SPRANDEL 1992) bem como a situação e questão agrária no Brasil permanecem complexas.

A relação do Estado brasileiro com os brasileiros no exterior modificou-se consideravelmente de meados da década de 1980 (REIS, 2011) para cá, como parte de uma estratégia da política externa do Governo brasileiro que visava utilizar o tema das migrações internacionais como plataforma a fim de criticar alguns países e também demandar mudanças na ordem internacional. Ressalta-se que, nesse cenário de transição para um novo milênio, as políticas externas passaram a atender reivindicações dos emigrantes brasileiros destacando-se em especial a criação de consulados itinerantes em 1995, através do Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior. (Reis, 2011) O volume das remessas financeiras que chegavam ao Brasil nesse período de final/início de século, foi um dos fatores impulsionadores do redirecionamento da atenção em relação aos emigrantes brasileiros no exterior.(PATARRA, 2005)

Nesse período há o entendimento de se considerar também a importância de novas políticas públicas em função da manutenção da estabilidade social interna, preservação de fronteira e defesa do território, buscando sobretudo, consolidar a organização econômica e política do país frente ao promissor cenário internacional. (REIS, 2011)

O então Ministério das Relações Exteriores enfoca nas migrações observando ações de outros países em torno do tema. (REIS, 2011) A partir das referências das políticas aplicadas em outros países, o Brasil, procura criar suas ferramentas legislativas e judiciárias, tentando tratar tanto os clamores dos Brasileiros que já se encontram no exterior, quanto dos migrantes internacionais e internos, seriam as políticas de dupla face (REIS, 2011).

Dentre as políticas internas já vigentes, o Brasil após a Constituição de 1988, permitiu a concessão de asilo político e com isso a entrada de refugiados de outros países não europeus (MOREIRA, 2012) com uma definição mais "abrangente" de refugiado. (BAENINGER, 2018). Esta política inicial não presumia que já no século seguinte o Brasil teria papel preponderante na rota dos refugiados globais.

PATARRA (2006), considera que a globalização demandará ainda mais a necessidade de transição do controle migratório para a gestão migratória, através de políticas compreensivas despidas de velados pre-

conceitos que, ao invés disso, proporcionem apreciação dos benefícios que aportem as migrações.

O cenário mundial nesse início de século encarou significativas reconfigurações estruturais a partir do ataque terrorista no dia onze de setembro de 2001, em Nova Iorque. Este trágico episódio foi um marco para a rediscussão de políticas de contenção migratória pelos Estados Unidos e pela Europa (OLIVEIRA, 2007) e posteriormente para o cenário de guerra contra o Iraque e as políticas antiterrorismo.

Essas políticas internacionais incidiram contra imigrantes indocumentados na América do Norte e, os desdobramentos dessa situação interna americana coincidiram com a crise econômica internacional no período de 2007 a 2010 quando a inevitável contenção laboral acarretou migrações de retorno para seus lugares de origem (SIQUEIRA, 2009).

1.1. A primeira década do século XXI: Desdobramentos

Ainda durante essa primeira década do século XXI, outros fatores não ligados a crises tais como a inovação tecnológica das comunicações no desenvolvimento de telefones celulares e a popularização da internet contribuíram nessa reconfiguração de amplitude e interconexão global oferecendo certa percepção de proximidade a grupos longínquos.

Os principais deslocamentos migratórios decorrentes desta primeira década do século XXI originaram-se nas crises advindas a partir de perseguições políticas ou religiosas como as explosões terroristas no metro em Londres e na França, conflitos ou guerras internas como na Síria, Uganda e Nigéria ou ainda, crise sanitária – Ebola na África e desastres naturais como no Haiti, que ocorreram a partir da segunda década do séc. XXI, eventos que apontamos adiante.

Enquanto em outros cenários no contexto global desse início de século, refletiam-se colisões e crises, o fato de haver certa estabilidade econômica e política no Brasil foi estímulo pontual, não apenas para o retorno dos brasileiros que residiam fora do país mas também para imigrantes oriundos de diferentes regiões no globo (PATARRA, 2012) e, dentre estes os refugiados e solicitantes de refúgio.

O caso brasileiro é bastante representativo de um novo paradigma das migrações internacionais do século XXI. As dificuldades em se transpor as barreiras migratórias impostas pelo norte global redirecionam fluxos migratórios num outro eixo: as migrações Sul-Sul (BAENINGER, ET ALI, 2018).

A implicação destes novos processos sociais não está apenas nos lugares de origem e destino. Trata-se, no caso brasileiro em especial, na chegada de novos contingentes migrantes sem qualquer vínculo histórico com o Brasil, que rompem o mito da receptividade migratória (SEYFERTH, 1997): passamos de país receptor de migrantes brancos e europeus – em que se baseia a nossa celebrada característica de país acolhedor – para a convivência com migrantes não brancos, não europeus e não qualificados. Deste cenário emerge a presença de migrantes como os haitianos (MAGALHÃES), sírios (CALEGARI), venezuelanos (BAENINGER ET AL., 2018), bengalês (ZANFORLIN, 2015), congoleses (VIEIRA, 2015), entre outros.

Sob o viés da saúde pública, no enfrentamentos das crises sanitárias, a epidemia de Ebola em 2014, abriu precedentes (VENTURA, 2018) com repercussões nas políticas internacionais sobre mobilidade humana que tanto induziram ou justificaram as violações sobre os direitos dos migrantes:

> O recrudescimento da discriminação de migrantes negros, até mesmo quando oriundos de regiões em que a doença não existia, a exemplo do que ocorreu com os haitianos no Brasil. (VENTURA, P. 23, 2018).

A preocupação reside em conter possíveis reações extremistas, devendo-se conciliar de modo proporcional a resposta a fim de evitar interferências desnecessárias na circulação de pessoas e mercadorias (VENTURA, 2018). Os imigrantes vindos do Haiti configuram dentre os principais solicitantes de refúgio no período de 2010 a 2016 (BAENINGER, 2018), a partir da presença da Minustah-missão de paz da ONU liderada pelo Brasil naquele pais epicentro de catástrofes variadas. A condição dos migrantes haitianos, assumiu relevância por apontar as deficiências nas políticas migratórias brasileiras carentes

de aprimoramento (ASSIS, 2018) para tratar os solicitantes de refúgio. (RODRIGUES, SALA, SIQUEIRA, 2018) A partir dos haitianos, um novo movimento de deslocamento forçado despontou nos pedidos de refúgio no Brasil: os deslocamentos da população Síria.

A partir do início da Guerra na Síria em 2011 (RODRIGUES, SALA, SIQUEIRA, 2018) houve elevado fluxo de populações deslocadas forçadamente devido o desencadeamento e continuidade das crises internas na Síria. Estas populações tiveram passagens por países próximos da região do conflito tais como Turquia, Líbano e países da Europa buscando por acolhida, em alguns casos, bem-sucedida, em outros não houve a concessão de acolhida. (RODRIGUES, SALA, SIQUEIRA, 2018). Migrantes oriundos da Síria obtiveram a concessão de visto especial por condições humanitárias. (RODRIGUES, SALA, SIQUEIRA, 2018)

Na modalidade migração internacional altamente qualificada, constam os imigrantes do Sul inseridos na ocupação de médicos no mercado de trabalho formal brasileiro em 2015 dentre eles bolivianos peruanos, argentinos, colombianos e outros. (DOMENICONI, 2018) e o caso emblemático dos médicos cubanos, participantes do projeto *Mais Médicos* do governo Federal com o objetivo de suprir a carência desses profissionais nas regiões mais periféricas do país, no norte e nordeste, atendendo principalmente áreas quilombolas, zonas rurais e florestas. (VILLEN, 2018 APUD PEREIRA, 2016).

VILLEN (2018) aponta o caso dos médicos cubanos, evidenciando como atitudes discriminatórias podem se manifestar mesmo nos estratos mais altos do mercado de trabalho em que se utilizam do trabalho imigrante. No entanto, outros contingentes profissionais como os professores e profissionais de TI e pesquisadores que migraram para o Canadá e EUA, (DOMENICONI, 2012) dentistas que se instalaram em Portugal e médicos além de estudantes de idiomas, configuram essa modalidade de migrações qualificadas, com a circulação de trabalhadores do conhecimento, algumas de longa permanência outros de permanência temporária e ainda outros de permanência ilimitada quando a integração se faz completamente através de casamento. (DOMENICONI, 2012 APUD SOLIMANO, 2006)

A Copa do Mundo de futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 acenderam os holofotes sobre o Brasil como pais emergente e

promissor, a ponto de ser atrativo também para uma categoria distinta de migrantes qualificados- os profissionais na área de esportes, que tiveram atuação amplamente divulgadas na mídia mundial.

2.2.Segunda Década do Século XXI

No contexto dessa segunda década do século XXI, o refúgio pertence a uma importante modalidade migratória que alcança definição na lei, impulsionada também pelo contingente de solicitações e não--concessões que tornaram evidente para o governo brasileiro a urgente necessidade de regulamentação dessas modalidades. (ASSIS, 2018).

> O ACNUR divide os migrantes em cinco categorias: refugiados, solicitantes de refúgio, refugiados retornados, deslocados internos e apátridas. Os refugiados são pessoas que tem seu estatuto reconhecido a partir da Convenção de 1951 (ou seja, indivíduo que "temendo ser perseguido por motivos de raça religião, nacionalidade, gruo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desses termos, não quer valer-se da proteção desse pais"). (CALEGARI, 2018, P. 23)

A estrutura social capitalista impõe a migração como uma das únicas alternativas para se "melhorar de vida" ou "ascender socialmente" tornando-se necessário migrar para ascender. (BRITO, 2000) Na esfera internacional, ainda que em termos secundários, o Brasil apresenta-se como uma opção de destino para acolhimento, em especial do fluxo de refugiados, tendo que, por conta disso apresentar mudanças recentes e significativas em termos de políticas para imigrantes e refugiados.

Recentemente aprovada em 24 de maio de 2017, Nova Lei da Migração Lei 13.445/2017 revogou o Estatuto do Estrangeiro- Lei 6.815/80 e Lei 819/49 no qual tratava da aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira. (Assis,2018 p.617) Esta nova lei resulta de um longo período sem regulamentações para os imigrantes o que lhes infringia a subcondição de ilegalidade no Brasil. A nova lei de

migração de 2017[73] (ASSIS, 2018) é implementada pelo viés dos direitos humanos distanciando-se, ainda que minimamente, das autoritárias ideologias de segurança nacional (SEYFERTH,1997) fortemente e anteriormente marcada na lei 6.815/80–Estatuto do Estrangeiro; evidenciam-se também as tentativas de incrementar o resgate social e promover acesso a direitos fundamentais garantindo o respeito e promoção dos direitos dos migrantes. (ASSIS, 2018)

Vinculada a garantia de direitos fundamentais, a língua portuguesa constitui um diferencial do Brasil no contexto das migrações. Na conjuntura contemporânea, o português como língua de acolhimento veicula importante variável linguística – PLAC a qual vem promovendo a facilitação do acolhimento de imigrantes e refugiados dentre estes entenda-se mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. O PLAC vem sendo uma importante estratégia de acolhimento oferecida gratuitamente por atores não governamentais. Diferentemente da imposição da língua, na assimilação cultural ocorrida no início do século XX, nesta nova abordagem do século XXI, o ensino-aprendizagem do português atua concomitantemente aos falantes de outras línguas conforme direito assegurado.

Segundo dados recentes do Acnur (2019), o país que mais gerou refugiados no mundo foi a Síria, o que significa cerca de 824.400 pessoas forçadas a fugir dos conflitos que assolam o país. Outros países na África subsaariana apresentaram deslocamentos: quase 737.400 pessoas deixaram o Sudão do Sul fugindo de uma crise humanitária que cresceu consideravelmente em 2016. Burundi, Iraque, Nigéria e Eritréia também geraram grande número de refugiados. A interface entre crise sanitária e migrações internacionais prescinde de análises e considerações a partir do campo da saúde global. *(*VENTURA, 2018*)*

Recentemente em 2019, a migração venezuelana atingiu níveis significativos pela crise política, econômica e humanitária de seu país, promovendo no Brasil uma política de acolhimento sem precedentes para o refúgio de famílias inteiras e até crianças desacompanhadas. No atual momento posterior à Pandemia Global do COVID19 ainda se analisam os movimentos migratórios relativos à permanência e ao de retorno de Venezuelanos.

73 Nova Lei da Migração Lei 13.445/2017 aprovada em 24 de maio de 2017.

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse panorama, dentro da cronologia dos eventos históricos relacionados às migrações, constatamos que o Brasil manifesta uma cultura migratória que oferece acolhida a ponto de manter e integrar os migrantes na sociedade.

Em contraposição ao que ocorre aos grupos imigrantes, o Brasil e a sociedade brasileira de um modo geral, ainda responde aos povos originários e nativos com resistência e hostilidade sem o devido reconhecimento das contribuições economicamente históricas na formação do país.

O Brasil carece ainda de um projeto estruturante de nação atemporal. O progresso almejado nos primórdios históricos da nação esbarra ainda nos problemas domésticos em termos infra estruturais, agrários, sanitários, econômicos, educacionais, transportes, dentre outros.

As contribuições dos grupos imigrantes podem ser potencializadas através de políticas públicas de cooperação e desenvolvimento em prol tanto do imigrante quanto dos integrantes da sociedade brasileira que a médio prazo interfiram nas gerações futuras.

Conclui-se que a temática dos migrantes tem estado na pauta das evoluções jurídico-políticas ainda que efetivas alterações aflorem lenta e modestamente, ante as reivindicações de atores não governamentais, carecendo de ajustes. Almeja-se a partir das integrações de imigrantes significativas cooperações destes grupos na melhoria social harmônica e nos avanços do país.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA W.D., RUBIO K. **Novos brasileiros nos jogos olímpicos: a presença de migrantes internacionais na delegação do país na Rio-2016**. Revista brasileira de Ciência e Movimento. ano 26, n.1, p.131-142, 2018.

AMADO, R.S.**O português como língua de acolhimento para refugiados**. Revista da SIPLE. Brasília, Ano 4, n. 2, Out. 2013.

ANNONI, D. **Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Coordenação Danielle Annoni – Curitiba: Gedai, UFPR, 759p., 2018. ISBN: 978-85-67141-23-7 Eletrônico consultado em julho/2019.

ASSIS, G. SASAKI, E. **Novos Migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica.** Migrações Internacionais: Contribuições para políticas. CNPD, 2001.

ASSIS, G.O. P. **A nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios**. In: BAENINGER, Rosana (org). Migrações Sul-Sul. NEPO/Unicamp, p. 609-623, 2018.

BAENINGER, R.; PERES, R. **Migração de crise: a migração de haitianos para o Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, nº. 34(1), p. 119-143, 2017.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. (orgs). **Atlas Temático – Observatório das Migrações em São Paulo: Migrações Refugiadas**. NEPO/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R. **Fases e Faces da Migração no Brasil**. NEPO/Unicamp, 2012.

BAENINGER, R.; SALES, T. **Migrações internas e internacionais no Brasil**: panorama deste século. Revista Travessia, v. 13, 2000.

BALÁN, J. **Migrações e Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos CEBRAP, 5, 1974.

BRITO, F. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI : mudança no padrão migratório?** Fausto Brito et al. - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BRITO, F. **Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?** Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000.

BRITO, F. **População, espaço e economia**: uma perspectiva histórica. Tese de doutorado em Demografia. UFMG, 1997.

CALEGARI, M. **Com lenço e com documento**: condições de vida da população refugiada síria em São Paulo. Tese de Doutorado em Demografia, Unicamp, 2018.

DOMENICONI, J. **Migração internacional qualificada no século XXI: A circulação de trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva sul-sul.** In: BAENINGER,R. (org). Migrações Sul-Sul. NEPO/Unicamp, p. 200-217, 2018.

GRAHAM, D.; MERRICK, T.W. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Biblioteca de Ciências Sociais, Editora Zahar, 1981.

GROSSO, M. J. (org.). **O utilizador elementar no país de acolhimento**. In: Português para falantes de outras línguas: O utilizador elementar no país de acolhimento. Lisboa: Ministério da Educação, 2008.

LUCIO, Viviane. **Estrangeiros no Brasil: missão Paz em São Paulo acolhe imigrantes até a legalização**. Ciencia e Cultura, São Paulo, Junho 2015**.** Disponível em: **http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252015000200015&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 10 July 2019**. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200015

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos avançados, 2001.

PATARRA, N. L. **Brasil: país de imigração**? Revista E-Metrópolis, n. 9, ano 3, p. 1-18, 2012

PATARRA, N. L. **Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n.3, p.-23-33, jul/set. 2005.

PATARRA, N. L. **Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Estudos Avançados, 2006.

PERES, R. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. Tese de Doutorado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

REIS, R. R.**A política do Brasil para as Migrações internacionais**. Revista Contexto Internacional, n. 1, v. 33, p. 47-69, janeiro/junho, 2011.

RIGOTTI, I. **Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil:** avanços e lacunas. In: CUNHA, J.M.P. Mobilidade Espacial da População. NEPO/Unicamp, 2012.

RODRIGUES, G.; SALA, J.B.; SIQUEIRA, D. C. **Refugiados sírios no Brasil**: políticas de proteção e integração. In: BAENINGER, R. (org.) Migrações Sul-Sul. NEPO/Unicamp, p. 309-324, 2018.

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. **Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século**. Revista Travessia, vol. 36, 2000.

SALLES, M.R.R.; BASTOS, S.; PAIVA, O.C.; PERES, R.; BAENINGER, R. **Imigrantes internacionais no pós-segunda guerra mundial**. Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, vol. 11, 2013.

SÃO BERNARDO, M. A. **Português como língua de acolhimento : um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil**.São Carlos, UFSCar, 2016.Tese (Doutorado)

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge University, 1998.

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista, USP, n. 53, 2002.

SEYFERTH, G. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional.** Mana [online]., vol.3, n.1, pp.95-131, 1997. ISSN 0104-9313.

SIQUEIRA, S. **O retorno motivado pela crise na economia americana**. Revista Tempo e Argumento, Universidade Vale do Rio Doce, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 64 – 79, jul./dez. 2009

VILLEN, P. **O recrutamento de médicos-imigrantes pelo programa Mais Médicos e a particularidade do caso cubano.** In: BAENINGER, Rosana (org). Migrações Sul-Sul. NEPO/ Unicamp, p. 218-230, 2018.

POLÍTICA HABITACIONAL E INSERÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE

Mizá Cilayne Fernandes Dias[74]
Andriele da Silva Panosso[75]

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização das cidades e seu crescimento populacional marcado por dinâmicas sociais e espaciais que buscam atender as demandas humanas da vida na cidade, em especial a busca por moradia, tem como uma de suas características a expansão da ocupação informal e irregular de vazios urbanos, de áreas vulneráveis ou fragilizadas ambientalmente. Além da insegurança da posse, os moradores destes espaços carecem de infraestrutura básica, equipamentos urbanos, espaços públicos e áreas verdes, vivendo uma exclusão socioespacial que os priva do direito à cidade e os expõe a riscos ambientais, doenças e violência. São os "aglomerados subnormais"[76] na definição do IBGE e

74 Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFRN, 2002) e especialização em Gestão Ambiental e Sustentabilidade (ESUDA, 2019)

75 Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFSM, 2010) e mestrado em Engenharia Civil (UFSM, 2015)

76 O conceito de aglomerado subnormal envolve um conjunto constituído de 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência do título de propriedade das moradias associada a pelo menos uma das seguintes características: (a) inadequação

que se enquadram, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular e clandestino.

No Brasil, são quase 8 milhões de pessoas que residem em moradias inadequadas, de acordo com o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) para a moradia adequada (ROLNIK; ROSA, 2018). Para responder a esse déficit de moradia digna nas cidades brasileiras, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) lançado em 2009 pelo Governo Federal apresenta-se com a campanha "mais que mudar de endereço, é mudar de vida"; subsidiando a aquisição da "casa própria" para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilitando as condições de aquisição para famílias com renda de até 7 mil reais.

Neste contexto da problemática habitacional nas cidades e políticas públicas que buscam suprir-lhe a demanda, observa-se, contudo, que a produção formal das moradias voltadas ao atendimento das famílias com renda até 1,8mil reais, faixa 1 do programa e caracterizadas como habitação de interesse social no âmbito das políticas de habitação, reproduz a segregação socioespacial identificada na ocupação informal e desordenada das cidades quando, apesar da garantia da posse e dos padrões construtivos da unidade habitacional subsidiada, não vem acompanhada de uma infraestrutura urbana integrada. "Dão-lhes tetos, subtraem-lhes cidade" (YANG, 2020, trecho 39'41").

A partir desta problemática, o presente estudo mediu a eficiência urbana do Residencial Fazenda Suassuna, conjunto habitacional produzido a partir do programa MCMV para atender a populações de baixa renda no âmbito da política habitacional do município de Jaboatão dos Guararapes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017).

A eficiência urbana foi medida a partir da avaliação da inserção do empreendimento habitacional no contexto urbano local, tendo como ferramenta a metodologia desenvolvida pelo LabCidade (Laboratório

---

de serviços de abastecimento de água, energia, coleta de lixo, esgotamento sanitário e/ou (b) padrão urbanístico irregular e/ou (c) restrição de ocupação do solo. Disponível em https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=27720&t=downloads. Acesso em 03/09/2020.

Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) em parceria com o ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento) na pesquisa intitulada "Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV" (ITDP; LABCIDADE, 2014).

A estrutura da ferramenta é dividida nos temas (1) transporte, (2) oferta de equipamentos, comércio e serviços e (3) desenho e integração urbana, os quais são compostos por indicadores que estabelecem parâmetros mínimos de qualidade, avaliados em bom, aceitável ou insuficiente.

A aplicação desta ferramenta para avaliar a inserção urbana do empreendimento habitacional em questão buscou verificar o cumprimento da função social da cidade dada através da política de habitação implementada, que associada ao programa MCMV, propõe mudar vidas com a promoção de condições básicas de habitação, acesso a serviços e à cidade como um todo. Os resultados da avaliação contudo, validam a observação inicial de que a produção formal de moradias para habitação de interesse social no objeto estudado reproduz a ocupação informal e a consequente segregação socioespacial na cidade, comprometendo o direito à cidade e cumprimento de sua função social.

Ademais, espera-se que os resultados e suas análises possam nortear as tomadas de decisão na produção de novos empreendimentos, buscando avançar na qualidade da produção habitacional e suas políticas públicas, compreendendo a sua importância para a melhoria das condições urbanísticas da cidade e promoção de qualidade de vida das pessoas.

Apresenta-se a seguir o estudo empírico em comento o qual compreende (1) o objeto de estudo, abordando a caracterização física e legal do empreendimento e seu entorno; (2) a metodologia, explanando a ferramenta adotada a partir da referência bibliográfica do LabCidade; (3) a aplicação da metodologia e os resultados da avaliação, verificando a inserção urbana do empreendimento a partir dos 03 temas de verificação e 09 indicadores propostos na ferramenta e, por fim, as considerações finais com reflexões e proposições que relacionam moradia, qualidade de vida e direito à cidade.

1. O OBJETO DE ESTUDO: O RESIDENCIAL FAZENDA SUASSUNA

O objeto de estudo trata de um empreendimento habitacional em implantação desde o ano de 2013 no bairro de Muribequinha, no município de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana da cidade do Recife, Pernambuco e está sendo implantado no loteamento denominado "Loteamento Fazenda Suassuna", parcelamento de solo aprovado através do Decreto nº 117 de 12 de agosto de 2013 junto à Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes-PE.

O território de Jaboatão dos Guararapes possui uma divisão política administrativa dada em cinco distritos: Jaboatão dos Guararapes, Cavaleiro, Jaboatão, Curado e Jardim Jordão; englobando cada distrito um bairro ou grupo de bairros. O bairro Muribequinha, onde está sendo implantado o empreendimento habitacional em análise, faz parte do distrito Jaboatão, desenhando, juntamente com os bairros Bulhões, Centro, Engenho Velho, Floriano, Manassu, Santana, Santo Aleixo, Vargem Fria, Vila Rica e Vista Alegre, a porção territorial que remete à expansão da primeira ocupação da cidade de Jaboatão dos Guararapes, cuja história se iniciou com a instalação do engenho São João Batista, posteriormente denominado Engenho Bulhões, que atraiu os primeiros povoados para a região (Figura 1).

Para fins de zoneamento urbanístico enquanto instrumento de planejamento regulado no Plano Diretor local, a área de implantação do Residencial Suassuna faz parte de uma ZEU (Zona de Expansão Urbana), nos termos da Lei Complementar 17/2013 que altera a Lei Complementar 02/2008 – Plano Diretor do Município de Jaboatão dos Guararapes, apontando as seguintes diretrizes para a ocupação do solo enquadrado numa ZEU (Figura 2):

> I- "Promoção da integração entre os distritos de Jaboatão dos Guararapes e Jaboatão;
>
> II- Incentivo à ocupação de qualidade, com proteção dos recursos naturais e redução dos riscos de inundações;
>
> III- A promoção de ocupação de baixa densidade com a valorização da cobertura vegetal;

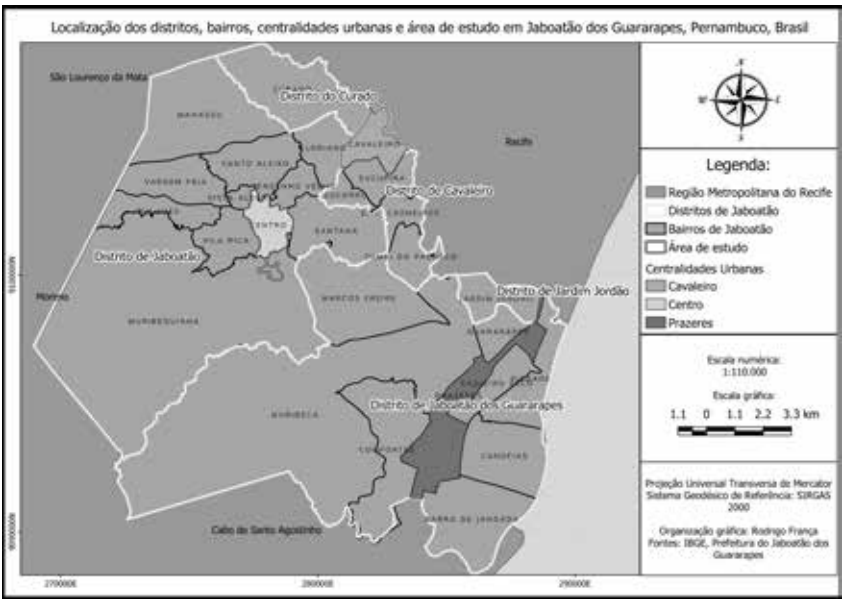
IV- O incentivo à criação de parques e outros empreendimentos recreativos de forma sustentável;

V- Implantação de espaços públicos de lazer;

VI- Valorização do potencial paisagístico das margens do Rio Jaboatão, conciliando o uso recreativo e de conservação;

VII- Estruturação de novas áreas de habitação, visando o atendimento da demanda da sociedade, **dotando de infraestrutura urbana adequada como requisito prévio para a sua ocupação**." PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. Lei Complementar nº 17, de 03 de dezembro de 2013.

Figura 1 - Mapa demonstrando os bairros do entorno do Residencial Fazenda Suassuna

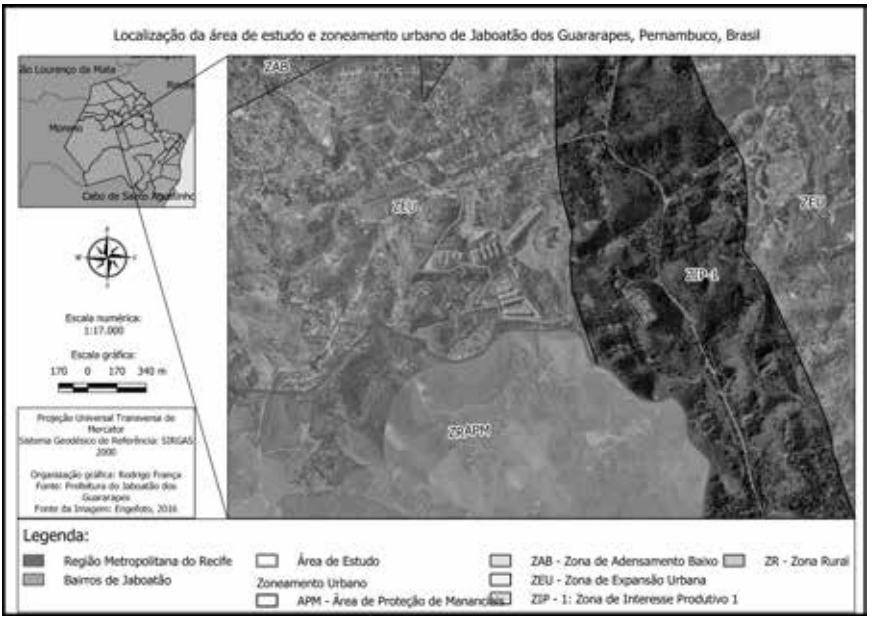


Fonte: Rodrigo França, 2020.

Nos termos do Decreto Municipal 117/2013 que aprovou o "Loteamento Fazenda Suassuna" o planejamento e desenho da área compreende 09 quadras destinadas ao uso habitacional, 02 áreas reservadas para uso institucional (áreas públicas), 10 áreas verdes de uso público,

07 áreas de preservação permanente e 02 áreas comerciais (áreas particulares), perfazendo uma área loteada total de 272.746,41 m^2. A área de instalação do loteamento foi adquirida pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), representado pela Caixa Econômica Federal, sendo o empreendimento destinado à faixa 1[77] do programa Minha Casa Minha Vida, numa parceria entre proprietários da gleba loteada, construtores, governo federal, através do FAR, e executivo municipal.

Figura 2 – Mapa demonstrando o zoneamento da área de estudo e seu entorno



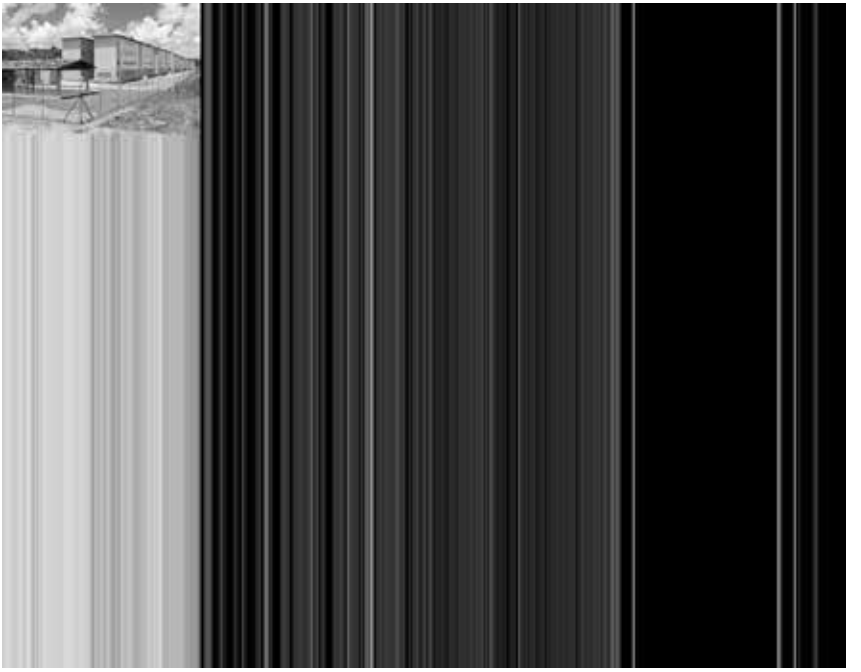
Fonte: Rodrigo França, 2020.

Apesar do parcelamento aprovado em decreto municipal e da execução do habitacional, imagens de satélite analisadas em 2020 não demonstram o desenho de todas as quadras descritas, limitando-se àquelas habitacionais (Figura 3). A partir de informações coletadas junto ao órgão de licenciamento urbano do município, até o fim de 2019 foram

77 A faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida é destinada a famílias de baixa renda (renda mensal bruta de até R$ 1.800,00) que precisam se cadastrar na prefeitura de sua cidade para concorrer ao sorteio que seleciona aqueles contemplados com a "casa própria".

executadas apenas as quadras 01 a 05 destinadas ao uso habitacional, com execução de responsabilidade da Construtora Baptista Leal Ltda e Usina de Obras Empreendimentos Ltda, proprietários da gleba desmembrada. Cada quadra habitacional possui 09 blocos de 32 apartamentos cada, totalizando 1440 unidades habitacionais já entregues e ocupadas (Figura 4). As quadras 06 a 09 estão destinadas à ampliação do empreendimento habitacional.

Figura 3 - Imagem de satélite do Residencial Fazenda Suassuna, em 2020



Fonte: ©Google, 2020.

Quanto à legalidade e formalização, o empreendimento habitacional possui licenciamento urbano no âmbito da Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes e licenciamento ambiental no âmbito da Agência Estadual do Meio Ambiente/CPRH bem como da Prefeitura local. O estudo de impacto de vizinhança (EIV) foi apresentado na etapa de aprovação do loteamento como um todo. A execução das quadras residenciais, por sua vez, possui aprovação de projeto e licença de constru-

ção individualizada, concedida nos seguintes termos: "alvará de licença de construção para 01 (um) Conjunto Habitacional Multifamiliar de Interesse Social, a ser edificado na quadra 'xx' do Loteamento Fazenda Suassuna, em Muribequinha, neste município". A execução das quadras 01 a 05 destinadas ao uso habitacional está dada por finalizada pelas construtoras e já licenciada pelo órgão municipal competente, com os termos de "Alvará de Habite-se" correspondentes. A ocupação dos apartamentos foi iniciada a partir de evento oficial de entrega das chaves pelo prefeito aos contemplados em 09/11/2018 (PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE, 2018).

Figura 4 - Residencial Fazenda Suassuna, vista das edificações habitacionais

Fonte: Matheus Britto/Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, 2018.

Pela própria definição do zoneamento, a área onde foi implantado o residencial é periférica em relação ao contexto das centralidades urbanas locais: a Zona de Expansão Urbana é caracterizada pela ocupação rarefeita com presença de grandes vazios e amenidades naturais. No entorno do empreendimento, observou-se uma ocupação espontânea, de traçado irregular, que foi ocupando os grandes vazios de amenidades naturais e que, apesar da proposta do loteamento na área, apresenta-se

desprovida de uma instalação alinhada com as diretrizes do Plano Diretor para a ocupação das ZEUs como colocado anteriormente.

Tal caracterização espacial, distante dos preceitos de uma cidade formalmente gerida, ordenada e sustentável, sugere uma distância social entre aqueles que ocupam essa e aquela área. Nesta linha, a instalação do Residencial Suassuna destinado à faixa 1 do programa MCMV parece, muito mais do que reconhecer, acentuar esta estratificação socioespacial, à medida que essas habitações construídas no âmbito formal não estão vindo acompanhadas da infraestrutura urbana que fora planejada na proposta do loteamento e que deve ser tida como requisito prévio para a sua ocupação humana.

É neste contexto que se deu a medição da eficiência urbana do conjunto residencial em comento, a partir da metodologia que se apresenta a seguir.

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE

A ferramenta de análise é dividida em três temas, estruturados num total de nove indicadores que são, por sua vez, analisados a partir de parâmetros mínimos de qualidade, avaliados em bom, aceitável ou insuficiente. O Quadro 1 apresenta os temas de análise, seus indicadores e os parâmetros de medição.

De acordo com a ferramenta, para que o empreendimento seja aprovado, é necessário que receba no mínimo a qualificação "aceitável" em todos os nove indicadores. Por outro lado, se qualquer um dos indicadores for qualificado como "insuficiente", o empreendimento é reprovado.

Os parâmetros para a análise e qualificação dos indicadores foram construídos com base em referências de literatura especializada no campo do planejamento urbano e do urbanismo, além de terem sido testados e aperfeiçoados a partir da análise de diversos casos empíricos em contextos de metrópoles regionais ou cidades médias de regiões metropolitanas brasileiras, sendo indicados, portanto, para situações semelhantes, como o caso em análise. Os parâmetros definidos nesta ferramenta permitem a avaliação do desenho urbano, da localização do

empreendimento e de sua integração com o entorno, oferecendo subsídios para que a produção habitacional garanta espaços públicos que promovam sociabilidade, circulação confortável de pedestres e pleno acesso ao transporte público e a equipamentos, comércio, serviços e a outras atividades essenciais à vida urbana.

Quadro 1 - Indicadores e parâmetros de avaliação da ferramenta de análise

Temas	Indicadores	Parâmetros
Transporte	1. Opção de transporte	Quantidade de linhas e itinerários
	2. Frequência do transporte	Frequência das linhas nos dias úteis
Oferta de equipamentos, comércio e serviços	3. Usos cotidianos	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 15min a pé
	4. Usos eventuais	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 20min a pé ou 30min por transporte público
	5. Usos esporádicos	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 1 hora por transporte público
Desenho urbano e integração com o entorno	6. Relação com o entorno	Porcentagem do perímetro do empreendimento adjacente a um entorno urbano
	7. Tamanho das quadras	Média do perímetro das quadras do empreendimento e suas adjacentes
	8.aberturas para o espaço público	Número de acesso de pedestres a cada 100m de divisas do empreendimento
	9. Rede de circulação de pedestres	Acessibilidade contínua entre a circulação de pedestre do empreendimento e o caminho até os pontos de ônibus

Fonte: Adaptado de ITDP; LABCIDADE (2014).

Assim sendo, a Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana desenvolvida para avaliar empreendimentos habitacionais do Programa Minha

Casa Minha Vida (faixa 1) do ponto de vista urbanístico, verifica a sua capacidade em oferecer aos seus moradores condições básicas não apenas de habitação, mas de acesso a serviços públicos e à cidade como um todo.

3. RESULTADOS DA MEDIÇÃO DA INSERÇÃO URBANA

Nessa seção serão apresentadas as análises feitas sobre cada um dos temas de avaliação, aplicados ao Residencial Fazenda Suassuna.

3.1. Tema: Transporte

O tema Transporte busca avaliar como o empreendimento se relaciona com a rede de transporte público de passageiros, verificando se o seu local de implantação é bem servido de itinerários capazes de proporcionar um deslocamento eficiente para diferentes pontos da cidade.

Assim, a sua qualidade é medida por dois indicadores: opções de transporte e frequência de transporte. O primeiro indicador mede a quantidade de opções de transporte disponíveis que, associadas à diversidade de itinerários, garantam acesso aos diferentes destinos da cidade a partir de pontos de ônibus ou estações localizadas a no máximo 1km de distância percorrida a pé. O segundo indicador mede a frequência de operação das linhas identificadas no primeiro indicador, verificado o intervalo entrepicos de 10h às 16h dos dias úteis da semana. Os parâmetros de medição dos indicadores de transporte podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores e parâmetros de medição utilizados no tema Transporte

Avaliação	**Opções de transporte**	**Frequência do transporte**
Bom	4 ou mais opções	Até 10 minutos 24h / dia
Aceitável	3 opções	De 11 a 20 minutos até às 17h
Insuficiente	Até 02 opções	Acima de 20 minutos menos de 17h

Fonte: Adaptado de ITDP; LABCIDADE (2014).

Foram encontradas 02 opções de transporte público possíveis de serem acessadas por 06 paradas de ônibus, localizadas até 1km percorridos a pé, a partir da entrada do empreendimento. Todas as paradas de ônibus estão instaladas à Rua Usina Jaboatão, pelas quais os moradores acessam a linha 274 - Lote 56/Jaboatão, que opera com uma frota de 07 ônibus percorrendo nos dois sentidos o itinerário: Terminal Integrado de Jaboatão – Centro – Vila Rica – Lote 56 – Conjunto Residencial Fazenda Suassuna – Eixo da Integração – Avenida General Manoel Rabelo – Terminal Integrado Jaboatão. Quanto à frequência do transporte, o primeiro horário de partida do Terminal Integrado de Jaboatão é às 4:05h da manhã e o último às 23:30h da noite, num intervalo médio de 15minutos. Apesar da ocupação ter se dado em novembro de 2018, o início da operação da linha 274 se deu em fevereiro de 2019 a partir de um pedido da população ao Grande Recife, consórcio responsável por planejar e gerir o sistema de transporte público de passageiros da região metropolitana de Recife.

De acordo com a ferramenta, a facilidade de acesso aos pontos e estações de transporte público, bem como o potencial de acesso a diferentes destinos oferecido pelas opções de transporte disponíveis, são fundamentais para que o empreendimento esteja bem conectado ao restante da cidade. Pelo observado, o indicador "Opção de transporte" com apenas 01 linha acessível a no máximo 1km de distância percorrida a pé, operando 02 itinerários apresenta-se como "insuficiente". Já o indicador "Frequência do transporte" apresenta-se como "aceitável". Apesar de inicialmente insuficiente para a ferramenta de avaliação, vale notar que o itinerário disponível conecta o Residencial Fazenda Suassuna ao Terminal Integrado de Jaboatão, de onde partem outras linhas de ônibus e a linha centro do metrô do Recife, permitindo o acesso de seus moradores a outras partes da cidade. Tal fato, associado à avaliação "aceitável" da frequência do transporte e à integração tarifária com a linha Centro do metrô, a qualificação do indicador "Opção de transporte" foi considerada "aceitável" para fins de avaliação da inserção urbana do empreendimento no tema Transporte.

3.2. Tema: Oferta de equipamentos, comércio e serviços

Este tema verifica os equipamentos, comércio e serviços avaliando a oferta disponível aos moradores a partir de uma tipificação de uso, correlacionando-os às suas distâncias em relação ao empreendimento e aos meios disponíveis para acessá-los. Assim, a ferramenta de avaliação agrupa os equipamentos, comércio e serviços em três tipos de uso, conforme a sua importância no dia a dia dos usuários: uso cotidiano, uso eventual e uso esporádico, subdividindo-os em uso obrigatório e uso complementar.

Os "usos cotidianos" implicam deslocamento diário e, portanto, precisam estar localizados próximos ao empreendimento residencial. Para fins da ferramenta, o parâmetro de avaliação é a sua localização numa distância acessível, num intervalo de 15 minutos percorridos a pé, equivalendo-se a uma distância de 1km. Assim, todos os usos cotidianos obrigatórios devem ser acessíveis a essa distância. Já os usos cotidianos complementares são avaliados a partir da oferta de um determinado percentual.

Os "usos eventuais" implicam deslocamentos cotidianos e mais demorados, considerando-se os usuários jovens ou adultos. Para fins da ferramenta, o parâmetro de avaliação é a sua localização numa distância acessível, num intervalo de 20 minutos percorridos a pé, ou 30 minutos percorridos por transporte público de passageiros, equivalendo-se a uma distância de 1,4km.

Os "usos esporádicos" implicam deslocamentos esporádicos e não essenciais, porém igualmente importantes para a garantia da qualidade da inserção urbana do empreendimento. Para fins da ferramenta, o parâmetro de avaliação é a sua localização numa distância acessível num intervalo de 01 hora percorrido por transporte público de passageiros.

O Quadro 3 demonstra os usos cotidianos, eventuais e esporádicos analisados na ferramenta de avaliação.

Quadro 3 - Tipos de usos: cotidianos, eventuais e esporádicos no tema Oferta de equipamentos, comércio e serviços

	Usos cotidianos	Usos eventuais	Usos esporádicos
Obrigatórios	Creche pública, escola pública de ensino infantil, áreas livres de lazer, mercados ou feiras.	Escola pública de ensino fundamental, médio ou técnico, unidade de saúde, farmácia, áreas livres para prática de esporte, supermercado.	Hospital público, centro público administrativo, instituição de ensino superior, banco.
Complementares	Açougue, padaria, farmácia, restaurante, salão de beleza, academia, lotérica, lojas de material de construção, reparos em geral.	Instituição de ensino superior, centro de referência de assistência social, biblioteca, delegacia, clínicas especializadas, correios, lojas de vestuário e calçado, loja de eletroeletrônico, restaurante, banco, consultórios, papelaria, reparos em geral, escola de formação complementar.	Cinema, parque urbano, ginásio esportivo, teatro, museu ou centro cultural, cartório, hipermercado.

Fonte: Adaptado de ITDP; LABCIDADE (2014).

Os parâmetros para a medição dos indicadores de acordo com o tipo de uso podem ser vistos no Quadro 4.

Pelo observado a partir das atividades licenciadas, a inserção urbana do empreendimento no tema Oferta de equipamentos, comércio e serviços foi avaliada como "insuficiente", com os usos cotidianos "insuficientes", usos eventuais "aceitáveis" e usos esporádicos "bons". A avaliação sugere que a implantação do empreendimento residencial não foi acompanhada de políticas voltadas à promoção do mercado formal de atividades econômicas no seu entorno imediato tampouco de políticas públicas de educação, à medida que ressalta a ausência de comércios e serviços essenciais à vida humana.

Quadro 4 - Indicadores e parâmetros de medição utilizados no tema Oferta de equipamentos, comércio e serviços

	Uso cotidiano	Uso eventual	Uso esporádico
Bom	Todos os usos obrigatórios e complementares disponíveis e acessíveis a uma distância de 15m percorrida a pé.	Todos os usos obrigatórios e complementares disponíveis e acessíveis uma distância de 20m percorrida a pé ou 30m por transporte público.	Todos os usos obrigatórios e complementares disponíveis e acessíveis em até 1h de deslocamento por transporte público.
Aceitável	Todos os usos obrigatórios disponíveis e pelo menos 4 usos complementares, acessíveis a uma distância de 15m percorrida a pé.	Todos os usos obrigatórios disponíveis e pelo menos 7 usos complementares, acessíveis a uma distância de 20m percorrida a pé ou 30m por transporte público.	Todos os usos obrigatórios disponíveis e pelo menos 3 usos complementares, acessíveis em até 1h de deslocamento por transporte público.
Insuficiente	Não há oferta de todos os usos obrigatórios e há menos de 4 dos usos complementares, a uma distância percorrida a uma distância de 15m percorrida a pé.	Não há oferta de todos os usos obrigatórios e há menos de 7 dos usos complementares, a uma distância percorrida a uma distância de 20m percorrida a pé ou 30m por transporte público.	Não há oferta de todos os usos obrigatórios e há menos de 3 dos usos complementares, acessíveis em até 1h de deslocamento por transporte público.

Fonte: Adaptado de ITDP; LABCIDADE (2014).

3.3. Tema: Desenho e integração urbana

Este tema trata das características do desenho urbano do empreendimento e da área onde ele se insere, avaliando, a partir da forma e dimensão das quadras, a qualidade de sua inserção no tecido urba-

no, além de sua capacidade de agregar conforto e segurança aos seus usuários. Para atender a essa finalidade, o tema Desenho e integração urbana propõe os indicadores: "relação com o entorno" (% do perímetro total do empreendimento que faz contato direto com o entorno efetivamente urbano), "tamanho das quadras" (perímetro médio do somatório das quadras do empreendimento e suas adjacentes), "aberturas para o espaço público" (número médio de acessos para cada 100 metros de divisa público-privada) e "rede de circulação de pedestres"; medidos segundo os parâmetros apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Indicadores e parâmetros de medição utilizados no tema Desenho e integração urbana

	Relação com o entorno	**Tamanho das quadras**	**Aberturas para o espaço público**	**Rede de circulação de pedestres**
Bom	100%	Até 500m	4 ou mais	Todo o percurso até os pontos de transporte e os equipamentos e serviços de uso obrigatório acessível, seguro e confortável.
Aceitável	40% ou mais	De 500m a 800m	2 ou mais	Todo o percurso até os pontos de transporte acessível, seguro e confortável.
Insuficiente	Menos de 40%	Mais de 800m	Menos de 2	Há trechos não acessíveis, inseguros ou desconfortáveis.

Fonte: Adaptado de ITDP; LABCIDADE (2014).

De acordo com o observado, menos de 40% do perímetro total do empreendimento apresentou um entorno efetivamente urbano, sendo sua relação com o entorno considerada "insuficiente". No que se refere ao tamanho das quadras, considerando o perímetro das quadras do empreendimento e daquelas que lhe são adjacentes, foi verificado o valor médio 290m, conferindo-lhe o requisito "bom". Todas as quadras do empreendimento apresentaram aberturas para o logradouro público

a partir de cada bloco de apartamentos, resultando mais de 4 aberturas no empreendimento como um todo, estabelecendo assim uma avaliação com conceito "bom" no indicador relação público-privada direta. Já quanto à rede de circulação de pedestres, com trechos desprovidos de calçamento adequado, iluminação e arborização foi considerada "insuficiente", sendo não acessível, insegura e desconfortável.

De acordo com a ferramenta de avaliação empregada, o empreendimento é considerado aprovado quando recebe no mínimo a qualificação "aceitável" em todos os nove indicadores. Por outro lado, se qualquer um dos indicadores for qualificado como "insuficiente", o empreendimento é reprovado.

Analisando os temas individualmente, os resultados apontam aprovação no tema Transporte e reprovação no tema Oferta de equipamentos, comércio e serviços, bem como reprovação no tema Desenho urbano e integração com o entorno. Como um todo, os resultados da inserção urbana do empreendimento Residencial Fazenda Suassuna apontam reprovação.

O Quadro 6 demonstra um resumo da avaliação para os 09 indicadores de inserção urbana aplicados ao empreendimento Residencial Fazenda Suassuna.

Quadro 6 - Resumo da análise de todos os indicadores

Temas	Indicadores	Parâmetros	Resultados
Transporte	1. Opção de transporte	Quantidade de linhas e itinerários	Aceitável
	2. Frequência do transporte	Frequência das linhas nos dias úteis	Aceitável
Oferta de equipamentos, comércio e serviços	3. Usos cotidianos	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 15min a pé	Insuficiente
	4. Usos eventuais	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 20min a pé ou 30min por transporte público	Aceitável
	5. Usos esporádicos	Existência de usos obrigatórios e complementares acessíveis a 1 hora por transporte público	Bom

Temas	Indicadores	Parâmetros	Resultados
Desenho urbano e integração com o entorno	6. Relação com o entorno	Porcentagem do perímetro do empreendimento adjacente a um entorno urbano	Insuficiente
	7. Tamanho das quadras	Média do perímetro das quadras do empreendimento e suas adjacentes	Bom
	8.aberturas para o espaço público	Número de acesso de pedestres a cada 100m de divisas do empreendimento	Bom
	9. Rede de circulação de pedestres	Acessibilidade contínua entre a circulação de pedestre do empreendimento e o caminho até os pontos de ônibus	Insuficiente

Fonte: As autoras, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medição dos indicadores de inserção urbana aplicados ao empreendimento Residencial Fazenda Suassuna em Jaboatão dos Guararapes/PE teve como resultados a avaliação aceitável para os dois indicadores do tema Transporte; insuficiente, aceitável e bom para os três indicadores do tema Oferta de equipamentos, comércio e serviços e duas avaliações insuficientes e duas boas para os quatro indicadores do tema Desenho urbano e integração com o entorno. De acordo com a ferramenta utilizada, para que o empreendimento seja aprovado e considerado capaz de oferecer aos seus moradores condições básicas de habitação, não apenas em relação à unidade habitacional adquirida, mas sobretudo na sua relação com o acesso a serviços públicos e à cidade como um todo, é necessário que receba no mínimo a qualificação "aceitável" em todos os nove indicadores. Por outro lado, se qualquer um dos indicadores for qualificado como "insuficiente", o empreendimento é reprovado. Nestes termos, com três avaliações aceitáveis, três avaliações boas e três avaliações insuficientes, o empreendimento é reprovado quanto à sua inserção urbana e relação com serviços públicos e promoção do direito à cidade.

Esses resultados validam a observação inicial de que a produção formal de moradias para habitação de interesse social representada neste estudo pelo empreendimento Residencial Fazenda Suassuna reproduz na cidade os efeitos da ocupação informal, caracterizada por privação de infraestrutura e serviços urbanos e uma segregação espacial que desnuda as desigualdades sociais e macula o direito universal à cidade e suas funções.

Segundo as diretrizes internacionais sobre planejamento urbano editadas pela ONU-Habitat com primeira publicação datada de 2015, planos e projetos urbanos inapropriados levam à distribuição espacial inadequada de pessoas e atividades, contribuindo para a proliferação das favelas, o aumento dos congestionamentos, a segregação e desigualdade social, a degradação ambiental e a limitação do acesso a serviços básicos (ONU-HABITAT, 2015). Neste sentido, reprovada a inserção urbana do empreendimento, é possível inferir que o cenário observado neste estudo poderá contribuir com o crescimento desordenado e a ocupação irregular das áreas vazias adjacentes ao residencial no decorrer do tempo.

O que é a cidade e qual a sua função? Agregar ou desagregar? Acolher ou excluir? Gerar vida ou morte? Em que cidade queremos morar? Estamos fadados à fragmentação ou podemos construir cidades mais integradas e sustentáveis? São questões centrais que reforçam o papel das políticas urbanas e seu importante alinhamento a estratégias para a garantia de direitos fundamentais e bem estar das pessoas na cidade.

Os temas estruturantes da ferramenta de avaliação empregada neste estudo, (1) Transporte, (2) Oferta de equipamentos, comércio e serviços e (3) Desenho urbano e integração com o entorno, compõem a rede de infraestrutura e serviços de uma dinâmica urbana, relacionando-se diretamente com a moradia na cidade. São variáveis de um todo orgânico, como mostram os ensinos de Jane Jacobs (2011) em suas observações sobre cidades e proposições para a construção de ambientes mais humanos, diversos e vivos.

Schonardie (2017) aponta a relação entre a dinâmica urbana e o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais relacionados à dignidade da pessoa humana, alertando que a privação de condi-

ções urbanas adequadas implica diretamente a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana e sua qualidade de vida. Assim, ambientes urbanos inadequados incrementam a pobreza e a desigualdade, expondo sua população a riscos e vulnerabilidade sanitária, ambiental, econômica e social. O enfrentamento desta realidade impõe o desafio de integrar efetivamente políticas habitacionais a políticas urbanas que envolvem as variáveis da mobilidade, do saneamento, dos espaços públicos acessíveis, dos equipamentos e serviços urbanos, da infraestrutura verde e do uso diverso da cidade. Neste sentido, a autora discute o tema cidades sustentáveis como instrumento de efetivação dos direitos humanos.

As diretrizes e discussões em torno da construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis já estão postas globalmente e vêm se aperfeiçoando desde as Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos iniciados na década de 70. Repensar a construção, o gerenciamento e a vida nas cidades é uma demanda já conhecida e que foi evidenciada nos últimos meses com o cenário global de pandemia em virtude da COVID-19. A pandemia e sua dimensão territorial com pesquisas apontando um padrão de avanço da contaminação e letalidade maior em áreas mais pobres, segregadas e desprovidas de infraestruturas e serviços urbanos (CLEMENTINO *et al* 2020) desnudou a estreita relação entre saúde, qualidade de vida e aquelas infraestruturas e serviços relacionados às funções sociais da cidade.

O contexto de avaliação da inserção urbana que revela a produção formal de moradias reproduzindo padrões segregadores de ocupação somado à dimensão territorial da pandemia que reforça a vulnerabilidade sanitária dessas áreas demanda, mais do que nunca, a construção efetiva de um pacto social para uma governança de cidades que empreendam políticas habitacionais não apenas de incremento de unidades de moradia, mas de habitação digna com acesso a infraestruturas e serviços urbanos, como garantia a direitos fundamentais e à própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento Almeida; SILVA, Brunno Costa do Nascimento. **Em tempos de Pandemia: contribuições do Observatório das Metrópoles - Núcleo Natal**. 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. *E-book*. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Em-Tempos-de-Pandemia_16.pdf

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Novo lar no futuro Habitacional Suassuna**. *[s. l.]*, 2017. Disponível em: http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2017/11/novo-lar-no-futuro-habitacional-suassuna.html. Acesso em: 4 maio. 2019.

ITDP; LABCIDADE. **Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos de faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida**. *[S. l.: s. n.]*. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2014_Pesquisa_MCMV_Ferramenta_de_Avaliacao.pdf.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

ONU-HABITAT. **Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial**. Nairóbi: *[s. n.]*, 2015. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/IG-UTP_Portuguese.pdf.

PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE. **Habitacional Fazenda Suassuna é entregue a 1.440 famílias do Jaboatão**. *[s. l.]*, 2018. Disponível em: https://jaboatao.pe.gov.br/habitacional-fazenda-suassuna-e-entregue-a-1-440-familias-do-jaboatao/. Acesso em: 4 maio. 2019.

ROLNIK, Raquel; ROSA, Ana Beatriz. Entrevista: "A política habitacional no Brasil é uma verdadeira tragédia". **Huffpost Brasil**,

[s. l.], 2 maio. 2018 Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/02/raquel-rolnik-a-politica-habitacional-no-brasil-e-uma-verdadeira-tragedia_a_23425552/

SCHONARDIE, Elenise Felzke. A concretização dos direitos humanos e a questão dos aglomerados subnormais nas cidades brasileiras. **Revista de Direito da Cidade**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 1363–1382, 2017.

YANG, Philip. **Live Novas Cidades 2021 - Cidades Sustentáveis**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LImfbIWZsgw&ab_channel=CAU%2FBR

AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ETNOPSICOLOGIA PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL MAIS INCLUSIVAS PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Luiz Felipe Castelo Branco da Silva

1. Introdução:

De acordo com a série histórica de 2010 a 2018 sobre imigração e refúgio no Brasil, foram registrados no país 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos, conforme informações do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (RAOMI) (CALVANI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019). Do total, 391,1 imigrantes caracterizam-se como aqueles de longo termo, ou seja, com tempo de residência superior a um ano.

Ao longo da série supracitada, haitianos figuram como principal nacionalidade registrada (21,5%), seguida de bolivianos, venezuelanos, colombianos, argentinos, chineses, portugueses e peruanos. São em sua maioria do sexo masculino, jovens, com escolaridade médio/superior e concentrados na região Sudeste (55, 1%), seguidos da região Sul (20,5%) e Norte (4,3%). Nesses contextos, os grupos ocupacionais que mais empregaram imigrantes no Brasil são: 1) produção e bens e serviços industriais; 2) serviços, vendedores do comércio em lojas e

mercado e os principais setores de atividades econômicas: indústria, comércio, reparação e demais serviços (CALVANI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

De acordo com a Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017, instrumento normativo denominado "Lei de Migração", ao revogar o estatuto do estrangeiro, trouxe novas disposições mais inclusivas. No passado, o estrangeiro era considerado um estranho, uma ameaça à segurança nacional e pelo novo ordenamento jurídico, passa a ser reconhecido como "migrante", considerado sujeito de direito e não mais objeto.

Além disso, a permanência ilegal no país deixou de ser criminalizada, cabendo livre contraditório no processo de deportação. Passou vigorar direito a reunião de caráter pacífico, à documentação gratuita para os vulneráveis e hipossuficientes econômicos, acesso aos direitos sociais constitucionais (educação pública, acesso aos serviços de saúde e seguridade social, direito ao trabalho, moradia e direito ao serviço bancário). Não menos importantes, foram acolhidos os princípios e as garantias relativas aos direitos humanos tais como: direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, bem como direitos às liberdades civis, sociais, culturais, econômicos e as relativas ao direito de ir e vir.

Embora seja percebida a disposição de distintos dispositivos garantidores de direitos e de tratamento humanitário, a prática revela-se contrária a tais normativos brasileiros. Ainda prevalece a desassistência dessa população no Brasil.

Em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, observou-se que nos municípios onde havia presença de imigrantes, menos de 6% delas (215 das 3.876 cidades) ofertavam pelo menos um serviço de apoio previsto na política migratória brasileira. Nesse sentido, ofertas de serviços tais como: ensino do idioma, geração de trabalho e renda, formação/capacitação profissional, oferta de moradia/abrigo, associação ou coletivo para relacionamento com o poder público, atendimento multilíngue nos serviços públicos, centros de referência e apoio entre outras seriam algumas das possíveis ações sob responsabilidade das três esferas de poder (IBGE, 2018).

Esta situação produz desafios não apenas para os formuladores de políticas públicas migratórias, mas também para os demais segmentos

da sociedade civil que agenciam meios de inserção e contribuição dos estrangeiros para o desenvolvimento do país. Deste modo revelam-se imperativas ações que combinam diversas políticas públicas que não se reduzem apenas voltadas para a inclusão no mercado formal de trabalho, mas também naquelas voltadas para garantias de direitos que promova o efetivo pertencimento sociocultural no Brasil sem desconsideração do *ethos* desses imigrantes.

Para os propósitos da discussão, concorda-se com a perspectiva aristotélica. Nela a noção de *ethos* possuiria dimensão ontológica, uma vez que emerge de maneira pela qual se tomam decisões, vive-se e agencia o modo de ser e estar no plano da existência (PINI, 2015). De acordo com Boff (2005) a etimologia do termo grego retomaria a ideia em torno do como se organizam a própria casa, o mundo em que se habita com os seres humanos e com a natureza. Nestes termos, *ethos* estaria relacionado ao *pertencimento* sócio-histórico-cultural de um sujeito e ao conjunto variado de agenciamentos que atuam na produção de sentidos subjetivos[78], além de configurar padrões no agir, no pensar e na expressão da própria Subjetividade.

Partindo da perspectiva sistêmica, tem-se que todo sistema sócio-histórico-cultural de um sujeito, o que inclui seu *ethos*, é compreendido como *matriz identitária*. Nesse contexto, não se organiza apenas sua gênese, mas nele se modula o dinamismo psíquico que atua na regularidade e homeostasia identitária, deveras marcada pela produção da experiência de enraizamento, de pertencimento e de visibilidade social. Essa condição é significativamente reforçada pela rede social do sujeito.

De acordo com Sluzki (2009), as redes sociais pessoais seriam como entrelaçamentos interpessoais estabilidade dinâmica – capacidade de conservação e de transformações evolutivas simultaneamente. Nele estão inseridos familiares e amigos (próximos e distantes), conexões de trabalho, de estudo, grupos formais e informais (religiosos,

78 São qualidades emergentes das configurações subjetivas e não representam propriedades universais dos indivíduos. Compreendidas como sistemas internos que integram processos emocionais e simbólicos, que podem possuir diversos registros e atravessamentos (culturais, econômicos, de gênero, de religião, edipianos, existenciais etc.) e que podem emergir diante de experiências de vida (GONZÁLEZ REY, 2017).

sociais, políticos, relacionados à saúde etc). E, desse modo, revela-se como importante patrimônio para a manutenção da saúde mental, assim como de homeostasia identitária.

Com o advento da migração ou, em casos mais impactantes, nas situações em que se tornar refugiado se torna o imperativo, em maior ou menor grau produz-se o rompimento com as redes sociais. Em casos mais superlativos, as rupturas podem resultar em desligamentos com o *ethos*, podendo produzir miríade de efeitos que na perspectiva moderna seriam denominados como transtornos mentais (NATHAN, 2012). Os desafios podem se tornar mais superlativos quando problemas com a xenofobia e hiato assistencial em termos de políticas públicas específicas logram maior evidência.

Embora o Brasil seja um país multicultural (300 grupos indígenas, espanhois, portugueses, africanos, italianos, alemães, japoneses, sírio-libaneses, haitianos e latinos sulinos), as contribuições da Psicologia Clínica para a literatura interdisciplinar sobre cultura e saúde mental ainda tem sido marginal (RYDER; NEIBERT; ZANELLO, 2019). Segundo esses autores, os obstáculos mais marcantes estariam relacionados a questões ontológicas e epistemológicas.

As questões ontológicas estariam ancoradas em concepções de um sujeito humano enquanto ente individualizado, descontextualizado e atomizado (ser humano como único e universal) em diversas perspectivas em Psicologia Clínica. Por sua vez, as epistemológicas seria a recalcitrante tendência em maximizar a importância de métodos apenas quantitativos na *práxis* psicológica (RYDER; NEIBERT; ZANELLO, 2019) e que reduzem a Subjetividade a forças biológicas (cérebro, cognições, neurobiologia) ou forças sociais (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017).

A partir disso, revela-se imperativo que a Psicologia Clínica busque abordagens capazes de considerar e acolher o *ethos* emigrante em suas necessidades. Estas devem atuar de modo que os sujeitos possam vocalizar suas demandas e questões a partir de seu universo de pertencimento e das racionalidades próprias de sua matriz sócio-histórico-cultural.

Considerando-se o que foi exposto, este artigo objetiva tecer reflexões em torno das possíveis contribuições da Etnopsicologia para

a promoção de saúde mental em imigrantes e refugiados no Brasil. Destarte, a discussão será realizada a partir de dois eixos axiais. No primeiro serão apresentados alguns desafios contemporâneos da Psicologia Clínica. Em um segundo momento, será apresentada a Etnopsicologia em suas possibilidades e desafios na atuação clínica. Por fim serão apontados, nas considerações finais, potenciais benefícios não apenas como proposta de atuação no contexto da Psicologia Clínica, mas como importante racionalidade para a elaboração e incrementação de Políticas Públicas de Saúde Mental para imigrantes mais inclusivas.

2. O imperativo de uma Psicologia Clínica descolonizada e descolonizadora no Brasil

Em termos históricos, a Psicologia brasileira como ciência independente foi forjada a partir de matrizes centradas em concepções ontológicas (visão de ser humano) e ontológicas contextuais (visão de mundo) europeias e estadunidense centradas. Destarte, a própria forma em que a Psicologia Clínica foi instituída, revela-se produto de concepções de ser humano e de mundo alinhadas a padrões estrangeiros que pouco fala de outras bases sócio-históricos-culturais latinas, africanas indígenas, que com a base europeia, são ingredientes no processo de formação do povo brasileiro.

O termo "Psicologia Clínica" foi utilizado pela primeira vez em 1896, pelo psicólogo norteamericano Lightner Witmer, professor da *University of Pennsylvania*. Apesar do uso do nome, na prática, o trabalho dele não se aproximava ao que hodiernamente se concebe como Psicologia Clínica. De fato, o trabalho de Witmer esteve voltado para avaliar e tratar os problemas de aprendizagem e comportamento das crianças em idade escolar. Em contexto atual, o tipo de trabalho desenvolvido por ele estaria mais próximo daquilo que se denomina como campo da psicologia escolar (SCHULTZ; SCHULTZ, 2019).

Ainda segundo os autores supracitados, em 1908, a publicação do livro *A mind that found itself* (Uma mente que descobriu a si mesma), de Clifford Beers, sujeito que vivenciou transtornos mentais, promoveu discussões em torno da humanização dos tratamentos em saúde mental. No ano seguinte, a obra de Hugo Münsterberg intitulada *Psychoterapy*

(1909) logrou valor histórico por ser o primeiro trabalho estadunidense que buscou descrever técnicas e métodos específicos de tratamento de distintos desequilíbrios mentais assim reconhecidos naquela época.

Apesar disso, pouco se avançou na robustez da Psicologia Clínica nos Estados Unidos (EUA). A efetiva valorização desse campo de competência em Psicologia ocorreu a partir de 1941, quando os EUA ingressaram na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Engels (2008), as forças militares perceberam a presença de diversos "desajustes mentais" nos soldados recrutados, quadro esse piorado no decorrer e final da guerra. Em 1945, ao final dos confrontos armados mundiais, nos EUA haviam sido rejeitados no processo de recrutamento 2 milhões de homens em decorrência de transtornos mentais. Dos recrutados, durante a ativa pelo menos 1 milhão de militares foram hospitalizados por causa de problemas psiquiátricos, chegando a 3 milhões de veteranos, pós-guerra, necessitando de atenção psicossocial, sendo que pelo menos 40 mil soldados apresentavam transtornos mentais graves.

Neste sentido, as lideranças militares agenciaram programas de treinamento de centenas de psicólogos, a fim de que pudessem tratar os transtornos mentais dos soldados, uma vez que havia alta demanda e carência de profissionais especializados. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2019).

Como desdobramento desse empreendimento, observou-se a organização de duas grandes propostas em torno de concepções mecanicistas. A primeira, conhecida como Behaviorismo, a complexidade do sujeito e de seu *ethos* foram reduzidas ao produto de equações de *estímulo – organismo-resposta-reforçador*: comportamento observável, com foco no determinismo ambiental. O foco na Análise do Comportamento visava somente à modificação dos comportamentos individuais, sem considerar, de qualquer maneira, o sentido ou significados existentes na dada produção comportamental. Além disso, a centralidade no sintoma existente visava apenas à retirada do mesmo, sem preocupações compreensivas em torno da diversidade de sentidos subjetivos que modulam sua existência (GONZÁLEZ REY, 2007).

A segunda, denominada por Psicologia Cognitiva, mais prevalente na contemporaneidade, destaca a mudança do foco no comportamento

para os processos cognitivos. Nessa perspectiva o trabalho terapêutico estaria ancorado na modificação de percepções, pensamentos, crenças errôneas que seriam a gênese das perturbações emocionais presentes nos sintomas dos sujeitos. O reducionismo nos processos cognitivos sem considerar as influências da diversidade de outros possíveis atravessamentos na produção dos sintomas, considerando esse como um erro a ser modificado e não o mensageiro de pluralidade de aspectos a serem integrados.

Não menos importante, cabe destacar que os empreendimentos estadunidenses supracitados são frutos do *ethos* dominante no sistema sócio-histórico-cultural dos EUA. Deste modo, a construção da Psicologia enquanto ciência e profissão intencionalmente esquartejou o pensamento wundtiano original e do resto constitui-se algo que atendesse aos anseios de um contexto marcado pela competição, pela racionalização de instituições sociais – especialmente as educacionais. Além disso, agenciou-se a conversão dos problemas sociais em problemas individuais. Assim sendo, o desempenho do indivíduo em comparação com referenciais calculados estatisticamente passou a ser o foco, ao invés da subjetividade (JUNIOR, 2016).

No contexto europeu, o termo "Psicologia Clínica" foi utilizado por Sigmund Freud uma única vez em uma carta endereçada a Wilhelm Fliess, em 30 de janeiro de 1899. Nessa correspondência, ele destaca a correspondência da Psicanálise com a Psicologia. Percebia as relações com o conflito, com a vida e com tudo aquilo que gostaria de chamar de psicologia clínica. Destacou, todavia, que diferente dessa, o modelo clínico por ele proposto esforçava-se a focar o trabalho na observação direta do paciente para interpretar os sintomas em função da escuta do inconsciente, disposição essa recusada pela denominada Psicologia Clínica. Tanto é que este termo foi banido no jargão psicanalítico (ROUDINESCO; PLON, 1998).

A partir de Pierre Janet, a nomenclatura "clínica psicológica" foi utilizada para construir o campo da psicopatologia e dotar a Psicologia de competência clínica, retirando da medicina o atributo de ser único detentor do cuidado de doentes mentais. Todavia, excluiu os conceitos de inconsciente e de transferência do jargão especializado adota-

da, temas vitais para a Psicanálise. Com o passar do tempo, concluem Roudinesco e Plon (1998), o termo Psicologia Clínica caiu em desuso observando-se significativa disseminação do pensamento freudiano no contexto da saúde mental.

Esta perspectiva, embora tenha criado bases para a construção de uma visão alternativa do mental e do patológico enfatizando a dimensão processual e complexa na formação de sintomas, ainda ficou aprisionada a modelos fisicalistas, universalizantes e dogmáticos. O primeiro engessamento – fisicalista – pode ser compreendido como influência da racionalidade biomédica. Destarte, foi concebida o modelo de psique como um aparelho, com estruturas e funções. Esta condição impede avançar em especificidades ontológicas dos processos subjetivos humanos (GONZÁLEZ-REY, 2007).

No segundo engessamento, continua González-Rey, esse modelo tende a aprisionar a expressão da subjetividade humana em determinismos intrapsíquicos, baseando em disposições universalizantes. Essas valeriam invariavelmente para qualquer ser humano, que era considerado e explicado a partir do complexo de édipo, de estruturas psíquicas, desconsiderando-se aspectos relacionados ao *ethos* ou qualquer sistema sócio-histórico-cultural dos sujeitos. Ainda nessa postura ontológica, os seres humanos não passariam de *entes a-sujeitados*, à mercê de determinações inconscientes.

Por fim, no terceiro engessamento, o fechamento em torno de debates externos, produziu a encapsulação e como resultante, a dogmatização dos pressupostos teóricos, ontológicos e epistemológicos. Esta característica tem se revelado uma marca em diversas escolas de psicanálise de renome, embora em perspectivas mais recentes já se observe o reconhecimento de uma subjetividade cada vez mais comprometida com a cultura, a história e a qualidade dos processos sócio-histórico-culturais (ASSOUN, 2012; BROIDE; BROIDE, 2016; GONZÁLEZ-REY, 2007; SAFATLE; JUNIOR, DUNKER, 2018).

Apesar de terem existido e persistirem diversas outras concepções teóricas, metodológicas e práticas de fazer-se a Psicologia Clínica no Brasil, não será objeto desse trabalho discutir minuciosamente cada uma delas. Desse modo, o resgate das duas gêneses citadas nos pará-

grafos anteriores visou apenas para ilustrar que a Psicologia Clínica que é feita no país possui profunda ancoragem nos autores estadunidenses e europeus. E dessa condição prévia, algumas desdobramentos revelam-se mais marcantes.

Um desses problemas é que a Psicologia brasileira e a da América Latina possuem heranças e foram forjadas em moldes alienígenas. Desse modo, suas bases ontológicas, epistemológicas e contextuais acabam por estabelecer um modelo de ser humano baseado no padrão europeu e estadunidense centrados. A particularidade e a singularidade desses entes são elevadas à condição de entidades universais modelares. Desse modo, o *ethos* estrangeiro passa a ser tido como referencial e medida para todos.

Como efeito do exposto acima, acabou por se criar hierarquias dentro das quais um padrão normativo destaca-se sobre os demais. Desse modo, o ser humano da Psicologia se torna o homem, branco, hetero, classe média (ou média-alta) e de nível de escolaridade superior. De modo complementar surgem noções como *subjetividade privada* (SANTI, 2012), que produz ideias em torno de um eu autossuficiente e desconectado de sua ecologia; como *indivíduo* constituído como algo que é fruto de uma universalização das diversidades particularidades e compreendido como resultante de maturações biológicas (recepção da visão biomédica pela Psicologia Clínica) e baseado no homem burguês a-histórico e inativo na transformação da história (PAIVA; OLIVEIRA, 2016) ou como determinismos a partir de um *inconsciente freudiano* produtor de humanos a-sujeitados.

Os modelos ontológico e epistemológico assumidos colocam o ser humano como essencialmente universal e desligado da existência e não um produto das relações sociais de produção, considerado em seu *ethos*. Como destacou González-Rey (2007), a subjetividade está necessariamente vinculada a um paradigma complexo e que se expressa em múltiplas opões singulares, não restritas a nenhum invariante universal. Nestes termos, as posturas tradicionalmente assumidas pela Psicologia Clínica, produziram um ser humano isolado em si e desvinculado de seus pertencimentos sócio-histórico-culturais.

Outro aspecto de relevo direciona-se aos efeitos de indefinição ontológica da Psicologia, que acabou para contribuir para a maior in-

fluência das racionalidades biomédicas, sobretudo no campo da psicopatologia. Essa assumiu natureza essencialmente semiológica e descritiva, tendo nos transtornos mentais rotulagens universalizantes, que, em última instância, eliminam o sujeito de sua ecologia de pertencimento como contexto vital para a compreensão do "adoecimento mental" (GONZÁLEZ-REY, 2007).

No caso brasileiro, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, a Psicologia se desenvolveu como ciência aplicada, com influência de escolas médicas e da clínica psicanalítica. O foco dela era analisar comportamentos tidos como desviantes e a serviço de cursos como: Pedagogia, Medicina e Serviço Social. Em 1962, momento em que a Psicologia se consolidou como profissão no país, coadunada com o projeto desenvolvido pelo governo civil-militar *golpista*, no qual imperava o Estado de Segurança Nacional.

Destarte, além de patrocínio de um ideário individualista, privativo, inconsciente – que serviu como instrumento de moldagem de subjetividades, domesticação de corpos e ajustamento social, observou-se a Psicologia (também a Clínica) a serviço de atividades de levantamento de perfil de personalidade dos "subversivos" ao sistema imposto. Desse modo, ocorreu um processo de patologização, ratificado pelos psicólogos, dos militantes que lutavam pela garantia de justiça social e de uma democracia cidadã (BICALHO, 2013; COIMBRA, 1995, 2001; OLIVEIRA; PAIVA, 2016; SCARPARO et al., 2014), resultando, ainda na contemporaneidade, críticas em torno do ranço rotulador da profissão e da psicologização dos sujeitos e dos fenômenos sociais (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Como desdobramento disso, a desconsideração da subjetividade e, consequentemente, a ruptura com os enraizamentos sócio-históricos-culturais, produziu "indivíduos" organizados em torno de consciência falseada – ideológica. Dito de outra maneira, as pessoas passaram a ser adestradas na crença de que elas eram responsáveis por seus problemas (materiais, existenciais, psíquicos), sendo eles, portanto, únicos responsáveis pelo alcance da superação das questões. Como decorrência disso, o contexto histórico, a dinâmica societária, as contradições de classe e o *ethos* ficam desconsidera-

dos como elementos produtores, geradores de sofrimento psíquico (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Além do exposto, na intencionalidade de colocarem-se como detentoras da verdade no campo do saber da Psicologia, distintas correntes teóricas disputam a hegemonia. Como possíveis efeitos colaterais disso, observam-se agenciamentos de desqualificação dos modelos teóricos divergentes, ao mesmo tempo em que atuam de modo a colonizar os demais saberes, numa pretensa superioridade. Disso resulta a postura adotarem suas lentes ontológicas e epistemológicas próprias, esquartejando a expressão da Subjetividade do outro para que ela se adeque às explicações teóricas simpáticas ao profissional.

Dessa forma, não se revelam raras as colonizações realizadas quando se trata de cuidar da saúde mental de imigrantes e refugiados, cujo *ethos* pode ser completamente diferente. A partir disso, adotam-se abordagens e manejos terapêuticos que desconsideram todo o patrimônio sócio-histórico-cultural do outro, considerando-se toda a ecologia particular desses povos estrangeiros.

Urge, dessa maneira, a adoção de uma proposta de Psicologia Clínica Crítica que possua no seu projeto ontológico e epistemológico o profundo engajamento pela libertação e emancipação humana. Ao mesmo tempo, que atue de modo a não ser ideológica, e estar combatente frente à reprodução de uma falsa consciência sobre o mundo, especialmente nos tempos de *Fake News*. Não menos importante, não ser rotuladora, conformista e atuar no sentido de respeitar toda e qualquer diversidade humana assim como o seu *ethos* particular.

3. Etnopsiquiatria/Etnopsicologia[79]: contextualizações e considerações pertinentes

Em termos históricos, os primeiros estudos detalhados acerca das influências culturais sobre a saúde mental retomam os trabalhos do historiador árabe *Ibn Khaldun*, no século XIV (MURPHY, 1982). Ele

79 No contexto brasileiro, tem sido utilizado o termo Etnopsicologia, tendo em vista que os a produção de conhecimento *etnopsi* de relevância na atualidade tem se dado especialmente no campo da Psicologia.

destacara marcantes mudanças psicossociais ocorridas em várias tribos nômades após terem se fixado em cidades.

Ao longo dos séculos, as concepções explicativas da etiologia dos transtornos mentais variaram. Em meados do século XVIII, as explicações organicistas e psicogênicas prevaleceram. No início do século XIX, destacaram-se concepções em que se atribuía à culpa e ao pecado a causa de toda loucura – escola romântica alemã com Ideler e Heinroth – além do perigo das paixões desvairadas (escola francesa com Pinel e Esquirol). A partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX houve predomínio das ideias organicistas, sendo substituído dos anos 40 aos 70 por explicações psicogenéticas e sociais (psicanálise, antipsiquiatria, análise existencial, movimentos de reforma social). No momento atual, as explicações em biológicas/neurológicas tem sido mais prevalentes, apesar de observar-se importante discussões em torno da importância de resgate do *ethos* (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017; NATHAN, 2012; NATHAN, 2015; RYDER; NEIBERT; ZANELLO, 2019; SAFATLE; JUNIOR, DUNKER, 2018).

De acordo com Dalgalarrondo (1995), embora a formação história da etnopsiquiatria seja incompleta e imprecisa, revela-se possível destacar alguns aspectos. O termo pode ser compreendido como uma nomenclatura derivada de outros termos tais como "psiquiatria comparada", "psiquiatria transcultural" ou "psiquiatria cultural". Sua inclinação investigativa aponta para o estudo do "adoecimento mental" entre grupos culturalmente diversos do branco ocidental europeu.

Quando se considera o padrão das investigações culturais clássicos, dois conceitos axiais são considerados: a noção de *patoplastia* e de *patogenia*. A primeira se refere ao conteúdo com o qual um dado transtorno encontra-se expresso, ou seja, o colorido que um dado sintoma adquire. Ela é mutável e moldada pela cultura e aspectos psicológicos pessoais das pessoas. A segunda noção refere-se à estrutura básica e imutável, a substancialidade do transtorno mental que o define.

Destarte, ancorada no paradigma moderno dominante, em seus primórdios, a etnopsiquiatria passou a estudar os transtornos mentais em diferentes culturas colocando a cultura em *status* acessório. Deste modo, considerava-se a pré-existência de uma estrutura patológica

básica, variável apenas nos contornos dados pela cultura e pela personalidade.

Estas disposições foram alvo de críticas na literatura especializada, que defendia que as categorias psiquiátricas tais como esquizofrenia, depressão, fobia entre outras deveriam ser compreendidas não como naturais e universais, mas culturais e relativas (KLEINMAN, 1988; LITTLEWOOD, 1990). Nesse diapasão, deveria ser sustentado que todas as categorias psiquiátricas seriam síndromes culturalmente construídas e sustentadas (BANKS, 1992; GREMILLION, 1992; DALGALARRONDO**,** 1995).

Em perspectivas posteriores, os estudos psiquiátricos e cultura passaram a ser uma proposta de abordagem que busca revelar as determinações culturais da teoria e da prática psiquiátrica, considerando o universo cultural no qual os sujeitos envolvidos estão conectados. Nesse sentido, os estudos sobre as diferenças secundárias dos transtornos mentais entre grupos culturais diferentes são substituídos por outro modelo compreensivo. Concepções biologizantes e psicologizantes deixam de estar na centralidade e exclusividade compreensiva, ampliando-se a sensibilidade para a consideração da cultura daqueles que possuem algum sintoma de natureza mental.

Se por um lado, os estudos em saúde mental tenham logrado avanços ao considerar as influências culturais, por outro, mantiveram-se prevalentes os paradigmas da Modernidade. A investigação etnopsiquiátrica passou a estudar as diferenças patológicas do adoecer mental em diferentes culturas, mas ainda preso a referenciais universalizantes. O essencial do adoecer psíquico seria universal, estaria dado pelo processo patogênico de fundo. A cultura e a personalidade do doente apenas preencheriam uma estrutura patológica básica, em si imutável, dando-lhe aparências variáveis. Desse modo, haveria uma estrutura pré-existente na qual a cultura possuiria apenas condição acessória.

Na assunção de promover uma Etnopsiquiatria Georges Devereux[80] (1983) buscou possibilitar o barramento das fronteiras discipli-

80 Nome assumido após se converter ao catolicismo. Nascera judeu, em local onde hoje é a Romênia e chamava-se György Dobó (1908 – 1985). A partir do doutorado em Antropologia e posterior formação em Psicanálise, iniciou um campo de estudo conheci-

nares. Dedicou-se ao estudo das manifestações específicas denominadas por desordens mentais em certas culturas, assim como buscou analisar os sistemas tradicionais de tratamento. Se no campo da Psicanálise e da Psicologia logrou destacado reconhecimento acadêmico, no campo da Antropologia deu-se de modo diferente. As maiores críticas apontam para a não efetiva interdisciplinaridade pretendida, mas perpetuando a bifurcação pré-existente do mundo entre *psi* e *etno*, no qual o primeiro sutilmente foi colonizado pelo primeiro.

Nestes termos, a multiplicidade étnica ficou submetida a explicações psicanalíticas, mantendo a centralidade no universalismo *psi* e desconsiderando qualquer outra forma de racionalidade ontológica e epistemológica. Desse modo, os sujeitos e seus *ethos* permaneceram silenciados (FILHO, 2016).

O avanço qualitativo deu-se por meio de um ex-aluno de Devereux, Tobie Nathan, que oportunizou a testagem de vários formatos de arquitetura terapêutica. Desse modo, experimentações de sessões coletivas, intensificação do estudo dos aspectos operacionais das "técnicas tradicionais" e incorporação da manipulação dos "objetos terapêuticos" foram algumas das inovações (NATHAN, 2015).

Em sua proposta, Nathan parece assumir a postura de considerar a Subjetividade nos termos defendidos nesse trabalho, uma vez que ele assume que a identidade é um problema de ordem "etho-ecológica". Isso implicaria em afirmar que não há para ele a separação do *ethos* – o modo peculiar de um ser comportar-se – e o *oikos*, o habitat desse ser e a maneira pela qual esse habitat satisfaz ou se opõe às demandas associadas ao *ethos* (FILHO, 2016).

A partir de Nathan, pode-se dizer que a Etnopsiquiatria ou Etnopsicologia (NEUBERN, 2018) passa a fundamentar-se no reconhecimento da diferença do outro, que necessariamente é múltipla e portadora de nuances e de diferenças. Assim sendo, um dos pressupostos basilares é que o sujeito observador nada sabe do outro que se pronuncia. Disto, tem-se instituído, como um dos princípios adotados, o trabalho voltado para as diferentes dimensões da identidade (BORGES;

do como "Antropologia Psicanalítica", mais tarde assumindo o nome de Etnopsiquiatria (LYONS; LYONS, 2005).

POCREAU, 2009) e da subjetividade das pessoas envolvidas.

Deste modo é que a prática não se reduz a uma psicoterapia metacultural ou uma socioterapia, mas se implica em criar um dispositivo com intenção terapêutica que visa à restauração da vitalidade e dos diversos canais de expressão humana (BORGES; POCREAU, 2009) que acolhem diversificados aspectos desses sujeitos tais como idiomas, lugares, divindades, ancestralidades, maneiras de fazer as coisas que remetem a todo um plural sistema de crenças (NATHAN, 2015).

Como desdobramento disso, admite-se não haver modelo único ou privilegiado para acesso às realidades[81]. Além disso, essas responderão de modo diferente a cada interlocutor em funções dos dispositivos utilizados para interrogá-la (NEUBERN, 2018). Assim sendo, a Etnopsiquiatria/Etnopsicologia aqui situada atua no sentido de produzir dispositivos terapêuticos que colocam em lugar privilegiado de fala e de expressão o imigrante e do seu *ethos*.

Desse modo é que as consultas de atendimento *etnopsi* possuem arranjos iniciais de sempre garantir que o imigrante fale em sua língua materna (o trabalho é facilitado por um tradutor que é sempre um não paciente). Além disso, o sujeito nunca chega sozinho. Além da família, dos amigos e entes queridos, é admitido estarem junto os profissionais que acompanham a trajetória desses sujeitos (professores, médicos, assistentes sociais, psicólogos, advogados etc). Nesse espaço, todos os modelos explicativos para compreensão dos sintomas são acolhidos e considerados (sejam eles tradicionais ou não tradicionais; comuns ou exóticos; ordinários ou extraordinários).

Junto à equipe de consulta antropológica (psicólogos, psicanalistas, antropólogos, tradutores, estudantes, curiosos etc) o usuário do serviço assume papel ativo e de sujeito. Além disso, todos os recursos culturais da tradição desses sujeitos são acolhidos e, sempre que possível, agenciados visando a resolução da questão da demanda.

4. **Considerações Finais:**

81 Em sintonia com Nathan (2015) e Neubern (2018) admite-se que a realidade não é unívoca, mas plural e coabitada por diversos universos, seres e racionalidades multifacetadas.

As discussões da Psicologia Clínica Crítica têm possibilitado debates pertinentes em torno da reconsideração da relevância da cultura em saúde mental. Isso vem resultado na inserção dela em *status* equivalente de importância, o que acaba por oportunizar outras vocalizações antes silenciadas. Além disso, permite a amplificação de dimensões a serem consideradas em saúde mental, especialmente quando se demanda a ativação de linhas específicas de oferta de cuidados especializados.

No que concerne ao desafio brasileiro em gerenciar a presença significativa de imigrantes e refugiados no país, ações que levem em consideração o sistema sócio-histórico-cultural dessas populações tendem a lograr resultados mais efetivos. Em tempos da pandemia da COVID 19, adotar políticas públicas em saúde mental específicas para essas populações apresentam-se como superlativo desafio. Isso porque o modo como cada imigrante vivenciará o sofrimento psíquico oriundo do imperativo do isolamento social, assim como os medos em torno da morte, da finitude, da perda de familiares, amigos e entes queridos, necessariamente é influenciada por miríade de atravessamentos, inclusive relativo ao *ethos*.

Considerando-se o que foi exposto, a Etnopsicologia se apresenta não apenas como modelo de atenção em saúde mental. Seu maquinário pode estar também a serviço de espaço de escuta, mas também de co-autoria com os imigrantes, do desenho, implantação e implementação de políticas públicas eficientes e eficazes para essas populações.

Referências Bibliográficas

ASSOUN, P. L. **Freud e as ciências sociais:** Psicanálise e teoria da cultura. São Paulo: Loyola 256 p. ISBN-10: 8515038749.

BANKS, C. G. "Culture" in culture-bound syndromes: they case of anorexia nervosa. **Social Science and Medicine**, v. 34, n. 8, p. 867 – 884, 1992.

BICALHO, P. P. Ditadura e Democracia: qual o papel da violência de Estado?. *In*: XIMENDES, A. M. C; REIS, C. DOS; OLIVEIRA, R. W. (org.). **Entre garantia de direitos e práticas**

libertárias. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), 2013.

BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. **Inclusão Social**, v. 1, n.1, p. 28 – 35, 2005.

BORGES, L. M.; POCREAU, J-B. (2009). Reconhecer a diferença: o desafio da etnopsiquiatria. **Psicologia em Revista**, v.15, n. 1, p. 232 – 245, 2009.

BRASIL. Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do** Brasil,Poder Executivo, Brasília – DF, 25 maio 2017. Seção 1, p. 1 – 7.

BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A psicanálise em situações sociais críticas:** metodologia clínica e intervenções. 2 ed. São Paulo: Escuta, 2016. 192 p. ISBN – 13: 978-8571373709.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Relatório Anual de 2019:** Imigração e Refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019. 106 p. ISSN 2448-1076

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da Ordem:** uma viagem pelas práticas Psi no Brasil do "Milagre". Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DALGALARRONDO, P. **Civilização e loucura:** uma introdução à história da etnopsiquiatria. São Paulo: Lemos, 1995. 124 p.

DEVEREUX, G. **Essais d´ethnopsychiatrie générale**. Paris: Gallimard, 1983. 420 p. ISBN – 13: 978 – 207028 – 2067

FILHO, M. S. **O centro, o círculo e o vínculo:** sobre Tobie Nathan e as técnicas de influência. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Subjetividade e saúde:** superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2017. 128 p. ISBN – 10: 8524918497.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MARTÍNEZ, A. M. **Subjetividade:** teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea, 2017. 194 p. ISBN 978 – 85 – 7516 – 810 – 3.

GRIMELLION, H. Psychiatry as social ordering: anorexia nervosa, a paradigma, **Social Science and Medicine**, v. 35, n. 1, p. 57 – 71.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JUNIOR, F. L. Marxismo e Psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade *In*: OLIVEIRA, S. F.; PAIVA, I. L.; COSTA, A. L. F.; COELHO – LIMA, F.; AMORIM, K. (org.). **Marx hoje:** pesquisa e transformação social. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. cap. 12, p. 255 – 275.

KLEINMAN, A. **Rethinking psychiatry:** from cultural category to personal experience. Free Press, New York, 1988.

LYONS, A. P.; LYONS, H. D. Irregular Connections: A History of Anthropology and Sexuality. Nebraska: Paperback Edition/University of Nebraska Press, 2005. 419 p. ISBN: 0 – 8032 – 2953 -4

LITTLEWOOD, R. From categories to contexts: a decade of the "new cross-cultural psychiatry". **British Journal of Psychiatry**, v. 156, p. 308 – 327, 1990.

MURPHY, H. B. M. **Comparative Psychiatry**. Springer – Verlag, New York, 1982.

NATHAN. T. **Médecins et sorciers.** Paris: La Découvert, 2012. 232 p. ISBN 978 – 2 – 35925 – 063 – 3.

_____. (2015). **Nous ne sommes pas seuls au monde:** les enjeux de l´ethnopsychiatrie. Paris: Éditions Points, 2015.

NEUBERN, M. S. (2018). Hipnose, semiótica e complexidade: problemas de pesquisa clínica. *In*: NEUBERN, M. S. (org.). **Clínicas do transe:** etnopsicologia, hipnose & espiritualidade no Brasil. Curitiba: Juruá, 2018, cap. 1, p. 127 – 159.

OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L. A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. *In*: OLIVEIRA, S. F.; PAIVA, I. L.; COSTA, A. L. F.; COELHO – LIMA, F.; AMORIM, K. (org.). **Marx hoje:** pesquisa e transformação social. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. cap. 10, p. 223 – 244.

PINI, M. Breves considerações sobre os conceitos de *ethos* e de *persona poética* na Antiguidade Clássica. **ContraCorrente:** revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, [S.I.], n. 6, p. 84 -97, 2017. ISSN 2525 – 4529.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** (Tradução: Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 878 p. ISBN 85 – 7110 – 444 -1

RYDER, A. G.; NEIBERT, M. ZANELLO, V. Psicologia clínico-cultural: uma introdução. *In*: ANTLOGA, Carla; BRASIL, Katia Tarouquella; LORDELLO, Sílvia Renata; NEUBERN, Maurício; QUEIROZ, Elizabeth (org.). **Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea**, v. 4, Brasília: Technopolitik, 2019, cap. 20, p. 423 – 448.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (org.). **Patologias do social:** arqueologia do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2018. 358 p. ISBN-10: 8551303198

SANTI, P. L. R. **A construção do eu na Modernidade:** da renascença ao século XIX. Ribeirão Preto: Holos, 2012. 134 p. ISBN: 85 – 86699 – 04 - 7

SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S, ; ECKER, D. D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente

às violências de estado. **Rev. Epos** [online], v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna** (Tradução: Priscilla Rodrigues Lopes). 4 ed. São Paulo: Cengage, 2019.

S**LUZKI, C.** La red social: **fronteras de la práctica sistémica. Barcelona: Gedisa, 2009. 168 p. ISBN- 9788474325898.**

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA NOVA ÓTICA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÉTICA

Jaciône de Oliveira Góes de Souza[82]
Revan Araújo de Souza[83]

INTRODUÇÃO

A história da joaninha sem bolinhas que sofria porque era rejeitada por todas as outras joaninhas com bolinhas, retrata bem a realidade das pessoas com deficiência no Brasil. A ausência de um olhar ético para as Pessoas com Deficiência tem causado exclusão, negação de direitos fundamentais, entre outros. Neste contexto, podemos enfatizar a clássica exclusão educacional a que este público é submetido, uma vez que a matrícula formal, não lhe garante uma inclusão efetiva.

O estudo objetivou refletir sobre a inclusão escolar e a visão da sociedade sobre a pessoa com deficiência, a fim de suscitar uma nova ética para a inclusão escolar. Para tal, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratório simples, utilizando como fonte bases de dados e livros, principalmente.

---

82 Doutoranda em Educação da Universidade Nacional de Rosario-Argentina. Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva. Especialista em Autismo. Licenciada em Pedagogia. Docente da Educação Básica.

83 Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Socias. Psicólogo.

A estrutura do trabalho está organizada em três partes que consideramos fundamentais para clarificar o tema estudado.

A primeira, aborda a ótica da sociedade sobre a pessoa com deficiência, as diversas formas de exclusão e discriminação em que se encontram submetidas.

Em seguida, o trabalho versa sobre o sentido da ética sob o olhar de dois autores. Estes, nos alertam sobre a visão que acolhemos e dispõem sobre a necessidade de mudar a ótica de discriminação e preconceito para uma visão ética humana, mais abrangente, que propicie a inclusão escolar.

E, finalmente, discorremos sobre como a mudança de visão contribui na prática da inclusão.

1- A ÓTICA DA SOCIEDADE SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

A sociedade vê a pessoa com deficiência como incapaz, essa exclusão não é fato recente, há relatos que expõem essa realidade. Sobre isto, Pereira e Saraiva (2017) afirmam que "o vasto acervo documentário existente sobre a história das pessoas com deficiência remete à antiguidade remota e à vida pré-histórica" (p. 171). Portanto, essa história de exclusão vem se perpetuando e apenas mudando a sua face.

Percebemos que em cada período histórico as pessoas com deficiência são tratadas de um jeito, porém, chamou a atenção uma característica comum, são sempre discriminados. Podemos observar isso no uso das palavras utilizadas para caracterizar as pessoas com deficiência. "Diversas representações da deficiência continuam a veicular diariamente preconceitos e julgamentos que levam com frequência a ações de discriminação e de rejeição. As palavras que se utilizam são carregadas de sentidos: anormal, retardado, débil, incapaz, inválido etc" (ERIC, 2017, p.21) .

Miriam Pan (2008), faz uma reflexão sobre essas formas de nomear a pessoa com deficiência intelectual, enfatizando a história de preconceitos por trás de cada nome empregado para designar tais pessoas e acrescenta que, se não sabemos como chamar, que o chamemos pelo nome, pois ele ou ela tem um nome. Essas designações poderiam

parecer apenas palavras, porém, elas trazem uma carga muito pesada para as pessoas com deficiência e no cotidiano funcionam muito negativamente, ajudando a promover a baixa auto-estima das pessoas com deficiência.

Com efeito, o preconceito ultrapassa as barreiras da nomenclatura e acessa os espaços culturais e sociais, donde as pessoas com deficiência, em sua maioria, estão fora. O mundo do trabalho é um espaço altamente excludente para esse público. Tanto é verdade, que no Brasil, existem políticas públicas com o objetivo de inserir as pessoas com deficiência nas empresas, pois do contrário, estas não contratariam.

A Declaração dos Direitos Humanos assegura esse direito a todas as pessoas, portanto, as pessoas com deficiência sociedade está devidamente incluída nesse direito. "Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país." (Assembléia Geral da ONU, 1948).

Lembramos ainda, das universidades e institutos federais que reservam uma cota de vagas para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino, através da lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas.

Então, nos perguntamos se todos têm os mesmos direitos e porque as pessoas com deficiência necessitam de políticas específicas que lhes garantam alguns desses direitos? Pois bem, necessitam dessas políticas porque o olhar da sociedade sobre esse público é um olhar de menos-valia que advém daqueles que se proclamam superiores.

Diante dessa realidade, havemos de tomar um posicionamento no sentido de avançar nas reflexões para que a sociedade contemporânea veja a Pessoa Com Deficiência sob uma nova ótica.

2- POR UMA NOVA ÓTICA ÉTICA DAS DEFICIÊNCIAS

Não se intencionou discorrer, neste trabalho, sobre o significado da palavra ética, tampouco, fazer um estudo desta ao longo da história. Deste modo, escolhemos alguns autores, em detrimento de outros, por entender que o pensamento dos autores aqui contemplados segue uma linha conceitual que vai de encontro aos objetivos deste ensaio.

Nosso foco, portanto, é lançar luzes sobre a realidade da pessoa com deficiência, refletir sobre a mesma e propor uma mudança de olhar a partir do referencial consultado.

Um dos autores que escolhemos para travar diálogo sobre ética se chama Emmanuel Mounier. Filósofo francês, considerado o pai do Personalismo. Autor que que em sua obra valorizou e defendeu o direito de todos os seres humanos em todas as suas dimensões. Ele acreditava que a pessoa não nasce pessoa, ela necessita fazer-se pessoa. Esse processo se dá na convivência comunitária, com a tessitura de uma rede relacional interdependente . Para Mounier (1964), a educação deve desenvolver o que há de melhor no estudante, portanto, compreende-se que a escola é uma comunidade que favorece ou pelo menos deveria favorecer esse tornar-se pessoa.

Outro pensador que respalda este estudo é autor brasileiro Leonardo Boff (1999). Para ele, é na falta do cuidado que reside o estigma da sociedade contemporânea. Ao fazer essa afirmação, ele não está se referindo especificamente a pessoa com deficiência e sim, a todo ser humano. Ele fala da relação humana com o universo e da necessidade de uma tomada de consciência para a salvação do mesmo. Esse processo se daria através de um movimento que culminaria num "novo paradigma de convivência que funde uma relação mais benfazeja para com a terra e inaugure um novo pacto social entre os povos no sentido de respeito e de preservação de tudo o que existe e vive" (BOFF, 1999, p.17).

Com este mesmo pensar, reivindica-se uma relação benfazeja entre a escola e os alunos com deficiência, donde formem uma comunidade consubstanciada num modelo ético de relações.

> Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim com tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr o risco de ser diferente. (MANTOAN, 2006, p. 17).

Observemos que existe uma linha bem tênue na forma de entender essa situação, não podemos universalizar a espécie humana, haja vista esta ser diversa, não são as desigualdades peculiares que precisam ser vencidas, mas as desigualdades sociais.

> Assim como podemos dizer que a aceitação das diferenças está na cabeça das pessoas - mesmo em seus corações - e que é na convivência onde se constroem as representações sociais que os grupos fazem uns dos outros, também podemos apontar que o que se aprende na vida social deve e pode ser desaprendido tendo em vista a construção de uma sociedade mais democrática e mais abrangente com respeito às identidades humanas e culturais" [84] (BAZÁN, 2019, p.39),

Desse modo, o ser humano tem a capacidade de evoluir e melhorar seus pensamentos, mudar de opinião a respeito das questões. Nossos pensamentos não estão prontos e acabados e, se aprendemos em nossos grupos sociais a olhar o diferente com preconceito, na mesma medida, podemos desaprender e construir um novo olhar.

2.1- Mecanismos reguladores

Os mecanismos reguladores da educação se fazem necessários em função da situação de exclusão das pessoas com deficiência que anteriormente não tinham acesso à escola.

A Constituição Federal Brasileira (1988), artigo 205, assegura a educação como direito de todos, estabelecendo ainda a igualdade de acesso, permanência e a garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9394/96, traz a definição de educação especial e da seguridade de atendimento aos alunos com deficiência. As leis, cuja função precípua seria a de cumprir a função social de regular a vida e promover a equidade dos cidadãos, não o faz em sua

84 Todas as citações em idioma estrangeiro foram traduzidas pela própria autora de maneira livre.

totalidade por conta do descompasso entre o que está instituído e o comportamento das pessoas. Daí o jargão que se tornou célebre de que o avanço de uma lei pouco ou de nada adianta se ela não for cumprida. Ao que parece, não carecemos de novas e sim, de nova atitude.

Eric (2017) reforça esse pensamento quando afirma que " uma política inclusiva não pode ser exercida apenas por força de um texto de lei, mas requer engajamentos mais profundos, de ordem ética, política e social" (p. 33).

Ressalta-se que esta nova ótica deve estar pautada por uma ética humanizadora. Ela não deve se basear apenas no cumprimento das leis vigentes e sim, no respeito à pessoa humana e na crença de que as pessoas são, por natureza, heterogêneas. Isso não implica, necessariamente que elas sejam melhores ou piores que outrem, apenas diferentes.

Nessas condições, uma posição ética se materializa na luta constante contra a discriminação e os estereótipos que minimizam o potencial e a beleza do ser humano.

3-POR UMA ÓTICA ÉTICA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Apesar da democratização do ensino ter facilitado o acesso escolar às pessoas com deficiência, a inclusão ainda é uma realidade pontual, uma vez que, na grande maioria das escolas não são dadas as devidas condições (acessibilidade, flexibilização curricular, respeito às diferenças etc.) para que a inclusão ocorra de fato.

Inclusão não é somente o acesso à escola, mas, especialmente, às condições que não são dadas. Dentre tais condições, uma que consideramos essencial, é o respeito à diversidade. Vejamos que aqui não estamos menosprezando as demais condições, mas, evidenciando a condição humana como essencial para inclusão, pois, é este olhar humanizado que aqui chamamos de olhar ético, esse olhar que não vê a diferença como sinônimo de inferiorização.

Um professor com o olhar ético, por exemplo, terá com esse aluno as preocupações que tem com os demais, vai ver um aluno que precisa ser ensinado e que assim como planeja para os outros alunos –que aliás,

são todos diferentes e com especificidades- também deverá fazer um plano específico para o aluno com deficiência.

O professor detentor de um olhar ético não verá seu aluno como um problema e sim, como possibilidade de crescimento conjunto, dentro de uma relação que levará o dois a 'ser mais', conforme preconiza Mounier(1964) e Freire (1996).

Esses autores ao escreverem sobre a importância de 'ser mais' não estavam falando, especificamente do aluno com deficiência, mas, de todas as pessoas. Neste ponto reside o cerne da questão: os alunos com deficiência têm os mesmo direitos em ser mais e as estratégias de ensino dos professores é que devem ser diferentes. Aliás, a realidade de estratégias diferentes não são exclusividade dos alunos ditos 'atípicos', haja vista, os alunos considerados 'típicos' por vezes também necessitam do mesmo tratamento diferenciado.

Mantoan (2006), chama atenção para o fato da sociedade moderna tentar domesticar aqueles que fogem aos padrões e a escola se constitui num desses espaços.

A escola é um ambiente altamente fundamental a vida de todos. É nela que a pessoa passa grande parte de sua vida, constrói relações, se socializa. O aluno e, consequentemente, seus familiares chegam à escola com a expectativa de que sejam acolhidos com respeito. Ela se consolida como uma ferramenta social transformadora quando cria as condições adequadas que para o aluno ser mais**.** Sendo o aluno com deficiência um cidadão como outro qualquer, uma visão que seja ética sustentará que a escola deverá se adequar a sua deficiência, como prima a inclusão e, não o contrário.

O aluno deve ser aceito incondicionalmente, em sua totalidade. Sabemos que isso não é tarefa fácil, pois, as escolas afirmam que não estão preparadas e a maioria não tem estrutura adequada para receber esse aluno. Os professores, por sua vez, dizem não estar preparados e, de fato, não receberam formação específica na área da inclusão.

Diante desse quadro, Mantoan argumenta que a "diferença propõe o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a impossibilidade do cálculo, da definição, a multiplicidade incontrolável e infinita"(2006, p. 18). Então, onde há imprevisibilidade e multiplicidade, deve ne-

cessariamente haver muita criatividade. Sobre isso, Boggino(2019) afirma que "a educação em instituições regidas pela lógica da acessibilidade deve determinar os alicerces de uma sociedade construída sobre uma lógica que vai além da dupla operação - normal / anormal (p.29).

Boggino propõe uma sociedade sem fronteiras e uma escola sem fronteiras: "A lógica da acessibilidade deve comprometer todas e cada uma das subjetividades intervenientes na construção de uma sociedade onde a diferenças e o limite deixem de ser fronteira" (2019, p.29).

O aluno necessita de um currículo dinâmico e flexibilizado, isso implica uma transformação tanto cultural quanto educativa da escola.

O foco da escola não deve estar na deficiência por si mesma. A deficiência deve ser vista apenas como um elemento para se elaborar as melhores estratégias de ensino, pois, esse é o objetivo da escola.

3.1- A escola inclusiva de fato

O ensino não pode ser homogeneizante, pois, a aprendizagem não o é. Ledo engano o professor pensar que todo ensino gera aprendizagem, pois, isso não é verdadeiro. No momento do ensino cada aluno apresenta uma realidade (dificuldade de aprendizagem, problemas emocionais, sono, cansaço, esse dia não gostaria de ter ido a escola, se desentendeu com algum colega, etc.). Todos esses fatores podem interferir diretamente em sua aprendizagem.

Aliás, já é tempo de tirar o hífen da terminologia ensino-aprendizagem, porque, não se trata de uma relação causal, uma vez que nem tudo que o professor ensina, é aprendido pelo aluno, portanto, o que temos é ensino e aprendizagem.

Além da preocupação com a aprendizagem deste aluno**,** existem outros aspectos que também são essenciais.

Um desses aspectos é o empoderamento, ferramenta indispensável para a transformação daquele que foi tornado menos se emancipar, se revigorar. Nesse processo, a escola assume uma importância vital no despertar da consciência crítica.

> Apenas pela perspectiva da construção de uma consciência crítica, do empoderamento de seu conhecimento e de sua cultura, é

> possível entender como o indivíduo consegue se libertar e se tornar sujeito e cidadão, formar-se para a vida em sociedade, contrapor seus valores, sua cultura a cultura estabelecida na instituição escola.(SILVA, BRANDÃO, MOTA, ASENSI.2019, s/p).

Observamos então, que o cumprimento da missão da escola se torna evidente quando esse aluno se mostra capaz de contestar a própria estrutura que o formou.

Quando a escola faz a inclusão no sentido amplo da palavra, o aluno com deficiência sente-se pertencente àquele ambiente e desenvolve-se melhor. O espaço escolar atua como formador, inclusive, da subjetividade de seus alunos.

Um trabalho sócio-pedagógico que respeite a diversidade, que planeje atividades adequadas às necessidades de cada aluno, contribui para que o mesmo alcance a autonomia. "Importa buscar respostas, inspiradas em outras fontes e em outras visões de futuro para o planeta e para a humanidade" (BOFF, 1999,p.25)

A escola inclusiva de fato, recebe o aluno com deficiência com um olhar amplo, ou seja, um olhar que quebre as barreiras da exclusão. Uma escola onde os alunos compreendam que os seres humanos formam uma grande teia de relações e que cada um é importante dentro desse emaranhado.

> Todos nos fazemos aprendizes e aprendentes. Importa construir um novo *ethos* que permita uma nova convivência entre os humanos com os demais seres da comunidade biótica, planetária e cósmica; que propicie um novo encantamento face à majestade do universo e a complexidade das relações que sustentam todos e cada um dos seres (BOFF, 1999, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constatou que as pessoas com deficiência são vistos socialmente como menos-valia, ou seja, o olhar sobre eles é de inferiorização. Isso se verifica nas poucas condições de trabalho, nas limitadas condições de acesso escolar, no escasso acesso a cultura e ainda, mais

violentamente, nas demonstrações de preconceito. Esta constatação, chama a atenção para uma necessária mudança desta ótica.

A ética, necessariamente, deve estar vinculada às nossas relações sociais fora e dentro da escola. As pessoas com deficiência esperam da sociedade esse comportamento ético. Portanto, a escola tem um papel fundamental na luta pela sua valorização, respeito e inclusão.

Não temos uma visão ingênua sobre a educação achando que esta é responsável por resolver todos os problemas, não a vemos como redentora, a mudança não pode vir somente da escola. Acreditamos que esta não deva se eximir de suas responsabilidades sociais, podendo ser a precursora nesta luta.

Revisitando a história da joaninha sem bolinhas, podemos verificar a ausência de um olhar ético das joaninhas com bolinhas, pois, viam na falta de bolinhas uma diferença degradante. Essa é apenas uma historinha para sensibilizar crianças das séries iniciais sobre a inclusão, mas, um grande exemplo de como as atitudes discriminatórias podem provocar sofrimento naqueles que são tratados com preconceito. A escola tem o papel de suscitar reflexões sobre esta problemática.

É imprescindível inaugurar um novo arquétipo de convivência, que liberte da exclusão essa parcela da sociedade e que encerre esse processo de penalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU**. Declaração dos Direitos Humanos, (217 [III] A),1948.**

BAZÁZ, Domingo. **Escuela Inclusiva: Textos y contextos para (re)pensar criticamente los pretextos para incluir.** Rosário: Homo Sapiens, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394,** 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial,** 1988.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOGGINO, Norberto. **La inclusión educativa como construcción: Puentes y caminos para pensar y recorrer.** Coordinado por Laura Pitiluk. - 1ª ed.-Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2019.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia***. São Paulo: Cortez**,** 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosâgela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Valéria Amorim Arantes, org.-São Paulo: Summus, 2006.

MOUNIER, Emmanuel. ***O Personalismo***. Santos: Martins Fontes,1964.

PAN, Miriam Aparecida Graciano.dos Santos. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX. 2008.

PLAISANCE, Eric. Ética e Inclusão. Tradução Fernanda Murad Machado .Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.13-43, jan./abr. São Paulo: 2010

SILVA, Adriano Rosa. BRANDÃO, Marcelle Rossi de Melo. MOTTA, Ana Caroline Gouveia Dantas. ASENSI, Felipe Dutra. PAULA, Carla de Fátima Nascimento Queiroz. Educação Inclusiva, diversidade, diferença e multiculturalismo como uma perspectiva de acessibilidade social. **Simpósio da Educação Inclusiva, região centro oeste**. Educação: saberes e práticas. 2019.

A INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL: UMA MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE GUARUJÁ-SP

Patrícia Loureiro Mattoso[85]
Natália do Nascimento Alberghini[86]
Sibely Diani Mesquita Santos Gambaro[87]
Rosa Maria Ferreira Pinto[88]

INTRODUÇÃO

As ações de apoio e de inclusão social direcionadas aos portadores de deficiência física são estratégias capazes de garantir a promoção e a reabilitação do estado de saúde e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, uma das deficiências físicas que compromete a estrutura corporal é a Paralisia Cerebral (PC) caracterizada como uma doença crônica não-transmissível e não progressiva, podendo se mani-

85 Especialista em Direito e Processo do Trabalho – ESTÁCIO DE SÁ. Graduada em Direito. Mestranda em Direito da Saúde – UNISANTA. Santos/SP

86 Especialista em Direito Imobiliário – EPD. Graduada em Direito. Mestranda em Direito da Saúde – UNISANTA. Santos/SP

87 Especialista em Auditoria em Instituições de Saúde – Instituição Israelita Albert Einstein. Graduada em Enfermagem. Mestranda em Direito da Saúde – UNISANTA. Santos/SP

88 Doutora e Mestra em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Serviço Social. Professora dos programas de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* – UNISANTA. Santos/SP

festar na infância e na adolescência acarretando alterações neuromotoras. (BRASIL/2014)

Os portadores de PC necessitam de cuidados especializados devido à especificidade e do acometimento, ocasionados pela lesão cerebral. Assim, as redes de apoio com assistência multidisciplinar devem fornecer um acolhimento adequado, humanizado e que atendam às necessidades de melhoria do acondicionamento físico, psíquico e social da criança e as expectativas e condições da família.

Para a realização da pesquisa foi aplicado ao estudo o método dedutivo, de caráter exploratório e para a análise dos dados abordagem qualitativa.

A pertinência do estudo se fez pela necessidade de entender sobre como a legislação aborda a inclusão social da criança com paralisia cerebral. O texto propõe uma reflexão sobre as medidas de inserção das crianças na sociedade e como elas são aceitas, observando o princípio da dignidade e da igualdade, assim, como sujeitos de direito, para viabilizar o acesso à saúde, educação e aspectos socioculturais, como modelo de inclusão foi utilizado o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral localizada na cidade de Guarujá no estado de São Paulo.

As estratégias de elaboração das legislações são formas de políticas públicas objetivando a efetivação do cumprimento do direito da saúde para a inclusão social dos portadores de deficiência física.

A partir das orientações teóricas de HARBEMAS (2004) sobre a inclusão e exclusão social, sob a perspectiva no direito de manter a própria vida cultural e a obrigação da aceitação de convivência definida pelos princípios constitucionais e os de direitos humanos. Com isso, traz uma tentativa de impedir que a identidade coletiva se torne uma maneira de exclusão dos diferentes. Sendo que tal exclusão se dá por meio de uma vontade consciente imposta de maneira homogênea da sociedade provocando a marginalização interna de grupos sociais. HARBEMAS (2004) defende a ideia que a defesa política da democracia seja um mecanismo para que a "inclusão do outro" seja efetiva, adotando critérios do direito moderno.

> Tendo como ponto de referência uma comunidade comunicativa alargada de forma ideal, a teoria moral abandona tam-

> bém todos os conceitos pré-sociais de pessoa. A individuação é apenas o reverso da socialização. Só por meio de relações de reconhecimento recíproco é que uma pessoa pode constituir e reproduzir sua identidade. Até o âmago mais interior da pessoa está internamente ligado à periferia mais externa de uma rede extremamente ramificada de relações comunicativas. A pessoa só se torna idêntica a si própria em proporção à sua exposição comunicativa. As interações sociais que formam o Eu também o ameaçam-através das dependências em que ele se implica e das contingências a que ele se expõe. A moral atua como fonte de equilíbrio para esta susceptibilidade inerente ao próprio processo de socialização. (HABERMAS, 1991, p. 96).

Em um panorama geral sobre a inclusão social específica das crianças portadoras de paralisia cerebral são elaboradas por meio de ações do Ministério da Saúde e o da Educação, em conjunto com as organizações sociais entre as famílias cuidadoras dessas crianças por pedidos de auxílio em busca das melhores práticas, técnicas e assistência adequada.

Os atos não discriminatórios, a ampliação de informações e do conhecimento sobre a doença, são contributos significativos para a integração comunicativa dos serviços assistenciais com os socioculturais. Assim, nessa perspectiva as medidas, estratégias e a formulação de políticas públicas devem ser discutidas em conjunto com a participação social, a família e os profissionais de saúde envolvidos no processo de assistência social e do cuidar.

A busca para harmonizar as diferenças em uma sociedade na qual estamos vivendo, não é uma tarefa fácil e se faz de extrema relevância a inclusão social. Entretanto, existem dificuldades relacionadas ao entendimento intrínseco de cada pessoa, como também problemas de recursos, sobretudo deve se considerar o direito de cada pessoa a igual respeito e dignidade e, em especial, da criança com paralisia cerebral.

1. PARALISIA CEREBRAL: CAUSAS E TRATAMENTO

A PC consiste em diversos distúrbios, sendo ocasionada por uma lesão no cérebro que interfere na habilidade de controlar os músculos,

a qual pode ocorrer antes ou dentro dos primeiros dias do nascimento do bebê. A lesão cerebral pode gerar a uma criança outros distúrbios de movimento tais como, convulsões, distúrbios de linguagem, deficiência mental, dificuldades de aprendizagem, audição e visão e, podem influenciar no fazer e na aprendizagem, em diferentes graus. (BRASIL/2014)

A PC pode advir de dois problemas: incapacidade do cérebro para se desenvolver apropriadamente, decorrente da má formação do desenvolvimento cerebral, ou do dano neurológico ao cérebro em desenvolvimento da criança.

Os fatores que podem apresentar no pré-natal, como infecções e parasitoses, intoxicação por drogas, traumatismos, como também fatores maternos, a exemplo, idade avançada, desnutrição e doenças crônicas. Referentes aos fatores perinatais podem influenciar no grau de asfixia aguda pelas condições vitais do recém-nascido, nascimento prematuro ou parto prolongado. Ademais, causas pós-natais como acidente vascular, convulsão e intoxicação.

Em relação ao portador de PC deve se priorizar o diagnóstico precoce da criança para que a intervenção seja mais eficaz. O programa terapêutico deve ser individual de acordo com o seu déficit motor e/ou mental, e o seu desenvolvimento. Os atendimentos devem ser por equipe multidisciplinar, tais como, médicos especialistas, enfermagem, psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas e assistentes sociais.

2. PANORAMA DA INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA NO BRASIL

A inclusão social está intrinsecamente associada na implicação dos direitos humanos, proclamada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUHU), que corresponde sobre o direito de a pessoa participar livremente na vida cultural da comunidade, gozar-se dos eventos envolvidos pela a arte e participar e se beneficiar do progresso científico.[89]

89 Art. 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 – Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em 1992, foi promulgado o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), reconhecendo que o ideal do ser humano livre, somente poderá ser efetivado desde que haja condições favoráveis para desfrutar de pleno gozo os direitos econômicos, socioculturais, civis e políticos e, ainda, confere ao indivíduo o direito de pleitear pela sua efetivação. Determina ainda, que os Estados pertencentes ao PIDESC devem elaborar estratégias para o acesso desses direitos por todos os indivíduos.[90]

No Brasil, a inclusão tem por objetivo garantir o direito de forma equitativa, universal e igualitária para o Portador de Deficiência Física. Conforme institui os objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu art. 3º, I, IV, deve se garantir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos, livres de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e, ainda, no art. 24, XIV, estabelece a elaboração de legislações garantindo a proteção e integração social das pessoas com deficiência física.

Foi aprovada pela UNESCO, em 2009, a Declaração de Veneza sobre o Direito de Desfrutar dos Benefícios do Progresso Científico e de suas Aplicações, sendo elaborada em razão da negligência ao direito dos indivíduos de se beneficiarem dos progressos científicos. A declaração teve como objetivo elucidar o conteúdo normativo em prol dos benefícios visando formas de implementar efetivamente esse direito verificando a necessidade da colaboração das instituições e organizações públicas e privadas na formulação de políticas públicas.

Dessa forma, os princípios fundamentais estabelecidos pela Declaração de Veneza nortearam que a abordagem da ciência deve estar ligada a não discriminação, a igualdade de gênero, responsabilidade e participação, sendo voltados principalmente às necessidades dos grupos desfavorecidos e marginalizados.

No Brasil a inclusão se iniciou no período colonial, compreendido entre 1530 a 1822, no qual os portadores de alguma deficiência não podiam participar da vida social, eram jogados em poços, prisões ou nas Santas Casas. Quando a criança apresentava qualquer tipo de anomalia de ordem física eram transportadas para o depósito, denominado como "Apothetai". (LANNA/2011)

90 Anexo do Decreto nº 591/1992 Art. 15, 1 (b).

A partir do período imperial, de 1822 a 1889, houve um pequeno progresso, onde cada distrito passou a ter um professor para alfabetizar surdos e cegos. Em 1854 foi criado o Instituto dos Meninos Cegos e em 1856 foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos. Cumprindo destacar que o Brasil foi o pioneiro da América Latina a acolher os deficientes.

No século XIX, somente a surdez e a cegueira, eram reconhecidas como deficiência, e, em 1889 com o advento da República, houveram apenas alterações nas nomenclaturas dos institutos.

No início do século XX, Instituto Pestalozzi foi fundado para atender pessoas com deficiência mental. Em 1945, Helena Antipoff fundou o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. (PAVAO; PAVAO/2018)

Em 1950, foram constituídas novas organizações objetivando cuidar de pessoas com diferentes deficiências, visando a saúde e inserção na área educacional.

Devido ao surto da epidemia da poliomielite que deixou sequelas motoras em muitas pessoas, principalmente em crianças, foram criadas muitas instituições, inclusive, em 1950, a famosa AACD (Associação de Assistência à criança deficiente) em São Paulo que visa tratar, reabilitar e reintegrar à sociedade, crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência física.

Em 1954, foi criado o primeiro centro de reabilitação no Brasil, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, tendo como fundador Fernando Lemos, pai de um filho com sequelas de poliomielite.

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) intercedeu por intermédio da inclusão educacional no acesso ao ensino para objetivar a formação integral do sujeito. Assim, em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que dispõe sobre o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1962, foi fundada a ABPC (Associação Brasileira de Paralisia Cerebral), destinada a divulgar informações técnico-científicas, cursos, eventos e links de assuntos correlacionados à paralisia cerebral para profissionais, pacientes, familiares e cuidadores.

No estado de São Paulo foi criada a Rede Lucy Montoro, além de uma unidade móvel que percorre os municípios paulistas com uma equipe multiprofissional tratando as pessoas com deficiência física.

Sob esse prisma o MEC elaborou várias estratégias sobre inclusão educativa criando programas como o Projeto Escola Viva em 2000 e em 2001 a formulação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o qual fundamenta que "a educação é o principal alicerce da vida social."

Em relação aos portadores de paralisia cerebral, uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS) em 2014 foi de elaborar as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral, como estratégia educativa de capacitação dos profissionais de saúde envolvidos no processo assistencial, a qual aborda instrumentos de avaliação para a capacidade funcional e de intervenção, não ampliando a abordagem integrativa da inclusão social *sui generis* da patologia, mas sim objetivando proporcionar equipes multiprofissionais para o cuidado da pessoa com paralisia cerebral, nos diferentes pontos de atenção da rede de Saúde ao longo do ciclo de vida.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Política Pública é a forma de cuidar dos problemas sociais como um todo, é empenhar-se para mitigar um problema público, sendo esse uma deficiência ou uma abundância efetiva de alguma área da sociedade, podendo ser político, cultural, social, econômico, da saúde, dentre outros.

Um estudo de políticas públicas não necessita da pesquisa de um problema compreendido como de relevância coletiva, o conceito prático para o "problema" é o contraponto entre situação atual e uma situação ideal provável. (SECCHI/2016)

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES COMO GARANTIA DE DIREITO

4.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Como vertente jurídica, a dignidade da pessoa humana está erigida no bojo da CF/88, como fundamento do estado democrático de

direito (art. 1º, III). Também é inserida como princípio geral da atividade econômica (art. 170 da CF), estabelece como um dos objetivos de ordem econômica a garantia da existência digna, de acordo com as diretrizes da justiça social.

Trata-se de um princípio orientador axiológico, sendo uma condição ínsita a todo ser humano, que abrange a vedação e a sujeição a tratamentos degradantes, situações que impliquem inexistência de condições materiais e morais mínimas para a subsistência da pessoa ou sua autodeterminação. Por se tratar de um princípio que exige apenas a condição "de ser pessoa" para se ter, requerer e exigir a proteção de direitos, ele é irrenunciável e inalienável.

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra na dimensão positiva ao apontar para o Estado a obrigação de efetivar a elaboração, a implementação de políticas públicas e normas jurídicas. Por outro pilar, possui eficácia negativa por se tratar de uma garantia a proteção do cidadão, pois este pode questionar normas infraconstitucionais que entende violar a dignidade da pessoa humana.

Outra vertente deste princípio é a proibição ao retrocesso, ou seja, é vedada a remoção de normas que assegurem a dignidade da pessoa humana (restrição material à atuação do legislador), garantindo segurança jurídica. E ainda, em caso de colisão de princípios e normas, ao cotejá-los, deve se observar sempre o caminho que promova a dignidade.

4.2 Princípio da Igualdade

A igualdade também é considerada um princípio orientador da CF/88, que o trouxe expresso em seu artigo 5º, sendo um direito fundamental com a finalidade de promoção de tratamento equitativo entre os indivíduos, tendo como parâmetro as diferenças entre eles, assegurando a inclusão e garantindo para a pessoa portadora de deficiência direitos e reforçando a igualdade material dos indivíduos sob o viés de tratar igualmente os iguais e de forma distinta os desiguais.

O contexto deste princípio surge com o objetivo de corrigir injustiças sociais históricas, decorrentes do tratamento igualitário que não

pode ser viabilizado, por exemplo, a uma pessoa com deficiência. Nesse contexto, o tratamento desigual institui um elemento primordial, tendo em vista que é através dele que o constituinte brasileiro permeia a igualdade e elimina toda e qualquer forma de exclusão da pessoa no que tange aos seus direitos.

Vale frisar a necessidade da aplicação da igualdade material enfatizando que seria insuficiente tratar a pessoa de forma genérica, geral e abstrata. Ao realizar a especificação do indivíduo sujeito de direitos sob a ótica de suas particularidades e peculiaridades, principalmente aqueles que estão em categorias vulneráveis, como as crianças com PC, não somente promovendo o direito à igualdade, como também reconhecendo o seu direito à diferença, o que implica num tratamento especial.

5. DIREITO NA FORMA LEGISLATIVA DOS DEFICIENTES NO BRASIL

A Carta Magna teve a preocupação de resguardar os deficientes, em seu artigo 3º, IV: assegurando que constitui objetivo fundamental para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Por sua vez o artigo 23, II: deixa claro do cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, como em seu artigo 24, compete em legislar concorrentemente sobre: XIV, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Também garante aos deficientes a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos, deixando para a administração pública os critérios para sua admissão, nos termos do artigo 37, VIII. Na seção IV – Da assistência social, garantiu que ela será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência [...] que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei, denominado Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Relativo a seção da Educação em seu artigo 208, assegura que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. No Capítulo VII em seu artigo 227, dispõe sobre o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, em seu § 1º, determina que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitindo a participação de entidades não governamentais e obedecendo os preceitos do inciso II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. Em se tratando da acessibilidade, no §2º, a lei disporá sobre normas de construção e, no artigo 244 a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

A Lei n º 7.853/1989 dispõe sobre a integração social e o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Essa legislação disciplina o tratamento prioritário e adequado na área educacional, da saúde, da formação profissional, do trabalho, de recursos humanos e das edificações.

A Lei n º 8.742/1993 define e conceitua os objetivos, princípios, diretrizes, organização e competência da assistência social e consolidou o BPC com redação alterada pela Lei n º 12.435/2011, que consiste a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família.

A Lei n º 8.742/1993 concede passe livre as pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, desde que comprove sua condição de carência.

A Lei n º 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No capítulo V- é tratado o tema da Educação Especial, em seu artigo 58, é entendido por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, redação dada pela Lei 12.796/2013. Um destaque da legislação supra é o parágrafo primeiro do artigo em comento, o qual dispõe que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

O Decreto n º 3.298/1999 regulamenta a Lei 7.853/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Destacam-se os artigos 3 º e 4 º, os quais definem deficiência e sua categoria, bem como a Seção I que disciplina por meio dos artigos 16 e 23, as questões relacionadas à saúde, e na Seção II, os artigos 24 a 29, que disciplinam o acesso à educação. Já na Seção V, dispõe sobre a cultura, desporto, turismo e lazer, entre os artigos 46 e 48.

A Lei n º 10.048/2000 dá prioridade de atendimento as pessoas deficientes, idosos, gestantes, lactantes, com crianças de colo e os obesos.

Já o Decreto n º 5.296/2004 regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, dando prioridade de atendimento e estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto n º 6.564/2008 altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto 6.214/2007. Em seu artigo 4 º e parágrafo 2 º determina que para fins de reconhecimento do direito ao BPC às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder a avaliação da incapacidade para o trabalho.

O Decreto n º 6.949/2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007. Importan-

te conquista brasileira na luta pelos dos Direitos dos Deficientes, pois consagra vários Pactos, Declarações e Convenções internacionais.

Uma das leis mais recentes com grandes avanços na temática é a de n º 13.146/2015, intitulada a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto n º 186/2008, conforme o procedimento do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, promulgado pelo Decreto n º 6.949/2009. Ela reúne legislações anteriores, assegurando direitos de igualdade, não discriminação, atendimento prioritário, à vida, à habilitação e reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, habilitação e reabilitação profissional, inclusão no trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, ao transporte e à mobilidade, a acessibilidade, do acesso à informação e à comunicação, da tecnologia assistiva, à participação na vida pública e política, da ciência e tecnologia, do acesso à justiça, do reconhecimento igual perante a lei, dos crimes e das infrações administrativas contra o deficiente, da tomada de decisão apoiada, perfazendo um total de 127 artigos.

Contudo, na prática a Constituição Federal, bem como a legislação ordinária editaram normas básicas que muitas vezes para se conseguir efetivá-las se faz necessária a ação judicial. O Ministério Público por ter legitimidade propõe ações civis públicas para resguardar esses direitos assegurados nas áreas da educação, saúde, acessibilidade, cultura, lazer e mercado de trabalho.

6. REDE DE APOIO PARA CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NO GUARUJÁ

O Centro de Recuperação de Paralisia Infantil e Cerebral de Guarujá (CRPI) foi fundado em 1963, por Steffi Leonore Asch, bailarina, a qual sofreu uma queda que a impossibilitou de dançar. Devido a isso, dedicou sua vida para a construção de um projeto social voltado para a reabilitação física, desenvolvimento pedagógico e inclusão social de crianças e adolescentes portadores de deficiência física.

No início de sua fundação, o programa de reabilitação era voltado para o tratamento de paralisia infantil, o qual foi erradicado pelo país, por meio das ações do MS em suas campanhas de vacinação. Atualmente, o CRPI atende aproximadamente 400 crianças e adolescentes com deficiências físicas e cognitivas causadas por outras síndromes e disfunções de fator genético ou externo, dando suporte nas áreas de educação, saúde e serviço social. Atendem ainda, famílias na cidade de Bertioga com atendimento de consultas com neuropediatras.

Possuem atendimento multidisciplinar nas áreas Neurologia, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Pediatria, Ortopedia, Serviço Social, Hidroterapia e Pedagogia. Atendem cerca de quinhentas pessoas/mês, a maioria são de baixa renda e residentes nas cidades de Guarujá e Bertioga.

O CRPI é o mantenedor da Escola Steffi Leonore Asch, que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação Especial, proporcionando atendimento pedagógico as crianças das quais não conseguem frequentar as escolas da rede de ensino regular.

Atuam em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na qual é oferecido suporte ao processo de inclusão na rede de escolas mantidas pela Prefeitura do Guarujá. Assim, o trabalho desenvolvido possibilita o preparo do aluno para a inserção na rede de ensino regular. O CRPI tem por objetivo o atendimento e a defesa de direitos da criança e do adolescente com deficiência, tendo como pilares a Educação, a Saúde e a Assistência Social.

CRPI EM NÚMEROS

SETORES	2015 ATENDIDOS	2016 ATENDIDOS	2017 ATENDIDOS	2018 ATENDIDOS	2019 ATENDIDOS
Neurologia	1.033	1.254	1.123	1.244	2.186
Ortopedia	173	425	439	286	593
Pediatria	2.766	3.107	2.813	2.809	2.593
Odontologia	1.198	782	525	650	818
Fisioterapia	6.035	5.843	6.881	7.022	8.991
Fisioterapia Respiratória	843	1.605	1.268	1.002	1.513
Hidroterapia	604	2.063	2.239	2.252	2.145
Fonoaudiologia	6.106	7.228	5.238	6.192	7.083
Terapia Ocupacional	4.370	7.225	5.919	5.620	6.871
Psicologia	2.384	3.340	2.123	1.993	1.894
Serviço Social	1.674	2.356	2.026	1.845	2.127
Escola	48	48	48	71	71
Total Anual	**27.751**	**35.896**	**31.298**	**31.796**	**36.797**

Quadro 1 – Números de atendimentos do CRPI entre 2015 a 2017
Fonte: Site do CRPI

O CRPI estimou entre 2015 e 2017 realizaram aproximadamente 95 (noventa e cinco) mil atendimentos e/ou procedimentos. Ademais, contam com o programa de voluntariado e de estagiários referentes as áreas terapêuticas, pedagógicas e administrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o histórico percorrido sobre a inclusão social no Brasil, cada dia mais a trajetória dessa conquista, vem sendo solidificada gradativamente. Assim, esse mecanismo possibilita em sua dimensão abranger aspectos inerentes a pessoa, possibilitando a inclusão do portador de deficiência física ao acesso para educação, saúde e assistência social.

A legislação é a forma de externalizar uma política pública, embora tenham Leis para a inclusão, não há uma em específico sobre a Paralisia Cerebral e as diretrizes existentes abordam apenas a capacitação dos profissionais e não necessariamente os aspectos sociais que influenciam para a qualidade de vida. A Lei garante seu tratamento, porém, diretrizes necessitam ser formuladas para a integração dos serviços, assim como a medida do CRPI vem sendo exercida no município de Guarujá, sendo que outros municípios deveriam criar centros de apoio para reabilitação das crianças com paralisia cerebral. Não foram encontrados manuais com orientações de como devam ser os centros de reabilitação para portadores de paralisia cerebral pelo Ministério da Saúde.

Devem ser observadas as questões de elaboração das Leis, pois as mesmas condicionam a doença a situação de miserabilidade dos indivíduos acometidos por alguma deficiência, tendo que comprovar sua hipossuficiência para ter a garantia de seus direitos efetivados, contrariando os princípios da dignidade e da igualdade.

A não negligência do poder público e o rompimento dos paradigmas sociais influenciam nas tomadas de decisões, na formulação de novas políticas públicas voltadas para a efetiva inclusão das crianças portadoras de PC em conjunto com a capacidade de comunicação intersetorial.

Por fim, para se efetivar a inclusão social das crianças com PC, como sujeito de direito, deveriam ser observadas as necessidades e características inerentes da patologia e não apenas atrelar a sua condição socioeconômica para a garantia de seus direitos.

Finalizando o consenso reflexivo, segundo o fundador da AACD Dr. Renato da Costa Bonfim, "Não se trata de fazer caridade ou filantropia, é preciso encarar a causa da reabilitação como problema médico-social prioritário".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AACD. Sobre a AACD. *In*: **AACD**. Disponível em: https://aacd.org.br/a-aacd. Acesso em: 24/08/2020.

ABBR. Uma síntese da nossa história. *In*: **Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação**. Disponível em: https://www.abbr.org.br/abbr/historico/historico.html. Acesso em: 24/08/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Decreto nº 591, **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação**, 1992.

_____. MINISTÉRIO DA CASA CIVIL. **Decreto nº 5.296, Decreto que regulamenta a Lei 10.048/2000, Lei de prioridade de atendimento**, 2004.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasil: Ministério da Educação, 2001.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1961.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DOS PORTOS. **Lei nº 9.394, Lei que estabelece as diretrizes e base da educação nacional**, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Decreto-lei nº 2.398, Decreto que regulamenta a Lei 7.853/1989, da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,** 1999.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **Lei nº 10.048, Lei de prioridade de atendimento,** 2000.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO**. Lei nº 7.853, Lei de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social**, 1989.

_____. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Lei nº 8.899, Lei do passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte interestadual**, 1994.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos - coleção sinopses jurídicas**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CHAGAS, PSC et al. Classificação da função motora e do desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral. *In*: **Rev. bras. fisioter**. v. 12, n. 5, p. 409-416. São Carlos, 2008.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141335552008000 500011 &lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05/09/2020.

CRPI. Eixos. *In*: **Centro de recuperação de Paralisia Infantil e Cerebral de Guarujá**. Disponível em: https://www.crpiguaruja.com/. Acesso em: 04/09/2020.

GERALIS, Elaine. **Crianças com paralisia cerebral: guia para pais e educadores**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

HCFMUSP. Apresentação – A Rede Lucy Montoro. *In*: **Instituto de Medicina Física e Reabilitação**. Disponível em: http://www.redelucymontoro.org.br/site/a-rede-lucy-montoro-apresentacao.html. Acesso em: 03/09/2020.

LANNA JUNIOR, Mario Cléber Martins. As Primeiras Ações e Organizações voltadas para a pessoa com Deficiência. *In:* **Bengala Legal**. Disponível em: http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd. Acesso em: 04/09/2020.

ONU. *In*: **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/. Acesso em: 03/09/2020.

PAVAO. Ana Claudia O.; PAVAO. Silva Maria O. Atendimento Educacional Especializado: reflexões e práticas a inclusão. *In*: **Universidade Federal de Santa Maria**. UFSM: Editora Experimental pE.com, 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2019/04/LIVROREFLEXAOEPRATICA.pdf. Acesso em: 04/09/2020.

ROTTA, Newra Tellechea. Paralisia cerebral, novas metas terapêuticas. *In*: **J. Pediatr. (Rio J.)**. v. 78, supl. 1, pág. S48-S54. Porto Alegre, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572002000700008&lng=em&nrm=iso. Acesso em: 05/09/2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

UNESCO. **Declaração de Veneza sobre o direito de desfrutar dos benefícios do progresso Científico e de suas aplicações**, 2009. *In:* Disponível em: http://www.aaas.org/sites/default/files/VeniceStatement_July2009.pdf. Acesso em: 03/09/2020

UNESCO. **Sobre a Unesco no Brasil**. *In*: Disponível em: https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/about. Acesso em: 03/09/2020.

UNESCO. **Sobre a Unesco no Brasil**. *In*: Disponível em: https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/about. Acesso em: 03/09/2020.

VESTIR A CULPA: O PODER DO PATRIARCADO COLONIAL NA TRANSFORMAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER EM SUA PRÓPRIA VILÃ

Isabella Cardoso Soares[91]

INTRODUÇÃO

A mulher, na esfera antropológica, corresponde ao princípio passivo da natureza (CIRLOT, 1984 p.391).

Em meios à diversos significados relacionados a mulher no livro Dicionário de Símbolos, alguns deles são correlacionados à terra, natureza e pátria. O autor difere dois tipos de mulher: Sofia e Maria, com a imagem da ânima e superior ao homem e Eva e Helena, mulheres instintivas e sentimentais que, por consequência estão abaixo dele.

Percebe-se claramente que a visão social simbólica de seres ou objetos ganha maior valor quando estão relacionados às ciências e, objetos de cunho emocionais são vistos como inferiores.

Não é de se surpreender que o mesmo se faça com o "ser mulher".

Composta e vista socialmente como o lado acolhedor e que tudo suporta, tem indiscriminadamente seu corpo e mente invadidos pelo "ser homem", como objeto de conquista e pertencimento.

Por ser categorizada com passiva, o massacre histórico que busca domínio e poder do homem sob todas coisas, transformou a mulher

91 Bacharel em Design de Moda, Figurinista

em objeto que, sem o menor pudor, foi estigmatizado, usado, domesticado e transformado pela concepção do homem.

As justificativas para tal desigualdade são vistas não apenas pela biologia, mas nos arranjos sociais, história e nas formas de representações. (LOURO, 1997. P.22)

Dentre os papéis que uma sociedade impõe e espera que a expectativa seja correspondida, a mulher entra na esfera da liberdade cerceada do próprio corpo e como representa-lo, seja em um ambiente privado, com as regras impostas pelo casamento e em um ambiente público, onde a hegemonia patriarcal a mantém dentro de padrões que a mesma segue, até mesmo por prezar pela própria vida.

O corpo da mulher é objetificado como conquista, guardado como troféu e usado contra ela para justificar a violência.

Mesmo em meio a transmutações, a mulher ainda busca ser *a sujeita* da sua história e não apenas o *objeto*. Trata-se inicialmente, como já evidenciado por Grada Kilomba, que a língua portuguesa, pela construção colonial já não absorve os gêneros, incluindo a mulher (KILOMBA,2019 p.15).

São sucessões de fatos onde percebe-se que, a mulher não é ainda vista como parte integrante, socialmente ativa e pensante dentro do contexto colonialista, que é, mesmo que de forma mais velada, componente da concepção social.

A imagem da mulher, sua comunicação não verbal, é também silenciada diante de padrões criados por homens, em meio a contemporaneidade. O que mudou foi a forma de calar.

A análise da imagem como fonte de significado fomenta questionamentos de uma linha do tempo e faz conexões da não mudança fantasiada de liberdade

1. A IMAGEM COMO SIGNO DE REPRESENTAÇÃO

Como fonte de vida própria, a imagem pode induzir sensações, ideias pensamentos a partir a visão de quem as enxerga. Sem chegar a ser sujeito, não é morta por fazer parte de um processo vivo, fomentando ideias no sistema de pensamento (SAMAIN,2012 p.31), e transmu-

tando sensações e significados em um processo constante na história, sem ser esse tempo sempre linear ao tempo histórico já que a imagem permeia por séculos de existência em um movimento cíclico.

Como forma visual, já que por síntese todo conhecimento tende a seguir este processo (CIRLOT, 1884 p. 309), a imagem é a representação não verbal de um saber em um vasto repertório de signos, símbolos e significados a serem lidos.

As imagens, tem seus símbolos e signos mutáveis, tanto com o desenvolver dos anos quanto com o local de origem e seus desdobramentos quando levados a outras culturas. A análise aprofundada da imagem não se trata da negligência da mesma pelas formas ou do indutivíssimo, mas sim da busca pela significação do objeto ou o que quer que seja no seu habitat natural e, perceber assim, da mesma forma que a construção da significação, a destruição da mesma ou ressignificação é dada a partir do momento cultural vivido por determinado grupo ou indivíduo o transforma (GEERTZ, 2008 p.180).

A busca da sua raiz não só é baseada somente na psicologia acadêmica, trata-se de um processo empírico do fazer sentido ao grupo de indivíduos que aquela imagem é apresentada em certo período e entendê-la como fonte de construção do indivíduo e do meio a qual é inserido

1.1. Significação da vestimenta como agente na concepção do meio social

A definição de moda como "*fashion*", diante de um contemporâneo midiático, contribui para que a significação da vestimenta como objeto de construção social seja submerso em camadas sendo, a mais superficial o consumo do *fast fashion* das grandes indústrias do vestuário que, ao tratar o seu público como consumidor, e não como cidadão ativo (FLETCHER,2011 p.157) transformam o pensamento de moda em trivialidades e não desenvolve uma estrutura pensante de forma a questionar as estruturas que definem a sociedade.

A incongruência surge onde, ao se obscurecer o pensamento geral sobre o significado da vestimenta, e a transformar apenas em consumo, torna-se claro que, a imagem efêmera e frívola da moda é a construção

de uma sociedade pautada em dissimular a realidade e manter o controle de pensamento crítico.

Da mesma forma, a vestimenta transcende durante os séculos de comum acordo com os fatos ocorridos socialmente, possibilita uma extensa reflexão das dimensões sociais já existentes e sugere tendências não apenas de passarela, mas sim tendências de direcionamentos já traçados e de modificações sociais.

A coexistência do inconsistente individual e do inconsciente coletivo se fundem na vestimenta de formas a criar questionamentos onde o individuo encontra-se dentro de si e de que forma o mesmo vai se inserir e pertencer a certo grupo social. A dicotomia existente em ser e pertencer é transmutado de forma visual na forma de se vestir (LIPOVETISKY,2009 P.309).

Como fonte primária de definição de pré-conceitos, a vestimenta é acharcada de signos e significados de evolução juntamente com inúmeras formas de segregar e invisibilzar o que não convém socialmente.

Com a definição de moda como sistema[92], começa o poder social, a distinção de classes sutil através de signos ínfimos (LIPOVETSKY,2009 p.34) e, da mesma maneira, a utilização da vestimenta para círculos sociais e a segregação de indivíduos ditos não pertencentes aquele meio.

O encaixe em certas determinações sociais enraizadas em uma visão eurocentrista, sexista, racista e capitalistas são provindas desde as colonizações. A construção da identidade da mulher sendo ferozmente alvo e com pequena tolerância de desvios dos padrões estéticos (CARNEIRO,2014 p.1427).

A maior parte das peças produzidas na indústria da moda ainda segue o arquétipo de corpos limitantes em um contexto global que, desta forma afeta principal e diretamente a mulher e sua visão de si mesma.

Para moldar-se, verbo que engloba também a modelagem da vestimenta e prova empiricamente a capacidade de produção para todos os corpos, em um sistema de consumo, existe um verdadei-

92 Segundo LIPOVETSKY no livro O Império do Efêmero (2009 p.24, a moda como sistema começa a ser vista a partir do final da Idade Média.

ro massacre ao corpo feminino, já vindo historicamente delimitado em peças como corsets e anquinhas[93] até as dietas que prometem milagres, apelações místicas para simpatias, até chegar em mesas de cirurgias.

Em dados exibidos pela Revista Época, em 2019, o Brasil liderava o ranking das cirurgias plásticas entre adolescentes onde a maioria delas, a partir dos 13 anos e o corpo ainda em formação biológica, começam a manifestar incômodos com a silhueta e não se sentirem tão femininas não ter (ainda) seios ou nariz fora do padrão.

Deixa claro assim que, a forma de embate com si mesma e comparações com a imagem de modelos midiáticos causam prejuízos em diferentes âmbitos da vida da mulher e de diferentes formas, independente do meio de vivência.

1.2. A transformação da imagem da mulher pelo patriarcado

Com a sociedade patriarcal moldada, a ressignificação da mulher para um ser coadjuvante transfigura a forma de olhar para a concepção visual da mulher, que passa a ser de satisfazer aos homens e dá-los domínio, com alicerces do Estado e a Igreja, de delimitar a funcionalidade do corpo da mulher.

A figura da mulher agora, está a serviço do homem e dos seus prélios de comando, e a feminilidade é apenas direcionada a agradar, seduzir por seus atributos físicos (LIPOVETSKY, 2009 p.106) e utilizada para manter as estruturas dos reinos e impérios através de acordos de casamentos forçados e a invalidade da mulher onde, sua função passa a ser somente de gerar filhos e estar bem apresentável e um passo atrás do homem que ela foi entregue para demonstrar com seu corpo e sua imagem todo poder e riqueza.

Como forma de punição aquelas que não se sujeitaram, a palavra bruxa se tornou sinônimo de tortura e a imagem da bruxa, com seu

93 Peças utilizadas a partir do século XIV para evidenciar as formas do corpo da mulher e também destacar o ventre, com o simbolismo da geração, função "definida" pelo homem para a mulher.

chapéu e verruga no nariz, assombra crianças que não seguem as regras e condutas sociais.

Silvia Federici, em seu livro intitulado "Calibã e a Bruxa" (2018) faz um relato histórico do golpe patriarcal formulado em bases do cristianismo que transformaram a mulher, que tinha seu direito a terra, eram lavradoras, conheciam ervas, parteiras, ou seja, socialmente ativas, em um instrumento sem direito ao seu próprio corpo. Muitas, ao perder a terra foram colocadas em situação de miséria e prostituição. O Estado começa a interferir e ser contrário ao controle reprodutivo [como ter mão de obra se a mulher não gerar?] e criminalizar aborto, perseguir as parteiras dando voz apenas aos "médicos", com ênfase no substantivo masculino utilizado anteriormente. Qualquer mulher que tivesse algum conhecimento sobre ervas e medicamentos ganhara o estigma de "infanticidas" e ligadas ao demônio. A caça às bruxas começa. Durante dois séculos são mortas mulheres por quaisquer motivo ou desconfiança. Sua maioria, viúvas, pobres e solteiras, mas nenhuma escapava caso sua existência apresentasse algum sinal que fosse contrário aos acordados pelos homens.

A mulher bruxa queimava e com isso, a resistência ao incipiente capitalismo.

Como já dito, a imagem atravessa séculos de significações também decorrente do interesse social e, para manter a mesma forma de controle que é interessante ao patriarcado, qualquer mulher com uma maior autoridade sobre seu corpo ainda recebe adjetivos pejorativos e é a personificação do que não seguir, mantem-se consolida a diferença do homem e da mulher, onde um é o ser dominante-pensante e o outro dominado-receptivo.

A dicotomia lógica criada de uma oposição entre polo masculino (dominante) e polo feminino (dominado), afasta o processo de desconstrução que permite observar que o poder se é exercido em várias direções (LOURO, 1997 p.33)

Não é vantajoso que a mulher, dita como sexo frágil e minoria, mesmo sendo essa minoria apenas em lugares de fala e não em termos populacionais, enxergue sua imagem com igualdade entre dominante e dominado.

Transformar a imagem primária, o olhar-se no espelho, em um individuo fragilizado e inseguro já por se apresentar, garante a soberania do dominante e impede que a fogueira mude de lado.

1.3. O oculto das representações das imagens femininas

A imagem não somente tem significados e signos dentro de um meio social, ela sofre interferências de meios externos que voluntaria ou involuntariamente se incorporam ao já existente dentro daquele espaço.

Para a mulher, a sua vestimenta como forma visual de pertencimento, foi e é a primeira fonte de ataque e, de despi-la de valor e respeito para transformá-la em domínio do patriarcado.

Visto isso e retrocedendo o olhar para períodos históricos das expansões marítimas europeias e colonizações, MCCLINTOCK (2010 p.59) relata que, independente da vestimenta, as mulheres deviam ser "civilizadas" tirando-lhes o véu e as despindo, no caso de mulheres árabes, enquanto que as subsaarianas deveriam ser da mesma forma "civilizadas" sendo vestida em algodão branco.

A manipulação da imagem da mulher não tem nada a ver com a vestimenta em si, mas com a forma de significar a dominação e posse do homem diante daquele espaço físico de conquista e a subordinação da mulher como troféu e confirmação do seu poderio.

O homem de uma maneira infantilizada, tem a visão da imagem da mulher como grande empreitada pessoal de conquista terras, assim transmutada a necessidade domínio e extensão de si.

MACCLINTOCK (2010. p.51) ilustra de forma objetiva a chegada de Américo Vespúcio com todos os símbolos visuais, mostrando como a suposta onipotência masculina em transpor seu nome para demonstrar seu poderio através da sua imagem com astrolábio, bandeira e espada e tornando a identidade da "América" uma extensão dependente da sua.

A mudança que transita pelos séculos em formas visuais das vestimentas e cenários ainda encontra resistência de pensamento machista hegemônico visto que, ainda hoje, o controle da mulher e as associa-

ções feitas aos seus posicionamentos são analisadas por primariamente por sua forma de vestimenta. Um exemplo atual é a correlação feita com a imagem de mulheres feminista a "falta de cuidado" ou estética ao cortar os cabelos, depilação ou utilização de peças de vestimentas consideradas de composição do armário do gênero "masculinas".

4. Formas de opressão da mulher pela imagem

A imagem da mulher não deve ser analisada apenas dentro do contexto de tendência de moda que diz determinar o que é *cool* ou não, tendo em vista que esta é apenas a camada externa e socialmente aceitável de determinação de padrões inerente somente em um grupo específico e definido como o belo.

Parte-se do princípio que, embaixo dessa camada opressora transmutada em desfiles lúdicos, modernos, exagerados, efeitos especiais e todas as formas de criação de espaços concebidos na passarela, já existe o peso da opressão.

A escolha pelo corpo magro é feita por cair bem na maioria das peças e não se tornar vulgar e pelo motivo de fotos e televisão automaticamente tornar o corpo mais "gordo" (LIBARDI, 2004. P.93). Concepção ainda utilizada em um tempo histórico pequeno mostra que, envolto no véu do luxo, existe enraizado o preconceito colonial a quaisquer imagens que não represente o corpo eurocêntrico.

O corpo não padrão da passarela, que não utiliza o substantivo que define por onde seguir, são todos os corpos já tratados como inferiores desde a dominação marítima e, continua sendo violentado, invadido e forçados a enxergar como ícones de beleza, tudo que não os representa.

É uma invasão e precede outras invasões.

É a utilização da imagem contra quem as consome, a manipulação do emocional da mulher e o enfraquecer, é extrapassar o limite e deixar a mulher frágil susceptível a aceitação por não se achar digna de merecimento.

O caminho para outras formas de domínio e invasões com dor física é mantido aberto.

4.1. A invasão física

A invasão física contra da mulher é algo recorrente desde colonizações onde, em uma comparação despropositada, integrava a mulher à natureza e, com isso, tornava-se o corpo da mulher em uma propriedade pública e passível à exploração.

MC CLINTOCK (1954), explana diversos relatos de navegantes nas colonizações que descreviam a Ásia, África e América como continentes libidinosos, mulheres extremamente erotizadas e sem pudor, como "terras virgens", prontas para serem desbravadas, e, com isso, o mapeamento do "novo mundo" foi pautado na violência de gênero.

A imagem da mulher seguiu historicamente moldada, "domesticada" e sendo objeto de massacre até a sociedade contemporânea, mesmo diante de extensas e exaustivas discussões sobre a liberdade da mulher.

Um fato representativo sobre a violência da mulher ainda estar também relacionada a sua vestimenta e forma de se portar foi, em 2018, na Bélgica, A exposição intitulada "A culpa é minha?"

Peças de vestimentas usadas por mulheres que sofreram estupros foram expostas para desvelar que, a perguntas feitas às vitimas sobre como ela estaria vestida para provocar o ato, não são justificáveis.

Dentre pijamas, moletons, tshirts e outras peças não pertencentes ao imaginário fetichista, está embutido o domínio, ainda entranhado no homem sobre a mulher e enraizado com colonialismo patriarcal dominante onde a liberdade ofende, independente do que ela esteja vestindo.

Em dados coletados pela Data Folha em 2014, é possível perceber que, a desculpa da vestimenta permeia na possibilidade do assédio aumentar e grande parcela das mulheres diz sofrer incômodos durante a transição de lugares na cidade, que não são lugares de acolhimento da mulher e, ao ocupar em espaços comuns como ônibus, escolas, universidades, ruas, a mulher é, automaticamente, permeada de pensamentos de como se vestir para evitar o assédio.

Mas a invasão está distante de ser só física.

4.2. A Camadas profundas de significações opressoras ao se olhar no espelho

O não reconhecimento de si facilita a dominação e aceitação de qualquer forma de relação abusiva.

Com uma procura rápida em sites de busca na Internet com frases como "Como atrair um homem" ou "Como manter seu relacionamento", existe uma sucessão de sites relacionados. Nove em dez sites vistos tem o intuito de ensinar a mulher a manter a relação e se como se vestir para que o homem não perca o interesse e indiretamente responsabilizando-a pela estrutura

Em contrapartida, além de menos sites relacionados à pergunta: "Como atrair uma mulher" em seis dos seis sites visitados a aparência masculina está ligado a elegância (não em ser *sexy*), e a aparência do ser dominante enquanto a mulher é quem deseja ser dominada.

Fica clara a diferença e a carga em cima da mulher diante da imagem e da vestimenta que, necessita ser atraente, sexy, recatada para que o homem, como dominante seja atraído e, ainda ser função da mulher manter o interesse, enquanto o homem precisa apenas ser receptivo e mostrar o estereotipo da masculinidade cisgênero, heteronormativo dominador.

Outro dado visto em um dos sites foi a forma explicativa da mulher ser competitiva em relação à outras mulheres e, com isso, ocasionar a disputa pelo homem.

Percebe-se então ainda na contemporaneidade a objetificação da mulher e sua fixação na natureza para ser apreciada por olhares masculinos (BIROLI p.46).

Diante de tais fatos, percebe-se então que, a opressão da mulher é instaurada e mantida como forma de domínio e domesticação, trazendo consequências sérias de insegurança, segregação de mulheres ao provocar o conflito pelo homem e a necessidade de ser vista pelo outro e não por si.

Ainda em pesquisas do Data Folha em 2014, 37% das mulheres paulistas foram aconselhadas a mudar de roupa consideradas provocantes por parceiros e familiares e, entre mulheres mais jovens, os números chegam a 61%.

O direito pelo corpo da mulher é público, concedido socialmente e manipulado para que a mesma ainda carregue a penitência por isso.

Em um levantamento feito pelo Núcleo de Estudos da violência da Usp e o Fórum Brasileiro de Segurança Publica em parceira com o G1, mostra que houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídio no Brasil em relação à 2018 e, na maioria dos casos, praticado pelos parceiros ou ex-parceiros.

A relação com a vestimenta dialoga com os apontamentos acima já que se torna uma forma de controle, de preservação do objeto mulher conquistado pelo homem e, então, pertencente a ele.

A indagação principal para a tentativa de resolução, não é como a mulher a mulher se veste ou se porta para causar o ataque e sim, a fragilidade provocada também pelo machismo opressor.

4.3. A vestimenta da mulher esconde as falhas do patriarcado

Diante de fatos previamente visto em tabelas, números e pesquisas, tem-se analisado que o patriarcado hegemônico do homem cisgênero, heteronormativo é marcado de falhas que tornam o ser homem um instrumento infantilizado e instável em relação qualquer fato fora de controle e, levado a violência extrema.

A desigualdade de gênero tem sua crítica ligada às demarcações do público e privado nas abordagens teóricas e práticas de políticas onde, para garantir o direito à liberdade da mulher, depende de uma politização de direitos e a restrição ao exercício de poder masculino dentro da esfera doméstica. (LOURO, 1997 p.61) e, por consequência, a reflexão dos papeis convencionais de gênero.

A vestimenta da mulher e sua imagem social é a comunicação não verbal do que se encontra enraizado e estigmatizado na sociedade e, deixa claro que, a liberdade da mulher como o espaço privado, desde suas pequenas ações, é voltada a uma falsa harmonia com o espaço público, preponderantemente do homem.

"Para a mulher sobreviver e remodelar a forma de viver é indispensável que se lute contra a construção social do homem" (ROBERT, A. Johnson, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão fomentada sobre a vestimenta da mulher deve ser despida de questões efêmeras e entende-la como um ponto, dentre tantos outros de tratar a dominação masculina apenas como uma questão biológico, e não social e político.

Entender as esperas que atingem o poder hegemônico masculino tem sua importância para a reconstrução de espaços, públicos e privados, de acolhimento e segurança da mulher.

O questionamento é longo e submerso em diversas camadas sociais que, como geradoras da forma colonialista de pensamento, não possui o intuito de abrir o espaço de diálogo.

Antagonicamente, a mulher segue em estudos, grupos de pesquisas, em ondas feministas contrárias a esse poderio, adentrando em áreas de dominação do homem para a subversão do pensamento.

O movimento feminista, começado não nesta década ou século, segue, além desse artigo instigando e buscando direitos, para politizar e colocar a mulher em frente ao espelho para se enxergar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. O publico e o privado I.___MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, **Flávia. Feminismo e política:** uma introdução. Editora: Boitempo, 2014

BORGES, Helena, 2019. Epóca. https://epoca.globo.com/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-adolescentes-23651891 . Acesso em: 21/08/2020

_____. Lilian, 2018. https://www.lilianpacce.com.br/e-mais/exposicao-na-belgica-exibe-roupas-de-vitimas-de-estupro/. Acesso em: 21/08/2020

_____. Data Folha, 2014. http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/04/1440470-duas-em-cada-tres-paulistanas-dizem-ja-ter-sido-vitimas-de-assedio-sexual.shtml . Acesso em: 21/08/2020

CARNEIRO, Anni de Novais e FERREIRA, Lúcia, Silvia., 2014. **Padrões de beleza, raça e classe: representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de salvador - ba.** I. _____ 18º Redor

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos** - Editora Moraes, 1984.Tradução: Rubens Eduardo Ferreira Frias. Título da edição original: Diccionario de Símbolos.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa** – Editora: Elefante,2018

GEERTZ, Clifford. **Arte como sistema cultural**. In____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNG, C. G. **Psicologia e Religião.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Ed: Cobogó, 2019

LIBARDI, Margareth. Profissão Modelo: em busca da fama. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles.**O Império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas/Gilles Lipovetsky; tradução Maria Lucia Machado - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.Título original: L'Empire de l'ephémere.

LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**, 1997. P.33

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça gênero e sexualidade no embate colonia**l/ Anne Mclintock; tradução: Plínio Dentzien – Campinas, sp; Editora da Unicamp, 2010.

ROBERT, Johnson A. **She**. A chave do Entendimento da Psicologia Feminina. São Paulo: Mercuryo,1996.

SAMAIN, Etienne. **As imagens não são bolas de sinuca**. I:___. **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp:2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. **Pode o subalterno falar?/** Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELASCO, Clara. CAESAR,Gabriela e REIS, Thiago. Em G1. https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml . Acesso em: 21/08/2020

ANEXOS

Sites utilizados como fonte pesquisa sobre "Como enlouquecer um homem", que citam a vestimenta como instrumento de sedução:

https://manualdoshomens.com.br/como-seduzir-um-homem-loucamente/

https://www.mulheresbemresolvidas.com.br/como-seduzir-um-homem/

https://mulhermagnetica.com.br/dicas-de-moda-o-que-usar-para-atrair-um-homem/

https://autoajudaemfoco.com.br/namoro-e-casamento/como-atrair-um-homem-15-segredos-que-funcionam

https://www.drdoamor.com/como-atrair-um-homem-em-5-passos-rapidos.html

https://hypescience.com/conquistar-homem/

http://patiohype.com.br/sexo-no-casamento-10-dicas-para-reacender-o-fogo/

http://mulherquesurpreende.com.br/como-manter-o-fogo-do-inicio-do-namoro/

https://www.zankyou.pt/p/cinco-truques-para-reacender-a-chama-e-fazer-a-paixao-durar-50994

Site utilizados como fonte pesquisa sobre "Como enlouquecer um homem", que não utiliza a roupas como forma de conquista, mas atribui-se à mulher a responsabilidade pela relação

https://portalcantu.com.br/gente/mulher/item/609-14-dicas-para-fazer-sua-relacao-pegar-fogo

Site utilizados como fonte pesquisa sobre "Como atrair uma mulher" onde o domínio masculino é a fonte de conquista da mulher:

https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/homem/descubra-10-segredos-para-conquistar-uma-mulher,7d2875844d137310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html

https://sexosemduvida.com/como-conquistar-uma-mulher/

https://manualdohomemmoderno.com.br/sexo/6-formas-de-atrair-mulheres-segundo-ciencia

https://atitude.com/10-dicas-para-conquistar-uma-mulher/

https://serpalestrante.com.br/atrair-mulheres/

https://monitormercantil.com.br/como-atrair-mulheres-de-forma-facil-e-objetivacomo-atrair-mulheres-de

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: OS PODERES E DEVERES NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

Aldemir Berwig[94]

Introdução

A Constituição da República cria o Estado como uma instituição organizada política, jurídica e socialmente. Este Estado é a criatura criada, mas com a performance de ser, a partir de então, também a instituição criadora do Direito e reguladora da paz social. Essa é a ficção jurídica que se vive a partir da ideia de contrato social. É a herança contratualista que se sustenta na modernidade e transforma o Estado absoluto em Estado de Direito. Assim, com esse poder criador do Direito, passa também a ser responsável pela organização social para que os membros da sociedade convivam em harmonia. Para tanto, esse Estado conta com uma administração pública que se constitui o instrumento de concretização de suas atividades administrativas. Para a concretização de tais atividades a administração pública conta com poderes e deveres, os quais estão previstos nas leis que a regulam. Essas leis estabelecem o regime jurídico administrativo, no qual estão previstas as premissas necessárias ao cumprimento de suas competências constitucionais.

94 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Doutor e Mestre em Educação nas Ciências, Graduado em Direito e Administração

Este é, portanto, o contexto no qual a administração pública deverá concretizar suas atividades. Por um lado, o Estado tem o poder de criar um ordenamento jurídico como ordem primeira, mas a partir também de uma criação jurídica. É o exercício do poder constituinte. A partir de então, para concretiza os aspectos previstos na lei, este Estado tem uma administração que se sujeita a este ordenamento, mas também privilegiada por poderes necessários à concretização constitucional. É a partir desse contexto que se fazem os seguintes questionamentos: (a) quando se fala em regime jurídico administrativo o que exatamente ele significa? (b) qual a razão de se falar que a administração pública, quando regida pelo regime jurídico-administrativo, tem prerrogativas e sujeições? (c) atribuir prerrogativas por lei à administração pública não poderia torna-la autoritária?

Os objetivos deste trabalho são três: em primeiro lugar, pretende-se abordar a ideia de regime jurídico administrativo para aproximá-lo do regime jurídico de Direito Público; em segundo lugar, busca-se esclarecer a ideia de que neste regime a administração pública tem prerrogativas e sujeições, na tentativa de esclarecer em que consistem; em terceiro lugar, busca-se analisar por quais razões não se deve considerar que o direito administrativo não tem a pretensão de tornar a administração pública autoritária, mas visa justamente assegurar os direitos do cidadão. Para isso, aborda uma perspectiva histórica para demonstrar o contexto em que nasce a ideia de direito administrativo.

Assim, o artigo está estruturado em duas seções: na primeira seção aborda a noção de regime jurídico administrativo o relacionando à ideia de interesse público e aos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição da República; na segunda seção, analisa as prerrogativas e sujeições que a lei consagra à administração pública, justificando suas razões, bem como os deveres e poderes que deles decorrem para a proteção dos interesses da sociedade.

Regime jurídico administrativo e a atuação em prol do interesse público

O regime jurídico administrativo compõe-se de princípios e regras que orientam a atuação estatal para a consecução do interesse público,

ou seja, do interesse da coletividade. O interesse público é, normalmente, definido como um conceito jurídico indeterminado que não se presta a definir o objeto do Direito Administrativo. Todavia, deve-se observar que pode-se colocar como objeto do Direito Administrativo o exercício da função administrativa. Essa função administrativa é nada mais que a concretização da atividade administrativa a encargo dos entes estatais pelos agentes públicos.

Ao se aceitar que o interesse público seja um conceito jurídico indeterminado, se termina ampliando a liberdade discricionária da administração. É necessário, portanto, objetivar esse conceito para que se tenha uma maior certeza de que a administração vai desempenhar suas funções de acordo com o interesse da população. É nesse contexto que se relaciona o interesse público com os princípios fundamentais da República para demonstrar que a administração tem o compromisso, se não de concretizá-los, de coloca-los como fundamento de suas ações. Deve-se considerar, todavia, que essa interpretação não é uma invenção nova, basta verificar como o Estado de Direito, após a Revolução Francesa, estabelece na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, em 1789, os limites de atuação do Estado-administração. Posteriormente, a eles são elencados outros direitos prestacionais do Estado: nascem os serviços públicos, os quais visam fornecer comodidades aos cidadãos. Tem-se, aí, portanto, o nascimento do interesse público.

Sua origem, na França, é obra da jurisprudência do Conselho de Estado, órgão responsável por resolver os conflitos entre a administração e os administrados. O Conselho de Estado, órgão integrante do Poder Executivo, mas com natureza jurisdicional, decide com definitividade os conflitos submetidos a sua jurisdição.

Esse é o contexto que delimita características próprias ao Direito Administrativo, distintas do Direito Privado. É que na França, a evolução histórica dos acontecimentos, ocasiona a instituição da jurisdição administrativa e afasta do Poder Judiciário o exame dos atos administrativos. É uma singular concepção de tripartição de poderes. Nesse caso, se considera que poderia ocorrer uma violação da tripartição dos poderes caso o Poder Judiciário controlasse a legalidade dos atos do Poder Executivo. Trata-se de uma prevenção dos revolucionários con-

tra possíveis decisões do Poder Judiciário, denominado então de Parlamento. As razões desta desconfiança são decorrentes de sua atuação conservadora em relação ao antigo regime, o que poderia significar invasão das competências administrativas, já que muitas vezes se arvorava das competências administrativas e agia como se fosse o próprio administrador.

Foi dessa forma que data de 1790 o período em que ocorreu a distinção das funções judiciárias, as quais deveriam ser manter separadas das funções administrativas, de modo que sob pena de crime funcional, não poderiam os juízes perturbar de qualquer maneira, as operações dos corpos administrativos, nem citar os administradores em razão de suas funções. Em 1795 foram reiteradas tais regras, diante do desrespeito as primeiras disposições, das quais decorre o entendimento vigente na atualidade. Dessa forma a administração passava a ter jurisdição para decidir com força de coisa julgada, mediante recursos hierárquicos, as controvérsias propostas contra ela. Este período ficou conhecido como o sistema do administrador juiz.

É assim que ambos, Direito Administrativo e Conselho de Estado, podem ser entendidos como uma decorrência da Revolução Francesa. O Conselho de Estado foi instituído em 1799 por Napoleão Bonaparte e passou a ser o órgão responsável pela formulação das bases teóricas do Direito Administrativo. Neste caso, é necessário lembrar que a França pós-revolucionária tinha dualidade de jurisdição: uma administrativa e outra judicial. As decisões do Conselho de Estado forjaram os princípios e as concepções que se converteram nesta disciplina específica que conhecemos hoje como Direito Administrativo. Trata-se de um Direito novo que exorbita o Direito comum e, neste contexto, se adota a ideia de regime jurídico administrativo. O interessante é que esse modelo de Direito Administrativo foi adotado em diversos países, dentre os quais o Brasil. A distinção no modelo jurisdicional, entretanto, é que o Brasil adota jurisdição única, de forma distinta à França.

E também aí se forma a concepção de que a administração pública tem o papel de concretizadora dos interesses supraindividuais, do qual decorrem necessárias prerrogativas frente ao cidadão. Ocorre que essa concepção, quando interpretada e utilizada de forma equivocada, ter-

mina difundindo a ideia de que o Direito Administrativo é um Direito autoritário, aspecto que perdura até hoje, principalmente em razão dos poderes que lhe atribuem.

Trata-se, todavia, de um equívoco na forma de analisar as razões pelas quais a administração tem poderes em sua feição administrativa. É o contexto da criação do Direito Administrativo, no período pós revolucionário, que revela a ideia mais acertada da forma como devem ser entendidos tais poderes. Na realidade o Direito Administrativo quer ser um conjunto de limitações aos poderes do Estado, já que a ideia de criar esse Direito novo em consonância com nascimento do moderno Estado de Direito, é justamente caracterizá-lo como um conjunto de deveres da administração pública em face aos administrados, como muito bem coloca Celso Antônio Bandeira de Mello (2016, p. 44).

Talvez essa forma equivocada de encarar o Direito Administrativo decorra do fato de que ele foi criado como um Direito excepcional exorbitante do Direito comum. Ou seja, se no Direito comum a ideia prevalecente era de igualdade, no Direito Administrativo prepondera a ideia de desigualdade; uma desigualdade decorrente dos poderes que devem ser utilizados para atender os interesses de toda a coletividade. Esses poderes, portanto, são prerrogativas atribuídas por lei à administração pública. Nesse contexto é que houve a divisão no contexto francês: os litígios entre particulares seriam regidos pelo Direito Privado sendo de competência do Judiciário, enquanto que os litígios que envolvessem a administração, em regra, seriam regidos pelo Direito Administrativo e de competência do Conselho de Estado. É neste contexto que inicialmente se reconheceu a existência de poderes de autoridade para o Estado exercitar contra os administrados, o que pode ter dado início à errônea interpretação de que existisse um instrumental jurídico poderoso para subjugar os administrados.

Adotar essa concepção de regime jurídico administrativo como uma concepção de concretização dos princípios fundamentais da República evita que se privilegiem os interesses privados de elites que assumem o poder político e buscam satisfazer seus interesses. É a partir desse contexto que se pode dizer, inclusive no contexto brasileiro, que o interesse público consiste na satisfação de diversos interesses da so-

ciedade, entre os quais, os direitos fundamentais, como assinala Marçal Justen Filho ao mencionar que o regime jurídico de direito público

> [...] consiste no conjunto de normas jurídicas que disciplinam o desempenho de atividades e de organizações de interesse coletivo, vinculadas direta ou indiretamente à realização dos direitos fundamentais, caracterizado pela ausência de disponibilidade e pela vinculação à satisfação de determinados fins. (2010, p. 47).

Nessa expressão de Justen Filho fica patente a ideia de que a administração pública tem o encargo de c realizar a concretização dos direitos de cidadania, de forma que em determinados momentos deverá manifestar sua autoridade para garantir a defesa de tais interesses; em outros momentos, terá limitada a sua atuação para que não venha a ferir os interesses da sociedade e dos cidadãos. É, portanto, um dever controlado nos termos da lei. É nesse contexto que Maria Sylvia Zanella Di Pietro refere-se ao regime jurídico administrativo como como uma expressão

> [...] reservada tão-somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa.
>
> Basicamente, pode-se dizer que o regime administrativo resume-se a duas palavras apenas: prerrogativas e sujeições. (2016, p. 92)

Também Celso Antônio Bandeira de Mello (2016, p. 53) menciona o regime jurídico-administrativo "[...] corresponde a um conjunto sistematizado de princípios e regras que lhe dão identidade, diferenciando-a das demais ramificações do Direito". E é justamente neste contexto que são citados os princípios fundamentais da República para dar sustentação à ideia de interesse público.

O conjunto desses conceitos revela que o regime jurídico administrativo está calcado em prerrogativas e sujeições, as quais possibilitam

que a administração concretize o interesse público que, como mencionado anteriormente, está previsto nas normas constitucionais. Deve-se salientar, entretanto, que esse regime, ao proporcionar prerrogativas e estabelecer sujeições, tem um propósito: pelas prerrogativas, visa possibilitar o poder para que a administração aja com força quando necessário para concretizar direitos supraindividuais, coletivos ou difusos, os quais não seriam concretizados se individualmente os beneficiários buscassem sua concretização. Por tal razão, essa situação de superioridade da administração em relação aos particulares se justifica pela prioridade na consecução do interesse público em relação aos interesses privados. Para evitar o abuso de poder, por outro lado, o regime jurídico administrativo é composto de sujeições, que estabelecem um limite à atuação administrativa. Assim, a administração deve observar a legalidade e não pode abusar do uso do poder, caso contrário estará agindo ilegalmente e poderá ser responsabilizado o ente estatal do qual faz parte. É por esta razão que se pode falar em interesse público como dever da administração pública.

Nesse contexto, as prerrogativas públicas são usufruídas pela administração nas relações jurídico-administrativas, quando ocorre uma espécie de derrogação do direito comum, transparecendo as faculdades especiais conferidas à administração, quando esta necessita agir contra o particular em razão de que seu interesse se contrapõe ao interesse público. Em outras palavras pode-se dizer que é na expressão do regime jurídico-administrativo que transparecem as prerrogativas através da presunção de legitimidade e veracidade de seus atos administrativos, da autoexecutoriedade, da autotutela, da exigibilidade, do poder de expropriar e de requisitar bens e serviços, de instituir servidão, de aplicar sanções administrativas, de alterar e rescindir unilateralmente contratos administrativos, entre diversos outros.

Todavia não se pode esquecer que as prerrogativas sempre estão acompanhadas das sujeições, como é o caso da obrigatoriedade de licitar, da observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, da finalidade, dentre diversos outros. É nesse sentido que Maria Sylvia Zanella Di Pietro menciona que

> Ao mesmo tempo em que as prerrogativas colocam a Administração em posição de supremacia perante o particular, sempre com o objetivo de atingir o benefício da coletividade, as restrições a que está sujeita limitam a sua atividade a determinados fins e princípios que, se não observados, implicam desvio de poder e consequentemente nulidade dos atos da Administração. (2016, p. 94).

Esse conjunto de prerrogativas e sujeições a que está sujeita a administração, todavia, somente ocorre quando ela está agindo na condição de autoridade, de poder público; em outros momentos ela pode se relacionar com particulares em regime de aparente igualdade, quando deixa de ter prerrogativas, mas continua com o dever de observar as sujeições. Desta forma, somente no primeiro caso se verificará a regulação pelo regime jurídico administrativo.

Destaca-se, no contexto do regime jurídico administrativo, a importância que tem a distinção entre princípios e regras na compreensão das prerrogativas e sujeições. Os princípios dão uma dimensão de totalidade quando fundamentam o ordenamento jurídico-administrativo, já que orientam todo o contexto regulatório. Podem ser considerados valores ou ideias centrais a serem observados para dar um sentido harmônico ao sistema. Já as regras, em sintonia com os princípios, são comandos diretos da lei e incidem de forma mais precisa e direta sobre as condutas. É nesta organização que princípios e regras formam um todo harmônico denominado regime jurídico administrativo, o qual confere prerrogativas e sujeições através que são exercidas através de instrumentos jurídicos no desempenho das competências para consecução do fim de interesse público a ser perseguido pelo Estado. Delas decorre um conjunto de poderes e deveres que são exercidos na atuação da administração pública à luz dos princípios e regras jurídicas.

É do regime jurídico administrativo que decorre o "dever-poder" (BANDEIRA DE MELLO, 2016) da administração pública, de forma que a partir da competência constitucional da administração se deve entender que em primeiro lugar está o dever de bem servir à coletividade; todavia, quando necessário para o atendimento desse interesse público em jogo, poderá a administração exercer o seu poder e

restringir a fruição de direitos dos particulares. É adequado ressaltar, entretanto, que o que comanda a ação administrativa é o dever, e não o poder. O poder é um plus que deverá ser exercido apenas quando a força for necessária para satisfazer os interesses maiores da sociedade.

A ideia de prerrogativas e sujeições e os deveres e poderes da administração pública

Tradicionalmente se fala em poderes e deveres da administração pública, mas talvez essa interpretação não seja a mais adequada quando se entende que a existência do Estado se justifica, na perspectiva de um contrato social, por uma razão de interesse público. Assim, ao se considerar que a administração pública desempenha as competências do Estado para a concretização dos princípios fundamentais da República, é recomendável inverter o foco da compreensão para a perspectiva do "dever-poder", como menciona Bandeira de Mello (2016). A partir dessa expressão pode-se aventar que a expressão dos poderes na atuação administrativa é limitada e pode ser exercida apenas na medida necessária para a concretização do interesse público. Tais aspectos são agora abordados.

Os poderes administrativos são instrumentos legais por meio dos quais as pessoas jurídicas de Direito Público podem agir coercitivamente para impor o respeito ou determinar a concretização do interesse público nos moldes estabelecidos como finalidade legal. Tais poderes são irrenunciáveis, eis que o administrador não pode dispor deles livremente, já que a lei os outorga como prerrogativas que somente são exercidos com legitimidade quando utilizados como instrumentos necessários à concretização do interesse público.

Nessa perspectiva compreende-se que a lei confere à administração pública as prerrogativas com o intuito de tornar possível o alcance desse interesse público nas formas estabelecidas em lei. Significa dizer que a administração fará uso das prerrogativas apenas quando necessário à concretização da finalidade legal. De tal forma os poderes conferidos são utilizados, portanto, como instrumentos para o atingimento do bem comum.

É em razão disso que, para impedir abusos por parte do Estado, para evitar o autoritarismo, que estão presentes as limitações impostas

sob a forma de sujeições no regime jurídico administrativo. As sujeições são a contraface das prerrogativas na medida que existem para impedir que os abusos prevaleçam, de forma que o poder seja utilizado apenas para concretizar os mandamentos legais.

Nesta perspectiva se abordada de forma diferenciada os poderes tradicionalmente referenciados pela doutrina. E se faz isso recuperando a perspectiva histórica de criação do Estado de Direito e de suas atribuições frente aos limites impostos em respeito aos direitos estabelecidos inicialmente na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* e, posteriormente, nas Constituições nacionais.

É nessa dimensão que se fala no dever de agir da administração, já que ela não tem uma faculdade, como os particulares, mas o encargo de concretizar o interesse público. Se parte do entendimento de que o regime jurídico administrativo estabelece normas cogentes justamente como decorrência das competências. vaias normas cogentes geram a obrigatoriedade de agir como decorrência da função pública. Ao mesmo tempo que se fala em dever de agir, pode-se relacioná-lo a indisponibilidade do interesse público pela administração, como já foi mencionado a respeito do dever cogente de exercício das competências. Neste viés, agir e bem atender ao interesse das coletividades, implica também outros deveres ao agir: é o caso da eficiência, da honestidade, da probidade administrativa, da moralidade e da publicidade, para citar alguns princípios da administração, como não poderia deixar de ser, o dever de prestar contas.

Ao se falar em dever-poder, entretanto, é adequado ressaltar os princípios basilares do Direito Administrativo que fundamentam o regime jurídico administrativo mencionado na primeira seção. Trata-se dos princípios que orientam toda e qualquer atuação estatal, o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público pela administração.

São os princípios diretamente ligados ao interesse público e relacionado aos princípios fundamentais da República. Trata-se apenas de uma interpretação lógica do sistema constitucional a partir do próprio desenvolvimento histórico do Estado de Direito e dos anseios dos cidadãos pela concretização principalmente dos direitos fundamentais. É nesse

contexto que se pode falar, primeiramente, do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular como diretriz para o Estado administrador concretizar o interesse da coletividade que prevalece em relação ao interesse do particular. Somente isso autoriza uma interpretação de verticalidade nas relações jurídicas entre o Estado administrador e os particulares, já que o Estado busca, em tese, o bem comum, o interesse público, de forma que este prepondera sobre o dos administrados. Pode-se dizer que esse princípio concede verdadeiras prerrogativas ao Estado Administrador, as quais são demonstradas nos instrumentos jurídico-administrativos, como é o caso do poder de polícia, dos atributos dos atos administrativos, da intervenção do Estado na propriedade do particular, da requisição, entre outros. Destaca-se que:

> [...] somente na medida em que os interesses da sociedade prevaleçam perante os interesses particulares torna-se possível evitar a desagregação que fatalmente ocorreria se cada membro ou grupo da coletividade buscasse a concretização dos seus interesses particulares. A necessidade de prevalência do bem comum enquanto objetivo primordial a ser perseguido pelo Estado é um pressuposto da própria sobrevivência social. Da superioridade do interesse da coletividade decorre a sua prevalência sobre o interesse do particular, como condição, até mesmo, da sobrevivência e asseguramento deste último. É no interesse geral da sociedade e na soberania popular que se encontram os fundamentos da supremacia do interesse público. (CARVALHO, 2008, p. 60-61)

Este princípio, portanto, demonstra a ideia de coesão social, de preservação de ações para a preservação da saúde do corpo social para que ele se articule em torno da ideia de bem comum.

O princípio da indisponibilidade do interesse público pela administração, por outro lado, significa dizer que o administrador não pode abrir mão desse interesse, justamente porque ao exercer função pública ele está desempenhando suas atribuições em nome da coletividade. Diferentemente da ação dos particulares que podem dispor de seus interesses, o administrador não pode dispor de um interesse que não é seu.

Não existe livre disposição dos interesses sociais, pois o agente público é mero administrador, o titular é o povo, a coletividade, o conjunto de cidadãos. O alcance desse princípio, inclusive, ganha contornos de regra jurídica nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 9.784/1999,ao estabelecer que

> Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:
>
> I - atuação conforme a lei e o Direito;
>
> II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;
>
> III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades; (BRASIL, 1999).

Então se pode realmente defender a ideia da indisponibilidade do interesse público embora a lei seja vaga e os juristas normalmente defendam que esse interesse trata-se de conceito jurídico indeterminado. Embora a lei seja genérica e não pontue em nenhum momento exatamente o que é esse interesse, tal leitura deve ser feita a partir do sistema constitucional e dos elementos estruturantes do Estado Democrático de Direito. Nessa interpretação, evidentemente, deve-se olhar e analisar o contexto de todas as lutas históricas e dos desdobramentos dos fatos para se chegar a um momento como este, no qual se corre um grande risco de retrocesso. Basta verificar, sobre esse princípio, como Celso Antônio Bandeira de Mello (2016) define os interesses qualificados como próprios da coletividade, os quais não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que predispuser a *intentio legis*. É que a administração não titulariza interesses públicos. O titular deles é a sociedade; o Estado, em certa esfera, os protege e exercita através da

função administrativa, mediante o conjunto de órgãos denominados administração, em sentido subjetivo ou orgânico, veículos da vontade estatal consagrada em lei

Considerações finais

A partir da abordagem do regime jurídico administrativo considerando o contexto dos princípios fundamentais da República, as competências do Estado e de sua administração, e pensando na necessidade de um ente com superioridade para regular e concretizar os interesses de toda a sociedade pode-se responder aos questionamentos inicialmente colocados como problemas de pesquisa. Assim, considerando o regime jurídico administrativo como o conjunto de normas, princípios e regras, que regem a atuação administrativa, conclui-se que essa sistemática autoriza a compreensão de estabelecimento legal de prerrogativas à administração pública em prol da defesa do interesse público, sempre observando as sujeições também impostas pela legalidade.

É nesse contexto que a atuação administrativa orienta-se pelos princípios basilares citados, justamente a partir da ideia de dever-poder de agir. À pergunta sobre o que exatamente significa o regime jurídico administrativo, portanto, menciona-se que ele delimita a ordem de atuação estatal para a satisfação dos interesses públicos, a parir da ideia de exercício de prerrogativas e sujeições. Na realidade, este regime jurídico revela as prerrogativas e sujeições a partir da concepção de dever-poder de agir. Esse dever-poder está estritamente ligado ao princípio da legalidade, uma vez que a lei estabelece o que a administração pode ou não pode fazer, bem como a forma e os meios que os instrumentos e prerrogativas serão utilizados para o alcance de determinados objetivos. Ou seja, é imprescindível que a lei estabeleça limites bem traçados para que a administração não descarrilhe de seu objetivo primordial, o interesse público, tampouco abuse das prerrogativas a ela conferidas. É nesse sentido que se coloca o segundo questionamento feito, ou seja, a razão de se falar que a administração pública, quando regida pelo regime jurídico-administrativo, tem prerrogativas e sujeições.

Finalizando, pode-se dizer que a atribuição de prerrogativas por lei à administração pública não gera o risco de torná-la autoritária se existirem instituições e uma democracia fortalecida. Defende-se aqui a ideia de que o regime jurídico administrativo define a lógica e a sistemática da atuação estatal, baseando-se em prerrogativas e sujeições que são aplicadas sempre na observância de um conjunto de regras e princípios estabelecidos a partir da Constituição da República. Este aspecto, de certa forma, decorre do próprio princípio de freios e contrapesos, tal como implícito no estudo do sistema constitucional. A administração, portanto, não dispõe de prerrogativas para sua própria satisfação, nem para subjugar os cidadãos a uma atuação arbitrária e autoritária do Estado, mas somente para concretizar o melhor para o bem comum, usando para isso as prerrogativas que lhe são conferidas. É nesse contexto que deverá sempre observar os limites e sujeições, para que não haja abusos ou desvios nos fins almejados. Observados os limites evidentemente não haverá arbitrariedade e o Estado administração os utilizará para buscar os fins almejados pela sociedade, conferindo uma convivência harmônica e organizada para os administrados.

Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo : Malheiros, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 06 set. 2020.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. **Curso de Direito Administrativo**. Editora Jus Podivrm. Salvador, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29 ed. Rio de Janeiro : Forense, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo : Saraiva, 2010.

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE CAUSANDO REFLEXÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19

Alexandrina Juscélia Feitosa de Souza [95]

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 na China na cidade de Wuhan, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado e causou a COVID-19, uma doença que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves sendo disseminada e transmitida pessoa a pessoa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Com a dispersão do vírus, diversos países no mundo teve o agravamento com o elevado nível de contaminação entre pessoas, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS como uma pandemia.

Até a presente data não há vacina nem medicamento antiviral específico para prevenir ou tratar a COVID-19, mas, está sendo desenvolvido financiamentos de pesquisas em escala mundial para garantir a compreensão da nova epidemia de coronavírus (GloPID-R, 2020). Sem um tratamento específico, os devidos cuidados solicitados pela OMS é aconselhar a população a fazer o uso individual de máscaras,

95 Mestranda em Engenharia de Biossistemas-UFF, Bacharel em Gestão Ambiental-UFRRJ e Técnica em Meio Ambiente.

prevenindo e evitando o toque na boca e no nariz, lavar sempre as mãos ou fazer uso de álcool em gel (OMS, 2020).

A OMS (2020) registra atualmente que a pandemia já infectou mais de 22.536.278 pessoas com casos confirmados e mas de 789.197 mortes, tendo como medida protetiva o isolamento que foi mantido como forma de evitar contágio do vírus. No caso do Brasil, devido ao agravamento da doença em meio à população e o limite de tratamento disponível evitando um futuro caos de colapso pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foram estabelecidos por cada estado e municípios quanto às medidas de segurança e prevenção para limitar a propagação da doença em prol do bem estar da população, mantendo-se inclusive em período de quarentena (isolamento social).

1. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS POR CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA (EXCESSO DE DESCARTE DE RESÍDUOS E POLUIÇÃO)

O isolamento durante a pandemia levam as pessoas a consumirem mais energia, comida, água gerando muito mais resíduos, com uma estimativa de impacto considerável durante este período.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE (2020) espera-se que, durante o período de emergência sanitária decorrente da pandemia a COVID-19, e por conta das medidas de quarentena, isolamento e distanciamento social adotada, deverá ser observado um aumento relevante na quantidade gerada de resíduos sólidos domiciliares de 15 a 25%, e, além disso, um crescimento bastante considerável na geração de resíduos hospitalares em unidades de atendimento à saúde pode aumentar entre 10 a 20 vezes mais durante a pandemia.

Dentre a produção de novos produtos, observam-se, ainda, ao longo dos últimos anos, mudanças significativas em sua composição, características e o aumento de sua periculosidade (OMS, 2010; EPA, 2017).

Visto que muitos municípios brasileiros possuem o plano de gerenciamento de resíduos ineficiente, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) aponta que apenas somente 34% do total de 5.570 dos municípios declarantes para o sistema realiza a coleta seletiva no Brasil (SINIR 2017).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente - MMA (2018), pesquisas apontaram que no ano de 2017 pouco mais da metade dos municípios (54,8%) possuíam "Plano Integrado de Resíduos Sólidos". Foi verificado ainda que a presença do plano tendia a ser superior em municípios com maior porte populacional, variando de 49,1% nos municípios de 5.001 a 10.000 habitantes para 83,3% nos municípios com mais de 500.000 habitantes.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal 12.305 (BRASIL, 2010), inciso V - define coleta seletiva como a "coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição", de forma a diminuir a quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários.

Deve-se ressaltar ainda, que os resíduos sólidos orgânicos são uma grande fonte de metano que gera gás de efeito estufa (GEE) que é particularmente impactante em curto prazo (HOORNWEG et al., 2012).

1.1. Descarte inadequado de resíduos em ruas, praias e oceanos.

Com a flexibilização das medidas de isolamento e quarentena, houve uma grande consideração de descarte de forma inadequada de Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s por parte da população. No caso das máscaras cirúrgicas (ou médicas), que são confeccionados com materiais que tem na composição o polipropileno, material usado na fabricação de embalagens, que não se decompõem facilmente. Visto que as populações como medida preventiva utilizam também de outros materiais como de tecidos (caseiras/artesanais).

Segundo matérias publicadas em sites e jornais nacionais e internacionais, demonstram a preocupação com as questões ambientais em relação ao descarte de materiais utilizados como EPI´s para prevenção do vírus durante a pandemia COVID-19. O descarte de forma inadequada ocasionam sérios problemas ambientais urbanos como entupimento de bueiros, que consequentemente causam alagamentos, e a contaminação dos mares levando um desastre ambiental para a vida dos animais e do ecossistema. A nível mundial foi registrado por ambientalistas em todo o mundo o descarte de forma inadequado em ruas, praias e oceanos, encontrando: máscaras, luvas, frascos de álcool em gel e etc.

Mesmo que máscaras ou luvas sejam atiradas em terra, elas podem facilmente chegar ao oceano. O vento ou a chuva podem levá-los a rios ou lagos que correm para o mar comprometendo a vida dos animais marinhos e dos seres humanos.

No site Oceans Asia (2020) foi publicado pelo ambientalista Gary Stokes as quantidades de máscaras encontradas pelas Ilhas Soko em Hong Kong. Muitas foram encontradas flutuando em águas marinhas, Figura 1 e 2.

Figura 1. Máscaras recolhidas de praia das remotas Ilhas Soko em Hong Kong em maio de 2020.

Fonte: Ocean Asia (2020)

Figura 2. Máscaras no fundo no mar em Hong Kong.

Fonte: Ocean Asia (2020)

No site francês Um Gesto para o Mar (2020) ambientalistas também registraram os impactos ambientais ocasionados pela má forma de descarte de máscaras, luvas, frascos de gel e toalhas desinfetantes encontradas no mar, e destaca na reportagem "na verdade, não podemos considerar esse resíduo degradável porque o plástico tem as particularidades de se fragmentar em uma infinidade de partículas e depois em micropartículas amplamente difundidas pelas correntes marinhas", Figura 3 e Figura 4.

Figura 3. Resíduos utilizados na pandemia estão no fundo do mar na França.

Fonte: https://www.ungestepourlamer.org/ (2020)

Figura 4. Resíduos sendo coletados no mar na França

Fonte: https://www.ungestepourlamer.org/ (2020)

No Brasil a situação com o descarte de máscaras de forma inadequada também não é diferente, segundo o site *Instituto Argonauta* no litoral paulista nas praias de Caraguatatuba: Capricórnio, Cocanha, Massaguaçu, Mococa e Prainha; Ubatuba: Vermelha do centro, Tenório e Praia Grande; Ilhabela: Engenho D'água e Armação em Ilhabela; São Sebastião: Boraceia, Boiçucanga, Olaria e trilha do Camburizinho, foram encontradas descartes de máscaras pelas praias.

Figura 5. A) e b) Máscaras encontradas nas areias da praia do litoral norte em São Paulo.

Fonte: a) Instituto Argonauta (2020)

Fonte: b) Instituto Argonauta (2020)

1.2. O Plástico como material altamente impactante

No Brasil, a norma técnica do plástico (NBR 13.230:2008) está embasada de acordo com critérios internacionais. Contém a separação do material em seis diferentes tipos de plásticos (PET, PEAD, PVC, PEBD, PP, PS) e ainda há uma sétima opção (0 – outros), normalmente empregada para os produtos de plástico fabricados com uma combinação de diversas resinas e materiais (Mais polímero, 2018).

Plásticos são materiais formados pela união de grandes cadeias moleculares chamadas polímeros, que, por sua vez, são formadas por moléculas menores, chamadas monômeros. Os plásticos são produzidos através de um processo químico chamado polimerização, que proporciona a união química de monômeros para formar polímeros, sendo demostrado as demais características de plástico na figura 6 (SIMPLAST, 2019).

Figura 6. Material plástico.

Fonte: Mais polímero (2018)

De acordo com a empresa Mais Polímero distribuidora de resinas, as características dos tipos de plásticos fabricados e identificados na figura acima são as seguintes:

1. PP ou Polipropileno – tem como algumas de suas características ser inquebrável, transparente, brilhante e rígido. É bastante utilizado em filmes para embalagens e alimentos, embalagens industriais, potes e seringas descartáveis. É um material reciclável.

2. PEBD ou Polietileno de Baixa Densidade - O PEBD é reciclável. É um plástico flexível, leve, transparente e impermeável. Pode ser aplicada em sacolas de supermercados, sacaria industrial, bolsas para soro medicinal, entre outros.

3. PEAD ou Polietileno de Alta Densidade - Por ser um termoplástico, o PEAD é reciclável. É um plástico inquebrável, resistente a baixas temperaturas, leve e impermeável. É bastante aplicado em em-

balagens de detergente e óleos automotivos, garrafeiras, tampas, potes, caixas de leite de plástico, garrafas de suco, frascos de shampoo, etc.

4. PEBDL ou Polietileno de Baixa Densidade Linear - É um material menos translúcido que o PEBD, e possui maior resistência mecânica. Pode ser aplicados em filmes, sacolas, caixas d'água, embalagens em geral.

5. EVA ou Acetato de Vinila - O EVA é flexível e resistente ao mesmo tempo. Suas características fazem do EVA um produto competitivo em relação a outros termoplásticos e alguns tipos de borrachas, sendo utilizado no segmento de calçados em compostos expansíveis e reticulados transformados por injeção e pressão. É aplicado em equipamentos de academia, brinquedos, brindes, solados de calçados, entre outros. Não é reciclável.

6. PS ou Poliestireno Cristal e de Alto Impacto - Por ser um material barato e frágil, é muito usado na fabricação de produtos descartáveis ou que necessitem de alta transparência. O poliestireno convencional é popularmente conhecido como PS cristal. É aplicado em potes de embalagens em geral, tampas, copos descartáveis, brinquedos, etc.

7. ABS ou Acrilonitrila Butadieno Estireno - É um termoplástico desenvolvido para aplicações que necessitam de uma boa resistência ao impacto e um bom aspecto visual. É um dos plásticos mais indicados para a produção de carcaças de eletrodomésticos. Tem boa resistência mecânica, fácil moldabilidade, dureza. Por essa razão, é muito utilizado em carcaças de eletrodomésticos, capacetes e painéis automotivos.

Conforme o Banco mundial (2018) o processo de reciclagem dos plásticos são especialmente problemáticos. No relatório em 2016, foram gerados 242 milhões de toneladas de resíduos plásticos no mundo, representando 12% total dos resíduos sólidos. Essa tendência continuará à medida que a produção global de plástico disparar nos próximos 10 a 15 anos. Cerca de 13 milhões de toneladas de plástico vazam em nossos oceanos todos os anos, prejudicando a biodiversidade, as economias e, potencialmente, nossa própria saúde (ONU, 2018).

Se o atual padrão de consumo e desperdício as práticas de gestão continuar, então, haverá cerca 12 bilhões de toneladas de lixo plástico em aterros sanitários e no meio ambiente, e esse número podem qua-

druplicar até 2050 (ONU Ambiente, 2018). Todo ano, 0,57 milhões de toneladas de plástico entram nas águas mediterrâneas. Isso é equivalente a despejar 33.800 garrafas de plástico no mar a cada minuto (WWF, 2019).

O levantamento realizado pelo WWF (2019) com base nos dados do Banco do Mundial analisou a relação com o plástico em mais de 200 países, e apontou que **o Brasil produz, em média, aproximadamente 1 quilo de lixo plástico por habitante a cada semana. Mantendo no ranking no 4º lugar como o maior produtor de lixo plástico no mundo,** com 11,3 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Índia. Desse total, mais de 10,3 milhões de toneladas foram coletadas (91%), mas **apenas 145 mil toneladas (1,28%) são efetivamente recicladas,** ou seja, reprocessadas na cadeia de produção como produto secundário. Esse é um dos menores índices da pesquisa e bem abaixo da média global de reciclagem plástica, que é de 9%, conforme tabela 1.

Tabela 1. Produção e reciclagem de plástico no mundo (números em toneladas).

País	Total de lixo plástico gerado*	Total incinerado	Total reciclado	Relação produção e reciclagem
EUA	70.782.577	9.060.170	24.490.772	34,60%
China	54.740.659	11.988.226	12.000.331	21,92%
Índia	19.311.663	14.544	1.105.677	5,73%
Brasil	11.355.220	0	145.043	1,28%
Indonésia	9.885.081	0	362.070	3,66%
Rússia	8.948.132	0	320.088	3,58%
Alemanha	8.286.827	4.876.027	3.143.700	37,94%
Reino Unido	7.994.284	2.620.394	2.513.856	31,45%
Japão	7.146.514	6.643.428	405.834	5.68%
Canadá	6.696.763	207.354	1.423.139	21,25%

Fonte: Adaptado por WWF / Banco Mundial (What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050)

** Valor total de lixo plástico descartado em resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos de construção, lixo eletrônico e resíduos agrícolas, na fabricação de produtos durante um ano* (WWF, 2019).

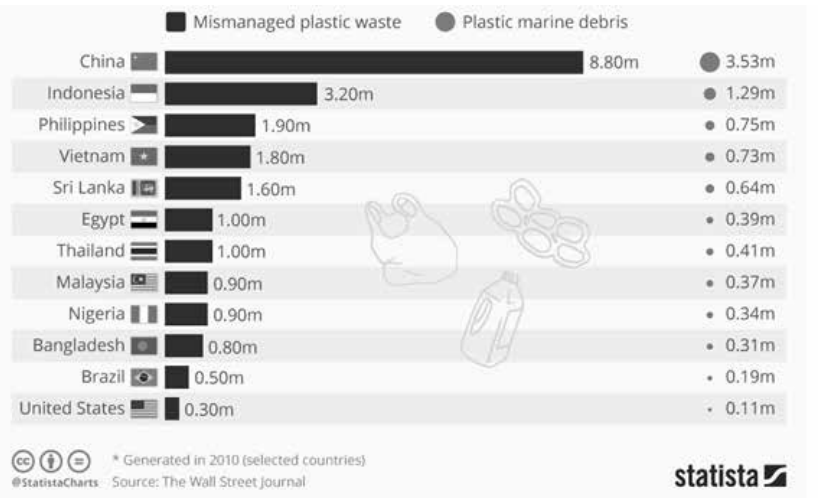
De acordo com a WWF (2019) a poluição por plástico é crescente a cada ano e o resultado de falhas em todo o ciclo de vida do plástico, incluindo produção, consumo, resíduos, gestão e mercados secundários de material reciclado. Mais da metade do plástico se transforma em lixo menos de um ano depois que foi produzida, e a maior parte é enviada para aterros não recebendo nenhum tratamento específico antes, ou opcionais como incineradores, em vez de reciclado ou reutilizado (WWF, 2019).

Os governos precisam melhorar a gestão de sistemas de resíduos e introduzir incentivos financeiros para mudar os hábitos dos consumidores, varejistas e fabricantes, que devem assumir a responsabilidade e construir em conjunto um modelo de economia circular eficiente em que o plástico desnecessário é evitado e nenhum plástico se torna lixo. Ações devem ser tomadas em todos os níveis para garantir zero vazamento de plástico na natureza (ONU Ambiente, 2018; WWF, 2019).

Os impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente estão ligados a alguns dos produtos químicos que são adicionados aos plásticos durante o processo de fabricação e processamento (EPA, 2009).

Pesquisa realizada pelo The Wall Street Journal (2010) mostra claramente que a Ásia mantém o maior índice de poluição, segue na ordem a representatividade os países que mais poluem os oceanos: China, Indonésia, Filipinas, Vietnã e Sri Lanka no qual mantém com maior nível de lixo plástico mal gerenciado e detritos marinhos de plásticos. Figura 6.

Figura 7. Comparação entre países que poluem os mares.



Fonte: The Wall Street Journal (2010)

Existem ainda os plásticos na composição Oxi-biodegradável, regulamentado pela norma ASTM D6954-04 (norte-americana), e a degradação desse material no meio ambiente é mais rápido que o do plástico comum (MMA, 2018). Mas, a controvérsia, pois, o plástico aditivado não é uma solução ambiental para substituição do plástico comum, consequentemente, não é a melhor alternativa para o meio ambiente. Com a presença de oxigênio e a incidência de luz e calor em sua superfície suas características se fragmentam em pedaços menores acabando por se depositar em mares, riachos, rios e lagos, podendo ser ingeridos por animais (MMA, 2018).

1. INATIVIDADE DA INDÚSTRIA DURANTE A PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO MEIO AMBIENTE

A limitação das atividades econômica e o isolamento social provocados pela pandemia COVID-19 ocasionaram alguns impactos ao meio ambiente. Segundo dados da FIOCRUZ (2020), que destaca em suas pesquisas que nas emissões de carbono diminuíram entre 5.5% e 5.7% durante a pandemia. Boa parte dessa redução se deve a diminuição da atividade industrial, mas o consumo de combustíveis fósseis também reduziu drasticamente: a diminuição da procura por gasolina chegou a 35% e, por diesel, a cerca de 25% (FIOCRUZ, 2020).

O monitoramento ambiental realizado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB há diversas décadas permite um diagnóstico amplo e um acompanhamento da evolução da qualidade do meio ambiente no Estado, durante a pandemia informou em seus dados de pesquisa que a Região Metropolitana de São Paulo provocou uma diminuição das atividades e consequentemente da circulação de veículos durante este período de isolamento, reduzindo as emissões atmosféricas, no qual tem sido registradas em todas as 29 estações de monitoramento da região, qualidade do ar boa para os poluentes primários, Figura 8, que são aqueles emitidos diretamente pelas fontes poluidoras. Os resultados dessa classificação podem ser influenciados pelas condições meteorológicas de dispersão dos poluentes (CETESB, 2020).

Os níveis de monóxido de carbono, que é um indicador da emissão de veículos leves em grandes centros urbanos, estiveram

entre os mais baixos durante o isolamento social na região (CETESB, 2020).

Figura 8. Imagem de São Paulo com a qualidade do ar boa para os poluentes primários.

Fonte: https://cetesb.sp.gov.br/ (2020)

O período de maio a setembro é, geralmente, o mais desfavorável para a dispersão de poluentes primários no Estado de São Paulo. Em 2019, houve 36 dias com condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes, correspondendo a 24% do período (CETESB, 2019).

As fontes antrópicas são as responsáveis pela poluição do ar, aproximadamente 65 mil produtos químicos, provenientes de uma variedade de atividades industriais, encontram-se na atmosfera, Quadro 1 (Lisboa, 2014).

Quadro 1. Fontes de poluição atmosférica

DENOMINAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	FONTES PRINCIPAIS
SO2 Dióxido de enxofre (anidrido sulfuroso)	Poluente mais característico dos aglomerados industriais. É proveniente essencialmente da combustão dos fluidos-óleos e do carvão; quando queimado estes combustíveis liberam o enxofre que eles contem, o qual se combina com oxigênio do ar na forma de SO2.	Atividades industriais; Queima de óleos de combustíveis Veículos automotores
Nox óxidos	Gás emitido principalmente por motores de veículos automobilísticos, as instalações de combustão e nas fábricas de ácido nítrico.	Atividades industriais Veículos automotores
P – FN Poeiras Fumaças negras	Partículas sólidas em suspensão no ar provenientes da combustão ou de certos processos indústrias (cimentos, adubos...). Na zona urbana, a circulação de automóveis representa um importante emissor de poeiras. Os veículos diesel respondem pela emissão da fumaça negra.	Atividades industriais Veículos automotores
HC Hidrocarbonetos	A combustão incompleta dos carburetos dos motores dos veículos é a origem de emissões de vapores de hidrocarbonetos. Rejeitos importantes são igualmente devido a estocagem de petróleo (refinarias, postos de serviços).	Postos de gasolina Veículos automotores
CO Monóxido de carbono	É proveniente essencialmente do funcionamento de veículos motores à explosão.	Veículos automotores
HCL Ácido clorídrico	Resulta da combustão por parte das usinas de incineração de materiais plásticos contidos nos dejetos domiciliares (PVC)	Incineração do lixo

DENOMINAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	FONTES PRINCIPAIS
Pb Chumbo	Metal tóxico emitido principalmente pela circulação de automóveis: o chumbo entra em ação na composição de um aditivo para a gasolina.	Veículos automotores
F Fluor	Emitido essencialmente pela indústria de alumínio, mas também durante a fabricação de adubos, de vidro e da combustão de carvão.	Atividades industriais
H2S (gás sulfídrico) Mercaptana	Gás mal cheiroso, cujas emissões são relacionadas à certas atividades industriais: fabricação de pasta de papel, refinamento de petróleo, graxarias, rejeitos de carvão mineral, etc..	Atividades industriais
Odores	Este vocábulo designa a percepção de substâncias muito variadas emitidas por numerosas indústrias e por estações de tratamento de efluentes. Fortemente percebidas pela população, estas substâncias correspondem raramente à emissões tóxicas.	Atividades industriais

Fonte: Lisboa (2014)

Dentre as piores questões ambientais urbanas no Brasil e no mundo destaca-se a poluição atmosférica, que representa um dos maiores problemas de saúde pública na atualidade, associando-se a vários efeitos deletérios sobre a saúde da população, mesmo quando em níveis considerados seguros pela legislação ambiental (Lisboa, 2014; Mascarenhas *et al.*, 2008).

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos apresentado, este trabalho de pesquisa buscou analisar os problemas de forma que devemos suprir às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

A preocupação mundial com a COVID -19 que ao mesmo tempo nos traz a preocupação com o planeta em relação à questão de sustentabilidade, pois sabemos que a geração de resíduos durante este período de pandemia é muito maior, devido à necessidade de se manterem em casa, os volumes de compras de alimentos e utensílios aumentam para supri a necessidade durante este período. Com este aumento de consumo consequentemente torna o plástico como um dos maiores problemas ambientais, pela facilidade de descarte e dificuldade de reciclagem, visto que muitos municípios brasileiros possuem o plano de gerenciamento de resíduos ineficiente, e isso torna o país no 4º lugar como o maior acumulador de lixo plástico no mundo. Por não existir uma forma correta e eficiente para a reciclagem dos mesmos, as políticas públicas poderiam reavaliar a necessidade de manter a existência destes tipos de materiais que não são fáceis ou não tem valor para serem reciclados, e é a consequência como dos problemas ambientais causados no oceano.

Outro problema ambiental apresentado durante este período foram os vestígios de descartes de forma inadequada de material utilizado durante a pandemia como máscaras, frascos de álcool em gel, luvas e etc., no qual levou a uma preocupação mundial relacionada também com a Educação Ambiental das pessoas. Principalmente em se tratando de um problema que está gerando outro problema, como é o caso da má forma de descarte destes materiais nas ruas, nas praias e nos oceanos comprometendo a vida dos animas que pode confundi-las com comida. O descarte de forma inadequada também são motivos para propagação de mosquitos e pragas, que podem aumentar a transmissão de vetores e doenças.

Pela dificuldade de decomposição dos materiais que compõem as máscaras cirúrgicas, o ideal seria que as pessoas adotassem máscaras reutilizáveis e trocasse luvas de látex pela lavagem das mãos. Como alternativa que podemos apresentar para as máscaras de tecidos após descarte, seria a possibilidade para reutilização em fabricação de artesanatos após uma boa higienização.

A inatividade das indústrias e diminuição da circulação de veículos durante este período, foi possível observar nas pesquisas a diferença da

qualidade do ar pelas condições meteorológicas com a diminuição dos poluentes atmosféricos. Em muitas cidades o ar ficou mais limpo, e isso gerou um impacto positivo no meio ambiente, que consequentemente foi minimizado os problemas respiratórios, e a redução do impacto ambiental no ar.

Precisamos evoluir na questão de sustentabilidade mantendo a vida no planeta de forma equilibrada, para que as próximas gerações não venham a sofrer com os danos dos impactos negativos, devido às más práticas da geração atual. As pessoas precisam ser conscientizadas e a gestão pública precisa ser eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE (2020). Disponível em: <https://abrelpe.org.br/abrelpe-no-combate-a-covid-19/> Acesso em 22/08/20.

BANCO MUNDIAL (2018). Disponível em <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2018/09/20/ global-waste-to-grow-by-70-percent-by-2050-unless-urgent-action-is-taken-world-bank-report> Acesso em: 24/08/20.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br > Acesso em: 24/08/20.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (2019). Relatório de qualidade do AR-2019. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/> Acesso em: 27/08/20.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (2020). Cetesb constata diminuição da poluição na grande São Paulo durante a quarentena do coronavirus. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/ Acesso em: 27/08/20.

EPA – Environment Protection Agency (2017). Climate Change and Waste. Reducing Waste Can Make a Difference. Disponível em:

https://19january2017snapshot.epa.gov/ climatechange/ climate--change-and-waste_.html> Acesso em: 24/08/20.

EPA – Environment Protection Agency (2009) The EPA Blog. Disponível em: <https://blog.epa.gov/tag/plasticos/>Acesso em: 25/08/20.

FIOCRUZ (2020) Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ. Disponível em< cee.fiocruz.br>Acesso em: 20/08/20.

GLOBAL RESEARCH COLLABORATION FOR INFECTIOUS DISEASE PREPAREDNESS. GloPID-R facing the COVID-19 emergency with its members and partners. <https://www.glopid-r.org/glopid-r-facing-the-COVID-2019-emergency-with-its-members-and-partners/>Acesso em: 22/08/20.

HOORNWEG. D., et al., (2012) WHAT A WASTE A Global Review of Solid Waste Management. Disponível em < http://documents.worldbank.org/curated/pt/302341468126 264791/pdf/68135-REVISED-What-a- Waste-2012-Final-updated.pdf > Acesso em: 24/08/20.

INSTITUTO ARGONAUTA (2020). Lixo da Pandemia começa a aparecer nas praias paulistas. Disponível em: <https://institutoargonauta.org/lixo-da-pandemia-comeca-a-aparecer-nas-praias--paulistas/> Acesso em: 24/Agosto/2020.

LISBOA, Henrique de Melo (2014). Controle da Poluição Atmosferica. Disponível em: <http://repositorio.asces.edu.br/> Acesso em: 27/07/20.

Mais polímero (2018). Distribuidor de resinas termoplástica. Disponível em: http://www.maispolimeros.com.br/2018/10/15/tipos-de--plastico-2/ Acesso em: 26/08/20

Mascarenhas, M. D. M.; Vieira, L. C.; Lanzier, T. M.; Leal, A. P. P. R.; Duarte, A. F.; Hatch, D. L. (2008). Jornal Brasileiro de Pneumologia. *On-line version* ISSN 1806-3756. J. bras. pneumol. vol.34 no.1 São Paulo Jan. 2008. Acessoem: 27/08/20

Ministério do Meio Ambiente - MMA (2018) O tamanho do problema. Disponível em <www.mma.gov.br> Acesso em: 24/08/20.

Ministério do Meio Ambiente - MMA (2018). Logística reversa. Disponível em < http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/9340-log%C3%ADstica-reversa.html> Acesso em: 24/08/20.

Ministério da saúde (2020). Coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> Acesso em: 20/Agosto/2020.

Organização Mundial da Saúde (2020). Pandemia - CVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 24/08/20.

OCEANS ASIA (2020). Máscaras recolhidas de praia das remotas Ilhas Soko em Hong Kong. Disponível em: <http://oceansasia.org/plastic-pollution/> Acesso em: 24/08/20.

ONU AMBIENTE (2018) . The state of plastics. Acesso em: 24/08/20.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS (2010). The World Health Report 2007 – Disponível em: <https://www.who.int/whr/2007/en/.> Acesso em: 24/08/20.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS (2020). Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em: 22/08/20.

SINIR - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (2017). Disponível em: http://www.sinir.gov.br/images/sinir/LOGISTICA _REVERSA/ RELATORIOS_ANUAIS/Embalagens_em_Geral/RELATORIOFINALFASE1 _2017.pdf Acesso em: 24/08/20.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SIMPLAST (2019).

Disponível em: < http://simplast.com.br/o-plastico/> Acesso em: 25/08/20.

THE WALL STREET JOURNAL (2010). Países que mais contaminam os oceanos. Disponível em: https://www.statista.com/chart/12211/the-countries-polluting-the-oceans-the-most/#:~:text=A%20team%20of%20researchers%20in,clogging%20up%20global%20sea%20lanes. Acesso em: 25/08/20.

UN GESTE POUR LA MER - Resíduos sendo coletados no mar na França. Disponível em: <https://www.ungestepourlamer.org/> Acesso em: 24/08/20.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF (2019). STOP THE FLOOD OF PLASTIC How Mediterranean countries can save their sea. Disponível em: < http://awsassets.panda.org/downloads/a4_plastics_reg_low.pdf> Acesso em: 24/08/20.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF (2019). Brasil é o 4º país do mundo que mais gera lixo plástico. Disponível em: < https://www.wwf.org.br/?70222/Brasil-e-o-4-pais-do-mundo--que-mais-gera-lixo-plastico#:~:text=O%20levantamento%20realizado%20pelo%20WWF,por%20habitante%20a%20cada%20semana.> Acesso em: 26/08/20

MATERIAIS EDUCATIVOS PARA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO & AVALIAÇÃO

Fabiana Nunes Merhy-Silva[96]

Introdução

A big idea/tese central do presente artigo é que os materiais educativos para comunicação e educação em saúde precisam contemplar o planejamento, desenvolvimento e avaliação junto aos interlocutores em todas as etapas/dimensões do circuito social da Comunicação e Saúde/C&S – produção, circulação e apropriação (ou consumo),– etapas sempre mediadas por um processo de negociação e que correspondem ao ciclo completo da produção social dos sentidos meio aos processos de apropriação da realidade no âmbito da Saúde Coletiva.

96 Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Psicóloga-sanitarista; Professora, Pesquisadora-interventora e Analista Institucional.Mestre em Saúde Coletiva/IESC-UFRJ. Doutora em Serviço Social/Ciências Sociais Aplicadas (Escola de Serviço Social/ESS-UFRJ).Aprovada como Pós-doutoranda no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade-de-Ciências-Médicas/DSC-FCM da Universidade-Estadual-de-Campinas/UNICAMP (Aguardando bolsa).Membro do *Projeto-Transversões – "Saúde-Mental,Desinstitucionalização e Abordagens-Psicossociais"*(ESS-UFRJ).Membro do *Coletivo de Estudos e Apoio Paideia*/DSC-FCM-UNICAMP.Líder-coordenadora da "*Rede de Suporte Mútuo aos Trabalhadore(a)s-Usuários e Trabalhadore(a)s da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAST-SUS,da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS-SUS e do Sistema Único de Assistência Social/SUAS*"(MERHY-SILVA,2012).

O objetivo deste ensaio é mapear alguns tipos de materiais educativos para a comunicação e educação em saúde no campo da Saúde Coletiva, buscando refletir sobre as interlocuções entre as políticas públicas e o planejamento-gestão e avaliação destes materiais junto às partes envolvidas.

O que justifica essa investigação é que há uma espécie de concordância entre os autores da C&S (ARAÚJO & CARDOSO, 2005, 2007 e 2008; ARAÚJO *et al.*, 2003; ARAÚJO; CARDOSO & LERNER, 2007; ARAÚJO; CARDOSO & MURTINHO, 2010; PELICIONI; MIALHE *et al.*, 2012; ARAÚJO & CARDOSO, 2012) quanto ao modelo de comunicação hegemônico (visão instrumental/emissor-receptor/modelo campanhista) ainda prevalecer atualmente e que este não dá a devida atenção ao restante do processo comunicativo e educacional pois deixa de lado as dimensões da circulação e apropriação dos materiais produzidos (CARDOSO, s/d).

Até que ponto este(s) desafio(s) da C&S – [1] contextualização e descentralização durante todo o processo comunicativo-educativo; [2] práticas dialógicas na construção compartilhada de conhecimentos para a/na promoção de saúde afinadas com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde/SUS; [3] articulação entre o planejamento-gestão-avaliação e todas as etapas do processo de produção-circulação-apropriação –tem sido enfrentados no cotidiano da produção acadêmica de materiais educativos sobre políticas públicas?

A literatura a respeito do tema demonstra que "as políticas governamentais de comunicação em saúde não acompanharam o processo de descentralização" do SUS (CARDOSO, s/d:p.16).

Atualmente ainda prevalece a visão hegemônica (instrumental) na produção de materiais educativos para comunicação e educação em saúde e tais materiais são descontextualizados.

Os materiais educativos para comunicação e educação em saúde precisam estar alinhados aos princípios e diretrizes do SUS bem como a todo o processo de produção circulação e apropriação destes pelos diferentes atores envolvidos no planejamento-gestão e avaliação.

Quanto mais dialógicos, contextualizados e descentralizados forem o planejamento, desenvolvimento e avaliação dos materiais educa-

tivos para comunicação e educação em Saúde Coletiva, mais potencializante será a produção de sentidos destes, o que pode facilitar melhores apropriações das políticas públicas e sociais por parte dos atores sociais/interlocutores envolvidos.

Uma vez situado propedeuticamente o "desenho do estudo", o organizamos em três sessões, de forma a dar visibilidade aos (con)textos e à importância destes para e na C&S e em todo o processo comunicativo-educativo. No meio de campo entre a contextualização dos conceitos e materiais educativos, descreveremos qual o caminho metodológico trilhado por nós para então adentrarmos nos exemplos de práticas dialógicas que ilustram o planejamento-gestão e avaliação de materiais educativos associados a políticas públicas. Nosso último passo será então tecer nossas contribuições finais a respeito destes.

1. contextualização

Apresentaremos brevemente alguns conceitos e debates a respeito dos contextos e da importância de se considerar todo o processo de produção-circulação-apropriação dos materiais educativos produzidos no âmbito da comunicação e educação em saúde.

A tese central deste tópico é que os materiais educativos precisam ser contextualizados e dialogados em todas as etapas do processo comunicativo-educativo e que este é um passo essencial para a produção de sentidos em saúde e que propicia melhores apropriações destes a partir da construção compartilhada de conhecimentos entre os interlocutores envolvidos.

Um dos argumentos de acusação à produção de materiais educativos para comunicação e educação em saúde é que estes ainda permanecem descontextualizados.

Por isso, em função da descontextualização dos materiais, atualmente ainda prevalece a visão hegemônica (instrumental) na produção destes.

Quanto maior a capacidade de contextualizar, maior a capacidade de comunicar ou será vice-versa?

Em busca de desconstruir essa C&S descontextualizada e sem a participação efetiva dos envolvidos na elaboração dos materiais educa-

tivos é que logo adiante dedicamos um subtópico [1.1] para apresentar uma C&S contextualizada com as políticas públicas, especialmente com os princípios do SUS, seguido do subtópico [1.2 Que materiais educativos para comunicação e educação em saúde?];a fim de situar materiais educativos para comunicação e educação em saúde produtores de sentidos e de Saúde Coletiva.Já o subtópico [1.3 "Contextos de circulação e apropriação dos sentidos propostos nos materiais educativos"] aborda os contextos de circulação e apropriação dos sentidos dos materiais.

1.1. Contextos: "A capacidade de comunicar é dada pela capacidade de contextualizar"?

A questão levantada a partir de uma frase de "efeito" (LOURAU,2004) que circula no campo da C&S (PINTO,1999;ARAÚJO&CARDOSO,2008:P.68;ARAÚJO&CARDOSO,2012:p.120); abre possibilidades de revertermos um dos impasses do campo, que tem sido produzir materiais educativos absolutamente descontextualizados da realidade.

Apresentar uma ***C&S contextualizada com as políticas públicas*** [97] (ARAÚJO, 2000;2002;2004;ARAÚJO et al.,2003), especialmente **com os princípios do SUS** (ARAÚJO&CARDOSO,2005;ARAÚJO&CARDOSO,2008;ARAÚJO;CARDOSO&MURTINHO, 2010;ARAÚJO,2012;ARAÚJO&CARDOSO,2012;PELI-

97 A perspectiva da C&S aqui referida é a do modelo do Mercado Simbólico (ARAÚJO,2002e2004),o qual afirma que a comunicação é "o processo de produzir, fazer circular e favorecer a apropriação dos bens simbólicos".Tal modelo é voltado para políticas públicas que "só se configuram como tais quando assumem visibilidade e são disponibilizadas por meio de processos comunicacionais,mediados pelas instituições e que caracterizam uma ação de intervenção social" (ARAÚJO,2002:p.221).Ou seja,quando entram em circulação,deixando de ser um bem privado,para se tornarem um bem público" (Araújo & Cardoso,2005:p.213).Sobre como temos trabalhado e nos apropriado de políticas públicas (GUIMARÃES,1986;FERREIRA-NETO,2011) sugerimos a leitura de Merhy-Silva (2012;2020c;2020e;2020f).
FERREIRA-NETO,JoãoLeite.**Psicologia,PolíticasPúblicas e o SUS**.São-Paulo:Escuta.Belo Horizonte:FAPEMIG,2011.

CIONI;MIALHE *et al*.,2012) é a "meta-objetivo" (MATTOS,2005) deste subtópico.

Um dos argumentos de acusação é que atualmente ainda prevalece a visão hegemônica (instrumental/transferencial) na produção de materiais educativos para comunicação e educação em saúde.

> "Do nosso ponto de vista, *comunicação e saúde são dois campos mutuamente constitutivos e*, *como práticas sociais*, *atravessam e são influenciadas por outros tantos campos, processos e contextos*. Comunicação, assim, longe de poder ser restrita à transmissão de informações "já dadas", *é vista como permanente e disputado processo de produção, circulação e apropriação dos sentidos sociais*" (ARAÚJO& CARDOSO,2008:p.62.*Grifos-nossos*).

Ao tomarem a C&S enquanto um processo de construção social e de produção de sentidos, as autoras supracitadas afirmam veementemente a importância concomitante de todo o processo comunicativo– produção,circulação e apropriação dos sentidos sociais–ser contextualizado.

> "Tal perspectiva impõe a superação de práticas e modelos teórico-metodológicos de natureza instrumental,bipolar e unidirecional,que ignoram ou reduzem a complexidade dos processos relacionados aos sentidos da saúde.Essa (...) é uma dimensão (...)fundamental para os processos de transformação e para a criação de suas próprias condições de emergência e fortalecimento"(ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.63).

O "modelo do mercado simbólico" e da produção de sentidos (ARAÚJO,2002e 2004) desenvolvido pelas autoras (ARAÚJO&-CARDOSO,2008;CARDOSO&ARAÚJO,2008) caminha em direção ao fortalecimento dos princípios do SUS e tal modelo relacionado a políticas públicas, tem como características a ideia da C&S em rede,multipolar e multidirecional. Trabalha com a ideia da comunicação como "o processo negociado de produção/circulação/ apropriação dos bens simbólicos"(ARAÚJO,2006:p.428) e propõe

que essa rede comunicativa seja operada por interlocutores, sempre contextualizados.

Outro argumento utilizado pelos autores-atores da C&S (ARAÚJO&CARDOSO, 2007) é que a produção desses materiais educativos é descontextualizada da realidade social.

> "**Pontos de partida**.*Tomemos como ponto de partida um conceito–o de contexto*,palavra-chave *para nossa compreensão dos princípios do SUS, principalmente os da descentralização*,participação social e equidade.*Não há participação efetiva possível sem práticas descentralizadas,assim como nenhum movimento descentralizador pode de fato desconcentrar poder sem que se levem em consideração os contextos específicos*.Se isto é verdade para a saúde de um modo geral,(...)para a comunicação é condição de possibilidade"(ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.67.*Grifos-nossos*).

Daí, interpretamos que contextualizar e descentralizar em consonância com os princípios do SUS é condição sine qua non para que a C& S seja não só um dos pontos de partida para a produção de saúde e de sentidos,mas o meio de campo com os diversos interlocutores das políticas públicas.

Há autore(a)s que argumentam que *"a capacidade de comunicar é dada pela capacidade de contextualizar"* (PINTO,1999;ARAÚJO&CARDOSO,2007;ARAÚJO&CARDOSO,2008).

> "Pode-se dizer que *a capacidade de comunicar equivale à capacidade de contextualizar* (PINTO,1999).*Em outros termos, se os contextos e especificidades dos interlocutores não são considerados, a comunicação não se efetiva*.Essa afirmação é tanto mais aplicada quando se consideram alguns tipos de contexto que colocam em relevo elementos fundamentais para a compreensão das condições de produção dos sentidos e das relações sociais,ou seja,do processo da comunicação" (ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.68. *Grifos-nossos*).

Pelo exposto, podemos aferir que o processo comunicativo será tão mais efetivo quanto mais contextualizado este for, bem como quanto mais ampliada (dialógica) for a produção dos sentidos e das relações sociais (aí incluído todo o ciclo comunicativo dos materiais educativos) com os interlocutores envolvidos.

Os materiais educativos para comunicação e educação em saúde precisam estar alinhados aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde/SUS bem como a todo o processo de produção circulação e apropriação destes pelos diferentes atores envolvidos no planejamento--gestão e avaliação.

> "As práticas dominantes,informadas por modelos lineares e unidirecionais, ignoram a existência dos contextos,produzindo e naturalizando falas centralizadas que se querem únicas.A conseqüência é inevitável:*se não há interlocução,só recepção,não há participação digna deste nome,só versões empobrecidas, tuteladas.Não há como ignorar,ainda,que a simples presença de vozes oriundas de outros espaços ou grupos sociais não é garantia de pluralidade e dialogismo*:-muitas vezes,como nos lembra Brait,(1999),trata-se unicamente de uma "cacofonia polienunciativa".*As estratégias focadas nos meios de comunicação de larga escala acentuam essa descontextualização*,pois desconsideram a diversidade de situações e a heterogeneidade dos segmentos sociais *e raramente são combinadas em um planejamento que preveja iniciativas locais com esta característica*"(ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.68.*Grifos-nossos*).

As autoras teceram o argumento de acusação aos modelos de comunicação lineares e unidirecionais e que "ignoram" os contextos, produzem e naturalizam falas hegemônicas-centralizadas e descontextualizadas,que não contemplam a interlocução e polifonia social e onde não há participação e sim "tutela".Citam também a "cacofonia polienunciativa" (BRAIT,1999) para criticar a comunicação descontextualizada que desconsidera a heterogeneidade dos grupos sociais e a raridade do planejamento das estratégias de comunicação que inclua iniciativas locais.

1.2. Que materiais educativos para comunicação e educação em saúde?

Neste subtópico,buscamos situar materiais educativos para comunicação e educação em saúde produtores de sentidos e de Saúde Coletiva (ARAÚJO,2006a;2006b;ARAÚJO&CARDOSO,2007;ARAÚJO,2012).

O foco aqui é apresentar os materiais educativos do ponto de vista de/do texto de Araújo (2006) para a coletânea–"Educação,Comunicação e TecnologiaEducacional: interfaces com o campo da saúde"[98]– organizada por Monteiro & Vargas (2006).

"Lá", a autora afirma que "textos são *parte importante da construção dos sentidos* sociais. *Textos expressam modos de ver a realidade e*, como tal, *participam da construção da realidade*" (ARAÚJO,2006:p.49.*Grifos-nossos*).

Ao analisar a colocação da autora a respeito dos (con)textos é possível afirmar que a construção social da realidade (BERGER&LUCKMANN,1966) e a produção dos sentidos sociais (ARAÚJO,2006a e b) andam juntas com os processos de apropriação da realidade.Tudo isso,precisa ser levado em conta na interlocução durante todo o processo comunicativo-educativo de materiais educativos.

Concordamos com a autora ao afirmar que "quando escrevemos materiais educativos, produzimos sentidos" (ARAÚJO,2006:p.49).

Estes [materiais educativos], nos interessam apenas se e enquanto produtores de sentidos no trabalho em saúde.

> "Se estamos,porém,desejando saber que sentidos serão produzidos no momento que nosso texto entrar numa rede intertextual,no espaço da prática social, *esta resposta só poderá ser aproximativa,a partir de um estudo de circulação e apropriação dos mate-*

98 Na referida coletânea as autoras visaram "estimular a produção de conhecimento na área da educação em saúde bem como divulgar a produção–particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento e avaliação – de tecnologias educacionais, [lá] denominadas materiais educativos"(MONTEIRO&VARGAS, 2006:p.02).Estes,aplicados à saúde,têm como um dos desafios a construção de alternativas para além de uma visão instrumental da C&S (ibidem,p.03).

> *riais educativos. Só poderá ser respondido compreendendo-se como aqueles textos se articulam com os contextos*, ou seja: como os contextos determinam os sentidos que as pessoas atribuem aos textos que lhes são destinados"(ARAÚJO,2006:p.50. *Grifos-nossos*).

Não é possível explicar, a não ser de uma maneira aproximativa–pela via de estudos de circulação-e-apropriação dos materiais-educativos–,como os contextos determinam os sentidos que as pessoas atribuem aos textos que lhes são destinados? A resposta a esta questão está diretamente atrelada à compreensão de como aqueles textos se articulam com os contextos.

Um dos argumentos que sustentam esta escolha de produção com sentido e contextualizada é que a potencialidade dos materiais educativos está (in)diretamente associada aos princípios e diretrizes do SUS.

> "*Materiais educativos criam lugares de interlocução*,atribuem uma identidade e um lugar para o receptor e o mesmo para o enunciador,quase sempre uma instituição, que em princípio ocupa o lugar de centro discursivo.A cena social e discursiva que a maioria estabelece está formada por um polo que sabe e tem a prerrogativa de ensinar e outro polo que necessita aprender. Porém,*uma comunicação tem mais chances de dar certo quando os interlocutores reconhecem como legítimos os lugares de fala de cada um.*E isto põe no centro da questão os sistemas de classificações e nomeações,que utilizamos de forma tão naturalizada e acrítica" (ARAÚJO,2006:p.62.*Grifos-nossos*).

Embora neste texto tenhamos tomado o lugar de fala do "LACES--ICICT-FIOCRUZ"[99] enquanto representante de um dos modelos da C&S que dialoga com políticas públicas na Saúde Coletiva,consideramos também outros interlocutores em todo o processo comunica-

99 Sobre o lugar de fala do Laboratório-de-Comunicação-e-Saúde/LACES-Instituto-de-Comunicação-e Informação-Científica-e-Tecnológica-em-Saúde-Fundação-Oswaldo-Cruz/ICICT-FIOCRUZ, ver (ARAÚJO;CARDOSO&MURTINHO,2010;MERHY-SILVA,2020b:p.278).

tivo-educativo de elaboração dos materiais educativos. Reiteramos a afirmação anterior de Araújo que materiais educativos criam de fato lugares de interlocução (2006:p.62).

É preciso que os materiais educativos para comunicação e educação em saúde estejam alinhados a todo o processo de produção circulação e apropriação destes pelos diferentes atores envolvidos no planejamento-gestão e avaliação.

> "Devemos ter claro que *as pessoas farão sempre sua própria análise dos fatos e situações,pessoal ou compartilhada com o grupo e tomarão suas decisões baseadas em muitos fatores que não apenas a informação recebida.A informação dos materiais educativos deveria ser planejada considerando esta possibilidade, de modo a subsidiar um processo de tomada de decisão*,muito mais do que persuadir para uma mudança de comportamento ou atitude" (ARAÚJO,2006:p.68.*Grifos-nossos*).

Discutir os materiais educativos considerando o planejamento-gestão e avaliação nos processos comunicativos-educativos e nos processos grupalistas-institucionalistas (MERHY-SILVA,2012) de construção e análise compartilhada de fatos,situações,informações é relevante para subsidiar os processos de tomada de decisão.

Em síntese,discutir o circuito comunicativo-educativo dos materiais-educativos para a C&S requer equilibrar a balança entre os processos de interlocução (dialógicos-e contextuais) e os processos-de--trabalho.

1.3. "Contextos de circulação e apropriação dos sentidos propostos nos materiais educativos"

Especificamente,abordamos aqui o SUS como um dos contextos centrais de circulação e apropriação dos sentidos dos materiais no âmbito da C&S.

Somente a apreensão-análise do todo do processo de produção--circulação-e-apropriação destes materiais pode potencializar a produção de integralidade na Saúde Coletiva.

> "Para além das modalidades de contexto de relevância já sacramentada para a compreensão dos fenômenos sociais (os contextos histórico,político, cultural,econômico,ambiental,institucional,epidemiológico...), chamamos atenção para aqueles que evidenciam o papel dos discursos circulantes. Todo discurso (ou texto) (...)estabelece uma relação produtiva com os demais discursos ou textos presentes no mesmo espaço ou tempo,se influenciam mutuamente"(ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.69. *Grifos-nossos*).

Sem dúvida, a integralidade (PINHEIRO;MATTOS *et al.*,2005,2006e 2008;ARAÚJO &CARDOSO,2005;ARAÚJO&-CARDOSO,2007e2008;ARAÚJO,2012;MERHY-SILVA,2012 e 2020b) é um dos discursos circulantes entre a C&S.As autoras inclusive articulam a C&S e integralidade enquanto meio de campo da circulação polifônica[100] e esta como o "o calcanhar de Aquiles" do circuito comunicativo (ARAÚJO&CARDOSO, 2005).

As autoras assinalam que embora a circulação seja estratégica para uma abordagem da escuta da integralidade, o tema da circulação nem/pouco está presente nos planejamentos da comunicação na saúde, sendo esse um desafio que teremos que enfrentar (ARAÚJO&CARDOSO,2005:p.216).

E se a circulação é tomada enquanto *"*o calcanhar de Aquiles*"* da C&S,a apropriação seria o "apoderamento" – ou seja,à medida em que as pessoas tomam posse, adquirem poder,"se apropriam, se apoderam: de meios de produção, de canais de circulação,dos conteúdos circulan-

100 Circulação polifônica é a expressão utilizada por Araújo & Cardoso (2005:p.216-217) não só para nomear o (con)texto no qual publicaram o referido artigo [coletânea do *Laboratório-de-Pesquisas-sobre Práticas-de-Integralidade-em-Saúde*-Universidade-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro/LAPPIS-UERJ sobre a integralidade,especificamente neste livro que abarca a construção social da demanda,*entrelaçando* direito à saúde,trabalho em equipe,participação e espaços públicos (PINHEIRO;MATTOS *et al*.2005)], mas,podemos dizer que a circulação polifônica–um mix de uma das etapas do processo comunicativo/produção-circulação-e-apropriação com a polifonia-social (BAKTHIN,1988;BRAIT,1999) – "começou a circular no expresso [2222] da C&S e do SUS,que parte direto de/do[Bonsucesso] LACES-ICICT-FIOCRUZ pra depois do ano 2000"...

tes,de informações,de processos,de políticas" (ARAÚJO&CARDOSO,2005:p.216-217).

Portanto,os princípios do SUS como um todo (e não somente o princípio da integralidade),sustentam a C&S como produção-circulação-e-apropriação dos sentidos sociais (ARAÚJO,2002;ARAÚJO;-CARDOSO&MURTINHO,2010).

Nesta direção, os canais de circulação da C&S e os dispositivos de apropriação são a "pedra de toque" da comunicação e educação em saúde.Por ser o lugar que define se a comunicação se realiza ou não e que sentidos finalmente dela resultarão,é através da apropriação que a polifonia social se manifesta (ARAÚJO&CARDOSO, 2007:p.75).

Quanto mais dialógicos, contextualizados e descentralizados forem o planejamento,desenvolvimento-e-avaliação dos materiais-educativos para comunicação-e-educação em Saúde-Coletiva,mais potencializante será a produção-de-sentidos destes

> *"O contexto textual (co-texto) refere-se a esta propriedade e propicia que o planejamento da ação comunicativa ou sua análise não se feche sobre "um" texto,perdendo-se de vista aqueles outros com os quais está em contato e que se "contamina"*(ARAÚJO&CARDOSO,2008:p.68) *mutuamente,processo que se verifica em todo o circuito comunicativo quando produzimos,fazemos circular ou nos apropriamos de qualquer discurso ou texto*.Trocando em miúdos,adquirem relevância os intervalos e não apenas o programa televisivo ou radiofônico(e vice-versa),a página do jornal e não "a" notícia, todos os fragmentos textuais–escritos ou visuais –que convivem com aquele de nosso interesse no mesmo mural,parede ou tela do computador;o conjunto das campanhas de saúde que circulam simultaneamente no espaço público, e não apenas uma campanha isoladamente (ou um elemento apenas de uma campanha multimeios).*Afirmar isto significa dizer que o processo de apropriação("recepção","consumo","interpretação" são termos mais freqüentes) de determinado bem simbólico não está determinado exclusivamente pelo bem em pauta,mas co-determinado por seu contexto textual, que afeta a produção social dos sentidos*"(ARAÚJO&CARDOSO, 2008:p.69.*Grifos-nossos*).

O trecho acima transcrito permiti-nos compreender que os contextos, circuito comunicativo e a apropriação dos sentidos precisam ser analisados junto aos interlocutores e que a relação de "contágio mútuo" entre o contexto textual (co-texto) durante todo o processo--circuito-comunicativo (quando produzimos, fazemos circular ou nos apropriamos de qualquer discurso ou texto) precisa ser levada em conta no planejamento e análise da ação comunicativa já que o processo de apropriação é co-determinado pelo contexto textual,o qual afeta a produção social dos sentidos.

A ampliação da produção de sentidos dos/nos materiais educativos pode facilitar melhores apropriações das políticas-públicas-e-sociais por parte dos atores sociais/interlocutores envolvidos.

Ao realizarem um pequeno inventário de lacunas no conhecimento em C&S, Araújo & Cardoso (2007) apontam para a necessidade de pesquisas em vários níveis, dentre os quais, destacamos:

> ".[1]*Diagnóstico e análise dos contextos de circulação e apropriação*,pela população, da comunicação midiática e institucional.Entre eles: *mapeamento e caracterização dos múltiplos fluxos e canais que a população dispõe ou cria par fazer circular as informações de seu interesse*;desenho das comunidades discursivas que competem no mercado simbólico de um determinado tema e circunscrição geográfica ou institucional;*modos pelos quais a população–pessoas e grupos –reconfigura o lugar de interlocução que lhe é atribuído pelas instituições de saúde e se apropria da informação, convertendo-a em sentidos,saberes e práticas*.
>
> .[2]*Diagnóstico e análise dos interlocutores da saúde*:quem fala o quê,a partir de que lugar e através de que dispositivos.E mais:-que vozes e sentidos estão sendo silenciados ou permanecem sem espaços de expressão e circulação.
>
> .[3]*Análise dos modos de articulação dos sujeitos nas redes*,sob o prisma das relações de poder (como se produzem os lugares de interlocução?)"(ARAÚJO &CARDOSO,2007:p.120-121. *Grifos-nossos*).

Após a explicitação da produção de sentidos durante todo o processo de produção-circulação-apropriação dos materiais educativos podemos apreender a importância crucial da apropriação destes no que tange às políticas públicas associadas aos respectivos materiais;bem como a apropriação-da(s)-realidade(s) como uma construção-social e que prescinde de ser absolutamente contextualizada com diferentes grupos-estabelecimentos-organizações-instituições envolvidas na comunicação-e-educação-em-saúde.

Esta terceira parte do tópico [1.3]é trecho de passagem para esclarecermos a pertinência tanto dos materiais educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde elencados anteriormente [1.1.e 1.2]quanto de nossa escolha metodológica que será abordada a seguir.

2. Métodos e técnicas

Este ensaio reflexivo-avaliativo (SILVEIRA,1991) faz uma apreciação de um determinado saber–a produção de materiais-educativos para a comunicação-e educação-em-saúde–,no período de 2000-a-2020 no campo da Saúde-Coletiva.A escolha desse recorte temporal condiz com a apropriação das políticas-públicas pela Comunicação-e--Saúde/C&S,marcada pela institucionalização de um modelo-de-comunicação-para-políticas-públicas (ARAÚJO,2002;2004).

Inicialmente foram feitas buscas no Scielo,Biblioteca-Virtual-em--Saúde/BVS, periódicos-Capes,GoogleScholar,ResearchGate,Web--of-Science,Scopus.

A leitura completa dos artigos pré-selecionados obrigou-nos a descartar grande parte destes e afunilar o recorte. Nossas implicações (LOURAU,2004) com a produção-circulação-apropriação do nexo-Análise-Institucional-e-Saúde-Coletiva (MERHY-SILVA,2006;2012;2018;L'ABBATE,2003;2013;2018) também foram determinantes na escolha do objeto e método (LOURAU,1977/2004) deste ensaio, já que partimos de nossas avaliações-formativas *sus*tentadas em pesquisas-intervenções (MERHY-SILVA,2006e2012) que cartografaram diversos processos de institucionalização de políticas--públicas no período de 2001-2011.

Paralelamente,buscamos no Lattes-CNPQ de autore(a)s da área publicações ligadas à C&S,que contemplassem materiais-educativos específicos e que atendessem aos seguintes critérios de inclusão:a)fossem ligados a políticas-públicas;e b)ao mesmo tempo utilizassem o planejamento--gestão-e-avaliação com os envolvidos ao longo dos processos-de-"ensinagem" (BLEGER,1980) e dos processos/estratégias comunicativo(a)s (ARAÚJO *et al*.,2003).Por fim,entramos em contato com alguns autores--atores com o intuito de localizar algumas publicações/livros e capítulos de livros não encontrada(o)s sobre o tema aqui abordado.

Ao abarcar o *campo-de-análise* e o *campo-de-intervenção*[101] (LOURAU,2004), a Análise-Institucional (LOURAU,1975e2004) da/na Saúde-Coletiva (L'ABBATE,2003 e 2013;MERHY-SILVA,2006e2012) permiti-nos realizar a análise dos materiais educativos escolhidos sob o prisma socioanalítico (LOURAU,2004).

3. o planejamento, desenvolvimento & avaliação de materiais educativos:exemplos de práticas dialógicas

Cada exemplo selecionado aqui tem o papel de bem ilustrar como a integralidade das ações e políticas-públicas-e-sociais alinhadas ao planejamento-gestão,desenvolvimento-e-avaliação de materiais-educativos

101 No "*CampoSocioanalítico*" (LOURAU,2004a),Lourau aponta a intervenção como método e o "campo que por ela [AnáliseInstitucional] é aberto:o campo da intervenção" (PaSSOS&BARROS,2010: p.18). "(...) A AnáliseInstitucional vai definir suas práticas enquanto campo-de-intervenção e campo-de-análise (...)" (PASSOS&BARROS,2010:P.19;-MERHY-SILVA,2012:p.107)."Chamaremos de *campo-de-intervenção* o território existencial definido pela *encomenda*(sendo que esta tem origem em *demandas*).Já o "*campo de-análise* corresponde às determinações externas que atravessam o campo de intervenção,reveladas pela socioanálise (...)"(HESS&SAVOYE,2006).O *campo-de-análise* é o sistema de referência teórico na medida em que este se torna operatório em uma situação de *pesquisa-ação-intervenção*.Campo-de análise equivale ao "institucional ou sócio-histórico,abrindo virtualidades à desnaturalização,inclusive, da instituição da clientela"(RODRIGUES,1999b).É o campo-de-análise que fornece chaves de 'leitura' do campo-de-intervenção:como este funciona?Como articulam-se suas determinações?De que forma são gerados seus *efeitos*?Sobre as discussões entre campo de intervenção e campo de análise,ver Rodrigues &Souza(1992);Baremblitt(1998);Rodrigues(1999a,1999b,2004);Martin(2004)" (MERHY-SILVA,2012: p.138).

potencializa e é potencializada por práticas-dialógicas (FREIRE,1977;BAKTHIN,1988)102. Os materiais-educativos que serão elencados neste subtópico contemplarão práticas no âmbito da C&S focados nas políticas-públicas e todos os exemplos seguirão a seguinte descrição:contexto em que foram desenvolvidos;metodologia;resultados e conclusões.

No que tange ao planejamento-gestão-em-saúde (RIVERA,1989,1992e2011; MATUS,1993;TESTA,1997;MERHY;ONOCKO-CAMPOS *et al.*,1997;TEIXEIRA *et al.*,2010), o recorte aqui traçado 1995-2006 restringe-se ao processo de institucionalização de práticas dialógicas entre C&S e planejamento-gestão-em-saúde absolutamente situadas na Fiocruz,especificamente entre Pitta *et al* (1995) e Pitta & Rivera (2006). No entanto,se tomarmos tal processo como analisador (LOURAU,2004) dos processos comunicativos-educativos isso pode abrir visibilidades quanto à apropriação do agir-comunicativo (HABERMAS,1987;RIVERA,1995e1996;Rivera&Artmann,1999;2010 e 2012) na C&S.

---

102 No escopo deste capítulo, por práticas dialógicas entendemos aquelas que:
exercitam tanto a perspectiva freireana da comunicação,que "equipara os pólos da relação comunicativa como detentores de saber e produtores de conhecimento" (FREIRE,1977), considerando,portanto que a população também possui conhecimentos pertinentes ao seu próprio desenvolvimento sendo estes primordiais na prática comunicativa (ARAÚJO&CARDOSO,2007:p.50-51).
quanto a perspectiva bakthiniana que contempla a polifonia (multiplicidade-de-vozes), abarcando como as vozes são articuladas ["o que é chamado por Bakthin de dialogismo" (ARAÚJO&CARDOSO,2007:p.57)].
As autoras assinalam a importância de se diferenciar o dialogismo em ambas as perspectivas e esclarecem:enquanto o dialogismo freireano prioriza acordos e interações,o dialogismo bakthiniano "remete para a diferença de interesses e os embates sociais". Por ser determinado por circunstâncias sempre específicas e pela conjugação de textos e contextos,o dialogismo em Bakthin,considera a comunicação como *processo-de-produção-dos-sentidos-sociais* e a linguagem como sendo lugar de construção do real e um espaço de lutas-e-negociações,indissociável da(s) disputa(s) do poder-simbólico (ARAÚJO&CARDOSO,2007:p.57).Ver também a nota 34 de Merhy-Silva (2020:p.270) a respeito da apropriação-das-práticas-discursivas (ARAÚJO,2000;SPINK&GIMENES,1994;SPINK,2010) no âmbito da C&S.

3.1. Exemplo 1:

O "Mapa do Mercado Simbólico" como modelo da C&S para políticas públicas (ARAÚJO,2002;2004;2006e2009)

> "O longo histórico campanhista da saúde nos exime de tratar com mais detalhes *a dimensão da produção de materiais*,que progride nos mais diferentes suportes e formatos.Sem questionar sua necessidade e importância,*deve-se reconhecer que a ênfase a ela conferida tende a eclipsar a relevância e os desafios envolvidos na circulação e apropriação desses discursos*.É preciso cuidado para não produzir efeito similar quando reivindicamos o acesso às informações e suas tecnologias,*como se este fosse um ponto final e não o ponto de partida para sua efetiva apropriação por grupos e indivíduos,que se dão na interface que articula processos e contextos específicos* [estes vários contextos] aparecem codeterminando o modo de participação na comunicação dos diferentes interlocutores" (ARAÚJO&-CARDOSO,2008:p.73-74.*Grifos-nossos*).

É no contexto do processo de institucionalização da tese de doutorado de Araújo (2002) que o modelo do mercado simbólico da C&S se institucionaliza enquanto um método de pesquisa,ensino e planejamento da comunicação que procura dar concretude visual e metodológica à perspectiva teórica da produção-social-dos-sentidos através da construção coletiva de "Mapa(s) do mercado simbólico da(o) [C&S] sobre (tema)" (ARAÚJO,2006:p.430).

O fio da meada da elaboração desse modelo tecido por Araújo (2002) é que o foco deste propicia apropriações por parte dos que elaboram ou implementam políticas públicas junto à população e também com outros campos que se articulam com a C&S (ARAÚJO,2006:p.427).

Através do desenho dos mapas, procura-se identificar de onde emanam e que caminhos percorrem discursos sobre um tema,até chegarem a seu destinatário.

E se o objetivo original do mapa "era propiciar uma materialidade visual ao mercado simbólico",logo a autora percebeu que o mapa de-

sempenhava outro papel bem mais relevante: o mapa como instrumento de diagnóstico e de conhecimento da realidade (ARAÚJO,2009).

O principal objetivo dos mapas "é produzir um conhecimento sobre que vozes e que discursos concorrem num mesmo território pelo poder de "fazer-ver e fazer-crer" (BOURDIEU,1989),permitindo visualizar [esquematicamente os elementos abstratos de uma teoria] de modo simplificado o que seria parte de uma rede de produção de sentidos" (ARAÚJO,2006:p.430).

Metodologia:

Como uma forma de concretizar o conceito de mercado-simbólico,a esquematização dos diagramas/mapas,consiste no mapeamento/desenho das fontes[103] e fluxos de comunicação sobre determinado tema,num dado território,e com foco num dado segmento específico populacional ou profissional, dentro de determinados parâmetros geográficos ou institucionais (ARAÚJO,2006:p.427-430).

Resultados:

Ao longo dos textos são apresentados alguns exemplos de aplicações concretas dos mapas, produzidos no âmbito do ensino, em situação de pesquisa e no contexto de avaliação e planejamento[estratégico] da intervenção (ARAÚJO,2006; 2009).

Os mapas ampliam "a compreensão das pessoas sobre o cenário do qual participam e no qual devem intervir, facilitando a apropriação, por elas,da noção e do modelo do mercado simbólico"(ARAÚJO,2006:p.430).

"O mapa tem-se mostrado eficaz nas situações de:

- pesquisa–tanto em processos de pesquisa que visam a mapear redes discursivas, buscando apreender os sentidos circulantes e

103 A autora considera como fontes,as comunidades discursivas–"que são grupos de pessoas, organizados institucionalmente ou não,que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos(MAINGUENEAU,1993;ARAÚJO,2000)"(ARAÚJO,2006:p.430).

seus processos produtivos, como em pesquisas de caráter participante, onde a pessoas produzem um autoconhecimento sobre sua prática num dado tema;

- ensino–permite aos alunos compreenderem melhor a perspectiva do mercado simbólico. Ao fazerem o mapa, passam a perceber a complexidade da prática comunicativa, descartando com mais facilidade a perspectiva instrumental e meramente informacional;
- Avaliação-e-planejamento-estratégico–problematizam e qualificam estratégias-de-intervenção num dado ambiente" (ARAÚJO,2006:p.430-431).

Discutir as potencialidades do mapa como recurso de ensino, instrumento de pesquisa e na avaliação-e-planejamento-estratégico implica em colocá-lo enquanto dispositivo de intervenção e análise não só de políticas públicas e práticas de educação e C&S,mas como um meio de dar (diz)visibilidade aos lugares-de-interlocução de indivíduos-e--grupos nos territórios,permitindo diagnósticos,avaliações e análises coletivas absolutamente situadas e contextualizadas.Tomar o mapa como uma espécie de "GPS" dos materiais-educativos pode nos guiar nas "interfaces.com"

3.2. Exemplo 2:

Interfaces com a política de redução de danos: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo (MONTEIRO,VARGAS & REBELLO,2003)

Contexto:É no contexto da educação que as autoras desenvolvem estratégias de prevenção contra HIV/AIDS e uso de drogas através do planejamento-desenvolvimento-avaliação de um jogo educativo–o "Jogo da Onda",desenvolvido pela Fundação-Oswaldo-Cruz/FIOCRUZ-RJ.

Metodologia:Grupo-focal,observação direta do uso do jogo e questionário.O estudo analisa a opinião de 62 estudantes e 17 educadores da rede pública de ensino (Rio-de-Janeiro) sobre o uso-do-jogo e as temáticas tratadas no material-educativo.

Resultados:a)"Para os estudantes e educadores o jogo gera informação, estimula a reflexão e o diálogo acerca de situações do cotidiano relacionadas ao uso de drogas"(*ibidem*).b)"A visão dos jovens acerca dos temas do jogo aponta para a relevância da percepção do usuário na avaliação do alcance das mensagens veiculadas em recursos de educação em saúde"(*ibidem*).c)"Os resultados do estudo motivaram o desenvolvimento e a avaliação de novos conteúdos,principalmente sobre saúde reprodutiva e relações de gênero,que [de fato,integraram(ADADE&-MONTEIRO,2014)] as edições futuras do "Jogo-da-Onda".Os novos conteúdos privilegiam as interfaces entre os desafios enfrentados pela juventude [ainda] na atualidade:epidemia de HIV/AIDS,DST,-consumo-de-drogas-lícitas-e-ilícitas,iniciação-sexual,gravidez não--planejada,entre outros"(*ibidem*).

Discussão:Discutir a importância do exemplo 1 apresentado requer reconhecê-lo como dispositivo de intervenção e análise coletiva que contempla práticas-dialógicas (a participação de diferentes interlocutores) durante todo o processo-comunicativo-educativo concomitante ao planejamento-desenvolvimento-avaliação do material-educativo.

Os resultados de se jogar o "Jogo da Onda" permitiram uma dupla apropriação (de contextos e políticas-públicas),em especial interface com a "Política-Nacional-de Redução-de-Danos"/*Política-do-Ministério-da-Saúde-para-Atenção-Integral-a-Usuários de-Álcool-e-outras-drogas*(MINISTÉRIO--DA-SAÚDE,2003;MERHY-SILVA,2020c e d). Os desdobramentos destes resultados da avaliação desse jogo educativo com os envolvidos foi o aprimoramento da nova versão do referido jogo,acompanhado do desenvolvimento de nova pesquisa (ADAD &MONTEIRO,2014).

3.3. Exemplo 3:

MateriaisEducativos:interfaces com a *Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho*/PNSST (Ministério-do-Trabalho-e-Emprego; Ministério-da-Saúde; Ministério-da-Previdência-Social,2011)

Os exemplos elencados neste subtópico foram pinçados por suas interfaces com a PNSST e pela pluralidade de contextos,métodos e interlocuções.

Há trabalhos dedicados ao desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública (SOUZA;ROZEMBERG;KELLY-SANTOS;YASUDA&SHARAPIN,2003);bem como com foco na análise do processo comunicativo mediado por impressos sob o ponto de vista dos atores dos Programas-de-Saúde-do-Trabalhador (KELLY-SANTOS,2003) e produção-recepção/circulação-apropriação de materiais-educativos-sobre-hanseníase (KELLY-SANTOS,2009;KELLY--SANTOS;ROZEMBERG&MONTEIRO,2009),que culminaram na organização de um acervo destes materiais (MONTEIRO&RIBEIRO,2010) meio ao "Banco-de-Materiais-Educativos" do Laboratório-de-Educação-em-Ambiente-e Saúde/LEAS-Instituto-Oswaldo-Cruz/IOC-FIOCRUZ,que reúne folders/folhetos, manuais e jogos sobre DST/HIV/Aids e temas afins (MONTEIRO;VARGAS *et al.*,2006).

Dentre as diversas estratégias comunicativas-educativas desenvolvidas por Merhy-Silva (2012) através da avaliação formativa *sus*tentada em pesquisa-intervenção [Análise-Institucional] no processo de expansão da RENAST-SUS (2001-2011) cabe a construção compartilhada de Histórias-em-Quadrinhos/HQ com inúmeros grupos,associando todo o processo-comunicativo à (co)gestão,análise coletiva e avaliação dos processos-de-trabalho em saúde-educação-trabalho e articulando a PNSST a políticas-públicas-e-sociais afins (MERHY--SILVA,2012 e 2020).

Neste ínterim, a *Política-Nacional-de-Humanização-da-Atenção-e--Gestão-do SUS/PNH-HumanizaSUS* também produziu uma HQ com a temática "saúde-e-trabalho" (MINISTÉRIO-DA-SAÚDE;HEBERT;BARROS-DE-BARROS&GOMES,2011).O "x" da questão da construção compartilhada de HQ são as possibilidades de verificar as dimensões de circulação-e-apropriação-dos-materiais-educativos--comunicativos, permitindo que os interlocutores contextualizem as políticas-públicas ao mesmo tempo em que se apropriam do planejamento-gestão-avaliação no desenvolvimento de práticas-dialógicas na linguagem própria e característica dos n grupos que disputam saberes--poderes-fazeres nos processos-de-apropriação-da(s)-realidade(s).

Mesmo após a institucionalização da *Política-Nacional-de-Informação-e Informática-em-Saúde*/PNIIS(MINISTÉRIO-DA-SAÚDE,2015 e 2016),ainda há um descompasso desta com as outras políticas públicas de saúde (MERHY-SILVA,2020 a e b) e a integralidade (MERHY-SILVA,2020c) e a intersetorialidade (MERHY--SILVA,2020d) entre estas,ainda que prescrita,mantêm-se enquanto um dos desafios para a C&S.

A escolha destes materiais educativos foi realmente acertada por contemplar interlocuções entre as partes envolvidas em todo o processo comunicativo-educativo e em cada uma das etapas de planejamento-gestão e avaliação e por ser exemplar de práticas dialógicas, contextualizadas e de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

Considerações finais

Parafraseando Araújo & Cardoso (2008:p.75) "para terminar e (re)começar", retomaremos do panorama mapeado,argumentos que *sus*tentaram o planejamento, desenvolvimento e avaliação coletivos de materiais-educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde afins às políticas-públicas-e-sociais.Retomaremos o fio da meada da produção, circulação e apropriação de sentidos e destacaremos as contribuições e limitações deste trabalho,sinalizando outros caminhos possíveis para a construção-coletiva de materiais-educativos com sentido.

Uma vez que o objetivo deste ensaio foi mapear alguns tipos de materiais educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde no campo da Saúde-Coletiva, buscamos refletir sobre as interlocuções entre as políticas-públicas e o planejamento-gestão-e-avaliação destes materiais junto às partes envolvidas.

A partir do tópico da contextualização,vimos que um dos argumentos de acusação à produção de materiais educativos para comunicação-e-educação-em-saúde é que estes ainda permanecem descontextualizados,o que reforçaria a prevalência da visão hegemônica (instrumental) na produção destes.O terceiro argumento defendido por nós e por autores-atores apontados é que quanto maior a capacidade de contextualizar,maior a capacidade de comunicar.

Ao buscar desconstruir essa C&S descontextualizada e sem a participação efetiva dos envolvidos na elaboração dos materiais-educativos,verificamos a confirmação da tese central do tópico que defendeu que os materiais educativos precisam ser contextualizados e dialogados em todas as etapas-do-processo comunicativo-educativo e que este é um passo essencial para a produção-de-sentidos em saúde e que propicia melhores apropriações destes a partir da construção-compartilhada-de-conhecimentos entre os interlocutores envolvidos.

Ao apresentarmos uma C&S contextualizada com as políticas-públicas, especialmente com os princípios do SUS,abordamos os contextos de circulação e apropriação dos sentidos dos materiais.Esse foi um passo importante já que os canais de circulação da C&S e os dispositivos de apropriação são a "pedra-de-toque" da comunicação-e--educação-em-saúde.Por ser o lugar que define se a comunicação se realiza ou não e que sentidos finalmente dela resultarão,é através da apropriação que a polifonia social se manifesta (ARAÚJO&CARDOSO,2007:p.75).

Em seguida, explicitamos as metodo*lógicas* adotadas para realizar a socioanálise de materiais-educativos para a comunicação-e-educação--em-saúde–,no período de 2000 a 2020 no campo da Saúde-Coletiva,em interface com a C&S, políticas-públicas e planejamento-gestão--e-avaliação.A pertinência entre tecer este ensaio reflexivo-avaliativo (SILVEIRA,1991) foi ao encontro da Análise-Institucional da/na Saúde-Coletiva contemplar a análise de nossas implicações bem como do *campo-de-análise* e do *campo-de-intervenção* dos materiais-educativos escolhidos sob o prisma socioanalítico.

Para ilustrar exemplos relevantes de materiais educativos na educação e C&S, na terceira parte do texto,situamos práticas dialógicas que foram sustentadas pelos seguintes argumentos:

Os materiais educativos para comunicação e educação em saúde precisam estar alinhados aos princípios e diretrizes do SUS bem como a todo o processo-de-produção-circulação-e-apropriação destes pelos diferentes atores envolvidos no planejamento-gestão-e-avaliação.

Quanto mais dialógicos,contextualizados e descentralizados forem o planejamento,desenvolvimento-e-avaliação dos materiais-educativos

para comunicação-e-educação em Saúde-Coletiva,mais potencializante será a produção de sentidos destes,o que pode facilitar melhores apropriações das políticas-públicas-e sociais por parte dos atores-sociais/interlocutores envolvidos.

Tudo isso reforça a tese-central deste artigo:que os materiais-educativos para comunicação-e-educação-em-saúde precisam contemplar o planejamento,desenvolvimento-e-avaliação junto aos interlocutores em todas as etapas/dimensões do circuito-social da C&S–produção,-circulação-e-apropriação,– etapas sempre mediadas por um processo de negociação e que correspondem ao ciclo completo da produção-social-dos-sentidos meio aos processos-de-apropriação-da realidade no âmbito da Saúde-Coletiva.

Nosso ponto de vista é que nossa tese se alinha às reflexões teórico--práticas sobre a integralidade e C&S no que tange à "capacidade de circulação polifônica da comunicação para efetivar práticas de integralidade de fato eficazes" (PINHEIRO;MATTOS *et al.*,2005:p.13) enquanto um dos "nexos constituintes da construção-social da demanda-por-cuidado".

Baseada no que a literatura sobre o tema nos oferece e que abordamos neste (con)texto,o material avaliado nos permitiu refletir que ainda que estes tenham contemplado importantes interlocuções entre as políticas-públicas, o planejamento-gestão-e-avaliação junto a usuários e trabalhadores dos serviços,a cada novo contexto em que estes possam vir a circular,novas apropriações poderão ser feitas à medida em que ampliarmos nossa capacidade de contextualizar-descentralizar todo o processo comunicativo-educativo baseados nos princípios e diretrizes do SUS em busca da integralidade com o planejamento-desenvolvimento-avaliação coparticipativos.

E se os pontos de partida foram "o planejamento em comunicação e integralidade da atenção em saúde",o fio da meada é a busca da integralidade entre políticas públicas e na C&S [integralidade como meio-de-campo].A integralidade enquanto um dos pilares da construção do SUS,nos ajuda a considerar o todo dos processos comunicativos-educativos,sendo também o ponto-de-chegada.

Uma das limitações de nosso trabalho é que no que tange ao planejamento-gestão/desenvolvimento-avaliação em saúde,o recorte aqui

traçado 1995-2006 restringe-se ao processo de institucionalização de práticas dialógicas entre C&S e planejamento-gestão-em-saúde absolutamente situadas na Fiocruz,especificamente entre Pitta *et al* (1995) e Pitta & Rivera (2006).No entanto,se tomarmos tal processo como analisador (LOURAU,2004) dos processos comunicativos-educativos isso pode abrir visibilidades quanto à apropriação do agir-comunicativo na C&S.

Dentre as contribuições que este capítulo pode trazer enquanto material educativo para a C&S estão ter esboçado pistas de três lacunas do campo (ARAÚJO & CARDOSO,2007):

> [1]*Diagnóstico e análise dos contextos de circulação e apropriação*,dos materiais-educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde;
>
> [2]*Diagnóstico e análise-dos-interlocutores-da-saúde*:quem fala o quê,a partir de que lugar e através de que dispositivos;
>
> [3]*Análise dos modos de articulação dos sujeitos nas redes*,sob o prisma das relações de poder {até que ponto pudemos verificar como se produzem os lugares de interlocução [LACES-ICICT-FIOCRUZ e LAPPIS-UERJ] entre os materiais-educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde?}

Um dos possíveis desdobramentos deste trabalho é...

> transformar o mapeamento delineado neste ensaio na realização de "mapa(s) do mercado simbólico" (ARAÚJO,2002;2004 e 2006).

Dentre as pistas que podem dar continuidade ao estudo, apontamos...

> investigar quais as possíveis contribuições de um estudo comparativo entre como a C&S utiliza a cartografia – pela via do mapeamento da rede de produção dos sentidos em saúde, que tem como produto um mapa-da-comunicação–(ARAÚJO,2006e2009) e como a cartografia (GUATTARI&DE-

> LEUZE,1974;DELEUZE&GUATTARI,1995; GUATTARI& RONILK,1986) tem sido apropriada por Merhy (2002[104];MERHY et al.,2004;MERHY-SILVA,2012).Até que ponto essas novas pistas dos métodos cartográficos (PASSOS;KASTRUP;ESCÓSSIA et al.,2010[105]) podem(erão) produzir novas apropriações das políticas-públicas no âmbito do planejamento-desenvolvimento e avaliação?Que tipos de materiais-educativos para a comunicação-e-educação-em-saúde poderão daí advir?

Para terminar e (re)começar",com o "mapa-da-mina" da C&S nas mãos e em busca da integralidade entre os processos comunicativos-educativos seguiremos escrevendo novos capítulos dessa história--interlocução...

Referências

ADADE,Mariana;MONTEIRO,Simone.Educação sobre drogas:uma proposta orientada pela redução de danos.*Educ.Pesqui*.n.1,-v.40,p.215-230,jan/mar,2014.

ARAÚJO,Inesita.**A reconversão do olhar:prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social**.São-Leopoldo--RS:Ed.Unisinos,2000.

____.**Mercado simbólico:interlocução,luta,poder.Um modelo de comunicação para políticas públicas**. Tese(Doutorado-em--Comunicação-e-Cultura)-Escola-de-Comunicação-Social,Universidade-Federal do Rio-de-Janeiro.Rio-de-Janeiro,2002.

104 MERHY,EmersonElias.**Saúde:A Cartografia do Trabalho Vivo**.São-Paulo:Hucitec,2002.

105 PASSOS,Eduardo;BARROS,ReginaBenevidesde.A cartografia como método de pesquisa-intervenção.In: PASSOS,E;KASTRUP,V;ESCÓSSIA,L.da(Orgs.).**Pistas do método da cartografia:pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**.Porto-Alegre:Sulina,2009.p.17-31

ARAÚJO,I.S.*et al*.**Promoção da saúde e prevenção do HIV/AIDS no município do Rio de Janeiro:uma metodologia de avaliação para políticas e estratégias de comunicação**. Relatório-de-Pesquisa.Rio-de Janeiro:ICICT/Fiocruz,2003.

ARAÚJO,Inesita.Mercado Simbólico:um modelo de comunicação para Políticas Públicas.**Interface- Comunicação,Saúde,Educação**.n.14,v.8,p.165-178,set.2003-fev.2004.

ARAÚJO,I.S.;CARDOSO,J.Circulação polifônica:comunicação e integralidade na saúde.In:PINHEIRO,R.; MATTOS,R.A.(Orgs.).**Construção social da demanda:direito à saúde,trabalho em equipe,participação e espaços públicos**.Rio-de-Janeiro:-CEPESC/UERJ:ABRASCO,2005.p.239-251.

ARAÚJO,InesitaSoaresde.O mapa da comunicação e a rede de sentidos da saúde.In:PINHEIRO,R.; MATTOS,R.A.(Orgs.).**Gestão em redes:práticas de avaliação,formação e participação na saúde**.1ªed.Rio de-Janeiro:CEPES-IMS/UERJ-ABRASCO,2006,p.427-444.

ARAÚJO,InesitaSoaresde.Materiais educativos e produção dos sentidos na intervenção social.In: MONTEIRO,S.;VARGAS,E.(Orgs.).**Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional:interfaces com o campo da saúde.**1ªed.Rio-de-Janeiro:Editora-Fiocruz,2006.p.49-70.

ARAÚJO,I.S;CARDOSO,JanineMiranda;LERNER,K.Comunicação e Saúde:um olhar e uma prática de pesquisa e ensino.**Eco***(*UFRJ),v.10.1,p.83-115,2007.

ARAÚJO,InesitaSoaresde;CARDOSO,JanineMiranda.*Comunicação e Saúde*.Rio-de-Janeiro:Fiocruz,2007.

ARAÚJO,I.S.Comunicação e saúde.In:MARTINS,C.M.;STAUFFER,A.B.(Orgs).**Educação e saúde**.Rio-de Janeiro:EPSJV/Fiocruz,2007.p.101-124.

ARAÚJO,InesitaSoaresde;CARDOSO,JanineMiranda.Comunicação e saúde: os princípios do SUS como ponto de vista.In:PI-

NHEIRO,Roseni;MATTOS,Ruben Araújo de (Orgs.).**Cuidar do cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde**.CEPESC-IMS/UERJ:ABRASCO,2008.p.61-78.

ARAÚJO,InesitaSoaresde;CARDOSO,JanineMiranda;MURTINHO,Rodrigo.Comunicação no Sistema Único de Saúde:cenários e tendências.***Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación***.n.10,v.6, p.104-115,2010.

ARAÚJO,InesitaSoaresde;CARDOSO,JanineMiranda.Comunicação e Saúde:desafios para um pensar-fazer em sintonia com o SUS.In:PELICIONI,MariaCecíliaFocesi;MIALHE,FábioLuiz(Orgs.)**Educação e Promoção da Saúde–Teoria e Prática**. São-Paulo:Ed.Santos,2012.p.115-132.

ARAÚJO,InesitaSoaresde.Reflexões inquietas sobre a Comunicação,as fronteiras e o cuidado.In: PINHEIRO,Roseni;SILVEIRA,Rodrigo;LOFEGO,Juliana;SILVA-JUNIOR,AluísioGomesda(Orgs.). **Integralidade sem fronteiras:itinerários de justiça,formativos e de gestão na busca por cuidado**.Rio-de--Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO,2012.p.127-138.

BAKHTIN,M.**Marxismo e filosofia da linguagem**.São-Paulo:Hucitec,1988.

BERGER,Peter;LUCKMANN,Thomas.**A construção social da realidade:tratado de Sociologia do Conhecimento.**Petrópolis,RJ: Vozes,1966.

BRAIT,Beth.As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso.In:BARROS,D.L.P.;FIORIN,J.L.(Orgs.). **Dialogismo,polifonia,intertextualidade:em torno de Bakhtin**.São-Paulo:EDUSP,1999.p.11-27.

CARDOSO,JanineMiranda.Comunicação e saúde:desafios para fortalecer o SUS,ampliar a participação e o controle social.In:BRASIL.MINISTÉRIO-DA-SAÚDE.CONSELHO-NACIONAL-DE-SAÚDE.***Coletânea de comunicação e informação em***

saúde para o exercício do Controle Social.Brasília:Ministério-da--Saúde, 2006.p.45-56.(SérieF.Comunicação-e-Educação-em--Saúde).

CARDOSO,JanineMiranda;ARAÚJO,InesitaSoaresde.[Verbete] Comunicação-em-Saúde.In:PEREIRA, Isabel Brasil;LIMA,-JúlioCésarFrança(Orgs.).**Dicionário de Educação Profissional em Saúde**.2ªed.rev.ampliada. Rio-de-Janeiro:EPSJ-V,2008.p.94-103.

FREIRE,Paulo.**Extensão ou Comunicação?**Rio-de-Janeiro:Paz--e-Terra,1977.

HABERMAS,J.***Teoria de la acción comunicativa***.Madrid:Taurus,1987.

KELLY-SANTOS,Adriana.**Análise do processo comunicativo mediado por impressos:o ponto de vista dos atores dos Programas de Saúde do Trabalhador**.Dissertação-de-mestrado.Escola-Nacional-de-Saúde Pública,Fundação-Oswaldo-Cruz,Rio-de-Janeiro,2003.

KELLY-SANTOS,A.**A palavra & as coisas:produção e recepção de materiais educativos sobre hanseníase**. 2009.Tese(Doutorado)-Escola-Nacional-de-Saúde-Pública-Sérgio-Arouca,Fundação-Oswaldo-Cruz, Rio-de Janeiro.2009.

KELLY-SANTOS,A.;ROZEMBERG,Brani.Comunicação por impressos na Saúde do Trabalhador:a perspectiva das instâncias públicas.**Ciência&SaúdeColetiva**.n.4,v.10,p.929-938,2005.

KELLY-SANTOS,A.;ROSEMBERG,B.;MONTEIRO,S.Significados e usos de materiais educativos sobre hanseníase:a concepção dos profissionais de SaúdePública do município do Rio-de-Janeiro.**Cad. Saúde Pública**.n.4,v.25,p.857-67,2009.

KELLY-SANTOS,Adriana;MONTEIRO,SimoneSouza;RIBEIRO,AnaPaulaGoulart.Acervo de materiais educativos sobre hanseníase:um dispositivo da memória e das práticas comuni-

cativas.**Interface– Comunicação,Saúde,Educação**. n.32,-v.14,p.37-51,2010.

LACES/ICICT/FIOCRUZ.**Políticas e práticas de comunicação no SUS:mapeamento,diagnóstico e metodologia de avaliação**.(Projeto-de-Pesquisa)–CNPq,Ministério-da-Saúde,Fiocruz.Rio-de-Janeiro, 2006.

LOURAU,René.Objeto e Método da Análise Institucional.In:*El análisis institucional*.Madri:Campo-Aberto, 1977.In:ALTOÉ,Sônia. (Org.).**René Lourau:Analista Institucional em Tempo Integral**.São-Paulo:Hucitec, 2004.p.66-86.

MATUS,C.**Política,planejamento e governo**.Brasília:IPEA,1993.

MERHY-SILVA,FabianaNunes.*Contribuições para a construção de uma Clínica-Ampliada e do Apoio-Matricial na expansão da RENAST-SUS.* Rio-de-Janeiro,2012.Tese(Doutorado-em-Serviço-Social. Projeto *Transversões("SaúdeMental,Desinstitucionalização&AbordagensPsicossociais")*- Escola-de-Serviço-Social,Universidade-Federal-do-Rio-de-Janeiro,Rio-de-Janeiro,2012.In: MERHY-SILVA,F.N. **Contribuições para a construção de uma Clínica-Ampliada e do Apoio-Matricial na expansão da Rede-Nacional-de-Atenção-Integral-à-Saúde-do-Trabalhador no Sistema-Único-de-Saúde/RENAST-SUS (2001-2011)**.VolumeI.São-João-Del-Rei:Editora-UFSJ,2014a.ISBN978-85-8141-054-8. VolumeII, 2014b. ISBN978-85-8141-053-1.

MERHY-SILVA,FabianaNunes.Comunicação e Educação em Saúde para o fortalecimento da participação popular e do Controle Social no Sistema-Único-de-Saúde/SUS.In:CARVALHO,Cândida;SANTOS,Isabelle DiasCarneiro;RIBEIRO,MayraThaisAndrade;JUNQUEIRA,MichelleAsato(Orgs.).**Dimensões dos Direitos Humanos e Fundamentais**.Volume2.Rio-de-Janeiro:Prembroke-Collins,2020a.p.466-498.

MERHY-SILVA,FabianaNunes.Práticas de Comunicação e Educação em Saúde:construção compartilhada de conhecimentos para

a promoção da saúde[?].In:CARVALHO,Cândida;SANTOS,IsabelleDiasCarneiro; RIBEIRO,MayraThaisAndrade;JUNQUEIRA,MichelleAsato(Orgs.).**Dimensões dos Direitos Humanos e Fundamentais**.Volume3.Rio-de-Janeiro:Prembroke-Collins,2020b.p.265-292.

MERHY-SILVA,Fabiana Nunes.Integralidade como Analisador de Políticas Públicas-Sociais e dos Modelos de Atenção à Saúde/da Assistência em Saúde.In:ASENSI,FelipeDutra;ALMEIDA,MarceloPereirade;REIS, VanessaVelasco;AIETA,VaniaSiciliano(Orgs).**Políticas públicas e suas especificidades**.Rio-de-Janeiro: FGB/Pembroke-Collins,2020c.p.433-453.Disponível em:https://www.caedjus.com/conipub2019/

MERHY-SILVA,FabianaNunes.Intersetorialidade entre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e outras Políticas Públicas afins.In:JULIÃO,Carla;NOVO,CristianeBarroncas;ASENSI,FelipeDutra; OLIVEIRA,RafaelBastosde;SEGAL,Robert(Organizadores).**Temas contemporâneos de Educação**. Rio-de-Janeiro:Pembroke-Collins,2020d.p.520-545.Disponível em:www.caedjus.com/caeduca2019

MINISTÉRIO-DA-SAÚDE; POLÍTICA-NACIONAL-DE-HUMANIZAÇÃO-DA-ATENÇÃO-E-GESTÃO-DO-SUS; HEBERT,Fábio;BARROS-DE-BARROS,MariaElizabeth;-GOMES,RafaelSilveira.**Saúde e Trabalho**.Brasília: Ministério-da-Saúde,2011.(SérieF.Comunicação-e-Educação-em-Saúde).

MONTEIRO,SimoneSouza;VARGAS,ElianePortes;REBELLO,-SandraMonteiro.Educação, prevenção e drogas:resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo.***Educação&Sociedade***.n.83,v. 24,p.659-678,2003.

PINTO,MiltonJ.**Comunicação e discurso**.São-Paulo:Hacker,1999.

PITTA,ÁureaM.daRocha(Org.).**Saúde e comunicação:visibilidades e silêncios**.São-Paulo: Hucitec/ABRASCO,1995.

PITTA,ÁureaMariadaRocha;RIVERA,FranciscoJavierUribe.Sobre pontos de partida:planejamento em comunicação e integralidade da atenção em saúde.**Interface–Comunicação,Saúde,Educação***,* n.20,v.10,p.395-410,2006.

RIVERA,FranciscoJavierUribe(Org).**Planejamento e Programação em Saúde:um enfoque estratégico**. São-Paulo:Cortez,1989.

____.O planejamento situacional:uma análise reconstrutiva.In:-GALLO,E.;RIVERA,J.&MACHADO,M.E. (Orgs.).**Planejamento criativo:novos desafios em políticas de saúde**.Rio--de-Janeiro:Relume-Dumará Editora,1992.p.41-92.

____.**Agir Comunicativo e Planejamento social (uma crítica ao enfoque estratégico)**.Rio-de-Janeiro: Fiocruz.1995.

____.A gestão situacional (em saúde) e a organização comunicante. **Cadernos de Saúde Pública**.n.12,v. 3,p.357-372,1996.

_____.Argumentación y construcción de validez en la planificación Estratégico Situacional de Matus. **Cad.SaúdePública**.n.9,-v.27,p.1847-1857,2011.

RIVERA,F.J.U.;ARTMANN,E.Planejamento e gestão em saúde:-flexibilidade metodológica e agir comunicativo.**Ciência&SaúdeColetiva**.n.4,v.2,pp.355-65,1999.

RIVERA,F.JavierUribe;ARTMANN,E.Planejamento e gestão em saúde:histórico e tendências com base numa visão comunicativa. **Ciência&SaúdeColetiva**.n.15,p.2265-74,2010.

RIVERA,F.J.U.;ARTMANN,E.**Planejamento e gestão em saúde:conceitos,história e propostas**.Rio-de Janeiro:FIOCRUZ,2012.

SILVEIRA,ReginaCéliaPagliuchida.Uma contribuição para o estudo do ensaio científico avaliativo.**Letras2**. UFSM,p.5-63,1991.

SOUZA,KátiaReisde;ROZEMBERG,Brani;KELLY-SANTOS,Adriana;YASUDA,Nancy;SHARAPIN,Marta. O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do Estado do Rio-de-Janeiro.**Cad.SaúdePública**.n.19v.2, p.495-504,2003.

TEIXEIRA,CarmemF.(Org).**Planejamento em saúde:conceitos,métodos e experiências**.Salvador: EDUFBA,2010.

TESTA,Mario.**Pensamento Estratégico e Lógica de Programação:o caso da Saúde**.São-Paulo-Rio-de Janeiro:Hucitec--ABRASCO,1995.

TESTA,Mario.Análisis de instituciones hipercomplejas.In:-MERHY,E.E.;ONOCKO-CAMPOS,R.(Orgs.). **Agir em saúde:um desafio para o público**.São-Paulo:Hucitec,1997.p.17-70.

FRACASSO ESCOLAR: AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO

Laelma Alves Barros[106]

INTRODUÇÃO

Há décadas o fracasso escolar desafia a educação. Embora esse desafio do sistema educacional persiste, existem contribuições dos profissionais da psicopedagogia que minimizam e reduzem esse problema nas instituições escolares. Dessa forma, o presente artigo discute as possíveis contribuições do psicopedagogo frente ao fracasso escolar, por meio de um diálogo entre as ideias do psicanalista austroamericano Bruno Bettelheim e as contribuições teóricas da psicopedagogia, recorrendo às autoras Alice Fernández e Nádia Bossa.

A pesquisa compreende o fracasso escolar como um fenômeno multifatorial. A importância deste estudo deve-se ao fato da necessidade de professores, pais e especialistas, envolvidos com a aprendizagem, refletirem sobre esse fenômeno e sua complexidade e buscar alternativas para lidar com a realidade. Pretende-se fazer uma reflexão sobre as contribuições do psicopedagogo para minimizar os impactos desse fenômeno na aprendizagem dos alunos. Nesta direção, a pergunta norteadora da reflexão é: como a psicopedagogia e Bettelheim podem dialogar sobre o fracasso escolar, contribuindo para a compreensão e

106 Pós-graduada em Psicopedagogia

proposição de ações que possam minimizar os impactos desse fenômeno na aprendizagem formal? Assim, a psicopedagogia foi referenciada neste artigo, para a análise do fracasso escolar, com o objetivo de compreender esse fenômeno, envolvendo o aprendiz, sua família, a escola e o processo de ensino e aprendizagem por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando a revisão de literatura e como a psicopedagogia e Bettelheim dialogam sobre o fracasso escolar.

Contudo, o artigo foi dividido em quatro capítulos: o primeiro descreve as várias concepções de fracasso e escolar, o segundo relata sobre o histórico da psicopedagogia e suas contribuições para a compreensão deste fenômeno, o terceiro faz uma reflexão acerca do fracasso escolar e os possíveis diálogos entre a psicopedagogia e o autor Bettelheim e, por último, o quarto capítulo descreve as possíveis intervenções do psicopedagogo frente ao fracasso escolar.

1. FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar é um tema que já há algum tempo é discutido por especialistas, estudiosos e pesquisadores, porém, polêmico, porque, mesmo sendo um assunto bastante debatido, ainda não traz uma proposta ou solução definitiva, diante de sua complexidade. É considerado fenômeno por alguns estudiosos e, por outros, sintomas. Trata-se de múltiplas e complexas definições.

Neste artigo, o fracasso escolar será considerado como um fenômeno. Enquanto fenômeno, o fracasso escolar pode ser ocasionado por diversos fatores como social, econômico, familiar, cultural ou orgânico. Diante de alguns fatores verificados, por exemplo, o econômico e social, percebe-se que a incidência de insucessos escolares deriva da população de baixa renda. Quando algum aluno não apresenta condições financeiras favoráveis, ele apresenta alguma dificuldade de aprendizagem. Isso pode possibilitar vários outros fatores prejudiciais, como baixa-autoestima, rotulação, produção de estigmas, relação social dentre outros.

Diante das dificuldades desenvolvidas por um ou alguns dos fatores, é possível que estes sujeitos não consigam elaborar estratégias e

meios para superar esses fracassos, podendo apresentar várias dificuldades, desde a escrita e leitura à assimilação de conhecimentos. Percebe-se que existe uma grande quantidade de alunos que apresentam algum fracasso escolar nas instituições de ensino. Esses alunos não atendem ou não se enquadram nas expectativas da aprendizagem formal do ensino comum. Assim sendo, fracasso refere-se ao estado ou condição de não atingir um objetivo desejado ou pretendido. Pode ser visto como o oposto de sucesso. (FRACASSO, 2018). Diante disso, fracasso escolar é quando um determinado aluno não obtém a nota mínima necessária para a sua aprovação escolar, não apresentando resultado satisfatório, dentre outras condições que caracterizam insucessos educacionais. No contexto do fracasso escolar, ainda pode-se incluir a evasão.

Ainda sobre o fracasso escolar, para Bettelheim, no seu livro *Sobrevivência e outros estudos* (1989), esse fenômeno deve ser entendido segundo três perspectivas. A primeira se refere às dificuldades de aprendizagem, decorrentes dos métodos de educação utilizados pela escola e sustentados pela cultura social. A segunda diz respeito às inibições ao aprendizado, originadas na própria história de vida do aprendiz. Na terceira, a experiência de aprendizagem em si pode levar ou intensificar dificuldades de aprendizagem.

De acordo com esse autor, não se podia comparar a educação de antes com a da atualidade. A educação da sala de aula de hoje tem que considerar as novas tecnologias, bem como as novas formas de aprendizagem. A leitura era o único meio de conhecimento, antes do surgimento das novas tecnologias. Uma das formas de aprender é por meio da leitura e esta não é uma "ferramenta" que pode ser usada de qualquer jeito, ou seja, não pode ser aprendida de qualquer maneira. Para Bettelheim, "qualquer esforço educacional que não enfatize os objetivos mais significativos da leitura está apto a ser um fracasso" (BETTELHEIM, 1989, p. 138).

Contudo, com o surgimento das novas tecnologias que passaram a desempenhar importante função na aprendizagem, percebe-se que houve uma menor atratividade pela leitura. No entanto, é por meio da leitura que se desenvolve a criatividade, descobre algo e se aprende diferentes conteúdos. O hábito de ler é um dos meios de adquirir conhecimento e desenvolver a criatividade e, por fim, aprender.

A problemática sobre a leitura merece especial atenção. Poucos são os leitores, e difíceis são os meios de incentivar à leitura, às vezes, devido ao difícil acesso ao texto escrito ou por falta de interesse dos alunos.

Para Bettelheim (1989), as estórias dos livros não condizem com a realidade das crianças. Então, para que ler algo que não vai fazer sentido e que na vida real acontece de outro jeito? Muitos livros apresentam uma imagem idealizada pelos adultos de como o mundo deveria ser, e não de como ele realmente é.

> O aprendizado está baseado na segurança emocional; a criança insegura, a criança perturbada, é um aluno deficiente. Se sente, através das falsas imagens dos livros, que suas emoções não estão de acordo com o que a sociedade espera dela, não aprenderá bem. Quase todas as emoções descritas em nossos livros de leituras são precisas e positivas, quase nunca são mistas ou verdadeiramente negativas. (BETTELHEIM, 1989, p.142).

Consideremos a segunda e a terceira perspectivas para compreender o fracasso escolar, apresentadas no livro *Sobrevivência e outros estudos* (1989) de Bettelheim - as inibições ao aprendizado, originadas na própria história de vida do aprendiz, e as experiências dessas aprendizagens – as quais podem intensificar as dificuldades. Alguns motivos podem ser expostos os quais causam o bloqueio da aprendizagem.

Primeiramente, dificuldades na aprendizagem podem surgir das atitudes ou da posição social dos pais das crianças. Entende que é comum e frequente os filhos quererem imitar e proteger os pais. Devido ao sentimento de culpa, o filho, consciente ou inconscientemente, pode bloquear ou abandonar a aprendizagem, porque os pais não tiveram a mesma oportunidade que ele teve.

Outro ponto que pode ser considerado, para o entendimento do fracasso escolar, é o desejo da criança em querer ser especial, ter *status* e uma boa imagem mesmo nas piores situações. Ou seja, o aluno se sentir reconhecido e valorizado por ser considerado o mais levado ou rebelde. Ainda no âmbito do desejo do aluno, existe também aquele o qual diz que não consegue ou que não quer aprender e está convencido de que não irá aprender. Diante dessa concepção, Bettelheim (1989) afirma que:

> A necessidade para a criança de proteger sua autoimagem está, assim, entre os bloqueios mais perigosos ao aprendizado. Uma vez enquadrada neste padrão, acredita honestamente que seu maior desejo não é ser especial, mas desafiar a escola e os alunos não aprendendo deliberadamente. (BETTELHEIM, 1989, p.146).

Entretanto, existem possíveis intervenções para essas dificuldades. Uma delas é reforçar a autoestima, uma vez que a ausência desta ocasiona comportamentos agressivos. Deve-se valorizar o aluno e reconhecer suas atitudes de determinação, não concordando com a sua decisão, mas respeitando suas opiniões. Assim, pode-se ajudar o aluno a desenvolver suas potencialidades e habilidades escolares e mostrar outros caminhos para o desenvolvimento pessoal.

Bettelheim (1989), em seu livro, ainda cita várias outras inibições da aprendizagem. Dentre elas, o autor aponta primeiro a inibição devido a um desejo de a criança desafiar o adulto na figura dos pais e/ou do professor; segundo, o bloqueio da recordação de lembranças dolorosas e fracassadas no processo de ensino e aprendizagem; e, por último, o esquivo de tarefas escolares ou matérias específicas por uma razão particular. São vários os motivos possíveis que ocasionam o chamado bloqueio ou inibição da aprendizagem das crianças. Cada uma delas com sua particularidade, resultando em sofrimento que pode ou não ser solucionado dentro das possibilidades dos envolvidos.

Para Bettelheim (1989), primeiramente, deve-se entender o que a criança tem, ou seja, qual o bloqueio de aprendizagem. Segundo, refletir sobre o porquê a criança não aprende. Terceiro e último, entender o bloqueio e o contornar, sendo necessário, removê-lo inteiramente antes de prosseguir. Pensar o fracasso escolar como fenômeno, considerando diversas perspectivas e dimensões, amplia as possibilidades de compreensão dessa realidade, suas causas e possibilidades de desenvolver estratégias e soluções. Superar as dificuldades educacionais e os bloqueios da aprendizagem fortalece a prática educacional e transforma o indivíduo.

Dialogando com Bettelheim, a psicopedagogia também entende o fracasso escolar como um fenômeno complexo que envolve variáveis

pessoais, familiares, sociais, culturais, escolares, assim como o próprio processo de ensino e aprendizagem. É fundamental o papel do psicopedagogo junto à equipe escolar e à família para que possam pensar e executar planos para o melhor desenvolvimento da aprendizagem. Esse profissional pode ajudar no processo de como o ser humano adquire conhecimentos, habilidades e mudanças de comportamento. Desenvolver o ato de aprender significa desenvolver habilidades para lidar com elementos externos e, possivelmente, é o meio que pode ajudar a diminuir ou reduzir o fracasso escolar.

2. HISTÓRICO SOBRE A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO FRACASSO ESCOLAR

A psicopedagogia é uma área interdisciplinar e tem como objetivo atender um indivíduo ou um grupo de indivíduos no processo de aprendizagem. O trabalho pode ser desenvolvido nas escolas, nas clínicas, nos hospitais e nas empresas, o qual potencializa ou ameniza as dificuldades da aprendizagem.

Segundo o Código de Ética do Psicopedagogo (2019), a atuação da psicopedagogia é na área da Educação quanto da Saúde, pois se ocupa do processo de aprendizagem, considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico.

A psicopedagogia surgiu na Europa, especificamente, na França, no século XIX. George Mauco foi o fundador do primeiro centro médico psicopedagógico na França. As ideias francesas influenciaram os argentinos bem como os brasileiros. Foram aproximadamente 30 anos de estudo de psicopedagogia no Brasil na área de pesquisa sobre a prática educacional. Nos anos de 1990, os cursos foram expandidos, principalmente, na região sul e sudeste do país.

A Associação Brasileira de psicopedagogia (ABPp) iniciou-se com um grupo de estudo, formado por profissionais preocupados com os problemas de aprendizagem. Além disso, o grupo também contribuiu para a busca do reconhecimento da profissão. Em 1980, surgiu a Associação Paulista de psicopedagogia (APp) e, em 1997, a Criação do Projeto de Lei 3.124/97, que dispõe sobre a regulamentação da profis-

são de psicopedagogo e cria os conselhos regionais de psicopedagogia. O projeto de Lei nº 3.124/97 se encontra na comissão de Constituição e Justiça e de Redação à espera de aprovação.

No atual contexto escolar, com as novas tecnologias e metodologias, assim como as novas defasagens, os fracassos, os novos paradigmas e comportamentos, o psicopedagogo poderá atuar como facilitador do processo de aprendizagem. O objetivo da psicopedagogia é a compreensão da aprendizagem e a origem das dificuldades do processo. Assim, ela pode ser a forma de ação e investigação para identificar as possíveis defasagens no processo de aprender, como uma disfunção orgânica, uma falha no processo de compreensão, pessoal, familiar, social, cultural, escolar e/ou do próprio processo de ensino/aprendizagem, a qual compromete a aprendizagem. Sendo assim, a dificuldade de aprendizagem pode ser ocasionada por vários fatores, sendo na própria criança, no meio familiar ou no ambiente escolar. No entanto, a psicopedagogia educacional pode ajudar no que diz respeito ao caráter preventivo ou assistencial.

Segundo Bossa (2000) por Beyer (2003), na função preventiva, cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração e promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo. Já no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico-prático das políticas educacionais, fazendo com que a equipe escolar possa repensar o papel da escola, frente à docência, e as necessidades individuais de aprendizagem do aluno ou sobre a própria maneira de ensinar.

Há uma grande demanda pela procura do profissional fora do espaço escolar, onde se inclui o atendimento individual. No entanto, também se percebe a necessidade desse profissional junto aos especialistas e à equipe escolar os quais estão vivenciando as situações e os problemas de aprendizagem. Nos diferentes contextos de atuação do psicopedagogo, ele pode intervir e acompanhar o aprendiz, a família e a escola, constantemente, resultando em um trabalho intenso e produtivo.

3. O FENÔMENO FRACASSO ESCOLAR: POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A PSICOPEDAGOGIA E BETTELHEIM

A Psicopedagogia busca a compreensão da aprendizagem e do seu processo, bem como entender e mediar as dificuldades de aprendizagem que podem ocasionar o fracasso escolar. Como já foi dito, a psicopedagogia considera vários fatores como a própria criança, o meio familiar e o ambiente escolar para a compreensão do processo ensino/aprendizagem, seu sucesso ou suas dificuldades. Dessa forma, o fracasso escolar, no âmbito da psicopedagogia, é entendido como um fenômeno.

Nessa mesma lógica, também como já foi apontado, Bruno Bettelheim (1989), no seu livro *Sobrevivência e outros estudos*, discute o fracasso escolar, considerando diferentes perspectivas, tais como os métodos de educação, as inibições ao aprendizado e a experiência de aprendizagem em si, levando ou intensificando as dificuldades de aprendizagem. Assim, Bettelheim também contribui para o entendimento do fracasso escolar como fenômeno.

Ainda é importante considerar que, sobre o processo de aprendizagem relacionado ao desenvolvimento humano, devem ser destacadas três funções, a saber: psicomotora, que está ligada à capacidade físico-motora, ou seja, saúde física e bem-estar; cognição, a qual envolve a habilidade do pensamento; e as relações socioafetivas. Mais uma vez, é possível reafirmar o como se aprende, o processo da aprendizagem, as suas variações, as dificuldades e suas formas de tratamento e a prevenção como fenômenos multidimensionais.

De acordo com Alice Fernández (1991), para que haja a aprendizagem, é necessária a concepção de dois personagens, o ensinante e o aprendente, e que exista um vínculo entre eles.

Ensinante é aquele que, em um dado momento, ensina algo, e o outro aprende, ou seja, o aprendente. O ensinante não é uma prerrogativa somente do professor. Os pais são os primeiros ensinantes de uma relação, porque existe um vínculo estabelecido entre pais e filhos. Diante disso, existem outras relações que também estabelecem víncu-

los e que possibilitam o ato de aprender. Porém, no contexto escolar, o professor é, por excelência, o ensinante, e o aluno, aprendente.

Considerando a relação ensinante/aprendente, segundo Fernández (1991), existem duas causas do fracasso escolar. A primeira é externa à estrutura familiar e individual daquele que fracassa em aprender, o que a autora denomina de "problema de aprendizagem reativo", ressaltando a mediação da escola na relação sujeito/aprendizagem. A segunda é interna à estrutura familiar e individual. Semelhante aos sintomas e as inibições de aprendizagem os quais também foram tratados por Bettelheim (1989), no âmbito da tríade criança, família e escola, Fernández diz:

> O problema da aprendizagem que constitui um "sintoma" ou uma "inibição" toma forma em um indivíduo, afetando a dinâmica de articulação entre os níveis de inteligência, o desejo, o organismo e o corpo, redundando em um aprisionamento da inteligência e da corporeidade por parte da estrutura simbólica inconsciente. (...) O problema de aprendizagem "reativo", ao contrário, afeta o aprender do sujeito em suas manifestações, sem chegar a *atrapar* a inteligência: geralmente surge a partir do choque entre o *aprendente* e a instituição educativa que funciona expulsivamente. (FERNÁNDEZ, 1991, p. 82).

Para resolver os problemas de aprendizagem que ocasionam em fracasso escolar, é necessária a intervenção psicopedagógica. O psicopedagogo poderá intervir, seja por intermédio de indicações adequadas, orientações e assessoramentos à escola, para que não atinja o aprendente e sua família, seja pelo atendimento especializado e individual com o aprendente e a família.

Assim, novamente, o fenômeno fracasso escolar diz respeito aos três cenários: aluno, família, escola. Para Bossa (2002), o professor, a escola, a família, acrescentando a ciência, não estão preparados para a complexidade do fenômeno. São graves as consequências desse fracasso na vida das crianças. "Contudo, em nosso país, milhares de crianças da rede oficial apresentam esses sintomas e não têm a mesma oportunidade". (BOSSA, 2002, p.17)

Diante de uma visão social, o fracasso escolar se impõe de forma alarmante e insistente. A distribuição de conhecimento como fonte de poder social é feita privilegiando alguns e discriminando outros. Então, é preciso buscar soluções para os problemas do sistema educacional, como a evasão escolar, o aumento crescente de alunos com problemas de aprendizagem, a formação precária dos alunos e o desinteresse geral pelo trabalho escolar. (BOSSA, 2002, p.19). Ainda segundo a autora:

> No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco do fracasso e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, consequentemente, de compreenderem melhor o mundo que os rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro. (BOSSA, 2002. p.19).

A citação acima deixa entrever o que a própria escola pode contribuir e produzir para o fracasso dos alunos, devido à falta de profissionais capacitados e qualificados, à falta de materiais didáticos, ao uso inadequado de metodologias, às condições físicas e pedagógicas precárias, aos descasos das autoridades com as políticas públicas de educação. Isso motiva e intensifica a cada dia o fracasso escolar.

Nota-se que em vários momentos diferentes da educação, as dificuldades escolares prevaleceram nas concepções médicas, psicométricas e sociopolíticas. As explicações sobre os problemas de aprendizagem resultaram da medicina, sendo assim atribuída aos fatores biológicos. Conforme nos aponta Vial (1979) e Baeta (1988), citado por Bossa (2002),

> Os primeiros trabalhos sobre dificuldades de aprendizagem escolar centravam suas explicações nas noções de congenitabilidade e de hereditariedade, atribuindo todas as perturbações que não fossem causadas por lesões cerebrais a disfunções neuroló-

> gicas ou retardos de maturação imputados a um equipamento genético defeituoso. (VIAL; BAETA *apud* BOSSA 2002 p.23).

Posteriormente, em 1904, na França, Binet criou o primeiro teste de inteligência, considerando o Quociente de Inteligência (QI). "O fracasso escolar foi associado ao déficit intelectual, ou seja, um baixo QI" (BOSSA, 2002). Quem tem um QI alto é considerando inteligente, não apresentando problema de aprendizagem. Porém, quem tem o QI baixo não é considerado inteligente e pode possuir alguma dificuldade de aprendizagem, entrando para a estatística do fracasso escolar. Contudo, para Bossa (2002), não é suficiente ter uma grande inteligência para ter uma boa aprendizagem escolar. Para ela, a possibilidade de aprendizagem escolar está relacionada à estrutura de personalidade do sujeito. Sendo assim, para aprender o que a escola ensina, é necessário, dentre outras características, ter uma personalidade sadia e emocionalmente madura. Outra vez a psicopedagogia se aproxima de Bettelheim, quando esse autor também considera a importância da dimensão emocional para as aprendizagens, bem como para compreender suas inibições. Ainda cumpre-se lembrar que, para Bossa (2002) e Bettelheim (1989), o desenvolvimento emocional e da personalidade acontece considerando as relações sociais, afetivas, relacionais, familiares e escolares.

Numa abordagem sociopolítica dos problemas da aprendizagem, que se encontra em boa parte das teorias acerca do fracasso escola no Brasil, Patto, em seu livro *A produção do fracasso escolar: histórias submissas e rebeldia* (1996), segundo Bossa, "afirma que o processo social de produção de fracasso escolar se realiza no cotidiano da escola e é um resultado de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à geração dos seus objetivos". (PATTO *apud* BOSSA, 2002, p.24).

É no convívio pedagógico, o qual acontece na escola, que se percebe as reais situações do fracasso escolar das crianças que vivem nos meios socioculturais mais pobres. Portanto, a questão do fracasso escolar, do ponto de vista dos fatores sociopolíticos, diz respeito à manutenção das más condições de vida de uma grande maioria da população escolar brasileira.

De acordo com Bossa (2002), reafirmando o que foi dito por Bettelheim (1989) e já apresentado neste artigo, ao que se relaciona aos

avanços tecnológicos na escola, na atualidade e na modernidade, tudo isso não garante o sucesso escolar. É a afetividade na prática pedagógica, mediando as relações estabelecidas entre o ensinante, o aprendente, a família e a escola, que sustenta o processo de ensino e aprendizagem. Retornando à Bettelheim (1989), é nas relações familiares e com o professor que a criança aprende, como também pode desenvolver dificuldades de aprendizagem. As trocas afetivas, presentes nas relações estabelecidas nos contextos de aprendizagem, podem contribuir ou inibir o aprendizado, correlacionando o desenvolvimento emocional da criança e sua história e experiências de vida e de aprendizagens à organização escolar.

De acordo com Bossa (2002), "o fracasso escolar é visto como um sintoma social da contemporaneidade" (p.26). Portanto, a psicopedagogia, sendo um dos campos de estudo das ciências humanas, tem como função compreender o processo de construção do conhecimento, investigando e intervindo na aprendizagem e na vida do aprendiz, considerando os contextos social, familiar e escolar. Consequentemente, a psicopedagogia pode contribuir para a compreensão, tratamento e prevenção do fenômeno do fracasso escolar.

4 AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AO FRACASSO ESCOLAR

A atuação do psicopedagogo pode ser de mediador entre os possíveis fatores que ocasionam o fracasso escolar. Sua atuação é variável, podendo ser preventiva, assistencialista ou terapêutica, seja no acompanhamento e orientações para o desenvolvimento da aprendizagem seja no tratamento individual do sujeito, da família e do apoio aos professores. É necessário diagnosticar e compreender o que motivou o fracasso escolar para, então, poder intervir e mediar o problema. Por conseguinte, dialogando com o que foi exposto sobre as proposições de Bettelheim (1989), para intervir junto ao fracasso escolar, é necessário, à princípio, saber o que motivou o fracasso, o que levou ao bloqueio e à inibição da aprendizagem.

Na abordagem preventiva no contexto escolar, o psicopedagogo pode verificar as condições para que se desenvolva a aprendizagem, por

meio dos conteúdos escolares, identificando os obstáculos e as barreiras, bem como percebendo os elementos facilitadores do processo ensino e aprendizagem. Isso posto, o psicopedagogo considera o aluno, o professor e os métodos de ensino para a compreensão do fenômeno fracasso escolar. Da mesma forma, suas intervenções, no âmbito escolar, envolvem todos os atores. Cabe ao psicopedagogo investigar as possíveis perturbações no processo de aprendizagem, participar e trabalhar as relações, promover orientações didático-metodológicas, realizar processo de orientação educacional, individualmente ou em grupo.

O psicopedagogo, na instituição escolar, pode contribuir para esclarecimentos sobre as dificuldades de aprendizagem, sendo o mediador desse processo, tendo como objeto o processo ensino e aprendizagem e as intervenções como o meio para alcançar o desenvolvimento da aprendizagem e, consequentemente, o sucesso escolar. Também ao que se refere às ações assistenciais, o psicopedagogo atuará conjuntamente aos alunos, à equipe escolar e aos professores, no que diz respeito ao planejamento de planos e projetos, em busca de uma melhor metodologia de ensino e de apoio aos professores, com o objetivo de desenvolver estratégias para o atendimento ao aluno o qual apresenta alguma dificuldade escolar. Nesse contexto, o papel do psicopedagogo é voltado para o planejamento escolar em relação às ações pedagógicas as quais interferem tanto no processo de aprendizagem do aluno como no processo de ensino do professor. Diante disso, o psicopedagogo pode auxiliar os educadores quanto à metodologia e aos recursos usados para ensinar os alunos.

Inserido na rotina da escola, o psicopedagogo interage com a comunidade escolar, participa de reuniões de pais e do conselho de classe, avalia os processos e as didáticas pedagógicas, discute a relação aluno e professor, sugere atividades, acompanhando e apoiando professores e alunos no cotidiano escolar. Já no que se refere ao tratamento individual do sujeito com dificuldades de aprendizagem ou com um histórico de fracasso escolar, o psicopedagogo pode intervir, atendendo o aluno, bem como no acompanhamento e apoio das famílias.

Considerando as dificuldades de aprendizagem como indicativos de um possível fracasso escolar, o psicopedagogo tende a prevenir e/ou

intervir nos problemas de aprendizagem, auxiliando o aluno a desenvolver suas potencialidades. Cabe ao psicopedagogo avaliar e identificar esses problemas, conhecer as potencialidades, dificuldades, ansiedades e frustações do aluno frente ao processo de ensino e aprendizagem. Quando necessário, o psicopedagogo encaminhará o aluno para os outros profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista para a realização de diagnóstico e tratamento multidisciplinar. Vários olhares e percepções contribuem para a compreensão das dificuldades de aprendizagem e escolares do sujeito, assim como para a realização de intervenções psicopedagógicas por meio de técnicas e métodos, visando à solução do problema.

Como já explicitado anteriormente, a família é responsável pela educação e aprendizagem do aluno, então é de suma importância o psicopedagogo conhecer as concepções e o entendimento dos pais sobre o processo de aprendizagem, como também seus objetivos e expectativas sobre o desenvolvimento cognitivo do filho. À vista disso, cabe ao psicopedagogo intervir junto à família das crianças com dificuldade de aprendizagem, verificar, por meio de uma acolhida ou entrevista, informações acerca da criança sobre seus aspectos cognitivo, orgânico, social e emocional, com o objetivo de que as informações prestadas possam ajudar na compreensão do caso, na elaboração do diagnóstico e na condução do tratamento.

É indispensável ao profissional conhecer a estrutura familiar na qual o aluno está inserido. O trabalho psicopedagógico é também feito com a família, pois ela precisa compreender o significado do processo da aprendizagem do aprendiz e de seu tratamento, suas dificuldades e potencialidades, como colaboradores do trabalho a ser desenvolvido, com vistas ao desenvolvimento da aprendizagem do sujeito em questão. Ao escutar a família, o psicopedagogo busca entender e acolher as expectativas e ansiedades dos pais em relação ao filho, suas aprendizagens e seu processo de escolarização. Também é necessário que o psicopedagogo apresente aos pais sobre consiste o trabalho da psicopedagogia e esclareça dúvidas sobre o diagnóstico e intervenções preventivas e terapêuticas. A relação entre o profissional de psicopedagogia e a família deve ser pautada na sinceridade e na confiança. É por meio

da acolhida e do processo de escuta proporcionada pelo atendimento psicopedagógico que a família pode realizar reflexões e entendimentos sobre o fracasso escolar e suas consequências.

É comum o fracasso escolar desenvolver nos alunos a baixa autoestima, quando eles sofrem pressões sociais, escolar e familiar, os quais recebem rotulações que dificultam ainda mais o processo de aprendizagem, podendo ocasionar mais inibições e bloqueios. Portanto, é importante a família entender e aceitar o que a criança está passando para que possa ajudar a superar essas dificuldades. É necessário que a família transmita confiança para o filho, mostrando que acredita em seu potencial e em sua capacidade, e não somente identificar e intensificar sua incapacidade. Destarte, o profissional da psicopedagogia ajudará os pais a refletirem sobre as atitudes com relação aos problemas de aprendizagem, como também sobre o fracasso escolar do filho.

Como foi exposto, intervenções psicopedagógicas junto à família acontecem tanto no que se refere ao trabalho preventivo, considerando as dificuldades de aprendizagem como indicativo de um possível fracasso escolar, quanto no que diz respeito ao tratamento propriamente dito. No contexto do tratamento com o sujeito, o psicopedagogo poderá usar vários instrumentos e recursos como entrevistas, técnicas, testes, brinquedos, desenhos, jogos para criar a melhor forma de o aluno desenvolver o aprendizado e ter prazer em aprender. As atividades propostas pelo psicopedagogo, no atendimento ao sujeito, seja individual ou em grupo, pode ser de orientação de estudos, apropriação dos conteúdos escolares, desenvolvimento do raciocínio lógico e matemático, desenvolvimento da leitura e escrita, atendimento de crianças com alguma deficiência, transtorno ou algum comprometimento. O psicopedagogo ajuda seu paciente a desenvolver a aprendizagem, apesar das limitações deste.

Percebe-se que muitos alunos têm receio ou inibição de falar sobre as suas dificuldades de aprendizagem. No entanto, por meio do desenho ou da brincadeira, eles revelam os motivos dessas dificuldades. Na atividade lúdica, a criança demonstra seus desejos, medos e emoções. Em tal caso, o psicopedagogo pode acolher o sujeito com seus senti-

mentos, atitudes e comportamentos para melhor compreensão de sua relação com as suas dificuldades de aprendizagem.

CONCLUSÃO

O psicopedagogo realiza suas intervenções, o qual considera o sujeito com suas vivências, sua aprendizagem, suas dificuldades, suas limitações, mas antes de tudo, suas potencialidades. A valorização e a evidência das potencialidades ajudam o aluno a elevar a sua autoestima, a tranquilizar a ansiedade e, consequentemente, a desenvolver estratégias e meios para aprender. Tudo isso, com vistas à superação das dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar.

Por conseguinte, o psicopedagogo, em seu trabalho junto aos alunos, às famílias, à comunidade escolar, tanto em ações preventivas quanto em ações assistenciais e terapêuticas, será o mediador do processo de ensino e aprendizagem. Também é necessário entender o fracasso escolar como fenômeno, uma rede complexa, construída por dimensões individuais, familiar, escolar, relacionais, sociais, políticas e econômicas. Logo, evidencia-se a importância do trabalho em equipe e multiprofissional para abordar o fracasso escolar.

Portanto, é nesse contexto interdisciplinar que o psicopedagogo pode ser o profissional o qual possibilita o diálogo entre o aluno, a família, a escola e os demais atores envolvidos com o fracasso escolar. Assim, revela-se a importância do psicopedagogo junto ao sujeito com dificuldades de aprendizagem e escolares, sua família e escola, o qual contribui no desenvolvimento dos alunos e ajuda àqueles que apresentam algumas dificuldades de aprendizagem e necessitam de apoio. Dessa forma, mesmo com tamanho desafio, acredita-se que é possível minimizar o complexo fenômeno do fracasso escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível em: < https://www.abpp.com.br/index.html> Acesso em: 5/setembro/2020.

BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BEYER, Marlei Adriana. *Psicopedagogia*: ação e parceria. 2003. Disponível em:

< http://www.abpp.com> Acesso em: 4/setembro/2017.

BOSSA, A. Nádia. *Fracasso escolar*: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

Código de ética da Associação Brasileira de psicopedagogia. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/documentosreferenciascodigoetica.html> Acesso em: 4/setembro/2020.

Fernandez, Alícia. *A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família.* Trad. Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FRACASSO. *Dicionário On-line*. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/fracasso/> Acesso em 5/setembro/2020.

Projeto de Lei 3.124/97. Disponível em< https://www.abpp.com.br/pl3124-1997.pdf> Acesso em: 4/setembro/2020

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:
VISÕES E PERSPECTIVAS – VOL 01

Felipe Asensi (org.)

Tipografias utilizadas:
Família Museo Sans (títulos e subtítulos)
Bergamo Std (corpo de texto)

Papel: Offset 75 g/m2
Impresso na gráfica Trio Studio
Novembro de 2020